

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
IACS - INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

WILSON COUTO BORGES

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS COMO PRODUÇÃO
MATERIAL DA CULTURA: *A PRESENÇA DO IMAGINÁRIO NA*
CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA EM TORNO DA CRIMINALIDADE

Niterói
Dezembro / 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WILSON COUTO BORGES

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS COMO PRODUÇÃO
MATERIAL DA CULTURA: *A PRESENÇA DO IMAGINÁRIO NA
CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA EM TORNO DA CRIMINALIDADE***

Tese elaborada sob a orientação da Prof^ª.
Dra. Ana Lúcia da Silva Enne, apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor.

Niterói
Dezembro / 2009

Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Ana Lúcia da Silva Enne
(Orientadora / PPGCOM – UFF)

Prof^ª. Dra. Marialva Carlos Barbosa
(PPGCOM – UFF)

Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho
(PPGCP – UFF)

Prof^ª. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
(ECO – UFRJ)

Prof. Dr. Nilo Batista
(UFRJ / UERJ)

*“Enquanto eu tiver perguntas
e não houver respostas
continuarei a escrever”
Clarice Lispector*

*“É somente no sonho
que chegamos perto
do verdadeiro despertar”
Slavoj Zizek*

*Às minhas queridas Aimée, Vânia e ao nosso Arthur,
cuja chegada aguardamos ansiosos.
Vocês são o baluarte da minha vida,
Amo vocês!*

RESUMO

O presente trabalho traz como questão central as construções narrativas da imprensa em torno da necessidade de uso das Forças (Armadas e Nacional de Segurança) para a contenção da “criminalidade crescente” na cidade do Rio de Janeiro. Na verdade, longe de representar uma simples difusão de informação, trata-se de uma ação política que, subsumida na noção de objetividade, ocupa um lugar estratégico na celebração dos sentidos sociais hegemônicos, especialmente pela relação histórica que a estrutura da notícia mantém com as matrizes da cultura popular. Nesse processo, o imaginário social emerge como instância sobre a qual se busca assumir o controle, o que significa também dizer que, na luta pela fixação de significados, a imaginação é um elemento constitutivo tanto da criação da narração quanto do repositório a que a sociedade recorre para produzir novas ações.

Com este objetivo, a pesquisa se desenvolve em torno da noção de direcionamento das respostas dos atores sociais a partir do “controle” do imaginário social, apontando então para a forma como determinados protocolos de leitura acabam direcionando a informação. Na medida em que determinado tema não aparece contemplado pelas páginas dos jornais ele parece não ter existência. Assim, os órgãos de imprensa tornam-se senhores da memória e do esquecimento na construção de representações sociais. Nesse sentido, a cultura – como conjunto das representações materiais de uma sociedade – converte-se no principal objeto de disputas, particularmente por autenticar os significados hegemonicamente construídos. Dessa forma, o antagonismo entre as propostas do Viva Rio e do CEUEP ilumina nossa abordagem no que concerne a presença da luta ideológica e a cristalização de uma visão triunfante.

Palavras-chave: Narrativas jornalísticas, Imaginário, Ideologia, Rio de Janeiro e Criminalidade.

ABSTRACT

The present work brings as central subject the narrative constructions of the press around the need of use of the Brazilian Armed Force and the National Force of Public Safety for the contention of the "growing criminality" in the city of Rio de Janeiro. Actually, far away from representing a simple diffusion of information, this is a political action which, subsumed within the objectivity notion, occupies a strategic place in the celebration of hegemonic social senses, especially for the historical relationship that the structure of the news maintains with the popular culture matrices. In that process, the social imaginary emerges as an instance over which one tries to take over control, which also means to say that, in the struggle for the fixation of meanings, imagination is a constituent element both of the creation of the narration as of the repository to which society appeals to produce new actions.

With this aim, the research is developed around the notion of directionality of the social actors' answers starting from the social imaginary "control", then pointing to the way how certain reading protocols end up addressing the information. Insofar as a certain theme is not contemplated by the newspapers it seems not to exist. Therefore, the news organs become lords of the memory and the forgetfulness in the construction of social representations. In this regard, culture - as a group of the material representations of a society - turns into the main object of disputes, particularly for authenticating the predominantly built meanings. Hence, the antagonism between the proposals of Viva Rio and CEUEP illuminates our approach in what concerns the presence of the ideological struggle and the crystallization of a triumphant vision.

Key-words: Journalistic narratives, Imaginary, Ideology, Rio de Janeiro and Criminality.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho da envergadura de uma tese de doutorado não é tarefa simples. O que torna menos árida uma caminhada como essa é o fato de podermos desfrutar da participação de instituições, mas principalmente de pessoas cuja presença é mais que relevante. Por isso gostaria de expressar toda minha gratidão à:

Ana Lúcia Enne, não só por ter me orientado nesse processo, mas pelo compartilhar de alegrias, tristezas e esperanças ao longo desses dez últimos anos;

Marialva Barbosa em primeiro lugar por ter aceitado o convite para participar das bancas de qualificação e de defesa da tese, especialmente pelas contribuições trazidas naquele momento, e também por ser uma referência para a minha trajetória;

Gisálio Cerqueira Filho a quem tributo o fato de ser meu norte intelectual. As reflexões aqui produzidas têm como principal propulsor as provocações geradas ainda no Mestrado, quando a maturidade para respondê-las ainda não tinha aparecido;

Ana Paula Goulart Ribeiro com quem nossa *dívida* certamente aumentou. Além da agudeza e sensibilidade de suas contribuições, cujos acréscimos na qualificação também se fazem presentes, nossa chegada aqui é reflexo também desses últimos dez anos;

Nilo Batista por ter aceitado dividir conosco este momento, muito embora saibamos o quanto participar dessa argüição o toca profundamente, iluminando ainda mais esta etapa da nossa formação intelectual.

Vocês cinco mais Vera Malaguti Batista que, de admirável referência teórica dos trabalhos que líamos, materializa-se nesse percurso como uma simbiose entre o intelectual orgânico e o tradicional em termos gramscianos, e Gizlene Neder, cujo conjunto das idéias também aparece neste trabalho, são os *culpados* (no melhor sentido que a expressão possa ensejar) pela construção dessa história.

Gostaria de agradecer também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa. A esta última, inclusive, pela concessão da “Bolsa Nota 10”.

Minha gratidão também se estende à Beatriz Polivanov que gentilmente realizou a revisão de alguns trechos do trabalho.

Gostaria de evidenciar também que, sem as Veras da minha vida (minha mãe e minha sogra), esse processo tenderia a ser ainda mais complicado. Elas, somadas a meu pai-sogro,

estabeleceram uma espécie de cinturão de proteção, tentando me blindar para que esse trabalho fosse concluído.

Aos irmãos com quem mantenho laços sanguíneos ou emocionais, em especial Leonardo Borges, Marília e Marcelo Ramos, obrigado pela preocupação, pelos telefonemas, pelos e-mails que serviram estímulo e apoio para essa jornada.

Do ponto de vista afetivo, minha gratidão também às minhas sobrinhas-afilhadas Amanda, Mylena e Maria Eduarda (Duda) e aos meus sobrinhos Pedro e Marcella que, mesmo sem entenderem direito o que estava acontecendo, renovaram minhas forças e minhas esperanças a cada encontro.

Mas, há duas pessoas (agora três, é verdade!) a quem, qualquer coisa que eu diga, nada será suficiente para dar conta do que elas representam. Elas, por mais paradoxal que possa parecer, encarnam aquilo que Jacques Lacan chamou de Significante-Mestre – o significante irrepresentável, o significante a espera de representação. Foram os quatro anos mais difíceis das últimas três décadas. Não sei se algum dia será possível repô-los a vocês, mas a busca por fazê-lo será incessante daqui em diante. Eu acredito que o amor exista e a maior prova disso é vocês estão nesse mundo. A vocês Vânia, Aimée e Arthur todo amor que eu for capaz de dar.

SUMÁRIO

Introdução	12
1 – Narrativas jornalísticas: a difusão da informação como uma ação política	49
1.1 – Comunicação: Uma arena de luta por significados	63
1.1.1 – As perspectivas transdisciplinares do campo	83
1.2 – Jornalismo contemporâneo: lugar de autoridade escamoteado na objetividade	91
1.3 – Uma nova estrutura para um velho campo: jornalismo como um gênero da “historiografia da atualidade”	103
2 – Imaginário Social: uma instância sobre a qual é preciso conquistar o controle	119
2.1 - Protocolos de leitura e a possibilidade das sensações direcionarem a recepção	121
2.2 – Meios de Comunicação: “senhores da memória” e do esquecimento no projeto burguês	145
2.3 – Imaginário: uma dimensão dual	166
2.3.1 – Cidade “maravilhosa”: RJ e sua inscrição no imaginário social	190
2.3.2 – A ambivalência das classes perigosas	212
3 – A luta ideológica é travada na cultura	222
3.1 – A centralidade da cultura: a questão da Ideologia e a construção hegemônica dos significados	230
3.2 – Viva Rio e CEUEP: propostas antagônicas sobre um mesmo “problema” e a celebração dos sentidos hegemônicos	255
3.3 – A proposta vencedora: visão transitoriamente triunfante	285

Conclusão295

Bibliografia306

Introdução

O presente trabalho de pesquisa, que aqui apresentamos, é reflexo de um *projeto intelectual* que compartilha da noção de que a comunicação e a cultura, nos termos propostos por Jésus Martin-Barbero, se “convertem em um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige à política a recuperação de sua dimensão simbólica” (2003, p. 226). Com essa perspectiva, a tese contempla desdobramentos de algumas das reflexões produzidas durante a primeira etapa do nosso processo de pós-graduação. Isto é, ao concluirmos nosso mestrado, apontávamos a presença do antagonismo social, no campo político, admitindo a presença do afeto como um elemento estruturador da ação pública. Concomitantemente, ainda que timidamente, apontávamos como hipótese para a presença dos meios de informação como partícipes desse jogo, observando o quanto as construções narrativas da imprensa contribuíam para que os atores pautassem tais ações. Ora, mas como essa agência tomava parte no processo: simplesmente construindo representações sobre mocinhos e bandidos em torno da discussão sobre a “escalada da violência”, isto é, pelo uso do *fait-divers*? Numa palavra, não!

Num jogo mais complexo, observávamos a importância que a nomeação tinha nas disputas sociais e o quanto um sentido aparecia celebrado pelos meios. Isso nos conduziu a outra importante questão, que se transformou na principal hipótese da tese, qual seja: se a cultura é o conjunto de todas as produções que uma determinada sociedade realiza (materiais e simbólicas) e se a imprensa acaba cristalizando um determinado sentido sobre o mundo, em que medida a produção material da cultura não estaria, especialmente na contemporaneidade, sendo capitaneada pelos veículos de comunicação de massa? Mais do que isso, nos interrogávamos sobre a possibilidade de os sujeitos não mais buscarem significar fora do espaço midiático. Dessa forma, iniciamos nossa investigação no sentido de tentar perceber (e posteriormente apontar) os elementos que permitiram à mídia, em geral, e a imprensa, em particular, produzir a sensação de que a luta por significar só aconteceria dentro de um espaço público midiaticamente construído. Foi na busca de resposta às perguntas que fazíamos que nos deparamos com a importância do imaginário social no processo de construção de uma dada hegemonia ideológica. Ao tratarmos de hegemonia e ideologia e nos vermos diante da envergadura que esse empreendimento representava; ao nos questionar sobre a sua validade, Gramsci fornecia uma resposta, através de Martin-Barbero, dizendo-nos “só investigamos de verdade o que nos afeta, e afetar vem de afeto” (*Idem*, p. 25).

Nossa tese acabou então por cumprir uma função de ordem social e outra, individual – que só conseguimos identificar *a posteriori*. Como esta última é a que menos importa num empreendimento de caráter científico, falaremos dela rapidamente para, em seguida, nos determos sobre aquela. Mas, em ambos os casos, a primeira metade da década de 1990 é paradigmática. Numa dimensão pessoal, poderíamos afirmar que a presente pesquisa representou uma *ab-reação* – isto é, “uma descarga emocional pela qual um indivíduo se liberta do afeto que acompanha a recordação de um acontecimento traumático, que pode ocorrer de forma espontânea no decorrer do processo psicoterápico” (Houaiss, 2002; Doron & Parot, 2000) – cujo marco inicial é o ano de 1993. Poderíamos mesmo dizer que 1993 representou uma situação limite em nossa vida, isto porque ele nos marca de forma traumática. Até ali o *self made man* nos parecia uma realidade palpável, porque tivemos a oportunidade de construir uma carreira no mundo corporativo, ultrapassando cada barreira que nos surgiu. Numa expressão: sentíamos-nos como aspirantes a *turistas*, nos termos propostos por Bauman (1999).

O mês de dezembro daquele ano era para ser esquecido, mas antes acabou virando um trauma – “um acontecimento na vida de um indivíduo que, devido a sua intensidade, impede uma reação adequada, produzindo transtornos no psiquismo” (Houaiss, 2002; Doron & Parot, 2000) – à medida que nos aproximávamos daquela condição, cuja metáfora antitética *vagabundos* parecia refletir. Numa só tacada, deixávamos de ocupar um cargo de executivo no ramo das empresas de seguros e víamos as portas daquele mercado se fechar diante de nós. Foram cinco longuíssimos anos até que, problema superado, ingressamos no ensino superior numa virada relativamente abrupta, *como se* quiséssemos dar as costas para aquele passado que nenhuma boa recordação trazia. O jornalismo nos pareceu um campo completamente diverso daquele do qual éramos oriundos. Mesmo que continuássemos com o ramo de seguros, como autônomos, julgávamos que isso representava apenas um meio de sobrevivência. Mas, o que esta *sui generis* mistura poderia ter de proximidade? Seria a oportunidade de falar com a massa o que mais nos atraía? Mas, falar o quê? Seria por que inconscientemente não identificávamos ali uma oportunidade de redenção, a partir de um discurso de grande alcance? Ou ainda e de modo mais imediato: uma oportunidade de simultaneamente nos afastarmos/aproximarmos daquilo que 1993 representava?

Pois bem, veio a graduação e com ela a necessidade de realização de um trabalho monográfico. O tema: imprensa e criminalidade no Rio de Janeiro, subsumido no título *O*

Discurso Jornalístico e a Reformulação de Espaços Públicos (2002),¹ ensejava um desejo recôndito de investigar a criminalidade nos anos 1990. Mas, por que os anos 1990? Naquela ocasião nos detivemos sobre as construções narrativas da imprensa sobre a *RIO-92*, apontando para proliferação do crime que as páginas de jornal traziam. No entanto, para a nossa última pergunta não tínhamos resposta. Desde então o binômio imprensa/criminalidade passou a ocupar o centro de nossas preocupações de pesquisa. Veio a *especialização* e novamente ele batia à porta, desta vez merecendo uma atenção sob o ponto de vista da história: Em *A Criminalidade na cidade do Rio de Janeiro: as marcas do tempo* (2004) tivemos a chance de observar uma variação na categoria criminoso, sobre a qual se mantinha a mesma energia no combate, porém com personagens distintos.²

Em seguida, agora em nossa imersão de *mestrado*, a questão da criminalidade pulula numa dimensão política, com uma novidade muito significativa: a de que as emoções afetam a ação política e produzem efeitos concretos. Nesse momento, a imprensa também aparecia nas nossas investigações, porém sob o prisma de agência, mais especificamente como Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1985). Esse primeiro estágio de pós-graduação *stricto sensu* nos trouxe um bom amadurecimento intelectual, onde pudemos estabelecer certos parâmetros no sentido de identificar uma correlação entre crime e política, e, principalmente, o quanto a questão da criminalidade está inscrita no embate político. Novamente, a primeira década de 1990 emerge como espaço temporal da nossa investigação, tendo como objeto de estudo as intervenções militares realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez a pergunta sobre o porquê dos anos 1990 continuava sem resposta.

Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade (2006), resultado da pesquisa de mestrado,³ foi, assim, outro divisor de águas em nossa vida. Durante essa pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que a semantização na formação discursivo-ideológica sobre os espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro, veiculada pela grande imprensa, acentuava as temáticas: medo/segurança, criminalidade/ordem. Tendo em vista tal perspectiva, passamos também a verificar como uma visão hiperbólica da insegurança, do medo e do aumento da criminalidade, relacionava-se (e de que forma relacionava-se) com as

¹ Graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Salgado de Oliveira (2002), cujo trabalho final foi orientado pela Prof^a Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro.

² Especialização em História do Brasil (2004), pela Universidade Federal Fluminense, onde contamos com orientação da Prof^a Dra. Gizlene Neder.

³ Mestrado em Ciência Política (2005) realizado sob a orientação do Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho, cuja dissertação *Mídia, Violência e Conjuntura Política* deu origem ao livro *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*, lançado pela Revan, em 2006. Nesta etapa da nossa formação contamos com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no último semestre.

estratégias de controle social e de segurança, dirigidas contra as classes populares, moradores de favelas e de periferias, através de campanhas de lei e ordem, legitimadas por processo de ideologização (repetição e construção da memória coletiva) articulado a partir dos veículos de comunicação de massa.

Atravessou ainda o nosso percurso uma terceira hipótese, esta também relacionada à semantização dos meios com relação ao conflito urbano. Diante de um projeto que objetivava aumentar o controle e a repressão sobre os segmentos populares da sociedade, interpôs-se a figura do governador do estado em 1992, Leonel Brizola. Dessa forma, nossos pressupostos apontavam, inclusive, para o fato de a semantização por parte da imprensa se dirigir para, além de uma campanha de lei e ordem, a consolidação da imagem do governador como símbolo da “criminalidade que impunha o *medo* às elites”, não negligenciando o fato de que, durante o curto governo de João Goulart, a “Questão Social” (Cerqueira Filho, 1982) ocupou um lugar central. Dos personagens envolvidos naquele processo, a figura que melhor representou a ideologia trabalhista no período pós-ditadura militar foi a do fundador e líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim, nos anos 1990, Brizola apareceria como uma reedição do espectro revolucionário que impunha o medo às elites.

A partir dessas primeiras constatações, optamos, para o doutorado em Comunicação, cujos resultados agora apresentamos, por buscar outras hipóteses, ampliando o corpus pesquisado e colocando-nos outras questões. Assim, partimos do pressuposto de que, no contexto a ser observado, o medo ganha um status de mercadoria em função da forma como é discursivamente construído pela imprensa. Não se pode perder de vista que ele vem sendo um importante instrumento de consolidação das elites no poder. Porém, o que nos importa neste momento é a percepção de que a grande imprensa carioca constrói significações sobre o conflito urbano, campo de disputas intrínseco a qualquer metrópole. A partir do compartilhamento do que é produzido pelos meios de informação, sobretudo pelo senso comum, fica muito evidenciado que só uma instituição forte e “ilibada” poderia, por exemplo, dar conta dos altos índices de criminalidade no Rio de Janeiro: as Forças Armadas. A partir dessa construção semântica sobre a dinâmica social, a imprensa se revela um poderoso agente político. Ou seja, nosso pressuposto é o de que a informação que a imprensa transmite é carregada de sentidos e que estes sentidos são atravessados pela ideologia.

A partir das perspectivas aqui apresentadas, nossas hipóteses apontavam para um deslocamento do conflito de classes. Este sairia do campo da política, *stricto sensu*, se estabelecendo no espaço midiático. Propondo em outros termos, se em outros momentos da

nossa história a luta de classes se revelava através da luta pelo controle do Estado e dos meios de produção, sobretudo os industriais, nossa principal hipótese caminhava no sentido de apontar que, na contemporaneidade, a luta se apresenta na busca pelo controle dos meios de produção cultural e na busca por significar no espaço midiático. Dentro dessa proposta, julgamos que o ineditismo do trabalho está em (a) apontar que a luta de classes ainda está presente em nossa sociedade, só que com uma outra roupagem e em outro espaço: na mídia; e (b) trabalhar com material cuja publicização permitirá evidenciar o antagonismo em torno da questão da ordem pública. Nesse sentido, buscando construir empiricamente nosso objeto, trabalhamos com dois grupos que representam esse antagonismo de classes dentro da perspectiva das intervenções militares para solução dos conflitos urbanos. De um lado, alinhado com o que identificamos como ordem pública autoritária/repressiva, o Viva Rio;⁴ de outro, a uma ordem pública democrática, o Centro Unificado de Ensino e Pesquisa (CEUEP).⁵ Assim sendo, buscamos apontar como uma ideologia se sobrepõe à outra em função do espaço utilizado nos meios de comunicação de massa.

Construções narrativas e ideologia. Esses são dois pontos essenciais no desenvolvimento da nossa pesquisa. Somados a eles, o *imaginário* se apresenta como a instância sobre a qual o próprio antagonismo é travado.⁶ Tomado como uma dimensão social, mas também individual, o *controle* do imaginário é fundamental na luta de classes. Quando entendemos seu papel na estruturação da sociedade, torna-se evidente o quanto as narrativas (inclusive e principalmente as jornalísticas) interferem na forma como os atores sociais conferem sentido ao mundo. Ainda que não tenhamos explorado essa esfera sobre a qual o consenso da sociedade aparece – faremos isso mais adiante, mormente porque esse conceito é tão central que merecerá um capítulo da nossa tese (o 2) – sua antecipação aqui justifica aquela dimensão individual do presente trabalho. Mas, antes de falarmos sobre ela, até mesmo para que exista sentido em sua remissão, novamente os anos 1990 aparecem. Inicialmente, trata-se de uma ampliação do corpus de análise, isto é, no mestrado nos debruçamos sobre 1992, 1994 e 1995, respectivamente, a RIO-92, a operação Rio I e a Rio II; enquanto no doutorado, além desses três marcos temporais, o intervalo entre 1999-2003 (Rio contra o Crime) e 2007 (o Pan Rio).

⁴ O Viva Rio é uma organização não-governamental que alcança grande notoriedade na primeira metade da década de 1990 em função dos projetos que desenvolve, sobretudo os ligados à área da Segurança Pública.

⁵ O CEUEP foi um órgão vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, durante o segundo mandato de Leonel Brizola, que desenvolvia estratégias de ação para a Segurança Pública.

⁶ Estes conceitos serão desenvolvidos no decorrer da tese.

No entanto, antes de apresentar, de forma mais detalhada, o objeto desta pesquisa, gostaria de retomar, aqui, pela última vez, a dimensão pessoal desta tese. Em meio à sua produção, o reprimido irrompe e 1993 volta à mente, afinal, não tinha saído do nosso coração. Naquele ano, interrompendo a trajetória já mencionada, a construção narrativa que alterava o rumo que havíamos planejado: demissão por ato criminoso, porém sem justa causa. Em meio à ideologia das instituições do segmento, era proibida ao funcionário a comercialização de seguros diretamente com o consumidor, sem a intermediação de um corretor, o que configurava uma espécie de “enriquecimento ilícito”, se assim pudéssemos dizer. Pelo percurso que fizemos na empresa, pelo cargo que ocupávamos naquela circunstância, só algo do gênero para produzir um afastamento definitivo. Na tentativa de revertermos o quadro, preparamos uma comunicação (novamente uma narrativa) para a Presidência daquela organização que, colocada em confronto com a dos nossos algozes, não teve o mesmo peso. Evidentemente, e ainda que não houvesse uma prova sequer, os argumentos dos delatores eram muito verossímeis e se assentavam no imaginário social, isto é, segundo a versão daqueles personagens, tratava-se de um menino pobre, que se deslumbrou com a grandiosidade da empresa, e cedeu diante da possibilidade de obter vantagens pecuniárias extras e rápidas, causando prejuízos ao grupo financeiro.

Talvez seja desnecessário dizer que, após a reedição daquele expediente e de um novo processo de investigação, a organização chegou àqueles dois denunciantes, demitindo-os posteriormente. Mexer nisso foi muito duro, principalmente porque tínhamos a preocupação de que isso paralisasse o processo de desenvolvimento do nosso trabalho. Mas, cremos que durante a produção da tese, conseguimos fazer aquilo que Lacan (1992) chamou de “travessia do fantasma”. E, em certa medida, essa sublimação nos permitiu avançar na pesquisa e na presente redação. Decerto, isso nos possibilitou um amadurecimento pessoal que esperamos ter refletido também no intelectual. Na verdade, estabelecendo a ponte entre o individual e o social, pudemos nos deter sobre o quanto, a despeito da possibilidade de todos os atores sociais poderem produzir suas narrativas, as mesmas não têm o mesmo peso. Ou seja, o conjunto das informações produzidas pelos meios massivos não encontram, na contemporaneidade, termos comparativos. Longe de representar uma das vozes da nossa sociedade, a imprensa se tornou a principal, a ponto de produzir a sensação de que aquilo não aparece em suas páginas não existe.

Compreendida a ponte entre nosso processo pessoal e o processo histórico que pretendemos analisar nesta tese, é preciso realçar a importância deste último, lembrando que,

uma vez que tocamos na dimensão do imaginário, há um aspecto fundamental a ser destacado: historicamente, o Rio de Janeiro tem sido alvo de intervenções políticas no seu espaço urbano. Nesse sentido, pode-se perceber algumas semelhanças entre as disputas que eram travadas tanto no Rio Antigo como no da contemporaneidade, mais especificamente no que diz respeito à RIO-92. No início do século XX, a imagem da cidade, sede do governo federal, sintetizava a imagem do Brasil. Se naquele momento isto se deu em função de ser aqui a capital da República, propomos que, atualmente, isso se deve ao fato do Rio não ter perdido totalmente o papel simbólico de representante do país. Mesmo sem desejar estreitar a comparação entre os dois períodos históricos, uma vez que o que nos interessa é ver o que há de semelhante em relação à forma como a cidade vem sendo semantizada, identificamos que o Rio de Janeiro de Marcello Alencar (prefeito em 1992), assim como o de Pereira Passos, usavam o medo como um aliado dos dispositivos de controle social. Como já argumentou Batista (2003c), no Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem servido, historicamente, para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento do povo brasileiro.

Tanto num período quanto no outro, observa-se que um processo de busca de credibilidade da cidade foi iniciado e uma política de “limpeza”, de “maquiagem”, de “segurança”, de “higienização” das principais ruas e avenidas foi implantada. Assim, o papel da imprensa, como um dos agentes que legitimavam tais estratégias de neutralização e disciplinamento, tem sido muito importante. Dessa forma, nossos pressupostos apontam para a existência, no plano do discurso, de um projeto político de combate à criminalidade no espaço urbano do Rio de Janeiro; e no plano das práticas, para as permanências autoritárias de um Estado que praticava “um liberalismo para inglês ver” (Cerqueira Filho, 1993) Tal projeto estava voltado, portanto, para que a cidade pudesse responder às demandas internas e externas, tendo sido largamente difundido pela imprensa carioca e apoiado por diversos setores da sociedade, em especial pelas elites. A questão da segurança pública, aos olhos da população, em função das narrativas jornalísticas, começaria a ter uma solução. Mais uma vez, ao invés de lidar com a diferença, bastava suprimi-la. Eram os *exóticos*, mencionados por Sevcenko (1989), sendo novamente “varridos” para fora da cena. Era o espectro do “medo branco” mencionado por Chalhoub (1996).

Uma das nossas preocupações que já havia sido explorada era a da investigação dos traços que podiam indicar algumas das permanências conservadoras presentes na sociedade brasileira nos dias atuais. Naquela etapa, isso nos permitiu a descrição histórica do confronto entre as elites e as classes populares desde a passagem do fim da escravidão à instauração da

ordem burguesa, no final do século XIX, até meados da década de 1960, no início do período da ditadura militar. Na passagem do Império à República, face à importação das idéias de corte liberal, o que se produziu foi um contingente despreparado para que o mercado de trabalho pudesse absorvê-los. Assim, em função do despreparo em lidar com o Outro e do constante medo de que um levante pudesse acontecer, as elites começaram a forjar um tipo de cidade – a cidade idealizada abordada por Chalhoub – onde era necessário o enquadramento das classes populares nesse novo modelo. Evidentemente, a cidade possui sentidos diferentes tanto para um, quanto para o outro grupo. A alternativa encontrada pelas elites foi o desencadeamento de campanhas de lei e ordem para organizar a circulação da *turba* perigosa.

Nesse percurso, algumas figuras foram elevadas à categoria de inimigo público do Estado, como o capoeira, o malandro e o bandido, e foram responsabilizadas pelo acirramento de medidas de caráter autoritário e repressivo. O conflito urbano, ou a “questão social”, como denominou Cerqueira Filho, foi recebendo tratamento diferenciado à medida que se alternavam no poder as lideranças políticas. A cada alteração da formação histórica e social do Brasil, a “questão social” era tratada ora como caso de polícia, ora como caso de política. Como marco efetivo do tratamento político dado às demandas sociais tivemos o governo do presidente João Goulart (vide nota 198), que foi interrompido pela ditadura. Na verdade, mais do que a interrupção de um governo democrático, o regime militar deixou marcas indeléveis na vida política do país. Além de policizar o conflito urbano, a partir do golpe, o que a sociedade brasileira assistiu foi a implementação de medidas autoritárias e repressivas que chegaram a se estender a uma parte da classe média. Daí a pressão pela redemocratização no final dos anos 1970, início dos anos 1980.

Um dos ingredientes mais significativos é o papel da imprensa durante esses processos. Claramente identificados como tribunas, como *palanque* político no início do século XX, os jornais se manifestavam abertamente no conflito entre a elite e as classes populares. Nesse período, podemos percebê-los, claramente, como veículos ideológicos. Periódicos como o *Jornal do Commercio (Diários Associados)*, por exemplo, eram apontados como tribunas de onde seus representantes podiam defender idéias, posições ou mesmo partidos políticos. Nas páginas desses periódicos, a grande massa de desocupados era tratada como “aquela gente mal vestida”, “os selvagens que atrapalhavam o progresso”, ou ainda, “aquela gente perigosa” (Sevcenko, 1989). Com o processo de reformulação que marcou imprensa nas primeiras décadas do século XX, o jornal-empresa se consolidou. Dessa forma, ficava ainda mais claro de que lado os meios de informação estavam, uma vez que só quem

possuía condições financeiras para viabilizar o novo modelo de jornal pôde consolidá-lo. Evidentemente, quem controlava esses jornais detinha um grande poder da fala. Não por acaso, uma das grandes lutas travadas entre as lideranças políticas era no sentido de possuir um daqueles periódicos. Mesmo após as reformulações que o jornalismo passou nas décadas de 1950 e 1960, os veículos de comunicação não deixaram de influenciar ideologicamente na sociedade.

A partir da década de 1950, o jornalismo ganhou um novo contorno. Houve, por parte dos meios de comunicação de massa (sobretudo os jornalísticos), o cuidado em demarcar de forma ainda mais explícita os espaços destinados à informação e à opinião. Os textos jornalísticos cada vez mais eram produzidos sob a égide do “mito da objetividade” – distanciado, democrático, liberal. Não deixou de haver o espaço destinado à opinião, só que a informação tinha que ser difundida aos leitores com distanciamento, passando ao receptor os fatos “reais”, através do recurso à verossimilhança. Mas, ao longo desses anos, vários autores verificaram que, apesar desse “mito”, os jornais continuaram a formar opinião, só que agora com outros recursos lingüísticos – trabalhos como o de Castro (1996) ou o de Ribeiro (2007) são exemplares ao apontarem os mecanismos dos quais os jornais se servem para produzir determinados efeitos de sentido em seus leitores. Uma imprensa objetiva, neutra, imparcial, em tese, não está associada a nenhuma classe social. De fato, pelo menos teoricamente, é dessa forma que a imprensa vem se anunciando ao longo de quase cinco décadas. Essa forma de atuação supostamente a-partidária obstaculiza a compreensão da dimensão política das informações produzidas pelos meios e de seu papel na sociedade.

Nesse “jogo” de atribuição de sentidos ao espaço público, um dos mecanismos de construção de uma “memória”, talvez um dos mais significativos e relevantes, seja o jornal impresso. Como a maioria dos mecanismos de construção de “memória”, os periódicos vão construindo este acervo simbólico no leitor, silenciando alguns aspectos e dando voz a outros – enquadrando esta memória. Neste sentido, reflexões como as de Ribeiro (1996) e Barbosa (1996) se mostram bastante proveitosas para tentarmos perceber como os jornais, através de estratégias enunciativas, tanto verbais quanto não-verbais, são fundamentais na construção de identidades e memórias sociais nas sociedades modernas. O trabalho de enquadramento das memórias coletivas é, certamente, um dos ingredientes mais importantes para perpetuação das estruturas institucionais de uma sociedade e daquilo que estamos chamando de imaginário social. Guiado pela preocupação em ora manter, ora modificar as fronteiras sociais, e alimentado de material fornecido pela história, o trabalho de enquadramento reinterpreta o

passado em função de combates do presente e do futuro. Logo, “o denominador comum de todas as memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” (Pollack, 1989, p. 11).

Foi na busca da definição do consenso em torno da validade de uma proposta de ordem pública repressivo-autoritária que a aliança entre as elites e a imprensa atuou, reforçando a coesão social pela adesão afetiva, essa às vezes inconsciente, e pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo, segmentando e estruturando a memória coletiva com suas hierarquias e classificações. Como afirmou Cerqueira Filho, “o debate sobre a violência, que acontece desde 1984, esconde o verdadeiro debate, que seria entre a ordem pública democrática e a ordem pública autoritária”.⁷ Ao anunciar a presença do verdadeiro debate, subsumido pelo da violência, o cientista político aponta para a presença da luta de classes sob o véu da demanda por aumento de repressão. Pela sua ótica, com a qual concordamos, “enquanto o debate sobre a violência se mantiver na mídia, não passaremos a um estado de direitos”.

Já mencionamos que, durante o mestrado, empreendemos as análises dos discursos veiculados pela grande imprensa, tomando-os em alguns casos como fontes. Na verdade, a maior parte das afirmações que fazemos é fruto de uma leitura mais atenta sobre as notícias produzidas por *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Em *O Dia*, por exemplo, em função do público leitor com qual se estabelecia o *contrato de leitura* (Véron, 1981), a construção sobre os atores envolvidos no processo político em 1992 e nos anos seguintes são as seguintes: Leonel Brizola, como representação máxima do inimigo interno a ser combatido a partir de 1964, como representante do comunismo, como representante da agitação e da baderna, como aquele que, a partir de 1983, concedia privilégios aos bandidos, ou ainda, como aliado da corrupção e da ilegalidade, na sua segunda passagem pelo governo estadual; Nilo Batista, como herdeiro do brizolismo, logo, da agitação, da baderna e da permissividade com os bandidos, intransigente, indeciso, teimoso, hesitante, resistente, mas nos últimos meses de governo, autoritário, repressor, porque via nas Forças Armadas a única possibilidade para a solução (após a vitória do PSDB no pleito estadual) do conflito urbano.

Evidentemente, pela forma maniqueísta como as construções narrativas da imprensa operam, sobretudo a partir dos *fait-divers*, nos termos descritos por Duarte (2004a), temos os *mocinhos* do processo: Marcello Alencar, como o prefeito que devolveu a segurança à cidade do Rio em 1992, como a solução para a “escalada da criminalidade” que o governo pedetista

⁷ Seminário “Subjetividade e Identidade Política”, realizado entre agosto e dezembro de 2004 na UFF.

impusera ao estado do Rio, como representante de uma nova esquerda, mais moderada e sem os radicalismos do brizolismo que ele havia deixado na transferência de partido, pelo reconhecimento de que só um general à frente da Secretaria de Segurança Pública combateria o crime de maneira enérgica mas dentro da lei, como o político do futuro que, mesmo estando ao lado de presos político (fora advogado deles), deixava de lado sua ideologia e se aliava a um ex-linha-dura do Exército; Nilton Cerqueira, como o a possibilidade do golpe de misericórdia contra a criminalidade fluminense, como exemplo de valentia, incorruptibilidade, de maleabilidade, de legalidade, de preparo profissional para devolver à Polícia as características que os governos Brizola tentaram tirar-lhe. Pelo que descreveu a imprensa, o general Nilton Cerqueira foi o responsável por amalgamar a direita e a esquerda.

Para nós, longe de perceber a presença desse amálgama, o que propomos é que a luta entre classes, não restrita à luta entre direita e esquerda, se deslocou do campo da política para o da cultura. Nesse sentido, os meios de informação deixariam de ser um referencial para a captura dessa dissensão para se tornar a própria arena onde ela aconteceria. Já destacamos que concordamos com Cerqueira Filho quando ele aponta que, na contemporaneidade, a presença da luta de classes fica escamoteada no debate em torno da questão da criminalidade. As reflexões do autor têm sido dirigidas para o campo da Ciência Política. Mas, cremos que um diferencial que a nossa pesquisa traz é a perspectiva de assistirmos a esse debate representado por duas ações concretas protagonizadas pelo Movimento Viva Rio e pelo Centro Unificado de Ensino e Pesquisa.

Na Ciência Política contemporânea, têm sido produzidas algumas análises sociais onde os autores remontam à estrutura social a partir da *interface* com o campo da Literatura. O que o nosso trabalho marca como um significativo diferencial é empreender a construção das conflitividades presentes nas páginas dos jornais. Nesse sentido, trabalhamos com a perspectiva de a imprensa não ser meramente fonte, mas um agente que participa decisivamente na dinâmica social. Ou seja, estamos querendo sublinhar que as narrativas produzidas pela imprensa revelam, não através do que dizem (do conteúdo), mas como dizem (da forma), a ideologia que orienta cada uma dessas ações. Colocando em outros termos, o que estamos propondo é que uma estratégia que sai vencedora pode ser exitosa justamente em função da forma como ela é representada semanticamente nas páginas dos periódicos. Diante deste prisma, avaliamos que a cidade do Rio de Janeiro tem sido palco privilegiado da luta de classes que nela tem sido travada desde o final do século XIX até os dias atuais. Mas se à época do fim da escravidão falamos de uma luta de classes no campo da política,

contemporaneamente julgamos que essa luta de classes só pode ser percebida naquilo que concebemos como um novo espaço público produzido pelos meios: o espaço *publidiático*.

Dizer simplesmente que a mídia, ou mais especificamente a imprensa, é palco privilegiado para capturarmos esses conflitos não diferenciaria o nosso trabalho de outras tentativas que já foram realizadas. Dessa forma, trabalharemos a partir de duas orientações ideológicas sobre a mesma demanda social que é a da criminalidade no Rio de Janeiro. Para tanto, a escolha pelo Movimento Viva Rio e pelo CEUEP se revela profícua uma vez que aquele vê na orientação pela ordem pública autoritária a alternativa para que o problema da criminalidade tenha solução. Já o segundo, em simétrico antagonismo, se comporta no sentido de eleger a ordem pública democrática como a saída para a questão da segurança. Ao elegermos esses dois grupos, que pelo menos no plano do discurso apontavam para uma preocupação com o tema criminalidade no Rio de Janeiro, estamos propondo que é possível reconstruirmos a forma como as lutas e disputas são travadas na contemporaneidade.

Assim, nossa abordagem problematiza, dentre outras coisas, o papel da imprensa frente a tais processos, ocultando alguns conflitos, pondo em relevo outros. Desse modo, levantam-se as seguintes questões: de que forma a imprensa do Rio de Janeiro vai atuar por ocasião dos marcos históricos apontados nesta introdução? Como sua ação irá gerar representações discursivas acerca da cidade, de seus problemas e dos anseios da sua população? Mais ainda: como a imprensa irá atuar, em termos de enquadramento da memória coletiva, ora disseminando, ora esvaziando uma “cultura do medo”⁸ entre seus leitores, de maneira a gerar, a partir de suas construções retóricas, ações governamentais, mas, e principalmente, interpretações sobre do espaço público E, em que medida, ao se caracterizar não mais como o quarto poder, mas como o principal (representando fantasisticamente o papel de um poder moderador), a mídia traz para dentro dela todas as ações “perceptíveis”, do ponto de vista de um agendamento do temas, abordagens, segmentos, se constituindo no grande (e novo) espaço público de ação política?

Fazendo uma nova remissão à história, o que temos assistido é uma constante reatualização dos mecanismos de repressão e controle utilizados pelas elites na tentativa de homogeneizar gestos, gostos, atitudes, preferências, das camadas populares. Nessa luta constante – e aqui a chamaremos de luta de classes – gradativamente o Estado, da forma como

⁸ No artigo “Na periferia do medo”, Vera Malaguti Batista propõe uma discussão do conceito de medo, incluindo-o na história, tendo como marco inicial o fim da escravidão no Brasil. A autora se debruça sobre um discurso do medo, ou seja, o medo enquanto um dado concreto (pelo aumento do número de ocorrências criminais) e enquanto uma fantasia, em função do aumento do debate em torno do assunto. Ver: BATISTA, Vera Malaguti. *Op. Cit.*

assistíamos, sobretudo, no final do século XIX, vem deixando de ser o principal espaço de luta pela hegemonia. Nesse sentido, mantemos a perspectiva da presença da luta de classes nem tanto na luta pelo controle do Estado, mas principalmente pela primazia por significar, e mais especificamente, significar no espaço *publidiático*. Em nossa abordagem, propomos que o principal lócus da luta de classes deixou de ser o político, passando a ser o cultural. Dessa forma, o desenvolvimento dos nossos argumentos caminha no sentido de evidenciar os embates ideológicos travados no campo da cultura, atribuindo aos meios de comunicação de massa um papel preponderante de produzir-difundir-resignificar o lugar da cultura na contemporaneidade.

Com nossa pesquisa, avaliamos, estamos questionando o lugar consolidado que a cultura, o político, o econômico, o social ocupam de forma isolada. Mais do que chamar a atenção da necessidade de desenvolvermos estudos transdisciplinares por qualquer modismo epistemológico da contemporaneidade, o que buscamos é, a partir de um esgotamento dos modelos tradicionais que estudavam as áreas do conhecimento de forma isolada, empreender um esforço no sentido de estabelecer algumas interconexões que têm escapado aos operadores sociais. O que estamos querendo sublinhar é que nossa pesquisa busca romper com essas fronteiras impostas pelo pensamento iluminista, de caráter estritamente racionalista, onde economia, política, cultura não se interpenetravam e a *irracionalidade* era um elemento que deveria ser descartado. Assim sendo, buscamos consagrar neste trabalho a contribuição de campos como o da História, da Ciência Política, da Psicanálise, mas principalmente, o da Comunicação Social – um espaço transdisciplinar por excelência.

Não se pode, tampouco se pretende, descartar a contribuição que cada área do saber, a exemplo das citadas no parágrafo anterior, vem dando à perspectiva de refletir sobre as questões ligadas aos indivíduos ou à sociedade. No entanto, uma das principais contribuições que a nossa pesquisa traz, na perspectiva aberta por Martin-Barbero (2003), é o fortalecimento da Comunicação como campo de estudo, a partir desse novo projeto intelectual. Desse modo, a comunicação é entendida como um campo primordial de batalha política (*Idem*). Não há como negar que a Ciência Política e a Psicanálise, além da História, têm nos trazido valiosas contribuições. Autores como Cerqueira Filho (2002a, 2005), Neder (2007), Zizek (1992, 1996), Serra (1997), dentre outros, têm trabalhado no sentido de mapear os conflitos sociais a partir do campo da Literatura. Para esses pesquisadores, a sensibilidade literária permitiria ao analista social capturar, através de pistas, indícios e sinais as construções sociais presenciadas pelos literatos. Colocando em outros termos, na abordagem desses autores, seria possível ao

pesquisador reconstruir os embates travados na sociedade, pois estes estariam perceptíveis na Literatura não pelo que é narrado, mas pela forma como é narrada. Ou seja, nossa proposta é revelar tais embates sociais não através da produção literária, mas através das narrativas jornalísticas. Ao propormos o deslocamento da imprensa como fonte para sua compreensão como um poderoso agente social, buscamos romper com a ótica sublinhada pelos operadores sociais modernos: os relatos da imprensa simplesmente como fonte histórica.

Outra relevância que o trabalho pretende trazer é a de apontar que, naquela perspectiva, os sujeitos concretos que atuam na mídia, em geral, e na imprensa, em particular, são agentes sociais cujas escolhas não são ingênuas, antes são reflexos da dinâmica da sociedade. Ou seja, nossa reflexão caminha no sentido de apontar que nos dias atuais a criminalidade não seria tão mais significativa do que em outras formações históricas. O que propomos é que, no contexto urbano do Rio de Janeiro na passagem da última década do século XX aos primeiros anos do XXI, o tema da criminalidade tem servido como legitimador do aumento da repressão e do controle contra as esferas sociais mais populares e como plataforma político-eleitoral nas campanhas municipais, estaduais e federais.⁹ Assim sendo, quando observamos dois grupos sociais que vislumbravam uma solução para o problema da criminalidade no Rio de Janeiro – o Viva Rio e o CEUEP – vendo legitimadas as demandas do primeiro e excluídas das páginas dos periódicos as propostas do segundo, julgamos que estamos diante de um caso analítico onde a mídia se torna menos uma simples fonte e assume um papel de agente político muito claro, apontando quais os projetos de sociedade são incorporados por ela neste processo.

É fundamental que explicitemos que o nosso objeto de estudo são as construções narrativas produzidas pelos meios de informação acerca das intervenções militares na cidade do Rio de Janeiro. Isso porque, menos nos interessam aqueles eventos em si, mas sim o quanto aquelas construções sobre as operações das Forças Armadas sedimentam no imaginário social que a repressão é a *única* resposta viável ao conflito urbano. Na verdade, independente dos personagens envolvidos, o que assistimos é a mais um capítulo da luta ideológica que atualiza o antagonismo social sobre o qual a sociedade brasileira se construiu, evidenciando que a energia no combate ao crime deve ser dirigida contra determinadas

⁹ Nas eleições municipais, quanto mais próximos são os município da capital, maior o esforço da candidato em estabelecer conexões com a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. Para governador, desde 1994, o combate à criminalidade tem sido a principal plataforma eleitoral, fato que se repete no processo para eleição do presidente da República, desde Fernando Henrique Cardoso até Luiz Inácio Lula da Silva, onde os candidatos prometem atenção especial contra os crimes cometidos no espaço urbano fluminense, produzindo uma clara confusão entre cidade e estado do Rio de Janeiro.

regiões da cidade, determinados personagens e determinadas classes sociais. Mas, antes de passarmos à estruturação dos capítulos, faremos duas descrições: a primeira do nosso objeto sociológico, isto é, as ações militarizadas realizadas entre 1992 e 2007; a segunda, dos jornais pesquisados nesse período, bem como sobre os intervalos recorrentes (Robin, 1977) que estabelecemos.

O objeto sociológico. Mais do que descrever as ocupações produzidas no intervalo entre 1992 e 2007, vamos especificar os contextos e a importância de cada uma delas. Essas intervenções são centrais no nosso empreendimento uma vez que elas evidenciam a nossa hipótese central. Ou seja, nossa hipótese é a de que o antagonismo social se deslocou do campo estrito da política para o da cultura. Isto é, para nós, os embates sociais podem ser enxergados de maneira mais evidente nos embates que são travados no campo da produção material da cultura, este entendido em seu sentido amplo. Assim, o percurso que estamos realizando tende a evidenciar que o debate em torno das posições sobre uma ordem pública democrática *versus* uma ordem pública autoritária/repressiva é travado entre os anos de 1992 e 1994 – mas, principalmente neste último – para se consubstanciar numa única ordem possível, no século XXI (2007): a repressiva/autoritária. Em nossa avaliação preliminar, o que as ocupações militares não evidenciaram foram os embates entre projetos, não exclusivamente de natureza política (entendido em seu sentido menor), que ficaram subsumidos nos relatos da imprensa sobre a necessidade ou não de ocupações militares para estabelecer a ordem urbana. Dessa forma, em nossa perspectiva, as intervenções federais no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro tornam-se elementares na compreensão de que a luta de classes está presente em nossa sociedade, sobretudo pelo prisma da cultura.

RIO-92 (1992). A RIO-92 agrupou representantes de mais de 160 países filiados à Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir assuntos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ocorrida entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, foi a segunda oportunidade (a primeira foi em 1972) em que nações do norte e do sul se reuniram visando buscar alternativas para o crescimento, preservando os recursos naturais do globo terrestre. Naquele período, a cidade do Rio de Janeiro foi foco de atenção mundial. Aqui se estava negociando alguns documentos sobre a preservação do meio ambiente, como a Agenda 21 – uma lista, importante e extensa, de ações, metas e prioridades a serem cumpridas pelos governos para garantir a sobrevivência do planeta – e a Carta da Terra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – uma Declaração dos Direitos dos Homens e da Ecologia.

Além de “Cúpula da Terra” e de “ECO-92”, o Encontro também ficou conhecido como RIO-92, sendo este o *selo* que aparecerá preponderantemente na cobertura da imprensa sobre a Reunião. Em torno da presença dos Chefes de Estado, juridicamente, era necessário que as Forças Armadas oferecessem segurança aos nossos visitantes. A partir disso, sob a coordenação do Comando Militar do Leste¹⁰, as tropas federais passaram a ocupar morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro, tais como Rocinha, Turano, São Cristovão, Mangueiras e Maré, regiões que, segundo relatos das autoridades e dos veículos de comunicação, representavam um perigo eminente à possibilidade de o Brasil se mostrar preparado para lidar com a questão da segurança. Afinal, aquela era a primeira oportunidade de o país receber tantas nações simultaneamente¹¹.

Outro elemento importante no que diz respeito ao Encontro é a composição política do poder executivo nas esferas municipal, estadual e federal, mormente porque tais poderes apareceram, na dinâmica do evento, a partir de determinada representação produzida pelos meios de informação. Ocupava o cargo de presidente da República Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN). Os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro eram ocupados por Leonel Brizola e Marcello Alencar, respectivamente, e ambos eram do Partido Democrático Trabalhista (PDT). No ano de 1992 tínhamos ainda eleições municipais (prefeito e vereador). Esse fato é relevante à medida que, apesar da centralidade dos debates produzidos em torno da RIO-92, os veículos de comunicação deram uma maior ênfase às operações militares em detrimento de temas como a poluição do planeta pelos países desenvolvidos e a recusa dos Estados Unidos, por exemplo, em assinar um protocolo se comprometendo com a redução de emissão de gás carbônico.

Operação Rio (1994-1995). A Operação Rio foi um convênio de cooperação entre o Governo Estadual (representando naquela oportunidade por Nilo Batista e também do PDT) e o Governo Federal (representado por Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático

¹⁰ O Comando Militar do Leste (CML) é uma instituição militar criada em 1946, como fruto dos desdobramentos da II Guerra Mundial. Naquela oportunidade, ainda sob o nome de Comandos das Zonas Militares, o Governo brasileiro promoveu a criação destes dispositivos, em substituição à chamada Organização Territorial, com vistas à proteção nacional. As Zonas Militares do Sul, do Centro, do Leste e do Norte ficavam, respectivamente, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Capital Federal (Rio de Janeiro) e Recife. Em 1956, a Zona Militar do Leste passou a ser denominada Comando do I Exército. A partir de 1986, recebeu a designação pelo qual o conhecemos – CML (www.cml.eb.mil.br).

¹¹ Não nos parece fortuito o fato de nossos representantes estarem *preocupados* em mostrar ao mundo sua capacidade de oferecer segurança aos estrangeiros. Pelo contrário, vemos nesse expediente a presença do imaginário social à medida que, desde o início do período republicano, uma das estratégias discursivamente construídas (e assim inscritas no imaginário brasileiro) é sobre a necessidade, sob a égide da noção de ordem e progresso (amalgamada sobre a concepção de civilização), mostrarmos ao mundo a capacidade do país de oferecer as condições materiais necessárias para sermos incluídos no hall dos países civilizados.

Brasileiro – PMDB –, após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello) para gerar ações conjuntas entre as Polícias fluminenses, com ampliação do policiamento ostensivo, e as Forças Armadas, com os militares cuidando da segurança nas fronteiras do Estado do Rio de Janeiro. Tais ações podem ser datadas e divididas em três fases: a primeira, que ficou conhecida como *Operação Rio I*, ocorreu no período entre 31 de outubro e 31 de dezembro de 1994; a segunda manteve o mesmo nome, pois foi uma prorrogação do convênio até 3 de março de 1995; a terceira, a *Operação Rio II*, entre 4 de abril e 31 de junho de 1995. É importante que destaquemos que tais operações (Rio I e Rio II) só puderam ser classificadas *a posteriori*, uma que vez não se sabia que haveria uma continuidade a partir de 1º de janeiro de 1995. Do ponto de vista semântico, tratou-se de uma mesma ocupação militar (Operação Rio), que mantinha relação com a RIO-92. Mas, na prática, são operações de natureza distinta.

Em face de uma “criminalidade crescente” no espaço urbano do Rio de Janeiro, firmou-se um Convênio onde ficaria a cargo do Governo Federal, com o uso das tropas federais, a fiscalização das fronteiras fluminenses para que se tentasse diminuir a entrada de armas e drogas, haja vista o fato de o estado não produzir nenhum daqueles produtos. Ao Governo Estadual, através das Polícias Civil e Militar, caberia o combate aos narcotraficantes e às armas utilizadas no crime. Novamente, o comando das atividades militares ficou a cargo do Comando Militar do Leste. Em outubro de 1994, num claro desrespeito ao Acordo, as Forças Armadas passaram a ocupar morros e favelas da cidade carioca¹² com o objetivo de reprimir os traficantes de drogas. É sobre esse episódio que lançaremos luz, tendo em vista que, com relação às demais ações militares, não havia qualquer necessidade protocolar de mobilização.

Na prática, o Convênio acabou sendo usado como plataforma política, uma vez que a *Operação* aconteceu quase que simultaneamente às eleições majoritárias, ou seja, às eleições para o Executivo e o Legislativo federal e estadual. Com os militares ocupando novamente os morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro, o espaço urbano carioca acabou sendo objeto de disputa eleitoral, a partir do embate entre Marcello Alencar (que havia se transferido do PDT para o PSDB) e Anthony Garotinho (PDT). Ao final de 1994, encerrar-se-ia o Acordo de

¹² A partir de informações colhidas em três jornais de grande circulação no Rio de Janeiro (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*), além de referências bibliográficas como a de Cecília Coimbra (*Operação Rio: o mito das classes perigosas*. RJ: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001), observa-se que houve inicialmente a ocupação em cinco morros cariocas (Dona Marta – Botafogo, Chapéu Mangueira – Leme, Cantagalo – Ipanema, Andaraí – Tijuca, Turano – Rio Comprido e Borel – Vila Isabel). Tais investidas se espalharam por favelas próximas a estes morros, como a Chácara do Céu (Borel). Posteriormente, as intervenções militares foram estendidas aos Morros de Copacabana (Pavão e Pavãozinho), da Ilha do Governador (Dendê e Bananal), de Ramos (Adeus), dos bairros Penha, Inhaúma, Bonsucesso, Ramos e Olaria (Complexo do Alemão), do Lins de Vasconcelos (Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Cutia e Gambá), do Catumbi (Catumbi) e do Centro (Mineira).

cooperação. Mas, este foi prorrogado pelo novo governador (Alencar) até março do ano seguinte, tendo no comando da Segurança Pública fluminense o general Eucimar da Silva. Sob forte resistência da opinião pública quanto à falta de firmeza no comando das ações da Segurança Pública¹³, por parte do gal. Eucimar, e ante a possibilidade da não prorrogação do Convênio, o chefe do Executivo fluminense colocou em prática uma nova *Operação* (Rio II), esta tendo a frente da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, no comando das ações, o general Nilton Cerqueira.

Operação Rio contra o Crime (1999-2003). De todas as ações militares produzidas no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos últimos 15 anos esta é a mais difusa e de difícil precisão, tanto pelo aspecto do debate em torno dela quanto pelas sequências de eventos ocorridos durante a vigência do que julgava-se ser uma operação única e indivisa. Na verdade, *Rio Contra o Crime* foi uma Associação fundada na década de 1990, por Zeca Borges (também coordenador do Disque-denúncia), que viria a ser classificada, no início da década seguinte, como de Utilidade Pública Estadual (Lei Estadual 3374/2000). O debate intenso em torno da questão da Segurança Pública foi celebrado no Plano Nacional de Segurança Pública (Brasília, 2000), um documento que propõe, desde a sua elaboração, iniciativas no campo da segurança pública e que contou com a participação das Secretarias de Segurança Pública estaduais, do Ministério da Justiça e de Organizações Não-Governamentais. O principal objetivo do Programa de Segurança era estabelecer uma ação integrada, com coordenação, avaliação, redirecionamento de ações e metas propostas que contribuíssem para a criação de um Sistema Nacional de Segurança Pública.

É interessante observarmos que boa parte das estratégias imersas no debate em torno da questão do *Rio Contra o Crime* ganha um colorido diferente a partir de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI do Narcotráfico), criada em 1999, sob a justificativa de que o Congresso Nacional investigaria o envolvimento de juízes e políticos com crimes ligados ao tráfico de drogas¹⁴. O ano de 1999 torna-se emblemático no processo político de utilização das Forças Armadas. Em meio à campanha “Rio Abaixo Essa Arma”, acontece na cidade carioca um novo encontro de Chefes de Estado: trata-se da V Cimeria, reunião de cúpula da União Européia, Caribe e América Latina. Mais uma vez, houve a necessidade de intervenção das Forças Armadas para garantir a segurança dos representantes dos países envolvidos.

¹³ Falta de firmeza aqui é um eufemismo para dar conta da insatisfação com um ligeiro arrefecimento da repressão policial.

¹⁴ No âmbito estadual, também foi criada em 1999, pela Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, uma *CPI do Narcotráfico*, que redundou na instauração de uma nova CPI (a do *Baile Funk*), a qual passou a estabelecer os limites para a realização dos bailes nas comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Diferentemente das outras oportunidades em que o Exército ocupou o espaço urbano do Rio de Janeiro, a Cimeira não recebeu maiores atenções dos veículos de comunicação de massa, chegando a ser chamada pela *Veja* (07/07/1999) de Carnaval Político.

Além da Cimeria (1999), os militares voltariam às ruas cariocas em mais uma oportunidade, durante o I Governo Garotinho (1999-2002)¹⁵. Em 2002, com o objetivo de garantir a segurança das eleições no estado fluminense, as tropas do Exército foram deslocadas, a despeito das garantias dadas pela então governadora Benedita da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT). Como resposta à suposta ineficiência do Rio de Janeiro em lidar com a questão da Segurança Pública¹⁶, o governo estadual iniciou o ano de 2003 (ainda em janeiro) com aumento da repressão por parte das Polícias Civil e Militar. Um dos efeitos práticos foi a morte de 14 pessoas, moradores das favelas do Rebú e da Coréia. Durante o Carnaval, novamente os militares ocuparam a cidade, com o objetivo de dar proteção aos turistas. Os incidentes envolvendo as ações das Polícias fluminenses continuaram. Em abril, mais precisamente no dia 17, houve uma chacina no Morro do Borel, que resultou na morte de quatro moradores.

A partir de maio de 2003, o ex-governador Anthony Garotinho assumiu a Secretaria de Segurança Pública do estado. Na transição entre ele e seu antecessor, Josias Quintal, e em meio à pressão por uma nova intervenção federal, foi decretada a operação “Rio Seguro”. Nos primeiros quinze dias no cargo, Garotinho se vangloriava de a ação da Polícia ter produzido 100 mortes (todas de bandidos, afirmava na época). Mas, a pressão para que as tropas federais voltassem a intervir no Rio de Janeiro, via órgãos de imprensa, era grande. Em função do “êxito” obtido pelas Forças Armadas para a “queda dos índices de criminalidade”, tanto em 1992 quanto em 1994-1995, em meio ao acirramento do conflito urbano, a sociedade civil organizada, tendo o Movimento Viva Rio como um dos seus principais representantes, propôs ao Governo do Estado que as tropas federais viessem novamente para o Rio de Janeiro a fim de cuidar da Segurança Pública. Diferentemente do que vinha acontecendo com as outras ocupações, o então secretário de Segurança Pública aceitou a proposta de cooperação desde

¹⁵ Nos últimos seis meses do primeiro mandato, Anthony Garotinho se afasta do cargo de governador para concorrer à Presidência da República nas eleições de 2002. Em seu lugar, a vice-governadora Benedita da Silva, assume o Executivo do estado do Rio de Janeiro até a posse de Rosinha Matheus. Em 2003, a governadora eleita toma posse e, cinco meses depois, nomeia o ex-governador Anthony Garotinho para o cargo de secretário estadual de Segurança Pública.

¹⁶ Foi durante o I Governo Garotinho que dois eventos ganharam repercussão nacional e internacional. O primeiro foi ainda em 2000, com o seqüestro do “ônibus 174”, onde uma refém (Geisa Gonçalves) foi assassinada e, mesmo após ser preso pela Polícia Militar, o seqüestrador (Sandro Nascimento) foi executado. O segundo, este em 2002, foi a execução do jornalista Tim Lopes pelo bandido Elias “Maluco”. Pela resposta dada pelas Polícias, ficou evidenciada a prática do extermínio nas ações de segurança pública.

que o controle das atividades permanecesse na Secretaria. Como o Acordo não foi aceito nos moldes propostos por Garotinho, o processo arrefeceu-se.

Além dos efeitos produzidos, pelo menos a partir das narrativas midiáticas, pelas intervenções federais em 1992 (RIO-92), 1994-1995 (Rio I e Rio II), 1999 (Rio, abaixe esta arma), 2003 (Rio Seguro), o Rio de Janeiro sofreu outra operação militar em 2006, esta isolada e em função de uma demanda interna. No dia três de março daquele ano, foram roubados 10 fuzis e uma pistola do Estabelecimento Central de Transportes do Exército (ECT), localizado no bairro carioca de São Cristóvão (zona norte). Novamente, morros e favelas (como a Mangueira e a Providência, por exemplo) da cidade do Rio foram cercados pelo Comando Militar do Leste. Após 12 dias de ocupação, as armas foram deixadas num hotel em São Conrado (zona sul do Rio). Pelas informações produzidas pela imprensa, o tempo gasto na recuperação do armamento evidenciou novamente a eficiência das ações militares¹⁷.

Pan Rio-2007 (2007). Realizado entre os dias 13 e 29 de julho, a XV edição dos Jogos Pan-Americanos (uma versão das três Américas dos Jogos Olímpicos) aconteceu na cidade do Rio de Janeiro (Pan Rio 2007)¹⁸. De forma análoga à RIO-92, era de fundamental importância que as Delegações dos países participantes dos Pan Rio 2007 (com mais de mil atletas) tivessem a proteção do Estado brasileiro no transcorrer da competição. Assim, como juridicamente previsto, a Força Nacional de Segurança foi deslocada para a cidade do Rio de Janeiro a fim de que os Jogos transcorressem em segurança. Contando com o apoio das Polícias fluminenses, os militares novamente ocuparam os locais de onde presumia-se que advinha o perigo: os morros e favelas cariocas. Pelas narrativas encontradas na imprensa, novamente a *operação militar* foi um sucesso, a ponto de o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) afirmar que o país estava apto para realizar uma Copa do Mundo, uma vez que, tal como na RIO-92 e nos Jogos Pan-Americanos (RIO 2007), o Rio de Janeiro e o Brasil já demonstraram ter competência técnica e aparatos de segurança bastante

¹⁷ Em diversos veículos de comunicação, como *O Globo*, *a Folha de São Paulo*, *Veja*, *IstoÉ*, por exemplo, as operações militares em torno da recuperação das armas roubadas em 2006 são montadas a partir de uma cronologia que vem da RIO-92 até a ação daquele ano. Em 2007, o que podemos perceber, através de uma estratégia semelhante, é a atualização dessa cronologia até o Pan Rio. Uma vez mais, além de uma cronologia que liga eventos, distantes temporalmente e com especificidades distintas, estabelece-se também uma conexão, no plano do imaginário, para referendar a eficácia das Forças Armadas na ação contra a criminalidade.

¹⁸ O Evento, que se realiza de quatro em quatro anos, sempre um ano antes das Olimpíadas, teve sua primeira edição na Argentina (na cidade Buenos Aires), em 1951. No Brasil, é a segunda vez que os Jogos ocorrem. A primeira foi a IV edição, disputada em 1963 na cidade de São Paulo. Na ocasião, reuniram-se cerca de 40 mil pessoas na Cerimônia de Abertura, realizada no Estádio do Pacaembu.

eficientes.¹⁹ Com a escolha do Brasil para sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 e, principalmente, com a campanha produzida em torno das ações da Força Nacional de Segurança, é de se esperar, infelizmente, que uma nova onda de repressão venha a ser produzida sobre a cidade carioca. Nunca é demais lembrar que o Maracanã será o “palco” da final dessa Copa.

Quando abordamos as intervenções militares ocorridas no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, necessariamente temos que rememorar um período que é importante, mas cremos que somente do ponto de vista histórico: a ditadura militar. O regime, que iniciou-se no Brasil em 1964 e que durou algo em torno de 20 anos, deixou profundas marcas (conscientes e inconscientes) na vida da população brasileira. Não se trata de novidade alguma o fato de que os militares assumiram a *fórcaps* o poder e protagonizaram um dos espaços de tempo mais marcantes da história do país, do ponto de vista da repressão política, social, cultural. Porém, nossa pesquisa não é exatamente sobre a ditadura, mas sim sobre os efeitos que essa produziu – ou ampliou (e essa é uma das nossas hipóteses de trabalho) – no imaginário social, principalmente no Rio de Janeiro e por motivos que vamos explorar ao longo da tese. No momento, e para que a conexão entre a RIO-92 e o regime possa ser estabelecida, nos interessa entender as motivações por trás da *convocação* das forças armadas, em um momento histórico de ressurgimento da democracia, a despeito de um passado não muito distante onde elas estabeleceram parâmetros discricionários e policialescos sem precedentes na nossa história²⁰.

Já mencionamos que, protocolar e juridicamente, a intervenção militar em 1992 foi legítima, e não estamos estabelecendo um contra-senso com a questão que levantamos no final do parágrafo anterior. Mas, um dado igualmente relevante é a formatação política, quanto ao poder Executivo, que vigia naquele ano. No plano federal, o presidente era Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar²¹.

¹⁹ Não há como negar que o episódio da morte dos três jovens do Morro da Providência (16/06/2008) por soldados do Exército coloca em discussão toda representação criada em torno da idéia de que seria aquela instituição a responsável por oferecer segurança à população. Para o desenvolvimento da tese, estaremos também nos debruçando sobre esse evento a fim de que o consenso em torno da ação dos militares possa ser problematizado.

²⁰ Não estamos desatentos às práticas discricionárias que se estabeleceram ao longo do processo de formação do Brasil. Tampouco esquecemos as outras ditaduras aqui produzidas, como a varguista. O que faz da ditadura militar um momento singular é a permanência de tais práticas institucionalizadas por um período tão longo.

²¹ Tancredo Neves havia sido eleito, em janeiro 1985, pelo Colégio Eleitoral, tendo José Sarney como seu vice. Com a morte do político mineiro, antes mesmo de sua posse, Sarney assume a Presidência da República e fica no poder até 1990. Em 1991, Fernando Collor de Mello passa a ocupar o cargo de presidente, mas sofre o *impeachment* em 1992. É sucedido por seu vice, Itamar Franco, que governa até 1994. No ano seguinte, assume a Presidência Fernando Henrique Cardoso, que é reeleito em 1998 e fica no cargo até 2001. Em 2002, é Luiz

Caso semelhante ocorre na esfera estadual, cujo governador, Leonel Brizola, estava em seu segundo mandato²². Já no executivo municipal, ocupava o cargo o prefeito Marcello Alencar.²³ A composição estabelecida das três esferas de poder, a partir das eleições diretas que sucederam o regime ditatorial imposto no início da década de 1960, nos ajuda a perceber o quanto as intervenções militares no Rio de Janeiro (numa perspectiva sociológica) estavam imersas num jogo político. Por isso, apontamos nas notas nove e dez a cronologia da sucessão nos governos estadual e municipal no Rio de Janeiro. Apesar de não ter sido a única grande intervenção da década de 1990 (nem a principal delas), vamos inicialmente nos deter sobre o contexto em que ocorre a RIO-92.

A Rio-92 ocorre, como já mencionamos, entre os dias 03 e 14 de junho de 1992. Trata-se de um momento histórico onde, após longos anos de ditadura militar, o país experimenta, no plano político, os ventos democráticos nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. No plano econômico, vivíamos o neoliberalismo, *imposto* pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil, a partir da crise do México (1982). No início dos anos 1980, com o “Consenso de Washington”, a atualização das propostas liberais entra definitivamente na pauta da política econômica internacional, produzindo, como um dos seus efeitos, um engessamento das economias latino-americanas. Como consequência, a recessão aumenta e os índices de desenvolvimento caem vertiginosamente. Tais políticas neoliberais começaram a ser implantadas, não sem dificuldades, ainda durante o regime militar. O governo brasileiro vinha tentando cumprir as metas fixadas pelo FMI. Ajudado por fatores externos, como queda do preço internacional do petróleo e das taxas de juros e da recuperação da economia norte-americana, o ministro Delfin Neto (último ministro da Fazenda do período da ditadura), após as eleições para governadores de estado (I Governo Brizola), lançou um pacote de arrocho, que provocou uma forte recessão, queda do salário real e desvalorização cambial.

Inácio “Lula” da Silva quem assume o Executivo federal e está em seu segundo mandato, uma vez que também foi reeleito em 2006.

²² O primeiro mandato de Leonel Brizola foi entre 1983 e 1986. Em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para governador após o regime. Entre 1987 e 1990, Moreira Franco ocupou o cargo. Em 1991, Brizola volta ao Governo Estadual e fica até 1994, quando se licencia para concorrer à Presidência da República. De 1995 a 1998, o governador é Marcello Alencar. Em 1999, é eleito Anthony Garotinho, que governa até 2002. No ano seguinte, Rosinha Matheus (esposa de Garotinho) é empossada e governa o Rio até 2006. Em 2007, Sérgio Cabral é o principal mandatário no âmbito estadual.

²³ As primeiras eleições diretas para prefeito ocorreram em 1984. Na cidade do Rio de Janeiro o vitorioso foi Saturnino Braga (1985-1988). Antes deste ano, os chefes dos Executivos municipais eram uma escolha do governador de cada estado. Em 1988, a cidade carioca elegeu Marcello Alencar (1989-1992). Em 1992, foi a vez de César Maia (1993-1996), que em 1996 apoiou o *prefeitável* Luiz Paulo Conde (1997-2000). No ano de 2000, Maia (2001-2008) novamente ganhou as eleições e foi reeleito em 2004. Na prática, ele comandou a cidade do Rio desde 1993. Em 2008, foi a vez de Eduardo Paes ser eleito, governando o município a partir de 2009.

Os problemas com a recessão, com a inflação, com o desemprego, passaram a ser um dos principais desafios dos governos federais após o regime militar. A situação econômica, que não era das mais confortáveis, agravou-se muito, sobretudo após a posse de José Sarney na Presidência da República. Por conta de constantes endividamentos do país, atingimos a uma dívida externa, como destacam Cardoso e Fishlow (1989, p. 77), na ordem de aproximadamente 103 bilhões de dólares, o equivalente a um terço do nosso PIB. Nesse contexto, passa-se a falar de liberalização e de reformas, mais ainda, de reformas estruturais. A partir de 1990, o governo do presidente Fernando Collor vai ser o responsável por começar a promover a integração do Brasil na agenda neoliberal. Sob o comando de Collor, o país produziu abertura do mercado para o capital estrangeiro dentro das diretrizes neoliberais, entendendo que aquela seria a única forma de permitir que o Estado brasileiro pudesse voltar ao período de crescimento econômico.

A vitória de Fernando Collor, em 1990, produziu, dentre outros efeitos, a abertura comercial que possibilitaria ao país voltar a crescer. Afinal, estaríamos trazendo para cá uma parcela considerável da riqueza mundial²⁴. Mostrar que estávamos preparados para isso era fundamental. Nesse sentido, quando foi agendada, em fins de 1990 e início de 1991, uma das finalidades que a RIO-92 cumpriria era a de mostrar à comunidade internacional que o país estava preparado para receber os estrangeiros, como apontavam, à época, algumas manchetes dos jornais da grande imprensa, no geral, e dos jornais aqui pesquisados, em particular²⁵. Dessa forma, tal como acontecera quase cem anos antes, a cidade do Rio de Janeiro (sede do Encontro) deveria se apresentar “limpa”, “higienizada”, “ordenada”²⁶. Entretanto, o projeto político federal encontrava, no plano estadual, seu maior desafio: como conciliar uma cidade “limpa”, “higienizada”, “ordenada”, com a redução da repressão policial imposta pelo governador Leonel Brizola? Afinal, não podemos esquecer que, com o fim da ditadura,

²⁴ Mais adiante, estaremos evidenciando que uma prática semelhante cerca a administração Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, o que nos permite inferir sobre a presença de processos históricos distantes no tempo e no espaço aparecerem no imaginário da sociedade brasileira. Indo mais além, poderíamos nos interrogar: admitindo a presença do imaginário como uma das esferas que orientam a ação humana (política inclusive), não seria Pereira Passos falando em Collor?

²⁵ No campo do discurso, prática semelhante pode ser vista em outros três momentos de inserção do Brasil no circuito mundial no que tange a estratégia de atrair grandes investimentos para cá: o Pan Rio-2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos olímpicos de 2016. No que diz respeito ao primeiro, as autoridades públicas afirmam que ele foi preponderante para o país *mostrar ao mundo que estava preparado para receber a comunidade internacional e atrair investimentos estrangeiros*, numa atualização histórica do sentimento encontrado na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

²⁶ Sobre o ordenamento da cidade, trataremos mais especificamente no Capítulo 2, quando desenvolvermos nossas reflexões no que concerne ao imaginário, onde destacaremos, inclusive, as permanências de práticas políticas e sociais de longa duração.

aumentaram também as demandas sociais. Assim sendo, vejamos como vivia o país no plano social.

Em *A “Questão Social” no Brasil* (Cerqueira Filho, 1982), o autor demonstra como se deu a alternância na condução da incorporação das demandas populares. Não recuperaremos ponto a ponto, mas é importante enfatizarmos que em alguns momentos históricos tais demandas recebiam tratamento político, noutros policial. Esse é um ponto essencial para nós, uma vez que, segundo a análise de Cerqueira Filho, a ditadura militar interrompeu o acolhimento político das reivindicações populares, dado pelo presidente João Goulart, instaurando o procedimento policial, com o aumento substancial da repressão do Estado. Com o fim do regime, aguardava-se que os governos democráticos (inicialmente na esfera estadual), eleitos a partir de 1982, recuperassem o processo de diálogo com as classes populares. Em *Criminalidade no Rio de Janeiro* (Borges, 2006), buscamos apontar que o governo do estado do Rio de Janeiro procurou estabelecer essa conversação com a população menos favorecida. No entanto, neste momento menos interessa explorar nossas conclusões daquele trabalho e mais enfatizar a dinâmica em torno da politização da “questão social”.

Antes de retornarmos cronologicamente à década de 1960, é interessante observarmos que o político deposto do cargo de presidente da República, em 1964, já havia enfrentado resistências contra sua inclinação às classes populares. Na verdade, desde que fora Ministro do Trabalho no Governo Vargas, em 1952, João Goulart se notabilizou por adotar uma linha de atuação onde a classe trabalhadora passava a ser incorporada na pauta política do governo. Tal incorporação, ou a politização da “questão social”, despertou a desconfiança das elites do país e produziu efeitos imediatos e posteriores na atuação política de Jango. Um dos imediatos foi sua saída daquele Ministério em 1954. Posteriormente, envolveu sua posse como presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Em função da ligação de Jango com as classes populares, as elites políticas do país tentaram impedir sua posse. Foi nesse cenário que Leonel Brizola comandou a Cadeia da Legalidade, movimento que buscou garantir constitucionalmente, ou seja, legalmente, a posse de Jango. Se para Brizola o que as elites estavam promovendo era um desrespeito à Constituição Federal, impedindo o presidente eleito democraticamente de ocupar o cargo; para o Alto Comando das Forças Armadas²⁷ essa atitude representava uma provocação às suas ordens.

²⁷ Como já destacamos na primeira nota deste capítulo, em Porto Alegre, capital do estado do qual Leonel Brizola foi governador entre 1959 e 1962, as operações militares ficavam a cargo do Comando do III Exército, antiga Zona Militar do Sul e, atualmente, Comando Militar do Sul. Àquela época, a desobediência do governador

Sobre a trajetória política de Leonel Brizola queremos nos deter sobre (a) sua filiação à ideologia, de corte democrático, capitaneada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), (b) a atualização política das bandeiras petebistas, através do PDT a partir de 1980, e (c) a incorporação das demandas sociais, já no primeiro governo (1983-1986), tendo como principal plataforma política o respeito aos Direitos Humanos, esses entendidos em sentido *lato*. Após o golpe de 64, Brizola foi exilado, voltando ao país em 1979 e fundando o PDT em 1980. Era o momento histórico onde o país começava a experimentar a distensão política produzida pelo regime. Inicialmente, o panorama que estamos traçando pode causar a falsa impressão de que foi a ditadura militar a única responsável pelos excessos cometidos durante a vigência da democracia pós-golpe. Na verdade, está em nosso horizonte que, ao longo da implementação da ordem burguesa na sociedade brasileira, a “questão social” recebeu ora tratamento político ora criminal, com a criminalização, por exemplo, de personagens como o capoeira, o malandro, o que acaba evidenciado que o expediente do autoritarismo e da repressão tem uma história muito mais longa. Mas, foi com “a implantação de um modelo teórico com os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)” (Cerqueira, 1996) que os militares deixaram o legado de repressão, tortura e um certo desrespeito às Leis que persistiram (e ainda persistem) em alguns governos democráticos.

Outro fator importante na constatação desse legado é a abrangência com que se definia o criminoso. Dentro da DSN, bandido poderia ser qualquer indivíduo que se opusesse ao regime. Não por acaso, é intrínseco a esse período, como aponta Cerqueira, “que vimos aparecer nas organizações policiais militares a formação dos ‘grupos de operações especiais’; eram formações treinadas e preparadas para o combate aos guerrilheiros urbanos e rurais” (*Idem*). Dessa forma, assiste-se à formação da polícia política, institucionalizada para combater o inimigo invisível. Em sua primeira passagem pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (1983-1986), com a ênfase em um governo democrático, voltado para o reconhecimento e o respeito aos Direitos Humanos, Brizola começou a promover aquilo que poderíamos identificar como “politização da questão social”, ou ainda, aquilo que Cerqueira classificou de “prática democrática do poder político civil que tem como sua orientação a força pública” (*Idem*), implementando um processo de desmilitarização da Polícia Militar.

Tal processo de desmilitarização trazia consigo a perspectiva da diminuição, até da extinção, da influência do Exército no contexto da Polícia Militar. E aí está, para nós, um dos principais pontos de conflito entre Brizola e os militares. A partir de um registro feito por

gaúcho frente às ordens dadas pelo ministro da Guerra, gal. Odílio Denys, pode ter refletido na sua administração política no Rio de Janeiro e na sua relação com o Comando Militar do Leste.

Cerqueira, por ocasião da realização do comício das *Diretas-já!*, fica evidente o descontentamento dos militares com a linha de atuação e do “desrespeito” daquele governo²⁸.

Nas palavras de Cerqueira:

Fomos convocados para uma reunião no Comando Militar do Leste para discutirmos o planejamento do evento (...) o general comandante começa a reunião com a Constituição Federal nas mãos dizendo que ela proibia a realização de passeatas; só o comício seria possível (...) pedimos a palavra e lhe passamos a orientação do governador (...) que sabia das suas responsabilidades e que decidira que haveria passeata e comício; quanto aos impedimentos constitucionais estava informado pela sua assessoria jurídica de que não havia qualquer problema e que quanto aos aspectos da segurança e do comício, estava tomando todas as providências para que as polícias estaduais garantissem a ordem e a proteção dos manifestantes (Idem, p. 146-7, grifo nosso).

A passagem do parágrafo anterior ilustra o tipo de relação que aquele governo estadual mantinha com as classes trabalhadoras. No entanto, tal processo é interrompido com a saída de Brizola do governo do estado do Rio de Janeiro²⁹. Nas eleições seguintes, quem saiu vitorioso foi Moreira Franco, candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mesma legenda do então presidente da República, José Sarney. Os projetos de desmilitarização das Polícias fluminense, bem como da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), são deixados de lado. Em 1990, Brizola é novamente eleito governador, com ampla maioria dos votos, e reassume o poder em 1991. Apesar da trajetória apontada até aqui, o II Governo Brizola (1991-1994) é o que mais nos interessa³⁰. Se na sua primeira passagem pelo Executivo fluminense Leonel Brizola iniciou o processo de desmilitarização, tirando o comando da Segurança Pública da mão de um general e colocando um policial militar de carreira, cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira, no segundo mandato a mudança é mais radical: nem um general, nem um policial militar, mas um civil.

Tais processos podem ser entendidos num contexto em que se buscava dotar de cidadania as classes menos favorecidas. Essa era, inclusive, uma das principais perspectivas políticas dos dois Governos Brizola. No entanto, cremos que a concessão de direitos de cidadania política não foi suficiente para atender a demanda da população. Já observamos

²⁸ Se nos recordarmos da dinâmica envolvendo o Comando Militar do Sul e a Cadeia da Legalidade, veremos que a “insubordinação de Brizola” também inscreve-se no imaginário, pelo menos no dos militares envolvidos nos dois momentos históricos.

²⁹ Àquela época, não havia a possibilidade de os administradores públicos concorrerem à reeleição. A Emenda Constitucional que autorizou tal procedimento só foi aprovado em 1995, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu o projeto ao Congresso Nacional e ao Senado Federal.

³⁰ Para nós, não é fortuito o fato de as duas principais ocupações militares no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro terem acontecido no II Governo Brizola. No entanto, esse não é o espaço mais apropriado para explorarmos tal “coincidência”. Mas, o faremos oportunamente.

que, ao longo da história do nosso país, um governo estadual não está dotado, seja de recursos financeiros, seja de recursos políticos, para atender a todas as necessidades da população. Nesse sentido, poderia iniciar-se, em 1991, uma aliança política entre os governos federal e estadual, representados, respectivamente, por Collor e Brizola. Não sabemos de fato se uma aliança dessa natureza seria possível. No entanto, quando Collor liberou verba para a construção da Linha Vermelha e iniciou a construção dos CIACs (versão federal dos CIEPs), ficamos inclinados a deduzir que, não fosse “a retirada do apoio das Organizações Globo ao então presidente da República”, como aponta Conti (1999), seria bem possível que tal aliança viesse a acontecer.³¹

Paralelamente, era crescente o respeito pela participação popular no processo político e isso ficava evidente à medida que os conflitos urbanos eram tratados como embate e não como guerra. Isso significa dizer que, durante os dois governos Brizola, a classe social, a região de moradia, ou a ascendência, não deveriam ser tomadas como paradigmas para definição da culpabilidade de um sujeito. Um dos efeitos desse processo é que a execução (a pena de morte imposta pela ação policial) passou a ser julgada e condenada como crime. Concordamos com Cerqueira quando ele afirma que estavam em jogo duas noções de ordem pública: uma autoritária, outra democrática. Nesse sentido, a entrada em cena desse agente histórico – a imprensa – acabaria sendo determinante para o autoritarismo e a repressão contra as classes sociais menos favorecidas (que, concordando com Martin-Barbero e Hall, passaremos a nominar como as maiorias) se consubstanciassem na única alternativa de enfrentamento da “questão social”. Ainda que quando mencionamos as narrativas produzidas pelos meios de comunicação possamos estar nos referindo à forma como a informação é construída, é de fundamental importância, a fim de darmos concretude às nossas reflexões, que detalhemos quem são os periódicos sobre os quais estaremos nos detendo.

O objeto de estudo. Tomando como ponto de partida os principais conceitos trabalhados nessa tese, especialmente o de imaginário, julgamos que os jornais impressos se revelam particularmente importantes para a construção de um dado conjunto de idéias cuja passagem do Império à República, representada singularmente na construção burguesa de ordem social, é um marco fundador. Ainda que nessa etapa do nosso amadurecimento

³¹ Embora também impensado, o ano de 2009 mostrou à nação uma cena que poucos esperavam assistir: trata-se do abraço entre o ex-presidente da República, Fernando Collor de Melo (à época no PRN), e o atual, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), registrado por veículos de informação. Vale lembrar, ambos se declararam inimigos ferrenhos, durante e após as eleições de 1989, por conta de expedientes considerados escusos pelo candidato petista. Nesse sentido, menos interessa o caráter eventualmente pitoresco da situação e mais o fato de tratar-se de um cenário realmente possível no campo político.

intelectual não estejamos trabalhando com os jornais daquela época, não é menos significativo que a os homens de imprensa utilizassem preponderantemente as páginas dos impressos para a difusão de suas idéias³². Do período de onde partem as nossas primeiras observações, não havia o Rádio e a TV. No entanto, a escolha dos veículos a serem pesquisados (pelo menos dois deles) guarda certa relação com o surgimento daqueles veículos. No caso do *Jornal do Brasil* (a exceção dos três), sua fundação data de 09 de abril de 1891, dois anos após a Proclamação da República. Já *O Globo*, em meio ao processo de desenvolvimento radiofônico, foi fundado em 29 de julho de 1925; enquanto *O Dia*, quase que simultaneamente à chegada da televisão no país (um ano após), inicia suas atividades em 5 de junho de 1951. Menos por suas coincidências temporais, a escolha por estes três veículos repousa no fato de atingirem, juntos, uma tiragem de aproximadamente 800 mil exemplares/dia nos anos 1990, sem contar o domingo quando esses números aumentam. Outro dado igualmente relevante é o fato deles cobrirem um universo bastante diverso de leitores (públicos das classes A, B, C e D). Falaremos, a seguir, sobre cada um dos veículos escolhidos neste trabalho.

Jornal do Brasil. Veículo centenário, o *JB* marcou a história do jornalismo nacional. Foi importante no cenário político brasileiro, durante várias décadas, por fazer oposição a diversos governos, inclusive no período ditatorial militar. Quando de sua fundação, era favorável à monarquia e foi um dos primeiros jornais a possuir uma lógica de empresa, sendo um modelo exemplar na virada do século XIX para o século XX. Inicialmente, caracterizou-se como órgão de opinião e contestação ao regime republicano. A partir de 1893, já como uma constituição e sob a responsabilidade de Joaquim de Albuquerque Melo, o grupo ligado a Rui Barbosa passa a defender o regime republicano, mas continua atacando o governo. Após ter ficado um ano e meio fechado, em 15 de novembro de 1895 voltou a circular, deixando de ser doutrinário e passando a ser mais informativo. Em função da ênfase em assuntos da cidade, passou a ser apelidado de “O Popularíssimo”. Em 1916, o matutino conta com o maior parque gráfico da imprensa brasileira, mantendo-se sempre atualizado. Já em 1918, em função de dívidas contraídas (não saldadas) por ocasião da construção da nova sede (na Avenida Central) e da compra de maquinários, o *JB* tem seu controle passado para o Conde Ernesto Pereira Carneiro.

³² Um exemplo bastante interessante sobre o argumento que estamos construindo é a obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (Sevcenko, 1989), onde o autor usa abusivamente os relatos extraídos da imprensa para ilustrar a dinâmica de formação social nos padrões burgueses.

Como recurso para tentar recuperar a saúde financeira do *JB*, o Conde Pereira Carneiro alterou o perfil do jornal, voltando-o para a publicação de classificados, dedicando cerca de 80% de suas páginas aos pequenos anunciantes, tal qual o *Times* londrino. Dessa forma, o jornal se estabilizou financeiramente, o que possibilitaria, mais tarde, a reforma emblemática protagonizada por ele. Mas, é com a morte do Conde Pereira Carneiro que o matutino vai sofrer as maiores transformações de toda a sua história. A partir de 1956, com a Condessa Pereira Carneiro e seu genro Manuel Francisco do Nascimento Brito, o *JB* iria passar pela reforma mais emblemática de sua trajetória. Dividida em três fases, a reforma do matutino foi exemplar para o jornalismo brasileiro. Mudou-se o tipo das letras, o formato das páginas, o material de impressão, a organização administrativa da empresa, os critérios de apuração usados pelos repórteres, as técnicas de redação e estruturação das notícias, as estratégias de *marketing*, as metas de propaganda, a circulação, a veiculação dos classificados e dos anúncios, as promoções, além da introdução de técnicas norte-americanas, como o *lead*, pirâmide invertida e *copy-desk*. A reforma foi de 1956 a 1966, sendo a primeira fase de junho de 1956 a maio de 1958, a segunda de maio de 1959 a abril de 1961 e a terceira de janeiro de 1962 a 1966.

É com Jânio de Freitas, a frente da chefia de redação, que o *JB* entra num período de maior experimentação. Já em 1953, Adolfo Bloch inaugura a Manchete, que serve de referência de diagramação para *JB*. O *design* ganha destaque, passa a ser visto como a possibilidade de um raciocínio gráfico. O espaço em branco é valorizado e a assimetria toma conta das páginas do impresso. Passa a ser explorado o potencial da fotografia, que aos poucos vai ganhando destaque, inclusive na primeira página. Nos anos 50, o design é visto como mais um fator de modernização e superação do subdesenvolvimento. Mas, é com a contratação de Alberto Dines para a chefia de redação que as reformas seriam consolidadas, entrando na terceira fase da reforma. O *JB* se firma entre a classe média brasileira. Após o Golpe de 64, lutando contra os valores autoritários do regime, o jornal alinharia-se com a classe média, que num primeiro momento apoiou a tomada de poder pelos militares, mas que posteriormente ficou alijada do processo. Chegou a imprimir 150 mil exemplares nos dias úteis e 230 mil aos domingos. Mas, essa trajetória notável e importante não o impediu de entrar em decadência nos final dos anos 1990³³. Presidido pelo empresário Nelson Tanure

³³ Vale ressaltar que, no início período pesquisado, já não havia mais no *JB* a euforia provocada pelas reformas das décadas 50/60. No entanto, o matutino ainda era um dos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, onde dividia o mercado – sobretudo nas classes A e B – com o jornal *O Globo*.

desde abril de 2001, o jornal continua em declínio: é apenas o 13º em circulação (média de 75mil exemplares/dia) e perdeu o poder de influência nacional de que outrora gozou³⁴.

O Globo. Com mais de 80 anos de fundação (29/07/1925) e um dos três jornais de maior prestígio do país (vide nota 30), *O Globo* foi concebido como um diário matutino pelo jornalista Irineu Marinho (seu fundador) que buscava ampliar o público leitor da empresa – o vespertino *A Noite* já era de sua propriedade. Com a morte de Irineu semanas após o começo das atividades daquela iniciativa, o jornal foi herdado por seu filho Roberto Marinho que, por meio do veículo conseguiu ascensão econômica e política, criando um conglomerado de empresas de mídia que formou, junto com sua TV Globo, Rádio Globo, Editora Globo e demais veículos, as chamadas *Organizações Globo*. Mas, inicialmente, o periódico era vendido apenas em bancas e contava com oito páginas, nas quais se abordavam os temas comuns ao cotidiano carioca. Em 1936, a primeira grande inovação, a utilização de radiofoto, em preto e branco, em suas páginas. Em 1979, mais uma novidade, a publicação da primeira radiofoto colorida brasileira, o que poderia representar uma espécie de indício da forte influência do rádio. Mas, voltando um pouco à década de 1960, as empresas do grupo passam a receber grandes investimentos, fruto da parceria com o grupo *Time-Life*, o que muito contribuiu para o crescimento das *Organizações*.

Já mencionamos o quanto as reformas produzidas pelo *JB* influenciaram outros periódicos. Cremos que com *O Globo* também não foi diferente. No entanto, mais do que naquele veículo, em nossa avaliação, a televisão exerceu uma influência ainda maior no conjunto de transformações gráficas (e em alguma medida editoriais também) realizadas nos anos 1980 e 1990, impulsionadas pelo universo de possibilidades que a chegada dos microcomputadores proporciona. Em 1995, o jornal realiza uma grande reforma gráfica, estabelecendo a identidade visual e a *roupagem* que tem atualmente. É importante ressaltarmos que em ambos os diários, percebe-se a presença daquelas convenções oriundas do jornalismo norte-americano, especialmente no que diz respeito ao mito da objetividade, como possibilidade de construção de uma narrativa que se *supostamente* se mantém distanciada de orientações político-ideológicas. Isso significa dizer que, tanto *O Globo* quanto o *JB* se enquadram naquele grupo alinhado ao que se convencionou chamar de “imprensa informativa” (em oposição à imprensa sensacionalista). Em 1998, *O Globo* inaugura um novo

³⁴ Na auditoria feita pelo IVC no final do ano de 1996, publicada pela *Revista Imprensa Midia* de fevereiro-março (www.igutenberg.org), o *JB* era um dos quatro jornais mais influentes do país naquele período: a *Folha de São Paulo* tinha tiragem de 503,3 mil; *O Globo*, 407 mil; *O Estado de São Paulo*, 385 mil; e o *JB*, 104 mil (números de circulação nacional). Para maiores detalhes ver: www.portaldacomunicação.uol.com.br, mas, principalmente, www.ivc.org.br.

parque gráfico (Infoglobo), considerado um dos mais modernos da América Latina e que aumentou (e muito) sua capacidade de produção.

A Infoglobo, através de seus produtos – os jornais *O Globo*, *Extra*, *Diário de São Paulo* e *Expresso*, com o site *O Globo* e a *Agência O Globo* –, se descreve como uma possibilidade concreta de buscar oferecer aos seus leitores uma informação mais completa, buscando adequar a linguagem ao público a que se destina. Além de propor que *esclarece o que acontece de mais importante no Brasil e no mundo* – esse é também o lema do *Jornal Nacional* – a Infoglobo constituiu-se como um empreendimento que anuncia que sua maior preocupação e compromisso é levar jornalismo sério e isento à população. Evidentemente, como o próprio *O Globo* propõe, outra importante estratégia enunciativa presente na construção da sua marca é a noção de que ele leva para os leitores muito mais do que informação: “a pluralidade de informações contribui para que o leitor forme sua própria opinião, pois tem acesso ao que há de melhor em conteúdo” (referência ao site). Desde 1998, o grupo passou a segmentar suas informações em dois veículos que interagem com públicos distintos³⁵: *O Globo* com as classes A e B e *Extra*, com B e C³⁶. Em nossa avaliação, este último disputa com *O Dia* a preferência desse leitorado.

O Dia. Desde a sua fundação (05/06/1951), o diário tinha a função deliberada de servir de plataforma política para o então deputado Antônio de Pádua Chagas Freitas, que mais tarde viria a ser governador dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. É importante que destaquemos que trata-se de um período em que, como demonstrou Siqueira (2002), “os recursos do sensacionalismo eram empregados na formação de consenso sobre a realidade política, num quadro de disputas entre diferentes práticas populistas, que visavam contribuir para a composição do entendimento político do leitor”. Assim, o sensacionalismo assume claramente uma dimensão política, produzindo um novo contorno, diferente de outros momentos precedentes da nossa história, onde encontramos no par sensacionalismo/populismo uma estratégia deliberada de construção de idéias e valores. O projeto é fruto de uma aliança política entre Chagas Freitas e Ademar de Barros (eleito como governador de São Paulo em 1947), com a fundação do Partido Social Progressista (PSP). Desde então, ambos, através do vespertino *A Notícia* (São Paulo), passaram a tentar construir as bases para a candidatura de Barros à Presidência da República em 1955. No Rio de Janeiro,

³⁵ Em março de 2006, começou a circular o *Expresso*, jornal do grupo cujo público leitor é composto pelas classes C e D.

³⁶ Segundo dados do IVC, a vendagem do *Extra* superou os 260 mil exemplares. Ou seja, próxima aos números de *O Dia* e superior à do *JB*. No entanto, como ele só entra em circulação em 1998, optamos por deixá-lo de fora da pesquisa. Para maiores detalhes ver: www.infoglobo.com.br, www.ivc.org.br.

o líder regional do partido utilizou-se do equipamento gráfico de *A Notícia*, instalado na Capital Federal para começar a rodar *O Dia*.

Em 1983, o periódico é comprado pelo jornalista Ary de Carvalho, que, se inicia uma reforma gráfica e editorial para desvincular a imagem do veículo ao populismo da gestão anterior, não altera completamente a linha de forte apelo ao sensacionalismo, trazendo em suas páginas, preponderantemente, notícias sobre temas policiais e de violência – o que lhe rendeu a pecha de que “espremendo-o, saíria sangue”, numa clara aproximação com o tipo de jornalismo ao qual estava vinculado e que foi estudado por Agrimani (1995) que, ao tomar por referência o *Notícias Populares*, produziu uma análise do sensacionalismo na imprensa. Será somente em 1989, com a contratação de uma nova diretoria, que a empresa começa a modificar o seu perfil, aproximando-o de um empreendimento que buscava abandonar quase que definitivamente a linha “sanguinária” de até então. Mas, é a partir de 1992, que a mudança de estratégia se tornara mais visível. Paralelamente à inauguração de um novo parque gráfico, *O Dia* conclui sua reforma gráfica, utilizando a cor como principal elemento de distinção da velha imagem. Nesse sentido, o periódico passa a alcançar um público leitor maior do que o da fase anterior – capturando inclusive parte dos leitores de *O Globo* e *JB* –, impulsionando suas vendas em banca e transformando-se no terceiro jornal brasileiro em circulação e o principal, em número de consumidores de jornal, no Rio de Janeiro, segundo dados do IVC de 1996.

Com a morte de Ary de Carvalho em 2003, o controle da empresa é passado para suas três filhas: Ariane, Gigi e Eliane de Carvalho. Em 2005, Ariane deixa a sociedade para fundar o jornal *Q!*. O Grupo *O Dia de Comunicação* conta hoje, além de *O Dia*, com o jornal *Meia Hora*, o portal *O Dia Online*, a *TV O Dia* e a rádio *FM O Dia*, além de uma agência de notícias e do *Instituto Ary Carvalho*. De acordo com dados divulgados pelo IVC de 2008, todos os grandes jornais tiveram perdas significativas de circulação (seis por cento na média) durante a última década, ainda que tenha havido um crescimento de cinco por cento da circulação de jornais fora do ranking dos dez maiores. Um dos fatores apontados pelo Instituto é a entrada em cena de diários mais populares, como é o exemplo de *Meia Hora* e *Expresso*. Dentre outros elementos possíveis, como estamos falando de veículos cuja presença do sensacionalismo é uma marca indelével (muito embora com preços também menores), julgamos que a apelo à sensações, aos sentimentos, às emoções seja um importante dispositivo que captura do leitor. Isso significa dizer que, se os três jornais apresentados aqui promovem suas reformas para se tornarem mais “distanciados”, mais informativos, na

produção da notícia, a criação de um segmento mais popular pode também ser um valioso indicativo do quanto estes impressos vêm no sensacionalismo uma possibilidade concreta de construção de mundo.

Do ponto de vista metodológico, para que evitássemos o enviesamento das análises, e consequentemente da nossa abordagem, estabelecemos intervalos recorrentes e aleatórios, trabalhando com os jornais na seguinte temporalidade: *RIO-92*, além do período que compreendeu o Encontro (03 à 14 de junho de 1992), os 30 dias que o antecederam e os 30 que o sucederam, observando-o de cinco em cinco dias; já as *Operações Rio I e Rio II* (31 de outubro de 1994 a 31 de junho de 1995), iniciamos dois meses antes e estendemos até dois meses depois, com o intervalo de dez dias; quanto ao *Rio contra o crime*, optamos por não fazer um levantamento sistemático das notícias dado seu caráter difuso, tal como já explicitamos na descrição do evento; com relação ao *Pan Rio-2007*(13 à 29 de julho de 2007), utilizamos expediente semelhante ao da RIO-92, isto é, debruçamo-nos sobre o objeto nos 30 dias anteriores e posteriores ao evento, de cinco em cinco dias.

A partir do recorte que fizemos, no campo conceitual, utilizamos como ferramenta analítica a *Análise do Discurso*, buscando usar um critério comparativo, com o objetivo de percebermos de que forma cada veículo construiu sentidos para os acontecimentos relacionados à criminalidade, assim como de que forma cada um deles se serviu de um determinado conjunto de signos nas construções discursivas, tentando evitar que negligenciássemos o nível discursivo enquanto tal, evidenciando as implicações ideológicas presentes nos sistemas de representações discursivas. Com a memória (e com ela a presença da formação de um imaginário), optamos por trabalhar com outro método, estabelecendo as conexões entre eles. Trata-se do método indiciário (Ginzburg, 1989), paradigma que se atém nas particularidades da investigação, sobretudo na forma que assumem os conteúdos e as estruturas das construções discursivas, buscando observar detalhes, desvios, pistas que se transformavam em dados reveladores. Como tratam-se de dois paradigmas que tem sua origem na semiologia médica, julgamos ser uma alternativa rica a utilização concomitante dos dois métodos.

Apresentado o nosso objeto de estudo, passemos então a distribuição da tese. No Capítulo 1, estaremos problematizando as questões em torno desse poderoso agente político: os meios de informação. Partindo das narrativas jornalísticas, propomos uma reflexão considerando a ação política imersa naquilo que poderia parecer uma simples difusão de um acontecimento. Em nossa abordagem, estaremos estabelecendo uma discussão em torno da

transformação do campo da comunicação – considerado por parte da historiografia como um gênero menor – apontando que, por trás de estratégias como a objetividade jornalística, revela-se uma estrutura onde a autoridade para se definir o que deve (e o que não deve) ser noticiado orienta a forma como os sujeitos sociais devem se apropriar daqueles conteúdos. Nesse sentido, longe de serem simples veículos de difusão, os meios se convertem na principal arena de luta por significados na medida em que aquilo que aparece descrito em suas páginas ganha o estatuto de verdade quase que incontestável.

Como já mencionamos, temos trabalhado com a perspectiva de que uma semantização na formação discursivo-ideológica sobre a cidade do Rio de Janeiro, narrada pela grande imprensa, tem acentuado temáticas opostas como criminalidade/ordem, medo/segurança. Neste sentido, verificamos também que uma visão hiperbólica da insegurança, do medo e do aumento da criminalidade está relacionada com estratégias longevas de controle social dirigidas contra as classes menos favorecidas, moradoras de periferias, através de campanhas de lei e ordem, legitimadas por um processo ideológico reificador articulado também a partir da imprensa. Sendo assim, a criminalidade do Rio de Janeiro deixaria de possuir uma característica endêmica, como apontam os órgãos de imprensa, para se revelar um forte dispositivo de atuação política por parte das elites, mais especificamente a carioca. Evidentemente, alguns autores já têm trabalhado com a perspectiva de a imprensa ser um poderoso instrumento de ação das elites contra as classes menos favorecidas. Mas, como nem sempre as causas produzem os efeitos desejados, nossa hipótese central é a de que gradativamente a luta de classes se deslocou do campo político para o campo da cultura.

Nesse tocante, trabalhamos com a hipótese de gradativamente, mais do que um instrumento, a mídia vir se transformando num novo tipo espaço público – o espaço *publidiático*. Ou seja, reconhecendo que tanto o clamor por mais repressão quanto a demanda por soluções de conflitos têm grande representatividade na mídia, os agentes sociais vêm buscando disputar o espaço *publidiático* (como lugar de produção material da cultura) como forma de dar visibilidade às suas pautas de reivindicações. Propondo em outros termos, o que estamos inferindo é a possibilidade de os indivíduos buscarem significar não mais fora desse simulacro da sociedade civil. Assim, se antes os agentes sociais entendiam que a mídia era um instrumento para divulgar suas demandas, hoje ela tornou-se a principal arena de disputas políticas. Com a discussão presente nesse capítulo, começamos a verificar a viabilidade da hipótese de que a busca de poder não se dá mais pelo controle do Estado (poder político), mas

sim pelo controle dos meios de comunicação de massa (poder político, econômico, social e, sobretudo, cultural).

Já no Capítulo 2, reconhecendo a presença do antagonismo social na conformação da sociedade brasileira desde a passagem do século XIX para o XX, que marca a construção da ordem burguesa em nosso país, procedemos uma reflexão em torno do conceito de imaginário. Nosso olhar está centrado na cidade do Rio de Janeiro, entendendo-a como um lócus privilegiado para assistirmos, numa escala menor, o processo de desenvolvimento da República no Brasil. Com esse objetivo, podemos perceber o quanto a construção da ordem urbana carioca está atravessada pelos *delírios* burgueses e pela ambivalência que estes mantêm como a categoria histórica de *classes perigosas*. Evidentemente, e essa foi uma das nossas hipóteses secundárias, o espraiamento do ideário burguês caminhou simultaneamente ao desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa – entendido inicialmente como Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser), depois como Aparelhos Privados de Hegemonia (Gramsci) e por último como se a própria Sociedade Civil fosse (Borges) –, primeiro por sua capacidade de difusão e posteriormente pela sedução que exercia sobre leitores (nosso foco), ouvintes e telespectadores.

Novamente os meios de informação voltam ao centro da nossa reflexão. Em nossa avaliação, há uma estreita relação entre o apelo às sensações e a formação de um imaginário social. Na verdade, na medida em que as páginas dos jornais traziam no início do século XX elementos que *mexiam* com as sensações dos leitores, foi possível aos homens da imprensa (nesse momento histórico, alguns homens das letras também), a partir de marcas constitutivas daquelas narrativas, produzir um certo direcionamento da recepção. Ou seja, via determinados protocolos de leitura era possível os jornais conduzirem seus leitores pelos caminhos que eles deveriam percorrer. Porém, não havia como garantir que as apropriações do público se dessem exatamente como desejava os donos dos periódicos. Nesse sentido, outra importante estratégia desenvolvida foi a conformação do que era mais relevante ser discutido pela sociedade. Assim, a partir do momento em que os meios de informação começam a gradativamente ocupar o lugar da história do que é importante lembrar (e rememorar) em detrimento do que deve ser esquecido, o projeto burguês ganha um importante impulso, e é aí que a questão do imaginário assume uma centralidade para nós.

Ainda que identifiquemos algumas das marcas de como as informações produzidas pelos jornais *devem* ser lidas, a disputa do imaginário social ganha uma nova dimensão. Evidentemente, estabelecemos nesse capítulo alguns diálogos profícuos com autores que

rompem com a tradição de relegar o imaginário ao campo da imaginação, da fabulação, da irracionalidade. À medida que o apelo às sensações, aos sentimentos, às emoções compõe o receituário da estrutura da informação, há a necessidade de rompermos com a dualidade racionalista e perceber que a ação humana é fruto dessa simbiose entre o racional e o irracional. O sentido de propor uma reflexão do imaginário a partir de uma dimensão dual é por que o entendemos como (a) uma produção da interação de sujeitos históricos, que se amálgama num imaginário social e (b) uma instância que, compartilhada socialmente, interfere na forma como os mesmos sujeitos históricos dão sentido ao mundo. Ou seja, a reflexão sobre o imaginário leva em consideração a tensão produzida entre o indivíduo e a sociedade, entre o imaginário social e o individual, entre como se lê a sociedade e como ajo nela.

No último Capítulo, a debate é desenvolvido com relação ao conceito de ideologia. Como nossa proposta é a de que a luta ideológica é travada na cultura, nos interessou apontar a presença da ideologia na cena contemporânea, através dos relatos produzidos pelos meios de comunicação de massa. Para nós, é no campo da produção das narrativas jornalísticas, entendidas como constitutivas do processo de produção material da cultura, que podemos capturar o embate em torno da construção hegemônica de significados. Nesse sentido, partimos das questões imersas no “Problema da Ideologia” (Hall, 2000; 2003) e na “Crítica da Ideologia” (Zizek, 1992; 1996) para sustentar a nossa tese de que é na ação dos meios massivos que podemos capturar o Real da luta de classes. Quando mencionamos esse Real do problema, imediatamente temos que voltar à questão do imaginário pois, admitindo que todos os sujeitos sociais agem a partir do que é produto do entrelaçamento entre Real, Simbólico e Imaginário (o RSI laciano), o controle do imaginário social pode significar em larga medida um poderoso condicionamento sobre as respostas dadas diante do acontecer social. Importante que digamos, e por mais paradoxal que possa parecer, a despeito de o RSI poder parecer uma estrutura imóvel, é justamente a tensão entre o Real, o Simbólico e o Imaginário o que permite que as respostas sejam condicionadas, mas não determinadas.

Quando optamos por iluminar um episódio (paradigmático para nós) como foram as *Operações Rio* (I e II), através do o mapeamento do conflito envolvendo duas ideologias distintas para a questão da segurança pública, a do Viva Rio e a do CEUEP, avaliamos que tal processo ilustraria a principal tese defendida no presente trabalho, isto é, a de que os meios de informação são, na contemporaneidade, o principal espaço de luta ideológica, exatamente a medida que cristaliza alternativas como se elas representassem uma única saída. Dessa forma,

e reforçando o ineditismo da nossa proposta, procuramos confrontar aquilo que os meios divulgaram e o que apagaram³⁷. Ou seja, como numa disputa entre uma ordem pública autoritária e uma democrática, a primeira sai vencedora, sendo naturalizada como a única. Esperamos que com a reconstrução dessa estrutura possamos circunscrevê-la na dinâmica social que vem atravessando os últimos anos do século XX, bem como demonstrar como essas discussões se acaloram em períodos eleitorais se arrefecendo posteriormente.

Encerrando, traremos a discussão em torno da proposta que sai (pelo menos transitoriamente) vencedora. Tomando como ponto de partida as construções narrativas produzidas pelos jornais pesquisados durante o Pan Rio-2007, mostraremos que (a) a repressão passa a ser a única resposta possível ao problema do conflito urbano, porque (b) nenhuma alternativa viável apareceu nas páginas de *JB*, *O Globo* ou *O Dia*. Evidentemente, não desprezamos que existam outras vozes (algumas ONG's lutam diuturnamente por isso), que discordem desse pensamento único produzido pelos meios. No entanto, quando nos perguntamos sobre alternativas discutidas publicamente nos últimos dez anos, é pouco provável que alguma seja lembrada, isso porque o que não é celebrado acaba ficando esquecido – esse, inclusive, é pretensamente o sentido de afirmarmos que o esquecimento tem tanto ou mais força que a memória. Assim, o autoritarismo e a repressão como resposta à “questão social” atualiza mais um capítulo da luta ideológica travada em nossa sociedade, porém, não o último.

³⁷ Algumas das propostas desenvolvidas pelo CEUEP foram colocadas em práticas posteriormente em âmbito municipal, estadual e federal, como o policiamento comunitário, adotado ainda no Governo Marcello Alencar.

1 – Narrativas jornalísticas: a difusão da informação como uma ação política

Nosso propósito ao definir as narrativas jornalísticas como objeto de estudo é evidenciar a nossa principal hipótese de trabalho, que é a questão do deslocamento da ideologia – anteriormente percebida como restrita a uma dimensão política – para o campo da cultura, entendendo que os meios desempenham um papel central na produção-difusão-ressignificação do que faz circular. Em nossa avaliação, à medida que estudamos a comunicação numa perspectiva transdisciplinar, temos que inseri-la num jogo de disputas de poder político, econômico, social, mas, especialmente, cultural. Com esse foco, entendemos que os meios de informação interferem no jogo político, num primeiro plano, mas decisivamente no jogo social. Ao invés de apontar duas alternativas na solução dos conflitos sociais, atuando de forma “objetiva”, “neutra”, “imparcial”, eles trabalharam no sentido de não dar voz à alternativa democrática (desmilitarizada), destacando a ordem pública autoritária (militarizada) como a única alternativa para estabelecer a “ordem” urbana, tratando o conflito urbano como guerra, rotulando as disputas como atos de criminalidade.

Ao evidenciar o plano cultural, não desprezamos o fato de que existem outras tantas manifestações contidas nele, porém queremos nos restringir aos meios de comunicação de massa em função da centralidade que os mesmos passaram a ocupar na cena contemporânea, com toda sorte de influências que produzem. Logicamente, os *media* representam parte de um complexo jogo social. Porém, não menos evidente é o fato de que os atores envolvidos nessa trama não possuem a mesma força. Assim, ao disputar voz com outros atores sociais, os produtores de conteúdo jornalístico, sobretudo pela sua capacidade de difusão e de restrição do que deve circular, são protagonistas na fixação dos sentidos compartilhados pela sociedade. Desse modo, enxergamos que durante o regime militar, por exemplo, houve censura. Mas, enxergamos também que muitas das apropriações por parte dos veículos de informação fazem parte de uma estratégia narrativa que remonta pelo menos ao início do século XX, com a expansão do mercado editorial brasileiro. Não menos verdadeiro é o fato de que os órgãos de imprensa trabalhados aqui passaram por uma grande reformulação (ou são herdeiros dela) entre as décadas de 1950-1960. Um dos efeitos produzidos por tais transformações foi a segmentação da imprensa, opondo, de um lado, a imprensa informativa e, de outro, a sensacionalista, deslegitimando esta e conferindo autoridade àquela.

Quando encontramos um conjunto de informações como aquele organizado pelo *Jornal do Brasil*, onde lê-se “Tráfico impõe no sertão a ‘lei’ da favela” ao lado de “Exército

devolve ordem às ruas de Los Angeles”³⁸, tendo acima das duas a foto de um blindado militar, não podemos deixar de denunciar o sentido já dado sob a rubrica de notícia. Se os títulos e a arrumação gráfica não são suficientes para a crítica que propomos, os textos são reveladores: no caso do primeiro, encontramos “sertão brasileiro repete a lei das favelas do Rio de Janeiro em função do abandono do Estado...”; o segundo, que foi um “dia de calma em Los Angeles pela presença de três mil soldados e mil e 500 marines enviados pelo governo federal. A cidade está sitiada por 20 mil soldados”³⁹. Para que o sentido não escape ao leitor, a legenda da foto informa: “Um blindado patrulha as ruas de Los Angeles. A ação das tropas federais reduziu à violência”⁴⁰. Não nos parece fortuita a presença de dois elementos: (a) uma estrutura melodramática que nos mostra os vilões (a favela, que com suas leis, produzem violência) e os heróis (os militares que sítiam a cidade), na mesma edição em que (b) se traz a informação sobre a inauguração da Linha Vermelha. Evidentemente, poderia se tratar de um caso isolado, mas tanto *O Globo* (“Forças de segurança ocupam bairros de Los Angeles”⁴¹) quanto *O Dia* (“Carioca vive com medo”⁴²) também deram importância ao episódio em suas edições.

Com o uso recorrente de expressões vinculadas à ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – *ocupação* e *sitiada* são claros exemplos disso –, os veículos de comunicação contribuíram e muito para a criminalização das demandas sociais, sobretudo ao longo da década de 1990, dando uma ênfase exagerada e distorcida de tais demandas. Essa aproximação entre os meios e o poder político exercido pelos militares é verificável à medida que o discurso da grande imprensa esteve associado à difusão dos preceitos da DSN durante o regime. Em larga medida, esse discurso ajudou a fomentar “a questão do crime como guerrilha urbana e logo as cidades como o terreno para a ocupação policial e para o enfrentamento do criminoso, agora guindado à condição de inimigo interno” (CERQUEIRA, p. 142). Ainda entre 1983-1987, foi contra esse modelo de gestão da segurança pública que os governos democráticos começaram a se posicionar. O principal tema da pauta política dos governos Brizola foi o dos Direitos Humanos. A principal preocupação destes governos era com a concessão política de cidadania, atualizando o antagonismo histórico (mas igualmente tendendo reduzi-lo) sobre o qual a sociedade brasileira se erigiu. No entanto, a resposta dos jornais não poderia ser mais conservadora. Com o título “Democracia imperfeita compromete segurança pública”, o *JB* construía a noção de que “a questão da cidadania produz como um

³⁸ *JB*, 03/05/1992, primeira página.

³⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁴¹ Primeira página, 03/05/1992.

⁴² Também na primeira página, mesmo data.

dos seus efeitos a criminalidade”⁴³. O curioso da situação é que o “Fórum Rio – Segurança e Cidadania” debatia exatamente sobre o quanto o entrave à democracia tem produzido a criminalidade, ou a criminalização do antagonismo. Naquele evento, o então secretário de Justiça e da Polícia Civil (também vice-governador) Nilo Batista, divulgava a redução dos índices de seqüestros, roubos a bancos e homicídios de menores.

Após o anúncio oficial daquela redução produziu-se, como num efeito mágico, a multiplicação, nos dias posteriores a essa divulgação, das notícias envolvendo tais crimes. Esse é o sentido de falarmos em formação de opinião ou formação de imaginário. Não podemos perder de vista que, se por um lado, os atores sociais conferem sentidos àquilo que lêem, ouvem ou vêem, por outro, os meios de comunicação têm exercido um papel hegemônico na conformação da opinião pública ou do imaginário, sobretudo em função de a opinião pública acabar refletindo aquilo que é divulgado pelos meios de comunicação de massa. O que nos parece igualmente relevante é que os aspectos subjetivos, ideológicos, ficam subsumidos numa realidade objetiva, não-conflituosa, como a divulgada pelos órgãos de imprensa. Isso, em alguma medida, permitiu a associação entre comunista e criminoso (nas décadas de 1960-1970), assim como a de Brizola e o (pseudo) aumento da criminalidade (nas décadas de 1980-1990), atualizando um medo *real* de que o caos (ausência de ordem; a burguesa, é claro) voltasse a imperar na sociedade. Quando no dia 08/05/1992, os jornais divulgam “Saques: Tinoco diz que falta empenho às autoridades do Estado do Rio”⁴⁴, “Collor manda investigar vandalismo”, abaixo de “Favelas pedem guerra ao tráfico”⁴⁵ e “Governador não quer Exército”⁴⁶ (ou, como aparece na segunda edição “Governador recusa ajuda”), percebe-se que a preocupação da sociedade é tamanha que faz com que o presidente da República se manifeste. Não menos significativa é o fato de a denúncia de que as autoridades são complacentes com o crime venha exatamente do ministro do Exército, Carlos Tinoco.

No início da década de 1980, pode-se assistir à passagem, via representações midiáticas, da associação da década de 1960 à da década de 1990. Não por caso, como aponta Coimbra (2001, p. 123), “houve campanhas pelo reforço do policiamento ostensivo e fardado nas ruas das grandes cidades, sendo liderada pelo *Jornal do Brasil*, onde segundo o qual ‘onde falta polícia sobram criminosos’”. Tal “preocupação” do jornal se refletia numa reportagem da *Folha de São Paulo*, de 1981, analisada pela autora: “... a grande violência é o

⁴³ Caderno *Cidade*, 03/05/1992, pág. 24.

⁴⁴ *O Globo*, p. 20.

⁴⁵ *O Dia*, p. 13 (ambas).

⁴⁶ *JB*, caderno *Cidade*, primeira página.

movimento comunista internacional, que assalta a população brasileira. A anistia política estimulou a ação dos bandidos. Quem ensinou como assaltar bancos foram os comunistas” (*Idem*, p. 124)⁴⁷. Tal processo é análogo, por exemplo, ao que já apontamos em outra oportunidade (Borges, *Op. cit.*). No entanto, queremos novamente ressaltar que foi uma ação produzida a partir de uma aliança dos veículos de informação com as diretrizes oriundas da ditadura. Porém, a concentração do olhar sobre o regime militar pode enviesar e simplificar um processo cuja duração é bem maior. Esse acaba sendo um tipo de análise superficial produzida por operadores sociais que ignoram o viés autoritário e repressivo já presentes na passagem do Império à República. O que a década de 1960 guarda de singular é o ápice de um movimento que pode ser sentido através do acirramento das práticas autoritárias/repressivas promovido durante o controle militar. Tal acirramento produziu efeitos diferentes daquele protagonizado pelas elites em outros períodos da nossa história.

Evidentemente, a forma como os meios de comunicação de massa vão trabalhar uma pseudo-atualização histórica, dando ênfase à relação medo/segurança, é central à reflexão a que estamos nos propondo, sobretudo quando percebemos o uso de expressões celebradas durante o regime militar. No entanto, em nossa avaliação trata-se de um processo histórico cujo início, julgamos, não está da ditadura dos anos 1960, mas na passagem do século XIX ao XX. Dessa maneira, o conceito do medo trabalhado por Chalhoub nos ajuda a perceber o contexto em que o “medo branco das almas negras” está presente, atualizando-o como o medo da classe média das almas perigosas, ou mesmo, medo da elite das almas subversivas. Tal deslocamento é acompanhado por uma nova forma de semantização da cidade. Ao produzir uma realidade, uma verdade, um sentido (como se fosse a realidade, a verdade, o único sentido), os meios de comunicação de massa apagam da cidade as lutas, os conflitos, as contradições que fazem parte do seu cotidiano. Nesse jogo de disputas, ou melhor, na eliminação desse jogo, “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedade” (Barbosa, 1996, p. 179). É na busca de significar a cidade, através da produção de uma “história oficial” (e de uma história da atualidade, para lembrarmos Koselleck), que os

⁴⁷ Tal atualização não é harmônica, tampouco sem conflitos. Entretanto, podemos assistir a uma nova atualização semântica no que diz respeito ao crime/criminoso que tem se dado em escala internacional. Em novembro de 2007, estivemos presentes num Encontro de Segurança Internacional realizado na cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, assistimos tal processo a partir da classificação (ou aproximação) do traficante como terrorista. Não estamos discutindo os efeitos produzidos pelas ações de criminosos. Mas, para um Estado que permite o enquadramento de moradores de regiões periféricas, que resistem aos excessos da Polícia, ao crime de associação para o tráfico de drogas, o que não aconteceriam com uma possível associação para o terrorismo? Do ponto de vista semântico, produz-se uma aproximação que *autoriza* à sociedade a combater seus terroristas com excessivo rigor, exterminado-os inclusive.

meios de comunicação ocupam uma função primordial nas sociedades contemporâneas, atribuindo sentido a alguns fatos em detrimento de outros.

É nesse contexto que vai ocorrer a primeira das intervenções militares (a RIO-92). Dado o “estado de caos” pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava (aos olhos dos meios de comunicação de massa, e conseqüentemente de boa parte da população) a forma como a intervenção foi promovida (ênfase na ocupação de morros e favelas) produziu o efeito de que a ocupação militar era a melhor alternativa para a “crise da segurança pública”, uma vez que, segundo informações trazidas pela imprensa, faltava energia aos dirigentes do Estado do Rio no combate a esse caos. É muito interessante perceber que o descontrole não era fruto de toda a sociedade política fluminense, mas sim da esfera estadual. Quando divulgou que “Camelôs voltam a ocupar ruas do centro”⁴⁸, *O Globo* mostra o quanto há de diferença entre as administrações do município e do estado do Rio de Janeiro. Na retranca, sob o título de “Triste farsa”, o jornal dá a sentença:

*A preferência que se dá a deficientes físicos no licenciamento de comércio ambulante tem uma única e óbvia razão: seria essa a única atividade que a deficiência lhes permitiria exercer. Na verdade, levando-se a preocupação social à última conseqüência, não deveria ser preferência, mas exclusividade. Nas barracas que uma decisão judicial fez voltar à Rua Uruguaiana, no entanto, não há deficientes físicos trabalhando: eles são apenas os titulares das licenças. Fica assim o objetivo social inteiramente desvirtuado: a oportunidade de trabalho é substituída por uma virtual cartorização da deficiência. O titular é apenas um testa-de-ferro, ou aluga a licença a pessoas válidas, numa triste farsa, que abre caminho a volta da desordem, da sujeira e do comércio ilegal das ruas do Centro. A Prefeitura deve continuar lutando. Mesmo porque a sabotagem explícita do Governo estadual será mais do que compensada pela adesão do povo do Rio.*⁴⁹

Há várias curiosidades nesta informação. A primeira, e para nós a mais explícita, é vinculação dos camelôs à idéia de desordem, sujeira e ilegalidade nas ruas do Centro do Rio, como se atualizássemos temporalmente as mesmas notícias vinculadas ao período da “Regeneração” de Pereira Passos (sobre o qual falaremos um pouco mais no capítulo seguinte). De forma correlata, exalta a Prefeitura e seu mandatário (Marcello Alencar) a continuarem lutando contra o Governo estadual, como se ainda vivêssemos no tempo em que a administração do estado (RJ) e da capital federal (RJ) eram independentes – não podemos esquecer-nos do fato de que tanto Brizola quanto Alencar eram do mesmo partido (PDT) no ano de 1992. Mas, o que desperta a nossa atenção é o fato de, nas linhas transcritas acima, o pensamento conservador se manifestar sempre de forma semelhante: quando argumenta que

⁴⁸ 13/05/1992, p. 14.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

nas barracas não há deficientes físicos trabalhando, que eles são apenas os titulares das licenças, alugando as mesmas para receber sem trabalhar, notamos a presença de uma construção narrativa que se dirige às classes *indesejadas* da sociedade. Se trocássemos deficientes físicos por sem-terras, por exemplo, poderíamos ficar bem próximos das notícias que questionam a reforma agrária dizendo: para que assentar os sem-terra se eles vão alugar ou vender aquelas terras e se mobilizarem para *ganhar* outras?

Não é de se estranhar (ou pelo menos não deveria ser) que quando os militares ocupam o espaço urbano do Rio de Janeiro eles o façam exatamente nos lugares e contra os grupos sociais que representam o perigo para a sociedade. Quando Cerqueira argumenta que a intervenção do Exército se mostrou “um competente projeto publicitário de recuperação da imagem do Exército [abalada pelo longo período de ditadura militar e pelo ostracismo em que ficou após a eleição de governos democráticos]” (1996b, p. 153), não deveria nos causar espanto o fato de boa parte das ocupações preventivas serem realizadas em áreas muito distantes de onde os Chefes de Estado se reuniam. Porém, como o governo do Estado não era *suficientemente* eficaz no combate ao crime, havia a necessidade de os militares combaterem os *focos* da criminalidade. Era assim que as ocupações das Forças Armadas apareceram nas páginas da grande imprensa carioca: “Exército nas ruas reduz os índices de criminalidade”⁵⁰

Não menos importante (para nós é um elemento constitutivo do processo), em 1992, o país também se via às voltas com denúncias de corrupção contra o presidente da República, Fernando Collor de Mello. Como a imprensa – autoproclamada veículo de (*in*)formação de massa – construiu discursivamente a idéia de que ao se voltar contra o *impeachment* de Collor, Brizola se aliava à corrupção, parecia evidente em si mesma a conformação de um cenário onde só um grupo não comprometido com corrupção, com baderna, com desordem pudesse comandar a questão da segurança pública. Em meio aos embates da década de 1990, foi-se produzindo um esquecimento orientado em torno dos “anos de chumbo” no Brasil. Assim sendo, misturaram-se a necessidade de combate à criminalidade no Rio de Janeiro em meio a uma “associação” em torno da corrupção política, bem como a “restauração” da ordem urbana carioca e da ordem política nacional. Esse é o sentido de destacarmos que a realidade tratada pela mídia é uma realidade em que a dimensão política é dissolvida. No entanto, é nos meios que, pelo menos imaginariamente, as classes vêm pelo menos parte de suas demandas atendidas: não foi isso o que aconteceu no *impeachment* de Collor, por exemplo?

⁵⁰ *O Globo*, 23/05/1992, primeira página.

Somados ao processo de *impeachment* do então presidente da República e à “criminalidade crescente no espaço urbano do Rio de Janeiro”, temos um certo ostracismo pelo qual as Forças Armadas passavam naquele momento. Nesse contexto, o papel da imprensa foi fundamental, sobretudo pela forma como tratou a questão da criminalidade no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de trabalhos como o organizado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares (1996) demonstrarem que “a partir de 1991 o Estado do Rio de Janeiro conseguiu reverter uma ascensão da curva de homicídios que vinha acontecendo pelo menos nos últimos 12 anos” (Batista, 1996), tal perspectiva, pensada como uma das vozes que disputam o espaço de fala na nossa sociedade, foi deixada de fora da imprensa regional e nacional. Isso evidencia que o debate em torno da necessidade ou não das operações militares na questão da segurança pública conotava algo para além de si mesmo. Não é um mero detalhe que a figura de Brizola seja associada à de João Goulart e que ambos sejam num sentido único produzido pelos jornais, discursivamente caracterizados como “comunistas”, “baderneiros”, “agitadores”; mais ainda, como ameaça à ordem urbana carioca, no caso do primeiro, e à paz nacional, no caso do segundo.

A relação do então governador do Rio de Janeiro em 1992 com as elites do nosso país sempre foram marcadas por disputas ideológicas, mas havia também presente nessa relação um certo medo subjetivo. Para nós estava em jogo, de um lado a emancipação política, num primeiro momento do Rio de Janeiro e num segundo, que acabou por não se realizar, do país; de outro, a manutenção do velho pacto oligárquico-industrial que resiste em nosso país. Dessa forma, a categoria povo, como representação de classes populares (como comumente ela é nomeada) precisava ser conquistada tanto por um lado quanto pelo outro. O apoio de uma opinião pública, nesse sentido, era fundamental nesse processo. Mas, há um medo subjetivo que vem conduzindo a ação de nossas elites contra as classes populares por mais de um século, onde, naquele momento histórico, Leonel Brizola acaba por se converter na metáfora das demandas sociais. Esse é o sentido de apontarmos que o Encontro sobre Ecologia e Meio Ambiente passou a ser pano de fundo para o conflito entre direita e esquerda. Naquele contexto, a necessidade de uma ocupação militar caminhava lado-a-lado com a incorporação das classes menos favorecidas na agenda política. Que as Forças Armadas, protocolarmente, deveriam dar proteção aos dirigentes dos países visitantes, disso não temos dúvida. Mas, que de fato isso tenha acontecido, colocamos em discussão, uma vez que as tropas militares ocuparam os “espaços perigosos” da cidade, como o morro e a favela.

Em 1992, se o executivo estadual era a representação das demandas populares, o municipal era a representação dos anseios da elite. Não devemos perder de vista que a ruptura estabelecida entre Leonel Brizola e Marcello Alencar produziu, como um dos seus efeitos, a ida deste para o PSDB (pelo qual concorreria ao Governo do Estado em 1994). Essa oposição, em meio à RIO-92, acabou por produzir uma aproximação, pelo menos do ponto de vista semântico entre esta operação e as posteriores. No entanto, na prática, não há relação entre os dois momentos (RIO-92 e as operações RIO I e RIO II – mas, tal complementaridade acaba existindo entre as *operações*) a não ser no que tange a um tipo de memória constituída a partir da atuação dos meios de comunicação de massa. A primeira intervenção, dentre outras características, tinha como um dos principais objetivos, e com o devido apoio da imprensa⁵¹, desestabilizar o II Governo Leonel Brizola, que já havia sido governador do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1983 e 1987 e que, pelo resultado demonstrado nas urnas, contava com uma aprovação bastante expressiva por parte da população fluminense. As outras duas, pelo uso político que se fez dela, propiciar, dentre outros resultados, a eleição de Marcello Alencar (prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1992) para governar o estado.

Ainda do ponto de vista semântico, a ação militar era a única alternativa frente a um estado cujas forças de segurança pública (Polícias Civil e Militar) eram inábeis para lidar com a questão da criminalidade, não nos esqueçamos que “proliferavam” os seqüestros no Rio de Janeiro. Em função do destaque dado na imprensa, dois casos foram exemplares: o de Sara Benvinda Soares (irmã de Sílvio Santos) e Pedro Thiago de Orleans e Bragança (neto de descendente da Coroa Portuguesa, Pedro Gastão). Podemos acrescentar ainda o número de homicídios que aquela altura proliferavam na cidade. No plano político, “Marcello Alencar vai enfrentar Brizola”⁵², que se colocava contra a indicação do então secretário municipal de Obras, Luis Paulo Correa da Rocha, cujo padrinho era exatamente o prefeito da cidade. No entanto, como aparece na mesma edição de *O Globo*, desta vez na editoria Grande Rio, “Prefeito: Centro sem camelôs em 1 semana”⁵³, onde a “Associação [Comercial do Estado] divulga repúdio à Brizola”, apontando que “hoje, o prefeito é o vencedor em nossa urna e o governador é o perdedor. O governador tinha que ter dado maiores credenciais ao prefeito

⁵¹ A ênfase do discurso midiático, ainda que de uma forma implícita, era a de que o Governo Brizola estava mudando as coisas para pior, concedendo privilégios aos pobres e dando direitos a bandidos, sendo este último marcado por uma crítica severa aos movimentos de luta pelos direitos humanos.

⁵² *O Globo*, 28/05/1992, p. 09. Um elemento curioso dessa notícia é o fato dela aparecer na editoria *País* e não na *Rio* ou *Grande Rio*. Para nós trata-se de um indício de que o que acontece no Rio de Janeiro acaba interessando ao Brasil como um todo e não só à cidade ou ao estado, o que acaba corroborando nossa proposição de que a cidade do Rio de Janeiro mantém simbolicamente o estatuto de Capital Federal.

⁵³ *Idem*, p. 15.

para a implantação do programa [cadastro de camelôs] no município”⁵⁴. Ainda que esteja clara a construção (ou reificação) do antagonismo, opondo Brizola e Alencar em termos de vencedor e perdedor para a clientela da Associação Comercial do Estado, o mais impressionante neste conjunto de notícias é a que tem o título “O louco da Rua da Carioca”, que traz em suas linhas a estreita relação entre camelô e criminoso:

*O que fazia um comerciante no meio dos camelôs? Num programa de rádio, o governador Leonel Brizola deixou no ar a pergunta como a sugerir uma explicação que pintasse em cores menos violentas a agressão de um grupo de camelôs a Roberto Cury, presidente da sociedade dos amigos da Rua da Carioca (Sarca). E Brizola reforçou a insinuação: ‘Acho que alguma coisa o senhor Cury andou fazendo por lá’. Pois acertou em cheio. O comerciante estava mesmo fazendo alguma coisa: estava atravessando a rua, cuidando de sua vida. Nas calçadas que Brizola devolveu aos marginais da camelotagem, e apenas nelas, isso virou crime ou loucura.*⁵⁵

Todas as informações que trouxemos antecedem ao início da RIO-92. A partir do dia 03 de junho de 1992, se intensificam as notícias em torno da efetividade da ação militar na cidade carioca. As manchetes de *O Globo* e *O Dia* dão o tom da cobertura da imprensa sobre os resultados imediatos do Encontro ao mostrarem, respectivamente “Tuma quer acabar com territórios de traficantes no Rio”⁵⁶ e “Preso o chefe do tráfico na Rocinha”⁵⁷. Entretanto, o *JB* não deixará de dar a notícia “Tuma critica poder do tráfico no Rio”, mas utilizando o caderno *Ecologia e Cidade*. Ainda que exploremos um pouco mais esse aspecto no Capítulo 2, é muito interessante destacarmos que todo o alarido produzido nas páginas dos principais jornais do Rio diz respeito à cidade e não ao estado. Não há como negar que a competência pela segurança pública é toda do governador, mas acaba também sendo um dado revelador que, a despeito de serem lidos por toda a população fluminense, que a preocupação recaia exclusivamente sobre o município. Quando *O Dia* destaca que o “Tráfico faz a lei nos morros do Rio”⁵⁸ e apresenta “Dez líderes de um poder sem limites”⁵⁹, é curioso que não haja alusão a morros fora do município e que determinadas favelas sejam representadas na mesma especificação dos morros. Ou seja, a preocupação dos jornais é menor com as características e a localização da região “dominada pelo traficante” do que com a força com que devem ser combatidos.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶ 03/06/1992, primeira página.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁸ 03/06/1992, p. 08

⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

Em *O Globo*, a polarização política começava a ganhar materialidade quando “Público aplaude Marcello e vaia Brizola”⁶⁰. Sem explicar o porquê – talvez fosse o que menos importasse naquela informação, o jornal mostra que:

Lado a lado no palanque, o governador e o prefeito do Rio experimentaram diferentes sensações, quando foram apresentados ao público na abertura do Fórum Global. Enquanto Leonel Brizola foi ruidosamente vaiado, Marcello Alencar foi calorosamente aplaudido, até pelas crianças da Fundação São Martinho que tinham ido ao Aterro do Flamengo apenas para protestar contra a discriminação sofrida por duas meninas assistidas pela instituição. Possivelmente por causa da reação do público, o governador Leonel Brizola deixou o palanque pouco depois do início da cerimônia e sequer fez uso do microfone.

Como o que nos interessa é mostrar que as informações produzidas pelos meios interferem na forma como os sujeitos sociais empregam sentido à realidade, optamos neste trabalho em deixar de fora as análises das charges, dos artigos, das crônicas, dos editoriais, das cartas de leitores, dos editoriais, por entender que são os espaços dos jornais para a clara expressão de *opiniões*, uma vez que a notícia e a reportagem são os espaços que se autodenominam *da informação*. No entanto, um artigo em especial nos chamou a atenção por dois motivos: o primeiro é que ele não vinha diagramado naqueles “espaços de opinião”, mas sim em meio à informação; o segundo, por ser assinado pelo então deputado federal pelo PMDB, César Maia, que seria prefeito da cidade do Rio de Janeiro em três mandatos (vide nota 23). Com o título “Por que não há segurança”, Maia explicava a culpa de Brizola pela criminalidade crescente, usando os números:

Muito se fala que as causas da violência no Rio são a miséria social e a crise econômica. O que se esquece, ou não se quer dizer, é que não são as únicas. Basta olhar para todo o Brasil e verificar que há miséria e crise no país todo. No entanto, é aqui no Rio que a insegurança é maior. Por quê? A resposta pode ser encontrada analisando as contas do governo do Estado do Rio, apresentadas pelo governador Leonel Brizola. Vejamos. Como se sabe, a responsabilidade pela segurança Pública é do governo estadual, porque a ele estão subordinadas as polícias, civil e militar. Era de se esperar que ao crescimento da violência no Rio correspondesse maior atenção do governador com a segurança pública. Era de se esperar que os recursos que estavam aplicados no setor fossem, pelo menos, mantidos e assegurados. Mas, o que aconteceu foi coisa completamente diferente. Por incrível que pareça, ao analisarmos as contas apresentadas pelo governador Leonel Brizola em relação ao ano passado, verificamos impressionante redução dos gastos com a segurança pública. Mais espantoso ainda é o fato de que, nos últimos dez anos, essa redução foi tão grande que, praticamente, reduziu à metade esses gastos. Os números são, realmente, de impressionar, quando se compara quanto da receita tributária do governo estadual

⁶⁰ 03/06/1992, p. 16

era gasta com segurança pública em 1991 e dez anos antes. Em 1981, foram gastos 27% da receita própria do governo; em 1991 se gastaram apenas 15%. Outro dado mostra por que há tanta desmotivação na Polícia Militar e por que os policiais militares, para sobreviver e manter suas famílias tem que recorrer a bicos. Vamos aos números em 1981, o governo gastava 16% dos tributos próprios com o pagamento da Polícia Militar, em 1991, portanto dez anos depois, gastou menos de 9%, praticamente a metade. E o que é mais grave: pagando-se tão pouco à PM, o crime encontra ambiente favorável para corromper aqueles mais fracos de formação⁶¹

César Maia prossegue, mas cremos que este trecho já nos é suficiente para fazermos algumas observações. A primeira delas é que o candidato traçava um panorama “preciso” da realidade da segurança pública do Rio de Janeiro. Porém, mais uma vez é o que ele não diz (mas que mesmo assim o jornal publica) que se torna revelador. Quando produz um comparativo dos últimos dez anos, o “pré-candidato” à prefeitura carioca naquele ano não menciona que, em 1981, estávamos ainda sob o regime da ditadura e que, como é de se esperar num estado de recessão, os gastos com segurança pública deveriam ser maiores. Outro ponto que fica sem explicação é sobre os quatro anos entre os dois governos pedetistas, o que nos permite indagar se a redução foi toda durante o II Governo Brizola ou não. Terceiro ponto é sobre a relação causal entre baixos salários pagos aos policiais militares e o “ambiente que o crime encontra”, justificando a alardeada ineficiência da Polícia no combate ao crime. Por último, mas não menos importante, é que se há miséria e crise econômica por todo o país e, igualmente violência, por que os eventos ocorridos na cidade do Rio ganham dimensões tão alarmantes? A nossa tese é a de que existe uma profunda relação entre a criminalidade no Rio e o antagonismo social que se erigiu sobre ela. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando nos deparamos com uma informação como a produzida, também em *O Dia*, sobre o espancamento e os tiros dados contra menores:

Um homem negro, barbudo, de estatura mediana, reagiu a tiros a um arrastão ontem de manhã, num ônibus da linha Rodoviária-Engenho de Dentro, baleando S.L.N., 17 anos, e F.C.T., 17, que conseguiram saltar, mas foram obrigados a parar na rua por um homem que se dizia promotor. O barbudo desembarcou e passou a espancar os menores e mandou que eles corressem, ao mesmo tempo em que atirava. Depois, com o tal promotor, embarcou num carro de placa OM-8778, de São Paulo.⁶²

Ao final da matéria, a informação dava conta que os dois homens entraram num carro que parecia fazer a segurança (privada) do ônibus. Mas, o que chamou a atenção das pessoas que passavam foi a energia com que o assunto foi resolvido. O que despertou o interesse do

⁶¹ *O Dia*, 08/06/1992, p. 06.

⁶² “Menores são baleados e espancados”. IN: *O Dia*, 13/06/1992, p. 11.

jornal foi o fato de esse tipo de crime não poder ficar mais impune. No entanto, o mesmo jornal noticiou que “Motorista mata três e é liberado” no dia 23/06/1992, dando conta de que se tratava de um acidente de trânsito provocado por ingestão excessiva de álcool. O peculiar da situação é que o protagonista deste acidente já tinha registrado contra ele 12 processos, sem nenhuma condenação (dos quais dois eram por uso de drogas e um por atropelamento com lesões corporais). Após pagar a fiança ele foi liberado, mesmo em se tratando judicialmente de um crime muito mais grave (e por um sujeito que tinha contra si vários inquéritos abertos) do que o do arrastão. No entanto, o que mereceu a resposta bélica foi o primeiro. Quando olhamos para os dois casos ficamos tentados a concordar com D’Elia Filho (2007) e afirmar que o crime no Rio de Janeiro tem classe social. E esse caráter classista tenderá a ser evidenciado.

Quando o *JB* publica a matéria sob o título “Nenhum ônibus escapa do calote”, com o subtítulo: “Aumenta na cidade o número de passageiros que não pagam passagem e saltam pela porta de trás ou até pelas janelas”⁶³, o impresso dá o tom do que serão as notícias pós-RIO-92. Não era a denúncia dos calotes que chamava a atenção, mas sim as duas informações seguintes, onde o jornal identificava a Central do Brasil como o paraíso dos caloteiros, sob o título “Locais recordistas de calotes”⁶⁴, e o perfil do caloteiro em “Arte de desempregado e arruaceiros”:⁶⁵

Já William dos Santos, de 19 anos, desempregado, faz mais o estilo caloteiro amador: meio envergonhado, nordestino sem profissão certa na carteira de trabalho, ele só dá calote quando não tem dinheiro. ‘Queira poder pagar qualquer coisa na hora, mas há dois meses não acho qualquer serviço’, justificou. Morador de São Cristóvão, William não possui a malícia dos mais experientes, que sempre descem nos pontos que querem. Ele aproveita a entrada de algum passageiro para escapular do ônibus em sua maratona à procura de emprego na Zona Sul. Quando não dá, espera outro ponto, ou outro, até conseguir. ‘No final do dia, a gente acaba andando mais do que se tivesse vindo a pé’, reclama.

Num só golpe, o jornal atualiza vários elementos do imaginário social sobre a figura do delinqüente. Primeiro a questão da origem de William: meio envergonhado, nordestino sem profissão certa e morador da zona norte que procura emprego (não no Centro, mas na zona sul), reforçando o preconceito contra os nordestinos e atualizando a noção de que trata-se de um contingente que, por estar desempregado, tende a cometer delitos (calotes); segundo, não possui a malícia dos mais experientes, ou seja, estar desempregado a mais tempo pode

⁶³ Caderno *Cidade*, 18/06/1992, primeira página.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*.

levar o indivíduo a cometer crimes mais graves; terceiro, o local recordista de calotes é simplesmente o ponto de maior movimento das pessoas que se deslocam para as zona norte, parte da zona oeste e Baixada Fluminense, o que indica que o calote existe em maior quantidade onde se concentram as pessoas de menor poder aquisitivo e moradoras das “regiões de risco” do Rio de Janeiro; por último, este provavelmente um registro inconsciente, a Central é um marco de grandes movimentos populares realizados na cidade do Rio de Janeiro. “Paraíso dos caloteiros” é, simultaneamente, reconhecer que o local trata-se de uma importante referência para as classes populares, porém desqualificando-o. Mas, nada se compara com a notícia “A ‘Síndrome do C’ ataca – Rio volta a conviver com crime, camelô, congestionamento e criança de rua”⁶⁶ cujo texto assim descreve a informação:

Depois de sentir a sensação de viver numa cidade civilizada durante a RIO-92, os cariocas vão se acostumando novamente ao Rio de Janeiro que parece sofrer da Síndrome do C: crimes, camelôs, congestionamentos e crianças de rua voltaram a assombrar os habitantes após uma trégua de duas semanas. “eu não entendo por que os homens têm soluções para problemas complicados, como receber mais de 100 chefes de Estado de uma só vez e não conseguem dar um jeito em problemas simples, como as filas triplas de carro nas portas de colégios”, reclama o motorista particular Miguel José da Silva, 45 anos, que ontem buscava duas crianças no Colégio Santo Inácio. Sem que houvesse um PM nas proximidades, a Rua São Clemente, em frente ao Colégio Santo Inácio, se transformou, entre 12h e 12h20, num grande estacionamento (...). Moradora do Flamengo, Bernadete viajou no sábado, quando o esquema de segurança e trânsito montado para a Conferência do Meio Ambiente transformaram a cara do Rio. Quando retornou à cidade, na terça-feira, percebeu que a Síndrome do C também havia voltado. “Fui assaltada na rua Paulo Barreto, aqui mesmo em Botafogo. A gente não vê polícia na rua. É por isso que os assaltos e congestionamentos ocorrem a toda hora”, reclama Bernadete que evita trafegar na Rua São Clemente. “Isso aqui é um engarrafamento só”.

Poderíamos enumerar uma série de informações produzidas ao longo do período que envolveu a primeira operação militar no Rio de Janeiro após a ditadura militar. No entanto, como a nossa proposta é desenvolver uma reflexão crítica sobre os processos de comunicação, estaremos recuperando uma discussão acerca da especificidade da narrativa jornalística com sua pretensa objetividade, a partir da relação desta com a perspectiva de distanciamento, de neutralidade e de imparcialidade, com ausência de valoração do mundo social – sem nos esquecermos da capacidade de alcance que este mesmo discurso passa a ter ao se consolidar como negócio. Na verdade, ao investigar as características próprias da informação, via imprensa, inevitavelmente nos aproximaremos de outras formas narrativas, sobretudo se

⁶⁶ Caderno *Cidade*, 18/06/1992, p. 03

levarmos em conta a circularidade de algumas matrizes que serão apropriadas pelos periódicos. Nesse sentido, ao problematizarmos o papel desempenhado pelos meios massivos de informação estaremos investigando como a imprensa se constrói, a despeito de ser uma forma específica de narrar, como o lugar que descreve um “real” sem valorá-lo. Evidentemente, essa forma de auto-referência acaba muitas vezes escamoteando o lugar político que os agentes produtores da informação desempenham na dinâmica social, o que contribui, em larga escala, para a construção desse lugar apolítico no imaginário social.

Ainda que tenhamos antecipado um pouco da abordagem que faremos ao longo da tese, em nossa avaliação, a manutenção das ferramentas convencionais de análise não é suficiente para desenvolvermos uma reflexão mais crítica sobre os processos comunicacionais. Assim, queremos partir de um “enfoque da comunicação numa concepção totalizadora do processo comunicacional, concebendo a comunicação em todos os seus níveis de funcionamento como aspecto do processo produtivo geral da sociedade”, como destaca Martin-Barbero (2004, p. 45).⁶⁷ Uma vez que, concordando também com Foucault, “o discurso é (...) um desses lugares no qual são exercidos (...) alguns dos mais terríveis poderes (...) ele é aquilo pelo que e por meio do qual se luta, aquele poder do qual a gente quer se apoderar” (*Apud* Martin-Barbero, 2004, p.46).⁶⁸ Isso porque não nos interessa simplesmente pensar os meios de informação numa perspectiva eminentemente abstrata, mas pensá-los em sua ação concreta em nossa sociedade, analisando as narrativas da imprensa em sua dimensão concreta, isto é, quando estas interferem (em muitas oportunidades decisivamente) no jogo de forças disputado contemporaneamente.

É com esse sentido que partimos das informações produzidas pelos três principais jornais de circulação no Rio de Janeiro – *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – sobre as intervenções militares; para apontarmos que, longe de representarem estritamente a publicização da informação, tais periódicos constroem visões de mundo que, na maioria dos casos, reifica o *status quo* e o antagonismo social. Como já evidenciamos na introdução, a escolha destes jornais repousa preponderantemente sobre dois pontos: primeiramente em função de suas tiragens. Como juntos, pelo menos no período estudado, eles superam a casa dos 800 mil exemplares diários, avaliamos que o poder de difusão de tais veículos é um dado

⁶⁷ CIESPAL, Documento de Costa Rica, citado pelo autor.

⁶⁸ Ao evidenciarmos a remissão ao Documento da CIESPAL e à Foucault feita por Martin-Barbero, buscamos dar ênfase ao caráter processual da produção dos discursos massivos, sobretudo porque estamos assumindo que (a) o contexto brasileiro (como também o latino-americano) possui certa especificidade, que (b) os *media* possuem uma centralidade em nossas sociedades e que (c) a intervenção (de caráter classista) desses agentes na produção discursiva esconde relações de força nela implícitas.

relevante. Quanto ao segundo, esse diz respeito ao fato de também tanto *O Dia*, quanto *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, virem realizando suas *Reformas* (gráficas, mas, principalmente editorial), adaptando-se a um tipo de jornalismo marcado pelas idéias de imparcialidade, pela neutralidade e pela objetividade, sob influência do jornalismo norte-americano. No entanto, quando propomos que a atividade jornalística seja percebida em sua dimensão concreta, queremos evidenciar que, apesar de uma nova estrutura, é um campo que não paira acima dos interesses de classe.

1.1 – Comunicação: Uma arena de luta por significados

Como um dos principais eixos da nossa pesquisa é a relação entre ideologia, luta de classes, meios de comunicação de massa e produção narrativa, estamos nos propondo a uma reflexão que tome como ponto de partida o diagnóstico realizado por Martín-Barbero sobre a América Latina, nos anos 1970 e 1980, passando pela crítica de Stuart Hall a uma leitura equivocada de Marx e retornando a Barbero na análise dos anos 1990. Tal percurso inclui uma visita a alguns pressupostos marxistas, enriquecidos pelas contribuições de Antônio Gramsci e Mikhail Bakhtin. Evidentemente, são maiúsculas as elaborações dos autores aqui citados. No entanto, gostaríamos de destacar ainda que a aproximação com a teoria e o método marxistas é pertinente não por qualquer modismo epistemológico. Para nós, o método marxista é fundamental não só por considerar que tudo é transitório, mas porque aparece como possibilidade real de estudar o caso brasileiro à luz do processo de modernização conservadora – a “via prussiana” de Lênin ou a revolução passiva de Gramsci – vivida pela Alemanha do século XIX e *experimentada* pelo pensador alemão.

Partindo então dessa perspectiva, nossas hipóteses apontam para um deslocamento do conflito de classes. Este sairia do campo da política, *stricto sensu*, se estabelecendo no espaço midiático, como um campo de produção material da cultura. Ou seja, se em outros momentos da nossa história a luta de classes se revelava preponderantemente através da luta pelo controle do Estado – pelo controle do monopólio da coerção – e dos meios de produção, sobretudo os industriais, nossa principal hipótese caminha no sentido de inferir que, na contemporaneidade, a luta se apresenta preponderantemente na busca pelo “controle” dos meios de produção cultural e na busca por significar no espaço midiático, o que, no mínimo, deslocaria a luta de classes para a superestrutura. Esse é o sentido de apresentarmos (e

explorarmos no Capítulo 3) o antagonismo representado pelas propostas em torno da perspectiva das intervenções militares para solução dos conflitos urbanos.⁶⁹

Nesse antagonismo – para nós, a luta de classes – gradativamente o Estado (ou a sociedade política como classificou Gramsci), da forma como assistíamos, sobretudo, no final do século XIX, vem deixando de ser o principal espaço de luta pela hegemonia. Assim sendo, mantemos a perspectiva da presença da luta de classes não exclusivamente na disputa pelo controle do Estado, mas principalmente pela primazia por significar, e mais especificamente, significar no espaço midiático. Nossa proposta é a de que o principal *locus* da luta de classes deixou de ser o político, passando a ser o cultural. Sendo mais específico, nossa principal hipótese de trabalho é que a grande disputa passou a ser por significar, sendo a luta travada em torno do direito de (mais que de significar) de fixar significados. Dessa forma, mesmo não desprezando a presença de outros agentes políticos, caminhamos no sentido de tentar capturar esses embates ideológicos no campo da cultura, atribuindo aos meios de comunicação de massa um papel preponderante de produzir-difundir-resignificar o lugar da cultura na contemporaneidade⁷⁰.

O que estamos questionando é o lugar consolidado que a cultura, o político, o econômico e o social ainda ocupam de forma isolada. Em nossa proposta de estudarmos transdisciplinarmente o campo da comunicação o que buscamos é, a partir de um esgotamento dos modelos tradicionais que estudavam as áreas do conhecimento de forma isolada, empreender um esforço no sentido de estabelecer algumas interconexões que têm escapado aos operadores sociais. O que estamos querendo sublinhar é que buscamos romper com as fronteiras impostas pelo pensamento iluminista, sobretudo em sua versão positivista, onde economia, política e cultura não se interpenetravam. Ou seja, queremos tomar o campo da Comunicação como o espaço da *transdisciplinaridade* (poderíamos mesmo dizer, da *indisciplinaridade*) por excelência, lembrando que, como destaca Barbero (2004, p. 218):

⁶⁹ Como já mencionamos na introdução, Viva Rio e CEUEP são tomados como referência para evidenciar o debate em torno das intervenções militares no ano de 1994, alinhando-se o primeiro à ordem pública autoritária e repressiva e o segundo à democrática.

⁷⁰ É muito oportuno mencionarmos que, como demonstra Reinhart Koselleck (2006), os termos nomeados estão constantemente em disputa, não são dados. No entanto, uma das mudanças fundamentais que vemos na contemporaneidade é que a nomeação de um termo (que era dada *à posteriori*) acontece quase que ao mesmo tempo em que as disputas são travadas, sobretudo em função da presença e do alcance das narrativas midiáticas. Com o poder que esses aparelhos possuem de naturalizar aquilo que é historicamente construído, algumas palavras e expressões ganham quase que um caráter de essencialidade quando descritas nas páginas dos periódicos, mascarando que o próprio direito de significar está em disputa. Assim, por exemplo, quando se vê a nomeação de guerra para descrever o antagonismo social, pode-se perder as duas dimensões históricas, tanto da palavra quanto para os movimentos dos agentes sociais.

“desde a comunicação trabalham-se processos e dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos, estéticos”.

Barbero argumenta que a ciência política, por exemplo, é uma das áreas do saber que tem se encarregado (de forma marginal, segundo ele) dos meios massivos. Porém, há uma dupla divergência que merece ser sublinhada. Para a ciência política contemporânea seria possível ao pesquisador reconstruir os embates travados na sociedade, pois estes estariam perceptíveis na Literatura não pelo que é narrado, mas pela forma como é narrado⁷¹. Esses embates seriam imperceptíveis na comunicação, pois os jornais, por exemplo, serviriam apenas de fonte histórica ou seriam encarados como “um gênero menor de historiografia da atualidade” (Koselleck, 2006)⁷². Nossa proposta, mais próxima da do pensador latino, é a de que é possível revelarmos tais embates sociais não através da produção literária, mas através dos relatos jornalísticos. Desse modo, nossa proposta é a de trabalhar com a imprensa não na ótica sublinhada pelos operadores sociais modernos. Na verdade, queremos propor o deslocamento da imprensa como fonte para o de um poderoso agente social.

Nesse tocante, trabalhamos com a perspectiva de gradativamente, o espaço midiático vir se transformando na principal arena de disputas na contemporaneidade. Ou melhor, tomando por referência as intervenções e reconhecendo que tanto o clamor por mais repressão quanto a demanda por soluções de conflitos têm grande representatividade na mídia, os agentes sociais vêm buscando disputar esse espaço como forma de dar visibilidade às suas pautas de reivindicações. Assim sendo, o que estamos inferindo é a possibilidade de os indivíduos buscarem significar não mais fora do espaço midiático, sobretudo pelo alcance e pelo alto poder de sedução que as narrativas midiáticas possuem, como, por exemplo, as marcas de oralidade que muitas de suas construções possuem. Desse modo, se antes os agentes sociais entendiam que a mídia era um instrumento para divulgar suas demandas, hoje ela tornou-se a principal arena de disputas políticas, onde o discurso também assume uma centralidade.

⁷¹ Em nossa formação, a passagem pela área da Ciência Política nos permitiu um contato maior com abordagens mais contemporâneas de análise naquele campo. No entanto, a ênfase de trabalhos como os de Cerqueira Filho, Neder, Serra, Žizek, como já havíamos mencionado na introdução, recai sobre a Literatura enquanto instrumento de captura da dinâmica social. Para nós, não há dúvidas sobre a importância das obras literárias enquanto reveladores de um certo contexto social. No entanto, em nossa avaliação, essa mudança de olhar sobre os jornais tenderiam a produzir uma mudança de paradigma, onde abandonaríamos os jornais somente como fontes para tratá-los como agentes.

⁷² Ainda neste capítulo exploraremos um pouco mais essa questão por entender que essa primazia por narrar histórias foi, na contemporaneidade, assumida pelo jornalista.

Em função do que apontamos anteriormente, vemos o discurso (ou melhor, o enunciado) como algo atravessado pela ideologia. Como salienta Bakhtin, a comunicação verbal está sempre marcada pela individualidade e pelo contexto. As construções enunciativas são impregnadas de conteúdo ideológico. O contexto em que uma palavra é dita, assim como acontece com uma oração, atribui valores que são individuais (do ponto de vista de um locutor), mas também coletivos. Aliás, Bakhtin também realça a perspectiva da presença das várias vozes que falam no nosso discurso. Falamos não aquilo que criamos, mas aquilo do qual nos apoderamos. O discurso não é individual, é polifônico; ele atravessa as falas de outros agentes históricos. Aquele assunto sobre o qual estamos criando um enunciado já foi, fatalmente, objeto de outras discussões, outras idéias. Vejamos a notícia veiculada pelo *JB*. Sob o título “Sai verba para o Largo da Carioca – BNDES garante Cr\$ 7 bilhões para reurbanização do ‘Vietnã’ enquanto estado e prefeitura vão cuidar da segurança”:⁷³

O Vietnã carioca, território livre dos pivetes, desocupados e camelôs que infernizam a população, está com os seus dias contados. Dentro de quatro meses, quando estiver concluída a reurbanização do Largo da Carioca, os assaltantes serão obrigados a entregar os pontos definitivamente. A vitória é da população, mas será conquistada graças ao convênio que será assinado amanhã. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) garantirá os US\$ 1,8 milhão (cerca de 6,9 bilhões) necessário às obras e à manutenção do novo parque do Largo da Carioca nos próximos 12 meses. Em contrapartida, o governo do estado e a prefeitura prometem se responsabilizar pela segurança de todos os pedestres que transitam no local e nas proximidades.

A construção narrativa acima, apesar de lamentável, é um interessante caso do ponto de vista analítico. O “Vietnã” atualiza temporalmente no imaginário social a guerra que durou 16 anos entre os Estados Unidos e a população daquela região – guerra cara e longa que matou milhares de soldados e civis. Ou seja, tratava-se de por fim a uma batalha longa contra “pivetes, desocupados e camelôs” que já “aflige” há anos população carioca. Não menos significativa é a vinculação dos três grupos sociais citados na linha anterior com a rubrica crime: “os assaltantes serão obrigados a entregar os pontos definitivamente”.

Quando nos fixamos na notícia produzida pelo jornal, dois outros pontos nos saltam aos olhos: o primeiro é que a utilização da palavra *Vietnã* para referir-se ao Largo da Carioca é da mesma operação semântica que classifica a região do conjunto de Favelas da Maré como *Faixa de Gaza*; o segundo, esse corroborado pela informação que complementa o conjunto de matérias da página, a sobre a “vitória da população” que vive infernizada. Com o título

⁷³ Caderno *Cidade*, 08/07/1992, primeira página.

“Modiano fica com medo” e subtítulo: “Modiano acha que poderá retomar suas caminhadas depois da reforma”⁷⁴, o periódico nos mostra quem é essa “população”:

O presidente do BNDES, Eduardo Modiano, sempre cultivou o hábito de caminhar no Centro da cidade, passando necessariamente pelo Largo da Carioca. Nos horários de almoço e de encontro com empresários, Modiano, acompanhado pelo chefe de gabinete do banco, Sérgio Besserman⁷⁵, deixava o imponente prédio do BNDES por uma das portas de acesso ao Largo da Carioca e, calmamente, os dois andavam até o Clube Naval, na esquina da Rua Almirante Barroso com a Avenida Rio Branco, lugar propício para almoços executivos. Outras vezes, depois do expediente, Eduardo Modiano tinha hora marcada no seu médico, com consultório no edifício De Paoli e também passava pelo Largo da Carioca. No dia de leilão das empresas privatizadas, na Bolsa de Valores, Modiano também costumava ir a pé até a Praça 15, cruzando o Largo da Carioca.

O que as notícias não dizem claramente é que, “por medo” de não poder manter o hábito de caminhar pelo Largo da Carioca, o presidente do BNDES libera (gasta) “US\$ 1,8 milhão” do dinheiro público para urbanizar o “Vietnã” brasileiro. Mas, como após sua gestão na presidência do banco, Modiano passou a ocupar cargos na iniciativa privada⁷⁶, queremos mesmo é observar outro personagem que aparece na informação: Sérgio Besserman. Menos porque era chefe de gabinete do BNDES, o que o colocava como a população “infernizada” pela criminalidade, o economista nos interessa em função de ser, nos dias atuais, o comentarista da coluna *Mais Rio* na *Central Brasileira de Notícias (CBN)*. Todos os dias, Besserman discute assuntos ligados ao dia-a-dia carioca, opinando sobre os mais variados temas. Em três oportunidades, o mesmo conservadorismo revelado na estratégia do BNDES pode ser ouvido nos pareceres dados sobre as mazelas do Rio de Janeiro, como resumiremos abaixo, fazendo uma síntese de seu pensamento:

- a) A iniciativa de se construir muros em torno das favelas é pouco inteligente e simbolicamente ruim para a paisagem do Rio de Janeiro. Melhor seria limitar esses espaços com a tecnologia do GPS. Se simplesmente cercarmos, a bandidagem vai continuar no controle ameaçando a sociedade⁷⁷;

⁷⁴ JB, Idem, *Ibidem*.

⁷⁵ Julgamos que não é desnecessário destacar que Sérgio Besserman mantém vinculação com a ideologia dominante. Após ser chefe de gabinete do BNDES durante o Governo Collor, ele é nomeado presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exercendo o cargo entre 1999-2003. Posteriormente, será nomeado presidente do Instituto Pereira Passos, no Rio de Janeiro, na gestão do prefeito César Maia, função que ocupa até o final deste governo, em 2008.

⁷⁶ Pesquisado em http://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Modiano (15/06/2009)

⁷⁷ “A iniciativa de construir muros em volta das favelas”. *CBN*, 01/04/2009.

- b) A urbanização (leia-se a pacificação) é uma ótima saída para conter os avanços do Dona Marta e da Rocinha, isso porque toma-se de volta o que, com o muro, continuaria sob a posse da bandidagem⁷⁸;
- c) O aeroporto Antônio Carlos Jobim deveria ser privatizado já que sediaremos as Olimpíadas de 2016. Poderia aproveitar e privatizar o Santos Dumont também. Lógico, isso ia produzir um aumento das passagens, mas avião não é meio de transporte para pobre. O ideal seria, com os dois privatizados, criar-se um corredor marítimo que ligasse os dois aeroportos, diminuindo o tempo e os transtornos para quem precisa se deslocar de um para outro⁷⁹.

Não estamos mudando de objeto ao trazer fragmentos dos comentários de Sérgio Besserman para a tese. Antes, o que queremos é evidenciar o quanto, a partir dos meios de comunicação massivos essas discussões, essas idéias (a articulação entre as propostas de 1992 e de 2009) são amplificadas, tornando o espaço midiático⁸⁰ central ao dar visibilidade a determinados discursos em detrimento de outros. A escolha dos meios massivos com relação aos discursos próprios e aos que dão voz não é ingênua, nem aleatória. Ressaltando o postulado de autores como Marx, para quem a origem da consciência é social, Freud, para quem o inconsciente é a voz de um Outro internalizada, e levando em conta as suas observações, chegaremos a conclusão de que todo discurso é ideológico, ele mostra coisas e exclui tantas outras seja através de ações memoráveis seja através de um esquecimento produzido. Coisas essas que são mostradas como se não houvesse alternativas, sem que se leve em consideração que o ambiente social constitui o fenômeno e que o contexto fala sobre o objeto.

Ao destacarmos que estamos concebendo as narrativas jornalísticas dentro de um contexto, dentro de uma dinâmica mais ampla, queremos nos aproximar de um estudo do campo da Comunicação pelo que chamaremos aqui de *via* marxista. Assim, gostaríamos de inicialmente nos deter em contribuições teóricas como as que encontramos em Hall, Gramsci e Bakhtin, inclusive as leituras que o pensador jamaicano faz sobre os outros dois, apontando

⁷⁸ “A urbanização em torno dos morros Dona Marta e Rocinha”. *CBN*, 17/09/2009.

⁷⁹ “O Aeroporto Internacional Tom Jobim e as Olimpíadas 2016”. *CBN*, 07/10/2009.

⁸⁰ Quando usamos a expressão *espaço midiático* não estamos incorrendo numa imprecisão. Ainda que nesta pesquisa nos detenhemos nas narrativas produzidas pelos meios de informação, não há como negar que elas estão imersas na lógica dos *media*, assim como não afirmamos que estes sejam os únicos agentes da dinâmica social. Assim, *espaço midiático*, antes de se referir à mídia como uma categoria abstrata, indica a presença de construções narrativas que podem ser dissonantes, mas que em sua grande maioria são consonantes às informações produzidas nos periódicos.

como se opera a nova perspectiva da ideologia: “O que é ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar significados através do estabelecimento, por seleção e combinação, de uma cadeia de equivalências” (2003, p. 164). Stuart Hall é, sem dúvida, um dos principais (se não o principal, na contemporaneidade) representantes dos chamados Estudos Culturais. Por isso, convocá-lo significa pôr em relevo a especificidade da cultura na problemática dos estudos de Comunicação. Nossa proposta, a partir desse pressuposto, é tomar “O problema da Ideologia”, em Hall, revisitando Marx, em busca da tentativa de estabelecer as correlações entre materialismo dialético e o campo da Comunicação massiva. Esse percurso será marcado pela breve retomada do determinismo econômico no pensador alemão, associado às contribuições de Gramsci, com o determinismo político, e Bakhtin, com o determinismo cultural. Dessa maneira, pretendemos, após essas *atualizações* do pensamento marxista, retomar Barbero em que podemos ver aplicado um marxismo vivo.

Iniciemos por Hall e sua leitura de Althusser. Segundo ele, “Althusser argumenta que, cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora dela”. Portanto, “a tarefa mais importante é cultivar aquele tipo de trabalho que é capaz e disposto, moral e politicamente, a se subordinar à disciplina, à lógica, à cultura e à coerção do modo econômico de produção do desenvolvimento capitalista, seja qual for o estágio a que ele tenha chegado; isto é, o trabalho que pode ser sujeitado ao sistema dominante *ad infinitum*” (Hall, *Op. cit.*, p. 171-172). Então, se os sujeitos conseguem “escapar” do sentido produzido pelas relações sociais amplificadas pela mídia, como por exemplo a novela, qual a solução para controlá-lo? Como já abordamos (Borges, 2006), uma das respostas possíveis seria a criminalização desses atores. E não é isso que a história do nosso país tem mostrado, sobretudo desde a instauração da República? Desse modo, vemos claramente uma aproximação com a Teoria Ampliada do Estado de Gramsci. Ou seja, onde o convencimento não resolve, aplica-se a força. Ou, mais especificamente, aquilo que não é controlado pela ação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), com uma crescente participação da sociedade civil, passa a sê-lo através dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE).

Evidentemente, face às transformações sociais com as quais nos deparamos na contemporaneidade, onde a dimensão da cultura torna-se central, há a necessidade de uma releitura das contribuições que mencionamos no parágrafo anterior. Assim, quando percebemos que um indivíduo sente-se mais cidadão por consumir, por exemplo, um dos livros que constam na revista *Veja* como os dez mais vendidos ou o que adquire o perfume

utilizado pelo protagonista de uma determinada novela, ou ainda, o que é trabalhador (e assim pode consumir legalmente) e não pode ser confundido com um bandido, um marginal⁸¹, observa-se ali uma ação significativa e não puramente um ato de consumo⁸². Partindo dessa perspectiva, gostaríamos de levantar a hipótese de o *consumo da informação* ser um *lugar* privilegiado para assistirmos ao amálgama de algumas determinações: a) determinação econômica, sobretudo pelos interesses comerciais das empresas de comunicação intrínsecos a circulação da informação; b) determinação política, representada pelos interesses de classes, inclusive os dos jornalistas como intelectuais orgânicos; c) determinação cultural, a partir da produção social do discurso jornalístico; e, uma quarta que poderíamos apontar, d) determinação semântica, em função do conteúdo dos enunciados dos discursos produzidos dentro do espaço midiático.

Essa determinação semântica ganha importância à medida que o que é produzido no espaço *publiático* busca estabelecer um sentido único para significados que estão em disputa, buscando apagar tais confrontos. Raymond Williams (1969) nos chama a atenção para isso na introdução de *Cultura e Sociedade*. Williams, por exemplo, trabalha com o desenvolvimento histórico da palavra cultura. Nas palavras do autor: “porque o que veio na história dessa palavra, na estrutura de seus significados, é um movimento amplo e geral de idéias e sentimentos” (*Idem*, p. 19, grifos nossos). Para nós os meios de comunicação de massa participam ativamente dos processos de transformação da sociedade, de transformação das formações sociais. Como a cultura sofre as consequências das relações políticas e econômicas, seu estudo deve levar em conta a formação social, a época histórica, mas também, na contemporaneidade, a participação dos meios de comunicação massivos nesse processo. Como as palavras, em certas formações sociais, ganham sentidos novos, as alterações da linguagem se revelam como uma forma de análise das modificações de vida e de pensamento. As alterações da linguagem produzem transformações sociais, logo, como aponta Bakhtin, a *disputa* se dá é em torno do signo, e mais especificamente, em torno do poder de atribuir um significado para determinado significante.

Jesús Martín-Barbero argumenta que os estudos de comunicação da América Latina têm representado uma tarefa de envergadura antropológica, com atenção para as profundas transformações na cultura cotidiana das maiorias: “mudanças que trazem à *superfície estratos profundos da memória coletiva* ao mesmo tempo em que movimentam *imaginários* que

⁸¹ De viver à margem na sociedade

⁸² Para a discussão mais aprofundada sobre o consumo como uma dimensão política ver: Canclini (1999).

fragmentam e des-historicizam” (*Op. cit.*, p. 204, grifo nosso). Apesar de indicar a importância da antropologia, o autor, a partir de uma perspectiva de estudo *global*, indica a importância da história, da ciência política e dos estudos de psicanálise⁸³. Tal perspectiva de Barbero, em nossa avaliação, ganha densidade com a nova cena contemporânea, onde a incorporação das massas à modernidade é produzida através dos meios de comunicação massivos, sobretudo com o que se convencionou chamar de Indústria Cultural. Nesse sentido, podemos perceber que essa incorporação não vem estritamente pelo político, mas sim pela comunicação, com sua ação política.

É interessante pensarmos que essa incorporação não é tão menos conservadora que a política. Antes, porém, podemos percebê-la como uma radicalização do processo revolucionário da “via prussiana”. Como propõe Barbero, mas cremos que tal pressuposto também aparece em Williams, como a incorporação da massa se dá através da transformação dos modos de ver, de imaginar (e de narrar), de sentir e de pensar, propomos que a contribuição da psicanálise, sobretudo com a psicanálise como instrumental de análise política, é bem vinda por trabalhar com essas percepções de mudança⁸⁴. Pensamos que esse quadro de mudanças é acelerado com a emergência do processo de radicalização do capitalismo: a globalização. Nessa nova etapa, como destaca o próprio Barbero, houve perda de autonomia do cultural com a emergência dos meios de comunicação de massa. Essa mesma concepção está no trabalho *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (Jameson, 1996). Nele, o autor trabalha com a *lógica* da inclusão de uma nova visão da sociedade, que ele chama de totalizante. Essa perspectiva nos colocou diante de um ponto bastante interessante: uma análise política-semiológica que contemple somente um viés, seja ele o econômico, o cultural ou o social, é uma análise empobrecida. Assim, ao contemplar a cultura, nossa análise busca englobar o social, o político, o econômico, concomitantemente.

Embora a sociedade venha se complexificando, paralelamente parece caminhar para a homogeneização, onde “a produção de mercadorias e o consumismo alteram as percepções não apenas do eu como do mundo exterior ao eu; criam um mundo de espelhos, de imagens insubstanciais, de ilusões cada vez mais indistinguíveis da realidade” (Lasch, 1996). Nesse contexto, os meios de comunicação de massa têm ocupado lugar central na disseminação dos valores da classe dominante, no fortalecimento hegemônico da burguesia que, segundo

⁸³ No capítulo seguinte, daremos mais ênfase a relação entre comunicação e psicanálise através da investigação do Imaginário.

⁸⁴ Estamos trabalhando com a psicanálise enquanto teoria e não como terapia, sobretudo em função de autores como Freud e Ricoeur trabalharem na direção de que o reprimido é um reprimido político.

Gramsci, se dá preponderantemente pela sedução. Através da cristalização de valores, estilos de vida, dogmas e teorias, a sociedade contemporânea pode ser caracterizada pela padronização, seja pelo ponto de vista da produção, seja pelo da recepção ou do consumo. Tal padronização pode ser percebida inclusive no campo da teoria que, ao capturar uma dada realidade, transformando-a em única realidade possível, converte-se, como ressalta Cerqueira Filho e Neder (1997), em teorismo e dogmatismo. E esses valores são transmitidos de forma *a-crítica*, *a-histórica*, *a-política*, como se fossem naturais e não socialmente ou historicamente construídos.

Já que mencionamos a cristalização de valores, estilos de vida, teorias, padronizados pela lógica moderna, gostaríamos de nos deter com um pouco mais de atenção no estudo da ideologia e convocar novamente Stuart Hall. Em *Da Diáspora* (Hall, 2003), sobretudo no capítulo em que aborda “O Problema da Ideologia”, Hall se propõe a situar os debates sobre *ideologia* no contexto maior da teoria marxista como um todo. Ou seja, utilizar o próprio conceito de *ideologia* em Marx para destacar os estudos atuais, partindo da compreensão da ideologia numa dada formação social. O ponto de ancoragem, para o autor, é a investigação desse campo sobre o qual, *aparentemente*, há a desconstrução do marxismo por um pós-marxismo. Partindo dessa ótica, o *problema da ideologia* pode fornecer interpretação, dentro de uma teoria materialista, de como as idéias sociais surgem e, acrescentaríamos, como permanecem por longo tempo. Assim, a ideologia não estaria estritamente vinculada à base, mas a superestrutura, ou ainda, na *estrutura*, pensada a partir de uma relação dialeticamente construída, o que implicaria a compreensão de sua função numa formação social particular.

Na leitura que Stuart Hall faz de Marx uma das idéias que recupera é a de que a ideologia é mascaramento ou deformação, uma vez que eterniza relações que são historicamente específicas. Tais deformações (ou distorções) acontecem por um efeito de naturalização – o que é produto de um dado desenvolvimento histórico é tratado como produto da própria natureza. Se tomarmos por referência as relações de produção em Marx, concordaremos com o autor que a exploração está na produção (ou na *forma* produção) e não na especulação ou na margem de lucros, visto que é a lógica de mercado (do mercado de trocas) que aparece, enquanto há uma essência que permanece escondida. Propondo em outros termos, as relações de exploração não aparecem na superfície, mas no esconderijo da produção. Ou como destaca Hall: “As categorias ideológicas ‘escondem’ a realidade subjacente às relações e as substituem pelas verdades das relações de mercado” (*Idem*, p. 278), das relações de troca.

Como em Marx a produção capitalista aparece como circuito – produção e consumo, mais reprodução (manutenção do circuito) – e se consolida a partir das formas ideológicas, Hall enxerga que a linguagem seria o meio através do qual as coisas são representadas; o meio pelo qual a ideologia é *gerada e transformada*. Concordando com essa perspectiva, a linguagem pode(ria) construir diferentes significados em torno do que aparenta ser a mesma relação social ou fenômeno. Segundo o autor: “as relações de mercado nem sempre são representadas pelas categorias de pensamento” (*Idem*, p. 280). É dessa maneira que um certo mascaramento acaba se apresentando: como explicações apresentadas como se fossem a totalidade. Recuperando a contribuição de Marx, esse mascaramento se estabeleceria uma vez que o mercado constitui uma explicação insuficiente do processo. Esta falsidade substitui parte do processo pelo todo: metonímia (lingüística) ou fetichismo (antropologia / psicanálise), ela torna-se a diferença entre o que aparece na superfície e o que jaz oculto.

No mesmo processo em que recupera a base do marxismo, Hall também aponta na direção da linguagem como campo privilegiado de estudo. Em sua avaliação: “Todas essas inscrições (consumidor, trabalhador qualificado, dona de casa) produzem efeitos reais. Produzem uma diferença material, já que a forma como agimos em certas situações depende de nossas definições da situação” (*Idem*, p. 285), exatamente como aponta Bourdieu ao destacar o sujeito como uma estrutura estruturada. Tal perspectiva também é corroborada pela presença do trabalho de Volochínov (Bakhtin) na reflexão do autor sobre *o problema da ideologia*. Seguindo as afirmações do pensador russo e parafraseando Hall, concordamos que a linguagem, enquanto meio de pensamento e do cálculo ideológico, é polivalente e que o campo ideológico é o da interseção de interesses sociais distintamente orientados, devendo operar-se a substituição da noção de *significados ideológicos* fixos e *ideologias de classe* pelo conceito de lutas ideológicas. Como o próprio Volochínov destacou: o signo acaba se constituindo na própria arena da luta de classes.

Se a presença de Bakhtin na discussão de Hall sobre o problema das pseudo-atualizações do marxismo é importante, não menos significativa é a presença das reflexões gramscianas nesse contexto, tampouco para o nosso trabalho como um todo. Se as contribuições desses autores apontam que a ideologia está no discurso, a nossa hipótese de que o debate entre uma ordem pública democrática e outra autoritária/repressiva esconderia a verdadeira luta de classes torna-se muito pertinente. Quando se olha para a concepção gramsciana de luta ideológica, isto é, a de “guerra das posições”, observa-se a necessidade de

articulação de diferentes concepções de significante⁸⁵ dentro de uma cadeia associativa. Ao rememorarmos o período ditatorial⁸⁶ pelo qual o Brasil passou entre as décadas de 1960 e 1980, por exemplo, vemos claramente aquele processo de desconstrução e reconstrução ideológica vinculados a um conjunto de forças sociais e de posições políticas organizadas.

Seja no período de ditadura militar pelo qual o país passou durante pouco mais de 20 anos, seja no que o sucedeu – as democracias pós-ditadura –, a luta ideológica continua a ser a luta pelo controle e liderança – pela hegemonia de um determinado bloco histórico. Como destacou Gramsci, o *sensu comum* tornou-se uma das razões pelas quais a luta ideológica é conduzida. Em última instância: a relação entre *sensu comum* e o nível superior da filosofia é garantida pela política e também pela divulgação e pelo espriamento das idéias na sociedade. A relação entre as idéias dominantes e classes dominantes seria buscada através da dominação hegemônica, uma vez que o processo de luta ideológica procura antes alcançar a efetiva ligação das idéias dominantes ao bloco histórico que detém o poder hegemônico em dado período. Assim, o papel da Indústria Cultural como um todo e do jornalismo em particular ganha relevância em função de ser um dos principais pilares desse processo. Ao que nos parece, em Hall estabelece-se um profícuo debate com aquilo que ele considera leituras apressadas de Marx, dando ênfase às contribuições que Antônio Gramsci e Mikhail Bakhtin oferecem para o estudo da ideologia. Retornemos então a esses autores pondo em destaque um conjunto de idéias centrais para a nossa reflexão.

Recuperemos brevemente Marx para em seguida passarmos a Gramsci. O central no pensamento marxista é a idéia de: *transitoriedade* – conceito fundamental para o pensador onde nada é fixo tudo é transitório, tudo está em movimento perpétuo; *transformação e fluxo da história*: leis científicas não são naturais nem eternas; as ações humanas são revolucionárias e devem ser transformadoras. Desse modo, o método marxista se apresentaria centrado nas idéias de *historicismo*, *transitoriedade* e *totalidade* (realidade como todo orgânico – consideração das múltiplas dimensões). Em Marx, a totalidade é contradição: numa dada formação social o princípio norteador é a contradição – contradições, lutas, relações de força, isto é, as contradições, as lutas, as relações de força são os princípios fundamentais de seu método. Como destaca Barbosa, “para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos sociais e econômicos (leis da economia e da sociedade) são

⁸⁵ Na abordagem de Stuart Hall (2003) esse significante é a democracia.

⁸⁶ Entre os anos 1960 e 1990 encontramos em vários livros didáticos a noção de que a ditadura militar representou um marco na redemocratização do país. Com esse sentido, ganha corpo a noção de que “alguns excessos” são inerentes à ordem democrática.

produtos da ação humana, podendo ser transformados por essa ação. Desse modo, as leis científicas não são eternas, nem naturais” (2006, *mimeo*, p. 04). E segue: “a análise dialética das ideologias mostra que estas são contraditórias; que há enfrentamentos entre ideologias e utopias; que há enfrentamento entre grupos sociais (enfrentamentos ideológicos, contradições ideológicas, visões sociais do mundo profundamente conflituosas)” (*Idem*, p. 05).

Mas é através do pensamento de Antônio Gramsci que o marxismo recuperará grande parte do seu vigor. Nessa trajetória, o filósofo italiano propõe o que ele classifica como historicismo radical onde a transitoriedade das interpretações deve ser vistas na sua limitação histórica. Porém, avança um pouco mais ao afirmar que quem cria as ideologias são as classes sociais e quem lhes dá a forma de teoria (doutrina) são os representantes políticos/literários da classe (líderes, escritores, jornalistas, etc.) – seus intelectuais orgânicos. Para Gramsci, intelectual não é uma categoria vulgar. Muito pelo contrário, eles (os intelectuais) representam uma categoria que se forma através de um complexo processo histórico. Evidentemente que a reflexão do autor toma por referência a formação da sociedade capitalista.

Na sistematização do seu pensamento, Gramsci vai propor a classificação dos intelectuais em dois grandes grupos: os *intelectuais orgânicos*, criados para dar homogeneidade e consciência própria (sustentação) ao sistema, no terreno econômico, social e político, e assim dar conta de uma categoria (especialistas) criada para evitar que as elites perdessem o controle sobre uma determinada área; e os *intelectuais tradicionais*, que podem, por exemplo, ser encontrados numa dada formação social pré-existente, mas que mantêm uma crença utópica na sua autonomia com relação ao grupo dominante. É importante ressaltarmos, como o fez Gramsci, que não há critério único de distinção entre as diversas atividades intelectuais; contudo, esta distinção não está na atividade em si, mas no conjunto das relações que estas desempenham com o todo social. Ou melhor, é preciso haver um reconhecimento *de fora*. Desse modo, o intelectual pode ser visto tanto como categoria profissional quanto como função social. Ele representaria a busca de um novo equilíbrio entre trabalho intelectual e trabalho manual – assim, o jornalista pode ser tipificado como uma construção social e vulgar do intelectual.⁸⁷

Como para Gramsci as escolas trabalham na formação de intelectuais especialistas e não pragmáticos, ela produziria uma estratificação ao buscar aprimorar os intelectuais,

⁸⁷ A presente discussão pode ser encontrada em Gramsci (1989), especialmente no capítulo em que o autor trata da *Formação dos intelectuais*.

especializando-os e aperfeiçoando-os para o sistema. Podemos então perceber que a elaboração da intelectualidade moderna se deu na esteira do processo de formação da burguesia. No caso brasileiro é interessante pensarmos na relação estreita entre a formação da ordem burguesa e o território do Direito ou da Medicina como preparação dos intelectuais que desempenhariam o papel de funcionários da superestrutura⁸⁸, de intelectuais a serviço do poder. Se essa correlação entre ordem burguesa e aquela intelectualidade for pertinente (e julgamos que é) também o serão as permanências de longa duração presentes na formação social contemporânea. A perspectiva gramsciana, com a qual concordamos, é a de que os intelectuais (especialistas) desempenhariam uma função subalterna na hegemonia (na produção de consenso). Melhor dizendo, hegemonia como binômio coerção/consenso⁸⁹.

Mas é com sua Teoria Ampliada do Estado – onde a concepção de que o estado é a soma da sociedade política com a sociedade civil – que Antônio Gramsci atualiza a teoria marxista. Voltemos novamente à “via prussiana”. A expressão “via prussiana” consagra uma forma de passagem ao capitalismo, como no caso da Alemanha, onde tal “revolução” se conforma a partir de uma aliança entre aristocracia agrária (*junkers*) e a burguesia industrial. O caso alemão mereceu a atenção de Gramsci, pois, diferentemente de França e Inglaterra,

O desenvolvimento industrial ocorreu sob um invólucro semifeudal, que durou até novembro de 1918, e os junkers mantiveram uma supremacia político-intelectual bem maior que a mantida pelo grupo inglês. Eles foram os intelectuais tradicionais dos industriais alemães, mas com privilégios especiais e com uma forte consciência de ser um grupo social independente (...) Os junkers prussianos assemelham-se a uma casta sacerdotal que possui um quase-monopólio das funções diretivas na sociedade política, mas que possui ao mesmo tempo uma base econômica própria e não depende exclusivamente da liberalidade do grupo econômico dominante⁹⁰.

Ainda que tomemos o determinismo do econômico em Marx, não podemos negligenciar o fato de que tanto ele quanto Engels dessacralizam o Estado, inserindo-o nas lutas concretas de classes, com os interesses que ele representa; por isso o Estado só existe

⁸⁸ É oportuno mencionarmos que desses “territórios” também derivavam jornalistas, principalmente porque só após a segunda metade do século XX teremos escolas voltadas à formação estrita do jornalista

⁸⁹ Um exemplo muito interessante a esse respeito é o episódio que ficou conhecido como a “Revolta das Vacinas”. Na primeira década do século XX, o então presidente da República, Rodrigues Alves, decidindo sanear e modernizar a Capital Federal (cidade do Rio de Janeiro) dá plenos poderes à Pereira Passos (prefeito do Rio) e à Oswaldo Cruz (médico sanitarista). Com o início da Reforma de Pereira Passos, milhares de pessoas são expulsas do Centro em direção à periferia e aos morros. No dia 05 de novembro de 1904, aprova-se a Lei da Vacina e há um estopim da revolta. Em oposição, cria-se a Liga contra a Vacina Obrigatória e na cidade assiste-se a uma verdadeira guerra, com a população virando bondes, armando barricadas e atacando as forças policiais. No dia 16 de novembro, o governo declara estado de sítio e suspende temporariamente a obrigatoriedade da vacina. O saldo do episódio foram 50 mortos, 110 feridos, vários presos, com boa parte destes desterrados no Acre.

⁹⁰ Sobre os conceitos aqui explicitados, ver Gramsci (1989) e Coutinho (2003)

enquanto houver divisões de classe. Ainda para esses autores, a função do Estado é conservar e reproduzir a divisão social do trabalho, garantindo os interesses de uma determinada classe como se estes representassem os interesses de todos. De fato, não há como negar que duas das funções precípuas do Estado são a conservação e a reprodução da divisão do trabalho social, porém, não é menos verdade que, na contemporaneidade, grande parte dessa face classista da sociedade apareça refletida não na sociedade política, mas na sociedade civil e nos aparelhos privados de hegemonia. Mas, não negamos que está na estrutura do Estado o monopólio legal da coerção e da violência, logo, que é através do conjunto de seus aparelhos repressivos (como as Forças Armadas, por exemplo) que o Estado faz valer sua natureza classista. Mas, como trabalhar com esta perspectiva a partir de um contexto onde a própria população requeira a presença desses aparelhos para a solução de disputas (vide caso da Operação RIO I).

Em Gramsci, o marxismo está mais vivo do que nunca. Uma vez que ele materializa sua análise num tempo e num espaço específico. O pressuposto gramsciano é fundamental para entendermos a cena moderna. Ao propor a socialização da política, a partir da emergência de uma nova esfera social – a sociedade civil –, o que Gramsci faz é indicar que a ideologia não está no Estado, mas na sociedade civil. Na teoria ampliada do Estado, há uma nova trama privada com a sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia, dos quais fazem parte os meios de comunicação de massa. Nesses organismos de participação política, a adesão é voluntária, não se caracterizando pelo uso da força. Dessa forma, a hegemonia – direção política mais consenso – é uma figura social que recebe no pensador italiano uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação. Então, a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração/difusão das ideologias – como, por exemplo, escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos –, seria a instância que organizaria materialmente a cultura, através de revistas, jornais, editoras, etc.

Na reflexão gramsciana, o papel do intelectual é bastante relevante, assim como o é no horizonte da nossa pesquisa. Para o autor, os intelectuais desempenham a função de produzir consenso nas grandes massas, a partir do prestígio de que dispõe (reconhecimento de fora), e de ser aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos que não consentem, ativa ou passivamente. Mas, esses mesmos intelectuais, ao se desvencilharem da escolástica, podem interferir nas formulações do mundo. Nesse sentido, é interessante nos interrogarmos sobre em que medida as especializações “legais” das disciplinas não impedem o desenvolvimento do saber e a emancipação do intelectual? Mais ainda, em que medida as

especializações não impedem a dialética entre a sociedade civil e a sociedade política? Diferentemente de Marx, para quem a sociedade civil estava identificada com a infra-estrutura econômica, Gramsci a identifica com a superestrutura, destacando, inclusive, que a autonomia da superestrutura é relativa. Para o pensador italiano a sociedade civil é a nova determinação para a teoria marxista do Estado. Ou seja, quanto mais forte e organizada é a sociedade civil, mais complexa tenderá a ser a determinação da base econômica.

A filiação de Gramsci ao marxismo é ressaltada por Carlos Nelson Coutinho ao abordar a *Teoria Ampliada do Estado* gramsciana:

Em Marx não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador. Concretamente: em Marx, não há valor-de-troca sem valor-de-uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais, etc; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social. (Coutinho, 2003, p. 129).

E completa:

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci (...) mostra em relação de identidade-distinção com a sociedade civil; a sociedade política é o 'aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção (nos aparelhos privados de hegemonia) quando fracassa o consenso espontâneo (Idem, p. 130).

É muito interessante pensarmos nesse pressuposto gramsciano à luz das intervenções militares durante a RIO-92, quando, paralelamente, era preciso dar “uma lição” ao Brizola, por conta da sua “insubordinação” frente aos militares no episódio das *Diretas Já!*, e à adesão da população ao governador. Não menos interessante foi o papel da imprensa, materializando o poder do Estado, tornando públicas suas ações (através de simbolizações), referendando as convenções, narrando-as, mormente quando propõe construções narrativas do tipo “Brizola defende Collor e ataca CPI sobre PC”⁹¹ ou “Brizola vai a Collor e leva apoio”, com o subtítulo “Brizola denuncia movimento golpista por trás da CPI que apura as contas de Collor”⁹². Aliás, é justamente em Gramsci que encontramos a vinculação da imprensa como um partido orgânico. Isto é, como um aparelho privado de hegemonia que organiza a vontade

⁹¹ *O Globo*, 03/07/1992, primeira página.

⁹² *O Dia*, 03/07/1992, idem.

coletiva⁹³. Nesse jogo de hegemonia e contra-hegemonia, os jornalistas aparecem como intelectuais que mediam as relações entre os dominantes e os grupos populares, articulando os interesses de grupos dominantes, a partir da notoriedade e do poder simbólico de que dispõe. Pensar a relação imprensa e sociedade é pensar também na abundância de informações que hoje circulam. Mas quantidade significa qualidade? Cremos que não, sobretudo a partir da distinção que Norberto Bobbio faz entre intelectuais e expertos e da forte crítica a estes últimos. Para Bobbio,

A quantidade sufoca a qualidade também por outra razão: em qualquer assunto que esteja na ordem do dia, as opiniões expressas publicamente, pelos expertos ou por aqueles que são considerados ou se consideram como tais, são tão numerosas e disseminadas que seria preciso ter olhos de Argo para lê-las todas e a memória de um computador para organizá-las, desde que se consiga fazer uma leitura não descuidada (1997, p. 95).

Mas, não é exatamente isso que é potencializado pelos meios de comunicação de massa? Novamente convocamos o pensador italiano: “A primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força torne-se também o monopólio da verdade” (*Idem*, p. 81). Como propõe o autor, o intelectual deve refletir sobre as coisas, produzir e escrever, interferindo nas ações com suas idéias; deve participar das lutas políticas e sociais sem ficar ligado a palavras de ordem; deve ser um provocador / formulador e não ser um tecnicista – um experto em estado puro. Mas tanto Bobbio quanto Gramsci concordam que a cultura é a esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos⁹⁴.

Pensar o papel do intelectual nas sociedades contemporâneas é por em destaque o conflito entre o pensamento crítico e a articulação dos interesses dos grupos dominantes. Deste modo, gostaríamos de destacar a reflexão de Beatriz Sarlo relacionada a um tipo bem específico de intelectual: o intelectual midiático. Em *Cenas da vida pós-moderna* (Sarlo, 2000), a autora aponta que o intelectual é aquele que possui a capacidade de situar conflitos particulares num quadro geral (ação política) e de promover transformações sociais profundas. Para tanto, seria necessário que ele estabelecesse conexões entre o tempo histórico passado e presente. Aos que acham que a figura do intelectual tradicional (não no sentido gramsciano) não possui mais espaço na sociedade, a autora responde afirmando que a função

⁹³ O dispositivo aqui se assemelha ao mencionado na introdução da tese. Ainda que a proposta do governador do estado do Rio de Janeiro fosse pela legalidade das ações, quando a imprensa vincula o Governo Brizola à corrupção do Governo Collor, o dispositivo enunciativo era bem semelhante ao do período pré-golpe militar, isto é, quando acusa-se Brizola de vincular-se à subversão presente no Governo João Goulart.

⁹⁴ Para Gramsci, além da Cultura, a Hegemonia e o Estado são mecanismos de exercício de dominação de classe e reprodução social. Para nós, e isso exatamente em função da cena contemporânea, um novo mecanismo (ou organismo) deveria ser incorporado: os meios de informação.

do intelectual persiste, pois não se acabaram as injustiças sociais baseadas no autoritarismo e na acumulação de riquezas. Ora, mas não é exatamente isso que apontamos no desenvolvimento do nosso trabalho: as permanências de longa duração do autoritarismo e da acumulação de riqueza, ou seja, da via prussiana de desenvolvimento brasileiro?

No perfil do intelectual, afirma Sarlo, “a crítica daquilo que existe, o espírito livre e anticonformista, o destemor perante os poderosos, o sentido de solidariedade com as vítimas” (*Idem*, p. 165). Na academia, o que se detecta é a presença maciça dos especialistas e não dos intelectuais. A academia tem conferido uma falsa abrangência aos especialistas no contexto político. Na distinção entre uma categoria e outra,

*Os especialistas, como especialistas, tendem a demarcar os limites do possível, e sua opinião (que parece livre de qualquer ideologia, já que detém a autenticação da ciência e da técnica) define políticas de longo alcance. Num clima em que se comemora o fim das ideologias, os especialistas encarnam a figura da história: garantem o pragmatismo e fundam um novo tipo de realismo político. Integram as burocracias estatais que, em muitos países, colocam-se acima das lealdades políticas e dos governos. São a continuidade técnico-administrativa do Estado e se consideram, como o Estado, acima dos diversos grupos sociais e seus interesses. Falam em nome de um conhecimento técnico que, como o dinheiro, não fede nem cheira (*Idem*, p. 167).*

Pela avaliação da autora, o intelectual – a voz universal que toma partido – está esvaziado no Ocidente⁹⁵. O pensamento crítico, autônomo, tem sofrido forte concorrência por parte de jornalistas e comunicadores. Por produzir um saber diferente das vozes midiáticas, que “criam” uma comunidade ideológica produtora do efeito ilusório de uma comunidade estreita, tem se falado em morte do intelectual. Mas, a morte do intelectual é um equívoco, mesmo que isso seja o que o poder tem se esforçado para nos fazer crer. Apesar de todo esse esforço por parte dos grupos de poder, em tentar transformar os especialistas, na contemporaneidade, em “ideólogos” oficiais, a presença do intelectual ainda é fundamental nesse arcabouço. Quem mais apropriadamente fala sobre isso é Nogueira: “o poder ideológico tem como principal instrumento a palavra, ou melhor, a expressão de idéias através da palavra (...) e quanto mais se expandem os meios de informação e comunicação, aliás, mais

⁹⁵ Apesar da importante contribuição que Sarlo nos oferece, não podemos negar que em alguns momentos uma dose acentuada de saudosismo está presente. A autora argentina vem desenvolvendo suas reflexões em torno da televisão e, pelo que descreve, a função do intelectual tem perdido relevância frente ao “especialista midiático”. No entanto, seria oportuno nos interrogarmos se o problema está posto em função da emergência de “especialistas midiáticos” ou pelo fato de grande parte dos intelectuais negarem a mídia como agente histórico. Dito de outra forma, em nossa avaliação, talvez o problema não esteja na formação de “especialistas midiáticos”, mas na negligência dos intelectuais para com a mídia. Se é uma realidade que a centralidade dos meios de informação na contemporaneidade altera as relações sociais, o intelectual, em função de todas as características explicitadas por Sarlo, deveria ser um vanguardista na abordagem dos meios. Mas, infelizmente, não é isso que assistimos.

necessários e viáveis ficam os intelectuais” (2004, p. 361). No entanto, antes de aprenderem a lidar com o “monstro”, os intelectuais têm preferido ficar na “Torre de Marfim”.

É inegável a filiação desses autores ao marxismo, principalmente no que diz respeito a uma compreensão do papel do intelectual dentro de uma *práxis* combativa. Mas, gostaríamos de nos deter agora no destaque dado por Nogueira ao poder ideológico, que tem como principal instrumento a palavra. Mesmo que o autor não quisesse indicar, o poder ideológico da palavra (ou na palavra) nos remete a Bakhtin, para quem a luta ideológica é travada em torno do signo. A filiação deste autor ao marxismo também fica evidenciada à medida que “para se entender a questão da ideologia, seria essencial estudar a ‘filosofia da linguagem’, uma vez que a língua, como realidade material específica da criação ideológica, materializa a ideologia, ao mesmo tempo em que a ideologia se manifesta em mutações da própria língua” (Barbosa, 2006, mimeo, p. 02).

Ao se propor estudar a filosofia da linguagem, o que Bakhtin busca é investigar o reflexo das condições específicas e das finalidades de cada esfera da prática humana, ou melhor, através do enunciado e suas formas, levando em conta o contexto individual de quem fala e os gêneros do discurso. Dessa forma, a língua, mesmo encarada como unidade da atividade do homem, é tomada na sua utilização, que é variada, sob a forma de enunciados. Tais enunciados, como contexto individual de quem fala, são apreendidos pelas formas que se revelam através dos gêneros discursivos, ou como modalidades do dizer. Para o autor, os gêneros se constituem não só como formas de enunciado, mas como indícios da complexidade estrutural da sociedade, uma vez que na medida em que a sociedade se complexifica também o fazem os gêneros discursivos.

Evidentemente, o que move a análise bakhtiniana é a dialética. Não por acaso, ganha importância nesse contexto a relação entre os chamados discursos primários e os secundários. Assim, o que interessa a Bakhtin como unidade de análise é a relação dialógica (que se estabelece dialeticamente) entre os diálogos orais: linguagens das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, sociopolítica, filosófica, etc. (discursos primários) e o campo literário, científico, ideológico, tomado como discurso secundário. O autor destaca que, “ora, se aquilo que se divide e subdivide em unidades de língua é indeterminado e vago, a indeterminação e a confusão se transmitem igualmente às unidades assim obtidas” (Bakhtin, 1997, p. 293). Isto posto, inferimos, por exemplo, se não é exatamente isso que ocorre com o

binômio crime-criminoso, ao longo do século XX no Brasil? Tomemos a notícia anunciada no título “Mendigos assustam”:⁹⁶

Comerciantes e moradores da Praia de Botafogo, entre as Ruas São Clemente e Voluntários da Pátria, estão vivendo o drama de ter que suportar um grupo de mendigos que há meses mora sob o viaduto. São cerca de 10 homens e mulheres que passam o dia alcoolizados, ameaçam as pessoas e assaltam alguns moradores. Esses mendigos estão instalados a menos de 10 metros da Secretaria Estadual de Habitação, que não toma nenhuma providência assim como a Fundação Leão XIII. Os comerciantes estão indignados porque pagaram cerca de Cr\$ 8 milhões de IPTU e não conseguem ter tranqüilidade.

Se tomarmos como pressuposto que “as palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor” (*Idem*, p. 309), poderemos perceber que a adjetivação não está na palavra em si, mas no enunciado. Logo, não é através estritamente da língua que percebemos a luta ideológica, mas através do uso social que ela recebe, da significação que é dada dentro de um contexto. Naquela informação, o jornal produz com seu enunciado a aproximação entre (a) mendigo e criminoso, (b) a indiferença do governo estadual (Secretaria Estadual de Habitação e da Fundação Leão XIII) com o município por estar preocupado em dar apoio à Collor e (c) da situação calamitosa da cidade do Rio de Janeiro (falta de tranquilidade e de sossego) do início do século XX (antes da Regeneração de Pereira Passos) e a de 1992, (antes de Marcello Alencar rachar com Brizola), quando o prefeito “autoriza” a guarda municipal a usar armas: “Guarda do Rio contraria lei ao usar arma – uso seria restrito a espaço fechado”⁹⁷. Não nos parece fortuita essa última manchete aparecer na mesma edição (ambas na capa) em que o periódico anuncia a ida de Brizola a Brasília para levar apoio a Collor (vide nota 92).

Ao destacar que o momento histórico, o contexto, os espaços de interação sempre possuem seus enunciados que servem de norma, dão o tom de um quadro de referência nos quais as pessoas se apóiam e aos quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração, Bakhtin nos adverte sobre a importância de afundarmos os enunciados em suas tramas, em suas tessituras. Na verdade, são esses macro-contextos que revelariam, através de marcas, de pistas, o caráter dialógico, com a presença do Outro no discurso. Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, observa Bakhtin, “encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da

⁹⁶ *JB*, caderno *Cidade*, 08/07/1992, p. 02

⁹⁷ *O Dia*, 03/07/1992, primeira página.

alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro” (Bakhtin, *Op. cit.*, p. 326).

Ao se propor a estudar dialeticamente a relação entre a língua e o seu uso social – a fala – o pensador russo mostra sua filiação ao marxismo. Evidentemente, tal como Gramsci – para quem a determinação política é um novo elemento nas contradições sociais – Bakhtin introduz nos estudos sobre linguagem uma nova determinação, esta de natureza cultural, que nega o pseudo-mecanicismo da teoria marxista, recusando a noção mecanicista de que infra-estrutura determina a ideologia. Como demonstrou Barbosa, o que é preponderante reconhecer “é o processo de relação recíproca entre infra-estrutura e superestrutura: situados em planos diferentes, por um processo dialético, é que se estabelecem as relações entre base e superestrutura” (*Op. cit.*, p. 01). Mas, a autora vai além ao advertir que, “ao considerar todo signo como ideológico e ao particularizar a ideologia como um lugar que reflete as estruturas sociais, toda modificação na ideologia desencadeia uma modificação na língua. Portanto, a evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada” (*Idem*, p. 02).

1.1.1 – As perspectivas transdisciplinares do campo

A ideologia e a luta de classes são centrais a nossa discussão⁹⁸, assim como o é o espaço da comunicação enquanto prática social e de poder. Então, procuramos ressaltar o postulado marxista, partindo de uma complexificação do conceito de ideologia em Stuart Hall. A reflexão deste autor, longe de esgotar a análise do conceito e do próprio marxismo, nos motivou a rever a base do pensamento de Marx associando-o, em seguida, às contribuições de Antônio Gramsci, a partir de sua *Teoria Ampliada do Estado*, e de Mikhail Bakhtin, com o estudo da *Filosofia da Linguagem*. A leitura de Marx feita por estes dois últimos autores coloca o problema da ideologia relacionado não exclusivamente à infra-estrutura, mas à superestrutura, ou ainda, relacionado à dialética entre base material e a superestrutura ideológica. Nesse sentido, gostaríamos de passar à abordagem do campo da comunicação como um espaço transdisciplinar e inserido nas práticas sociais.

Pensar a comunicação a partir de uma perspectiva crítica nos coloca diante de uma análise dos meios que rompa com a hegemonia do modelo que separa forma de conteúdo nos estudos sociais. Significa ainda romper com o dualismo – idealismo *versus* materialismo –

⁹⁸ Ainda que antecipemos parte das reflexões de Stuart Hall neste capítulo, será no terceiro que escrutinaremos a questão da ideologia, evidenciando o antagonismo social.

que tem orientado as reflexões contemporâneas sobre os meios de comunicação de massa. Um dualismo semelhante ao que Sidney Chalhoub (1988) identifica na contradição entre uma cidade ideal – concebida a partir dos padrões burgueses – e uma cidade real – vivida como fruto da experiência cotidiana –, ao estudar as relações conflituosas que se estabelecem no Rio de Janeiro na passagem da escravidão à ordem burguesa. Tentando ser mais específico, estamos buscando realizar uma reflexão política da comunicação, tirando-a do lugar da enganosa neutralidade, onde uma releitura marxista se faz necessária, superando a redução à superestrutura das práticas significantes e da trama de sentidos. Assim, a presença de Jesús Martin-Barbero torna-se central.

Nosso ponto de partida, de forma análoga à de Barbero, é o estudo da comunicação inserido no processo histórico, dando relevo ao problema da dependência cultural e da produção de conhecimentos, que combata o pensamento hegemônico, e que identifica o passado com uma inércia insuperável. Atilio Boron (2005), por exemplo, nos chama a atenção para a presença dos elementos econômicos que não são vistos como elementos articuladores de uma totalidade complexa. Dessa forma, o autor questiona a autonomia relativa da cultura proposta por Norberto Bobbio, uma vez que o capital financia, dentre outras coisas, as pesquisas científicas, em primeiro lugar, mas também as grandes corporações midiáticas. As autonomias relativas da cultura são, por assim dizer, cada vez mais encurtadas, cada vez mais controladas, afinal, a dependência não é só das teorias que vêm de fora, ela também interfere na forma como se produz ciência, afirma. Ao pensamento crítico é conferido o caráter de melancólico / ilusório, corroborado pelo hiato entre a pesquisa acadêmica e a realidade social.

Se pensarmos na Ciência, somos levados a considerá-la como uma construção discursiva ideológica e de poder. Com o iluminismo e o projeto burguês, a *ciência* (disciplina, especialização) é considerada um novo dogma. Haja vista, principalmente, o fascínio que o campo da comunicação tem pelo da ciência. Na verdade, no dia-a-dia não nos damos conta disso em função daquilo que poderíamos chamar de fetichismo da opção de escolha. Esse fetichismo é percebido quando um sujeito é induzido a uma determinada escolha crendo que essa escolha é sua, é individual, é consciente. O que as pessoas reconhecem como causa de um fenômeno, é apenas um dos níveis desse fenômeno. Como as transformações não se dão preponderantemente na base, as reflexões acabam sendo, como destaca Atilio Boron, fortemente influenciadas na superestrutura ideológica, o que vêm impedindo a reflexão crítica e qualquer pretensão de transformação. As reflexões sobre a comunicação devem estar inseridas no processo: um processo que desmantela a “pureza” do teórico, mostrando o

projeto político-econômico que a ciência *naturaliza e universaliza*, rompendo com a lógica de manutenção do status quo – que neutraliza a busca por conhecimento por intermédio da concepção de, sobretudo norte-americana, objetividade científica – através de uma abordagem crítica, aplicando-se “um método que surja de uma situação histórico-política determinada e que verifique suas conclusões em uma prática social acorde com as proposições histórico-políticas nas quais se pretende inscrevê-las”⁹⁹.

A presença do método marxista em Barbero é visível, sobretudo pela forma como as contribuições de Marx, Gramsci e Bakhtin também aparecem em suas análises. O determinismo econômico é ressaltado quando o autor destaca que “o produto-mensagem que o receptor consome leva já inscrito em seu acabamento a ‘marca da fábrica’, seu caráter mercantil como pegada e modelo, ao mesmo tempo, do verticalismo e do autoritarismo geral que regem as relações sociais” (*Op. cit.*, p. 52); o cultural, quando toma por referência a linguagem imersa num processo de semantização no qual os jogos de palavras, as hipérboles, os procedimentos de adjetivação inocentam o processo, sem ocultar a “marca da fábrica”, a construção ideológica que propõe a disjunção semântica das diferenças sociais, onde simultaneamente as amplifica, uma vez que “se a burguesia chegou a impor sua linguagem *como a linguagem dos meios*, não foi por arte de magia, mas sim por outra ‘arte’: a do controle da propriedade, a do monopólio econômico dos meios” (*Idem*). A determinação política é revelada pela forma como Barbero trabalha a dimensão ideológica. Isto é, como luta hegemônica.

Nesse cenário de formação de hegemonia, é aos meios de informação que cabe o papel de transformar, através de um processo de semantização, o dominador em libertador. A partir da “democratização da comunicação” tudo passa a ser liberdade: de palavra, de empresa, de comércio e, por que não, de imprensa. Pois, “a liberdade das comunicações traduziu-se, assim, em um ‘passo gigante’ na liberação e na expansão dos mercados norte-americanos” (*Idem*, p. 53), dos quais o Brasil, por exemplo, é dependente. Mas, Barbero vai além quando argumenta que a questão ideológica encontra no caráter estrutural dos processos de comunicação de massa e sua dependência do capital um campo estratégico de convergência para a análise. Seguindo os passos de Barbero e de Verón, a nova perspectiva para o estudo da ideologia se materializa a partir da *práxis* do pesquisador, quando “o ideólogo trabalha no âmbito dos processos e sistemas de codificação da realidade, que constitui uma dimensão central das

⁹⁹ Cf. MARTIN-BARBERO, Jesús. *Ofício do Cartógrafo*, p. 51.

condições materiais, pois determinam a significação das condutas sociais, e as condições materiais não são outra coisa que relações sociais” (*Idem*, p. 55).

A problemática levantada por Jesús Martin-Barbero ganha densidade no caso brasileiro por dois motivos. O primeiro, inerente a sua pesquisa, diz respeito ao contexto da América Latina, onde houve transição das ditaduras para formas de democracia controlada; o segundo, em função da forma como a nossa democracia vem sendo controlada desde a passagem do século XIX ao XX – a partir da transição do Império à República pela *via prussiana*, e principalmente pela manutenção desse *pacto*. Desse modo, a análise da ideologia deve estar na análise das semantizações, que sofre interferência das relações de produção, mas que não é determinada somente por elas. Como uma das nossas principais metas é evidenciar o papel da imprensa como um agente político, através das marcas discursivas sobre a relação entre uma criminalidade crescente que só poderia ser contida com o uso das Forças Armadas (coerção), acreditamos que a proposta teórico-metodológica apresentada por A. Mattelart esteja intrinsecamente associada a nossa pesquisa, uma vez que “investigar a rede semântica, a estrutura significante no plano ideológico, é investigar o princípio de organização a partir do qual uma classe constrói seu discurso (...) disfarçando sua dominação ao desvincular esse projeto das relações sociais de produção que o sustentam” (*Idem*, p. 57, grifos nossos).¹⁰⁰ Esse é o sentido de trabalharmos com a perspectiva de a imprensa interferir no jogo de disputas entre as classes, produzindo (ou pelo menos tentando) consenso.

Nossa tese busca inserir a dinâmica da produção discursiva da grande imprensa no processo histórico pelo qual as sociedades ocidentais, em geral, e a brasileira em particular, passam. O que pretendemos é, sobretudo, *desnaturalizar* a fala dos meios massivos, inserindo-a na dialética do antagonismo social. É na materialidade do discurso, ou através da materialidade que o discurso adquire nas relações sociais concretas, que os interesses de classe se revelam. Ao buscar a produção do consenso em torno da necessidade da presença dos militares no ano de 1994 (Operação Rio I) – que começa a ser construída entrementes à RIO-92 – fica evidenciada a função da imprensa, num primeiro momento, como aparelho privado de hegemonia. Daí a pertinência de recorrermos aos elementos de uma teoria crítica do discurso para *lermos* as narrativas como acontecimentos; *lermo-las* em sua dimensão material, em sua dimensão verossímil. Ou seja, trabalhar com as narrativas significa trabalhar com o que está oculto, com o que é essência, para usar uma expressão de Marx, e não com a

¹⁰⁰ *Apud* Barbero – Ver Mattelart, A. *La ideología de la dominación en una sociedad dependiente*. Buenos Aires: Signos, 1970.

aparência. Logo, nossa análise efetua aquele processo de opor o que é dito contra o que se diz, opondo o que falam as narrativas midiáticas ao que ela nega e/ou censura. Para sermos mais específicos, de fazer aflorar o *esquecido*.

Partindo da premissa de que a objetividade esconde a ideologia, de que os fatos se revelam disfarces para a forma mercadoria das narrativas da imprensa, o que se estaria a produzir é uma espécie de amálgama entre história e acontecimento; entre acontecimento e espetáculo; entre informação e propaganda. Nesse sentido, o acontecimento (factualidade, instantaneidade) em oposição à história (ao processo) trabalharia a partir da imprevisibilidade, do verossímil (de um real mais real que a própria realidade), da implicação daquilo que vive em notícia. Assim, nossa proposta, na forma análoga a de Barbero é fazer emergir aquilo que as narrativas jornalísticas deixam a meio-caminho, meio-dito, interdito, iluminando os processos históricos, revelando os jogos de poder e de desejo, “não de um poder e de um desejo abstratos, mas desses bem concretos que amordaçam e lutam no cotidiano de nossas massas da América Latina” (*Idem*, p. 69).

A partir disso, o método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg (1989), emerge como a possibilidade concreta de uma investigação que dirige seu olhar para além da superficialidade, ou, para ser mais coerente, para além da padronização, do dito, do estabelecido, ou dos baixos fundos ao qual se referiu Barbero. Como na contemporaneidade o consenso é buscado primordialmente pela sedução, as classes dominantes vão tentando impor seus valores, seus estilos de vida, seus dogmas, suas teorias, como se fossem absolutamente necessários às relações. Valores esses, é bom que relembremos, transmitidos como se fossem naturais e não socialmente ou historicamente construídos. Transmitidos de forma descontextualizada, despolitizada, fragmentada.

O paradigma indiciário estar-se-ia fundado na observação da conjuntura histórica, além da busca do detalhe, do desvio, da pista que se transformaria em dados reveladores. Melhor dizendo, a partir do método indiciário poderíamos transpor a homogeneização da sociedade através da observação do detalhe, do desvio, da pista, do sintoma, ou do *sinthomen* lacaniano e trazer a história para a reflexão. Todo esse processo de homogeneização se dá através da internalização do contexto social. Podemos ver na família, por exemplo, a representação da sociedade em grau reduzido. Se a família representa um microcosmo social, reproduzindo em menor escala as contradições sociais, e se o indivíduo internaliza a cultura, cremos que, tal como propõem Ginzburg, mas principalmente Barbero, o inconsciente assume uma espessura negligenciada pelo pensamento crítico. Por essa porta aberta, e explorada em

reflexões como as de Cerqueira Filho (2002; 2005) ou de Žižek (1992; 1996), a psicanálise aparece como um instrumento eficaz de análise político-social. Como destaca o pensador mexicano,

A psicanálise nos tem demonstrado que o imaginário é parte integrante do real, já que é parte constitutiva da própria matéria do sentido que o real tem para os homens. Isso implica que a presença do imaginário no discurso não é só à maneira de hóspede, de tema ou de conteúdo. O imaginário não é só aquilo de que trata um discurso mas aquilo do que está feito (...) Antes de que seja codificado pela língua em palavras/signos, o simbólico – a lei, a cultura, o superego – já moldou o desejo humano inscrevendo seus traços no imaginário (...) O inconsciente é a 'marca' do corpo, e, no corpo, da mudança, da fratura, do deslocamento e do compromisso que, para os sujeitos, a pressão traz, e o controle que toda a sociedade impõe ao desejo. Com o inconsciente, Freud descobre o papel do discurso como mediação através da qual o homem se arranca à substancialidade e à imediatez do biológico (Barbero, Op. cit., pp. 74-75, grifos nossos).

Na imprensa, a notícia é uma narrativa que se converte em acontecimento. Um acontecimento transformado (reconfigurado) em notícia entra na banalidade, no ritmo do consumidor de informação. Esse é o sentido de trabalharmos com a perspectiva de que os veículos de informação produzem acontecimentos, e que estes são transformados em sucesso, sem história, mas apelando às sensações e à espetacularização. Mas,

O espetáculo não é mero resultado, mas a forma do discurso de televisão: a equivalência em imagens (signos) da história do mundo – sejam jornais, telenovelas, ou programas esportivos – e da figuração dos objetos, ou seja, da publicidade. É essa equivalência que o telespectador consome. Sobre o pano de fundo da publicidade, sobre esse permanente ritual no qual as tensões e os conflitos se adelçam e desaparecem, sobre essa dança incessante do objeto, as vicissitudes de nosso mundo, os acontecimentos, por mais fortes, inesperados e subversivos que sejam, ficam neutralizados (Idem, p. 100, grifo nosso).

Já destacamos que a alardeada objetividade jornalística, na verdade, encobre a presença da dimensão ideológica no contexto da sua produção discursiva. De igual forma, abordamos a contribuição desse aparelho privado de hegemonia (a imprensa) na trama social da contemporaneidade, sobretudo na conformação de um campo que, longe de qualquer neutralidade, se revela um espaço privilegiado para capturarmos o antagonismo sobre o qual se erige a sociedade brasileira. Desse modo, a mídia se revelaria um espaço, mas também ator, desse jogo dialético entre o poder e o contra-poder, entre a hegemonia e a contra-hegemonia. Agora, gostaríamos de nos debruçar com um pouco mais de atenção sobre o papel representado pelas figuras sociais do jornalista e do intelectual, ou mais especificamente, no papel intelectual do comunicador na perspectiva de uma *práxis* marxista. Como adverte

Barbero, buscar na formação de um intelectual comunicador que este seja capaz de perceber a dimensão do seu trabalho colocando em evidência as contradições que atravessam sua ação, “lutando contra o assédio do imediatismo e o fetiche da atualidade, pondo o contexto histórico a uma distância crítica que lhe permita compreender, e fazer compreender aos demais, o sentido e o valor das transformações que estamos vivendo” (*Idem*, p. 214, grifo nosso).

Diante dessa nova forma de sensibilidade associada às inovações tecnológicas, representada pelos meios de comunicação de massa (ou se preferirmos, Indústria Cultural), que oferece novas formas de juntar-se/excluir-se, de desconhecer-se/reconhecer-se, é requerida do pesquisador do campo da comunicação a capacidade de analisar as indústrias comunicacionais e culturais como matrizes de desorganização e reorganização da experiência social. Esses estudos culturais revelariam o espaço da redefinição do público e da reconstrução da democracia (de um tipo), que não pode prescindir das relações de poder e das desigualdades das relações sociais. Na “reconstrução” da democracia, sobretudo em países com necessidades básicas insatisfeitas na educação e na saúde, a mídia estaria a ocupar um lugar central, “suprindo” a incapacidade do político de dar conta das demandas dos sujeitos sociais.

Não é menos verdade que há a dificuldade de inserção da comunicação nas práticas sociais em função da diferenciação / especialização que a modernidade acaba introduzindo na organização social. A fragmentação e a especialização do saber dificultam, e muito, essa reconstrução da política. Antecipando a nossa discussão central, tomemos o exemplo de Leonel Brizola no contexto da eleição presidencial em 1994. Ao construir uma nova cena de mediação e reconhecimento social, através do espetáculo e do enfraquecimento do político, o que se opera é a ressignificação do ex-governador, aliando-o ao crime, à medida que na matéria escrita, sob o título “Dinheiro da contravenção é suporte da campanha do PDT”¹⁰¹, traz-se ao lado a foto do ex-governador. Tratando do assunto dentro editoria *O País*, o jornal vai discursivamente evidenciando para os brasileiros que não é o partido quem “recebe dinheiro da contravenção”, mas sim Brizola. Assim, não há dissolução da política, mas sua reconfiguração. Ao ressaltar que “pensar a política desde a comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder” (*Idem*, p. 225), Barbero aponta que os ingredientes afetivos e sentimentais também estariam presentes nas contradições sociais.

¹⁰¹ *O Globo*, 13/06/1992, p. 05.

Se pensarmos na comunicação como um movimento que atravessa e desloca a cultura, ou ainda, como um movimento que, através das tecnologias, produz novos modos de percepção e de linguagem, ficará mais claro o porquê dela ter se tornado um campo central. Nas palavras de Barbero,

Há invenção na medida em que se procura deslocar as fronteiras erigidas por disciplinas, cânones e hierarquias dos saberes, racionalidades políticas ou evidências tecnológicas, e se vai elaborando uma articulação estrutural entre formação e investigação (...) o que nos obriga a quebrar a mentirosa imanência do presente contínuo a que nos condena a ausência de utopia, e o conseqüente ensimesmamento dos discursos, exigindo-nos um mínimo horizonte de futuro desde o qual compreender os processos que dotam de sentido os discursos (Idem, p. 242).

O campo da comunicação precisa ser pensado como espaço de poder, objeto de disputas, remodelações e luta por hegemonia. Portanto, não pode ser “enxergado” somente como campo acadêmico, precisa ser revertido em um projeto intelectual, projeto esse que os instrumentais clássicos – sobretudo os das ciências sociais – não têm dado conta. Esse é o sentido sobre o qual nos referimos à necessidade de um entrecruzamento de saberes no estudo da comunicação. Nossa proposta encontra em Barbero um terreno fértil:

Mais que por recorrências temáticas ou empréstimos metodológicos, essa inserção se produz por apropriações: desde a comunicação se trabalham processos e dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos e estéticos, ao mesmo tempo em que a sociologia, a antropologia e a ciência política começam a encarregar-se, já não de forma marginal, dos meios e dos modos como operam as indústrias culturais (Idem, p. 248).

Para nós, a comunicação é um campo onde a transdisciplinaridade é um elemento constitutivo. Adriano Rodrigues (1997), por exemplo, levanta uma questão interessante ao estabelecer a distinção entre aquilo que classifica como discursos *esotérico* e *exotérico*. Para o autor, o primeiro designaria o discurso dos membros de uma instituição (ou saber), exigindo a sua compreensão, o domínio das suas representações simbólicas próprias, o que o torna relativamente opaco para outras instituições. Já o segundo, pelo contrário, aplicar-se-ia as modalidades discursivas que não são reservadas a um corpo institucional em particular, mas destinadas a todos indiscriminadamente. Dessa forma, inferimos que a mídia não só transforma discursos esotéricos em exotéricos, como constitui um corpo especializado para legitimar tais construções. Evidentemente, os meios massivos não tomam a totalidade dos discursos das outras instituições, tampouco dos intelectuais. É na fragmentação, nas

parcialidades, que se apóia o “sucesso” das comunicações massivas, mas também um espaço para rupturas, para transformação.

Entendemos que a transdisciplinaridade não significar dissolver nosso objeto (comunicação) em outros campos, em outras áreas do saber. Mas, e novamente recuperando Barbero: “a construção de articulações e intertextualidades que fazem possível pensar as mídias e as demais indústrias culturais como matrizes de desorganização e reorganização da experiência social e da nova trama de atores e estratégias de poder” (*Op. cit.*, p. 249). Nesse sentido, a produção de novas formas de representação política e de conformação social pode ser apreendida pelo pesquisador social. Se o cenário midiático espetacularizado esvazia o sentido da ação política, transformando-a em representação, em *massmediação da política*, é necessário que encaremos essa nova cultura, que está a exigir uma reflexão que contemple as formas pelas quais as construções narrativas passam a constituir a trama em torno da ação política.

1.2 – Jornalismo contemporâneo: lugar de autoridade escamoteado na objetividade

Um dos pontos essenciais do presente trabalho é demonstrar que a forma de atuação supostamente a-partidária vem escamoteando o lugar político que os meios de comunicação têm ocupado no cotidiano da sociedade brasileira¹⁰². Escudado por critérios forjados no que tange ao processo de produção da informação jornalística, um determinado tipo de imprensa (a dita *séria*, porque *simplesmente informativa*) se estabelece em oposição a um outro padrão (o *sensacionalista*), como se ambos não sofressem as mesmas influências. Em outros termos, o que estamos querendo destacar é que a suposta oposição *séria / sensacionalista* acaba cristalizando um maniqueísmo que esconde o que verdadeiramente está em jogo, lançando-nos a um falso desafio: como avaliarmos as narrativas se sob uma (*imprensa sensacionalista*) já pesa uma valoração negativa, por estar vinculada ao que é panfletário, político, narrativo, mas também mundano, escatológico, baixo, por exemplo, enquanto a outra (*séria*) se afigura como racional, científica, superior, puramente descritiva?

¹⁰² “No Brasil, ser objetivo é quase uma forma de cumplicidade”, denuncia Luís Fernando Veríssimo em seu artigo “Parcialidades”. *In: O Globo*, 21/08/2005.

Não será nesta etapa da pesquisa que vamos explorar o fato de ambas as orientações possuírem as mesmas matrizes. O que está nos interessando é tentar compreender: a que grupos interessam essa simplificação maniqueísta e valorativa? Quando olhamos para essa simplificação, o que podemos preliminarmente observar é que ela acompanha o processo de formação social do nosso país, sendo um corolário também daquilo que identificamos como permanências de longa duração na contemporaneidade. No entanto, não podemos perder de vista que uma das mais celebradas transformações do jornalismo nacional acontece justamente na passagem das décadas de 1950-60, onde, pelo menos pretensamente, foi produzida uma ruptura entre a chamada imprensa séria (com um fazer jornalístico marcado pela objetividade, neutralidade, imparcialidade, pela descrição sem valoração) e a sensacionalista. Nesse sentido, avaliamos que as transformações pelas quais a imprensa passa em meados do século XX produziram, como um dos seus efeitos, uma espécie de *fala autorizada*, que acaba celebrando como a hegemônica um determinado tipo de narrativa: a jornalística. Assim, dentro dos nossos objetivos, daremos ênfase à construção do jornalismo e do jornalista como porta-vozes de uma verdade neutra, objetiva e imparcial, que se revelaria pelo uso de técnicas e pela atuação desse profissional.

Contemporaneamente, já existe um certo consenso em torno daquilo que seria uma espécie de marco fundador do jornalismo “moderno”, isto é, como o intervalo entre as décadas de 1950 e 1960 representaria, por assim dizer, a conformação do campo profissional (o Jornalismo) e das diretrizes de atuação (do jornalista), orientados em larga medida pelos ventos norte-americanos. Portanto, menos nos importa explorar profundamente como (e, principalmente, o quanto) as influências em torno da questão da objetividade jornalística foi incorporado no ideário nacional, nos interessando destacar o quanto o discurso sobre um conjunto de técnicas e procedimentos produz como um dos seus efeitos a construção de uma autoridade de atribuir ao jornalismo uma primazia no que diz respeito ao relato de acontecimentos. Para além da carga afetiva e ideológica que possa ter, a autoridade (jornalística, nesse caso) é um tipo de poder que é reconhecido (legítimo), aceito e respeitado, conferindo àquele profissional (ou atividade) o reconhecimento necessário outorgado pela sociedade.

É evidente que as mudanças pelas quais o jornalismo passava em meados do século XX são fruto de um processo que se evidencia, sobretudo na passagem do século XIX para o XX, onde já se procurava tornar o jornal uma atividade empresarial. No entanto, e principalmente pelo fato de não se tratar de uma prática que paira acima da sociedade, a

reforma do jornalismo também acompanhou as transformações na sociedade, mantendo relações com as questões políticas, econômicas, sociais e culturais, como o projeto desenvolvimentista capitaneado por Juscelino Kubitschek (com seu Plano de Metas – 50 anos em cinco), a chegada da TV (a Tupi, canal 3, de São Paulo) e a relativa massificação da informação, o crescimento das cidades (acompanhando o processo de industrialização), para citar apenas os mais visíveis (Lessa, 1995). Entrementes, como apontou Ribeiro, “a reforma, além disso, apesar de provocar profundas transformações na forma de se fazer e de se pensar o jornalismo, não alterou algumas de suas práticas e expedientes” (2007, p. 306).

Ainda que a realidade norte-americana fosse diferente, a contribuição trazida pela noção de notícia encontrou aqui um solo fértil. Schudson (1978) foi um dos pioneiros na investigação dos parâmetros da mudança que permitiu que a idéia se estabelecesse, por exemplo, nos Estados Unidos. A partir da perspectiva apontada pelo autor, o surgimento de novas tecnologias, que ajudou a baratear o preço dos jornais populares, e o aumento da avidez pelos acontecimentos mundanos e urbanos, incentivou a entrada em cena da noção de notícia, como a possibilidade de ser um constructo histórico daqueles acontecimentos.¹⁰³ Como parte da nova configuração social, esse jornal (empresa) precisa profissionalizar o repórter. Sai a vocação e entra a questão: como remunerar alguém para falar a verdade e sobre qual parâmetro deve ser constituída essa verdade. É nesse ambiente que a noção de objetividade vai se ajustar à padronização profissional, de um lado, e como resposta à tecnologia do telégrafo (conformação de uma linguagem “comum” a todos), por outro. Para o autor, a noção de objetividade é central para a consolidação do novo modelo de jornalismo norte-americano; ela oferece a possibilidade de falar pouco, mas dizer muito (concisão), além de se constituir como um conjunto de parâmetros definidos como estruturalmente necessários para o funcionamento (desempenho) de uma atividade (no caso, a jornalística) por critérios semelhantes aos científicos (cientificidade *versus* subjetividade). Por uma teia de facticidade, a objetividade se torna uma convenção jornalística que fundamentaria a realidade.

A despeito de as transformações ocorridas na década de 1950 produzirem efeitos concretos, como perspicazmente salientou Ribeiro,

A grande mudança do jornalismo foi, na realidade, menos empresarial e mais técnica (redacional, editorial e visual) e profissional (incluindo aí o aspecto deontológico). Influenciada pelo modelo norte-americano, a imprensa começou a estabelecer novos

¹⁰³ É interessante que destaquemos que a importação do modelo norte-americano de jornalismo, além de sofrer adaptações à realidade brasileira, não acontece no mesmo momento histórico em que a idéia de notícia floresce naquele país.

padrões de produção discursiva, se autonomizando em relação às esferas literárias e políticas, que até então a dominaram. No cerne desse processo, estava a incorporação do ideal da objetividade, que se formalizou numa série de procedimentos técnicos de redação (lead, pirâmide invertida, copydesk, style book etc.). As novas regras se impuseram aos chamados gêneros informativos (notas, notícias e reportagens) e passaram a marcá-los pela impessoalidade, pelo anonimato, pelo distanciamento enunciativo em relação ao universo de referência (Idem, p. 306).

Em nossa avaliação, o que a incorporação de tais mudanças produziu, não de forma estritamente harmoniosa, foi o estabelecimento do jornalista como um observador legítimo e confiável nos termos propostos por Zelizer (1992). Ou seja, a incorporação (ainda que parcial) do modelo norte-americano de jornalismo, ofereceu ao empreendimento jornalístico brasileiro (principalmente a seus operadores) a oportunidade de construção de um tipo de autoridade assentada no “status do jornalismo como profissão” e na “importância da autoridade para compreensão das práticas de produção de notícias” (*Idem*, p. 07). No entanto, mesmo com a “afirmação da hegemonia da informação objetiva (isso) não significou a eliminação do espaço opinativo, literário ou mesmo ficcional no interior dos jornais” (Ribeiro, *Op. cit.*). O que estaria a indicar que a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade do relato jornalístico representaria antes um mito, revelado na possibilidade de se produzir a informação objetiva, isto é, de se dizer a verdade a partir da construção de um lugar supostamente neutro.

Quando olhamos para os espaços demarcados no jornal dito informativo, isto é a objetividade das notícias e das fotografias, de um lado, e da subjetividade dos artigos, das crônicas, das charges, de outro, concordamos com Ribeiro quando está afirma que tal demarcação eram apenas efeitos discursivos, “relacionados a diferentes estratégias de autoridade mobilizadas por cada gênero. Essas narrativas construíam diferentes lugares de fala, produzindo sobre os leitores diferentes expectativas e efeitos de sentido” (*Idem*). Isso evidencia que o uso das técnicas nas narrativas jornalísticas, como observou Campbell, transformam “narrativas públicas – tomadas como um padrão, um conjunto maior – que acabam por conter sentidos e como esses sentidos recorrentes perpassam através da cultura” (1991, p. iv). Dessa maneira, principalmente no plano do conteúdo, a distinção entre a imprensa séria / sensacionalista seria uma ficção escondida na forma. Não estamos querendo dizer com isso que o uso das técnicas norte-americanas não seja o padrão hegemônico (nossas universidades estão aí para atestar esta presença), antes, o que nos interessa é apontar que a celebração dos meios de informação como agência acaba por esconder (ou pelos deixar subsumido) seu lugar de agente.

Ao tomamos por referência a “definição operatória de *autoridade jornalística*” proposta por Barbara Zelizer, entendo-a como

A capacidade dos jornalistas de se afirmarem como portavozes legitimados e confiáveis dos eventos da “vida real” (...) como um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. A autoridade jornalística se situa no contexto das práticas jornalísticas, nas quais os repórteres têm, desde há muito, se valido de recursos tecnológicos, narrativos e institucionais que servem de fundamento para a pronta circulação das suas versões particulares acerca das atividades da “vida real” (Op. Cit, p. 11),

fica bastante claro que, em primeiro lugar, não basta que as técnicas sejam utilizadas, é preciso que elas espelhem os processos de produção do conhecimento (comumente compartilhados, mesmo que superficialmente), ainda que, em segundo lugar, seus métodos no “alcance da verdade” (dos fatos) não sejam claros. Assim, é através da forma de narrar, que “repórteres marginalizaram outros grupos que tinham versões alternativas dos mesmos eventos são revelados pelos seus padrões de repetição da narrativa” (*Idem*, p. 13).¹⁰⁴

Apesar de o jornalismo norte-americano ser o padrão adotado pelos jornalistas brasileiros, como já apontou Ribeiro, sua implementação

Não se deu, no entanto, de uma forma homogênea, plástica e totalmente harmônica. Foi perpassado, como vimos, por conflito, disputas e ambigüidades (...) encontrando limites na configuração histórico-cultural da sociedade brasileira e na própria estrutura das empresas de comunicação (...) sendo totalmente redefinidos e ressemantizados (Op. cit., pp. 308-309).

Na verdade, ao produzir tal redefinição e ressemantização do modelo norte-americano um dos efeitos mais sentidos do processo foi a hierarquização e a distinção que o “uso” das modernas técnicas ofereciam. Não podemos perder de vista a principal associação que se estabeleceu nos anos 50 entre jornalismo e política.

Mesmo se tratando de realidades diferentes, é da mesma natureza a convenção que vai opor, nos Estados Unidos, o jornalismo “sério” e a imprensa marrom (sensacionalista). No Brasil (é importante que apontemos essa especificidade), a dualidade será entre um jornalismo “sério” (por ser descritivo, apolítico, racional) e um jornalismo sensacionalista (panfletário,

¹⁰⁴ No caso específico desta obra, Zelizer está partindo da cobertura do assassinato do ex-presidente norte-americano John F. Kennedy para evidenciar que a história sobre tal evento se revelou um *incidente crítico* para os jornalistas, traduzindo-se num momento onde estes profissionais legitimam uma forma de narrar em detrimento de outras. Nesse sentido, ainda que a autora esteja analisando um evento, julgamos que tal análise não se esgote em si mesma, o que pode ser corroborado, por exemplo, num tipo de narrativa celebrada à época da Rio-92 aqui no Brasil.

político, narrativo). Não é menos interessante observarmos como essa pretensa clivagem do jornalismo brasileiro também acaba por atualizar um projeto burguês iluminista. Em outras palavras, isso significa também dizer que o jornalismo não é necessariamente um projeto burguês, mas não é menos verdade que tal projeto possa ter servido do impresso para difusão de sua ideologia. Quem realiza uma reflexão bastante interessante sobre essa associação entre sensacionalismo e política (mas especificamente entre sensacionalismo e populismo) é Siqueira (2002) – associação essa que nos permite perceber que se trata de uma distinção que representa uma construção cultural, onde a relação entre sensacionalismo e populismo acentua o quanto os elementos da chamada cultura popular são articulados à história política de um determinado público leitor.

Uma das características essenciais desse modelo de jornalismo se encontra em sua capacidade de transformar a cidade em uma cidade real, dando-a materialidade. Barbosa (2007) nos chama a atenção para esse aspecto quando enfatiza que “os fatos cotidianos descritos nas notícias que envolvem crimes, desastres, roubos, incêndios (...) transportam para aqueles textos uma cidade real, produzindo no leitor a impressão não só de estar em contato, como também participando dessa realidade” (*Idem*, pp. 86-87). Entretanto, tais notícias convocam o leitor não só a lê-la, mas também a construir um julgamento sobre ela, produzindo uma relação de interação com o receptor. Todavia, esse julgamento não deixa também de ser direcionado, uma vez que “do ponto de vista da construção textual, ao transpor a realidade para a narrativa, o autor constrói personagens e representações arquetípicas”, que muitas vezes são projeções que atravessam seu imaginário. Mas, a autora vai além, quando afirma que, “não é a representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas é a sugestão de uma certa generalidade que dá consistência tanto aos dados particulares do mundo real quanto aos do mundo fictício (*Idem*, p. 89).

A convenção (ou a canonização, para usar a expressão utilizada por Zelizer) de estratégias que conferem ao jornalista o lugar de fala autorizada sobre a narrativa de acontecimentos se estabelece, em larga medida, pelo isolamento das matérias opinativas e cômicas, o que dava a aparência de objetividade ao noticiário, fazendo-se crer na objetividade daqueles textos. Não há como negar (e não se trata de fazê-lo) que foram importantes as contribuições trazidas pela importação das estratégias presentes no jornalismo norte-americano, o que pode ser observado inclusive através das liberdades conquistadas pela imprensa nos últimos anos, bem como da credibilidade de seus operadores. A questão não está nesse ponto. Em seu mapeamento sobre a imprensa dos anos 50, Ribeiro afirma que:

O modelo do jornalismo informativo – baseado nas novas técnicas redacionais e visuais e na nova ideologia profissional – se impôs definitivamente na década de 60, extremamente favorecido pelo processo de concentração, que liquidou com os pequenos diários políticos. Sob as novas condições do mercado, os ideais da objetividade e da neutralidade suplantaram definitivamente os da opinião e do julgamento crítico. A repressão sobre os conteúdos também estimulou o apelo, por parte das empresas, à apresentação atraente e moderna. Além disso, num contexto de valorização da eficiência e da tecnocracia, as inovações jornalísticas eram vistas como desejáveis e foram sendo imitadas em todo o país (Idem, p. 308).

Concordando com a autora e tomando por referência o que propõe Richard Campbell, seria plausível questionarmos se de fato “os ideais da objetividade e da neutralidade suplantaram definitivamente os da opinião e do julgamento crítico”. Em Campbell, a partir da análise que realiza do noticioso norte-americano *60 minutos*, a supremacia conquistada “pela neutralidade do jornalismo ‘informativo’ (...) que parece opor-se à rica narração de histórias e à intriga dramática freqüentemente produzidas em qualquer segmento que se escolha do *60 Minutes*” (1991, p. 17) parece ser relativizada. Para o pesquisador, trata-se na verdade de uma operação onde a dramatização das notícias aparece sob as convenções objetivas. Pela fenda aberta por eles, nos é possível questionar se a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade da imprensa dita séria não se revelaria um importante dispositivo de auto-referenciação e de distinção. Assim sendo, Campbell argumenta que as práticas narrativas empregadas pelos jornais-empresas conseguem levar a frente um compromisso com o dar sentido ao mundo, acrescentando que, a despeito dos repórteres se apegarem às metáforas da informação como elemento essencial da notícia, “no final, todos os repórteres são essencialmente contadores de histórias que oferecem – não transparências precisas – mas interpretações narrativas da experiência” (Idem, p. 40).

Entretanto, e esse é um ponto bastante significativo do nosso argumento, percebemos que foi justamente nesse jogo ressemantização da perspectiva do jornalismo norte-americano que a nossa comunidade jornalística construiu sua autoridade e sua legitimidade. Como mencionou Ribeiro,

Ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, recusando vínculos explícitos com a literatura e a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia. Reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. No contexto dos anos 50-60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma

“fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido (Op. cit, p. 309).

Essa “fala autorizada” é respaldada em larga medida pelo “lugar de onde se fala”, pois, como anteriormente aludimos, os veículos também puderam auto-referenciar-se e distinguir-se. Foi percebendo como se operacionalizavam tais estratégias que um periódico como *O Dia* passou por transformações que, em menos de duas décadas, o fizeram deixar um tipo de jornalismo (o *sensacionalista*) em direção ao outro (o *sério*). Mas a questão tende a ser um pouco mais complexa.

Já havíamos trabalhado com as reflexões de Duarte (2004a) em nossa pesquisa de Mestrado devido à perspectiva crítica com a qual avaliava a cobertura da imprensa sobre o tema criminalidade nos anos 1990. Todavia, gostaríamos de tomá-lo por um outro prisma: o da presença do *sensacionalismo* na chamada imprensa *informativa*. Explicando um pouco melhor, como uma das hipóteses centrais da investigação do pesquisador é a presença do *fait-divers* no conteúdo informativo daquele tipo de imprensa, ele argumenta que os jornais contemporâneos adotariam, a partir “da colonização do texto jornalístico pela publicidade”, o *fait-divers* como uma “categoria que explicita a dimensão interpretativa a-histórica, ficcional e folhetinesca dos fatos, operada pelos jornais populares” (*Idem*, p. 211). Nós concordamos com o autor. Concordamos, inclusive, quando ele destaca que “o recurso ao entretenimento como elemento persuasivo central do texto informativo tem conseqüências ideológicas importantes, que deixam marcas nos modos de dizer dos jornais” (*Idem*). Mas, o que o pesquisador não aborda (até mesmo porque aparentemente não é o objeto de suas observações) é o fato de que se o sensacionalismo (na forma do *fait-divers*) desperta o interesse é porque há algo (ou algum elemento) que o precede. Se entendermos que o folhetim são romances da vida e que o *fait-divers* é a vida romanceada (com o extraordinário / o espetacular), podemos perceber que ambos falam da vida. Mais ainda, de algo que é verossímil.

Em uma outra reflexão, *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*, Pedroso (2001) se propõe a uma investigação que tem como ponto de partida o jornal *Luta*, tomado como um jornal sensacionalista. Já na apresentação, há um questionamento sobre a estratégia desse jornal que nos permite algumas reflexões: “é a *Luta Democrática* que mudou de estampa para poder continuar sobrevivendo?” (*Idem*, p. 14)¹⁰⁵ Partindo desse ponto, queremos nos interrogar que se há um jornal que muda a estampa para

¹⁰⁵ O questionamento em destaque é feito, segundo a autora, por leitores mais atentos.

continuar sendo consumido (essa é uma das hipóteses levantadas) não é por que há alguém interessado em consumi-lo? Veremos que sim. Mas, mesmo se propondo a produzir um estudo que toma por referência um jornal sensacionalista, a autora nos dá algumas pistas sobre a partir de quais estratégias se assentariam a construção discursiva para esse tipo de jornal. Nas palavras de Pedroso:

Explicitando o modo como um jornal diário popularesco produz o discurso informativo sedutor e seus efeitos de reconhecimento, tentando indicar os elementos que são convocados/invocados na composição/criação da gramática discursiva empreendida por repórteres, editores, proprietários, anunciantes e leitores (Idem, p. 09)

E continua: “essa gramática discursiva, **coletivamente construída**, caracteriza-se pela reificação/exacerbação de modelos e arquétipos sociais e culturais, já fossilizados/sedimentados no **imaginário social** sobre a narrativa jornalística diária” (*Idem*, grifos nossos). A reflexão desta autora se nos é tão importante quanto a de Duarte, sobretudo em função do instrumental utilizado na abordagem ser o da Análise de Discurso da Escola Francesa de Semiologia, cuja matriz é a semiologia médica, a mesma que vai dar origem ao Método Indicário proposto por Carlo Ginzburg.

Mas, tanto Pedroso quanto Duarte estão debruçados sobre o processo de produção do discurso jornalístico, nos anos 1980, no caso da primeira, e nos anos 1990, no do segundo. Porém, irá nos interessar ainda o porquê desse tipo de produção ser tão bem aceita por um público tão diversificado e que atravessa, pelo menos, duas décadas. Ao tipo de busca que estamos fazendo, o artigo de Enne (2005) se encaixa perfeitamente. Quando se propõe a estabelecer algumas discussões sobre “a relação entre a construção narrativa do jornalismo (para nós, um projeto de construção de memória e de identidade) e sua reconfiguração no mundo dos leitores (de um apropriação por parte destes), dentro de um fluxo de memórias e identidades que configuram o fazer jornalístico” (*Idem*, p.01, parênteses nossos)¹⁰⁶, a autora dá um passo a mais em relação aos anteriores. Partindo do caso “Mão-Branca” na *Última Hora*¹⁰⁷, Enne oferece várias pistas no sentido de indicar a importância que o imaginário social ocupa no contexto da produção do discurso jornalístico. Nesse sentido, podemos afirmar que antes de ser um tipo de jornalismo, o sensacionalismo é um tipo de narrativa,

¹⁰⁶ Quanto à questão da memória e, por extensão, de projeto, estaremos nos detendo de maneira muito criteriosa no capítulo 2, destinado à reflexão sobre as questões do *imaginário*.

¹⁰⁷ É oportuno destacar que Enne, diferentemente de Duarte, não está se debruçando sobre um jornal tido como estritamente informativo (em detrimento do sensacionalista). A *Última Hora* da década de 1980 é um jornal claramente identificado como sensacionalista, que divide com *O Dia* a preferência de uma parcela do leitorado. Mas isso não inviabiliza, de forma alguma, a contribuição do seu trabalho.

onde torna-se possível perceber que não há uma realidade una (um real), mas uma construção social possível. Uma construção (de um imaginário – essa é uma das nossas hipóteses) que sofre disputas por atribuição de sentidos¹⁰⁸.

Prosseguindo em nossas reflexões, não nos deteremos sobre a discussão se o “Mão-Branca” realmente existiu ou se foi forjado por um repórter da *Última Hora*. Para nós isso é menos importante do que perceber o caráter verossímil da atuação do justiceiro/exterminador. Ou ainda, como propõe Enne, “pensar (...) qual a relação possível entre a ficcionalização de um ‘exterminador’ e a legitimação, via imprensa, da prática do extermínio” (*Idem*, p. 04). Essa sim é uma questão que nos interessa frontalmente, uma vez que, para nós, a prática do extermínio de uma determinada parcela da sociedade vem sendo legitimada, há mais de cem anos¹⁰⁹. Outro ponto que merece atenção é quanto ao aspecto da ambientalização do personagem. Nas palavras da autora:

*Percebe-se, também, o esforço de humanizar o personagem e criar mecanismos de identificação entre ele e o leitor. Ele é religioso (...). Também demonstra várias vezes sua indignação como cidadão e seu papel de chefe de família. Mas, por outro lado, revela seu “espírito de malandragem”, falando gírias, ditos populares e gargalhando (*Idem*, p. 06, grifo nosso).*

A pesquisadora segue, mostrando em várias passagens do jornal o caráter humano e carioca (para nós) do “Mão-Branca”. Isso equivale a dizer que, dificilmente, o personagem seria consumido fora do Rio de Janeiro, dada a especificidade de sua caracterização. Esse é um ponto crucial. Nota-se claramente como se legitima no imaginário, via construção noticiosa, a prática do extermínio. Diz Enne:

*Podemos perceber, também, a tendência do jornal de produzir uma imagem de ‘Mão Branca’ como se ele agisse ‘em defesa da sociedade’. Trata-se de uma composição clássica na narrativa ficcional: a disputa maniqueísta. A imagem que se constrói é a de um justiceiro anônimo, um herói comum, que se sacrifica em nome de ideais e que, como uma pessoa do povo, não suporta mais sofrer sem fazer nada. A Última Hora reforça tal imagem com cartas de leitores (que, segundo um de nossos entrevistados, em parte são inventadas, em parte são enviadas por leitores que eles acreditam fazer parte dos inúmeros grupos de extermínio que agiam no Rio de Janeiro, que enxergam na figura do ‘Mão Branca’ uma imagem pública ideal para encobrir suas atividades) (*Idem*, p. 07).*

¹⁰⁸ Essa distinção também ficará mais clara no Capítulo 2, quando trabalharemos mais detidamente a questão do Imaginário.

¹⁰⁹ Em 2007, a imprensa se dividiu nas opiniões sobre a presença das milícias nas comunidades pobres do Rio de Janeiro. Em alguns casos, esses “justiceiros benfeitores” limpam a região da presença dos narcotraficantes. O que fica subsumido nas matérias jornalísticas é que, quando não consegue “provar” sua não-ligação com os bandidos, moradores do subúrbio carioca (e por que não dizer, fluminense) são exterminados por esses “semi-heróis” milicianos.

Se a autora insere a atuação do personagem no contexto da Baixada Fluminense da década de 1980, um dos nossos esforços maiores é apontar que tal processo pode ser visto ao longo do século XX, com outros personagens e em outros momentos históricos distintos, recebendo tratamentos informacionais diferentes. Destaquemos, a título de exemplo, uma das construções noticiosas destacadas por Sevckenko sobre a mendicidade no *Jornal do Commercio*, em 1901:

*A civilização abomina justamente o mendigo. Ele macula com seus farrapos e suas chagas o asseio impecável das ruas, a imponência das praças, a majestade dos monumentos (...). Quanto mais baixa o câmbio, mais sobe a mendicidade, e se isso continua, a polícia obedecendo à sua intenção benemérita, ver-se-à obrigada a meter o continente no conteúdo: a cidade dentro do asilo.*¹¹⁰

Quando olhamos para essa construção narrativa nos interrogamos: não guardaria ela uma profunda relação de semelhança com a notícia produzida pelo *JB*, em 08/07/1992, com o título “Mendigos assustam” (nota 96)? Muda-se o conteúdo, mas a forma não permanece a mesma? Quando afirmamos que os meios continuam a formar (ou reificar) um imaginário a partir do escamoteamento do caráter sensacionalista do que narram, presente na imprensa dita neutra, imparcial e objetiva, queremos chamar a atenção para uma operação que permite aos veículos de informação continuar atuando decisivamente sobre o antagonismo social. Nesse sentido, e ainda que a diferenciação entre imprensa informativa e imprensa sensacionalista só existe no campo discursivo, trata-se de uma distinção poderosa e acompanha os modernos *slogans* da publicidade jornalística: “Quem lê, sabe. Quem lê *O Globo*, sabe muito mais”, ou ainda, “*O Globo* forma opinião”.

Assim, o que se assiste na década de 1980 é fruto de um processo de longa duração que pode ser fracionado em duas partes: a primeira, que é a das sensações/emoções/sentimentos, fruto de uma clivagem (produto da modernidade) entre razão e emoção/sensação; a segunda, que é a da legitimação do extermínio, fruto de um processo brutal iniciado por uma modernização conservadora (via prussiana), na passagem da escravidão à ordem burguesa. Então, como aponta a própria Enne,

Estamos diante de um caso analítico em que pontos fundamentais estão presentes: a mescla entre realidade e ficção dentro da construção narrativa; o apelo ao sensorial; a polifonia e a dialogia presentes no discurso da imprensa, através dos inúmeros agentes convocados a falar, e também pelas marcas do leitor presentes nas estratégias discursivas; os recursos melodramáticos e grotescos, permitindo a inserção dessa prática discursiva em um processo de longa duração, remetendo ao fluxo do sensacional e aos

¹¹⁰ “Caça aos mendigos”. IN: *Jornal do Commercio*, 24/01/1902 apud Sevckenko (op. cit.).

mitos imemoriais; os indícios que nos permitem pensar a prática de um jornalismo popular; dentre outros.

Mas, em nossa avaliação, a autora vai além quando se propõe a “pensar como os domínios da narrativa ficcional e jornalística podem se cruzar e (...) como esse ir e vir entre a narrativa ficcional e a jornalística se envolve com os **protocolos de leitura** do público receptor, permitindo que o fluxo do sensacional não se interrompa e se mantenha contínuo” (Enne, 2005, grifo nosso)¹¹¹.

Tomar a centralidade dos meios de comunicação na cena contemporânea como um pressuposto nos parece inócuo. Afinal, tal centralidade é um elemento constitutivo da dinâmica cotidiana das modernas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a proposta de Habermas (1984), no que diz respeito à profunda transformação que a atividade jornalística sofreu, nos é insuficiente para dar conta do estágio ao qual chegamos. Para o pensador alemão, desde a formação da sociedade burguesa, o jornalismo vem modificando seu papel originário de veículo de publicização para o de agente que interfere diária e diretamente na vida dos atores sociais. No entanto, nosso trabalho pretende indicar que na medida em que cresce o poder de influência dos *media*, aumentando seu poder de interferência, forja-se um *simulacro de espaço público* que se difere daqueles até então estabelecidos. Ou, se preferirmos, contemporaneamente, a partir dos dispositivos que dispõem, os meios de comunicação produzem a sensação de que o espaço público é o midiático, gerando aquilo que estamos classificando como *espaço publidiático*. Dessa forma, como a sociedade representada midiaticamente é a burguesa, parece não haver outras formas de socialização senão aquela ali celebrada.

Como nossa hipótese central de trabalho é que a luta de classes se deslocou do campo da política para o da cultura, julgamos que o campo da produção social do discurso (entendendo que a cultura é produto dos antagonismos sociais) é um campo privilegiado para a captura desses embates. É a própria Enne quem destaca que “a prática discursiva torna-se referência fundamental tanto para pensar a luta de classes quanto às disputas pela construção das identidades individuais e sociais. No campo discursivo, temos a arena mais aberta da disputa pelo direito de significar” (*Op. cit.*, p. 09). E continua:

Assim, se quisermos analisar de que forma os jornais, como produtos da comunicação de massa, são fundamentais na construção de memórias e identidades sociais na sociedade contemporânea, temos de entender como são construídas suas práticas discursivas (...)

¹¹¹ Esse entrelaçamento entre a narrativa ficcional e a jornalística com os protocolos de leitura do receptor pode ser encontrado também em Barbosa e Enne (2006).

Embora com diferentes perspectivas, as teorias do discurso de forma geral apontam para o caráter de construção social de todo discurso, sem esquecer os da mídia (...) A interpretação, de certa forma, é o que dá sentido ao discurso, tanto quanto sua produção. Evidentemente, por se tratar de uma construção dialógica, em grande medida o discurso se ancora no real, na própria experiência dos receptores, o que direciona sua interpretação para os caminhos definidos pelo produtor da mensagem. Os imaginários sociais são construídos também porque há um processo dialético entre os emissores e os receptores (Idem).

Tomando por referência as perspectivas apontadas pelos autores até aqui explorados, podemos claramente distinguir a cisão forjada no intervalo entre 1950 e 1960¹¹² e que a mesma estaria projetando identidades sociais a partir da valoração atribuída aos veículos de comunicação: de um lado, o *sério*, porque se apresenta como o preocupado com a produção da informação a partir do ideário celebrado pelo jornalismo norte-americano, cuja principal orientação é a presença da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade na atividade jornalística; de outro, o *sensacionalista*, marcado pela ênfase nos aspectos mundanos, escatológicos, baixos, além da adjetivação, do caráter populista e da presença mais evidente da subjetividade. Portanto, nos anos 1990, a cobertura jornalística dos veículos será tomada por um desses dois parâmetros¹¹³. Se isso representasse apenas uma questão de escolha, talvez não houvesse muito sentido em estarmos estabelecendo esta proposta de análise. Mas, a partir do momento em que tais *construções* (com a identificação e a projeção a elas associadas) se consolidam, então acreditamos na necessidade de investigarmos o fenômeno a fim de apontarmos o quanto as duas orientações misturam realidade e ficção.

1.3 – Uma nova estrutura para um velho campo: jornalismo como um gênero da “historiografia da atualidade”

Parece-nos claro que o significar no espaço midiático tem conferido aos seus autores um lugar de fala autorizado e privilegiado no processo de rememoração e de fixação dos significados. Assim, além de evidenciarmos as narrativas sobre as intervenções, estamos interessados em chamar a atenção para o fato de que as reportagens produzidas pelos veículos de comunicação correspondem a um imaginário construído (e sua reificação) em torno de um

¹¹² É importante que se destaque que, ao *importar* o modelo norte-americano de jornalismo, a imprensa brasileira não definiu aprioristicamente os lugares que cada grupo de veículos se encaixaria (informativo / sensacionalista), sendo *O Dia* um claro exemplo disso. Tais classificações (ou lugares) só puderam ser atribuídas posteriormente.

¹¹³ Avaliamos que se trata de uma redução que, além de simplificada, não contempla a especificidade do discurso jornalístico.

projeto político de sociedade, orientado pela noção de ordem, que atravessa todo o século XX. Dessa forma, quando a partir de Bakhtin entendemos que os meios de informação determinam a significação das relações sociais na contemporaneidade, somos compelidos a propor uma reorientação da noção da imprensa como um aparelho privado de hegemonia nos termos gramscianos: se antes ela deveria ser pensada como um *aparelho* da sociedade civil, agora ela se afigura como se a nova sociedade civil fosse, ou melhor, como se fosse a única organizadora material da cultura. Esse é o sentido de trabalharmos aqui com a proposta de que, na contemporaneidade, a imprensa se transforma no espaço *publidiático*, produzindo a sensação de que o espaço público é o midiático e suprimindo outras formas de socialização.

Para nós, um dos principais artifícios dos meios de informação tem sido o do falar fingindo ser: falar fingindo representar a totalidade das opiniões. Em “Fronteiras da narrativa”, a partir da problematização da narrativa como representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem, Genette (2008) propõe inicialmente uma aproximação entre *diegesis* e *mimesis*: “Para Aristóteles, a narrativa (*diegesis*) é um dos dois modos da imitação poética (*mimesis*), o outro sendo a representação direta dos acontecimentos por atores falando e agindo diante do público” (*Idem*, p. 266). Ainda que o foco do autor seja a distinção entre poesia narrativa e poesia dramática a partir de Aristóteles e Platão, pondo em relevo a oposição entre a imitação propriamente dita (*mimesis*) e a simples narração (*diegesis*), uma questão que se coloca é o esforço de distinção entre falar fingindo ser outro e falar em seu próprio nome, sem querer fazer crer que é outro. Evidentemente, e é isso que vai nos interessar, numa mesma obra podemos ter a alternância entre os dois estilos. No entanto, radicalizando seu argumento, Genette conclui que a narrativa é sempre representação; é imitação de um “real fingido e que espera ser representado” (*Idem*, p. 271).

Num segundo momento, ao propor que uma representação literária não se reduz aos elementos puramente narrativos, podendo comportar, de um lado, “representações de ações e acontecimentos, que constituem a narração propriamente dita, e de outro, representações de objetos e personagens, que são daquilo que se denomina hoje a descrição” (*Idem*, p. 272), estabelecendo uma nova distinção: narração e descrição, o que, na avaliação do autor trata-se de uma distinção relativamente recente na Literatura. Em sua ótica, “não parece (...) que tenha tido uma experiência muita ativa antes do século XIX, quando a introdução de longas passagens descritas em um gênero tipicamente narrativo como o romance coloca em evidência os recursos e as exigências do procedimento” (*Idem*). Como o termo grego *diegesis*

designa as duas formas de representação, não obstante o fato de a narrativa jornalística derivar da literatura (como exploraremos no capítulo seguinte), nos parece pertinente a dedução de que (a) narração ou descrição é imaginação, fabulação, imitação (por atos de vontade – como argumenta Ricoeur – de representar uma realidade) e (b) jornalista narra descrevendo, o que produz a sensação de que ele só “descreve” a realidade. Na verdade, ao longo do século XX, a narrativa jornalística teria se transmutado de uma descrição ornamental para uma descrição significativa nos termos propostos por Genette, produzindo “uma ‘ausência perfeita’ (...) não somente do narrador, mas também da própria narrativa, pela eliminação rigorosa de qualquer referência à instância de discurso que o constitui” (*Idem*, p. 280).

Quando propõe que é por meio da linguagem que a narrativa pode ser concebida como representação de acontecimentos, cremos que Genette se aproxima da proposta de Koselleck, para quem a linguagem é mediação da história, uma vez que é a partir do presente que se organiza o passado. Ou seja, podemos representar o passado no presente através da narrativa (linguagem)¹¹⁴. Assim como a linguagem oferece significados a determinados significantes, na abordagem do historiador alemão a história e a linguagem permanecem dependentes, principalmente porque nenhum relato pode incluir tudo o que existiu ou ocorreu (há uma seleção da história através da linguagem). Para Koselleck, a linguagem é um elemento central, pois os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos ligados a ela, tampouco as experiências que adquirimos a partir desses acontecimentos podem ser transmitidas sem ela. Ainda que o autor tenha estabelecido a primazia da história nesse processo, nossa proposta é que, na contemporaneidade, um ator é negligenciado nesse decurso (a mídia em geral e a imprensa em particular), sobretudo porque o movimento da história e sua possível tradução lingüística podem ser pensadas através dos mecanismos de seleção onde os media ocupam um lugar central.

Com a discussão em torno dos conceitos de movimento na modernidade, Koselleck nos apresenta a construção desse conceito (modernidade). É muito interessante observarmos que o conceito só vai se firmar aproximadamente 400 anos depois (1870, séc. XIX) de ter sido utilizado pela primeira vez (séc. XV). A partir da construção argumentativa do autor, para nós fica bastante evidente o quanto vários significados foram sendo atribuídos ao significante modernidade, o que torna também evidente o quanto esse significante foi objeto de intensas disputas até se consagrar um determinado significado, que não está livre de novas disputas. A

¹¹⁴ Ainda que observemos várias semelhanças entre as propostas teóricas de Koselleck e Ricoeur, optamos por explorar as contribuições deste último no capítulo seguinte, mormente porque a noção de esquecimento em sua abordagem é central no diálogo que estamos estabelecendo com o conceito de Imaginário.

luta por significar, nestes termos, tem em si algo de antecipação do futuro, no presente, ao buscar-se atribuir significados fixos para determinados significantes. O que a contemporaneidade tem de singular, dessa forma, é que a luta pela fixação dos significados, pela *determinação* de um sentido, e o tempo para a celebração de um sentido único já não é tão longo quanto o foi em outro momento histórico, funcionando antes como uma espécie de batalha pelo futuro. Mesmo que a velocidade tenha sido alterada, nos parece que a dinâmica continua a ser a mesma. Como explica o autor, se no âmbito protestante, a palavra Reforma foi introduzida mais rapidamente, também como conceito limítrofe, ou de época, e depois como conceito de período, “mais tarde, a historiografia eclesiástica protestante singularizou a expressão como conceito único para uma época, aplicando-o apenas às reformas de Lutero e seus companheiros” (*Idem*, p. 272, grifos nossos).

Evidentemente, mesmo com a fixação de um *conceito único*, hegemonicamente celebrado, isso não representa que tal singularização tenha eliminado as expressões concorrentes, tampouco que estas mesmas expressões tenham deixado de circular. Em *História noturna. Decifrando o Sabá*, trabalhando sobre “depoimentos” e “confissões”, Ginzburg (2002) aponta o quanto a circularidade entre a cultura hegemônica e a subalterna está presente a partir de três testemunhos dispersos no tempo e no espaço, porém mantendo ligações através de paralelos formais: “O jogo de espelhos entre as interpretações e reelaborações da cultura hegemônica e sua recepção por parte da cultura subalterna continuou por muito tempo. Em meados do século XIII, uma palavra como *genes* (derivada de Diana) ainda designava uma entidade ambígua, uma espécie de fada” (*Idem*, p. 112).

Voltando à Koselleck e a sua preocupação em mapear o surgimento do conceito de história, não deve ser considerado marginal o fato de o termo história ser usado (em alemão *Historie*) para designar narrativas particulares que deveriam representar exemplos de vida a serem seguidos, através de uma literatura aforismática, “que é, por definição, uma tentativa de formular juízos sobre o homem e a sociedade a partir de sintomas, de indícios: um homem e uma sociedade que estão doentes, *em crise*” (Ginzburg, 1989, p. 178). Como explica o historiador alemão, no Iluminismo, com suas exigências e com os acontecimentos da Revolução Francesa, reuniram-se novas experiências, que também conferiam à expressão “tempo contemporâneo” uma força social e política. No limite, “tempo contemporâneo” representava uma marcação de época, mas “o ‘tempo contemporâneo’ distingue-se, pois, por designar muito rapidamente o limiar de uma nova época, que de acordo com a consciência dos participantes teria sido inaugurada antes de tudo com a Revolução Francesa” (*Idem*, p.

282). Ainda que essa “seqüência unificada de tempo” tenha sido celebrada, com todas as contradições inerentes ao processo,

Para exprimir de maneira enfática suas próprias experiências como verdadeiramente novas havia muitas outras expressões à disposição, expressões que conseguiram se impor nos decênios em torno de 1800, ou às quais estavam associados novos sentidos: revolução, progresso, desenvolvimento, crise, espírito do tempo – expressões que continham indicações temporais que, antes, nunca haviam existido dessa maneira (Idem, grifo nosso).

Há algumas pistas que talvez possamos seguir a partir da dinâmica descrita por Koselleck. Uma delas é a de que a fixação de um determinado sentido não elimina os concorrentes, tampouco os “prende” a um determinado momento histórico. Poderíamos explorar o quanto o Iluminismo “aprisionou determinados conceitos”, mas cremos que isso nos desviaria do trajeto que concebemos. Assim, ainda que pela via da aproximação, retornaremos a Ginzburg. Evidentemente, o historiador italiano não está lançando seu olhar sobre a “história noturna” a partir do Iluminismo, mas sim do Cristianismo. Porém, nos parece ser bastante plausível estabelecermos relações *formais* entre os dois marcos históricos. Ao se deter sobre as experiências extáticas dos *benandante*, propõe Ginzburg: “devemos imaginar uma corrente longuíssima, feita de relatos, de confidências, de conversas fiadas, com força para ultrapassar intermináveis distâncias cronológicas e espaciais” (2002, p. 129). Não há como negar que a oralidade é um elemento essencial na metodologia utilizada pelo autor. No entanto, cremos também não ser possível negar que tais relatos persistam na escrita.¹¹⁵

Quando o teórico italiano se interroga sobre o papel dos “eruditos que, baseados numa competência livresca, cuidavam de ressuscitar ritos antigos, verdadeiros ou imaginários” (*Idem*, p. 166), percebemos a presença de uma tradição atualizada no romance moderno e posteriormente na imprensa. Em várias passagens da (dessa) “História Noturna”, percebe-se o quanto alguns ritos camponeses passaram por processos de erradicação. Porém, outros foram transformados (poderíamos dizer, resignificados) em festividades inócuas. No entanto, apesar de inibidos (recalcados) será que esses mitos deixaram de existir no plano do inconsciente? Será que não retornam sob a forma de atos-falhos, chistes, inversões? Ou ainda, não seriam esses ritos, que transformados em mitos, garantiriam a significação simbólica

¹¹⁵ Na passagem da predominância da transmissão de conhecimentos (da oralidade à escrita), Benjamin associa à figura do narrador – figura herdeira de dois arquétipos: o camponês sedentário (acumulando experiências locais) e o marinheiro viajante (trazendo experiências estrangeiras) – a predominância da primeira e ao romance moderno à da segunda. Para maior aprofundamento ver: BENJAMIN, W. “O Narrador, considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”. IN: *Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1993. Esse romance moderno acaba configurando uma nova forma de narrar, mas que não prescinde dos esquematismos das matrizes melodramáticas presentes em períodos pré-modernos.

valorizada pela imaginação popular? Abandonando a cautela proposta por Ginzburg, avaliamos que esse é exatamente o sentido proposto por ele ao tratar da existência de estratos presentes na longa duração, através da dedução de que “formas míticas análogas em contextos culturais heterogêneos fosse o resultado de relações históricas não de todo canceladas” (*Idem*, p. 181, grifos nossos).

Não há como negar que, na contemporaneidade, os meios de informação têm desempenhado um papel decisivo na construção das identidades. Como é verdade que a identidade é construída na interação social, não é menos verdade que também o é pelo que fica recalcado devido à necessidade de filiação, através dos mecanismos de identificação. A identidade se constrói a partir de um sistema de representação em realidades concretas, de um sistema de significação onde atribuímos sentido ao mundo. O esforço em significar é o direito de representar, e Koselleck tem toda razão ao atribuir um peso grande à tradição nos processos de formação identitária. O que nos parece singular no momento histórico em que vivemos é o aspecto de serem as notícias e reportagens produzidas pelos meios as principais fontes de narrativas na construção das identidades. Nossa abordagem aqui caminha no sentido de apontar que, aquilo que é apenas uma estrutura (estruturada e estruturante, como afirma Bourdieu) assume a primazia do campo social estruturando o espaço social. É nesse ponto que discordamos do historiador alemão, para quem

A historiografia que tratava da atualidade, que naturalmente continuou a ser cultivada, deslizou para um gênero inferior, que continuou sendo posto em prática pelos jornalistas. Ou foi levada adiante por historiadores e filósofos que, por um impulso normativo ou político, tiveram a coragem de fazer prognósticos. Pois a história, tendo sido temporalizada de maneira coerente, não se deixava mais reconhecer como ‘história do tempo presente’ se não incluísse nela o futuro potencial (Koselleck, Op. cit., p. 293).

Como na história do tempo presente está subjacente o futuro potencial, se engana quem acredita que o jornalismo não faça isso – estão aí os projetos de memória a proliferar. Se há ausência de método, como denunciou Bárbara Zelizer, não há de intenção. A grande questão que está em jogo é que esse “gênero inferior”, dadas as condições contemporâneas de existência, vem assumindo a primazia da forma de narrar (contar história) o mundo, tornando-se os “senhores da memória” (Ribeiro, 1996a; 1996b) Evidentemente, novamente em termos aproximativos, podemos perceber outra convergência entre a perspectiva teórica de Koselleck e a nossa. Trata-se da questão do quanto os conceitos são naturalizados nas falas dos atores políticos: “Os conceitos fundamentais, elaborados teoricamente, passaram a fazer parte do reservatório de palavras de ordem formadoras de opinião e legitimadora de partidos – de

todos os partidos” (*Idem*, p. 294). Poderíamos ser questionados quanto a um avizinhamento grosseiro entre “todos os partidos” e a imprensa. Mas, na abordagem gramsciana, não é a imprensa exatamente um partido e os jornalistas uma construção social e vulgar de intelectual?

Quando Koselleck trata da questão de que os conceitos políticos e sociais tornaram-se instrumentos de controle do movimento histórico, operando como fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII, identificando que desde então a ideologização dos adversários passa a fazer parte do controle político da linguagem, podemos alinhá-lo com Bakhtin, mas principalmente com a hipótese que estamos desenvolvendo neste trabalho. Isto é, a questão de que o antagonismo social é travado pelo uso da palavra, ou melhor, pela definição hegemônica dos sentidos que devem ser socialmente partilhados. Mais uma vez, recorrendo ao historiador alemão, o movimento parece não ser novo, uma vez que “Produziu-se – na França revolucionária isso foi muito rápido – uma batalha em torno dos conceitos: o controle da linguagem se tornou tanto mais urgente quanto maior o número de pessoas que precisavam ser atingidas” (*Idem*, p. 300). O que parece ter sido negligenciado na contemporaneidade é o papel desempenhado pela imprensa na *batalha por sentidos* (luta pelos significados), onde o controle do imaginário social, da imaginação social, como aponta Bronislaw Baczko, torna-se central.

Recorramos a um simples exemplo. Quando visitamos o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, encontramos celebrados os conceitos aos quais recorreremos para apontar as seguintes definições para: *crime*: violação da lei penal; delito; *criminoso*: aquele que cometeu um crime; *criminalidade*: estado de criminoso; *estado*: modo de ser ou estar, situação ou disposição em que se acham as pessoas; situação social ou profissional; conjunto de condições físicas e morais duma pessoa; *Direito*: conjunto de normas jurídicas vigentes no país; e *vigente*: que está em vigor; vigorante. *Crime*, a partir dessas definições, poderia ser entendido como a violação de um conjunto de normas (jurídicas) que estão em vigor no país, atribuindo ao(s) praticante(s) um estado (criminalidade) que revela um modo de ser (ou estar) atribuído às suas condições físicas e morais. Evidentemente, são significados celebrados em torno da caracterização do crime, mas principalmente do criminoso que, porém, podem ser mudados, o que revela que a associação deste ou daquele indivíduo (ou grupo social) pode ser modificada, reificada, atualizada no

tempo (histórico) em que as disputas (lutas de classes) estão em curso¹¹⁶. Ou, propondo em outros termos, quando se celebra que o crime possui cor, classe, região geográfica o que se produz é a fixação (ou a tentativa de) de um único sentido – ou a interpretação política autêntica – na imaginação social em torno da questão da *procedência* da criminalidade (desordem) em nossa sociedade.¹¹⁷

Retornando então a nossa hipótese principal de trabalho, é exatamente por entender que os meios de informação assumiram a primazia por narrar, atribuindo significados a significantes que estão em disputa, que propomos que na contemporaneidade a luta ideológica se deslocou do campo estrito da política para o da cultura. Nesse sentido, é igualmente relevante que convoquemos Pierre Bourdieu, sobretudo em função de entendermos que, com a mudança no *jogo*, o espaço midiático – ou, como preferimos, o espaço *publidiático* – vem “absorvendo” outros campos sociais dentro de sua estrutura. Como já denunciou Beatriz Sarlo, a atuação de jornalistas e comunicadores tem contribuído em larga medida para produzir um efeito ilusório de que o intelectual está em fim de existência. O que a admoestação de Sarlo indica é que os demais campos (a despeito de estarem sendo *reestruturados*) continuam a ser também estruturantes. Propondo em outros termos, ainda que estejamos apontando o primado dos meios, isso não significa dizer que eles representem todo o espaço público. Existem outros campos que continuam a disputar espaços e sentidos dialeticamente.

Quando Bourdieu propõe que a produção das representações do mundo social é uma dimensão fundamental da luta política, argumentando que “a luta pelas classificações sociais [significação] é uma dimensão capital da luta de classes e é através deste viés que a produção simbólica intervém na luta política” (1983, p. 50), ele, de certa forma, vincula esse jogo de representações ao que classifica como um “quase monopólio dos intelectuais” (*Idem*), explicitando a questão da autoridade desfrutada por esses agentes – em Sarlo, dos intelectuais midiáticos, que são os intelectuais a serviço do poder, se assim pudermos dizer. No entanto, nos parece não ser menos verdadeiro que esse jogo, onde a linguagem da autoridade é imersa em uma atmosfera que dá vida ao que se diz, ganha um colorido diferente quando amplificada pelas narrativas produzidas pelos meios. Portanto, e entendendo que a difusão de todos os

¹¹⁶ Voltaremos a essa questão no capítulo seguinte, quando estará presente a questão da alteridade (ou a ausência dela) no processo de construção das identidades, sobretudo na contemporaneidade.

¹¹⁷ Apesar de o dicionário apresentar os conceitos já celebrados, na medida em que os mesmos são veiculados pelos meios de informação o que se opera é um apagamento da batalha que se realiza em torno da fixação dos sentidos. Tal operação, à medida que se torna eficaz, permite às narrativas jornalísticas um certo controle sobre a imaginação social.

discursos está presa às leis da difusão cultural, podemos perceber o quanto as informações produzidas pelos periódicos (mas não só por eles) conformam (ou pelo menos tentam conformar) uma nova estrutura que acabaria em larga medida condicionando as demais, destacando que “as tomadas de posição sobre o mundo social talvez devam algo às condições nas quais são produzidas (...) a circulação de idéias” (*Idem*, p. 52).

A circulação de idéias dentro de leis de difusão cultural é uma questão importante para nós, sobretudo porque é tal circulação – principalmente a crença coletiva de que o que circula é verdade produzida de maneira neutra, objetiva e imparcial – que faz com que o sistema funcione. Esse, precisamente, tem sido um dos problemas das narrativas produzidas pelos meios de informação, isso porque, como perspicazmente advertiu Zelizer, muito da prática jornalística constitui-se numa espécie de trabalho secreto, onde “os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos exploratórios que constroem a realidade” (*Op. cit.*, p. 12). A linha de argumentação da autora aponta para o quanto essa “autoridade jornalística” busca conformar uma comunidade (um campo) autorizada a produzir versões privilegiadas de verdade, mascarando questões de poder mais amplas. Cremos que tal perspectiva é também partilhada por Bourdieu ao afirmar que:

*Em suma, poderíamos nos perguntar se o que é comum a todos os produtores de bens culturais de uma época, não é esta espécie de **vulgata distinta**, este conjunto de lugares comuns chiques que a corte dos ensaístas, críticos, jornalistas semi-intelectuais produz e vende pelas ruas, e que é inseparável de um estilo e de um humor. Esta **vulgata**, que evidentemente é aquilo que está ‘mais em moda’, e é, portanto, o mais datado, o mais perecível na produção de uma época, é também, sem dúvida o que há de mais comum ao conjunto dos produtores culturais (*Op. cit.*, p. 170).*

Um dos efeitos desse processo denunciado por Zelizer e Bourdieu é que às condições sociais de produção do campo da produção “como lugar onde se realiza o trabalho tendendo a produzir o artista como produtor de objetos sagrados [ou o jornalista como observador legítimo e confiável do mundo ‘real’, para Zelizer], de **fetiches** ou a obra como objeto de crença, de amor e de prazer estético” (*Idem*, p. 171), tem sido dada pouca importância. Em larga medida, as narrativas produzidas pelos meios de comunicação de massa estão imersas em jogos de poder, mas mascaradas como relatos que expressam as demandas públicas, os clamores da população. Não é exatamente assim que as notícias sobre criminalidade são narradas cotidianamente: como preocupação da população com a *escalada* da violência, da criminalidade? Em seu artigo “Público: uma questão histórica”, Barbosa (2000) desenvolve uma interessante reflexão sobre a construção histórica de público, sobretudo na sua relação

com o papel desempenhado pela mídia. Na abordagem desenvolvida pela autora, percebemos o quanto “o papel da imprensa seria o de orientar o público e, sobretudo mobilizá-lo, de tal forma que sua atuação se tornasse possível, mesmo quando contrárias às informações que recebera anteriormente” (*Idem*, p. 11), uma vez que a informação seria a base da opinião pública.

A grande questão que se coloca para nós é que na contemporaneidade os meios, a despeito de serem fomentadores do debate público, têm construído suas versões sobre os acontecimentos como se tais relatos representassem a maioria (se não a totalidade) das opiniões, suprimindo (fazendo-se esquecer) as contrárias. Quando nos propomos a complexificar o papel desempenhado pela imprensa, nos aproximamos do diagnóstico de Bourdieu para quem devemos

*Proceder a uma análise rigorosa de seu funcionamento e de suas funções. O que supõe o questionamento de seus três postulados implícitos. Qualquer pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, colocando de outra maneira, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos (...). segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões têm valor. Acho que é possível demonstrar que não é nada disso e que o fato de se acumular opiniões que absolutamente não possuem a mesma força real faz com que se produza artefatos sem sentido. Terceiro postulado implícito: pelo simples fato de se colocar a mesma questão a todo mundo, está implícita a hipótese de que há um consenso sobre os problemas, ou seja, que há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas. Estes três postulados implicam, parece-me, toda uma série de distorções observadas (*Op. cit.*, p. 173).*

Diagnosticando o processo de formação da opinião pública, em seguida o autor denuncia:

*Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a idéia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média. A ‘opinião pública’ que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de percentagens (60% são favoráveis), esta opinião pública é um artefato puro e simples cuja função é dissimular o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem (*Idem*, p. 174).*

Nos termos propostos por Bourdieu, a opinião pública não existe. O que existiram seriam opiniões construídas, mobilizadas, por “grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados” (*Idem*, p. 182). Quando estamos destacando a centralidade dos meios de informação na cena contemporânea, chamando a

atenção para a produção de consenso em torno de questões que parecem atingir da mesma forma um espectro bastante amplo de personagens constitutivamente diferentes, queremos, uma vez mais, ressaltar que o que se produz é a sensação de que o espaço público é o espaço midiático, produzindo, por extensão, a percepção (ainda que falsa) de que não existe espaço de discussão e de influência fora das páginas dos jornais (nosso foco). Nesse sentido, interesses de classe são apresentados como interesses da maioria, sedimentando no imaginário social a noção de que as regras do jogo são orientadas exclusivamente pelo *ethos* burguês. À medida que também aceitamos a noção de que as estruturas mentais são estruturas sociais interiorizadas, cabe-nos avançar na direção da discussão em torno do sistema de idéias operado pelos meios e que funcionam como matrizes de desorganização e reorganização da experiência social. Dessa forma, queremos estabelecer um diálogo com o *Ideologias e mentalidades* (Vovelle, 1991).

O ponto de partida do autor é trabalhar com a noção de mentalidade a partir de uma perspectiva marxista, estabelecendo uma distinção entre ideologia e mentalidade – o que de alguma forma acaba justificando sua presença aqui e não no capítulo sobre a luta ideológica – compreendendo a história das mentalidades como a história das “visões de mundo”. Ou seja, uma história das atitudes coletivas, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes. Na perspectiva de Vovelle, o conceito de mentalidades seria mais amplo do que o de ideologia por ele integrar o que não está formulado, o que aparece como “não-significante” e o que se conserva encoberto pelas noções inconscientes. Isto contribui, em sua avaliação, para se estudar, através de atitudes coletivas diante da morte ou de festas, o comportamento social dos atores sociais através da cultura e não do econômico, como já vimos na já mencionada *História Noturna* de Ginzburg. O que nos parece ser bastante inovador na formulação do pensador francês é a associação da história ao conceito de imaginário coletivo, vinculando às mentalidades a força de inércia das estruturas mentais, tomando como ponto de partida a definição dada por Althusser à Ideologia: “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”¹¹⁸. Ou como propõe Vovelle: “o conjunto de representações, mas também de práticas e comportamentos conscientes ou inconscientes” (*Idem*, p. 11)

¹¹⁸ Igualmente relevante é a presença de Althusser como referência na construção do conceito de mentalidades. Parece que *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* é um divisor de águas à medida que será também o ponto de partida para as reflexões de Hall e Zizek no que concerne à formulação do conceito de ideologia que trabalharemos no Capítulo 3.

O que mais nos chama a atenção no desenvolvimento proposto pelo historiador francês é a incorporação das formações presentes na longa duração no estudo das mentalidades. Em sua abordagem, as mentalidades representariam “ideologias ‘em migalhas’, ou o que restaria de formulações ideológicas, algumas vezes enraizadas em contextos históricos precisos, mas que entraram em discrepância e deixaram de se ligar ao real para se tornarem estruturas formais ociosas e até irrisórias” (*Idem*, p. 20). Então, podemos perceber aqui mais uma aproximação entre Vovelle e Ginzburg na medida em que, como descreve o último em *Mitos, Emblemas e Sinais*, “alguns indícios mínimos são assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade” (*Op. cit.*, p. 178). Ou melhor, busca-se, através do *método de longa duração*, capturar estruturas enraizadas como expressão dos modos de ser coletivos – o inconsciente coletivo¹¹⁹. Nas palavras de Vovelle,

*Sem renunciar a seus métodos de abordagem nem às suas hipóteses de trabalho, os historiadores se dedicaram além das análises das estruturas sociais, também à explicação das opções, das atitudes e dos comportamentos coletivos (...). Passando das estruturas sociais às atitudes e representações coletivas, foi sobre o problema das mediações complexas entre a vida real dos homens e as representações que os homens produzem para si – inclusive as representações fantásticas – que eles dirigiram sua abordagem à história das mentalidades (*Op. cit.*, p. 23).*

Temos estudado a imprensa e observado o quanto ela tem dado forma (ora difundindo ora produzindo) a um sistema de idéias vinculado ao projeto burguês. Evidentemente, se olharmos estritamente ao que é noticiado nos dias atuais, tenderemos a avaliar que os meios massivos interferem hoje como interferiram em vários momentos da história brasileira. Mas, como mencionamos anteriormente, Gramsci já *denunciava* a imprensa como um aparelho privado de hegemonia. O que há de singular em nossa abordagem é o fato de os meios de informação terem se convertido na principal arena de lutas no atual momento histórico. Em nossa avaliação, o que tem sido produzido na contemporaneidade é a noção de que o espaço público é o midiático, caracterizando-se como *a* sociedade civil à medida que incorpora os discursos *exotéricos* em sua narrativa *esotérica*, organizando materialmente a cultura. Assim,

¹¹⁹ O conceito de Inconsciente Coletivo de que trata Vovelle é o que aparece na historiografia de Philippe Ariès, “como uma noção que se pretende, e se declara, muito mais empírica, remetendo à autonomia de uma aventura mental coletiva que obedece a seus ritmos e causalidades próprios” (*Op. cit.*, p. 21) e não nos termos da psicanálise de Carl Gustav Jung. Tal como teremos oportunidade de explicitar no capítulo seguinte, o inconsciente coletivo pode ser pensado em termos de imaginário coletivo, “que me parece mais operacionável e, sobretudo, menos suscetível a extrapolações temerárias do domínio da psicanálise” (*Idem*), isso se entendido estritamente em termos jungianos, acrescentamos.

buscamos evidenciar o quanto o conservadorismo de nossas classes dirigentes encontra nos periódicos uma extensão ideal para manutenção da hegemonia.

Quando Hall se debruçou sobre a questão do quanto é escorregadia (e difícil de capturar) a forma como as idéias burguesas são reproduzidas nas instituições privadas (e a imprensa é uma delas) da sociedade civil nas democracias liberais, ele nos fornece uma pista que, no entanto, abandona, por entender que “é impossível explicar adequadamente as tendências estruturadas da mídia como determinações do Estado sobre o que publicar” (2003, p. 165), isso porque não há como justificar

Como é que um número tão grande de jornalistas, que consultam sempre sua “liberdade” de publicar e o resto que se dane, tende a reproduzir, tão espontaneamente, explicações do mundo constituídas dentro de categorias ideológicas essencialmente idênticas? Como é que estas são conduzidas, continuamente, a um repertório tão limitado dentro de um campo ideológico? Mesmo os jornalistas que seguem a tradição de denúncia da corrupção, freqüentemente parecem se inscrever em uma ideologia à qual não aderem conscientemente e que, em vez disso, “os escreve” (Idem).

Não é tomando a mídia como referência, mas sim os jornalistas – como atores sociais concretos que produzem suas narrativas reproduzindo formações históricas de longa duração – que podemos responder ao intelectual jamaicano e tentar reinserir o debate sobre o problema da ideologia. Retornando a Vovelle, para quem transformação na história das mentalidades se caracterizou pela mudança de uma abordagem que representava uma história das culturas ou do pensamento manifesto, ao domínio mais secreto das atitudes coletivas que – ao parafrasear Philippe Ariès – se exprimem por atos, gestos ou simplesmente sonhos, reflexos inconscientes de representações enraizadas, propomos que é compreendendo o papel dos reflexos inconscientes de representações enraizadas no imaginário social que podemos chegar à noção de que os homens da imprensa atualizam, no tempo presente, formações imaginárias de longa duração. Acompanhando a proposição de Philippe Ariès, em *A Nova História*, é a percepção de que o presente não pode ser compreendido por ele mesmo (ou seja, deixando escapar o que vem na longa duração). Então, é através da percepção da presença de um inconsciente coletivo que a longa duração se faz perceber no processo de decodificação do presente.

Quando se interroga sobre o que são as representações coletivas que, sem se inscrever claramente ao nível ideológico explícito das mensagens, nem por isso ocupam um lugar menos importante na vida dos homens, ou sobre que importância e que significação pode existir nessa herança de traços gratuitos e insignificantes, Vovelle destaca a importância dessa

instância para a compreensão da história pelo pesquisador, afirmando: “Lançar ao lixo da História não é uma tarefa do historiador, tanto mais que tudo aqui está longe de ser insignificante e que toda uma parte dos comportamentos, em vias de exploração, remete a uma herança inconsciente, não objetivada claramente nos espíritos” (*Idem*, p. 117). Ou seja, trata-se de herança inconsciente porque são registros que não estão claramente objetivados. Quando propomos o alinhamento da proposta teórica do historiador francês à abordagem das narrativas produzidas por aquele gênero menor de historiografia apontado por Koselleck, é porque julgamos que é justamente nas páginas dos periódicos que se pode falar da real criatividade do imaginário coletivo, “que inventa novos objetos, novos suportes e novas imagens” (*Idem*, p. 118).¹²⁰

Entendendo que há dimensões da vida dos homens em sociedade que se inserem no quadro desse imaginário social, dessas heranças inconscientes, desde ações individuais até opções coletivas, nos permitimos fazer uma pequena digressão a título de exercício imaginativo. Quando nos detemos sobre algumas narrativas produzidas por jornalistas que cobriam o dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro, em 1992, independente do jornal que privilegiemos (*O Dia*, *O Globo* ou *JB*), podemos perceber como se manifesta o imaginário social ou o inconsciente coletivo, tal como propõe Vovelle: se o então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, *representava* o “espectro do mal”; *representava* o “acesso da criminalidade (identificado nas figuras dos moradores da Baixada Fluminense) à cidade carioca através da Linha Vermelha”; *representava* uma droga (lembremos que foi dado o nome do governador a um entorpecente); seria factível concebermos que dar voz à Brizola ou às propostas do CEUEP (como uma das ações produzidas naquele governo) seria fantasiosamente libertar o espectro do mal? Se tal operação é exequível, podemos então apontar a validade da nossa tese.

Diferentemente de nossa perspectiva, Vovelle propõe que saudemos a Ariès por ter *descoberto* o inconsciente coletivo, que “não é nem o de Jung nem o de Lévi-Strauss, mas uma noção suficientemente plástica ‘no limite entre o biológico e o cultural’ e intencionalmente vaga, para poder cobrir todo o campo intermediário das atitudes e comportamentos coletivos” (*Idem*, p. 121). Para nós, essa *noção vaga* acaba produzindo um certo esfacelamento entre ideologia e mentalidades. Em nossa avaliação, ela só tem sentido se aplicada a uma discussão extremamente mecanicista da teoria marxista, ou uma discussão a

¹²⁰ Apesar de não explicitar a distinção entre inconsciente coletivo e imaginário coletivo, Vovelle passa a adotar este último como categoria que abarcaria aquilo que Fernand Braudel chamou de “prisões de longo prazo” e sua atualização (via dialética) no presente, mas que escapa à racionalidade.

partir de um marxismo vulgar. Creio que a importância da contribuição da Ariès está em justamente apontar a insuficiência do marxismo ortodoxo para dar conta de uma nova história: a história das mentalidades. Isso fica um pouco mais evidente quando Vovelle argumenta que “o problema essencial da relação entre ideologias e mentalidades se encontra como que escamoteado: o problema da difusão das idéias-forças, da transmissão vertical dos modelos culturais dominantes e das resistências de outras culturas desaparece” (*Idem*, pp. 122-3)

Por fim, resta abordar o ponto nevrálgico na proposta do historiador das mentalidades: a proliferação do discurso da morte. Segundo ele, a época contemporânea, a partir de fins do século XVIII, foi marcada pela proliferação do discurso literário livre sobre a morte, sendo atualizada contemporaneamente pelos *media* atuais (a televisão, a história em quadrinhos, etc.), que fazem explodir o quadro tradicional dentro do qual se havia até então manifestado o imaginário coletivo. Ainda que não intencionalmente, Vovelle estabelece uma relação entre a narrativa literária e a midiática, apontando a presença (revelada na permanência na longa duração), de um imaginário coletivo sobre a morte, através de uma “dialética sutil e complexa, com inércia e tempos fortes”. Nesse sentido, quando pensamos novamente no método proposto por Carlo Ginzburg, o silenciado também é vestígio no processo de investigação. Por isso, estudar as propostas do CEUEP em oposição às narrativas produzidas pela imprensa, dando voz às demandas do Viva Rio, acaba se revelando uma importante estratégia de análise. Assim, entendemos que a repressão para o antagonismo social pode se inscrever no imaginário social numa dinâmica semelhante à da morte em Vovelle:

*O discurso pode ser um reflexo não da mobilidade mas da inércia dos sistemas em jogo (...). Poderia se dizer, simplificando ao extremo, que na idade contemporânea, o imaginário coletivo, liberado dos quadros tradicionais em que estava encerrado, conduz a proliferação de mensagens pelas quais, direta ou indiretamente, a morte se inscreve nas representações coletivas. Atualmente, o discurso livre sobre a morte deve ser procurado nas fontes mais diversas veiculadas pelos mídia: na canção, rádio, televisão, filme, romance de folhetim, fotonovela, publicidade e história em quadrinhos (*Idem*, p. 142).*

Ao referir-se à questão das representações coletivas (conscientes ou inconscientes), rendendo tributos a Ariès, Vovelle indica que “Ele postula uma aventura autônoma, não do espírito, mas do nível de consciência onde se encontram os sonhos [Real], o imaginário [Imaginário], as representações [Simbólico] que os prolongam, as atitudes e os gestos que os exprimem e os ritos que os cristalizam” (*Idem*, p. 147, colchetes nossos). Em nossa avaliação, Ariès estaria assumindo, ainda que não deliberadamente, a perspectiva psicanalítica de Lacan, onde a relação entre o Real, o Simbólico e o Imaginário serviria de suporte para a

compreensão da ação política dos atores sociais. Também concordamos com Vovelle quando o autor argumenta que o imaginário coletivo não pode ser compreendido numa aventura autônoma. Por isso preferimos trabalhar com a perspectiva de que o imaginário se conecta ou se interpenetra com as condições sociais de um dado momento histórico. Porém, quando Ginzburg afirma que “é justamente graças à literatura de imaginação que o paradigma indiciário conheceu nessa época um novo, e inesperado, destino” (*Op. cit.*, p. 168), julgamos que o autor italiano nos fornece uma importante pista para o desenvolvimento do nosso trabalho: as sensações, as emoções, os afetos, os sentimentos são elementos estruturadores da formação de um imaginário, que orienta a ação política. Portanto, as fantasias (o poder transcendental da imaginação, que supera a realidade e mistura-se a ela) – como fruto da imaginação, e também da realidade introspecta – orientaram ações concretas nos atores sociais na contemporaneidade.

2 – Imaginário Social: uma instância sobre a qual é preciso conquistar o controle

Nesse segundo capítulo, estaremos realizando uma discussão em torno do eixo temático chamado *Imaginário*. Este é o espaço onde estamos estabelecendo uma reflexão mais ampla em torno deste conceito e de sua relação com as sensações, os afetos, os sentimentos. Vamos abordá-lo a partir das contribuições da psicanálise, sobretudo a freudiana e a lacaniana, para evidenciarmos o processo de difusão da ideologia dominante. Em nosso horizonte está a perspectiva de como a formação do imaginário orienta a produção cultural, o que buscamos é apontar como uma dada ideologia ganha o conjunto da sociedade, sobretudo pelo papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa. Como abandonamos definitivamente a noção de passividade do público leitor-receptor, temos que complexificar a reflexão, tentando mostrar que mecanismos sociais estariam a influenciar determinadas representações de mundo. Nesse sentido, nos parece igualmente proveitosa a noção de protocolo de leitura como uma possibilidade concreta de estabelecimento de uma forma média de responder aos estímulos produzidos pelos meios de comunicação.

Os protocolos de leitura¹²¹ representam uma senda aberta nesse processo de compartilhamento de um dado saber no contexto da sociedade. Na verdade, os veículos de informação construiriam, a partir de determinados mecanismos de produção das narrativas, uma aproximação entre a experiência humana e a contada nas páginas dos periódicos – ou seja, entre a realidade e a ficcionalidade. Desse modo, é muito interessante observar como o apelo às sensações e aos sentimentos tem sido, pelo menos ao longo do século XX, uma importantíssima estratégia de interlocução entre os meios e sociedade. Assim, os protocolos de leitura funcionariam como chaves-de-leitura (mais ou menos homogêneas) entre a narrativa jornalística e a sua leitura, sem perdermos de vista que tal narrativa se assenta sobre a verossimilhança, pois o texto jornalístico, apesar de reivindicar o estatuto de verdade, é uma peça ficcional, ou aquilo que pode vir a ser – o verossímil. Portanto, a narrativa jornalística é concebida para que o leitor empregue o sentido sobre ela, no entanto os protocolos fornecem

¹²¹ Estamos partindo da proposta teórica de Chartier (1996) para quem os protocolos de leitura representam “senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido” (p. 95). Será a partir dessa concepção que Véron (1981) proporá a de *Contrato de Leitura* para analisar os textos midiáticos a partir da relação que se estabelece do texto com o receptor. Diante da homogeneização dos conteúdos e dos suportes impressos, baseando-se na teoria da enunciação, o semiólogo argentino se deterá sobre o que diferencia um suporte dos seus concorrentes, ou seja, “as modalidades do dizer”. Ainda que não possamos prescindir da noção de *Contrato de Leitura*, optamos por trabalhar com a de *Protocolos de Leitura* em função do direcionamento não ser produzido sempre de forma consciente.

as chaves para que tais sentidos sejam empregados de forma mais ou menos semelhantes. A essa forma mais menos semelhante de compartilhamento de sentidos, avaliamos que o instrumental da psicanálise se revele oportuno. Na verdade, não estamos tomando a psicanálise como instrumental de análise clínica, mas como instrumental de análise social, uma vez que entendemos que aquilo que é recalcado no inconsciente é fruto da própria dinâmica da sociedade.

Tão importante quanto os protocolos de leitura, os conceitos de Memória e Projeto nos parecem particularmente úteis, sobretudo se assumirmos que o imaginário se constrói a partir de um jogo dinâmico entre memória e representação. Para nós, a construção da memória caminha lado a lado com o projeto que se quer estabelecer. No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, foi posto em desenvolvimento um projeto de nação capitaneado pela burguesia. Nesse sentido, a forma como o antagonismo social foi *memorizado* tem produzido efeitos na conformação da nossa sociedade. Um dos aspectos essenciais desse processo é que, nas abordagens tradicionais sobre a memória, o esquecimento tem ocupado (quando acontece) um lugar marginal. No entanto, não podemos trabalhar com a memória sem a remissão ao esquecimento, sobretudo porque, sob nosso ponto de vista, os meios de comunicação têm se revelado “senhores da memória” (mas também do esquecimento) à medida que tiram o foco de aspectos essenciais da nossa história, oferecendo explicações (a partir do que é lembrado e de como deve ser lembrado) simplificadas sobre o fenômeno social: a criminalidade existe porque existe pobreza, por exemplo.

É oportuno ressaltarmos que a memória é trabalhada como sendo um esforço do presente. Ou seja, aquilo que lembramos, lembramos no presente com vistas a uma ação futura. Assim, fica evidenciado que o que deve ser lembrado guarda estreita relação com o projeto que se está desenvolvendo. Antes, porém, é importante que enfatizemos que a alternância de projetos não elimina aquilo que foi recordado e a maneira como foi recordada, sobretudo porque o direcionamento dos projetos de sociedade tem sido dirigido pelas nossas elites. Entretanto, o que temos observado do processo histórico brasileiro é que, a despeito da capacidade de resposta dos indivíduos, como trata-se de um jogo de disputas assimétrico, a condução dos projetos tem estado a cargo dos detentores do poder. Na contemporaneidade, a liderança de projetos não está estritamente nas mãos dos dirigentes políticos (e esse é um ponto essencial da nossa pesquisa), mas nas lideranças formadas a partir de um amálgama entre aqueles que têm apontado o que é culturalmente superior ou inferior, utilizando o campo da cultura como estratégia de distinção social – por exemplo, entre ler um jornal sério e um

sensacionalista. E é aí que os meios de informação aparecem como agentes centrais. Como isso pode ser datado, apagam-se as marcas desse processo através de um esquecimento memoravelmente produzido.

Ao nos propormos refletir sobre como o imaginário estaria a orientar o pensar, o agir e o sentir, inevitavelmente teremos que visitar os trabalhos de Freud, e principalmente os de Lacan, afim de que as contribuições da psicanálise possam nos auxiliar na utilização do Método Indiciário. Estaremos especificamente debruçados sobre as questões suscitadas pela tríade lacaniana (RSI) onde o Real (R) deve ser capturado como tradutibilidade do inconsciente; o Simbólico (S), como forma de operar do inconsciente; e o Imaginário (I), como possibilidade da identificação/projeção, e como essa mantém relações próximas com a trílice *mimese* de Paul Ricoeur. Assim sendo, nossa tarefa será a de tentar capturar aquilo que está interdito, meio-dito, não-dito, na decifração da ideologia, isso porque, pela hipótese proposta, repousaria sobre o significante o grande embate ideológico. Desse modo, uma vez que o antagonismo social pode ser percebido na luta pela fixação de significados para determinados significantes, podemos olhar a cadeia formada pelo RSI e perceber o quanto o imaginário é socialmente construído.

2.1 – Protocolos de leitura e a possibilidade das sensações direcionarem a recepção

Nossa problemática tem se desenvolvido no sentido de apontar que o antagonismo social, ou a luta de classes como nomeou Marx, está presente não no campo estrito da política, mas no da cultura, este entendido em seu sentido mais amplo. Assim, estamos concebendo Cultura como arena de disputas e conflitos, mas também como espaço de mediação e de hibridização, de produção de sentidos e de significados. Ao pensarmos a Cultura como espaço de produção de sentidos e de significados, é fundamental que compreendamos que essa busca por produzir sentidos revela em si mesmo uma disputa por produzir memória, identidade e projetos. Ou seja, o que estamos buscando apontar é o caráter processual (sempre circular) da dinâmica cultural. Quando pensamos no caráter processual e circular da cultura, nosso objetivo é não perder de vista o jogo complexo que existe entre conter e resistir, entre negação e sedução dentre os grupos sociais. Na verdade, o que estamos querendo é fugir da dicotomia

simplificadora entre cultura popular *versus* cultura erudita, visando uma problematização do conceito.

Inicialmente, vamos nos deter sobre a *ilusória* oposição entre o Romantismo alemão e o Iluminismo francês. Denominamos *ilusória*, pois, apesar da perspectiva universalista desse e da nacionalista daquele, é justamente a partir da construção do lugar do popular que ambos vão se aproximar, mantendo uma relação de ambiguidade. Para os românticos, assim como para os iluministas, o lugar do popular é marcado pela *falta*: de autenticidade, no caso dos primeiros; de ilustração, para os franceses. Nesse sentido, os dois projetos vão se assentar na falta provocada pela autenticidade perdida (Cultura) e na falta que produz ignorância (Civilização). Mas, disso trataremos de forma um pouco mais detalhada adiante. O que nos interessa aqui apontar é que tanto o projeto iluminista quanto o romântico produziram sistemas de distinção/classificação que relegaram à chamada cultura popular o lugar do inculdo e do incivilizado. Dessa maneira, nossa reflexão se desenvolve a partir da distinção produzida na passagem do séc. XVIII ao XIX, tendo em vista os projetos de nação que ali se gestavam e o lugar que as sensações deveriam ocupar nessa nova configuração social.

Antes de adensarmos a discussão em torno da relação entre cultura-sensações-projetos, é necessário que façamos mais algumas observações. Nosso ponto de partida, de um lado, é o do surgimento do conceito de cultura (XVIII-XIX), como um conceito da modernidade, inserindo-o no processo histórico das transformações sociais, sobretudo a partir da invenção da eletricidade, das inovações tecnológicas (comunicação e transporte) e dos adventos das metrópoles; de outro (e estabelecendo as conexões com o Capítulo 1), o lugar ocupado pelo sensacionalismo (ou pelas sensações) nas produções discursivas midiáticas do século XX, no Brasil. Ou seja, queremos realizar um duplo movimento para tentarmos compreender as especificidades e as transformações pelas quais as sensações (e por extensão, a noção de sensacionalismo) vão passar ao longo do processo que se põe em movimento com a instauração da ordem burguesa em nosso país. Para nós (e essa é uma das hipóteses centrais da nossa pesquisa), é a modernização conservadora produzida pelo amálgama de dois projetos de nação (o iluminista e o romântico) que produzirá o antagonismo social sobre o qual nos debruçamos.

Assim, antes de passarmos a um exame um pouco mais detido sobre a questão da cultura, é interessante visualizarmos o processo de expansão do capitalismo industrial, na passagem do século XVIII para o XIX, e o impacto que o mesmo produziu na cena pública. Em *O declínio do homem público* (1988), Sennett traça um interessante panorama sobre como

o capitalismo industrial vai produzir transformações nas personalidades e atitudes do homem do século XIX. Evidentemente que outras obras e outros autores poderiam servir de pano de fundo para nossa análise. Entretanto, a abordagem do sociólogo ganha importância para nós à medida que os cenários observados são Paris (França) e Londres (Inglaterra), duas poderosas influências no processo de consolidação do Estado brasileiro: no caso da Inglaterra, através do liberalismo importado pelo Brasil no fim do século XIX¹²²; no da França, através dos paradigmas racionalistas-iluministas. Não vamos abordar ponto a ponto as reflexões de Sennett. Antes, interessa-nos perceber as especificidades de uma cidade (cosmopolita) que se estrutura em torno desse capitalismo industrial, mesmo não sendo estritamente uma cidade industrial.

Estamos diante de uma cidade que passa a ser o lugar da problemática social, onde uma cultura dinâmica de troca cede lugar a uma cultura das aparências – cultura do consumo, mais ainda, cultura do consumo das aparências – e que, como aponta Sennett, terá a burguesia se constituindo como a classe crítica. Um dos efeitos que se produz é que “a rotina da vida diária passada fora do *quartier* estava se tornando uma experiência urbano-burguesa; os sentidos de se ser cosmopolita e de se ser membro das classes burguesas passaram, então, a ter uma certa afinidade” (*Op. cit.*, p. 174). Esse cosmopolitismo, associado às transformações do comércio de mercadorias – sai a relação sujeito-sujeito e entra a eu-objeto, com a emergência da loja de departamentos – reconstrói também a relação (que vai se tornando fetichizada) entre os sujeitos sociais. O objeto passa a ser fonte de subjetivação e as relações passam a ser permeadas pelo objeto – agora produzido em escala industrial. É a tal transformação que Sennett se refere ao destacar que “a verdadeira mudança de contexto estava naquilo que comercializavam e administravam: um sistema de mercadorias feitas à máquina e produzidas em massa” (*Idem*, p. 176).

Outro ponto importante na construção social da classe burguesa é a respeitabilidade sobre a qual ela se ergue: através da sorte ou do desígnio, muito próximo ao caráter mítico trabalhado por Durkheim. Como destaca Sennett, “mas a maneira pela qual tendiam a não compreender a ordem industrial é importante, porque revela uma visão fundamental da vida industrial que condicionou todas as atitudes para com o âmbito público: a respeitabilidade burguesa estava fundada na sorte” (*Idem*). Este ponto é importante. Enxergamos nele uma forma de a burguesia se distinguir das demais classes. Apesar do abandono da sacralidade que orientou a Idade Média, a noção de sorte (associada à noção de graça divina), orienta a

¹²² Tal presença do liberalismo inglês no Brasil levou Schwarz (2000) a classificá-la como ideias fora do lugar.

distinção sobre a qual a burguesia vai se constituir¹²³. Evidentemente, o momento histórico se torna propício para a consolidação desse novo modelo de sociedade. O surgimento do transporte também é um precioso impulso nas transformações que até aqui destacamos. Mais ainda, a velocidade que ele imprime extrapola o deslocamento de trabalhadores e mercadorias. Ele, associado à comunicação, altera profundamente a relação espaço/tempo, produzindo, por extensão, transformações quanto ao lugar social ocupado pelos sujeitos: de ator do mundo, esse sujeito passa a consumir a experiência como expectador.

Mudança de atitude, mudança de personalidade. Eis um efeito prático que as novas condições materiais produziram. Consequentemente, alteraram-se também as relações sociais. É interessante perceber como essa *nova* personalidade se desenvolve a partir da distinção eu/demais. Melhor dizendo: sinais que significam e distinguem dos demais. Ou como destaca Sennett:

Uma pessoa conhecia verdadeiramente uma outra entendendo-a em seu nível mais concreto, que consistia em detalhes da roupa, do discurso, do comportamento. Nas roupas e nos discursos da Paris de Balzac, as aparências já não eram mais um distanciamento do eu, mas antes pistas para um sentimento privado. Inversamente, o 'eu' não mais transcendia suas aparências no mundo. Esta era a condição básica da personalidade (Idem, p. 194).

O sistema capitalista vai se servir desta distinção, investindo nos símbolos e nos sinais físicos como possibilidade de comércio (e de lucro). Há, como indica o autor, “uma superposição de imaginário em domínios que, no Antigo Regime, eram mantidos separados”. E continua:

Um vestido, em 1750, não era uma questão de como a pessoa se sentia: era uma marcação (...) do lugar que ela ocupava na sociedade (...) de acordo com regras elaboradas e impessoais. Por volta de 1861, possuir o vestido certo, fosse ele produzido em massa e não muito bonito, levava uma mulher a sentir-se casta ou sexy, uma vez que suas roupas “a” expressavam (Idem, p. 186).

Sennett aponta que o trabalho da propaganda industrial se fez por um ato de *desorientação*, dependente de uma superposição de imagens, que por sua vez foi dependente tanto de um modo diferenciado de produção, quanto de uma crença distintiva sobre a presença universal do caráter humano. Na verdade, antes de representar desorientação, julgamos que a propaganda reorientou as relações numa perspectiva que produziu como efeito

¹²³ Veremos que a noção de dom vai atravessar a constituição de várias das especializações técnicas modernas. O Jornalismo também será permeado por essa lógica, redundando em discussões contemporâneas em torno, por exemplo, da idéia de que a atividade está “no sangue”.

Uma cultura de mobilidade voraz (baseada na distinção), reveladora de uma psique humana totalmente emancipada de obrigações estáveis, deveres, contatos feudais, laços tradicionais. Na cidade, corrupções banais, pequenas crueldades involuntárias, parecendo deslizes insignificantes, tornaram-se absolutos valores morais: não havia mais princípios transcendentais como reis ou deuses para se operarem a essas crueldades. A cidade expunha assim todas as possibilidades da psicologia humana (Idem, p. 196, parênteses nossos).

Portanto, o que a propaganda reorienta é a perspectiva da aparência ser um índice do caráter humano. Tal perspectiva nos coloca em contato com Simmel e a noção de transformação da vida mental que a metrópole permite.

Georg Simmel observa que “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (1979, p. 11). Ou seja, como pode o indivíduo se mover nessa cidade que muda os fundamentos sensoriais da vida psíquica, a cidade moderna? Para o autor, a cidade moderna é uma cidade hiperestimulante. Nessa perspectiva, Simmel parte da oposição rural *versus* urbano, destacando as condições psicológicas que esta cria:

Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai (Idem, p. 12).

O autor, porém, não valora uma cidade em relação à outra. Antes, as distingue. Ao opor comunidade e associação, campo e cidade grande, coletivismo e individualismo, Simmel busca destacar as especificidades que cercam cada uma. Tomemos por exemplo a questão da liberdade. Para o pensador alemão, a metrópole “confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições” (*Idem*, p. 18). Isto é, a sociedade liberta, enquanto a comunidade aprisiona. A comunidade dá visibilidade, expondo, enquanto a metrópole protege, mantendo o anonimato. É o próprio Simmel quem afirma: “não são apenas o tamanho imediato da área e o número de pessoas que (...) fizeram da metrópole o local da liberdade. É antes transcendendo essa expansão visível que qualquer cidade dada se torna a sede do cosmopolitismo” (*Idem*, p. 20). Mas, não podemos perder de vista (e o autor não perde) que há diferenças significativas entre a vida na comunidade e a vida na metrópole, sobretudo no que diz respeito à inter-relação. Como pode então o sujeito se *adaptar* à vida cosmopolita? Como conviver com esse hiperestímulo?

Simmel oferece como resposta o que ele chama de atitude *blasé*: experimentar sensações fortes para, em seguida, anulá-las, construindo, assim, uma segurança psíquica através da recusa do *sensacionalismo*.

Tal intensificação das sensações fortes é observada como inerente à modernidade por Ben Singer. Para o autor, “a modernidade (...) foi concebida como um bombardeio de *estímulos*. Como afirmou Simmel em seu ensaio de 1903, ‘A metrópole e a vida mental’ (...), a modernidade envolveu uma ‘intensificação da estimulação nervosa’. A modernidade transformou os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva” (Singer, 2001, p. 116). A aproximação entre os três autores se dá justamente em função da assunção de que, na modernidade, “o ritmo de vida também se tornou mais frenético, acelerado pelas novas formas de transporte rápido, pelos horários prementes do capitalismo moderno e pela velocidade sempre acelerada da linha de montagem” (*Idem*). Mas, se Sennett toma a modernidade como um conceito sócio-econômico (com mudanças tecnológicas e sociais), Simmel e Singer vão tomar a modernidade como um conceito neurológico (ou psicológico), na mesma direção de Walter Benjamin. Seja qual for o conceito tomado, parece não restar dúvidas quanto ao caráter singular da modernidade para a história da humanidade.

Do que expusemos até aqui, queremos reter a idéia de que a modernidade é hiperestimulante¹²⁴. Como destaca o autor, “revistas cômicas e jornais sensacionalistas observaram de perto o caos do ambiente moderno com um alarmismo dispótico que, em graus variáveis, caracterizou muito do discurso do período sobre a vida moderna” (Singer, *Op. cit.*, 119). É interessante percebermos que há um silêncio do autor quanto aos leitores dessas revistas e jornais sensacionalistas, mas disso trataremos adiante. Tão interessante quanto é a remissão a Benjamin no que diz respeito ao fato de “que medo, repulsa e horror eram emoções que a multidão da cidade grande despertava naqueles que a observavam pela primeira vez” (*Idem*). O sensacional que aparecia nas publicações da época dava conta das transformações produzidas por uma modernidade que desequilibrava e desestabilizava a época precedente. Singer destaca várias publicações que demonstravam uma “predileção por imagens de ‘instantâneos’ de mortes de pedestres, que ressaltava a idéia de uma esfera pública alterada, definida pelo acaso, pelo perigo e por impressões chocantes mais do que por qualquer concepção (...) de segurança, continuidade e destino autocontrolado” (*Idem*, p. 126).

¹²⁴ Singer destaca que a expressão foi cunhada por Michel M. Davis em *The Exploitation of Pleasure*. Nova York, Russel Sage Foundation, 1911, pp. 33-36.

Creemos que Singer consegue capturar o fluxo do sensacionalismo como processo quando aponta que

Os retratos da modernidade urbana na imprensa ilustrada parecem flutuar entre uma nostalgia antimoderna de uma época mais tranquila, de um lado, e uma fascinação básica pelo horrível, pelo grotesco e pelo extremo, de outro. As imagens da imprensa ilustrada eram, paradoxalmente, uma forma de crítica social e, ao mesmo tempo, uma forma de sensacionalismo comercializado, uma parte do fenômeno do hiperestímulo moderno que as imagens criticavam (Idem, p. 132-3).

Mas há outro ponto da reflexão de Singer que é importante para nós. Se “a preocupação da imprensa ilustrada com os riscos cotidianos refletia as ansiedades de uma sociedade que ainda não havia se adaptado por completo à modernidade urbana” (Singer, *Op. cit.*, p. 133), em que medida podemos supor que a noção de crime (e com ela a de criminalidade), na contemporaneidade, tem servido de dispositivo enunciativo (sensacional) por parte da grande imprensa para uma sociedade (no caso, a brasileira) que ainda não consegue lidar com a diferença? Dada a centralidade dessa questão, ela aparecerá com mais ênfase adiante.

Agora, queremos enfocar outro tipo de aproximação entre Sennett, Simmel e Singer. O primeiro destaca que os anos de 1840 foram a primeira grande circulação maciça de jornais. Já Singer, que uma das faces dessa circulação amplificada se erigiu a partir de um sensacionalismo grotesco que vendia jornais, se aproximando de Simmel para quem esse aumento representava os reflexos de uma sociedade hiperestimulante. O que não está dito, mas que aparece implicitamente, é que uma das características desses jornais modernos é falar a um público distinto das camadas mais rurais. Isso poderia passar a falsa impressão de que a imprensa do século XIX se dirigia a uma camada social superior (a urbana), contribuindo para forjar níveis de cultura. O que estamos querendo dizer é que, mesmo antes do século XIX, existiam práticas de leitura pré-modernas que vão atravessar a modernidade, concorrendo com as modernas. Isso pode ser observado, por exemplo, na relação coletiva com os escritos pré-modernos. Ou seja, o que estamos apontando é que a modernidade inaugura outras práticas de leitura que não vão eliminar as precedentes. Em Carlo Ginzburg (1997), observa-se a presença da circularidade e da oralidade na Europa pré-industrial, através da identificação de “uma cultura oral que era patrimônio (...) de um vasto segmento da sociedade do século XVI”, que evidenciava uma circularidade

Entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas, existindo (...) um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de cima para baixo como de

baixo para cima (exatamente o oposto, portanto, do 'conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa' que me foi atribuído por certo crítico) (Idem, p. 12).

A presença de Bakhtin em Ginzburg é fundamental. Se há uma clara ruptura entre o período pré-moderno e o moderno essa se dá com as propostas universalistas do Romantismo onde, depois dele,

A partir da segunda metade do século XIX, o interesse pelo grotesco diminui notavelmente, tanto na literatura como na história literária. Quando se faz alusão a ele, é para relegá-lo às formas do cômico vulgar de baixa categoria, ou para interpretá-lo como uma forma particular de sátira, orientada contra fenômenos individuais, puramente negativos. Dessa maneira, toda a profundidade, todo o universalismo das imagens grotescas desaparecem para sempre (Bakhtin, 1993, p. 39).

Mas, se é verdade que os Românticos relegaram ao grotesco o papel de vida inferior, esvaziando-o da sua função libertadora, de sua função ambivalente, não é menos verdade que o realismo grotesco foi o cimento sobre o qual os jornais do século XIX atraíram seus leitores. Isso nos permite inferir que, mesmo durante o processo de construção da modernidade, a circularidade se fazia presente. Nos periódicos do século XIX, tal como aponta Singer, algumas formas de expressão do mundo popular vão estar presentes através do emprego da linguagem de suas formas e símbolos. Outra característica que merece destaque é que o rebaixamento – outro traço marcante do realismo grotesco – também estava presente nas construções discursivas modernas, transferindo ao plano material o que era elevado, ideal e abstrato. Entretanto, não é só através da oralidade que a circularidade se fazia presente no contexto da modernidade. Existiam práticas de leitura cuja apropriação dos conteúdos veremos a seguir.

Em Chartier (2004), observa-se que, desde o século XVI, os textos e os livros eram destinados a uma civilidade, ocupando o impresso um papel significativo na circulação dos modelos culturais. Porém, e sem que qualquer anacronismo atravessasse suas reflexões, o autor destaca que a apropriação dos conteúdos dos escritos se dava por mecanismos outros que não somente a leitura individualizada. Também não estamos menosprezando o fato de que uma parte considerável dos impressos (talvez a maioria) era consumida pelos clérigos, nobres ou letrados. O que buscamos é lançar luz sobre as formas como os leitores populares se apropriavam deste tipo de literatura. Nesse sentido, o autor oferece um interessante panorama sobre alguns dos mecanismos de apropriação dos impressos. Se tomarmos a educação no Antigo Regime por exemplo, podemos perceber, através de Chartier, a aproximação dos

mercadores com a nobreza pelo fato de seus filhos estudarem juntos¹²⁵. Ao abordar *os manuseios coletivos do impresso*, o historiador francês destaca que uma das principais formas de mediação presente no período pré-moderno é a leitura em voz alta que acontece em alguns lugares sociais, tais como: oficina ou loja de livros, assembléias religiosas, conferindo o caráter de aprendizagem coletiva desse material. Nas palavras do autor, “reunindo homens e mulheres, letrados e analfabetos, fiéis de profissões e de bairros diferentes, os cultos protestantes (...) nas cidades atingidas pela Reforma, são um dos lugares em que se opera em comum a aprendizagem do livro” (*Idem, Op. cit.*, p. 101).

Outro lugar social de apropriação eram as confrarias. Nelas, há a presença de peças que acompanham gestos festivos. Apesar de não fazê-lo claramente, cremos que Chartier se aproxima bastante da reflexão bakhtiniana sobre Rabelais, ao reconhecer o carnaval como um espaço de aculturação pelo escrito. Não que Bakhtin faça qualquer menção à idéia de aculturação em Rabelais. Porém, a partir da perspectiva da teatralização da vida, da inversão, da libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, é possível que esse “segundo mundo”, essa ambivalência oferecida pelo rebaixamento, represente de fato um lugar social onde as trocas aumentem¹²⁶. Mas, nos concentremos um pouco mais em uma das formas de apropriação do impresso, descrito por Chartier: os cartazes. Os cartazes, mas principalmente os avulsos e os pasquins, vão representar um importante instrumento de publicização dos conteúdos impressos, publicização essa que vai desaguar nos jornais modernos. É o próprio Chartier quem argumenta que

Nos séculos XVI e XVII, sob formas diversas, que quase sempre autorizam uma dupla leitura, a do texto e a da imagem, a imprensa difundiu amplamente um material tipográfico abundante, destinado a ser fixado, colocado nas paredes das casas e das igrejas, dos quartos e das oficinas. É fora de dúvida, portanto, que desse modo, ela transformou profundamente uma cultura até então privada do contato com o escrito. Semelhante modificação, que tornava familiar o escrito impresso, necessário para a plena compreensão das imagens que eram mostradas, foi certamente decisiva para que uma alfabetização urbana, ao mesmo tempo forte e precoce, criativa, a prazo, fosse levada de um mercado popular para o livro (Op. cit., p. 113).

Gostaríamos também de nos determos com um pouco mais de atenção sobre dois pontos destacados por Chartier em *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*: o Pasquim e a Biblioteca Azul. Para nós, a formação de uma estratégia discursiva assentada no

¹²⁵ Situação análoga é a de Menocchio em *O queijo e os vermes*, onde Ginzburg mostra como o moleiro se apropriava dos conteúdos discursivos que circulavam no Antigo Regime.

¹²⁶ Não percamos de vista que Rabelais, assim como outras referências importantes, como Maquiavel, faziam parte de uma lista de leituras que circulam no período pré-moderno.

sensacionalismo presente na contemporaneidade se alicerça, principalmente, sobre esses dois pontos. No caso dos pasquins, é interessante destacarmos, primeiramente, a padronização e a regularidade de suas tiragens, sem, é claro, desprezarmos o fato de que as elites urbanas consumiam o seu conteúdo editorial. Apesar de Chartier trabalhar com os primórdios da circulação e do consumo em larga escala de textos impressos, a tentação de comparar com a grande imprensa brasileira é grande. Como ressalta o autor, “para além dessas edições camufladas como novidade, é toda a escrita dos pasquins que se abastece num limitado repertório de intrigas e faz uso de um número restrito de fórmulas narrativas”. E continua: “Entre as 517 edições de pasquins (...) seis motivos predominam: os crimes e as execuções capitais (89 edições), as aparições celestes (86), os feitiços e possessões diabólicas (62), os milagres (45), as inundações (37), e os tremores de terra (32)” (*Idem*, p. 115). É interessante observarmos que, em larga medida, já encontramos nos pasquins a presença do sensacionalismo. Para nós, não é outra coisa que o autor quer dizer quando afirma que o pasquim “alimenta as *imaginações cidadinas* com narrativas em que o excesso, seja ele o do desregramento moral seja o da desordem dos elementos, e o sobrenatural, miraculoso ou diabólico, rompem com o ordinário do cotidiano” (*Idem*, grifo nosso).

Antes de darmos especial atenção à idéia de narrativa onde há a presença do excesso, abordaremos o segundo ponto que destacamos no parágrafo anterior: a Biblioteca Azul. Ela é fundamental para o desenvolvimento das modernas estratégias de narrar em função da tradutibilidade do texto literário e sua massificação. Acompanhando essa massificação do texto literário, outro aspecto bastante interessante é que “desde seus inícios a Biblioteca Azul é, antes de tudo, uma fórmula editorial suscetível de difundir textos de natureza muito diferentes” (*Idem*, p. 118). Medicina, astrologia, livros técnicos, eram os temas do período pré-moderno; economia, política, internacional, meio ambiente, são os contemporâneos. Tal como acontece no século XXI, esse texto produzido em larga escala, para consumo também em larga escala, mantém o aspecto daqueles editados à época da Biblioteca Azul. No entanto, há características que marcam os jornais da grande imprensa que são o caráter individual das leituras, bem como a distinção em possuí-lo e lê-lo. Nesse sentido, o jogo entre produção-distribuição-consumo continua, tornando-se, entretanto, o consumo um poderoso signo de distinção social. Como efeito, o que a Biblioteca Azul introduz com sua estratégia editorial é um sistema de classificação cultural dos produtos, de um lado; e um novo desenho das fronteiras culturais, de outro. No entanto, será a partir de reconfigurações de matrizes da cultura popular na modernidade que o desenho dessas fronteiras se tornará mais evidente.

Mas, antes de tratarmos de tais matrizes, vamos tentar estabelecer algumas distinções que serão importantes para o desenvolvimento de nossas idéias. A primeira é que só é válido pensar em sensacionalismo a partir da modernidade, ou, melhor dizendo, a partir dos instrumentos modernos de consolidação da sociedade que se produzem a partir das transformações da comunidade em direção à sociedade. Evidentemente, e disso já falamos anteriormente, essas transformações são aceleradas pelo advento da eletricidade e dos transportes. Assim, é no século XIX que se condensam os processos de industrialização, tecnologia e urbanização. Não menos importante é a distinção que a emergência da modernidade conferirá a partir do dualismo razão/emoção, produzindo, por extensão, o dualismo alto mundo/baixo mundo. Esse é o contexto onde as matrizes do melodrama e do folhetim, assim como do *fait-divers*, se conformaram. O século XIX é o momento histórico onde busca-se apagar os vestígios da circularidade, da polifonia dessas matrizes, que são processuais. Mas, será que tais vestígios são mesmo apagados?

Ao bipolarizar a cultura a partir do dualismo cultura popular *versus* cultura erudita ou alta cultura *versus* baixa cultura, o que o projeto iluminista negligenciou foi o fato de que o popular é ao mesmo tempo o lugar do vulgo e da mediação. Vamos convocar Barbero para desfazer um engano histórico acerca de processo de modernização racionalista. Para ele,

O processo de enculturação não foi em nenhum momento um processo de pura repressão. Já desde o século XVII vemos pôr-se em marcha uma produção de cultura cujos destinatários são as classes populares. Através de uma 'indústria' de narrativas e imagens, vai-se configurando uma produção cultural que de uma vez medeia entre e separa as classes. Pois a construção da hegemonia implicava que o povo fosse tendo acesso às linguagens em que ela se articula. Mas nomeando ao mesmo tempo a diferença e a distância entre o nobre e o vulgar, primeiro, entre o culto e o popular, mais tarde. Não há hegemonia – nem contra-hegemonia – sem circulação cultural. Não é possível algo de cima que não implique algum modo de ascensão do de baixo (Martin-Barbero, 2001, p. 154).

Assim, não podemos deixar de pensar em uma associação do sensacionalismo a uma idéia de democracia, ao incluir o povo no processo de produção da cultura. Ao forjar o dualismo razão/emoção, o projeto iluminista relegou ao segundo o espaço dos excessos, dos sentimentos, das sensações. Mas, ao fazê-lo, conferiu às classes populares um papel importante na dinâmica social. Não sem muito embate, o que as classes altas possibilitaram foi o acesso do povo aos mesmos mecanismos que as permitiam se estabelecer como classe dominante. Barbero novamente nos chama a atenção para a presença de uma produção cultural que sendo destinada ao vulgo, ao povo, não era pura *ideologia*, já que não só abre às

classes populares o acesso a cultura hegemônica, mas confere a essas classes a possibilidade de fazer comunicável sua memória e sua experiência. E continua:

Certo de que não podemos deixar-nos enganar pelo léxico, pois a sintaxe dessa cultura já não é a popular, mas é o próprio asco e desprezo das classes altas por ela o que nos assegura que ali não há só imposição e manipulação: para manifestar-se culturalmente a classe hegemônica não teve outro remédio senão designar a outra e sua cultura (Idem, Ibidem).

A análise de Barbero é fundamental para a compreensão do jogo que se estabelece a partir da modernidade. Se é ilusória a distinção entre alta e baixa cultura, é necessário que se desenvolva uma série de estratégias de conformação do que pertenceria a um campo ou ao outro. É nesse ambiente que o excesso e a contenção emergiram como parâmetros de classificação entre os níveis de cultura. Esse é o contexto em que se associa o melodrama, sobretudo em função do seu caráter excessivo e da sua relação com o carnavalizado, a um gosto estritamente popular. Vejamos algumas características fundamentais do melodrama tomadas a partir de Barbero, mas também de Baltar (2006): excesso; identificação/projeção (catarse); justiça; dramatização; música; fatalismo; esquematização maniqueísta; hibridização de gêneros; emotividade (sensações), em oposição à razão; estrutura sintática/gramática própria; presença de mitos, arquétipos, estereótipos, oposição público *versus* privado; pedagogia moral. O melodrama, pela forma teatral, pela forma dramática que o compõe no século XIX, vai ser identificado como o espetáculo popular, o que para Barbero representaria o povo em cena. Ou, melhor dizendo, o melodrama representaria um lugar de chegada de uma memória narrativa e gestual e lugar de emergência de uma cena de massa.

Tais características do melodrama aparecem refletidas na estrutura destacada por Barbero (*Op. cit.*, p. 174):

4 sentimentos	4 situações /sensações	4 personagens	4 gêneros
Medo	Terríveis	Traidor	Romance de ação
Entusiasmo	Excitantes	Justiceiro	Epopéia
Dor	Ternas	Vítima	Tragédia
Riso	Burlescas	Bobo	Comédia

Quanto ao melodrama, gostaríamos de fazer ainda duas considerações. A primeira diz respeito à esquematização da estrutura dramática apresentada por Barbero. A partir dessa estrutura, assentada no jogo entre excesso e contenção, associada ao grotesco (o grotesco bakhtiniano – carnavalizado), outras matrizes, como destacou Enne (2006; 2007) serão tributárias do chamado melodrama canônico (excessivo e pedagógico): o romance romântico, o romance gótico, o “romance negro” / *noir*; a literatura fantástica (de terror e de horror), a

literatura policial e a literatura erótica e pornográfica, além do folhetim e do *fait-divers*. Essas matrizes merecem um pouco mais de atenção, pois, via de regra, estarão presentes na produção discursiva da imprensa na passagem do século XIX para o XX. No entanto, serão o folhetim e o *fait-divers* os principais responsáveis pelo processo de massificação dos jornais.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar é a possibilidade de construção de uma memória, de um imaginário, que o melodrama oferece. Mais uma vez recorreremos à Barbero. Diz o autor:

A efetividade da encenação [melodramática] se corresponderá com um modo peculiar de atuação, baseado na fisionomia: uma correspondência entre figura corporal e tipo moral. Produz-se aí uma estilização metonímica que traduz a moral em termos de traços físicos sobrecarregando a aparência, a parte visível do personagem, de valores e contra-valores éticos. Correspondência que é coerente com um espetáculo em que o importante é o que se vê, mas que por sua vez nos remete a uma forte codificação que as figuras e os gestos corporais têm na cultura popular, e da qual os personagens da commedia dell'arte, os arlequins e polichinelos, são a expressão (Idem, p. 173).

Essa observação do autor nos parece muito instigante, mas, principalmente, muito rica se refletida à luz dos discursos da imprensa ao longo do século XX. Uma das noções centrais à nossa pesquisa é a de crime e de criminoso (que variou ao longo daquele século). Ela ganha densidade se a pensarmos na perspectiva de uma construção do imaginário social.

Em *Criminologia e Subjetividade no Brasil*, Rauter (2003) realiza um fecundo trabalho onde apresenta os paradigmas da criminologia em nosso país. Na história da criminologia descrita pela autora, a primeira aliança que assistimos é entre o Judiciário (penal) e a medicina (disciplinar). Na verdade, estabelece-se uma relação direta entre doença e crime. As propostas dos nossos juristas vão estar impregnadas das idéias do médico italiano Césare Lombroso, onde a anormalidade do criminoso é relacionada com suas características físicas. Mas, as teorias de Lombroso passam a ser observadas por outro prisma, os criminosos passam a ser vistos como *anormais morais*. Nesse momento histórico, o que percebemos é uma passagem do *mal oculto* (característica intrínseca ao criminoso) da forma física para o comportamento. Ou, nas palavras de Rauter: “A anormalidade, a tendência para o crime, pode agora ser reconhecida em hábitos de vida, em comportamentos considerados anti-sociais. Ela não se expressa mais na fisionomia, mas numa tendência detectável pela argúcia do criminólogo” (*Idem*, p. 34).

Dessa forma, começa-se a desenhar duas noções centrais à criminologia: periculosidade e temibilidade, estabelecendo-se, a partir desses parâmetros, os ajustes à noção

de crime e à definição do criminoso, opondo-se categorias como normal / anormal, homem honesto / homem criminoso. Ou seja, assiste-se, no início do século XX, o embate entre as leis liberais e as leis repressivas. Estas visavam à eliminação do criminoso moral, uma vez que não se via a possibilidade de cura desses indivíduos. Como já exploramos a forma como a noção de crime e de criminoso se desenvolveu ao longo do século passado (Borges, 2006), nos parece uma hipótese plausível a de que a imprensa possa – a partir de um amálgama produzido dentro das páginas dos periódicos entre a encenação melodramática e a noção criminológica de perigo moral – influenciar decisivamente na construção de um imaginário acerca dos lugares sociais da elite e do povo. É exatamente desse tipo de construção que falamos quando olhamos para notícias como as que aparecem no capítulo anterior (notas 73 e 74).

Nós voltaremos a essa perspectiva da imprensa como um paradigma de construção do imaginário social. Antes, porém, gostaríamos de abordar o processo de transformação do folhetim por entender ser esse não só um gênero herdeiro direto do melodrama, mas também um filho do jornalismo de massa do século XIX. Dentro dessa ótica, trabalho interessante é o de Meyer (1996) para quem o folhetim passou por transformações que redundaram no seu caráter pedagógico. Para a autora, o folhetim pertence ao mesmo campo semântico do melodramático, do folhetinesco, do sentimentalismo, das lágrimas, das “emoções baratas”, dos suspenses e reviravoltas, da linguagem retórica e chapada, com personagens e situações estereotipadas que marcam os gêneros populares do século XIX e que apareceram atualizados no Rocambolesco. Da ascensão do gênero, com Eugène Sue e Alexandre Dumas, passando pelo Rocambole, até a sua fase realista, é oportuno destacarmos o quanto o folhetim servirá à moral burguesa como um projeto moral e pedagógico.

Não queremos causar a falsa impressão de que a burguesia proporciona essa transformação do folhetim com vistas à implantação de um projeto de sociedade. Evidentemente que outros fatores (como a urbanização) vão interferindo na transmutação do gênero. No entanto, não é menos verdade que, uma vez aumentada a popularização do gênero, a burguesia se serve dele como um poderoso difusor de suas concepções. Meyer nos dá uma pista do quanto o folhetim vai se adaptando às novas exigências do *mercado*. Nas palavras dela, “esse modo de composição parece ter sido tão comum que o encontramos acintosamente recomendado pelos diretores de jornal e tranquilamente utilizado pelo autor” (*Idem*, p. 165). Porém, é tão verdade que essas exigências mercadológicas interferiram poderosamente na construção de um projeto de civilização, servindo ao projeto burguês, que

Achataram-se as classes perigosas, não há mais aquela aura terrível que marcava os 'selvagens da civilização' da década anterior, que frequentavam antros obscuros e mal iluminados nas cercanias de Notre Dame ou nas ainda selvagens, desertas e sombrias ilhas e margens do Sena, onde reinavam os terríveis piratas de água doce sob as ordens da Loba. É que a 'civilização' chegou: a luz ilumina profusamente os antros e as ruas onde aumentou a polícia (Idem, p. 170).

Ao falar do folhetim (romances da vida), é apropriado lembrarmos algumas convergências que se dão a partir de um cenário sócio-histórico da Europa (passagem do XVIII para o XIX), tentando perceber as aproximações com o Brasil (XIX-XX). A Europa passa por transformações em função do processo de industrialização e das inovações tecnológicas. É um momento histórico onde, frente a essas novidades, o ambiente urbano vai se dividir entre prazer/projeção e medo/repugnância. A modernidade vai ser o contexto que fornecerá os temas para sua própria contestação. A questão da alteridade, da preocupação com o Outro vai estar no centro da ambiguidade que marca a aparente oposição racional *versus* emocional. Será no século XIX que a sensação, a emoção, o sentimento comporão o corolário do qual emergirá a “literatura de sensibilidade”, literatura essa onde as reapropriações e mestiçagens de outros gêneros ocorrem.

O *ethos* romântico se apropria do popular para contestar o racionalista iluminista. No entanto essa apropriação vai, como consequência, reconfigurar o lugar do popular. Mas, o que parece ser um pouco negligenciado por uma leitura *racionalista* da modernidade é que esse momento histórico não põe um fim no que o precedeu, do ponto de vista do fim de algo que existiu para a criação de algo novo. Se o parâmetro for a construção discursiva, pode-se até admitir que isso aconteça. Entretanto, a prática é muito mais dinâmica e dialética. Chamamos a atenção para esse aspecto, pois se há mestiçagens dos gêneros é porque há também mestiçagens, hibridizações dos indivíduos. O paradigma racionalista não afastou os sujeitos de seus sentimentos, de suas sensações, de seus lugares de medo. Se levarmos em conta esse novo ambiente (o urbano), as transformações nele produzidas não são suficientes para a produção de um novo imaginário. Assim, as novas matrizes podem, simultaneamente, ser fluxo e resistência.

Na modernidade, assim como na contemporaneidade, a ambiguidade entre razão e emoção é uma marca indelével. Primeiro não há como falar de uma oposição estrita entre o projeto iluminista e o romântico, sobretudo porque a categoria popular precisou ser inventada para que fossem forjados níveis de distinção. Na verdade, não há como expulsar as emoções, tampouco como se voltar contra a racionalidade. Assim, essas matrizes reconfiguradas, a

partir do século XIX, vão se assentar nessa tensão entre uma resposta física e uma resposta psíquica frente ao novo. Uma questão que parece ser central é a questão da alteridade: temos medo, mas ainda assim desejamos o outro¹²⁷. Um Outro que, principalmente a partir da modernidade, tem classe social, gênero, localização geográfica, etc. Há mais um elemento importante presente nessas novas matrizes, que é o rebaixamento que se dá, sobretudo, através do corpo. O corpo (um corpo sensorial) será mecanismo de subversão do modelo iluminista/racionalista. Evidentemente que todas essas matrizes vão manter uma relação direta com a expansão do mercado editorial, por um lado, e com as múltiplas formas de apropriação desse conteúdo, por outro.

Até aqui mapeamos a construção dicotômica entre o racional e as sensações e, além disso, como as sensações foram parar nos periódicos que circulavam no século XIX. Verificaremos então como essa apropriação das emoções e dos sentimentos, por parte dos impressos, se dá no contexto brasileiro, no final do século XIX, mas principalmente, ao longo do século XX. Mas, como um dos elementos que estão em jogo na nossa proposta é a construção de um imaginário que vai servir de repositório para a narrativa jornalística, vamos construir nosso argumento fazendo um movimento retrospectivo. Ou seja, vamos partir de análises contemporâneas sobre a imprensa brasileira para, em seguida, jogarmos luz sobre a transição do Império à República, uma vez que, para nós, é esse o momento histórico em que começa a ser gestado o projeto burguês.

No Capítulo 1 já havíamos iniciado a discussão em torno da presença do sensacionalismo na narrativa jornalística contemporânea. Com Duarte (2004) pudemos observar o sensacionalismo permeando o conteúdo da chamada imprensa informativa (em oposição à sensacionalista), através do recurso ao *fait-divers* como um elemento persuasivo – o que configura o leitor como um agente ativo na medida em que os periódicos percebem a necessidade de seduzi-lo. Com Pedroso (2001, p.09), que os jornais produzem um discurso informativo sedutor a partir de “uma gramática discursiva, coletivamente construída (...) caracterizada pela reificação/exacerbação de modelos sociais já sedimentados no imaginário social”. Já em Enne (2005, p. 01), que a narrativa jornalística é construída dentro de um fluxo de memórias e identidades. Ou seja, o que tais autores evidenciam é a importância do imaginário social na produção narrativa da imprensa.

Ainda que Duarte e Pedroso centrem suas análises em momentos históricos bem definidos (anos 1990, no caso do primeiro; anos 1980, no do segundo), quando olhamos para

¹²⁷ Esse Outro (moderno) é emergente do processo de urbanização/modernização.

os últimos 80 anos podemos perceber que o apelo às sensações é um processo de longuíssima duração. Esse, inclusive, é o sentido de propormos o deslocamento da noção de imprensa sensacionalista para a de narrativa sensacionalista, por se tratar antes de uma estratégia discursiva que mescla realidade e ficção. Ao analisar o caso “Mão-Branca”, Enne aponta o quanto o universo na narrativa jornalística se envolve com os protocolos de leitura do público receptor, mantendo a continuidade do fluxo sensacional. A noção de protocolos de leitura, nesse sentido, acaba sendo preponderante para nós, uma vez que seria por seu intermédio que a imprensa construiria/reificaria o imaginário social.

Dentro do que apontamos até aqui é interessante que destaquemos alguns pontos. O primeiro diz respeito ao “Mão-Branca” como um personagem que foi símbolo de um período em que a prática do extermínio foi quase institucionalizada (ditadura militar). Associado ao primeiro, mas não estritamente, é que o imaginário atravessa a existência do periódico *A* ou *B*. Em terceiro lugar, o fato de que os leitores se apropriam dos conteúdos discursivos dos jornais. Seria então factível pensar que os impressos, a partir da aceitação de um determinado projeto de sociedade, contribuem para a formação de um imaginário, que é cultural, construindo memória e identidade. É onde nos interrogamos: é possível o direcionamento da recepção? Não estamos pensando num total condicionamento dessa recepção, pois não excluimos o papel de agente dos sujeitos sociais.

Já mencionamos que não coadunamos com a idéia de um público receptor passivo que seja manipulado pelos meios de comunicação. Mas, não é menos explícito que os leitores, ao lerem uma informação, se apropriam dela de forma mais menos semelhante. Isso se torna possível a partir de uma perspectiva aberta pela noção de protocolos de leitura, que funcionariam a partir de uma espécie de saber compartilhado, que estamos compreendendo como imaginário. Ao se questionar sobre o interesse despertado pelas notícias sensacionais, Siqueira percebe a partir de Barbosa “que as tragédias diárias transportam para aqueles textos uma cidade real, composta de lugares e personagens identificáveis (...) A edição fantasiosa, entretanto, deve ser apresentada dentro de determinados parâmetros, em que a verossimilhança é o principal deles” (2002, pp. 68-69). Ao mencionar que as referências simbólicas da cultura popular serviram para que líderes populistas manipulassem tais referências com vistas à disseminação de um conteúdo político, evidencia-se mais uma vez a relação entre imaginário e projeto político.

Há dois pontos que gostaríamos de continuar desenvolvendo a partir do trabalho de Siqueira. O primeiro é a relação entre imprensa e política que, nos casos trabalhados pela

autora, demonstra a relação entre imprensa e sensacionalismo, ou ainda, entre sensacionalismo e populismo. O segundo ponto é a remissão à verossimilhança encontrada nas reflexões de Barbosa sobre as sensações. Em “*Tragédias*” *apaixonam a cidade* (Barbosa, *mímeo*), vamos perceber o caráter transitório do primeiro ponto e o permanente do segundo. Ou seja, a partir dessa obra, observa-se que, até o final dos anos 1940, não havia a distinção produzida pelo jornalismo americano entre uma imprensa dita séria e uma sensacionalista. Na verdade, era muito comum o apelo às sensações nos periódicos brasileiros. Porém, não é menos factual que o recurso ao verossímil vem sendo utilizado como estratégia de construção do discurso da imprensa. Logo, não se trata de uma característica exclusiva dos jornais sensacionalistas-populistas da década de 1950. Se o sensacionalismo não é uma marca distintiva do jornalismo na década de 1950, recuemos até os anos 1920 a fim de percebermos o que se altera e o que permanece entre esses dois momentos históricos.

Barbosa nos mostra que “a marca mais inflexiva da imprensa carioca no final dos anos 1920 é o destaque que os jornais dão às notas sensacionais. Ou as ‘tragédias’, como são chamadas na época essa ‘rede de textos’ (Chartier, 1993) que fala dos dramas quotidianos envolvendo crimes, violência, desfechos trágicos de toda a natureza” (Barbosa, *Op. cit.*, p. 75). O *fait-divers*, tal como aparece nas reflexões de Duarte sobre a década de 1990, já é uma marca do jornalismo brasileiro na segunda década do século XX:

A rigor, o jornalismo carioca só se populariza quando os diários da cidade passam a destacar os fait-divers violentos. Desde a década anterior os jornais que mais aumentam o seu poder de difusão junto ao público são aqueles que publicam em suas páginas os “crimes sarrabulhentos, as notícias hediondas e as tragédias quotidianas” (Idem, Ibidem).

Dessa forma, o apelo às sensações refletia uma clara estratégia de aumento de circulação dos jornais, sem que houvesse uma preocupação em se reservar um espaço para os chamados juízos de fato e outro para os de valor. Pois, se havia uma clara estratégia, por parte dos donos de jornais de aumentar a circulação dos diários não é menos claro que acompanhava esse aumento uma tentativa de controle da forma como esses leitores deveriam se apropriar da informação. Mas, para além dessa construção fantasiosa do real, era necessário que esses simulacros fossem captados mais ou menos da mesma forma por um conjunto social bem diversificado. Assim, “a disposição do texto na página, a ilustração, os cortes produzidos nas narrativas, a tipologia empregada, a diagramação, tudo isso indica um leitor e uma forma de leitura” (*Idem*, p. 80), uma vez que:

*A imprensa da época reproduz em suas reportagens e crônicas o perfil da sociedade carioca. Nas páginas econômicas, no noticiário político e nas crônicas sociais **aparecem os hábitos, costumes e interesses da burguesia industrial/agrária/comercial/financeira**. Nos jornais mais populares como O Globo, A Noite, Correio da Manhã, notícias esparsas de um operariado que amplia a sua participação na vida social. Nesses mesmos jornais, a marca das classes médias, que se expandem sob o impacto da industrialização, da urbanização e do fortalecimento da burocracia estatal (Idem, p. 82, grifos nossos).*

Para nós, o que foi dito até aqui só faz sentido se concebermos uma associação entre a forma de narrar e um comprometimento político. Na verdade, o que estamos querendo destacar é que, a despeito da expansão do mercado editorial, da chegada da luz elétrica e das rotativas no Brasil, os jornais foram um importante instrumento de construção/consolidação de uma ordem burguesa. Como aponta Barbosa, “o pensamento dominante entre as elites brasileiras nos anos 1920 e que pode ser identificado como a égide das idéias que dominam o país durante o Estado Novo, é aquele que alguns estudiosos classificam como pensamento conservador brasileiro” (Idem, p. 111). Evidentemente, não desprezamos a possibilidade de o pensamento conservador começar a se consolidar com o raiar da República. Tampouco, que o projeto nacional concebido conservadoramente para o Brasil foi colocado em curso pelas nossas elites, tendo como protagonista boa parte da *intelligentsia* brasileira. Quando olhamos para o desempenho dos intelectuais, não podemos e não devemos perder de vista que esse papel é desempenhado em larga medida por literatos, personagens esses que difundiam suas subjetividades, inclusive, através dos jornais.

Tal como acontecera na Europa (na passagem do XVIII ao XIX), no Brasil (XIX-XX) o processo de urbanização foi fundamental para a construção de um novo cenário social. Aqui, como lá, mesmo atravessado por outros matizes, competiu às elites a condução da sociedade rumo ao progresso que, necessariamente, a racionalidade conduziria a sociedade. No nosso caso,

As elites novas e antigas são apresentadas como melhor aparelhadas para desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive a de dar direção ao povo, massa amorfa e, sob determinado aspecto, indiferenciada. Por outro lado, apresenta-se como necessidade a difusão de conhecimento, mesmo noções elementares (...) nas idéias gestadas na década de 1920 (...) para construir o ‘edifício chamado Brasil’ é necessário traçar um programa-ideal que atingiria a todos através da educação e da massificação das informações (Idem, p. 112).

Esse é o segundo momento de um princípio de massificação, travestido pelo rótulo de popularização como indica El Far. Um dos efeitos práticos desse processo é que tal popularização trouxe consigo a ampliação da distinção social, onde um processo de

mercantilização da cultura através de estratégias de distribuição/distinção dos bens culturais é colocado em marcha.

Em *Páginas de Sensação*, El Far (2004) aponta como o processo de massificação da literatura, associado à certa idéia de gosto popular, se desenvolve no Rio de Janeiro. Um dos pontos que é oportuno mencionarmos é que “gosto popular” funcionava como uma espécie que rubrica que abarcaria um tratamento editorial com baixo custo de produção direcionado às pessoas alfabetizadas. Evidentemente, isso permitia que aquelas obras fossem compartilhadas por um contingente que não se restringia às elites. Outro aspecto interessante é como o Rio de Janeiro funcionou como centro irradiador de uma cultura dos impressos, uma vez que a maior parte da população alfabetizada se concentrava na Capital Federal. Esse é um elemento essencial para entendermos a especificidade da cidade do Rio de Janeiro no contexto brasileiro. Pois, para nós provém desse contexto a importância simbólica que a cidade carioca ainda ocupa no imaginário social.

E o imaginário vai estar não só no centro das nossas reflexões, como também nas de El Far, pois é justamente em função de mexerem com questões culturais ligadas à tradição da população da corte (mais tarde da Capital Federal) que os romances de sensações atingiram um público tão extenso. Como já dissemos anteriormente, concordamos com Barbosa quando ela afirma que a intelectualidade foi responsável pelo processo de expansão do projeto nacional. Mas, quando refletimos sobre o papel desempenhado pelo jornalista, o cenário fica ainda mais interessante. Ao abordar a especificidade do romance de “sensações”, El Far alerta que, “apesar de apresentarem um estilo literário próprio, em geral, eram editores e jornalistas os responsáveis pela divulgação de romances nos periódicos da época, que avisavam ao público sobre o caráter ‘sensacional de determinada obra” (*Idem*, p. 113). Essa perspectiva aponta para a possibilidade de que é possível revelarmos os embates sociais não só através da produção literária, mas dos relatos nos noticiários dos jornais.

Tal como em Barbosa, El Far aponta para a presença de um repositório que deveria orientar um determinado tipo de leitura a partir do material produzido. Nesse sentido, julgamos novamente que tanto uma autora quanto a outra estariam a indicar a presença de um imaginário que teria como referência as tradições, por um lado, e o projeto político, por outro. Assim se pronuncia El Far, ao falar das sensações:

*A recorrência desse termo, em inúmeros outros textos, evidenciava a existência de uma **compreensão comum** acerca do seu significado, como também a **predileção** por assuntos ou situações capazes de envolver sentimentos pouco conhecidos na ordem do cotidiano. Se as regras da lei, da moral e dos bons costumes*

*impediam que ações de grande emoção pudessem ser praticadas sem o temor das consequências futuras, a história contada, ao **penetrar na imaginação do leitor** ou de seu ouvinte, fornecia a possibilidade de aproximação com uma realidade que, apesar de distante, poderia ser extremamente interessante. Anexando à narrativa cores, sons, cheiros e ritmos de sua predileção, o homem de finais do século XIX criava acesso a uma gama infinita de percepções extraordinárias (Idem, p. 119, grifos nossos).*

E continua a autora:

Para esse cidadão urbano, sensacional era ver ou ler sobre a chegada do bonde elétrico, do telégrafo, do telefone, dos raios X, dos primeiros automóveis, do aeroplano, das fantásticas mercadorias anunciadas nos jornais, das largas avenidas, das falas acaloradas de uma nação civilizada, mas também dos efeitos inversos e não calculados que, inevitavelmente, vinham a reboque (...) O contexto urbano, com toda a sua complexidade e dinâmica, tornava-se palco propício dos acontecimentos dignos de sensação, por trazer à tona novas referências, padrões, mecanismos e, com eles, seus efeitos contrários, perversos e imprevisíveis (Idem, p. 120).

Parece não restar dúvidas de que o sensacionalismo foi um importante catalisador do processo de circulação do impresso. Evidentemente, não estamos concebendo mudanças na estrutura da narrativa sensacionalista, tampouco as reconfigurações de suas matrizes, apesar de associá-la ao seu contexto de produção. Isso significa dizer que, se por um lado, o apelo às sensações, associado a uma expansão do mercado editorial, permitiu um aumento da distribuição de bens culturais, de outro, o que essa distribuição produziu como efeito foi a ampliação da distinção, ou ainda, o alargamento da distinção dentro do imaginário social. Isso não significa dizer que não temos a presença de um fluxo que atravessa as modernas formas de narrar. Entretanto, num jogo de contenção e resistência, de negação e sedução, é oportuno visualizarmos as novas tipologias que se erigem para dar conta dessa complexa dialética. Em *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*, como já havíamos mencionado, Chartier demonstra como foi possível um aumento da distribuição dos textos impressos. Porém, não é menos verdade que tal aumento não se dá exclusivamente em função do mercado editorial e não podemos negar (e também não é o caso), que tal expansão permite um aumento da produção e da circulação desse material. No entanto, como o próprio autor faz sobressair, a distinção social acompanha, *vis a vis*, o aumento da distribuição. Ou seja, apesar dessas obras representarem um gosto popular, o material utilizado para sua confecção concebe lugares sociais diferentes a quem as possuem¹²⁸.

¹²⁸ Contemporaneamente, podemos perceber como isso se dá, por exemplo, na apropriação, por parte de leitor, de um determinado jornal. Ler *O Globo* ou *Extra* produz diferenças do ponto de vista do *status* social. Ler o primeiro, coloca o sujeito numa posição de superioridade, com relação a quem lê o segundo, dentro da estrutura social. Nesse sentido, o trabalho de Duarte merece novamente ser lembrado, uma vez que autor consegue

Mas se Chartier é importante no aspecto que destacamos acima, Darnton também o é em função de um outro ponto. Em *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária* (Darnton, 1988), este autor nos mostra, por exemplo, o quanto havia de um ambiente pré-figurado para a publicação de uma ficção erótica. Nas palavras de Darnton, “as propriedades narrativas da ficção erótica foram estabelecidas muito antes da publicação de *Thérèse philosophe*, e a publicação ocorreu em meio a uma segunda onda de textos ‘pornográficos’” (*Idem*, p. 102). No entanto, a própria idéia de pornografia é dada *à posteriori*:

Os franceses setecentistas normalmente não pensavam nesses termos e tampouco distinguiam entre pornografia ‘pura’ e ficção erótica, panfletos clericais e outras variedades de ‘livros filosóficos’. A noção de pornografia, como a própria palavra, desenvolveu-se no século XIX, quando os livreiros separavam as obras que consideravam indecentes e as trancavam a sete chaves em setores proibidos como o Enfer da Bibliothèque Nationale e o Private Cäs do British Museum (Idem, pp. 103-4, grifos nossos).

Ou seja, o que se produz como efeito é uma distinção social que se revela a partir dessa classificação dos livreiros sobre as obras. Mais ainda, tal distinção permitia que as pessoas “cultas” não fossem impedidas de fazerem esse tipo de leitura. Evidentemente que Darnton – assim como os outros autores até aqui explorados que se debruçam sobre as matrizes do sensacionalismo – não nega o caráter circular da cultura. Dessa forma, avaliamos que se as matrizes do sensacionalismo são circulares, a distinção que elas permitem não o são.

Tomando por referência a presença das matrizes do sensacionalismo na produção da narrativa jornalística, queremos trazer para nossas reflexões o conceito de inconsciente político trabalho por Jameson (1992). Tal proposta aparece associada à idéia de que o romance vai se reconfigurar no século XIX, deixando de ser um gênero “autônomo” para se tornar um gênero atravessado pelas questões de então. Neste autor, tal como acontece com os que trabalham até aqui, a presença da circularidade das matrizes é um traço constitutivo do romance moderno. Isso, de alguma forma, coloca Jameson no centro das questões sobre as quais estamos nos debruçando. Para ele, na modernidade,

A função ‘objetiva’ do romance está implícita: à sua missão subjetiva, crítica, analítica e corrosiva acrescenta-se agora a sua tarefa de produzir, como se fosse pela primeira vez, aquele mundo da vida, aquele ‘referencial’ – o espaço recém quantificável da extensão e da equivalência de mercado, os novos ritmos dos tempos mensurável, o novo mundo-objeto secular e ‘desencantado’ do sistema de mercadorias, com sua vida diária pós-tradicional e seu Umwelt atordoadamente empírico, ‘sem sentido’ e contingente – do

demonstrar que, em essência, os dois veículos apelam às mesmas estratégias de construção de discurso. Ou seja, baseado no *fait-divers*.

qual este novo discurso narrativo pleiteará ser o reflexo 'realista' (Idem, p. 155).

Em Jameson, também vamos encontrar a idéia de que, apesar das possibilidades que o “novo” romance oferece, é necessário que as leituras sejam feitas dentro de um universo minimamente compartilhado pelos leitores. Para o autor, “ele [o romance] não se limita a solicitar do leitor que reconstrua essa casa e paisagem por meio de um olhar interior, mas que as reinvente como uma **Idéia** e como desejo do seu coração” (*Idem*, p. 159, grifo nosso). Assim, a despeito da expansão do mercado livreiro, do interesse pelo moderno, esse moderno precisa ser captado de forma mais ou menos homogênea. Vemos aqui a associação de duas noções igualmente importantes: a primeira diz respeito ao fato de que é o leitor quem valora, quem atribui desejo, quem atribui o sentido à obra; porém, e essa é a segunda noção, os protocolos de leitores podem se revelar uma importante chave na compreensão do por que os leitores, a despeito de serem diferentes uns dos outros, respondem a esses estímulos de forma ou menos parecida.

Uma das possibilidades apresentadas no trabalho de Jameson é que, a partir da formação de um inconsciente político, é possível aos produtores das obras literárias forjarem um discurso mais ou menos semelhante sobre a dinâmica social. Compartilhando dessa perspectiva, nossa hipótese é a de que essa mesma formação que interfere na produção se espalha para o conjunto da sociedade reconfigurando essa dinâmica. Colocado em outros termos, o que estamos propondo é que, ao universalizar elementos que são em alguma medida particulares aos produtores culturais, os leitores “emprestam” sentido a algo que é particular, mas que recebe o caráter de universal. Ou, nas palavras do autor ao tomar como referência a obra *La vieille fille*:

A parte da narrativa que se ocupa da subtrama de Agathe e da rivalidade entre dois irmãos tem a estrutura de uma satisfação de anseio (...), de um devaneio, de uma fantasia na qual o sujeito projeta sua própria imagem e nela o leitor ou espectador não ocupa o espaço vazio da representação universal madura (...), mas precisamente o lugar de uma das outras personagens do devaneio. Essa peculiar lógica narrativa não só corresponde a um estágio arcaico no desenvolvimento do sujeito maduro (...), ela também apresenta, segundo Freud, o problema fundamental para a criação estética, que deve de alguma forma universalizar, deslocar e esconder os elementos particulares da satisfação dos anseios em conteúdo, se quiser que este seja recebido como arte por outros sujeitos, que seriam repelidos pelas satisfações dos anseios particulares do próprio poeta (Idem, p. 176).

Assim, cremos que Jameson oferece algumas pistas que deverão ser oportunamente exploradas. A primeira é a de que o poeta reproduz seus anseios, seus desejos, a partir da

formação de um inconsciente político¹²⁹. No entanto, queremos acrescentar que, num jogo dialético, essa reconfiguração do mundo feito pelo produtor volta para o mundo num processo dinâmico e contínuo. Portanto, inferimos que o inconsciente político compõe não só o corolário que fornece elementos para a produção textual, mas também é aquele que é responsável por uma atribuição de sentidos de forma mais ou menos parecida por um universo de leitores bastante heterogêneo a partir da formação de um imaginário social¹³⁰. Uma segunda pista é quanto ao caráter exclusivo desse jogo se dá no campo estrito da produção literária. Já vimos o quanto a produção discursiva dos periódicos responde, inicialmente, a um alargamento da produção textual e a sua conseqüente popularização. Uma vez que o jornalista também narra o mundo, conferindo sentidos a ele, nos parece crível pensar na possibilidade de que os “homens de imprensa” também universalizaram, através de estratégias narrativas, sentidos, sensações, emoções, que são particulares.

Um terceiro ponto, e esse partir dos dois primeiros, diz respeito à relação entre os processos de expansão do mercado editorial e o de civilização. Para nós, eles caminharam *vis a vis* com a *distribuição* do ideário iluminista. Evidentemente, não estamos afirmando aqui que o mercado editorial se expandiu por conta do Iluminismo, tampouco que este concebeu um processo civilizatório onde a impressão fosse essencial. Já vimos em vários trechos desse trabalho que há um fluxo do imaginário que precede a *Idade das Luzes* e a sucede. Mas, igualmente, não há como negar que esses dois fatores foram importantes para a expansão dos valores burgueses a partir do século XVIII. Porém, admitindo a presença desse projeto

¹²⁹ Ao apontarmos a importância do conceito de inconsciente político, cabe mencionar que este não é uma variação do conceito de inconsciente coletivo proposto por Jung. Em sua concepção, o inconsciente coletivo poderia ser compreendido como uma espécie de resultado da tensão entre memórias e pulsões reprimidas, mas também como um sistema passado de geração em geração, vivo em constante atividade, contendo todo o esquecido e também neoformações criativas organizadas segundo funções coletivas e herdadas. Como essa proposta, Jung propunha que o inconsciente coletivo não é composto por memórias herdadas, mas sim por pré-disposições funcionais de organização do psiquismo. Tal perspectiva o afasta de Freud e da linha com a qual estamos trabalhando a questão do inconsciente político. Muito próximo do sentido utilizado em Jameson, está a aceção de Peter Stallybrass e Allon White, dois autores ligados aos estudos culturais britânicos cuja a relevância teórica é evidenciada por Hall (2003). Em *A política e a poética da transgressão*, White e Stallybrass (1993), a partir de contribuições de Freud e Bakhtin, utilizam o conceito de inconsciente político como resultado da formação das identidades culturais. Nas palavras dos autores, “problema é que a *exclusão* necessária à formação da identidade social no primeiro nível constitui simultaneamente uma *produção* de uma complexa fantasia híbrida que surge da própria tentativa de demarcar fronteiras, unir e purificar a coletividade social (...) o inconsciente a essa altura é, *necessariamente*, um inconsciente político” (pp. 193-4). Não menos importante, porém não muito explorado na obra dos dois autores, tampouco pelo Centre for Contemporary Cultural Studies (como atesta Hall) é a questão do Imaginário como instância que afeta as manifestações das identidades sociais.

¹³⁰ Estamos optando por trabalhar inicialmente com o conceito de *imaginário social* por entender que, em si, ele compreende tanto o aspecto racional quanto o emocional dos atores sociais. Evidentemente, é a contribuição de Jameson que abre essa perspectiva, uma vez que traz para o debate contemporâneo a possibilidade de as emoções (entendidas por ele a partir do conceito de inconsciente político) atravessarem a atividade produtora de um autor mesmo dentro da racionalidade burguesa.

político iluminista, cuja separação entre razão/emoção era (e cremos que continua sendo) fundamental, avaliamos que na contemporaneidade essas características aparecem misturadas, uma vez que são constitutivas dos agentes sociais. É assim que – e essa é outra hipótese presente na nossa pesquisa – os jornais se revelam espaços privilegiados para percebermos como essa relação entre razão e sensação aparece através das pistas, das marcas, dos sintomas revelados nas em suas páginas.

2.2 – Meios de Comunicação: “senhores da memória” e do esquecimento no projeto burguês

A questão central da nossa tese é o quanto a formação de um imaginário tem interferido decisivamente na forma como os indivíduos, na contemporaneidade, se apropriam das narrativas (especialmente as midiáticas), conferindo-lhes sentido. Não menos importante é o fato de identificarmos que o fim do Império e o início da República, no Brasil, representa um momento histórico significativo para compreendermos como esse imaginário – do que e como se deve lembrar ao lado do que deve ficar esquecido – vem sendo construído. Evidentemente que, se é iniciado um determinado projeto de nação no final do século XIX, ele não é isento de disputas, com rupturas e continuidades. No entanto, estamos inclinados a pensar que tanto a passagem que marca o fim da escravidão, quanto as duas ditaduras (a varguista e a militar) tem influenciado poderosamente a forma como os sujeitos sociais conferem sentido ao conflito urbano.

Até aqui nos detivemos sobre o papel que as emoções, os sentimentos, as sensações (ou o apelo às sensações) exercem sobre a construção do imaginário dos indivíduos. Imaginário esse (é bom que lembremos) que servirá em larga medida de repositório para as narrativas jornalísticas, sobretudo a partir do início do século XX com a expansão do mercado editorial, onde a prática da leitura individualizada começa a se consolidar, tornando-se a hegemônica posteriormente. De forma correlata, vimos o quão central nesse ponto é a questão do imbricamento entre a verossimilhança e as sensações na construção dos relatos da imprensa. A aproximação entre as narrativas jornalísticas e a construção do imaginário se dá justamente em função da expansão dos romances de sensação¹³¹ ter acontecido preponderantemente através dos jornalistas, grandes precursores da presença de tais romances

¹³¹ Ver, dentre outros, Darnton (1998), Chartier (2004), El Far (2004) e Barbosa (Mimeo).

nas páginas dos periódicos. Assim, a despeito de ser o leitor quem valora uma leitura, dando sentido a ela, com o romance de sensações espera-se que o conjunto de leitores de uma dada formação social responda aos estímulos produzidos por eles de forma mais ou menos homogênea.

Num processo que é dinâmico e contínuo como o que apontamos acima, vamos tomar o discurso construído pelos meios de comunicação a partir da seguinte perspectiva: é o verossímil, por um lado, somado a um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário, de outro. Isto é, a partir da narrativa midiática, que mistura o real e o ficcional, os atores sociais tendem a compreender esse real de forma mais ou menos semelhante em função de um conjunto de convenções que são interiorizadas em seu imaginário. Desse prisma, gostaríamos de convocar as reflexões de Paul Ricoeur, para quem as narrativas se apresentam como um fio condutor da ação humana. Indo além, da ação humana como história completa e una que se revela através da história narrada. Para este autor, como a vida humana é um *texto* que produz sentidos, ela pode ser interpretada, principalmente por intermédio da leitura/compreensão do significar humano que se revela através das metáforas. Essa é a proposição de pensador francês em sua obra síntese – *Tempo e Narrativa* (Ricoeur, 1994, vol. 1).

Para Ricoeur, o tempo só existe na linguagem. Ou seja, só existe materialmente através da narrativa, enquanto o ato de narrar, como característica comum da experiência humana, se revela pelo caráter temporal. Para ele, como os relatos com pretensão de verdade e os relatos ficcionais se embaralham, não apresentando fronteiras fixas, haveria uma unidade ficcional entre modos e gêneros narrativos: o tempo. Assim, o autor estabelece a reciprocidade entre narratividade e temporalidade num terceiro tempo – o tempo da narrativa. E por que Paul Ricoeur é fundamental na presente reflexão? Porque será ele quem apontará que a memória, em última instância, só existe enquanto discurso, enquanto narrativa. Narrativa que se revela na *tessitura da intriga*: uma atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais.

A hipótese central da reflexão de Ricoeur é que a necessidade de materialização do tempo, através de uma atividade produtora – a ação de narrar –, é uma necessidade humana. O autor busca assim (1) contribuir para preservação da amplitude, diversidade e irredutibilidade dos usos da linguagem; (2) pôr à prova a capacidade de seleção e de organização, quando se ordena em unidades de discurso e que podemos chamar de textos; além de (3) reunir formas e modalidades dispersas de jogos de narrar, não descartando os relatos com pretensão de

verdade e os relatos ficcionais e como eles se embaralham não apresentando fronteiras fixas. Dessa forma, o filósofo dos sentidos parte das reflexões de Santo Agostinho e de Aristóteles, na primeira parte de sua principal obra para materializar sua hipótese, propondo que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (*Idem*, p. 85).

O que em última análise a reflexão de Ricoeur busca é a compreensão do ser humano, da ação humana. Então, o caminho percorrido pelo autor é a interpretação dessa ação a partir da leitura/compreensão que o significar humano produz. Sua tese central é a de que será pela linguagem (com ato de intenção/distensão) que se resolverão as aporias agostinianas e as contribuições aristotélicas. Assim, no lugar do tríplice presente agostiniano, Ricoeur propõe a noção de tríplice *mimese*, numa relação dialética e viva entre a prefiguração (ou *mimese* I); a configuração (*mimese* II) e a reconfiguração (*mimese* III), ressaltando que é através da *mimese* II que a mediação entre a apropriação do mundo e a sua reconfiguração acontece. Em suas palavras:

O desafio é, pois, o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua reconfiguração pela recepção da obra. Aparecerá corolariamente, no termo da análise, que o texto é o operador por excelência que assume, por seu fazer – a ação de ler – a unidade do percurso de mimese I a mimese III através da mimese II (Idem, pp. 86-7).

Já destacamos que a noção de tríplice *mimese*, na reflexão de Ricoeur, é mais apropriada do que a de tríplice presente de Santo Agostinho. Mas, é importante visualizarmos também sua relação com as noções de *mimese* e *muthos* em Aristóteles. Neste autor, *mimese* corresponde à idéia de imitação/representação, enquanto *muthos* à de intriga/enredo. E por que ambas são tão importantes para o pensador francês? É justamente em função do aspecto de ação que estes conferem à narrativa. Melhor explicitando, a relação entre *mimese* e *muthos* apareceria através de um processo ativo de imitação/representação revelado a partir da capacidade de um agente de compor intrigas. Entretanto, essa capacidade narrativa é uma ação que acontece num campo prefigurado, sendo limitada pela presença de estruturas inteligíveis, dos referenciais simbólicos e da temporalidade.

Concentremos, então, um pouco mais de atenção sobre a *mimese* I. Para Ricoeur, “a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços *discursivos* que a distingue de uma simples sequência de frases de ação” (*Idem*, p. 90). É bem verdade que tais traços discursivos são reveladores de um jogo

dialético entre aquilo que assumimos que seja a verdade (ainda que ela seja verossímil) e o que pretendemos empreender no mundo. Esse, afinal, é o círculo hermenêutico de que fala o autor, onde a relação dupla entre regras de tessitura da intriga e termos de ação constitui uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. No entanto, tais narrativas são elaboradas dentro de um conjunto de regras, de convenções, que estabelecem alguns limites a atividade de tecer intrigas. Ou seja, se por um lado temos uma atividade altamente produtora/criativa, por outro temos um controle (uma regulação) dos mecanismos que, em larga medida, condicionam tal atividade. Vemos então, uma vez mais, o jogo dialético entre a imaginação produtora e a imaginação regrada, onde, se “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (*Idem*, p. 91). Nesse sentido, em nossa análise, os meios de comunicação de massa têm sido amplificadores deste regramento na medida em que cristaliza determinado uso social da língua, dando forma à ideologia dominante.

Evidentemente que a mediação simbólica é central no estabelecimento de uma compreensão mais ou menos comum entre os participantes de uma dada formação social, inclusive é o que destaca Ricoeur quando aponta que:

*Para o antropólogo e o sociólogo, o termo simbólico sublinha de imediato o caráter público da articulação significativa. Como diz Clifford Geertz, ‘a cultura é pública porque a significação o é’. Adoto de bom grado essa primeira caracterização que marca bem que o simbolismo não está no espírito, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e decifrável nela pelos outros atores do jogo social (...) Ademais, o termo símbolo – ou melhor, mediação simbólica – assinala o caráter estruturado de um conjunto simbólico (...) Antes de ser texto, a mediação simbólica tem uma textura (*Idem*, p. 92).*

No entanto, e essa tem sido uma questão importante para nós, longe de simplesmente a mediação simbólica possuir uma textura, ela tem sido alvo de disputas intensas, onde uma elite burguesa tem se esforçado sobremaneira para manter o regramento de tal sistema, com a participação ativa dos meios de informação na busca da produção de consenso na sociedade. Nesse processo, a normatização do sistema simbólico é um elemento fundamental no jogo social, mormente pela capacidade de oferecer significados amplamente compartilhados, onde “o termo símbolo introduz também a idéia de regra, não somente no sentido, que se acaba de dizer, de regras de descrição e de interpretação para ações singulares, mas no sentido de *norma*” (*Idem*, p. 93). A proposta do autor é evidenciar o caráter ativo da elaboração da obra no mundo, de um fazer que dê unidade entre a prefiguração e a refiguração, através da configuração (mediação). No entanto, mesmo não negligenciando o fato de a configuração ser

uma ação libertadora, temos trabalhado com a perspectiva de a regulação/normatização dos códigos culturais servirem à reificação do *status quo* na medida em que limitam as alternativas (principalmente se levarmos em conta a interferência dos meios de comunicação na dinâmica social) de respostas dos indivíduos.

Recorramos, a título de exemplo, à dinâmica produzida em *O Dia*¹³² no intervalo entre 03 de maio e 13 de julho de 1992 (período que cercou a RIO-92) para evidenciar o quanto a participação das Forças Armadas aparece como inevitável e única alternativa para a solução dos conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro: “Rio Vive sob o domínio do medo”¹³³; “Favela pede polícia contra traficantes”¹³⁴; “Camelôs invadem centro do Rio”¹³⁵; “Tráfico faz a lei nos morros do Rio”¹³⁶; “Cidade vira uma festa”¹³⁷; “Menores são baleados e espancados – cena chocou pela violência”¹³⁸; “Executado com tiro na cabeça”¹³⁹; “Guarda do Rio contraria lei ao usar arma”¹⁴⁰; “‘Comando Vermelho’ invade Jacarezinho e mata nove”¹⁴¹. Antes da chegada das tropas militares, a cidade do Rio de Janeiro *vivia sob o domínio do medo*, medo esse que fazia, inclusive, com que os próprios moradores de favelas – através da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) – *pedindo a ação da polícia contra os traficantes de drogas*¹⁴². O estado de abandono da cidade era tão grande que nenhuma ação era tomada contra as *constantemente invasões dos camelôs na zona central*, enquanto o tráfico impunha leis nos morros – território que mereceria toda a atenção e energia dos militares durante a RIO-92. Mas, já presentes, as Forças Armadas possibilitavam que a *cidade vivesse uma festa*, sobretudo pelo sentimento de que a criminalidade havia decrescido em seu espaço urbano. No entanto, com o fim do evento experimentava-se novamente a

¹³² A opção por *O Dia* não é aleatória. Claramente identificado com as classes C e D naquele momento histórico, poder-se-ia supor que seu conteúdo fosse menos conservador que os dos outros dois jornais aqui analisados. Na verdade, o que percebemos é que este conservadorismo se revela na forma e não no conteúdo, isso porque, a “necessidade de combate ao crime com o uso das tropas militares” é um elemento estruturador das notícias deste periódico tanto quanto o é em *JB* e *O Globo*, veículos que estabeleciam seus contratos com as classes A e B (no caso do primeiro) e B e C (no do segundo).

¹³³ *O Dia*, 03/05/1992, p. 04.

¹³⁴ *Idem*, 08/05/1992, primeira página.

¹³⁵ *Idem*, 13/05/1992, primeira página.

¹³⁶ *Idem*, 03/06/1992, p. 08.

¹³⁷ *Idem*, 08/06/1992, p. 02.

¹³⁸ *Idem*, 13/06/1992, p. 11.

¹³⁹ *Idem*, 23/06/1992, p. 08.

¹⁴⁰ *Idem*, 03/07/1992, primeira página.

¹⁴¹ *Idem*, 13/07/1992, primeira página.

¹⁴² A ênfase no “inclusive” não é acidental, um ato-falho. Ela é dada em função de, no período das operações Rio I e II (1994-1995), as narrativas jornalísticas produzirem a construção de que os líderes comunitários e a própria FAFERJ mantinham vínculo com os traficantes, acobertando-os diante da ofensiva do poder público em morros e favelas cariocas.

“desordem social”. *Cenas de violência com menores sendo baleados e espancados* voltavam a fazer parte do cenário do Rio de Janeiro, “obrigando” a *Guarda a desrespeitar as leis e usar armas*. Mesmo este pequeno excesso não foi suficiente para impedir *que traficantes voltassem a estabelecer o terror*, matando nove pessoas.

Evidentemente, poderíamos ser questionados sobre o quanto a nossa leitura poderia ser enviesada. Porém, o conteúdo da notícia presente sob o título “‘Comando Vermelho’ invade Jacarezinho e mata nove” parece promover uma espécie de inscrição da sequência produzida no parágrafo anterior de imaginário social, especialmente pela forma como aparece diagramada em *O Dia*. Reproduzamos então a organização gráfica e narrativa:

<h2 style="margin: 0;">‘Comando Vermelho’ invade Jacarezinho e mata nove</h2>	
<p>Foi a noite mais violenta da história da favela do Jacarezinho. O traficante Edilson Machado da Silva e mais oito integrantes da sua</p>	<p>quadrilha foram mortos por traficantes inimigos do Morro do Juramento e integrantes do Comando Vermelho. Edilson estaria descumprindo ordens mandadas pelos chefes da facção presos em Bangu 1. Uma outra hipótese pouco provável que chegou a ser, no início da manhã, admitida pelos policiais é que a matança teria sido feita por integrantes do Terceiro Comando, outro grupo criminoso.</p>
<p>Foto de uma aglomeração de pessoas (7 x 5 cm)</p> <p style="text-align: center;">com a legenda:</p> <p style="text-align: center;">“Entre curiosos policiais recolhem um dos nove corpos”</p>	<p>Foto de Nilo Batista com três, olhando na direção da jaula (e da imagem ao lado) com a legenda:</p> <p style="text-align: center;">“Nilo Batista, filhos e sobrinho na jaula da pantera”</p>
<h3 style="margin: 0;">Nilo prevê nova guerra na Rocinha</h3>	
<p>O vice-governador e secretário de Polícia, Nilo Batista, passeava ontem pela manhã, no Jardim Zoológico, com dois filhos e um sobri-</p>	<p>nho, quando soube do episódio no Jacarezinho. Disse que já esperava por isso há quatro meses e fez uma terrível previsão: os traficantes do Vidigal voltarão a invadir a Rocinha na tentativa de assumir o controle do tráfico. O secretário quer retomar as ações conjuntas com a Polícia Federal.</p>

A simetria do conjunto de informações é um dado revelador, isso porque, à exceção do título principal, as fotos e os textos possuem exatamente o mesmo tamanho, como se o jornal tivesse sido imparcial na organização da matéria. No entanto, quando *passeando pelo Jardim Zoológico* o vice-governador e secretário de Polícia do Rio de Janeiro diz que, *já esperava por isso há quatro meses* e que *quer retomar as ações conjuntas com a Polícia Federal*, a foto acima ganha um conotação diferente, pois indica que o protagonista do conjunto de informações olha (com sorriso nos lábios – é o que a imagem mostra) para a *jaula da pantera*.

Quando buscamos o sentido da palavra pantera, encontramos um significado bastante peculiar: “pessoa irascível, cruel”. Para pessoa irascível: pessoa (ou grupo de pessoas) que é dado a encolerizar-se com facilidade. Quando pensamos em grupo de pessoas que é dado a encolerizar-se, a irritar-se com facilidade não seria crível avaliarmos que se trata daquele grupo social que foi pejorativamente classificado como *classes perigosas*?

O principal esforço das nossas elites (classes dirigentes do projeto civilizador brasileiro) tem sido no sentido de naturalizar os códigos culturais. No entanto (e essa é outra senda aberta por Ricoeur), enganosamente temos avaliado que os meios de comunicação têm sido os únicos responsáveis por esse processo. São os principais, cremos nisso. Entretanto, o filósofo francês nos mostra que se trata de um processo um pouco mais antigo, que pode ser remontado à Idade Média, onde

Pode-se esclarecer essa função de regulação social comparando os códigos culturais com os códigos genéticos. Como estes últimos, os primeiros são ‘programas’ de comportamento; como eles, dão forma, ordem e direção à vida. Mas, diversamente dos códigos genéticos, os códigos culturais foram edificados em zonas onde a regulação genética se tornou inoperante e só prolongam sua eficácia às custas de uma reorganização completa do sistema de codificação. Os costumes, os usos e tudo o que Hegel colocava sob o título de substância ética, da Sittlichkeit, preliminar de toda Moralität de ordem refletida, assumem assim o circuito dos códigos genéticos (Idem, p. 93-4).

Essa nova perspectiva nos mostra o quanto o conceito bakhtiniano de circularidade é importante. Ele nos faz deslocar nossa proposta inicial de trabalho, que concebia o espaço midiático como o espaço público, para uma outra onde os meios de informação são, na contemporaneidade, os principais fomentadores da ordem social. Isso equivale dizer que, pensando em termos gramscianos, os meios de comunicação de massa deixam de ser um aparelho privado de hegemonia para se converterem num novo tipo de sociedade civil. Ou seja, nesse momento histórico (passagem do século XX ao XXI), são os meios de comunicação que assumem a centralidade na constituição do sistema de idéias dominantes que têm orientado as ações humanas, evidenciando o que é socialmente importante – que, portanto, deve estar presente na pauta de debates públicos oferecidos pelas narrativas jornalísticas – naquilo que acontece cotidianamente em nossa sociedade.

Nessa nova perspectiva, não abandonamos a idéia de que existe a produção de um imaginário. Imaginário esse que serviria para *modelar* a recepção, por exemplo, através de protocolos de leitura. Isso porque, tomando novamente Ricoeur como referência, (a) “passa-se assim, sem dificuldade, sob o título comum de mediação simbólica, da idéia de significação

imane a de regra, considerada no sentido de regra de descri a o, depois a de norma, que equivale a idia de regra considerada no sentido prescritivo do termo” (*Idem*, p. 94) e tambem (b)

*Em fun a o das normas imanentes de uma cultura, onde as a a o es podem ser estimadas ou apreciadas, isto e, julgadas segundo uma escala de prefer e ncia moral, recebem assim um valor relativo, que faz dizer que tal a a o vale mais que tal outra. Esses graus de valor, atribuidos primeiro a s a a o es, podem ser estendidos aos pr oprios agentes, que s a o tidos como bons, maus, melhores ou piores (*Idem*).*

Assim, o discurso midiatico, a partir de uma constru a o narrativa onde as sensa a o es, emo a o es, sentimentos s a o apelados, valorando a vida e normatizando-a, encontraria forte ressona ncia entre os leitores, ouvintes ou telespectadores. Ao destacar que a poetica sup o e a presen a a de caracteres impregnados de elementos positivos ou negativos, que orientam a compartilhamento entre autores e “audit o rio”, solicitando deste u ltimo aprova a o ou reprova a o “em fun a o de uma hierarquia de valores de que a bondade e a maldade s a o os p o los” (*Idem*), o autor evidencia que o sentido s o se completa no sujeito da a a o. No entanto, ha um investimento, que e de longa dura a o, para que as repostas (ou os sentidos empregados) sejam mais ou menos homog eneas. Evidentemente que esse jogo s o e possivel porque ocorre a clara compreens a o de que os atores est a o participando desta atividade, ainda que em posi a o es assim e tricas. Assim, cremos que tambem cresce em importa ncia a quest a o da mem o ria, uma vez que ela guarda forte rela a o com a constru a o identitaria, que permite ao sujeito evocar o passado (no presente) para projetar seu futuro (tambem no presente).

Em nossa avalia a o, e justamente na *mimese II* (que possui a fun a o de media a o) que acontece a aproxima a o com a constru a o da identidade dos sujeitos sociais. Isso se torna possivel a medida que o passado e evocado e, por uma a a o produtora, vai retornar ao mundo, refigurando-o. Nesse sentido, a *tessitura da intriga* seria o meio pelo qual o ser humano recebe as ressona ncias do mundo, configura-as e produz leituras, que tambem retornaram ao mundo. Na o e menos verdadeiro, no entanto, que o passado (ou o passado evocado no presente) tem que possuir um car a ter de verossimil para que um determinado epis o dio seja compreensivel. E o que destaca o autor ao argumentar que “compreender uma historia, e compreender como e por que os epis o dias sucessivos conduziram a essa conclus a o, a qual, longe de ser previsivel, deve finalmente ser aceitavel, como congruente com epis o dias reunidos” (*Idem*, p. 105).

Aqui, o papel da articulação da memória (e, conseqüentemente, do que deve ser esquecido) é central¹⁴³. Como para nós essa memória evocada recebe um investimento dos projetos que a sociedade abraça é interessante pensarmos o quanto as respostas (ou atos de configuração) são mais ou menos semelhantes do ponto de vista da ação individual. Não seria isso que Ricoeur supõe, quando afirma que “a partir do momento em que uma história é bem conhecida (...) seguir a história é menos encerrar as surpresas ou as descobertas no reconhecimento do sentido vinculado à história considerada como um todo do que apreender os próprios episódios bem conhecidos como conduzidos a este fim?” (*Idem*, p. 106). Ou ainda quando argumenta que os traços “da *esquematização* e do *tradicionalismo* característicos do ato configurante mantém uma relação específica com o tempo?” (*Idem*, grifos nossos).

Em nossos argumentos, não estamos buscando apontar uma dicotomia simplificadora entre a ação e o regramento. Porém, não podemos deixar de pensar o quanto essas ações (produtoras, individuais) têm recebido um investimento de longa duração na conformação de uma maneira mais ou menos análoga de agir. Por mais que o sentido se complete na mediação que o homem realiza, não devemos descartar a indução que os protocolos sociais exercem sobre o ato configurante. Se tomarmos como referência a construção da idéia de ordem (e com ela a de desordem, com os sujeitos “desviantes” sendo criminalizados) não é de se estranhar que toda a carga repressiva contra os crimes narrados nas páginas dos jornais encontre eco na sociedade. Em Ricoeur vemos que,

Com efeito, na medida em que na disposição dos fatos o laço causal (um por causa do outro) prevalece sobre a pura sucessão (um depois do outro), emerge um universal que é (...) a própria disposição erigida em tipo. Foi assim que a tradição narrativa foi marcada não somente pela sedimentação da forma de concordância discordante e pela do gênero trágico (...), mas também pelos tipos engendrados o mais próximo possível das obras singulares. Se englobarmos forma, gênero e tipo sob o título de paradigma, diremos que os paradigmas nascem do trabalho de imaginação produtora nesses diversos níveis (*Idem*, p. 108, grifos nossos).

Na verdade, quando nos debruçamos sobre os argumentos construídos por Ricoeur podemos perceber o quanto a atividade de imaginação é condicionada por um conjunto de convenções que têm na narrativa um importante ponto de ancoragem. A partir dessa perspectiva, nos interrogamos se, na contemporaneidade, a dinâmica social não está cada vez mais atravessada pelos meios de informação, produzindo a idéia de que o espaço público é o

¹⁴³ Concordamos com Velho (1994) para quem memória (passado, retrospectiva) e projeto (futuro, prospectiva) são duas dimensões indissociáveis da identidade (presente), ao “dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos”.

espaço midiático? Se esse questionamento é coerente, julgamos que as propostas teóricas do autor podem ser estendidas ao jornalismo à medida que este também produz narrativas que operam na interface entre história e ficção. Em nossa avaliação, essa questão (pelo menos no caso brasileiro) tem sido encoberta por uma forma de atuação dos veículos de informação escamoteada na falsa distinção jornalismo informativo *versus* jornalismo sensacionalista, onde o primeiro, aquele que *iluminaria* a esfera pública, produziria narrativas distanciadas, neutras, imparciais, objetivas.

Um dos efeitos mais perniciosos desse processo é o fato de as narrativas produzidas pelos meios de comunicação (principalmente na chamada imprensa informativa) receberem a chancela de verdadeiras, como se de fato não fossem discursos produzidos a partir de interesses claramente ideológicos. Nesse sentido, numa articulação com a contribuição teórica de Ricoeur, Barbosa destaca que:

Nas narrativas cotidianas dos meios de comunicação, e particularmente nos atos jornalísticos, observamos o quanto a questão da peripécia é fundamental para instaurar o acontecimento jornalístico. Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação, mas se configura em algo a ser publicizado se instaurar uma ruptura (...) ao transformar os acontecimentos em história, ou ao possibilitar que se retire dos acontecimentos uma história inteligível, o que os textos jornalísticos instauram é a construção da intriga, constituindo-se em uma espécie de mediadores entre o acontecimento e a história (2006, p. 141).

E continua a autora ao falar da ação humana: “o ‘como se’ dessa experiência de leitura coloca em destaque a questão da voz narrativa, que, como já dissemos, não é apenas a voz narrativa do autor, mas uma voz que em essência é cultural (da tradição, do mundo onde ele se insere, das representações, das visões de mundo sub-reptícias ao texto)” (*Idem*, p. 146).

O argumento proposto por Barbosa nos permite ressaltar o quanto a memória é importante dentro do processo de construção na problemática trabalhada por Ricoeur. O que não se pode perder de vista é que a memória é uma operação do presente, que assume parte do passado (construído e rememorado a partir do presente). Evidentemente que se trata de um processo complexo entre lembrar e esquecer, com disputa pelos recursos utilizados para que se rememore. Como o foco do nosso interesse são os meios de comunicação, não podemos desprezar o tipo de memória com o qual trabalham (o excepcional), tampouco o quanto transformam seus documentos em monumentos, associado ao fato de se investirem de autoridade para apontar e destacar o que deve e como deve ser lembrado. A própria abordagem de Ricoeur, que propõe o deslocamento da questão “o que é memória?” para “do

que se lembrar?” e, “por que se lembrar?”, evidencia o caráter seletivo da memória. Ao nos lembrarmos de algo no presente, não devemos perder de vista a necessidade de nos esquecermos de outras tantas lembranças. No entanto, também não podemos negligenciar o quanto a memória e o que deve ser esquecido se articulam à identidade. Identidade essa que é produzida a partir de um jogo dialético e processual originado de situações, posições, interações.

Ao articularmos a memória e a identidade, queremos evidenciar o quanto a ação de evocar, e posteriormente a de projetar, está relacionada com a imagem que o sujeito quer manter/construir de si. Essa perspectiva abre a discussão sobre a oposição memória individual *versus* memória coletiva, onde esta seria fruto de uma interação ou de um contraste do indivíduo com a sociedade e aquela uma ação que dependeria mais da vontade de cada um. Não vamos aqui nos aprofundar nesta questão. O que queremos é destacar, sobretudo a partir de Maurice Halbwachs, o quanto a memória é uma operação social, ainda que individualmente o sujeito organize suas lembranças (e as narrativas produzidas a partir destas lembranças) tomando por referência o tipo de projeto de vida que possua. Já no prefácio de *A memória coletiva* (Halbwachs, 1990), Jean Duvignaudz argumenta, ao falar da obra de Halbwachs: “O autor aí demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória” (*Idem*, pp. 09-10). Ou seja, ao evidenciar que a memória é construída na relação do indivíduo com a sociedade, Halbwachs nos ajuda a refletir também sobre a questão do imaginário à medida que o que se lembra depende em larga medida do que é externo a cada um de nós. Concordamos com o sociólogo, para quem a memória é individual na perspectiva de que o sujeito, ao lembrar, ocupa um determinado lugar na sociedade. Na verdade, o argumento de Halbwachs o aproxima de Ricoeur quando ele se interroga, e posteriormente argumenta, sobre o que

Seria desse ‘eu’, senão fizesse parte de uma ‘comunidade afetiva’, de um ‘meio efervescente’, do qual tenta se afetar no momento em que ele se recorda? (...) Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Halbwachs, *Op. cit.*, p. 14).

Não menos importante é o destaque que o autor dá a atividade de esquecimento: “se agora, dois grupos entram em contato, o que lhes falta precisamente para se compreenderem, se entenderem e confirmarem mutuamente as lembranças desse passado de vida comum é a *faculdade de esquecer* as barreiras que os separam no presente” (*Idem*, p. 35, grifos nossos). Evidentemente que, tanto em Halbwachs quanto em Ricoeur, a ação individual não é livre de amarras. Trata-se antes de um jogo dialético entre o que poderíamos chamar de memória dominante *versus* memória do dominado. No entanto, o peso dado pelo sociólogo às correntes de pensamento evidencia que as ações são mais ou menos sugeridas a quem as executa. Assim, vemos a aproximação clara entre as correntes de pensamento (Halbwachs) e a consciência coletiva de Durkheim. Ou seja, quanto mais a cultura avança sobre os indivíduos maior a possibilidade de identificarmos tais correntes de pensamento. Consequentemente, somos sujeitos convocados a compartilhar de determinada corrente de pensamento, sobretudo em função de projetos individuais, ou da interação do indivíduo com a sociedade, como propõe Weber. É dessa forma que uma memória individual pode se manifestar, “como conteúdo original de tais lembranças, que (...) se explicaria então pelo fato de que elas se encontram no ponto de cruzamento de duas ou várias séries de pensamento, pelas quais elas se relacionam a tantos grupos diferentes” (*Idem*, p. 42).

A memória individual (ilusão) é, assim, uma organização coerente de um discurso produzido por um orador. É a combinação do *que* eu lembro com o *como* eu lembro. Tal memória pode mudar de acordo com o lugar que eu ocupo. É preciso associar a perspectiva da memória individual com a polifonia bakhtiniana: nós *não percebemos que não somos senão um eco*. Apesar de combinar o *que* com o *como* lembro, em função das histórias individuais, não podemos perder de vista que esse jogo se dá na relação com um armazenamento, que é coletivo. Isso nos permite pensar numa perspectiva de regramento da memória, mas não em um regramento absoluto. Assim, a partir principalmente da avaliação de Halbwachs de que “para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, é preciso também que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem meu passado” (*Idem*, p. 78), podemos propor que os meios de informação desempenham, na contemporaneidade, um importante papel na sociedade à medida que fornecem uma espécie de cimento comum ao que deve ser lembrado. Essa proposta vai ao encontro de outra observação desse autor, para quem são “as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem” (*Idem*, p. 106).

É interessante observarmos que até aqui está evidente que o passado é interpretado (ou reinterpretado) de acordo com a nossa visão presente (ou posição no presente). Ou seja, damos sentido ao passado no presente. Também não podemos negar que, contemporaneamente, os meios de comunicação de massa têm dado uma ajuda considerável nesse processo. No entanto, a relação tempo/espaço é central nesse esforço memorável. Em Halbwachs vemos, por exemplo, a distinção entre rememorar e reconstruir, onde esta apareceria no lugar em que a relação presente *versus* ausente é mais distante; e aquela, quando a relação é mais próxima. Em Agnes Heller (1993), observa-se que esta “viagem é no tempo e não no espaço”. Ou, como prefere a própria autora: “O passado tem de estar contido no *presente*, na forma de mensagens e sinais (...). Sem vestígios (documentos, coisas), não há passado” (*Idem*, p. 102). Dessa forma, a memória é o passado contido no presente e o passado histórico “não é o que é esquecido, mas aquilo que pode ser lembrado. Neste sentido, o passado está, na verdade, exclusivamente contido no presente. Entretanto, só é possível lembrar-se daquilo que foi esquecido” (*Idem*, p. 107).

A partir das perspectivas apontadas no parágrafo anterior, torna-se interessante retomarmos algumas reflexões de Paul Ricoeur, principalmente as que aparecem em *A memória, a história, o esquecimento* (2003). Nesta obra, o autor retomará a sua teoria da ação, conferindo ao indivíduo a capacidade de exercer, através da lembrança, a atividade de memória. Ou seja, lembrar é buscar (ação) lembrar. Neste caso, a memória é exercida. Evidentemente, e é o próprio Ricoeur quem destaca, há uma diferença entre o ato de rememoração e o de imaginação. Na verdade, ambas têm como traço comum a presença da ausência e a representação do passado como imagem. No entanto, elas vão variar de acordo com o grau de intencionalidade exercida. É oportuno destacar também que associada a esta ação de lembrar está intimamente relacionada a ela a necessidade de esquecer. Porém, é exatamente nesse esforço de lembrança que os meios de comunicação têm exercido um papel fundamental, que é o de transformar acontecimento em lembrança, em memória ou em coisa lembrada.

Mas, deste jogo entre lembrar e esquecer, queremos nos deter sobre dois pontos que nos parecem centrais para a presente discussão. O primeiro é o *esquecimento*. Mais ainda, o esquecimento como ausência da coisa lembrada, que permite representações. O segundo é a *imaginação regrada*, que representaria uma suposta eliminação da consciência imaginante, permitindo certa cristalização da “mídia” das imaginações. Nesse sentido, gostaríamos de estabelecer uma distinção a partir das definições propostas por Ricoeur de usos e abusos tanto

da memória quanto do esquecimento. Se por um lado, o uso da memória é a representação da ação humana, por outro, os abusos se revelam uma disfunção uma vez que mascaram o caráter de regramento. O autor propõe a seguinte tipologia para pensar os usos e abusos da memória: *memória impedida*, *memória manipulada* e *memória convocada*. Na *impedida*, também chamada de patológica, tanto memória quanto esquecimento são relegados ao inconsciente (freudiano). Ou seja, a memória aparece como doente ou ferida, obstaculizada a partir de uma censura (que é social) que o indivíduo se impõe.

Já no segundo tipo, a *manipulação* da memória é realizada por quem tem o poder. Ou como aponta Ricoeur: “*a los abusos, en el sentido fuerte del término, que se derivan de la manipulación concertada de la memoria y del olvido por quienes tienen el poder*” (Idem, p. 110). Na *convocada*, a memória se apresenta como direção de consciência, como porta-voz das demandas sociais. Novamente percebe-se (a) que quem tem o poder de manipular a memória também o realiza com o esquecimento e (b) o quanto a narrativa desempenha uma função central nesse processo. Nestes casos, podemos perceber que a ideologia aparece de forma opaca. Num nível mais profundo, a ideologia está arraigada nas estruturas hereditárias (passa-se de pai para filho – como no caso das crianças). Tal compreensão da ideologia (como distorção da realidade) aproxima Ricoeur de Marx, principalmente à medida que evidencia a relação entre o fenômeno ideológico e a compreensão que o indivíduo tem do mundo. É importante que destaquemos que tanto os abusos da memória quanto os do esquecimento acontecem de forma mais eficaz à medida que o dever de memória é também um dever de esquecimento. Isto é, ao se tomar por referência os relatos presentes nas páginas dos jornais, pode-se observar que estes têm construído suas narrativas a partir da produção de significados comuns (ou de uma memória comum). Esse aspecto traz consigo uma “necessidade” de apagamento de traços, de restos, de vestígios. Assim, cria-se um passado comum que vai produzir, dentre outras marcas, o esquecimento.

Em Huyssen (2005), observa-se um argumento bastante interessante sobre os usos e abusos do esquecimento público, sobretudo porque tanto Ricoeur quanto Weinrich e Yates serão convocados na presente reflexão sobre a relação entre a memória e o esquecimento. Mesmo partindo da constatação de que, na cultura contemporânea, o esquecimento pode ser descrito como “fracasso da memória”, Huyssen diz que pretende, tal como Ricoeur, ir mais além da oposição simplista entre lembrar e esquecer, “estabelecendo diferenças entre formas de esquecimento. É necessário situar o esquecimento num campo de termos e de fenômenos tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão,

repressão – um espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória” (*Idem*, p. 24). Aqui, percebe-se claramente a tipologia elaborada por Paul Ricoeur sobre a memória e o esquecimento produzido, ainda que a remissão seja só a este último. Os dois casos de esquecimento público apresentados por Huyssen (a Ditadura argentina e o Holocausto alemão) ilustram o quanto uma memória política pode evocar o esquecimento. Argumenta o autor: “a memória política em si não pode funcionar sem o esquecimento. Este é o significado de *oubli manipulé* de Ricoeur, que resulta da inevitável mediação da memória através da narrativa” (*Idem*, p. 25).

As análises de Ricoeur e de Huyssen em torno do esquecimento manipulado tornam-se bastante interessantes quando pensadas à luz, por exemplo, da Ditadura brasileira ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980. Mesmo depois de produzirem toda sorte de cerceamento e repressão, os militares são convocados para solucionar o problema do conflito urbano na cidade do Rio de Janeiro em pelo menos cinco ocasiões¹⁴⁴. Podemos inferir que, no caso brasileiro, a anistia política representou não somente o esquecimento das demandas sociais, representadas pelas *reformas de base* que o presidente João Goulart ameaçava por em curso, mas também o esquecimento das atrocidades cometidas durante o regime. Cremos que a ação do Exército por ocasião da RIO-92 revela esse duplo trabalho de memória (a lembrança e o esquecimento). Por um lado, temos o esquecimento¹⁴⁵, como já mencionamos, produzido a partir do apagamento de um regime que trouxe profundas marcas no cenário nacional brasileiro; por outro, a memória¹⁴⁶, fomentada pela cobertura jornalística, através de um projeto de recuperação da imagem do Exército que, como destacou Cerqueira (1996, p. 153), fora abalada pelo longo período de ditadura militar e pelo ostracismo em que ficou após a eleição de governos democráticos. Poderíamos continuar a ilustrar nossos argumentos com outros exemplos. No entanto, queremos trazer para as nossas reflexões as contribuições de Frances Yates (memória) e de Harald Weinrich (esquecimento).

Em Yates (1974), vamos encontrar uma *história* da arte da memória. Inicialmente, a autora apresenta a perspectiva de “adestramento” da memória, que se revelava através da

¹⁴⁴ RIO-92, Rio I e Rio II, Rio contra o crime e, com características um pouco diferentes, o Pan-Rio 2007.

¹⁴⁵ Podem-se observar em 1992 os três tipos de abuso de esquecimento proposto por Ricoeur. O impedido, para quem sofreu diretamente com os excessos do regime militar; o manipulado, através das narrativas produzidas pela imprensa; o convocado, primeiro com a própria anistia e posteriormente com a ideologia que vem orientado a questão da segurança pública.

¹⁴⁶ De forma análoga ao esquecimento, também os três tipos de memória são produzidos: a memória impedida, quando se apaga (ou melhor, se tenta apagar) o que representou a ditadura; a manipulada, novamente com o trabalho discursivo dos meios de informação; e a convocada, que se revela sobretudo por uma assunção contemporânea de que a ação do Exército (ou das Forças de Segurança) é mais eficaz que a das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, como demonstraremos no capítulo seguinte.

mnemotécnica, uma técnica que imprimia na memória lugares e imagens. Na Idade Média, descreve a pesquisadora, a virtude e o vício são constituídos como imagens da memória: “Comenzó a apuntar gradualmente la idea de que la Edad Media pudo considerar las figuras de las virtudes y los vicios como imágenes de la memoria, formadas según las reglas clásicas, y las divisiones del *Inferno* de Dante como lugares de la memoria” (*Idem*, p. 08). Observamos que a estratégia naquele contexto histórico era a de fixar significantes relacionados a determinados significados (lugares + imagens mentais: significante), onde se buscava imprimir na memória (1º passo da mnemônica) uma série de *loci* (lugares) do tipo arquitetônico. Um poderoso caminho no registro dessa memória era a “*idea de auxiliar a la memoria excitando afectos emocionales mediante imágenes sorprendentes y desacostumbradas, hermosas o deformes, comicas u obscenas*” (*Idem*, p. 23, grifo nosso). A partir da afirmação de Yates, nos interrogamos se não seriam essas as bases da afetação que os chamados “Romances de Sensação”, e posteriormente a “Imprensa Sensacionalista”, exerceriam nos leitores.

Quando Yates argumenta que o desenvolvimento dessa *memória artificial* pode servir não só para a memorização de discursos, mas principalmente se constituir numa espécie de reservatório que onde será possível “consultar a vontade”, percebemos que é através dessa operação que o imaginário social vai sendo assimilado e que se há material para se consultar, essa consulta tende a ser direcionada, sobretudo a partir do esquecimento produzido. Na história da organização da memória, a autora destaca que as *artes da memória* são técnicas de organização do pensamento, que se revelam, sobretudo, através da capacidade de imaginação. Outro aspecto importante da construção teórica de Yates é que a imaginação é o que atravessa os três tempos dos sistemas de memória: técnicas da oralidade (com o armazenamento de informações), atualizadas na tecnologia da escrita, posteriormente sucedida pela explosão informacional, onde o esquecimento passa a fazer parte também de uma arte da memória, evidenciando que todo conhecimento deriva de impressões sensoriais e que o pensamento atua sobre elas. As percepções do sentido são assim tratadas pela faculdade da imaginação.

Tal como Ricoeur, Yates parte de Aristóteles, para quem é impossível pensar sem um desenho mental (ou sem os “utensílios mentais” de cada época, como propõe a autora). Daí a aproximação entre a teoria aristotélica e a teoria mnemônica que, como ela destaca, “*compara la deliberada selección de imágenes mentales sobre las que pensar con la deliberada construcción de imágenes mediante las que se recuerda en la mnemónica.*” (*Idem*, p. 49) Tal aproximação nos permite pensar que o investimento, antes de ser na memória, é no

imaginário. Ou seja, um investimento pela fixação de determinados significantes associados a determinados significados, como veremos em São Tomás de Aquino. Assim sendo, a memória é um trabalho dos sentidos. Tanto a memória quanto a imaginação procedem das imagens passadas evocadas no presente. Dessa forma, podemos concluir, tal como o filósofo grego, que todo conhecimento depende das afetações, das impressões sensoriais.

Outra observação de Yates que nos parece muito interessante é a relação entre a memória e o sistema educativo antigo, ao lado das sete artes liberais: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia. A memória era ensinada dentro da disciplina da retórica. A memória era vista como um dom natural que encontrava assistência na arte. Porém, precisa de exercício. Exercício esse (memória artificial) que permitia apreender palavras e coisas com compreensão. Se memorizavam as páginas com o exercício de fixação da memória em lugares e imagens. Na verdade, tal característica permitia ao sujeito uma maior liberdade de criação. Ou seja, uma maior possibilidade de, através das coisas, criar argumentos. Um claro exemplo desse processo pode ser visto através da construção de São Tomás de Aquino sobre a memória. Para ele, são as afetações (lugares corporais) que conduzem à imaginação o registro da memória: memória associada, neste caso, ao vício e à virtude, através do gozo do paraíso ou dos tormentos do inferno.¹⁴⁷

Quando nos deparamos com o argumento tomista, observamos que a estratégia de apelo ao sensorial no armazenamento das lembranças é crucial na fixação de tais lembranças. Porém, e igualmente importante, é o exercício de “meditação frequente” e de “ordenamento das coisas” propostos por ele. Entretanto, avaliamos que é nesse entrecruzamento da meditação frequente com o ordenamento das coisas que os meios de comunicação têm exercido um forte poder de cristalizar uma dada visão de mundo e reforçá-la cotidianamente. Evidentemente que, nesse processo de cristalização, o papel do esquecimento produzido pelos *media* não pode ser desprezado, especialmente em função de produzirem a sensação de que aquilo que não aparece em seu leque de temas não aconteceu ou é irrelevante. E será com Weinrich que esse papel de *senhores do esquecimento* desempenhado pelos meios de informação ficará mais evidente.

Em *Lete: Arte e crítica do esquecimento* (2001), o que Weinrich se propõe a elaborar é uma história cultural do esquecimento, que tem sua expressão máxima no perdão (ou anistia),

¹⁴⁷ Já no século XIV, além dos autos de fé (como técnica de fixação da memória no corpo), a escrita será um mecanismo essencial num processo que buscava memorizar melhor. Na verdade, altera-se o suporte, mas a memória continua a ser uma arte de organização do pensamento, apontando, então, de maneira mais evidente o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido.

como esquecimento decretado. O ponto de partida do autor será o sentido da palavra *Aletheia*, que em grego significa verdade. Ou seja, a verdade que se encontra ao lado da memória e da lembrança, ou do não esquecer. É muito interessante observarmos, como propõe o pensador alemão, que as metáforas do esquecimento se relacionam com as da memória, indicando que tanto esta quanto o esquecimento dependem do imaginário (mais especificamente da imaginação de imagens). Em uma das passagens onde o duplo memória/esquecimento é abordado, percebemos também a presença tomista, sobretudo em função da remissão ao inferno (o de Dante, citado por ele) como um lugar de esquecimento permanente e o purgatório, como temporário. Isto é, percebe-se novamente o apelo ao sensorial como estratégia de fixação e apagamento do que deve ser lembrado ou esquecido, evidenciando que a afetação é uma marca da memória: “só os ‘afetos’ desencadeados na alma são talvez – com a ajuda divina – acessíveis à memória humana” (*Idem*, p. 65).

Temos investigado o quanto a formação de um imaginário tem interferido na maneira como os indivíduos conferem sentido ao que vêem, lêem e escutam nos meios de informação. De forma análoga, o quanto o projeto burguês posto em marcha na transição do Império à República representa um marco importante na construção desse imaginário. Isso, em alguma medida, se reflete na forma como os atores sociais conferem sentido ao antagonismo social contemporaneamente – mendigos que assustam e indignam os moradores e comerciantes de Botafogo é um claro exemplo disso (vide nota 96) – principalmente quando o conjunto de concepções ligadas ao ideário burguês aparece espelhado na imprensa de forma mais ou menos harmoniosa. O papel desempenhado pelo esquecimento, nesse processo, tornar-se tão ou mais importante quanto o da memória. Vejamos, com Weinrich, como essa dinâmica acontece na França:

*Para a França, a Revolução Francesa significou uma derrocada histórica da memória, cujos efeitos na vida pública foram muito além de tudo o que a história européia conhecera até ali como a ‘condenação da memória’ (damnatio memoriae). Tudo o que lembrava o Ancien Regime agora era banido, esquecer era o primeiro dever de um cidadão. Ao mesmo tempo, em rápida sequência foram introduzidos os sinais de uma nova memória que deveriam aliviar o esquecimento das coisas antigas (*Idem*, p. 161, grifos nossos).*

Como já mencionamos em outra oportunidade, estudar as narrativas midiáticas se revela uma importante estratégia de pesquisa, sobretudo em função da centralidade que ocupam na cena política. Claro que em alguns momentos fica óbvio a que tipo de projeto os meios de informação se vincula, afinal, quando se coloca luz demais sobre algo o caráter

ideológico aparece. Entretanto, quando não há nem muita nem pouca luz, essa opacidade deixa dúbia a posição assumida. Por isso, o estudo de tais narrativas, com a memória que se busca construir (mas, principalmente o que se quer apagar, via esquecimento) torna-se fundamental. Tomemos como referência um debate ocorrido numa emissora de televisão¹⁴⁸. Na ocasião, num dos blocos, os personagens discutiam sobre 19 mortes ocorridas no chamado “Complexo do Alemão” (um conjunto de favelas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro). A opinião geral era a de que o Estado deveria investigar as mortes de dois inocentes, assassinados durante uma *operação* da Polícia Militar. Até aí, nenhum problema. A questão se complexifica à medida que foram mortas 19 pessoas. Ou seja, não podíamos esquecer (temos que lembrar) que dois inocentes foram executados. Mas, e os outros 17? Neste caso a memória já está construída: eram criminosos, morreram porque se envolveram com o crime. Aqui novamente a memória e o esquecimento vão sendo produzidos: por um lado, o criminoso pode ser executado (pela natureza da sua ação); por outro, se esquece que num estado de direitos todos devem ser julgados e, se condenados, pagarem por seus delitos; sem pena de morte, afinal nossa Constituição não a autoriza.

Evidentemente, tanto a memória quanto o esquecimento não são *produções* tópicas, elas são exercitadas na longa duração, estabelecendo-se paralelismos que iluminam ou obscurecem determinadas situações, mormente quando são retratadas dentro daquele contexto que as narrativas jornalísticas tornam manifesto. Se olharmos para uma notícia como a que aparece sob o título “Quando o tamanho esconde a violência de um bandido”¹⁴⁹, onde

Tamanho não é documento e pode enganar. Foi assim em 5 de novembro de 1989, quando C., 12 anos – conhecido pelo apelido de Maguinho –, cruzou, no Posto Nove, em Ipanema, com Cambarra, menino de uma gangue rival. Na areia superlotada no domingo de sol, Maguinho sacou um revólver 32 e disparou contra o oponente até esvaziar o tambor. Houve pânico, gritos, correria e uma vítima fatal: a engenheira Ângela Lopes Machado, de 26 anos, atingida no peito por uma bala disparada por Cambarra. Preso, Maguinho – que, franzino parecia ter oito anos – escapou de ser linchado, mas, um mês depois fugiu

à luz do debate citado no parágrafo anterior, estabelece-se sentido de por que o “Brasil desrespeita os direitos humanos”¹⁵⁰,

¹⁴⁸ Debate ocorrido no dia 03/10/2007 no programa *Espaço Público* (TVE Brasil) que contou com a presença, do Prof. Eurico Figueiredo (PPGCP/UFF), Felipe Pena (PPGCOM/UFF), do embaixador Afonso Arinos, dentre outros.

¹⁴⁹ *O Globo*, 1º/08/1994, p. 12 (os grifos na notícia são nossos).

¹⁵⁰ *JB*, 07/02/1995, primeira página (grifos nossos).

Relatório divulgado ontem pelo Itamarati mostra que o Brasil é um celeiro de agressões aos direitos humanos. Remetido à ONU por força de um acordo internacional, o documento relata a violência contra crianças e adolescentes, prostituição de meninas e trabalho forçado.

Mas, voltemos à questão que Weinrich abordava em torno da *Revolução Francesa*. Outro aspecto importante, que ressalta a centralidade do conflito em torno da significação, é a observação do autor de que “a primeira fase dessa revolução da memória atingia a linguagem da cortesia mais ou menos cerimoniosa, que na França, como ‘centro da cortesia’ (La Bruyère) deitara raízes particularmente fundas na memória” (*Op. cit.*, p. 161) Evidentemente que, a despeito dessa revolução da memória, apesar de o esquecimento ser produzido, a memória irrompe como ato falho. Pensemos na arte do esquecimento em Nietzsche, para quem ela “se baseia em retirar dos conteúdos da memória (...), os da formação histórica, a base de motivação e construir com o agir, com a vida e com o futuro uma motivação nova e concorrente, a partir da qual se deve reorganizar a memória” (*Idem*, p. 183) Nesse sentido, avaliamos que o esquecimento (produzido culturalmente) pode aflorar através da sintomatologia dos atos-falhos, como propõe Freud. Neste caso, o *Inconsciente* pode ser equiparado ao *Esquecido*. O passado, assim, é evocado a partir de uma ação no presente que busca antecipar o futuro, através das realizações (projetivas) que se almeja. E essa parece ser uma questão central tanto para Weinrich quanto para Paul Valéry ou Ricoeur:

“A memória é de essência corporal”. Deste corpo que é sempre presente como meu/teu, e se orienta para o futuro, Valéry diz ainda que ele prescreve as condições da memória. “Só pelo corpo o pensar é sério”. O instrumento de que o corpo se serve para separar as lembranças cotidianas triviais das que servem à vida, e assim transformar a memória insensata em memória ajuizada é o esquecimento (Idem, p. 205).

É a partir destas perspectivas que trabalhamos com a hipótese de as sensações direcionarem a recepção. Porém, como já foi demonstrado por Duarte¹⁵¹, o apelo ao sensacional continua presente na imprensa (alcançada como séria) através do *fait-divers*. O que nos faz refletir se o que de fato as reformas produzidas a partir da década de 1960 não fizeram foi, por um lado, esconder o caráter sensacionalista de suas informações, mascarando a formação de um imaginário que é assumido pelo caráter verossímil da informação; e, por outro, do esquecimento originado por uma cobertura que evidencia um determinado aspecto da dinâmica social obscurecendo outros tantos, tentando fazer com que eles não existam.

¹⁵¹ DUARTE, Maurício da S. *Cidadania Obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2004.

Assim, quando nos deparamos com a manchete “Guerra ao medo”¹⁵² nos vemos diante de um cenário onde o dispositivo sensacionalista interfere na construção do imaginário social em que (a) justifica-se o fato de que “Exército faz escuta nas favelas”¹⁵³ uma vez que existiria uma proposição de que a “Cumplicidade entre tráfico e movimento comunitário é antiga”¹⁵⁴. Mas, se dois anos antes (1992) a “Favela pede polícia contra traficantes” (vide nota 134) o que teria sido responsável por uma transformação tão acentuada a ponto de existir uma cumplicidade entre a favela e o tráfico como indica o título do *box* de *O Globo*, senão a construção narrativa sobre a origem do medo? Num só movimento, apaga-se (ou pelo menos tenta-se produzir esse esquecimento) a noção de que mesmo moradores de morros e favelas são alvos de traficantes para se construir uma memória sobre a convivência entre os dois grupos. A informação do periódico parece não querer deixar dúvidas quando afirma que:

Na ofensiva inadiável contra as origens do medo que começa a dominar o Rio, impõe-se acabar com a idéia de que as favelas são santuários impenetráveis dos chefões do trafico de drogas, que contariam com a solidariedade espontânea dos moradores.

A informação contida no fragmento acima é reveladora da dinâmica sobre a qual a cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu – e as marcas que ganhou no final dos anos 1990. Quando *O Globo* convoca seus leitores a apoiar a “ofensiva inadiável contra as origens do medo” ele atualiza o antagonismo social presente na formação social da antiga Capital Federal, desejando uma solução definitiva: a erradicação das origens do medo, numa evidência clara de que a militarização da segurança pública era a melhor resposta para os avanços das classes perigosas. O que não é menos significativo nessa passagem é a alusão implícita ao entrave que as propostas democráticas dos Governos Brizola representam nesse processo. Quando o diário aponta que é preciso “acabar com a idéia de que as favelas são templos impenetráveis” ele se coloca numa posição diametralmente oposta àquela que orientava o policial a respeitar “a inviolabilidade do direito à propriedade” (inclusive em morros e favelas) celebrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição de 1988, apontando o quanto o respeito aos direitos dos moradores daquelas regiões era concessão de “privilégios a bandidos”, feita pelo Executivo estadual.

¹⁵² *O Globo*, 30/10/1994, primeira página (esse título também aparece no editorial do jornal, na p. 06).

¹⁵³ *O Globo*, 29/11/1994, p. 17

¹⁵⁴ Box ao lado da matéria principal citada na nota anterior.

2.3 – Imaginário: uma dimensão dual

Como já apontamos no início deste capítulo, interessa-nos trabalhar com a presença das sensações, emoções e sentimentos imersa na racionalidade ocidental. Nesse sentido, recusamos (ainda que reconheçamos todo o esforço dessa proposta) a clivagem forjada entre emoção e razão (e com ela a de racionalidade e irracionalidade, para ficarmos em apenas um de seus desdobramentos) na construção do pensamento moderno. Assim, uma vez que buscamos evidenciar alguns dispositivos que compõem a narrativa jornalística contemporânea, com seus apelos ao *hiper-estímulo* das sensações – sendo o medo um dos mais poderosos – e o quanto essas mesmas narrativas servem a determinados projetos, passaremos a nos deter sobre a questão do imaginário e do quanto ele servirá de repositório para que as informações produzidas pelos *meios* atualizem processos históricos que vêm sendo construídos na longa duração. Evidentemente, e essa é uma das nossas principais hipóteses de trabalho, a construção de um imaginário assentado na idéia de ordem burguesa tem servido em larguíssima medida para que os atores sociais empreguem sentido ao que ouvem, vêem e lêem.

Quando nos debruçamos sobre o conceito de imaginário, é importante considerarmos as contribuições psicanalíticas sobre o mesmo (especialmente as de Freud e Lacan), isso para que não caiamos numa redução simplista, associando-o à noção de imaginação. No entanto, não prescindiremos desta idéia para construção do nosso argumento. Antes, mesmo não estando interessados em fazer aqui um estudo psicanalítico sob o imaginário, queremos evidenciar o quanto aquilo que era pensado inicialmente como fruto da fabulação, da ficção, da irracionalidade, acaba se convertendo numa instância compartilhada pela sociedade e que serve também de referência para a produção individual de sentidos. Assim, na medida em que buscamos trabalhar assumindo a presença dessas “irracionalidades” (emoções, sensações sentimentos) em ações “racionais” na contemporaneidade, um estudo com o viés da psicanálise pode ser levado a termo, sobretudo em função de boa parte das reflexões políticas e sociais de Freud “decorrerem da sutil analogia entre a psique do homem e a psique da humanidade”, onde ambas “procedem do mesmo ponto de partida e caminham na mesma direção (...) podendo as mesmas serem impulsos instintivos no interior do indivíduo ou então os costumes de uma sociedade” (Johnston, 1969: pp. 16-17).

Começamos nosso argumento então por Costa (2000), para quem imaginário e imaginação aparecem como categorias analíticas que se complementam e são constitutivas do

conhecimento histórico. Na verdade, a autora parte da recusa do pensamento racional em aceitá-las nessa perspectiva. Ou seja, a crítica da autora se constrói a partir da aceção de que “pensar por exclusão, é aceitar que a constituição social realiza-se apenas no concreto/real, em detrimento do não material, do sonho, da fantasia, natureza (magia)/cultura (*rátio*), ou entre mito e racionalidade” (*Idem*, p. 336). Como o objetivo dos racionalistas era ordenar a realidade, através da disposição mecânica das coisas, havia inevitavelmente o conflito com aqueles que, atravessados por emoções e sentimentos, tinham um conhecimento “ilusório” do mundo¹⁵⁵. Com essa perspectiva, a partir do processo de formação social do Brasil, podemos perceber claramente o quanto a ordem burguesa, através de uma concepção ideal de sociedade, encontrou de resistência por parte daqueles que a experimentavam concretamente.

É importante que destaquemos que o Brasil não estava alheio às influências teóricas e filosóficas que orientavam o pensamento moderno. O racionalismo positivista foi, nesse sentido, uma influência poderosa na construção da idéia de nação (ou de República) brasileira, como veremos mais adiante com José Murilo de Carvalho. Mas, o que parecia realmente ser fundamental nesse momento histórico era a delimitação de que a ciência e a objetividade deveriam caminhar em oposição aos desejos e às emoções, desligando-se o cientista do senso comum: “Enquanto os homens comuns pensam a partir das emoções e desejos, o cientista é totalmente objetivo. Afinal, um cientista tem de ser livre de valores” (*Idem*, pp. 338-9)¹⁵⁶. Porém, a despeito da presença do viés cientificista, as experiências concretas do povo não deixaram de estar presente, sendo encaradas como atraso (e não como resistência). Esse é o contexto onde a noção de imaginação “é tomada como invencionice, mentira, exagero, excesso¹⁵⁷, e o seu significado está associado ao ilusório, ao falso” (*Idem*, p. 340).

Racionalidade *versus* irracionalidade, esse é um ponto nevrálgico no processo de formação da sociedade brasileira. Ao valorizar o primeiro e relegar o segundo ao movimento das classes populares, o que se produziu foi a inscrição no imaginário social brasileiro de que ao primeiro significante se vinculam as idéias de ordem, progresso, superioridade, verdade, real; enquanto ao segundo, desordem, atraso, inferioridade, ilusão, imaginação. Evidentemente, e esse é um ponto relevante no nosso trabalho, essa clivagem, além de

¹⁵⁵ Tal argumento é importante para a reflexão contemporânea que trabalha com a sociedade à medida que reordena a relação pensar/sentir para a pensar/sentir/agir.

¹⁵⁶ Em Carvalho (1990), encontramos que a ortodoxia brasileira era representada por um setor específico da classe média: o setor técnico e o científico (médicos, engenheiros, matemáticos); enquanto a elite política do Império era dominada por advogados e juizes, seguidos a alguma distância pelos proprietários rurais.

¹⁵⁷ Para nós não é por mero acaso que as idéias de excesso, de exagero, apareçam associadas a um determinado tipo de fazer jornalístico, “o sensacionalista”; enquanto a idéia de objetividade/cientificidade, a de jornalismo “informativo”.

arbitrária e fantasiosa, esconde a idéia de que, nos termos propostos por Castoriadis, a ação humana é sempre atravessada pelo imaginar (que não é mera reprodução da realidade), ou seja, por sua capacidade de fazer surgir o que não estava dado, através de sentimentos e emoções, a ação humana torna-se imaginação criadora. Na proposição de Costa, “todos os gêneros são portadores de imaginários para quem souber fazê-lo aflorar. Nesse sentido, penso que o real é sempre perpassado pela imaginação (...). A relação homem/natureza faz-se mediatizada por sua imaginação” (*Idem*, p. 341). Sendo que essa imaginação, dentro daquilo que mais nos importa no pensamento da autora, não é fruto apenas da psique, ela é formada no processo histórico sobre o qual a sociedade se estabelece.

Não é de se admirar (ou pelo menos não deveria ser) que essa ação mediatizada pela imaginação se aproxime da tríplice *mimese* de Ricoeur. Isto é, a partir dos dois esquematismos característicos do ato configurante (esquematisação e tradicionalismo) e de sua relação com o tempo, os meios de informação buscam no imaginário social as ressonâncias (já produzidas) do mundo, configurando-as e construindo, reificando, exacerbando, modelos sociais já sedimentados no imaginário social. Podemos perceber tal estratégia na difusão do ideário burguês associado a certa idéia de nação (como por exemplo no processo de higienização do início do século XX), bem como no caso da legitimação da prática do extermínio durante a ditadura militar (tal como no caso “Mão-Branca”) ou ainda na recuperação da imagem do Exército nos anos 1990 (com a RIO-92). Na verdade, um dos principais dispositivos da narrativa midiática é a presença do duplo real/ficcional, ligando o episódio aos costumes e aos modos de vida da população. Nesse sentido, o ato configurante (ou a *mimese* II, como propõe Ricoeur) “se constrói no fazer humano, mas, também, na invenção; não é apenas imagem de, mas formas que podem ser imagens prenes de significações constituem o imaginário, que pode ser (...) *tanto individual, do sujeito singular, quanto social*” (Costa, *Op. cit.*, p. 342, grifos nossos). Esse fenômeno ocorre na medida em que, como argumenta Castoriadis,

O homem é sempre um indivíduo socializado, fragmentos de uma sociedade, núcleo essencial das instituições e das significações de sua sociedade. E as instituições são, aqui, entendidas como redes simbólicas, socialmente sancionadas e que buscam assegurar a gestão e provisão de alimentos, a solução de conflitos da sociedade e repassar aos homens os símbolos, mitos e devaneios que asseguram a sobrevivência social da sociedade (1987, p. 52).

A questão do imaginário, nos termos em que estamos construindo nosso argumento, ganha relevância a partir da assertiva, com a qual concordamos, de que o homem está sempre imerso numa rede de sentidos (Weber) ou numa comunidade de sentidos (Baczko). O que

significa dizer que é a partir do social que os homens interagem entre si e constroem suas identidades. É a partir do social também, ou da produção social de bens simbólicos, que se estabelecem relações de poder e de sentido, onde se garanta a hegemonia ou onde ela seja quebrada. Por isso, a luta acaba sendo por fazer crer, por significar, pela primazia por significar, onde o imaginário social acaba servindo ao antagonismo, por exemplo, sobre o qual foi construído o Estado brasileiro. Sendo assim, Costa expressa nossa proposta ao propor que:

No Brasil, assiste-se a naturalização do poder quando são criados mitos como o de que o desenvolvimento econômico expresso no real é a 'salvação do país', ou de que as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, expressa nos shows, nos fogos de artifícios, em exposições itinerantes, nos discursos políticos faziam crer que a História do Brasil estava sendo difundida e, mais do que isso, valorizada. É o imaginário social intervindo no exercício do poder, criando mitos, naturalizando símbolos, para garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e de poderio. Por trás da difusão desse imaginário social encontra-se concentração de poder, de privilégio e de prestígio. Essa forma de utilização do imaginário social levou Baczko (1985) a afirmar que 'governar é fazer crer'. Aceitando o imaginário como cravado no histórico social, aceito também que a margem de liberdade e inovação na produção das representações coletivas, em especial na dos imaginários, é restrita, mas não inviável (Op. cit., pp. 343-4).

Se para nós a imprensa continua apelando ao sensacional, como estratégia narrativa que vem atualizando a ideologia burguesa, mascarando a formação/atualização de um imaginário, é importante que digamos que esse imaginário não é entendido como uma categoria analítica universal, uma estrutura. No entanto, não desprezamos o fato de que “ele é uma faculdade humana, [que] se constrói/reconstrói (...) em diferentes espaços físicos, sendo que o imaginário social de uma época torna-se o possível ou o real de outra época e o possível e o real de uma época torna-se o imaginário de outra época” (*Idem*, p. 344), sendo este um dos principais mecanismos de produção das informações jornalísticas. Assim, o caráter verossímil da informação acaba sendo acionado à medida que “pressupostos tidos como verdadeiros adquirem novas significações em outros momentos históricos. O ficcional/imaginário, pois, é realização, ao mesmo tempo, dos conhecimentos e dos desejos de determinado tipo de sociedade” (*Idem*, p. 344-5), evidenciando o lugar estratégico que o domínio do imaginário e do simbólico ocupam no exercício do poder.

Em determinados acontecimentos históricos há uma certa amplificação de seu simbolismo, o que acaba tornando-o referencial para a construção de um imaginário social. Quando olhamos para eventos como a RIO-92, mas, principalmente para as narrativas produzidas em torno deles, percebemos que estamos diante de um interessante caso analítico

quanto a formação do imaginário social – a cobertura jornalística sobre aquela Conferência Mundial ainda produz seus efeitos nos dias atuais. Com o deslocamento das Forças Armadas para a entrada de morros e favelas do Rio de Janeiro (ainda que o Encontro fosse no Aterro do Flamengo), o ano de 1992 aparece como marco simbólico inscrito no imaginário social, sobretudo porque, em termos de atuação militar no espaço urbano carioca, o período é sempre atualizado ressaltando o caráter exemplar da atividade militar. Em resposta à pergunta de Baczko, se, “em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificantes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença?” (Baczko, *Op. cit.*, p. 298), podemos destacar que, pelas narrativas produzidas pelos órgãos de imprensa, as tropas federais passaram a ser a instância mais eficiente no combate ao crime e no estabelecimento da ordem. Nesse sentido,

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos (...) nada tem irrisórios e não existem (...) em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. Prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Os dispositivos de repressão que outros poderes constituídos põe em pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário fosse, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas de poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc. (Idem, p. 299).

Duas observações são igualmente importantes: a primeira é que o imaginário não é ilusório, mas um efeito do real. Já a segunda, diz respeito ao aspecto de que o domínio sobre o imaginário significa o domínio sobre o significado, ou pela primazia em fixar um sentido único para determinados significantes. Quando abordamos a ação dos veículos de informação dentro de um quadro onde a presença do antagonismo social é um elemento constitutivo, a perspectiva teórica de Baczko nos parece pertinente. Ao argumentar que “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” (*Idem*, p. 299), o autor nos possibilita perceber que os meios de informação têm representado, enquanto agência, o principal guardião do sistema de representação administrado (e ampliado) por eles, a medida que se convertem em guardiões do imaginário social. Ou seja, as representações coletivas seriam, por assim dizer, uma

primeira dimensão do imaginário. Portanto, o imaginário social representaria a passagem dos mitos com implicações ideológicas às ideologias que escondem mitos seculares, através de técnicas que, por um lado, desvalorizam as demandas dos adversários, deslegitimando-as e, por outro, produzindo representações justificadoras do poder, convocando a coletividade à sua adesão.

Os meios de informação vêm operando, em nossa visão, com o imaginário social a partir de uma perspectiva conservadora, onde recalcam-se outros elementos da construção popular no domínio de um esquecido, tecendo um jogo dialético entre o que deve ser lembrado, porque consta como “verdadeiro”, e o que deve ser esquecido, porque é tido como “ilusório”, invertendo o princípio proposto por Michelet (1989), em *História da Revolução Francesa*, onde o imaginário social é definido como o espaço para a “expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos entre povo dominando e as forças que o oprimem” (*Idem*, p. 303). Dentro dessa mesma perspectiva, as narrativas jornalísticas se encarregariam da difusão das representações ideológicas deformando-as, ocultando o seu lugar na luta de classes.

Pensando a questão do imaginário em termos sociológicos, mesmo empreendendo abordagens teórico-conceituais distintas, Marx, Durkheim e Weber reconhecem a importância do imaginário social como uma espécie de fundo de crenças comuns que exprimem mais ou menos o sentimento de existência da coletividade e orientam as ações dos indivíduos. Ao mencionarmos Marx, inevitavelmente temos que fazer referência à questão da luta de classes. Em sua acepção, os imaginários sociais seriam compostos por um poderoso sistema de representações, com papel preponderante na mediação que as instituições fazem entre as classes sociais. Já para Durkheim, ao estabelecer a correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representações coletivas, eles funcionariam como instâncias que asseguram o consenso e a coesão social. Com Weber ganha relevância a questão das funções que competem ao imaginário na produção do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações. O imaginário, assim compreendido, funcionaria como uma rede de sentidos, nos termos weberianos, como marcos simbólicos de referência por meio dos quais “os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc., uma vez que as relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais” (*Idem*, p. 307).

Ainda dentro da perspectiva sociológica, seja por Marx, Durkheim ou Weber, um elemento importante do processo de produção do imaginário social é a questão de que ele

opera na longa duração. Tomemos, a título de exemplo, dois momentos históricos distintos na cidade do Rio de Janeiro: 1904 e 1992. No primeiro, como revela o Chefe de Polícia do Distrito Federal, a maneira de lidar com desordeiros e indivíduos de má reputação era a deportação para regiões afastadas da cidade, limpando-a; no segundo, ainda que temporalmente os policiais daquela época não compusessem a Polícia Militar e o Rio não fosse mais a Capital Federal, a prática da “deportação” continuava a fazer parte do imaginário em torno do *modus operandi* da ação policial para com os indivíduos de “má reputação”. Ao mirarmos os conteúdos narrativos dos meios informativos (e os dois episódios que são noticiados pelos meios) tocamos a essência¹⁵⁸ do processo de atualização dos imaginários sociais que, produzidos dentro das páginas dos jornais (para ficarmos apenas com os impressos), apontam a dimensão da longa duração em que a imaginação opera.

Ainda pensando a questão do imaginário, torna-se importante distinguir as categorias imaginação social e imaginário social. A primeira prevê a participação da atividade humana individual (ação imaginativa) num fenômeno coletivo (imaginário social); a segunda, uma das forças reguladoras da vida coletiva que forja “representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e sua razão de ser” (*Idem*, p. 309). Assim, a regulação do imaginário social acaba se tornando uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Desse modo, o imaginário pode ser entendido como lugar e objeto dos conflitos sociais à medida que novas representações podem evidenciar a questão da legitimação do poder (que busca na sua legitimação uma forma de esconder seu arbítrio). Ou seja, a formação de um imaginário acaba servindo de referência para a divisão de poder estabelecida.

Um claro exemplo desse processo é o papel que os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps)¹⁵⁹ acabam desempenhando. À medida que o governo estadual vinculava sua imagem a eles, maior era o rigor com o qual o projeto era combatido. Dentro do processo de

¹⁵⁸ Quando afirma que é através da propaganda que se revelam os meios técnicos e científicos que as sociedades contemporâneas dispõem no domínio da produção e manipulação dos imaginários sociais, cremos que Baczkó toca somente na aparência da questão. Ainda que não refutemos totalmente tal assertiva, nossa proposta aponta que é através das construções narrativas jornalísticas, especialmente aquelas que reivindicam o estatuto de verdade (por ser neutra, imparcial, objetiva) que os imaginários são produzidos e manipulados. Isso porque, esse processo não aparece na superfície da produção (como o caso da propaganda deixa claro) onde o objetivo é claramente influenciar alguém a fazer algo, mas na parte invisível da legitimação do poder presente nos relatos do dia-a-dia que *simplesmente* descrevem o cotidiano de uma determinada sociedade.

¹⁵⁹ Junto com o Sambódromo e a Linha Vermelha, o CIEP aparece como símbolo do governo do estado do Rio de Janeiro (Leonel Brizola – PDT) cuja principal orientação ideológica era o trabalhismo celebrado no nome Partido Democrático Trabalhista.

politização das “questões sociais”, ele simbolizava o compromisso com a ideologia trabalhista e a possibilidade da oferta de um “ensino público de qualidade” para as classes populares. Na perspectiva dos grupos opositores ao brizolismo, o Ciep era simbolizado como espaço ligado à marginalidade. Com o título “Benedita quer meninos de rua aprendendo ofício nos Cieps”¹⁶⁰, *O Globo* já indicava que os Centros eram abrigos para menores. Mas, é com “Ciep ‘funk’”¹⁶¹, na mesma edição, que o jornal estabelece explicitamente a relação entre Ciep e criminalidade. Na primeira notícia, antecipando *alguns motivos* da degradação das escolas:

Para Benedita, o município não precisa de novas escolas, mas sim da recuperação das já construídas que, em sua grande maioria, encontram-se em péssimo estado de conservação. Para isso, além dos recursos públicos que pretende direcionar para a educação, ela espera a colaboração da iniciativa privada na adoção de um projeto de reformas emergenciais nas escolas do Rio.

Na segunda:

A morte do traficante Jorge Negão, chefe do comércio de drogas na favela Nova Holanda, em Bonsucesso, encerra uma carreira de extrema violência: foram pelo menos 30 homicídios. Está na biografia do bandido que ele praticava uma “política de boa vizinhança”, buscando assumir o papel de protetor de comerciantes e moradores do morro contra rivais no tráfico. E até financiava bailes funks no Ciep Samora Michel (sic). Isso era sabido e notório – menos, pelo visto, para os responsáveis pelo Ciep, que não se incomodavam em prestar esse serviço a um marginal.

Esta segunda informação está contida em um box abarcado pelo título da matéria principal “Duas mil pessoas vão ao enterro de traficante”¹⁶². Mas, aceitando que talvez a diagramação possa não ser suficiente para estabelecer a relação *sugerida* pelo jornal, a matéria traz a informação de que moradores e comerciantes da região (estes fecharam as portas de seus estabelecimentos) foram até o cemitério *prestar homenagens* ao traficante. Quando olhamos para o trecho reproduzido no parágrafo anterior, chama-nos a atenção o pouco cuidado formal da notícia frente ao “serviço prestado” por ela: pouco importa *se o chefe do comércio de drogas da favela Nova Holanda... protegia moradores e comerciantes do morro*; talvez menos ainda importe se o nome da favela (e não do *morro*) esteja incorreto: *Samora Michel* (o correto é Samora Machel). O que parece ser realmente relevante nesse *serviço público prestado* pelo veículo é a atualização no imaginário social da vinculação entre

¹⁶⁰ *O Globo*, 03/07/1992, p. 08. É muito interessante observarmos que mais uma vez o assunto (regional, não existiam Cieps em outros pontos do país) era abordado dentro da editoria *O País*.

¹⁶¹ *Idem, Ibidem*, p. 16.

¹⁶² *Idem, Ibidem*.

(a) moradores e comerciantes com o tráfico de drogas e (b) *dos responsáveis pelo Ciep... que prestam esse serviço a um marginal.*

Uma vez mais, poderia-se supor tratar-se de uma leitura um tanto forçada, enviesada de nossa parte. Afinal, onde está na informação a referência explícita sobre a responsabilidade pelo Ciep? Aceitando a premissa de que atacar o Centro é atacar o PDT (e mais ainda o Governo Brizola), o conjunto de narrativas apontadas acima permite ao leitor fechar o sentido da notícia com elementos que ele possuía antes de ler. Quando no dia 28/06/1992 (portanto, após o término da RIO-92) o jornal traz a manchete “As confissões dos PMs”, com três subtítulos: “Soldados dizem que comando é fraco, omissos e corrupto”; “A maioria admite que recebe propinas”; “Segurança particular é o segundo emprego de quase todos”¹⁶³; ele evidencia o quanto o estado estava à deriva no que diz respeito à segurança pública. Se a chamada não foi capaz de interferir na imaginação do leitor, a explicação vem a seguir na notícia sob o título “PMs apontam corrupção e omissão dos comandantes”¹⁶⁴:

De cada dez policiais militares do Rio, sete consideram seus comandantes corruptos, fracos e omissos. Pesquisa realizada pelo INFOGLOBO – Informações de Mercado e Opinião durante o mês de maio [que antecede à RIO-92] constatou uma brutal insatisfação da tropa com o comando, incluindo também o governador Leonel Brizola. A questão foi respondida por 444 PMs espalhados por todo o Grande Rio e 73% deles avaliaram seus chefes como corruptos, fracos e omissos. “A PM é um órgão falido”. “Ela apodreceu e está sendo conservada em formol”. “Os PMs não confiam no comando” foram algumas das frases ouvidas pelos pesquisadores do INFOGLOBO.

Pensando nas propostas democráticas dos governos estaduais pós-ditadura militar, à medida que propunham politizar as “questões sociais”, evidenciamos dois pontos importantes: o primeiro é que a produção de imaginários está aberta à atividade humana, ainda que em posições de poder assimétricas e antagônicas; o segundo, e esse é o ponto mais importante, é que a estratégia para a manutenção do lugar privilegiado no domínio do imaginário social continua sendo o uso dos dispositivos de repressão, ou de recursos ideológicos que produzem efeito repressivo. Nesse sentido, “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem” (*Idem*, p. 311). Ou seja, o imaginário social, assim entendido, representaria a estabilidade do sistema simbólico numa perspectiva individual (para a psicologia) e numa coletiva (para a sociologia).

¹⁶³ *O Globo*, primeira página.

¹⁶⁴ *Idem*, 28/06/1992, p. 20.

O imaginário social, a partir da perspectiva apontada no parágrafo anterior, assegura um esquema coletivo de interpretação das experiências coletivas e uma codificação das expectativas e das esperanças, fornecendo um código de conduta aos agentes sociais. O poder do imaginário social assenta-se na fusão entre “verdade e normatividade, informação e valores, que se opera no e por meio do simbolismo” (*Idem*, p. 311). Assim, ele não só informa acerca da realidade, como também apela a uma determinada ação. Sendo um modo de interpretação e de valorização, o apelo ao imaginário, “suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização, pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (*Idem*).

Quando refletimos sobre o debate em torno das duas propostas antagônicas para a questão da Segurança Pública no Rio de Janeiro (uma ordem autoritária/repressiva e outra democrática) à luz do que propõe Baczko, podemos perceber que a operação do imaginário social em torno da construção do principal inimigo público pode conduzir à constatação de que só há uma única escolha possível no combate à criminalidade: a repressão. Na contemporaneidade, principalmente pela centralidade que os meios de informação ocupam, reproduzindo e manuseando o imaginário social, eles não atuam só como difusores. Além de difundir-los, os meios têm atuado no sentido de cristalizá-los como se não houvesse alternativas, produzindo um amalgama entre informação e imaginação, o que se transforma numa poderosa influência sobre as respostas dadas pelos atores sociais. Ou seja, a própria informação, longe de ser imparcial, neutra e objetiva, já é em si produto de imaginações sobre a realidade.

Na perspectiva aberta por Baczko, “aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades” (*Idem*, p. 314) hegemonicamente construídas, acrescentamos, e não estritamente pela propaganda, como propõe o autor, mas através das narrativas que apelam às emoções, sentimentos e sensações e que se escondem por trás de uma pretensa objetividade. Ao estudar o caso da Revolução Francesa, através dos imaginários sociais e violências camponesas do século XVII e durante o “grande medo” de 1789, Baczko nos permite apontar como as permanências de longa duração interferem em ações distantes no tempo e no espaço, uma vez que, avaliamos, o “grande medo” revela-se no “medo branco, onda negra”, de Sidney Chalhoub, ou no medo que, além de mercadoria, produz subjetividades, nos termos propostos por Vera Malaguti, que afetam

nossas decisões na contemporaneidade. Não menos interessante é o fato de (a) a presença da oposição nós (ordem) *versus* eles (desordem), bem como (b) a construção da figura do inimigo sob uma forma mais ou menos mítica (às vezes nunca visto) serem os fios condutores desse medo: “um inimigo fantomático, contra o qual a coletividade se ergue, que reúne numa só representação coletiva, simultaneamente provocatória e mobilizadora, todos os agressores potenciais e reais (*Idem*, p. 320).

Em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), José Murilo de Carvalho chama a atenção para a questão da ideologia na legitimação do poder¹⁶⁵: “O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder” (p. 09). Essa assertiva aproxima este autor de Baczkó na medida em que ambos trabalham com a estreita relação existente entre imaginário e ideologia, com a diferença de que o segundo trabalha estritamente a partir da Revolução Francesa enquanto o cientista político, no caso brasileiro, da Proclamação da República, ainda que o caso francês seja a referência. Para Carvalho, “havia três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo” (*Idem*). Evidentemente, as justificativas ideológicas também continham elementos que iam além do discurso, daquilo que era cientificamente demonstrável. Na verdade, supunham modelos ideais de República, de organização social. Ou seja, buscava-se materializar na cidade (no caso a do Rio de Janeiro) as projeções (em seus aspectos utópicos e visionários) do imaginário sobre o espaço urbano.

Nunca é demais recuperarmos que, ainda que as mencionadas projeções fossem, em larga medida, fruto das concepções republicanas burguesas, havia a necessidade do envolvimento popular no processo de instauração da República. No entanto, como o discurso era entendido como letramento, a incorporação do povo, além de se tornar um entrave, ampliava a discussão sobre discurso e ideologia. Nesse sentido, e esse é o ponto de partida de Carvalho (1990), a verdadeira batalha que se inicia no Brasil, no final do século XIX, é a batalha pelo imaginário popular republicano. Isto é, abandona-se o discurso (o entendido como letramento) e adotam-se “sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos” (*Idem*, p. 10). Como já havíamos mencionado no início desse capítulo, em nossa avaliação a questão da literatura de sensação é central nesse processo. Não há como negar que, se a comercialização desse tipo de literatura não é

¹⁶⁵ Já em *Os Bestializados* (1987), o autor inicia essa discussão apontando o quanto foi nula a participação popular na proclamação da República e a derrota nos esforços de participação nos anos seguintes.

deliberadamente um projeto burguês de difusão da sua ideologia, a ampliação da circulação da mesma no mercado editorial e a sua migração para as páginas dos jornais (folhetins) encontram um momento histórico bastante favorável à construção de um imaginário social via do apelo às sensações, até mesmo porque esse era um dos principais objetivos das classes dirigentes naquele contexto: atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos.

Como já salientou Baczko, sendo parte integrante de qualquer regime político, a elaboração de um imaginário é importante à medida que, através desse processo, pode-se atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. Carvalho já havia chamado a atenção para a questão do imaginário, destacando a transferência de idéias dos líderes para a população. Mas não se trata simplesmente de transferir um conjunto de idéias de uns poucos para outros, continuar por esse caminho seria inócuo em função das dinâmicas que envolvem as trocas sociais. Gramsci já demonstrou como se produz consenso em torno de uma dada ideologia. Mas, a despeito do problema que apontamos nas propostas de Carvalho, elas são muito interessantes à medida que antecipam um debate em torno da noção de que emoções e sentimentos (coração) acabam compondo o corolário da ação política, como propõem autores como Slavoj Žižek, Gisálio Cerqueira, Vera Malaguti, dentre outros.

São muitas as conexões entre a obra de Baczko e a de Carvalho, ainda que as referências não sejam explícitas. Mas, para além da remissão à Revolução Francesa, o autor brasileiro chama a atenção para a influência direta daquele marco histórico, político, simbólico, através de uma conexão significativa do ponto de vista do imaginário como um importante ponto de ancoragem para as identidades sociais – a instauração da República no Brasil vai acontecer no ano do centenário da Revolução Francesa. Nesse sentido, e uma vez que a produção simbólica da Revolução (Bandeira tricolor, Marselhesa, barrete frígio, árvore da liberdade, grandes festas cívicas, calendário da Revolução), e a aceitação dos símbolos “propostos poderá revelar raízes republicanas existentes no imaginário popular e a capacidade dos manipuladores de símbolos de refazer esse imaginário de acordo com os novos valores” (*Idem*, p. 13), ancorando parte do universo simbólico das duas nações dentro daquilo que Baczko chamou de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentidos*.

Outro ponto relevante é o prestígio (teórico e filosófico) desfrutado pelo pensamento moderno. O racionalismo positivista acabou sendo a principal influência na construção da idéia de República no Brasil. Quando Carvalho argumenta que, os positivistas ortodoxos se

envolveram intensamente em todas as batalhas simbólicas “como as do mito de origem, do herói, da alegoria feminina, da bandeira (...) constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população.” (*Idem*, p. 129), ele nos permite perceber o quanto o advento da República também foi responsável pela delimitação da oposição (e da valoração) ciência/objetividade *versus* emoção/desejo/subjetividade. Dessa forma, não é de admirar que a questão da imaginação e do imaginário tenha sido deliberadamente relegada ao plano do ilusório, do irreal, do irracional, do exagerado, do excessivo. Tampouco que os anos 1960 recuperem essas noções ao produzir a distinção entre imprensa “informativa” e “sensacionalista”.

Ainda na perspectiva do autor, a ortodoxia no Brasil acaba sendo representada por um grupo político com idéias muito precisas sobre a tarefa a realizar e os meios a utilizar. Nesse sentido, “A junção da doutrina comtista¹⁶⁶ com a visão estratégica dos ortodoxos fez desses positivistas os principais manipuladores de símbolos da república (...). Além disso, viam-se em posição privilegiada para apressar a marcha da história. Daí se terem lançado à doutrinação política com convicção e energia de apóstolos” (*Op. cit.*, p. 139). A “manipulação de símbolos”, então, acabou se revelando uma importante estratégia de convencimento. Mas, como o próprio autor evidencia, os livros, os jornais e as conferências públicas se constituíram ferramentas essenciais na difusão do ideário republicano, sobretudo na classe média. Portanto, ainda que não percamos de vista a existência de outras práticas de leitura, podemos perceber o quanto a difusão da ideologia republicana, via instrução, acaba se revelando uma estratégia muito eficaz em torno da construção do imaginário social brasileiro.

Próxima das preocupações que atravessam as reflexões de Carvalho, mas principalmente as de Baczko, Andrade vai partir da distinção verdadeiro/real *versus* ilusório/deformação do real para pensar a questão da formação da identidade. Mais especificamente, ao chamar a atenção para o fato de que sua proposta se insere na corrente que considera o homem um ser completo (biológico, psicológico e social), a autora se debruça

¹⁶⁶ É muitíssimo interessante observar o quanto o projeto racionalista/burguês/republicano evidencia o complexo processo fixar/apagar. No Brasil, quando se pensa ou fala de racionalismo positivista o principal nome que nos vem à mente é o do filósofo francês Auguste Comte, que, ao sofrer a influência das idéias de Clotilde de Vaux, passa a desenvolver elementos utópicos e religiosos no seu pensamento, deslocando a razão para o segundo plano, e conferindo superioridade ao sentimento e ao amor sobre a razão, postulando que as Repúblicas deveriam ser extensões da família. Outro aspecto igualmente curioso é o quanto o projeto brasileiro contrariava a orientação positivista ortodoxa (cuja doutrina deveria ser capitaneada por proletários, patriciado e mulheres); o positivismo à brasileira propunha que as transformações deveriam ser conduzidas pela classe média, cujos principais expoentes eram os profissionais liberais – engenheiros, médicos, matemáticos, professores em geral. Para mais detalhes ver Carvalho (1990, Capítulo 6).

sobre a relação entre personalidade e cultura e como a mesma está atravessada pelas questões do imaginário. Assim sendo, para explicitação do percurso que estamos desenvolvendo, trabalharemos com a perspectiva de o imaginário, em sua dimensão social, servir como referência para a ação individual através do entrecruzamento entre o pensar, o sentir e o agir. Dessa forma, entendendo que o imaginário é um dos três registros que se entrelaçam (tríade lacaniana) e acompanhando as contribuições da psicanálise propomos que, em última instância, o investimento no imaginário vai interferir nas respostas que os atores sociais dão aos estímulos dos meios de informação, uma vez que a imagem, desde sua captação pelo olhar, sua constituição do *ego* e seus efeitos imaginários, produzem efeitos na constituição da personalidade.

Evidentemente, não se trata aqui de mapearmos elementos de um estudo de psicanálise. O que nos interessa é apontar o quanto a questão do imaginário é atravessada pelos conceitos de sensação, percepção, ilusão. É nesse sentido, inclusive, que o apelo às emoções, aos sentimentos, às sensações revela-se uma importante estratégia na construção de consensos sociais e da estabilidade do sistema simbólico. Para Andrade, na sequência de sensações que vêm através dos sentidos, o olho ocuparia uma posição privilegiada:

O olhar que se dá ao corpo, o olhar que se vê é um olhar imaginado no campo do Outro (...) a percepção, para Lacan, provém da visão (...). Essa dialética entre o olhar e a visão é uma rachadura estabelecida entre o visível e o que é visto. Compreende-se daí que é necessário que o imaginário transforme-se em representação simbólica (Andrade, 2003, p. 77).

Ao propor essa leitura, a autora toca no conceito mais importante de Lacan, que é o *estádio do espelho* ou *estágio do espelho*¹⁶⁷, que fundamenta o *imaginário* e trata dos processos de *identificação* e identidade (Andrade, 2003; Laplanche, 2001; Garcia-Roza, 2000). Outro aspecto da importância do *estádio do espelho* é que ele universaliza um processo que é em si individual. Em sua avaliação: “o espelho surge como uma metáfora para a ilustração de um fenômeno universal, considerado um *estádio* da personalidade¹⁶⁸ e pela

¹⁶⁷ Para Lacan, esse estágio é concretizado pela experiência que a criança tem ao perceber sua própria imagem (seu próprio corpo) refletida num espelho – experiência que é fundamental para o indivíduo e na qual ele [Lacan] identifica a matriz a partir da qual se formará um primeiro esboço do ego (ego especular, o imaginário que aí se produz). Essa experiência deverá ser entendida “como uma identificação no sentido pleno que a análise dá a esse termo, a saber: a transformação produzida no sujeito quando esse assume uma imagem” (Lacan, 1998, p. 12).

¹⁶⁸ O *estádio do espelho* seria o primeiro momento da constituição do sujeito. Numa segunda fase, quando a criança já consegue perceber que aquele outro refletido (no espelho) é uma imagem, inicia-se o processo de ideação. Ou seja, um princípio organizador a partir do qual o sujeito oferece significação à sua vivência. Na fase seguinte, quando a criança consegue associar palavra-imagem, percebendo que a imagem é ela mesma refletida, há uma interrupção da fascinação (ou repulsa) e a introjeção de idéias. Nesse sentido, para Lacan, o *estádio do*

suposição de que esse objeto está presente em toda parte e em todas as culturas” (Andrade, *Op. cit.*, pp. 78-79). Assim, na perspectiva aberta pela autora, esse conceito laciano – ligação entre real, simbólico e imaginário – estabelece um novo sentido para a compreensão do funcionamento psíquico.

Em nossa avaliação, a explicitação do processo psicanalítico de constituição da subjetividade é importante à medida que oferece à questão da racionalidade humana uma possibilidade de explicação da presença dos sentimentos, dos afetos, das emoções na ação política. Ainda que o percurso oferecido por Andrade seja a partir da análise de obras de ficção (filmes, romances), percebemos que o mesmo tipo de aproximação pode ser feita com a narrativa jornalística, concebida aqui como uma obra a espera de sentido, e com os jornalistas, como autores que elaboram suas criações atravessadas pelo imaginário. Quando Lacan propõe que o *fantasma*, quem vem a ser o mesmo que *fantasia*, se forma a partir do *estádio do espelho*, produzindo uma acomodação da relação do sujeito ao Outro, podemos perceber o quanto os desejos do autor (do filme e do romance, como propõe Andrade; das narrativas jornalísticas, como propomos) são projetados pelo imaginário¹⁶⁹ através de articulações conscientes e inconscientes.

Sobre a personalidade, a autora ainda argumenta que ela é uma “confluência de fatores de vivência imaginária que têm no duplo¹⁷⁰ uma inspiração significativa. Ao experimentarmos imaginariamente projeções de partes amadas ou odiadas de nossa pessoa, podemos construir situações fictícias ou personagens, cuja verossimilhança nos impressiona” (*Idem*, p. 87). A partir dessa perspectiva, propomos que, ao recorrermos ao que foi imaginariamente construído, principalmente se for verossímil tal elaboração, as narrativas jornalísticas estariam atravessadas por esse imaginário que influenciaria decisivamente as nossas projeções, os sentidos que atribuímos à dinâmica social. Em nossa avaliação, tal como na literatura, as informações produzidas pela imprensa partiriam de uma impressão atual, retrocedendo a uma lembrança do passado e apresentando esta impressão sob a forma de realização de desejos que

espelho não é simplesmente um momento do desenvolvimento do sujeito, mas uma passagem que fundamenta uma função psíquica, que ele nomeou de imaginário (Andrade, 2003, Lacan, 1998).

¹⁶⁹ Para Andrade, a personagem vai lidar diretamente com a percepção do receptor, contando com a intensidade da sensibilidade de quem a experimenta, da situação vivida e dos fatores que provocaram seu aparecimento, sujeitando a imagem à *ilusão* e podendo ser simbolizada de vários modos, como, por exemplo, a forma de *alucinação* ou de *delírio*, ou de criação. Como seu objeto de estudo é a literatura, ela relaciona relatos dessa experiência, onde os temas de inspiração são pessoas reais que foram transformadas através das funções do imaginário do autor.

¹⁷⁰ Para a psicanálise, esse fenômeno do imaginário (o duplo) expressa a duplicidade do objeto transformada em imagem. Uma foto é um duplo do objeto no sentido em que o reproduz. Na verdade, “O duplo nada mais é do que a imagem do estágio do espelho que ganha vida autônoma na base do processo imaginário” (Andrade, *Op. cit.*, p. 91).

foram insatisfeitos. A partir da proposta de Andrade, “estas fantasias inconscientes, originárias, tomam a forma consciente nos devaneios do autor. O inconsciente determina a escolha do material com o qual ele vai trabalhar e conduz aos efeitos poéticos. Para tal é necessário que o material seja disfarçado para exercer um efeito de sedução” (*Idem*, p. 87-8).

Por nossa compreensão do que está sendo proposto, um dos princípios articuladores do compartilhamento de saberes entre o autor e o receptor é a *identificação imaginária*. No entanto, ainda que concordemos com os argumentos de que no cinema e na literatura haja a referida identificação, julgamos que ela é mais imediata na produção narrativa dos meios de informação, especialmente pela sutura¹⁷¹ que os meios realizam. Porém, em alguns veículos (os alçunhados de imprensa informativa) a referência à ação e ao desejo fica escamoteada pela *objetividade* com que os autores realizam suas tarefas, uma vez que nesse campo (o jornalístico) trata-se da realidade (esse é o argumento) enquanto naqueles, da ficção. Evidentemente, a *identificação imaginária* produzida pelo compartilhamento de sentidos é parte da trama social. Tomemos como referência a relação entre cidade e identidade. Tal como já afirmara Baczko, as cidades são projeções do imaginário no espaço. Dessa forma, as transformações das cidades são apontadas por Andrade como fator de mudança ou ameaça à personalidade, isso porque elas foram concebidas a partir de uma necessidade de oferecer proteção aos homens. A cidade é um território imaginado e ela pode favorecer a identidade. À medida que as cidades não oferecem a estabilidade desejada, ela passa a representar também uma instabilidade nas identidades, sobretudo porque não nos reconhecemos mais nela. Se a referência é uma cidade como a do Rio de Janeiro, que foi Capital Federal, mas que mantém (do ponto de vista arquitetônico) os símbolos daquele tempo – símbolos esses que contribuíam para a construção identitária – e com eles o acolhimento de um determinado projeto de nação, como fazer para que ela deixe de ser, simbolicamente, o principal lócus de tensões sociais do país?

Ao privilegiar a literatura e o cinema como suportes essenciais para a *identificação primária* (e isso será importante dentro do nosso argumento) e na medida em que se estabelecem as aproximações entre o imaginário do autor e do espectador (que para nós é da

¹⁷¹ Conceito apresentado por Jacques-Alain Miller num texto intitulado *Suture (Elements of the logic of the signifier)* e publicado originalmente no *Cahiers pour l'analyse* 1 (1966), mas já utilizado por Lacan para mostrar como opera a lógica do significante. A sutura consistiria numa relação entre a estrutura significante e o sujeito e, ao mesmo tempo em que assinalaria a falha, a abertura da estrutura, possibilitaria que quase não se percebesse sua presença. Nesse sentido a sutura pode ser entendida como a interseção que se insere na própria ausência dentro da ordem simbólica sendo ela a presença-ausência da imagem que produz um efeito de realidade fantasmática, articulando significado-significante. Advinda de uma ficção discursiva construída pelo sujeito, a narrativa jornalística ganha seu valor de verdade, pois, numa avaliação preliminar, entendemos serem elas as responsáveis por um processo de sutura entre o imaginário dos leitores e as próprias narrativas.

mesma natureza da relação entre a do autor das informações jornalísticas e dos telespectadores, ouvintes e leitores), Andrade afirma que há a possibilidade de se submeter a narrativa a uma análise de conteúdo, a uma análise estrutural e as considerações psicológicas articuladas a outros discursos. Essa aceção, como argumenta a autora, é corroborada pela teoria da semiótica e da narratologia do linguista Algirdas J. Greimas que,

Estudando a análise estrutural da narrativa de relatos míticos e de contos populares, fornece a hipótese de que uma generalização das idéias humanas que funcionam como uma mente, que constitui, ao mesmo tempo, o inconsciente de cada indivíduo e o de toda a espécie. Essa concepção de Greimas sobre o discurso é baseada na idéia das produções culturais e facilita a busca das similaridades que ocorrem em uma determinada produção artística durante um determinado tempo, formando um conjunto homogêneo. Uma das funções do discurso é exatamente a de provocar as similitudes do real com o imaginário (Idem, p. 114).

Nesse sentido, nossa proposta é a de que o imaginário é um produto da generalização cultural de determinada criação, assim como a personalidade aparece como um produto da cultura e da construção imaginária, nos termos propostos por Andrade. Complexificando sua abordagem, trabalhando no que define como *interface estudos culturais/identidades*, a autora parte da perspectiva de que personagens como *Macunaíma*, *Policarpo Quaresma*, *Quincas Borba* e *Macabéa*, de *A Hora da Estrela* foram provavelmente construídas a partir do imaginário dos artistas na busca pela configuração de uma identidade brasileira. Aceitamos de bom grado essa perspectiva, mas ressaltando que o material para que esse artista configurasse uma identidade brasileira viria de um imaginário social, que se oferece ao artista para projeção dos seus desejos. Mais uma vez, deslocando o foco do cinema para as narrativas jornalísticas, o que propomos é que o autor (repórter) configura, ou ajuda a configurar, o projeto burguês, atualizando-o em múltiplas dimensões, como, por exemplo, na questão da criminalização da “questão social”.

A partir das reflexões produzidas por Andrade, com referências explícitas em relação às contribuições da psicanálise lacaniana como instrumento de análise da produção da obra literária e do cinema, julgamos que seria oportuno avançarmos um pouco mais a fim de que possamos estreitar a aproximação do psicanalista francês com a questão do imaginário tal como estamos propondo aqui. No entanto, no que diz respeito ao imaginário, a partir da observação de Kauffman (1996) de que a reflexão de Lacan parte das contribuições freudianas para propor sua metodologia, avaliamos que seria oportuno uma visita a algumas leituras do pensamento político de Freud a fim de estabelecermos as conexões entre a questão de imaginário social e o individual. Nas palavras de Kaufmann:

Enquanto Freud, numa nota tardiamente acrescentada (1924) a dois de seus textos mais antigos, menciona uma evolução de seu pensamento do real para o imaginário – no caso, a aceitação ingênua de uma pretensa realidade da sedução histérica para sua interpretação crítica como fantasia do desejo –, Lacan caracteriza seu percurso, ao contrário, pelo privilégio sucessivamente conferido em sua investigação ao imaginário, ao simbólico e ao real. De fato, no prolongamento da análise freudiana do imaginário fantasístico, a elaboração, própria de Lacan, de uma categoria do imaginário, sanciona um desenvolvimento que avança em três fases: inaugurado pela definição do estádio do espelho, seguido pela interpretação da fantasia em sua dependência de um corte da cadeia significativa, inscrito finalmente na concepção de uma tópica ‘borromeana’; desenvolvimento que é sustentado pelo reconhecimento, em cada um desses domínios do imaginário, do simbólico e do real, pelo primado da categoria do vazio (1996, p. 260, grifos nossos).

Em *Freud, cinema e cultura*, Kaplan (2000) também estabelece uma ligação entre cinema e psicanálise. Pelo argumento da autora, o cinema (perspectiva tridimensional que passou a dominar os estilos visuais) tornou-se fundamental ao atender às necessidades do século XIX, com histórias sobre a vida urbana e familiar, sobretudo para as classes trabalhadoras e imigrantes da Alemanha, que estabeleciam uma identificação imediata com heróis e heroínas, projetando seus anseios e desejos. No entanto, a burguesia alemã tinha que resolver suas pressões e tensões de maneira diferente, “com uma tecnologia diferente”. Assim, a psicanálise desenvolvida por Freud aparece para a autora numa perspectiva de “uma tecnologia para a liberação das tensões da vida burguesa; vista dessa maneira literal, portanto, a psicanálise foi uma tecnologia paralela ao cinema¹⁷².” (*Idem*, p. 140). Não podemos negar, e Kaplan não o faz, o quanto a investigação freudiana, inicialmente concebida para o tratamento das pessoas da classe alta, apresenta um viés conservador uma vez que, para Freud, a cultura popular se apresentava como “campo perfeito para a exposição das fantasias, desejos e medos inconscientes produzidos nos seres humanos através de seus vários constructos sociais” (*Idem*, p. 141).

Ainda que Freud, por esse viés conservador, tenha desenvolvido uma teoria “para a elite”, não é menos verdadeiro que as contribuições da psicanálise têm servido, principalmente na contemporaneidade, para entender o quanto os desejos, as fantasias e os medos inconscientes produzem efeitos políticos e sociais. Quando autores como Kaplan e Andrade propõem a conexão entre psicanálise e cinema, entre psicanálise e literatura, elas

¹⁷² Dois pontos merecem destaque: no primeiro, ainda que Kaplan não aborde a questão da literatura, cremos que podemos traçar um paralelo entre ela e Andrade à medida que esta aponta a literatura como suporte que oferece a possibilidade de identificação imediata a partir da projeção de anseios e desejos; o segundo, é que não podendo recorrer ao suporte do cinema para resolver suas pressões e tensões, devido à severidade da divisão entre cultura superior e inferior na época, a burguesia alemã necessitou de uma tecnologia específica para tanto.

realizam um movimento, que escapou ao pensador alemão, de perceber o quanto a proximidade dos campos se revelam na projeção de imaginários, conduzidos individualmente (no caso da clínica) ou coletivamente (no caso do cinema, da literatura e, para nós, das narrativas jornalísticas). Segundo a professora norte-americana, Freud não percebeu as semelhanças entre os temas que lhe interessavam e os produzidos pela indústria hollywoodiana. A garantia do sucesso hollywoodiano foi a percepção dos seus produtores de que deviam explorar desejos que fossem comuns a todos, satisfazendo, ao mesmo tempo, a imaginação individual.

Kaplan salienta que a teoria freudiana serve também à compreensão do quanto as realidades sociais e econômicas se conectam a processos culturais inconscientes. Numa crítica ao cinema hollywoodiano, ela questiona a ausência da representação de analistas e analisandos pertencentes às minorias e pondera que essas ausências narrativas na verdade são sintomas do racismo de Hollywood e, por último, da própria cultura norte-americana, afirmando que “poucos estudaram os medos e fantasias inconscientes que talvez tenham sido aplacados, nos espectadores brancos, pela circulação de imagens hollywoodianas de ‘Outros’ étnicos em papéis degradantes, ridicularizados ou depravados” (*Idem*, p. 143, grifos nossos). Se aplicarmos tal perspectiva ao caso brasileiro, podemos compreender o quanto a questão do “medo branco das almas negras” se inscreve num contexto social de fim da escravidão e início de um novo tipo de ordem (a burguesa). É possível recorrer ainda a um outro exemplo, como o do “Milagre “Econômico”, onde a noção (ainda presente na nossa sociedade) de que os militares em tempos de crises (social, econômica) trariam a estabilidade permanece muito forte. De forma análoga ao cinema e à literatura, quando as narrativas jornalísticas – mas supostamente sem a presença de elementos ficcionais – oferecem brechas à imaginação, percebemos o quanto as projeções dos atores sociais são realizadas a partir desses elementos que, ainda que estejam no campo do inconsciente, constituem o imaginário social.

A observação de Kaplan de que a teoria freudiana serve à compreensão das conexões entre realidades materiais e processos culturais inconscientes encontra um interessante paralelo em Peter Gay (2000). Ao refletir sobre a relação psicanálise/história, este argumenta que a psicanálise deve atravessar o trabalho do historiador como um modo de pensar e não como um receituário. Buscando estabelecer a similaridade entre um campo e outro, o autor afirma que ambos concentram-se “em compreender o passado, trabalham no sentido de tornar legíveis as pistas ilegíveis e escavam sob as superfícies até atingir as camadas ocultas, obscurecidas e distorcidas pela passagem do tempo ou pela necessidade dos autores – ou do

público – de negar verdades desagradáveis” (2000, p. 108), embora critique os “historiadores psicanalistas” que inserem em seus escritos terminologias técnicas obscurecendo o caminho que os levaram às conclusões propostas. Outro ponto bastante interessante da proposta de Gay é a constatação de que a realidade é atravessada pela fantasia. Partindo dessa perspectiva, o mérito da psicanálise é de ter enfatizado que

As fantasias são realidades, em geral realidades poderosas a rigor, que exigem um estudo tão intensivo quando os dados materiais mais óbvios. Não foi uma descoberta da psicanálise que os seres humanos não são inteiramente racionais, (...) ela não desvendou o fato de que os preconceitos nacionais ou raciais coletivos, ou as paixões religiosas, impelem os seres humanos a atitudes e atos que seriam completamente inexplicáveis, se estudados sob a rubrica sensata do exclusivo e simples interesse pessoal (...). Admitimos que as fantasias são coisas meio vagas, difíceis de identificar e que, muitas—vezes, mal chegam a deixar vestígios visíveis, mas o historiador que as descobre em ação pode dar-se por muito satisfeito, pois está no caminho das verdades históricas. É obrigado a levar em conta as realidades históricas. “Quando os homens definem as situações como reais”, como disse há muito tempo a célebre frase do sociólogo W. I. Thomas, “elas são reais em suas consequências” (Idem, p. 111, grifos nossos).

Concordamos e aceitamos a premissa de que as fantasias são realidades à medida que o imaginário interfere poderosamente nas ações de indivíduos concretos. Ao enfatizarmos a relação entre a psicanálise como um instrumental de análise política e a comunicação, comungamos com a noção de que a psicanálise não está distante das realidades cotidianas. Ao fazer remissão à Freud e à sua teoria, Gay aponta o quanto a formação do eu (mundo interno) é atravessada pela cultura (o mundo externo), através de conflitos particulares moldados por forças externas, onde a “cultura externa está sempre presente. O eu calcula, julga e faz previsões à medida que elabora uma multiplicidade de sinais do ambiente: sinais dos pais, das babás, dos irmãos, dos professores; dos compromissos religiosos, de classe e nacionais (Idem). Nesse sentido, não podem o analista clínico ou o social perderem de vista essa dialética entre o mundo interno e o externo, sobretudo em função de o sujeito internalizar suas respostas a partir dessa relação. Aproximando mais uma vez a psicanálise da história, destaca o autor: “Esse mesmo mundo complexo e multi-estratificado é o mundo dos grupos – congregações religiosas, partidos políticos, comunidades étnicas, classes econômicas – que compõem os temas nos quais os historiadores mais tendem a concentrar sua investigação.” (Idem, p. 112).

A dialética entre os dois mundos (externo e interno) está na base da nossa reflexão, o que deve ser evidenciado pela forma como trabalhamos com a perspectiva de o imaginário ser uma instância fundamental da ação humana. Quando propomos uma abordagem social a partir

das contribuições freudianas, mas principalmente as lacanianas, é porque estamos compreendendo que esse imaginário social, num jogo tenso e complexo, compõe o repertório consciente (mas muitas vezes inconscientes) que escapam nas ações dos sujeitos históricos. Dessa forma, as relações sociais vão sempre estar atravessadas por nossas escolhas racionais, mas também afetivas. De maneira análoga aos estudos que apontam que o indivíduo não é um ser uno, que ele é sempre multifacetado, compreendemos que os argumentos que construíram a cisão racional/irracional precisam ser revistos, sobretudo porque tais reflexões não conseguem dar conta de ações cuja explicação extrapola os limites da racionalidade (assim, principalmente os que analisam a cena pública devem proceder nessa revisão).

Em *Oedipus politucs*, José Brunner (2000) trabalha a conexão entre a formação do eu e sua ação política. Partindo da proposta de que a família não é só uma instituição social, mas também uma arena de luta por poder, o autor evidencia a cadeia da construção identitária, nos termos que estamos propondo nessa pesquisa, ressaltando o quanto a individualidade racional e consciente se desenvolve na relação com um outro preexistente (a mãe, que junto com pai interfere nesse desenvolvimento a partir da ambivalência que produzem) em torno de dinâmicas políticas de dominação e dependência. Portanto,

A visão freudiana considera fundamentalmente triangular a condição social: todo ser humano ingressa num mundo em que 'sempre já' existem pelo menos outros dois, relacionados por laços sociais/sexuais, cuja existência é a precondição de seu próprio ser. Todo ser humano tem de negociar sua posição perante a presença simultânea, conflitante mas complementar deles, e tem de aprender a lidar com os desejos e angústias, as ilusões e decepções, o amor e o ódio que essa presença desperta (Idem, p. 81, grifos nossos).

É importante que ressaltemos, ao tratarmos da ação política estamos entendendo-a como a ação produzida por qualquer ato ou situação imersa nas relações de autoridade e de obediência estabelecidas em função de um objetivo comum¹⁷³. Assim, tal ação não escapa à instância interna que impõe lei e emite juízo, que Freud nomeou de supereu (ou superego)¹⁷⁴. Atualizando a construção de que o superego administra e implanta padrões morais que se originam fora do sujeito, mas que se tornam parte da concepção que o indivíduo tem de si (ainda na infância), ressaltamos que o superego é uma instância que trabalha em torno da

¹⁷³ Derivado do grego πολιτεύω, política seria a arte de viver em sociedade, vide BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996

¹⁷⁴ No plano da análise clínica, Freud formulou que o Complexo de Édipo representaria o estágio de uma dialética política da obediência e da emancipação nos quais a dependência leva à autonomia, mas no qual a autonomia não apenas abole a submissão como também a internaliza e preserva. Em Brunner (*Op. cit.*, p. 82), encontramos que a dialética política acarretada pelo Complexo de Édipo tornou-se parte do modelo freudiano de todos os contatos dos indivíduos com a sociedade e a autoridade. Na visão freudiana do *eu* e dos *outros* não existem seres humanos simples nem relações sociais sem ambivalência.

culpa e da vergonha, tornando-se terrivelmente cruel em alguns momentos e influenciando decisivamente na oposição fundamental entre o prazer e a realidade social que irá determinar as ações humanas.

A apresentação da estrutura psíquica representada pelo Complexo de Édipo¹⁷⁵ na formulação freudiana seria uma forma de explicar a influência do social e suas permanências inconscientemente impressas nos indivíduos. De acordo com Brunner, “todo triângulo edipiano faz parte de uma rede que se estende no tempo, remontando a gerações anteriores, e na qual as relações sociais do passado nunca são realmente aniquiladas” (*Idem*, p. 83). Em *Totem e tabu* (1912-13), Freud propõe a transposição do complexo de Édipo do âmbito privado (família) para o público (sociedade), através do mito de uma sociedade governada pela força física de um pai, que usava as mulheres para sua satisfação sexual e castrava os filhos quando esses ameaçavam tornarem-se seus rivais sexuais. O complexo se instauraria quando os filhos, para ampliarem o seu poder (sexual, inclusive), matariam esse pai. Para Freud tal ato culminaria com o canibalismo, onde os filhos pré-históricos devorariam esse pai, coisa que os filhos posteriormente vêm realizando simbolicamente e assim internalizando esse pai, sua força e sua lei. Dessa forma, a obra de Freud, como nos propõe Brunner, contribuiu “para os métodos contemporâneos de desmascaramento dos líderes e de suas posturas ao chamar atenção para os desejos, fantasias, medos e angústias inconscientes que fazem parte da natureza humana¹⁷⁶” (*Op. cit.*, p. 86, grifos nossos).

O método analítico freudiano passou a ser particularmente interessante a partir da sua percepção de que, longe de haver a distinção entre representações “verdadeiras” e “ficcionalis”, as fantasias poderiam ser “lidas” como representações das intenções que a produziam, onde “o desejo sexual molda-se numa identidade, constrói-se como o desejo de um sujeito individual no contexto das condições naturais e socioculturais universalmente inibidoras em que ele se situa” (*Idem*, p. 68, grifos nossos). Isto é, as ações humanas poderiam ser entendidas não na oposição racionalidade *versus* irracionalidade, mas a partir de

¹⁷⁵ A primeira formulação freudiana da história de Édipo assumiu a forma de uma estrutura triangular, envolvendo a criança, a mãe e o pai.

¹⁷⁶ Em sua formulação sobre o inconsciente da natureza humana, encontrada, por exemplo, em *Moisés e o monoteísmo* (1939), Freud argumenta que a lembrança do parricídio (morte do pai primitivo pelos filhos) teria entrada num inconsciente coletivo compartilhado por toda a humanidade. Evidentemente, que essa noção de inconsciente coletivo pode ser refutada se olharmos, por exemplo, para organizações sociais onde o tabu do incesto inexistente. Porém, a formulação freudiana sobre a capacidade de os desejos, fantasias, medos, angústias inconscientes interferirem nas ações humanas é, em nossa avaliação, bastante fecunda para pensarmos a questão da formação do imaginário, isso porque à medida que esses sentimentos escapam, através de atos falhos, de chistes, de piadas, será através da linguagem (de construções narrativas) que eles nos serão acessíveis. Assim, tais sentimentos encontraram representação simbólica dentro da cultura em que se revelam.

compreensão de uma espécie de cálculo entre o princípio de prazer (fantasia de realização de desejo) e o princípio de realidade (renúncia à satisfação ilimitada e o reconhecimento das normas). O momento crucial do desenlace do Édipo é justamente quando o pai (lei) é simbolicamente internalizado num processo de identificação com o que o mesmo representa, sendo essa questão fundamental para a fundação do sujeito desejante. Assim, nesse enquadre, temos o sujeito constituído e introduzido na cultura.

Em *Pensamento político de Freud*, Johnston (1969) chama a atenção para o esforço do pensador alemão na elaboração de conceitos e metodologia para o estudo psicanalítico. Em *Mal-estar na civilização* (1930), Freud enumera os três elementos da civilização¹⁷⁷, destacando que a regulamentação da vida social seria o elemento essencial, porque permitiria a aplicação daqueles conceitos e métodos à psique da humanidade, o que lhe permitiria explicar as origens da civilização. A conexão entre o indivíduo e a sociedade é relevante a medida que, como já mencionamos, o superego aparece como instância de (a) assimilação do comportamento social e (b) modeladora das repostas individuais. Ou, nos termos propostos por Johnston,

No indivíduo a primeira força inibidora é o pai, a segunda é a sociedade do indivíduo. No indivíduo, o superego, ou consciência, não é formado por meio da inteligência, mas por meio da assimilação do comportamento social e moral da família e da sociedade a que pertence o indivíduo; a inteligência, para muitas pessoas, não atua de forma importante no desenvolvimento das normas, padrões, valores, crenças e idéias do superego. Na civilização, a força inibitória exterior é a natureza, e também os tabus primitivos do Estado. Uma outra fase igualmente importante no desenvolvimento da civilização é o crescimento de uma força de controle interno, o superego, ou consciência. As forças internas e externas são importantes na medida em que controlam o homem e tornam a civilização possível (Op. cit., p.45)

Embora a preocupação de Freud em estabelecer conexões entre o indivíduo e a sociedade estivesse voltada para a validação dos procedimentos clínico-analíticos da psicanálise, consideramos que as mesmas também são válidas para pensarmos a questão do imaginário (dentro do mesmo princípio) a partir da tríade lacaniana onde a coletividade forneceria ao indivíduo elementos para sua subjetivação. Como já mencionamos anteriormente, Lacan parte das contribuições de Freud para propor sua metodologia,

¹⁷⁷ O primeiro elemento seriam a beleza, o asseio e a ordem, que ocupariam, segundo o autor, uma posição especial entre os requisitos da civilização; o segundo, o apreço e incentivo da civilização pelas atividades mentais superiores – as realizações intelectuais, científicas e artísticas do homem – e o papel preponderante que ela empresta às idéias na vida humana; terceira, a última, a maneira como são regulamentadas as relações dos homens entre si, isto é, suas relações sociais – relações essas que afetam o indivíduo enquanto vizinho, colaborador ou objeto sexual de outrem, enquanto membro da família e do Estado.

mantendo como base da sua reflexão a ligação da questão do sujeito e o social. Em nossa avaliação, o que a compreensão do RSI¹⁷⁸ oferece é a possibilidade de percebermos o quanto o imaginário compõe a construção narrativa produzida pelos atores sociais. Evidentemente, e essa é uma proposição do próprio psicanalista francês, as formações imaginárias serão fundamentais para que o sujeito dê conta da questão simbólica, através do uso reiterado das mesmas palavras, mesmos conceitos, uma vez que é através da possibilidade de identificação/projeção (Imaginário) que o inconsciente pode ser operado (Simbólico) e traduzido (Real).

Ainda que reconheça o quanto o discurso é atravessado pela relação entre os três registros (RSI), Lacan insiste na importância da oposição entre imaginário e simbólico, a partir da proposição de que o primeiro seria a instância que interferiria no segundo, que aparece estruturado como linguagem. O ponto de partida para a construção da ideia de uma ordem simbólica estruturadora da realidade humana foram as obras de Saussure (2001), quanto à noção de que o significante linguístico só estabelece relação com o significado por estar integrado num sistema significante, e de Lévi-Strauss, no que diz respeito à transposição e ampliação das concepções estruturalistas para o estudo de fatos culturais onde a cultura precisa ser tomada como um conjunto de sistemas simbólicos¹⁷⁹. Assim, na utilização dada por Lacan, a noção de simbólico aproximaria a estrutura do inconsciente à da linguagem e destacaria que o ser humano se insere numa ordem pré-estabelecida, que é de natureza simbólica. Ou seja, à medida que o sujeito já se imagina imerso na ordem social o entrelaçamento entre o real, o simbólico e o imaginário já está presente, pois, ao compartilhar com seus semelhantes um mesmo sistema (por exemplo, uma linguagem comum), seus imaginários são tomados não como coisas existentes, mas como realidade.

Na acepção da psicanálise lacaniana, o significante é desejo e não um valor com significado único delimitado dentro do campo linguístico, por isso é ele quem precisa ser privilegiado em detrimento do significado. Desse modo, torna-se necessária a mudança da

¹⁷⁸ Segundo encontramos em Lacan (1978) e Kaufmann (1996), mais precisamente, tratar-se-á de especificar o furo do real, o furo do simbólico, o furo do imaginário. O primeiro, o do simbólico, se definirá pela “insistência” em virtude da qual a cadeia metonímica da fala se desenvolve a partir de suas próprias lacunas; o segundo furo, o do imaginário, se caracteriza pela “consistência” que tem sua primeira ilustração na imagem espelhada de si. O furo do real se define pela “existência”, isto é, a referência de todo real a um “fora de si”. A partir disso, os processos da inibição, do sintoma e da angústia poderão ser figurados como setores medianos das três instâncias do R.S.I.: a inibição, como projeção do imaginário sobre o simbólico; o sintoma, como projeção do simbólico sobre o real; a angústia como projeção do real sobre o imaginário.

¹⁷⁹ Para Lévi-Strauss, a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião “estariam a ocupar a primeira fila dos sistemas simbólicos” (Introdução à obra de Marcel Mauss, p. 19). Vide: MAUSS, 1974.

forma de compreensão do imaginário (antes tomado como irrealidade, agora como representante da incompletude do sujeito), entendendo-o como instância que compõe a ação do sujeito dentro da cadeia significativa, isto é, desse sujeito como ator cuja ação é orientada por aquilo que é observável (realidade) e também por aquilo que está submerso (irrealidade), mas revelado quando assumimos que sensações, emoções, sentimentos são referências na compreensão do mundo e na produção individual ou social de sentidos. Como os indivíduos, também para se constituírem, dependem da interação com o social, em nossa avaliação, a mediação exercida pelos meios de informação acaba sendo central para um certo enquadramento (ou pelo menos a tentativa de) dos sentidos empregados a partir de suas narrativas. Como já havíamos abordado e agora enfatizamos, as narrativas produzidas pelos operadores dos meios de informação, através da *identificação primária*, estabelece aproximações entre seus imaginários e os dos espectadores, de modo especial com relação aos leitores, pelo processo que apontamos aqui.

2.3.1 – Cidade “maravilhosa”: RJ e sua inscrição no imaginário social

Desde a apresentação do nosso trabalho, temos argumentado que o que nos interessa como objeto de estudo são narrativas que cercam as intervenções militares ocorridas no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 2007. Salientamos, inclusive, que esses eventos ganhavam em importância à medida que, a despeito de haver um suposto aumento da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, tais operações só ocorriam na capital. Para nós, o fato de tais ações serem organizadas na cidade do Rio de Janeiro guarda relação com a importância que a mesma teve (e tem) no cenário nacional e internacional. Assim, gostaríamos de explorar as especificidades do Rio de Janeiro, na passagem de capital do Império à capital da República, bem como a sua relevância durante o século XX, até a transferência da capital brasileira para Brasília. Mesmo compreendendo que Brasília passou a ser o centro das decisões políticas do país, o Rio de Janeiro não perde a centralidade, chegando mesmo a figurar, em alguns momentos históricos, como a capital cultural brasileira. Gostaríamos, então, de evidenciar a dinâmica em torno da construção da cidade como a mais importante concentração populacional do território nacional, o maior centro comercial do país, o pólo das finanças nacionais, bem como o maior centro cosmopolita da nação (XIX-XX), para em seguida apontarmos algumas permanências que evidenciaríamos, em nossa

análise, sua continuidade no imaginário social como capital (simbólica) na passagem do XX para o XXI.

A centralidade do Rio de Janeiro também pode ser justificada em função da maneira como se construiu lugares para os personagens da vida cidadina, sobretudo a partir daquilo de assumimos como instauração da ordem burguesa, fomentada em meio ao fim do Império e a chegada dos ventos republicanos. Como um dos desdobramentos desse processo (principalmente pela forma abrupta como ocorriam), a “Regeneração”, incluindo as Reformas urbanas do século XX, acentuava a necessidade de se expulsar o *mal* para fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a *limpeza* empurrou as classes – para as quais aquela cidade não estava sendo concebida – para as favelas. Posteriormente, para os subúrbios. Na década de 1960, além do subúrbio, para regiões mais distantes, sendo a Baixada um dos pólos de *imigração*. Mormente pelo papel desempenhado pelos meios de informação, a Baixada Fluminense reunia, em grande medida, as classes indesejadas que as ações políticas dos anos 1960 conseguiram deslocar. Entre os anos 1970-1980, é possível nos depararmos com informações como as contida no *Jornal de Brasil* que, além de dar conta de uma semantização da Baixada Fluminense (estabelecendo-a como uma espécie de contraponto com a cidade carioca), atualizava o discurso higienista e a construção de uma ordem urbana assentada nos *delírios* burgueses.

Esse é o sentido de orientarmos nossa investigação na direção de entender o porquê do Exército, sobretudo nos anos 1990, só atuar sobre a capital fluminense e contra a população moradora de comunidades carentes. Em outras palavras, nos interessa entender por que o Exército é convocado a atuar no combate ao crime, mas, principalmente, por que se continua presumindo que os crimes só sejam cometidos por moradores de morros e favelas? Com *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil* (Neder, 1995), passamos a entender que a noção de crime guarda relação com formações histórico-sociais, percebendo que as noções de crime, criminoso e criminalidade são construídas socialmente, o que acaba por indicar que existem, dentro de determinadas formações, as disputas em torno dessas classificações. Foi assim que, a partir de Neder (*Idem*), por exemplo, pudemos indicar qual grupo social foi criminalizado ao longo do século XX (Borges, 2006), sendo elevado à categoria de *inimigo público número um*.

A evidência de que há disputas em torno de classificações identitárias aos atores sociais deixa bem claro que a identidade é uma construção e não um *à priori* social. Isso significa dizer que, a despeito da longa tradição em torno das concepções dualista ou dialética

da identidade, que remonta aos clássicos da literatura grega, estamos tomando a identidade no sentido proposto por Bhabha (1998). Ou seja, estamos concebendo-a como uma construção narrativa, como um sistema de representações, como prática discursiva e, principalmente, como disputa pelo direito de significar. Entendida dessa forma, percebe-se o quanto a noção de identidade pressupõe a alteridade. Ou, antes, sua ausência como no processo de modernização conservadora posto em marcha no Brasil. Isso não significa dizer que a idéia de essência em torno de uma identidade nacional brasileira não esteve orientando as elites brasileiras quando se projetava o país para a modernidade. Muito pelo contrário. Será a partir de uma perspectiva de negação de Outro¹⁸⁰ que a ordem burguesa se construirá.

Quando nos deparamos com uma reflexão como a que aparece em *A “Questão Social” no Brasil* (Cerqueira Filho, 1982) e a abordagem desse autor quanto à alternância entre tratamento político ou de polícia dado às demandas sociais, fica bastante claro que há momentos históricos onde uma concepção mais pluralista de identidade aparece, com um processo um pouco mais interativo. Isso significa dizer que a perspectiva de alteridade acaba se fazendo um pouco mais presente, sem que nesse jogo os atores tenham a mesma força. O que tanto as análises de Neder quanto as de Cerqueira Filho nos permitem constatar é que suas preocupações estão imersas naquilo que ambos classificam como nascimento do conflito social juridicamente reconhecido no Brasil. Como um marco dessa nova ordem social temos a abolição da escravidão, e com ela a necessidade de se controlar politicamente um contingente de libertos que antes eram de responsabilidade de seus donos¹⁸¹. Desse modo, é necessário que recuemos até a passagem do século XIX para o XX a fim de que possamos identificar o início do processo, em alguns momentos pedagógico, ensejado no Rio de Janeiro, mas que deveria ser irradiado para o resto do país. Outro ponto que devemos destacar é que não se

¹⁸⁰ Esse reconhecimento do Outro poderia ser entendido como uma concepção pluralista na discussão em torno da identidade. No entanto, tal concepção coloca em questão um Outro complementar não necessariamente excludente. Porém, avaliamos que o caso brasileiro, pelo menos naquele momento histórico, é orientado por uma noção mais essencialista, uma vez que aquele Outro não é portador dos mesmos caracteres que marcam a construção burguesa de indivíduo. Partindo desse ponto de referência, o processo descrito por Nicolau Sevecenko como “Regeneração” ganha importância. Na verdade, é o próprio autor quem anuncia, que veremos como uma das faces mais marcantes da “regeneração”, é “uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas” (*Op. cit.*, p. 43), e que será amplamente encampada e divulgada pela imprensa da época.

¹⁸¹ Esse momento histórico é importante, pois é na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre que se estabelece, através do contrato, uma relação jurídica onde as partes são teoricamente livres e iguais para escolher os contratantes. Ver: Neder, *Op. cit.*

trata de um processo linear. Antes, trata-se de um processo com rupturas e continuidades que enseja contradições e disputas, como em qualquer dinâmica social.¹⁸²

Um dos efeitos produzidos pela nova ordem que se estabelecia com o fim da escravidão, além da instituição do contrato, é a busca da classe dominante (no caso a burguesia cafeeira) em deter o monopólio da repressão, através do controle do Estado, uma vez que os antigos proprietários de escravos, com a Lei Áurea, não possuem mais a prerrogativa da repressão¹⁸³. Nessa nova roupagem da dominação, diferentemente do que acontece à época em que o escravo era explorado, há a instância repressora sem que, no entanto, esta seja também protetora. A partir da constituição dessa sociedade de classes, muda-se também a forma de se reprimir o trabalhador. Percebemos uma ruptura entre o discurso e a prática da repressão, onde, como destacou Neder, “a coação do trabalhador não mais deverá ocorrer de modo direto e imediato, no espaço da propriedade rural, como acontecia no regime escravista. Assumirá novas formas e conteúdos distintos, e será deslocada para o espaço ‘neutro’ do Estado” (*Op. cit.*, p. 16).

Pela forma como vamos observando a constituição do mercado de trabalho no Brasil, percebemos que se arrefece o mito da “democracia social”. Se, no processo de formação, o colonizador branco europeu desprezou os índios e os negros, por entender que estes representavam uma subcultura, no processo de formação da sociedade de classes encontramos permanências dessa discriminação e uma crescente necessidade de superação do *atraso* que aquelas “subculturas” representavam. Na verdade, observaremos que tais permanências acabam por aparecer quando da construção da idéia de nação, associada à construção da ordem burguesa. Herdeiras desse processo, as figuras do capoeira e do malandro apareceram como permanências de uma formação que não conseguiu eliminar um certo “atraso” produzido pela miscigenação. Se àquela época qualquer semelhança entre o índio “preguiçoso” e o “malandro”, por exemplo, não era mera coincidência, percebemos que ficou registrada no imaginário do povo brasileiro a associação entre preguiça e malandragem. Não por acaso, é constantemente atualizado no imaginário social o Rio de Janeiro como a cidade da malandragem, da esperteza, do jeitinho. Mas, além da questão da malandragem, outro

¹⁸² A necessidade de trabalharmos com marcos temporais pode causar a falsa impressão de que há a possibilidade de enquadrarmos algo que é vivo e dinâmico. Evidentemente que a experiência humana é muito mais complexa do que qualquer análise é capaz de dar conta. Mas, a própria escolha dos autores que sustentam este trabalho marca nossa busca por tratar dialeticamente os temas e conceitos aqui explorados. Assim, ao darmos ênfase a determinados períodos históricos e tratá-los numa perspectiva processual esperamos evidenciar que trata-se de uma abordagem e não da compreensão do real em toda sua complexidade.

¹⁸³ Trata-se de um momento histórico onde o escravo não sequer um Outro. Antes, é uma mercadoria e como tal não tem o direito de reivindicar para si qualquer das prerrogativas que um sujeito socialmente reconhecido tinha.

legado negativo, este deixado pelo período escravocrata, foi a idéia “bastante consensual entre os políticos da época, de que as atrocidades da escravidão haviam legado à posteridade ‘uma nação de libertos inconscientes’, que precisavam agora ser integrados à sociedade como trabalhadores ‘livres’” (Chalhoub, 1988, p. 85).

A partir da perspectiva apontada acima, coube às instituições repressoras do estado, como foi (e é) o caso da instituição policial, um papel articulador na relação entre Estado/Sociedade dentro do processo de construção da ordem burguesa. Essa questão ganha relevância à medida que podemos observar o quanto as estruturas sociais, no sentido proposto por Bourdieu, vão restringir as ações das classes menos favorecidas. Ainda que haja o reconhecimento da emergência de novas classes sociais (mesmo que em vários momentos históricos algumas delas sejam encaradas como classes perigosas), essas classes vão se mover dentro de campos que também vinham sendo (ou já estavam) estruturados. Nesse sentido, trabalhos como o de Neder e Naro (1981), onde as instituições policiais da cidade do Rio de Janeiro são examinadas entre 1870 e 1930, apontam a importância da Polícia para compreensão da formação social da República. Em primeiro lugar, em função das especificidades que aquela instituição possui. Especificidades estas que são constitutivas “das características histórico-sociais das instituições policiais no Brasil, militares e para-militares”. Em segundo lugar, em função de “o Rio de Janeiro ser um espaço urbano socialmente mais diversificado... sede do governo central, o que acarretava o entrecruzamento de competências das instituições de poder, central e municipal, acentuando tal especificidade” (*Idem*, p. 229). O que a proposta das duas autoras sugere, a partir do referido estudo, é que buscava-se conter, repressivamente, qualquer deslizamento das classes perigosas ¹⁸⁴

É interessante destacarmos que essa atuação do aparelho policial no espaço urbano do Rio de Janeiro ganha um colorido diferente quando lembramos que o Rio do início do século XX é a Capital Federal. Evidentemente que os conflitos sociais não acontecem exclusivamente na sede do governo brasileiro. Assim sendo, cremos que, ao recuperar e amplificar a relação de entrecruzamentos, trabalhando o Rio de Janeiro como *caixa de ressonância* para o conjunto da formação histórica brasileira, Neder (*Op. cit.*) nos fornece

¹⁸⁴ O sentido de deslizamento aqui guarda relação com as metáforas do espaço e do campo propostas por Bourdieu (1989). Entendendo que o espaço social é uma estrutura estruturada pelos campos sociais e que estes são estruturas estruturadas e estruturantes, uma vez que é formado por sujeitos (estes também estruturas), o controle do movimento dos sujeitos pertencentes às classes menos favorecidas, significa, em última instância, o reconhecimento de que tais sujeitos são, também eles, estruturas estruturadas e estruturantes. Dito de outra forma, uma vez que os sujeitos podem, a partir do deslizamento do significado (para citarmos apenas um exemplo), estruturar campos, o controle sobre o movimento dos de baixo tende a conformar (pelo menos idealmente) as posições numa determinada sociedade.

uma pista de como as contradições por aqui “solucionadas” produzem consensos em escala nacional:

Tal recorte no espaço urbano carioca se justifica porque o Rio de Janeiro reproduzia, em ponto menor e de forma saturada, as relações sociais de produção presentes na formação social brasileira. Queremos dizer que, quanto mais complexa e diversificada se torna a sociedade carioca, maior é a exigência na organização das instituições de controle social. E, que quanto maior a complexidade, maiores eram, também, as exigências de sofisticação do discurso da ‘ordem’. Portanto, quanto mais organizadas ficavam as instituições de controle social (Justiça e Polícia), maior ênfase ia sendo dada a questão da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro... quanto maior a eficácia da Justiça e da Polícia, mais ‘descobertas’ de ‘criminosos’ e ‘delinquentes’ iam sendo feitas (Idem, p. 20).

Na conformação dessa cidade branca (planejada, idealizada), apareciam as contradições com uma cidade negra (instituída, real), onde o medo vai figurar como um poderoso condutor da subjetividade branca, como destacou Chalhoub. Na verdade, o autor trabalha com a perspectiva do embate entre uma cidade “construída” (porque vivida) pelos negros: “indisciplinada”, “subterrânea”, “irracional”, “silenciosa”, “cativa”, “solidária”, “esconderijo”, com estratégias próprias de sobrevivência, e uma cidade “codificada” e desejada pelos brancos: “racional”, “disciplinada”, “ordenada”, “higienizada”, “civilizada”, “burguesa”, sem contemplar que a postura dos negros estava associada a estratégias de sobrevivência. Ou seja, onde esta cidade visava à desconstrução daquela. Na tentativa de estabelecimento desse novo modelo de cidade – a cidade idealizada e planejada –, a implementação de códigos de postura, por exemplo, se constituiu em peça fundamental. Mas, como aponta o autor, “antes de adotarem decididamente a estratégia de suspeição generalizada, os administradores da cidade tentaram evitar, de todas as formas, que ela se transformasse num esconderijo. Temos então os códigos da cidade idealizada” (Chalhoub, *Op. cit.*, p. 91). Então, a busca pelo estabelecimento da ordem numa cidade “caótica” orientará uma parcela significativa da ação política na elite nacional, representada nas representações produzidas no Rio de Janeiro.

A luta entre as duas cidades enseja um momento bastante interessante como exemplo de lutas por fixação de sentidos que orientariam o imaginário social ao longo do século XX. Como os movimentos da cidade *real* eram (e são) difíceis de enquadrar, eles punham em perigo a cidade *ideal*, a tentativa desta era normatizar aquela através dos códigos e da suspeição mais ou menos generalizada. Na demarcação dos novos limites para essa sociedade que começava a se organizar – a burguesa – é fundamental que destaquemos que os já mencionados códigos de posturas cumpriam também uma função de código criminal. Como

aponta o autor: “o código de posturas de 1830 estabelecia penas de multa e prisão para ‘toda e qualquer pessoa com casa de negócio que comprar objetos, que se *julguem* furtados, pelo diminuto preço de seu valor e por pessoas que *julguem* (grifos nossos) não possuírem tais objetos” (Idem, p. 95)¹⁸⁵. Nesse cenário, Chalhoub aponta a lutas de classes como o fio condutor do embate entre as duas cidades:

Penso, contudo, que estas páginas reconstituíram alguns cenários sociais onde os escravos e libertos da cidade do Rio transformavam o cotidiano da exploração senhorial e capitalista em momentos de sua própria luta. Nada neste cenário negro de luta confluía com projetos delirantes de construção da sociedade do trabalho, higienizada, moral e civilizada... Estamos diante da guerra entre sujeitos históricos que concebem a vida de forma radicalmente diferente. E esta é uma guerra peculiar, onde os sujeitos históricos que possuem as armas mais ricas e poderosas juram que estão disparando flores, progressos e disciplinas (Idem, p. 102).

A luta política, dessa forma, acaba colocando em evidência que todo sentido é uma construção histórica, e o antagonismo social acaba desvelando que os significados não são fixos, estão em constante disputa. Assim, em meio a esta luta de classes, o papel desempenhado pelo aparelho policial buscava ser decisivo. Desse modo, com o fim da escravidão e com a passagem do período imperial ao republicano, assiste-se à implementação de uma ordem burguesa ancorada numa construção ideológica de lei e ordem. Esse é o sentido de conferirmos centralidade ao papel da instituição policial: cumprimento da lei e estabelecimento da ordem, mesmo num contexto em que os valores liberais iam sendo, ainda que parcialmente, incorporados pelas elites.

Como a cidade do Rio de Janeiro, além ser a sede do governo central, era a mais cosmopolita das cidades brasileiras, era necessário que nela o estabelecimento da ordem fosse exemplar¹⁸⁶, principalmente porque as identidades começavam a ser formadas no interior dessa representação (Hall, 1997) e “manifestações contrárias a essa ‘ordem’ (...) atuavam como ressonância e alerta para o resto do país” (Neder e Naro, *Op. cit.*, p. 233), sendo esse, em nossa avaliação, um dos motivos pelos quais o contexto do Rio de Janeiro ainda possui

¹⁸⁵ Referência às *Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ano de 1830, título sexto, parágrafo 11, AGCRJ.*

¹⁸⁶ Como parte desse processo de exemplaridade da ordem, a profissionalização da instituição policial acompanhou o desenvolvimento da Criminologia, um novo campo do saber emergente na segunda metade do século XIX, junto com as demais disciplinas relacionadas ao controle comportamental: Sociologia e Psicologia. Isso, de certa forma, conferiu à instituição o caráter de “polícia científica”. O surgimento da Criminologia permitiu a aliança entre as instituições policiais e a medicina, com ênfase nas elaborações produzidas pelo médico italiano Cesare Lombroso. Na verdade, estabeleceu-se uma relação direta entre doença e crime. E nesse momento histórico, a criminalidade vai estar associada às características físicas dos indivíduos, o que, de certa forma, está imerso no imaginário social do brasileiro até os dias atuais.

uma importância central. Como demonstram as autoras, “note-se, ainda, que esta exemplaridade acentuava-se na medida em que o governo central assumia cada vez mais a centralização na formação do Estado brasileiro” (*Idem*). Logo, quanto mais o Estado tomava para si a responsabilidade pelo estabelecimento da ordem maior era o controle sobre o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, espaço esse que em menor escala representavam as relações na formação social brasileira e que dava coerência ao sentido de ser brasileiro.

À medida que o processo de transição para o capitalismo avançava, a sociedade brasileira ia se complexificando, e mais sofisticado tinha de ser o discurso da ordem.¹⁸⁷ Nesse processo, era necessário instrumentalizar as instituições policiais para que essas fizessem frente à maior diversidade social da cidade. E, “quanto mais organizada ficava a polícia carioca, profissional e militarmente, maior ênfase ia sendo dada ao tratamento da questão da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro (...), quanto maior a *eficácia* da polícia carioca, mais ‘descobertas’ de criminosos e delinquentes iam sendo feitas” (*Idem*, p. 234). Porém, esse poder discricionário da polícia não deixou de enfrentar obstáculos tais como o clientelismo, um poder local tão fortemente “instituído” na sociedade brasileira. Na verdade, como nesse novo projeto de nação não havia muito espaço para os ex-escravos no mercado de trabalho livre, “a saída para o ex-escravo localizava-se no espaço ‘do favor’, que abria para ele oportunidades nos grupos dos ‘capoeiras’” (*Idem*, p. 238).

Assim, existiam principalmente duas formas de se lidar com os “capoeiras”. A primeira era criminalizá-los. A segunda, ao criminalizá-los, era afastá-los do espaço urbano, o que, aliás, foi uma constante dos governos republicanos ao longo do século XX. Tal prática fica mais clara com o exemplo dado pelas historiadoras com base num relatório do Chefe de Polícia, em 1904: “O meio mais eficaz de ‘limpar o Distrito Federal’, durante a turbulência de novembro de 1904, ainda foi a deportação para regiões longínquas, de forma a ‘afastar desta cidade desordeiros, conhecidos e indivíduos de má reputação que se salientaram nos conflitos com a polícia nos dias 11 a 14 de novembro’” (*Idem*, p. 240), intensificando a dicotomia “cidade industriosa / campo indolente”, descrita por Sevckenko (1989, p. 34). Mas, a instituição policial não se restringia a representar Estado no estabelecimento da ordem. Sua relação com interesses externos ao Estado fica evidenciada pela denúncia, feita em um dos jornais usados como fontes pelas autoras – *País* –, contra a postura da polícia frente a um

¹⁸⁷ Nesse tocante, as campanhas da imprensa exercem um papel preponderante. Em Sevckenko (1989), encontramos vários exemplos dessas campanhas, como a da condenação do mestre-de-obras, “elemento popular e responsável por praticamente toda a edificação urbana até aquele momento” e a celebração dos “novos arquitetos de formação acadêmica” (*Idem*, p. 44).

comício operário: “o editorial do *País*, numa desabrida condenação da conduta policial, colocou a questão da cumplicidade da polícia com o poder, na repressão de liberdades que estariam garantidas pela Constituição” (*Idem*, p. 241).

Um dos pontos centrais do trabalho de Neder e Naro é a perspectiva que abrem para que reflitamos sobre os sentidos que são disputados dentro do antagonismo social. A imprecisão dos conceitos de ordem e de crime, por exemplo, permitiu o deslocamento de tais conceitos para enquadrar determinados movimentos sociais sempre que as demandas desses agentes tornavam-se indesejáveis para as elites. Como destacam as autoras, “em três momentos, 1900 a 1904¹⁸⁸, 1910 a 1914 e 1917 a 1920, atesta-se uma convergência entre as desordens de caráter operário e político-eleitoral, e os aumentos nos índices de criminalidade” (*Idem*, p. 281), evidenciando que o crime, naquela formação social, era estar em oposição ideológica contrária ao regime republicano ou fora do mercado de trabalho. E continuam:

Que os índices de criminalidade aumentaram no período de 1870 a 1930, não resta dúvida, assim como aumentou o espaço urbano carioca, de um modo geral... Mais do que isto, o referido aumento da criminalidade tem a ver muito mais a uma nova classificação do que se denomina crime, criminoso, delito, delinquente, ocorrida no Código Penal, que embasa, a nível jurídico, a construção da ordem burguesa (*Idem*, pp. 281-282).

A despeito da capacidade da elite dominante em lidar com a diferença, percebemos que o início do século XX é marcado por um acirramento da repressão e da violência do Estado, representado pelas instituições policiais, onde torna-se “facilmente detectível, porém, a preocupação com o aumento da vadiagem e mendicidade, praticados por menores de dezoito anos, ébrios, adultos, tanto brasileiros quanto estrangeiros” (*Idem*, p. 286). Dessa forma, com a exacerbação do desejo de controle sobre o outro produz-se a preocupação com certos tipos de crimes, mormente os que se perfilavam com a questão da ordem, “o que levou as autoridades a atuarem energicamente. Para mendigos e vadios e elementos nocivos e inúteis, a remoção para fora do meio social foi através do confinamento ou a ‘condução para fora da cidade’” (*Idem*, p. 287). A fórmula acabou por compor o receituário das autoridades na condução das lutas de classe, durante o século XX.¹⁸⁹ Desse modo, análises como as de

¹⁸⁸ Esse período recebe uma atenção especial também quando Sevcenko aborda a questão da determinação da burguesia do Rio de Janeiro em triunfar mesmo com prejuízo das demais classes. Não menos importante, em sua avaliação, é o quanto a imprensa foi responsável pela difusão do ideário burguês nesse momento histórico.

¹⁸⁹ Durante os anos 1990, o que assistiu-se foi a uma atualização da prática de tentar expulsar do espaço urbano do Rio de Janeiro personagens “indesejáveis”. Em 1992, por exemplo, em meio a realização da RIO-92, uma das estratégias dos militares foi atuar para que os bandidos fossem tirados de cena, “numa verdadeira limpeza”, como apontou o prefeito Marcello Alencar, representante do Executivo municipal à época. Como já mencionamos, *deposições, degolas, exílios, deportações* eram estratégias presentes nos primeiros anos da

Cerqueira Filho e de Trindade (2006) servem para ratificar a presença do antagonismo social na conformação do ideário burguês na sociedade brasileira.

O cientista político localiza o processo de industrialização como marco para surgimento da ‘questão social’ no Brasil. Em vez de inviabilizar a nossa análise no que diz respeito à criminalização dos conflitos inscritos na passagem do Império à República, ele nos fornece pistas ao indicar que o que estava em jogo nesse processo de industrialização é justamente um enquadramento, ou um reenquadramento, da força de trabalho nos moldes propostos pela classe dominante. Ou seja, a discussão sobre as questões sociais acaba de fato por acontecer quando esta é inserida na pauta de discussões das questões políticas, o que de fato vai ocorrer, ainda que de forma incipiente, a partir da década de 1930, e novamente no início da década de 1960 como pertinentemente aponta Cerqueira Filho. Entretanto, o fato de as demandas sociais merecerem tratamento policial, entre o fim do período escravocrata e os anos 1930, é um indicativo de que a via repressiva foi a forma encontrada pelo Estado para lidar com os conflitos sociais.¹⁹⁰ Tal reflexão é complementada por Trindade ao evidenciar que, além do processo de industrialização, as *Reformas* urbanas, com seus respectivos programas de remoção de habitações provisórias, também desempenharam uma função importante na luta de classes.

Ainda que o foco da autora seja o intervalo entre as décadas de 1960 e 1970, descrevendo este como o momento em que a remoção de favelas foi um problema central dos governantes do Rio de Janeiro, seu trabalho é pertinente ao apontar que o “problema da favela” não foi enfrentado só por Carlos Lacerda, mas, o antecede e o sucede. Em sua análise, Trindade argumenta que, ao lado de Pereira Passos, Lacerda foi um dos grandes reformadores do espaço urbano carioca no século XX. Não nos parece acidental o fato de as favelas serem o principal alvo de ação dos regeneradores, que utilizam-se da repressão para corrigir o problema *moral* da sociedade. Podemos observar que o tema da remoção foi mais presente nos momentos históricos onde a “questão social” foi policizada. Apesar de variações de análises quanto ao legado da ditadura militar para o debate em torno da criminalidade nos

República no Brasil. Não há como negar que o processo de remodelação da cidade, sob o comando de Pereira Passos, e a idéia de progresso intensificaram ainda mais tais expedientes.

¹⁹⁰ É importante que se diga que não vemos as classes oprimidas como agentes passivos diante desse processo de formação da sociedade capitalista brasileira. Tampouco, nos movimentos que se seguiram ao longo do século XX e neste início do XXI. Mas, o que estamos querendo propor é que mesmo na porção ativa desses agentes históricos há um limite para sua articulação no cenário político de qualquer formação social. Pela nossa reflexão, os meios de comunicação, por um lado, desempenharam um papel importante na ampliação desses limites, mas, por outro, vem tentando se converter no único espaço legítimo para que tais embates ocorram. Esse, inclusive, é o sentido de apontar que os meios de comunicação se constituem, na contemporaneidade, no principal espaço de visibilidade dos embates sociais, tentando se afigurar, assim, como o espaço público por excelência.

anos 1990, é central para a presente pesquisa os processos que vão ser, a nosso juízo, radicalizados nos “anos de chumbo”. Isto significa incluímos na reconstrução dos caminhos que nos possibilitam chegar a uma dada compreensão da sociedade carioca do final do século XX, evidenciando que a última década do século passado assiste a uma atualização histórica dos antagonismos sobre os quais a sociedade brasileira se erigiu.

O espaço urbano carioca sempre foi objeto privilegiado de disputas por razões que já expusemos anteriormente. Mas, além de sua importância geográfica, o Rio de Janeiro sempre foi palco de manifestações importantes, o que nos permite vislumbrar, tal como destacou Trindade, que mudar o traçado da cidade do Rio de Janeiro significava também modificar as representações que se fazia sobre ela (*Op. Cit.*, p. 19). Assim, as modificações do espaço urbano carioca foram acompanhadas, por exemplo, da idéia de progresso, e progresso significava a expulsão de um determinado grupo e sua substituição por outros. Evidentemente que não se buscava expulsar qualquer grupo, mas grupos que deixavam a cidade “doente”: as classes populares. Ou, como destaca a pesquisadora, “na virada do século XIX para o XX (...) as preocupações iniciais do poder público com (...) a cidade (...) que ‘estava doente’ e seu maior problema residia nas moradias insalubres das classes populares” (*Idem*, p. 17). Essa ausência de “saúde moral” implicou na criação de um discurso

Jurídico-médico-sanitário – perpetuado por décadas, e que mais tarde seria também aplicado com contundência sobre as favelas – propalado em alto e bom som a necessidade, e a receita, para curar-se o ‘mal urbano’, encarnado, não por coincidência, nas classes populares (Idem, pp. 17-18).

Esse era o cenário onde se daria a primeira grande reforma urbana do Rio de Janeiro, coordenada por Pereira Passos. Esse era também o momento onde começaríamos a assistir, de uma forma mais ordenada, à construção de uma cidade *idealizada* em detrimento de uma cidade *real*, por que vivida, onde a imprensa desempenharia um papel importante.¹⁹¹ Naquela nova racionalidade vigente – a capitalista – “o lócus urbano deve se constituir de diversos espaços bem definidos em sentido, significação e utilização. A ordenação e o controle do espaço é o que melhor traduz o pensamento urbanista da época” (*Idem*, p. 20). Portanto, eram contra os sentidos que a cidade possuía para as classes menos favorecidas que as ações conservadoras se dirigiam. É muito interessante (mas igualmente importante), o deslizamento que o sentido da palavra favela vai sofrer, deixando de ser “moradia de veteranos de guerra”

¹⁹¹ Nesse momento histórico, percebemos a imprensa como um aparelho privado de hegemonia (Gramsci) na medida em que a ideologia dominante (o ideário burguês) é difundida como base da produção de um consenso em torno dos caracteres do Estado brasileiro.

para se tornar local de onde “emana o perigo”. Não menos interessante, é a participação dos jornais nesse processo de resignificação. O termo favela, como explicitou a autora,

Que ficou registrado oficialmente como ‘área de habitações construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz’¹⁹², tem sua origem como nome próprio, o qual designava, na cidade do Rio de Janeiro, o lugar onde veteranos da Guerra de Canudos se instalaram após o retorno dessa campanha, com anuência do Ministério da Guerra – Morro da Favella. A substituição do termo (...) através da imprensa, é consolidada a partir da década de 1920, quando a palavra favela passa a servir de termo generalizante no que diz respeito a determinada forma de moradia das classes populares e ainda para se referir a um local da cidade que deve ser estritamente controlado, de onde emanam – segundo vários artigos e notícias dos principais jornais cariocas (Correio da Manhã e Jornal do Comércio, por exemplo) – os perigos da cidade¹⁹³ (Idem, p. 21).

Podemos perceber que o legado de Pereira Passos não se restringiu somente à transformação do espaço urbano carioca. Antes, com as transformações produzidas, ressemantizou a cidade, conferindo a ela sentidos que compuseram (e ainda compõem) o imaginário contemporâneo sobre polarizações como morro *versus* asfalto, Zona Norte *versus* Zona Sul, “gente de bem” *versus* “gente perigosa”. Apesar de toda *preocupação* com o ordenamento urbano, “foi só em 1927, com o prefeito Prado Júnior (1926-1930) que elaborou-se um Plano Urbanístico – o Plano Agache – com vistas a definição das funções de uso dos espaços urbanos” (Idem, p. 22). É importante ressaltar que a autora chama a atenção para o fato de o Plano Agache não ter sido implementado em função dos gastos inerentes à sua efetivação. No entanto, aquilo que para ela parece ser menos importante – o fato de as ideologias políticas pós-1930 buscarem um rompimento com os governos da “República Velha” – para nós é um elemento central do processo aqui descrito. Ao buscar “não perpetuar qualquer tipo de iniciativa de governos anteriores”, o que para nós entra em jogo é a questão da politização da “questão social”, uma vez que, como Trindade argumenta, “o plano urbanístico se refere especificamente às favelas preconizando sua erradicação” (Idem, p. 23).

Outro autor interessante para visualizarmos este processo é o cientista político Guilhon Albuquerque. Em sua perspectiva, a disputa ideológica, celebrada inicialmente na disputa entre *idéias*, se dá num âmbito que é inclusive exterior ao próprio Estado. Dessa forma, antes de tentarmos enxergar tais disputas temos que tentar perceber como esses conflitos aparecem

¹⁹² Cf. ZALUAR e ALVITO (1998, p. 07).

¹⁹³ Cf. MATTOS (2004)

inseridos numa determinada construção burguesa no Brasil. Nessa perspectiva, quando Cerqueira Filho aponta que

Antes de 1930 a 'questão social' não aparecia no discurso dominante senão como fato excepcional e episódico, não porque não existisse já, mas porque não tinha condições de se impor como questão inscrita no pensamento dominante. As classes dominantes, na medida em que detinham o monopólio do poder político, detinham simultaneamente o monopólio das questões políticas legítimas; das questões que, em última instância, organizam a percepção do funcionamento da sociedade. Nesse contexto, a 'questão social', por ser ilegítima, não era uma questão 'legal', mas ilegal, subversiva e que, portanto, deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado (Cerqueira Filho, Op. cit., p. 59),

há a clara indicação da articulação entre os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), nos moldes apontados por Louis Althusser. No entanto, é aqui que cremos que nossa abordagem se difere das hegemônicas, a difusão do conjunto de idéias legitimadoras do processo de construção do mundo burguês não seria suficiente para dar conta da aceitação de tal ideário na outra ponta do processo – a recepção. Assim, nos parece que a proposta gramsciana de Aparelhos Privados de Hegemonia (APE) seria, inicialmente, mais adequada para analisar o processo de formação da sociedade brasileira.

Evidentemente, inclusive pelo contexto histórico ao qual esta discussão está inserida, a “questão social”, por ser enxergada estritamente como uma questão subversiva, precisava ser tratada no interior dos aparelhos repressivos do Estado – representados preponderantemente pelas instituições policiais. Dessa forma, o que se assiste na passagem do trabalho escravo ao trabalho juridicamente livre é a busca de uma elite – a cafeeira – em deter o monopólio da repressão através do controle do Estado. É através da regulamentação das normas jurídicas que essa classe busca a legitimação e a justificativa de sua dominação, articulando e organizando a sociedade, criando a normalidade e a ordem, controlando os “desvios” das classes subalternas.¹⁹⁴ Daí a pertinência da idéia do Rio de Janeiro funcionar como uma *caixa de ressonância* para o restante do país, proposta por Neder. Ou seja, além de *encenar* pedagogicamente a repressão na Capital Federal, sua difusão também se tornava fundamental. Como destaca a autora,

¹⁹⁴ Se a regulamentação das normas jurídicas representa uma importante estratégia de dominação burguesa, não menos importante será a irradiação de tais normas para o conjunto da sociedade. Assim, será central também o papel dos jornais nesse processo. Ainda que o universo letrado fosse relativamente pequeno no início do século XX, quando exploramos a questão das narrativas jornalísticas, pudemos perceber que existiam várias práticas de leitura que permitiam aos sujeitos sociais se apropriar dos conteúdos dos periódicos.

A discussão e o alarido em torno da idéia de que a criminalidade aumentou serviram para justificar e legitimar uma série de medidas que visavam o aumento, a reorganização ou a reestruturação das instituições de controle social, diante de uma sociedade mais diversificada socialmente, com o crescimento e concentração da classe trabalhadora nos grandes centros urbanos do país (Neder, 1995, p. 69).

Uma das premissas do nosso trabalho é que tal processo de legalidade caminha lado a lado com a formação de um mercado de trabalho capitalista no Brasil, com olhos virados para uma certa concepção de progresso (a França é o principal referencial de então). O que significa dizer que discursos e práticas que compunham a formação social brasileira buscavam neste momento a sua legitimação e incorporação pelo Estado. Neste sentido, não há grandes diferenças entre as campanhas contra a “capoeiragem” e a “malandragem”. Portanto, “muito mais que produzir efeitos políticos e sociais, o processo de criminalização se afirma enquanto mecanismo ideológico de construção de normas, socialmente aceitas e difundidas” (*Idem*, p. 90). É neste contexto que “a ‘vadiagem’ estaria a requerer um aumento da repressão policial” (*Idem*, p. 91). Não se pode perder de vista, inclusive, o fato de que a relação cidade/país, ou regional/nacional, está sendo pensada dentro das construções das idéias de nação, mercado de trabalho e de tipificação do indivíduo. Na Capital Federal, buscava-se a representação do brasileiro típico, o “trabalhador brasileiro”, este pensado dentro do projeto burguês de organização social, refletido, inclusive, arquitetonicamente.¹⁹⁵

É muito interessante observarmos que, além da complementaridade entre as abordagens de Neder, Cerqueira Filho e Trindade, o conservadorismo vem sendo a pedra de toque da condução das políticas nacional e regional no Brasil. A via repressiva no tratamento do antagonismo social tem sido preferencialmente utilizada quando se julga que as demandas estão para além daquilo que as elites querem dar. A própria alternância entre tratamento político e policial (indicada por Cerqueira Filho) dada às reivindicações das classes menos favorecidas, evidencia tal conservadorismo. Ao lermos o conjunto da obra de Neder, fica muito evidente que esse processo de tipificação do perfil do criminoso, na organização da sociedade sob padrões burgueses, está associado à supressão dos conflitos que o sistema

¹⁹⁵ Mesmo contendo algumas especificidades, algumas particularidades regionais, o Rio seria (e ainda o é) o contexto ideal para a irradiação deste modelo de brasileiro, sobretudo em função de seu cosmopolitismo. Na virada do século, “o Rio de Janeiro era tido, pelos agentes históricos que fizeram uma reflexão sobre ela, ora como uma cidade provinciana e atrasada, portadora de caracteres particulares (sobretudo pela enumeração da singularidade de seus tipos sociais: malandros e vadios), ora como cosmopolita, por conter várias das características de uma típica cidade da ‘*belle-époque*’”. Ver Neder, 1995, p. 131. Dessa forma, quando o país ganha o direito de sediar uma Copa do Mundo (2014), cuja principal referência é o Rio de Janeiro (cidade do final da Copa, cidade do Pan-Rio 2007, cidade-sede dos Jogos olímpicos de 2016), parece-nos que a cidade (e não o estado com um todo) volta a ser o centro irradiador de um certo tipo de *habitus* brasileiro.

capitalista poderia exacerbar.¹⁹⁶ Com a alternância proposta pelo cientista político, fica evidente que o tratamento policialiesco foi a via encontrada por governos autoritários (comandados principalmente, mas não exclusivamente, por militares)¹⁹⁷ para solucionar os embates sociais, enquanto os civis (pós 1930) adotaram a incorporação política das demandas.¹⁹⁸ O que torna os anos 1990 singulares nesse processo de amplo debate político em torno das demandas sociais é que, a despeito de vivermos em regime democrático, a via autoritária e repressiva foi a celebrada para a solução dos conflitos sociais.¹⁹⁹

Como consequência do processo de modernização conservadora posta em marcha no Brasil, além do tratamento policialiesco dado às demandas sociais, a já mencionada “limpeza” da cidade do Rio de Janeiro também foi largamente utilizada, sobretudo quando surge a necessidade de adequação do espaço urbano carioca para atrair capital ou para arrefecer os conflitos²⁰⁰. Esse é o sentido de nos apropriarmos da variação da noção de crime, criminoso, criminalidade. Tal noção tem servido para, além de enquadrar a massa urbana ao regime capitalista, legitimar as campanhas de lei e ordem. Assim, o que preponderantemente se assiste é o desejo de controle quase que absoluto sobre as classes menos favorecidas, tentando impedir seus movimentos. Acreditamos não restar dúvidas sobre o fato de a Reforma de

¹⁹⁶ Preferimos exacerbar, pois o próprio processo de colonização já encerra nele o autoritarismo e o não reconhecimento das necessidades dos grupos dominados.

¹⁹⁷ A cronologia estabelecida por Cerqueira Filho nos mostra que, entre 1889 e 1930, a “questão social” foi encarada como caso de polícia. Apesar de os militares serem sucedidos, na República Velha, por governantes civis, a antiga tradição do coronelismo continuou sendo colocada em prática. No Estado Novo, recebeu tratamento político, para, em seguida, durante a ditadura varguista, ser tratada como questão de polícia. Com a redemocratização da sociedade, com ênfase nas políticas populistas, período que vai até 1964, novamente foi encarada politicamente. A partir da ditadura militar e com o aumento da repressão e do autoritarismo, como “caso de polícia”.

¹⁹⁸ Na avaliação de Cerqueira Filho (1982), mesmo durante os períodos em que houve politização dos conflitos sociais, há diferenças. Nos dois primeiros momentos, na primeira fase da “Era Vargas” e na eleição de Getúlio (1950) por voto, a politização da questão social foi tutelar. Isto é, com forte cunho populista. Vai ser a partir da posse do presidente João Goulart, depois de tumultuado processo em que as forças de direita do país tentavam impedi-lo de assumir, que é possível identificar o ponto alto da incorporação das demandas sociais na ideologia política.

¹⁹⁹ Em nossa análise, não é fortuito o fato de o início dos anos 1990 serem parte de um processo, num contexto de redemocratização, onde novamente a “questão social” voltava a receber tratamento político. A partir de 1983, Leonel Brizola inicia um processo de desmilitarização das Polícias fluminense, com forte ênfase no respeito aos Direitos Humanos. Se levarmos em conta a importância do Rio de Janeiro nos cenários nacional e internacional, conter o avanço da ideologia pedetista poderia representar conter a irradiação dessa ideologia para outros pontos do país.

²⁰⁰ Em 04/06/2008, foi anunciado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que o Brasil (representado através da cidade do Rio de Janeiro) foi um dos quatro países selecionados para a etapa final da escolha do país que sediará as Olimpíadas de 2016. No mesmo dia, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, atribuía tal escolha ao do êxito do Rio de Janeiro na realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007. Para Nuzman, a adequação da cidade e a segurança oferecida durante os Jogos foram itens decisivos para mostrar ao COI que o país está preparado para sediar uma Olimpíada. No dia 02/10/2009, quando foi feita a escolha definitiva, com a vitória do Rio de Janeiro, mais uma vez o presidente Nuzman lembrou que a RIO-92 e o Pan Rio 2007 foram dois momentos determinantes para a escolha do Rio como Sede dos Jogos de 2016.

Pereira Passos, ainda na primeira década do século XX, ser o grande marco desse processo de ordenamento/banimento das classes subalternas. No entanto, além de um rápido exame no projeto do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro (Capital Federal), é oportuno apontarmos outros processos que consubstanciam o Rio de Janeiro dos anos 1990.

Ainda que em determinados períodos do século passado as demandas sociais fossem tratadas politicamente, isso não significa dizer que a tensão era inexistente. Antes, pode-se perceber que nem todas as construções sobre a cultura nacional brasileira abarcaram todo o conjunto da sociedade. O que poderíamos destacar é que em alguns períodos os sujeitos históricos do cotidiano estiveram mais “conectados” com um projeto nacional. No entanto, o projeto brasileiro, sobretudo pela forma como foi concebido, esteve pouco preocupado em contemplar a diversidade brasileira. Mas, como a literatura indica, a revolução de 1930 foi um importante marco no tratamento (ou na perspectiva de tratamento) dessa diversidade. Após 1937, com a ditadura varguista, o país (porque não dizer, o Rio de Janeiro por todas as especificidades já apontadas) retoma sua *tradição* de policizar o antagonismo social. Isso significa apontar, dentre outras ações, a retomada de planos para a “solução” da favela. No início da década de 1940, segmentadas em dois grupos de propostas (ação preventiva e ação realizadora), propõe-se os seguintes pontos: no caso da primeira

a) controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) recambio de indivíduos de tal condição para seus estados de origem; c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) fiscalização dos indivíduos acolhidos por instituições de amparo; e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia.

No caso da segunda,

Casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido por lei, serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra variola, difteria, doenças do grupo coli-tífico, além de inspeção torácica e apurações de conduta social (Fundo Victor Tavares de Moura. DAD/COC/Fiocruz, apud Trindade, 2006, p. 27).²⁰¹

²⁰¹ Um exame um pouco mais detido mostra o quanto as políticas públicas dos anos 1940 ficaram inscritas no imaginário social brasileiro se revelando em algumas das ações governamentais na passagem do século XX ao XXI. Cremos que boa parte das “preocupações preventivas” descritas no relatório aparece na fala do então vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, por ocasião do conflito entre dois traficantes (o “Dudu e o “Lulu”) pelo controle do tráfico de drogas na Rocinha (Zona Sul da cidade do RJ). Naquela oportunidade, Conde sugeria que fosse construído um muro em torno da Rocinha para que a) se pudesse controlar o acesso à

Parece-nos óbvio que as ações sugeridas pelo poder público, antes de representar uma preocupação genuína com os estratos menos favorecidos, visavam a construção de uma cidade ideal, onde as tensões e distensões pudessem ser encobertas. Nesse sentido, o século XX, sobretudo na primeira metade, representa o momento histórico onde a cidade começa a ser erigida sob a égide da estratificação social, com a demarcação dos espaços “pertencentes” aos grupos sociais. Ou seja, quanto menores os poderes políticos, econômicos, ou mesmo simbólicos, mais distantes deveriam ficar os atores do centro da cidade do Rio de Janeiro. Essa tendência acompanhou o processo de industrialização, principalmente porque as indústrias avançavam para as periferias e atraíam com elas a mão-de-obra assalariada. Dessa forma, a industrialização *escamoteou* a segmentação que ela trazia consigo, figurando a migração para as regiões mais distantes como uma estratégia de aproximar o trabalhador do seu local de trabalho. Evidentemente, o processo de industrialização não acompanhou (e nem teria como) o mesmo ritmo dos processos migratórios, o que produziu, como um dos seus efeitos, uma pauperização ainda maior de um contingente de pessoas que encontrou nos morros uma alternativa de moradia.

Os anos 1940 também são fundamentais para compreensão da conformação contemporânea do Rio de Janeiro em função de dois pontos: o primeiro é a crescente representatividade do Partido Comunista, representada pela eleição da maioria dos vereadores do Distrito Federal (Rio de Janeiro); o segundo, a entrada em cena da Fundação Leão XIII, ambos em 1947 (Trindade, 2006, p. 30). No caso do primeiro, iniciava-se, ainda que incipientemente, a retomada da politização das “questões sociais” e isso mereceria uma resposta *adequada* do Estado. Antes que os *comunistas* pudessem inflamar as classes trabalhadoras (muitas vezes moradoras de morros e favelas da cidade) era necessária uma ação imediata, o que se revelou na criação da Fundação. Esta entra em cena para desenvolver sua ação “baseando-se na idéia de que o ‘problema’ das favelas poderia ser solucionado ‘contando com os próprios favelados, carentes apenas de orientação adequada para que se atingisse esse objetivo’” (*Idem*, p. 31).²⁰² Nos parece evidente que se trata da conformação

comunidade, b) se pudesse fiscalizar habitações e indivíduos e c) se pudesse evitar que as mazelas produzidas naquele espaço chegassem ao *asfalto*.

²⁰² Para nós, a importância da atuação Fundação se revela no seu papel de Aparelho Privado de Hegemonia (APH). Aqui, percebemos claramente a contribuição das reflexões de Gramsci, uma vez que tal organização não era estatal. Um dos pontos que nos permite apontar que a Fundação Leão XIII se revelou um APH é que em 1962 ela passa a compor a estrutura do Estado, sobretudo em função da natureza do seu trabalho realizado por 15 anos. Durante este período, por exemplo, couberam a ela as funções de controle e distribuição de energia elétrica nas favelas onde atuava. Para mais detalhes das atividades da Fundação Leão XIII, ver TRINDADE, 2006. No entanto, também parece ser difícil de negar que uma das especificidades dos nos 1990 seja, gradativamente, a incorporação de ações e de discursos esotéricos na narrativa midiática. Cremos que é exatamente um dos frutos

daquilo que entendemos como a luta de classes. Se por um lado, a Fundação Leão XIII atuaria em função da “incapacidade dos favelados superposta na falta de formação e orientação moral” para lidar com o problema da moradia, por outro, o Estado “articulava a erradicação sumária das favelas, criando também em 1947, a Comissão de Extinção de Favelas” (*Idem*). Ou seja, buscava-se criar o consenso em torno da idéia de que era fundamental a eliminação das favelas do Rio de Janeiro, empurrando as classes populares para mais longe ainda²⁰³.

O final da década de 1940 e o início dos anos 1950 foi outro momento histórico onde haveria a incorporação das classes menos favorecidas na agenda política. Isso pode ser evidenciado pela recuperação das propostas varguistas, após vitória de Getúlio Vargas para a Presidência da República, e a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, por exemplo. Essa configuração política pode ser destacada, por um lado, através da crítica levada a cabo pelas elites conservadoras de que se tratava de ações políticas populistas e, por outro, através da criação, na metade da década de 1950, da Cruzada São Sebastião.²⁰⁴ Apesar de manter a linha do tratamento político do antagonismo social, o Governo Juscelino Kubitschek acabará representando um divisor de águas nesse processo. É durante sua gestão que se inicia a construção de Brasília, que posteriormente se transformaria na nova Capital Federal. Tal transferência produziu efeitos concretos e simbólicos. A criação do Estado da Guanabara e a reestruturação do estado é um dos efeitos concretos. A manutenção de vários aparelhos, sobretudo representados arquitetonicamente (Palácios, Ministérios, Secretarias, Tribunais, Empresas – BNDE, Petrobras, Vale do Rio Doce) mantinha relativamente vivo no imaginário carioca o papel simbólico de Capital Federal, até mesmo porque grandes manifestações populares, mesmo após a transferência do poder central para Brasília, continuavam a acontecer no espaço urbano carioca.

A década de 1960, dessa forma, é um momento histórico singular no processo de formação da sociedade brasileira, por isso não discordamos radicalmente de análises que

dessa nova configuração a presença constante do Viva Rio nas páginas dos jornais, isto é, como uma voz (bem audível, é verdade) permanente presente naquele novo espaço de debate: o *espaço publiático*.

²⁰³ Os censos trabalhados por Trindade nos permitem ver claramente que a “política de erradicação das favelas” indica uma ação do sentido de expulsar do centro (e, posteriormente, da Zona Sul) da cidade do Rio de Janeiro os moradores que *atrapalhavam* os projetos de desenvolvimento da Capital Federal. O censo de 1948, por exemplo, mostra que 43,40% das favelas cariocas estavam dispostas ao longo das Linhas férreas Central do Brasil e Leopoldina (Trindade, *op. cit.*, p.32). Um dos efeitos produzidos pela construção das Linhas férreas foi a expansão da cidade para onde tais linhas atingiam. A Baixada Fluminense, principalmente após a construção da Avenida Brasil (1946), é uma das regiões a sofrer os efeitos do processo de transferência populacional do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, de várias políticas de repressão que serão postas em curso para conter os “habitantes indesejados” que as ações públicas conseguiram empurrar para um lugar mais distante da Capital.

²⁰⁴ Em claro antagonismo com a Fundação Leão XIII (ligada à UDN), a Cruzada São Sebastião (apoiada pelo PSD e o PTB), que tem D. Helder Câmara como principal expoente, nasce com o objetivo de “promover a integração social das populações carentes” (Valla, 1966, p. 65; Trindade, 2006, p. 36).

apontam sua singularidade na conformação dos anos 1990. No entanto, pode-se observar que essa década acentua práticas políticas já encontradas ao longo do século XX. O que diferencia os anos 1960 dos anteriores é o fato, por exemplo, de o Rio de Janeiro não ser mais a Capital Federal e de aqui se desenvolverem ações que não se aplicam ao Brasil, mas ao povo carioca.²⁰⁵ Em 1960, Carlos Lacerda (UDN) é eleito como o primeiro governador do Estado da Guanabara com duas metas muito claras: “a priorização de um modelo de desenvolvimento viário voltado para o automóvel”, seguindo o modelo desenvolvido no plano federal por JK (Plano de Metas, 50 anos em cinco), e a “ordenação do espaço urbano carioca” (Trindade, *Op. cit.*, p. 38). Assim, o governo Lacerda já antecipava em alguns anos o que a ditadura radicalizaria. Iniciava-se, deste modo, a contenção, no plano estadual, dos movimentos dos de baixo. Isto é, a cidade do Rio começava a ser pensada em termos de planejamento ordenado para o movimento dos que tinham poder aquisitivo (para comprar automóveis, por exemplo) e a imobilização (ou confinamento) em conjuntos habitacionais para os que não tinham. Um dos problemas enfrentados nesse contexto por Lacerda é que, se suas ações cristalizavam os desejos das elites, no plano federal, João Goulart e sua orientação ideológica eram um entrave com a realização completa desse desejo.

Na década de 1960, foram constantes os embates entre UDN (Lacerda) e PTB (João Goulart). Em 1962, é criada a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) – que em 1975, após a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, é transformada em Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) – empresa de economia mista na qual 49% do capital pertenciam ao grupo de Lacerda (incluindo seu genro, Flexa Ribeiro, e o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães) (*Idem*, p. 42). Ainda em 1961, um acordo (*Acordo do Fundo do Trigo*) assinado entre o Governo do Estado da Guanabara e a United States Agency for International Development (USAID) destinaria recursos para urbanização (total ou parcial) de algumas favelas, bem como para construção de casas populares. Na prática, os recursos foram utilizados para a construção de três vilas; Vila Kennedy, em Senador Câmara; Vila Aliança, em Bangu e Vila Esperança, em Vigário Geral, além de três Centros de Habitação Provisória (*Idem*). Mais do que simplesmente construir novos espaços de moradia, o *Acordo* representava também uma

²⁰⁵ Mais adiante, veremos que mesmo esse ponto é controverso, principalmente porque o que acontecia da cidade do Rio de Janeiro continuava ecoando por outros estados da Federação. Ainda que no plano simbólico isso continuasse a acontecer, não podemos perder de vista que há uma nova configuração político-social. Esse, inclusive, é o sentido de apontarmos que o Rio de Janeiro continuará servindo de referência nacional. Não como uma caixa de ressonância, mas como uma caixa amplificadora. Ou seja, o que aqui fosse encenado precisaria sê-lo pedagogicamente, para que o país (e em alguma medida o mundo) visse que o poder político havia se transferido para Brasília, mas nem tanto.

estratégia para conformação da idéia da naturalização de condições sociais que eram (e são) culturalmente construídas.

No mesmo ano da criação da COHAB-GB (1962), é fundada a Federação das Associações de Favelas da Guanabara (FAFEG). Apesar das divergências da FAFEG com o Governo do Estado da Guanabara, não nos parece casual que ela tenha sido criada durante a vigência do Governo João Goulart (1961-1964). O período entre 1962 e 1964 é um momento de radicalização do embate político e, como já havíamos mencionado, mesmo estando a Sede do Governo Federal em Brasília, Jango nunca deixara de usar o espaço urbano do Rio de Janeiro para se dirigir às massas. Nesse sentido, as diretrizes da FAFEG coadunavam (talvez bem mais do que se imagine) com as propostas federais para distribuição da terra. Evidentemente, o embate político vai ser reconfigurado a partir de 1964, com a tomada do poder pelos militares. O que muitas vezes eram debates acalorados se tornara discurso *unísono* capitaneado por um sistema que tinha na força sua forma de dialogar²⁰⁶. Se em meados dos anos 1960 o diálogo começava a se arrefecer, no final dessa década a radicalização seria ainda maior. Um dos exemplos desse processo é a mudança na dinâmica das eleições na FAFEG. Como destaca Trindade, “as eleições que se seguiram tinham sua chapa submetida à avaliação pela Secretaria de Segurança e a atuação passou a ser atrelada aos interesses do Estado, trabalhando, as associações, inclusive nas remoções” (*Idem*, p. 46).²⁰⁷

O “fim das favelas” (ou pelo menos, sua remoção e a transferência de seus moradores para longe dos espaços privilegiados da cidade do Rio de Janeiro) começava a se delinear com a criação da Coordenadoria de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM) e sua atuação entre os anos de 1968 e 1973. Como demonstrou Trindade,

A erradicação de favelas na Guanabara era a tarefa primordial da CHISAM, que “propunha-se a remover 92 mil favelados por ano, a partir de 1971” e chegar a remoção completa em 1976. No entanto, entre 1971 e 1974 foram removidos 26.665 moradores. Realmente o objetivo de fazerem desaparecer da

²⁰⁶ Talvez por isso, Lacerda seja identificado como o principal agente responsável pela remoção das favelas. Antes do início do *regime*, eram constantes os confrontos entre a ideologia da UDN e do PTB, por exemplo. Não por acaso, a *Tribuna da Imprensa* será um dos meios de tornar esse debate mais vivo no imaginário social. A partir de 1964, sobretudo pelo controle exercido sobre as informações que circulavam (além das atividades de outros Aparelhos), as ações de Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) provavelmente não tiveram a mesma amplificação dos anos anteriores. Portanto, o Governo Lacerda serviu muito mais aos militares do que se imagina.

²⁰⁷ Na passagem descrita pela autora, fica bastante claro que “submissão à avaliação pela Secretaria de Segurança”, significava ação por parte dos militares que trabalhavam no Executivo estadual (e comandavam as ações das Polícias). Quando nos anos 1980, Leonel Brizola inicia o processo de desmilitarização da Segurança Pública é contra a ingerência dos militares na policização do conflito urbano que ele se posicionava.

paisagem do Rio de Janeiro todas as favelas não se concretizou, mas mexeu com a vida de mais de 130 mil pessoas nos dez anos que englobam os governos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas (Idem, p. 50)

A autora aponta ainda os motivos para o insucesso das ações da CHISAM. Dentre eles, argumenta Trindade, o fato de “a questão da habitação não ser um problema em si, mas algo que é estrutural” (*Idem*). Em nossa avaliação, não é a ausência de moradias que é estrutural. Antes, ela é socialmente construída a partir da necessidade de determinados tipos de moradia e de determinada forma de ordenamento social. O que pode ser encarado como estrutural é o próprio antagonismo social sobre o qual a sociedade brasileira se ergueu. Estrutural é a forma autoritária e repressiva como o Estado brasileiro (que se espelha também em ações da Administração Pública nas esferas estadual e municipal) costuma lidar com as classes que incomodam as elites. Talvez a única forma de as elites lidarem com aqueles com os quais nunca buscaram interação seja o extermínio (o que se revela, por exemplo, na forma como os modernos Aparelhos Repressivos do Estado lidam com a questão da Segurança Pública). Dos motivos listados pela pesquisadora, como pressão orçamentária, precariedade dos sistemas de transportes, desvios dos interesses nas políticas de habitação – que atendeu mais à classe média do que às classes populares – julgamos que não são em si problemas que dificultaram a erradicação das favelas. Mas, a atribuímos à capacidade dos agentes sociais de se moverem pelas brechas do poder. Propondo em outros termos, estrutural é a forma de as elites se apropriarem do poder (representado na República, pelo controle do Estado) para fazer valer os seus desejos, prática já comum inclusive no período colonial. A própria alocação de famílias em aterros (como o da Maré) responde a essa lógica de apartação do indesejado da cena urbana.

O urbano aqui, como antecipou Pechman (1991), citado por Trindade, “é um processo de conferência de sentido ao espaço²⁰⁸, como lugar dos processos econômicos, sociais e simbólicos que é simbolicamente construído” (*Idem*, p. 55), é, principalmente, “o espaço da representação, do uso e das relações” (*Idem*, p. 56). Como objeto de disputas, a cidade é sempre tensa, conturbada, caótica, problemática e, em alguns casos, violenta. No entanto, algumas abordagens têm negligenciado o fato de a cidade (principalmente as metrópoles) ser elementarmente conflituosa, não sendo o Rio de Janeiro um caso exclusivo. Evidentemente que o Rio traz particularidades imersas em sua conformação que acentuam o caráter da sua primazia com relação a outras metrópoles. No entanto, um dos problemas centrais da

²⁰⁸ Como já vimos na primeira metade deste capítulo, tal perspectiva também está presente em Baczko (1985) e Andrade (2003).

estruturação da cidade carioca é a forma como a violência foi apropriada pelas elites no tratamento das questões sociais. Se tomamos, por exemplo, a noção de cidadania modernamente compartilhada de forma hegemônica, fica obscurecido o fato de que a cidadania não foi concebida como direito de todos, mas como um atributo de determinados estratos sociais.

As observações da autora, longe de representar um limite da atual situação conflituosa na cidade do Rio de Janeiro, nos mostram o quanto o processo cultural é dinâmico. Se a noção de cidadania (assim como a de favela) foi construída socialmente, investida de determinados valores, significa dizer também que ela pode ser reconfigurada. Evidentemente, e nunca é demais lembrar, não estamos colocando em posições simétricas as elites e as classes menos favorecidas, tampouco o tempo (social) que ambas “gastariam” para investir de significado um determinado signo. O que estamos querendo destacar é que aquilo que pode parecer pouco claro à maioria pode ser uma brecha para transformação. Quando Trindade parte de três notícias da *Tribuna da Imprensa* (não devemos negligenciar o fato de que o periódico pertencia a Carlos Lacerda), cujos conteúdos trazem três denominações diferentes para o mesmo espaço: “Parque Nova Holanda” (25/01/1962), “Favela Nova Holanda” (25/04/1962) e “Vila Nova Holanda” (15/05/1962), a justificativa da autora é que “se tratava de pouca clareza do Governo Lacerda quanto a questão da habitação” (*Idem*, p. 77). No entanto, nos interrogamos: se tratava de pouca clareza ou de um jogo semântico? Ou seja, não se sabia sobre que tipo de habitação o Estado se voltaria ou esse *jogo* poderia abarcar um espectro de habitantes ainda maior?

A “pouca clareza” ou o jogo semântico em torno da noção de favela representa um estágio do antagonismo social presente na formação do Rio de Janeiro. Como já mencionamos, a ditadura militar, mas, principalmente, a decretação do Ato Institucional nº 5 (o AI-5), estabeleceu um novo paradigma em termos de uso da repressão e supressão de direitos individuais. Apesar de todas as observações que pudessem ser feitas sobre esse período, ele nos interessa, neste momento, por dois motivos: o primeiro é em função da erradicação de algumas favelas, que, “excetuando-se a do Esqueleto, todas as outras situavam-se na Zona Sul da cidade” (*Idem*, p. 89), o que cristalizava os delírios burgueses sobre o ordenamento da cidade; o segundo, este um *expediente* que vigora pelo menos até a primeira década do século XXI, é a idéia de *operação*. Em documento oficial do Estado da Guanabara (1969:69), como mostra Trindade,

Intitulado Rio: Operação Favela²⁰⁹, explana em suas páginas com riqueza de imagens, o programa de remoções desde o início do Governo Negrão de Lima, e aborda com entusiasmo o que chamou de Operação Praia do Pinto, relatando, sempre com ênfase nas palavras 'ordeira e pacificamente', que a transferência de moradores foi iniciada em 23 de março de 1969, mesmo que a conclusão de um estudo sócio-econômico só tenha ocorrido no dia 22 do mês seguinte (Idem, p. 89, grifos nossos).

É muito interessante observar como o período ditatorial entre os anos 1960 e 1980 vai ser central na atualização/construção de noções que até hoje atravessam o imaginário social. Não só a noção de *Operação*, como as de *Comando*, de *Guerra*, de *Extermínio* do inimigo, por exemplo, expressaram um conjunto de idéias que se convencionou denominar Ideologia da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN). Nesse sentido, não há como negar que as ações dos governantes militares inauguraram um paradigma que, por muitas vezes, contou com um apoio luxuoso da mídia, e se sustenta até hoje. Dessa forma, o espaço de tempo mencionado no início desse parágrafo, sobretudo em função da *irradiação* da DSN, acabará obscurecendo algumas análises no sentido de localizar no regime o início do processo de ação policial contra as classes populares. No entanto, a simples difusão da *idéia* não garante que a ação será sentida exatamente como se espera. O que os anos de chumbo têm de singular, em nossa análise, é o deslocamento da idéia de erradicação das favelas para o extermínio dos favelados. Desse modo, se erradicar as favelas não era o suficiente para erradicar o mal (os moradores), uma vez que esse *mal* se desloca, por exemplo, para a Baixada Fluminense, uma alternativa encontrada é o extermínio do portador dos caracteres dela (favela): seus moradores.

2.3.2 – A ambivalência das classes perigosas

A imprecisão na identificação do *foco* do mal não é uma característica eminentemente contemporânea. No entanto, não podemos negar que essa questão identitária (porque não dizer estrutural na formação social brasileira) é exacerbada com o regime ditatorial que se estabeleceu no Brasil. Um dos efeitos que se fazem sentir a partir dos anos 1990 é a conformação, no narcotraficante, da figura do principal inimigo do Estado. Um dos problemas correlatos a essa nova configuração é que ela traz consigo uma ampliação dessa rubrica (narcotraficante) na questão da segurança pública. Já apontamos anteriormente as classificações pelas quais passou o inimigo número um (capoeira, malandro, bandido). O que

²⁰⁹ Segundo Trindade (p. 89), essa operação foi realizada no contexto onde a Favela Praia do Pinto (Lagoa-Rio de Janeiro) foi erradicada, quando aconteceu um grande incêndio que foi o empurrão que faltava para sua total erradicação.

tal classificação evidenciou foi a necessidade de se estereotipar aqueles indivíduos (ou grupo de indivíduos) contra os quais o poder do Estado se faria sentir. Notamos, assim, a presença da operação descrita por Bhabha, onde

É a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente (1998, pp. 105-106)

Longe de sermos anacrônicos com relação à abordagem de Bhabha sobre o “discurso colonial”, o que percebemos é que a “falta” ou “excesso” que caracterizou o brasileiro na passagem do século XIX ao XX, continuam a orientar as ações políticas mesmo contemporaneamente, isso porque foi a través do “conceito de ‘fixidez’ na construção ideológica da alteridade (...)” que o estereótipo se consubstanciou numa forma de conhecimento e identificação “que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provadas jamais no discurso.” (*Idem*, p. 105). Ou seja, antes de representar a essência de um *ethos* das classes menos favorecidas, a falsa alteridade sobre a qual se assentou a formação brasileira foi antes uma fantasia, uma ficção.

A assunção de que tanto pessoas quanto lugares são construídos de forma arquetípica, nos mostra, por um lado, que o estereótipo não é uma simplificação por ser uma falsa representação de uma dada realidade, “é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (*Idem*, p. 117); por outro, que, como representação, uma dada realidade pode ser modificada. No entanto, a fixidez do estereótipo enseja, como destacou Bhabha, a construção de lugares sociais determinados, anulando (ou pelo menos evitando) a alteridade. A simplicidade contida num estereótipo acaba corroborando para que, longe de poder ser facilmente desconstruído, ele sirva para reforçar e reificar a posições construídas contrastivamente. O caso da Baixada Fluminense é exemplar nesse processo de estruturação do antagonismo social brasileiro, sobretudo pela forma como o “mal” seria pedagogicamente

combatido naquela região²¹⁰. Evidentemente que, como já pudemos expor no capítulo anterior, a imprensa tem um papel fundamental nessa dinâmica.

Mas, se por um lado, a “limpeza”, que se inicia no Governo Carlos Lacerda e que é potencializada pelos militares, produziu um êxodo de parte significativa das classes populares para o subúrbio do Rio de Janeiro e para a Baixada, por outro, a imprensa foi, paulatinamente, ajudando a construir a idéia de que as ações repressivas no espaço urbano do Rio de Janeiro eram efetivas e corretas. Isto é, onde as Forças Armadas atuavam, o crime, a desordem, o caos deixavam de existir. Onde sua atuação não se dava na prática, o crime, a desordem, o caos imperavam. Disso podemos tirar duas conclusões preliminares: a primeira é a de que o Rio de Janeiro representava um microcosmo (ou a metonímia) das relações tensas e conflituosas sobre o qual o Brasil se configurou, porque, a despeito de não ser mais a Capital Federal desde a transferência do centro do poder político para Brasília, o Rio continuava, por exemplo, como centro de comando das forças militares, o que pode ser evidenciado pelo fato da Zona Militar do Rio de Janeiro receber a denominação de Comando do I Exército; a segunda, como extensão da primeira, é que a Baixada desempenhará, dentre tantas, a função de representar um *locus* privilegiado para se *ensinar* que só existe necessidade de repressão (a dos grupos de extermínio, por exemplo) onde falta *ordem* (sobretudo a militar).

Seria equivocado avaliarmos que as ações da década de 1960 foram suficientes para produzir tanto a configuração da Baixada Fluminense quanto a da cidade do Rio de Janeiro.²¹¹ Não podemos negar que a repressão acaba acelerando esse processo. No entanto, outras práticas orientavam a “migração” de moradores do antigo Estado da Guanabara para outros locais. Um desses fatores, por exemplo, se dá com relação às moradias. Enquanto no Rio de Janeiro, com os projetos de habitação, se aumentava a rigidez com relação à construção, como apontou Trindade, “na Baixada, as exigências eram mínimas”, como destacou Alves (*Idem*, p. 64). Somando-se assim, o sistema de transportes ferroviário mais a construção da Avenida Brasil acabam *encurtando* a distância entre uma região e outra. Nesse sentido, era possível manter-se a estrutura de mão-de-obra barata a uma distância relativamente segura.

²¹⁰ Recuperar o processo de segregação e dominação sobre o qual a Baixada se erigiu não está no escopo da nossa pesquisa. No entanto, trata-se de uma região onde as mesmas práticas que orientaram as ações políticas do período imperial e da República Velha permaneceram vigentes mesmo após a Revolução de 1930, onde a violência acabou sendo constitutiva da formação social dessa região.

²¹¹ A Baixada acaba evidenciando uma permanência daquilo que entendemos ser a policização da questão social, tendo como principal característica as execuções sumárias realizadas por grupos de extermínio. Como destacou Alves (*Op. cit.*, p. 21), tais grupos atuavam a partir da percepção, mais ou menos generalizada, da incapacidade do estado de controlar o problema do crime.

As preocupações com a questão da Segurança Pública não eram uma prerrogativa do espaço urbano do Rio de Janeiro. No entanto, o tratamento dado ao tema não era o mesmo para as duas regiões, tendo como ponto de aproximação a noção de que a repressão era a via de solução para a agitação urbana e que o recurso à violência significava um certo *modus operandi* no tratamento das questões políticas da região. Ao que nos parece, apesar de discordarmos em alguns pontos, há uma convergência entre nós, Trindade e Alves no que tange ao paradigma da ditadura militar estabeleceu, uma vez que o uso da violência será a principal estratégia de dominação e de representação dos interesses hegemônicos. Ainda em meio ao conturbado Governo João Goulart, já se iniciava um processo onde “se a privatização dos serviços da PM não podiam ser obtidos de forma legal, restaria a recorrente possibilidade da ação e dos procedimentos ilegais, agora a serviço da formação de grupos paramilitares que auxiliassem os setores na classificação de quem era o consumidor e quem era o saqueador, o marginal ou o ladrão” (*Idem*, p. 98). O período ditatorial ajudou a produzir uma aproximação entre agitação e crime (e com ela novos estereótipos), que tem orientado políticas de Segurança Pública, nas quais os Governos Brizola (nos anos 1980 e 1990) representaram apenas um pequeno intervalo. Mesmo neste intervalo, no entanto, não deixou de haver aquilo que Alves apontou como uma estratégia:

Por trás, porém, dessa lógica da segurança não implica somente a defesa do patrimônio dos donos do poder econômico e político, tratava-se da segurança das famílias ordeiras e trabalhadoras contra os marginais. Uma forma de justiça que se legitimava não só pela ausência do estado, mas pela afirmação desses princípios pelos detentores do poder local (Idem, pp. 99-100).

Semanticamente, duas construções sociais começam a se estabelecer: de um lado, uma cidade onde a ordem e a paz voltavam a reinar, mesmo que para segurança de todos alguns excessos ocorressem²¹²; de outro, uma região que, principalmente em função do êxodo

²¹² Essa proposta é muito próxima da tosca noção de democracia que é partilhada no Brasil. Como argumentou Albuquerque, “ela tende a ser associada, no Brasil, ao valor “ordem pública” – democracia é algo que interessa a todos – e entendido como uma conquista importante, ainda que instável, da nossa sociedade. Aceitas tais premissas, não é absurdo sustentar a idéia de que, em situações críticas, é legítimo sacrificar os direitos individuais em nome da preservação da democracia, a qual, afinal, é do interesse de todos. E, se se acredita que a democracia é uma conquista instável (e, portanto, a crise é uma constante) faz sentido tolerar sacrifícios repetidos e sistemáticos do direito individual se eles se fazem em favor do bem comum” (*Op. cit.*, p. 26). Evidentemente, essa assertiva do autor diz respeito à construção do seu argumento quanto ao fato de o “Quarto Poder” na sociedade norte-americana não poder ser aplicado literalmente ao caso brasileiro. Dessa maneira, a imprensa do nosso país se aproximaria mais da idéia de um “Poder Moderador” do que de um “Quarto Poder”. A contribuição que essa proposta traz é significativa, sobretudo porque, para nós, esse “Poder Moderador” é fruto da *fantasia* dos homens de imprensa, isto é, como já argumentamos, ele é fruto de uma *fantasia* que se revela naquilo que, concordando com Fredric Jameson, aceitamos como inconsciente político do autor. No entanto, a aproximação da imprensa com a idéia de “Poder Moderador” aparecerá como mais ênfase no próximo capítulo, quando trabalharmos com a questão da *Ideologia*.

produzido pela primeira, a desordem e o caos iam gradativamente se estabelecendo. No entanto, a radicalização produzida pelo AI-5 traz consigo a *necessidade* de mostrar que a instabilidade não seria aceita em parte alguma. Portanto, passou a institucionalizar-se a prática da eliminação do criminoso. É bem verdade que, como destacou Alves, a partir de uma versão mais ou menos comum trabalhada pela imprensa,

O esquadrão da morte teria nascido na cidade do Rio de Janeiro entre 1956 e 1958. Nessa época, bandidos como Sete Dedos e Carne Seca estavam em plena atividade quando o detetive Eurípedes Malta foi chamado ao gabinete do general Amaury Krueel. Pouco depois, estava formado o Serviço de Diligências Reservadas, integrado pelos policiais mais famosos da época: Manga, Ernani, Ivo Americano, Perpétuo de Freitas etc. Os assaltos passaram a diminuir e o número de bandidos mortos passou a crescer. No dia seguinte a cada execução, o Boletim Interno do Departamento Federal de Segurança Pública (não havia ainda secretaria), publicava portarias do chefe de polícia em que eram concedidas gratificações de Cr\$ 5 mil por serviços prestados (uma quantia que na época equivalia à prestação mensal do aluguel de um amplo apartamento em Copacabana) (Idem, p. 126).²¹³

Não vamos refazer aqui o percurso realizado pelo autor no sentido de estabelecer uma cronologia para as ações dos grupos de extermínio na Baixada, tampouco evidenciar as transformações pelas quais os referidos grupos passaram. O que nos interessa destacar é que a prática do extermínio foi largamente utilizada pelos Aparelhos de Estado (representados tanto por grupo militares quanto paramilitares). Mas, uma das principais características do período ditatorial, como aponta o autor, “foi ter deslocado o epicentro das ações do esquadrão da morte para a Baixada, além do fato de a imprensa passar também a noticiar as arbitrariedades que a própria polícia passava a cometer” (*Idem*, p. 128). Nesse sentido,

As vinculações entre a Polícia Militar e o esquadrão da morte serão apresentadas pelos jornais, não só pela apresentação de casos e de discursos onde fica patente a prática ‘exterminadora’ da polícia, mas também pelas próprias características dos homicídios que ocorriam. As marcas de algemas, cordas e arames; os sinais de sevícias e tortura; o corpo frequentemente encontrado apenas com uma sunga (vestimenta normal dos presos devido ao calor dos xadrezes); as perfurações de balas de calibre 45, de nove milímetros ou de metralhadora; e o cuidado com a não identificação da vítima – ausência de documentos, abandono em lugar ermo não podiam ser atribuídos à briga entre quadrilhas rivais ou à disputa entre traficantes, nem tampouco à ação de bandidos que queriam desmoralizar a polícia, algo, àquela altura dos acontecimentos,

²¹³ É muito interessante observar que, a despeito do suposto fim das práticas autoritário-repressivas, em 1995 o governador do estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, voltaria a instituir a prática de premiar, por ato de bravura, os policiais militares envolvidos em confrontos com bandidos, em que estes fossem executados. Tal prática ficou popularmente conhecida como “gratificação faroeste”. A singularidade desse período é evidenciada a partir do fato de que o Governo Marcello Alencar acontece num ambiente onde o Estado de Direitos está em vigor.

completamente desnecessário (O Jornal, 1º/04/1973 e JB, 20/04/1975) (Idem, p. 130).

Como destacou o pesquisador, à medida que aumentava a repressão militar, aumentava também o número de homicídios cuja autoria era atribuída ao esquadrão da morte. Isso mantinha mais ou menos sobre controle o movimento das classes menos favorecidas, indicando a elas qual seria a resposta dada em caso de contestação a ordem vigente. De certa forma, os delírios burgueses viam no intervalo entre as décadas de 1960 e 1980 sua realização. No entanto, principalmente após o fim do Governo Médici, a prática do extermínio começa a sofrer certo retrocesso. Isso não significa dizer que elas foram suprimidas do jogo político, até mesmo porque a permanência de generais a frente das Secretarias de Segurança Pública era um indicativo de que a *agitação* dos primeiros anos da década de 1960 não deveria voltar. Mas, mesmo com a mudança do rumo do Governo Central, permaneceu presente no imaginário social que as ações militares só eram realizadas contra bandidos, sendo o bandido uma rubrica, como já exploramos (Borges, 2006), que abarcava um espectro bastante amplo de sujeitos sociais.

Na Baixada, as práticas de extermínio se faziam sentir por mais alguns anos, principalmente, a partir da perspectiva apontada por Alves, pela forma como a imprensa amplificava os casos ocorridos na região, chegando, em determinados momentos, a distorcê-los:

O ano de 1976 trouxe, também, para o debate em torno da violência na Baixada, uma questão até hoje presente. O número de homicídios, fornecido pelos próprios jornais com base em dados oficiais, apresentava uma queda significativa: enquanto nos 10 primeiros meses do ano anterior havia ocorrido 302 crimes de morte em Nova Iguaçu, no mesmo período de 1976 o número caía para 198 (O Globo, 28/10/1976). Contudo, a maior visibilidade desses crimes, veiculados de forma mais intensa e ampla pela imprensa, indicava, pelo contrário, um clima de violência crescente. Esse clima tornou-se insuportável quando, no início de 1977, os jornais passaram a noticiar a volta do esquadrão da morte. Os primeiros meses do ano revelavam uma elevação súbita dos homicídios, como no caso de fevereiro, com 45 pessoas encontradas mortas em lugares desertos na Baixada (O Globo, 28/02/1977) (p. 139).

Ainda que o final dos anos 1970 representasse um momento histórico onde o país caminhava para um processo de redemocratização, havia uma grande expectativa quanto aos rumos que o Brasil tomaria nos anos 1980. Afinal, um dos efeitos mais significativos do regime militar, além de uma estrutura punitiva que marcou a história brasileira, foi a sensação de que durante aquele período a ordem urbana fora estabelecida e a fantasia burguesa, realizada. Antes mesmo que a ditadura chegasse ao fim, alguns setores da sociedade já

experimentavam os ares da distensão, sendo a imprensa um deles. Se por um lado, havia a pressão para a abertura política, por outro, essa abertura não deveria representar o *fim* da ordem urbana. Desse modo, em nossa avaliação, não era o sistema como um todo que deveria ser abolido, mas somente aquilo que poderia representar seus excessos. É nesse sentido que, mesmo na passagem da década de 1970 para a de 1980, a Baixada continuaria simbolizando uma região que apesar de “tão próxima de um dos principais centros de irradiação cultural do país é, ao mesmo tempo, tão distante dos padrões mínimos de ordem legal” (*Idem*, p. 141). Dessa forma, em função da ausência desses padrões mínimos de ordem legal, as ações dos grupos de extermínio continuariam a simbolizar uma alternativa no combate a criminalidade.

É evidente que a referida ordem legal, assim como a própria questão da identidade, precisavam ser inventadas (e até mesmo reinventadas) para dar um sentido de coerência ao projeto moderno-conservador brasileiro. O que o intervalo entre os anos 1960-80 nos deixa perceber é que houve uma atualização (radicalizada) do poder de exclusão exercido pelo Estado, ou, como aponta Bauman, da “sua *raison d’être* que era traçar, impor, policiar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’. O ‘pertencimento’ teria perdido o seu brilho e o seu poder de sedução, junto com a função integradora/disciplinadora, se não fosse completamente seletivo nem alimentado e revigorado pela ameaça e prática da exclusão” (2005, p. 28). Ao desviante, mostrava-se a força do Estado que “tentara assumir a incontestável posição de supremas cortes passando sentenças vinculantes e sem apelação sobre as reivindicações de identidades litigantes” (*Idem*). A exemplaridade do caso brasileiro (poderíamos mesmo dizer, das ditaduras latino-americanas) foi tentar inculcar uma ordem (e quando esta tentativa falhou, o recurso a força) que é do reino da ficção.

Assim, as construções discursivas em torno da Baixada davam conta de um processo onde se forjava a noção de que a ordem urbana buscada desde o início do projeto burguês finalmente encontrava sua realização. Não só o discurso da ordem era atualizado, mas o higienista, o legal, definindo a região

Como um local onde ‘a lei do gatilho é tão natural quanto a lei da gravidade (...) A porta de entrada do Rio está ocupada por uma outra sociedade, onde a vida vale tão pouco que é objeto de comércio. Por ausência das lei e dos agentes da lei, surge a ordem paralela dos que vendem proteção’. Após discorrer sobre o envolvimento da polícia nos crimes e as limitações da instituição (...) o editorial é concluído com metáforas estéticas, geológicas e cirúrgicas: ‘Há uma estranha relação entre o crime e os lugares excessivamente feios. E seria preciso, igualmente, que os prefeitos locais pensassem um pouco mais em termos humanos do que em obras a serem inauguradas, relegando à polícia o cuidado do subterrâneo social. Trabalho para gerações. Mas que toda contemporização agrava. Trata-se, em última análise, de salvar o Rio de um câncer que pode estrangulá-lo (JB,

11/08/1977)'. Assim, para os cariocas, além do medo dos favelados descenderem os morros, haveria também o medo de a Baixada sitiar a cidade maravilhosa" (Alves, *Op. cit.*, p. 141, grifos nossos).

Os primeiros anos da década de 1980 serão centrais dentro do processo de criminalização das demandas sociais. Afinal, havia a expectativa de, com o fim do regime militar, o início do processo de redemocratização trazer de volta a politização das demandas oriundas das classes menos favorecidas. No entanto, acreditamos que, apesar do regime ir chegando ao fim, ainda se mantiveram vigentes as práticas policiais no tratamento da questão social. Um dos sintomas desse processo é a permanência de generais no comando da Segurança Pública. É importante que digamos que, além da permanência dos oficiais militares, houve também a manutenção dos aparelhos criados durante a vigência da ditadura. Nesse sentido, práticas autoritárias e repressivas se fariam sentir mesmo após as eleições estaduais de 1982, cujo vitorioso, no Rio de Janeiro, seria Leonel Brizola. Para nós, não é fortuito o aparecimento do “Mão Branca”²¹⁴ nesse período: *“No âmbito do Congresso Nacional, o ex-delegado de Nova Iguaçu, Péricles Gonçalves, agora deputado federal pelo Partido Popular, iniciava sua campanha para que as secretarias de segurança dos estados fossem entregues a pessoas identificadas com a ação policial”* (*Idem*, p. 153, grifo nosso).

No primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987), iniciou-se o processo de “desmilitarização das Polícias fluminense”. Após quase 20 anos de ditadura militar, o líder pedetista colocava a frente do comando da Polícia Militar um policial de carreira: o cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Uma das ações do período foi a criação de comissões especiais, que na Baixada, por exemplo, se destinaria a

Apurar os crimes atribuídos aos grupos de extermínio na Baixada, em 1983, representou uma significativa mudança de postura frente ao problema da violência na região (...). *Mesmo após o afastamento dos comandantes de batalhões nos quais ocorreram prisões de policiais militares acusados de participar em execuções sumárias, por determinação do novo comandante da Polícia Militar, coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira (O Globo, 11/04/1983); a prisão de 16 criminosos, todos da Polícia Militar; a decretação de prisões preventivas para 26 pessoas; a instauração de 110 processos e a manutenção da comissão especial com três promotores, seis*

²¹⁴ Em Enne (2005b), encontramos que “Mão Branca” seria um personagem criado para “assumir” a autoria de diversas mortes sem explicação que ocorriam no Rio de Janeiro e arredores, provavelmente causadas por grupos de extermínio que atuavam, predominantemente, na Baixada Fluminense. Sem entrarmos na discussão sobre a ficcionalidade ou não do personagem ou pelo momento vivido pela imprensa carioca, o que nos interessa é perceber o quanto a execução sumária fazia parte de uma estratégia de Segurança Pública. Para a presente discussão, não se trata de mera coincidência o fato de a Secretaria responsável pela Segurança Pública estar nas mãos de generais do Exército.

*delegados e vinte detetives (O Globo, 15/07/1983 e JB, 09/10/1983), os resultados tornaram-se ínfimos (Idem, p. 156, grifos nossos).*²¹⁵

Se o Governo Moreira Franco representou a volta da ideologia autoritária e repressiva que orientava o tratamento da questão da Segurança Pública²¹⁶, o início dos anos 1990 marcaria uma nova fase do processo de politização da questão social. No espaço urbano do Rio de Janeiro, por exemplo, manifestações populares receberiam amplo apoio do Governo do Estado (fato que já acontecera entre 1983 e 1987). Quanto à Baixada, só para continuarmos com o contraponto, “os dois primeiros anos do segundo governo Leonel Brizola (1991-1994) representarão o mais intenso esforço de redução dos índices de homicídios e de atuação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense” (*Idem*, p. 162). Evidentemente, e isso já exploramos em outra oportunidade (Borges, *Op. cit.*), um dos aprendizados que seu primeiro governo lhe deu foi a percepção de que dificilmente se estabeleceria uma agenda de discussão política para as demandas sociais sem o apoio do Governo Central. Isso significa dizer, por exemplo, que a “defesa de Collor” representava, por um lado, o apoio à legalidade²¹⁷, por outro, a possibilidade de se estabelecer na esfera federal, a incorporação das classes menos favorecidas no debate político.

A partir de 1992, com a realização da RIO-92, o Rio de Janeiro se constituiria no locus privilegiado para assistirmos a mais um capítulo do embate ideológico que se trava no Brasil desde a passagem do Império à República. Mesmo com a redução do número homicídios, seja na cidade carioca, seja na Baixada Fluminense, o aumento da tensão no Rio de Janeiro faria com que velhas fantasmagorias fossem retomadas. Através do discurso da grande imprensa, a

²¹⁵ Uma das distinções entre a abordagem de Alves e a nossa é que, enquanto para este as propostas de Brizola encontraram limites “na política populista desenvolvida pelo PDT e pelo brizolismo, além das alianças realizadas, e na utilização do sistema de justiça criminal para sanear a si mesmo” (*Idem*, p. 158), para nós, elas encontraram limites no conservadorismo sobre o qual a sociedade brasileira se estabeleceu. Por um lado, aquilo que o autor classificou como política populista entendemos tratar-se de uma representação de uma ação orientada para a politização das demandas sociais; por outro, a utilização do sistema criminal marcava uma das principais características daquele momento histórico, qual seja, o respeito ao Estado de Direito. Nossa avaliação acaba sendo corroborada pela perspectiva de que, com o governo Moreira Franco (1987-1991), “e sua promessa de acabar com a violência no Rio de Janeiro e na Baixada em 6 meses, evidenciaria tanto o esforço do governo anterior no combate aos grupos de extermínio como a importância da esfera governamental na reprodução e agravamento da violência. Já nos 5 primeiros meses de governo, Moreira Franco demonstrava a que veio” (*Idem*, p. 159).

²¹⁶ Numa política orientada para a repressão, Alves aponta que houve, só na Baixada Fluminense, um aumento de 38% no número de homicídios se comparados ao último ano do Governo Brizola. Outra evidência da nova orientação são declarações como as do secretário de Polícia Civil, Marcos Heusi, para quem a morte de menores pela polícia significava um “acidente de trabalho” (*JB*, 16/09/1987).

²¹⁷ O processo inicial do *impeachment* de Collor guarda algumas semelhanças com o processo que envolveu o presidente João Goulart. Nesse sentido, o “apoio” de Brizola a Collor significa o apoio às instituições democráticas. Ou seja, para que houvesse o *impeachment* seria necessário que provas contra o presidente fossem apresentadas e que este tivesse amplo direito de defesa, como determinado na Constituição Federal.

dificuldade em lidar com o outro volta à cena, reeditando a necessidade de estabelecimento da ordem em moldes experimentados até bem pouco tempo. A ação dos militares durante a RIO-92, coibindo o *mal* em sua fonte, dava conta daquilo que uma Polícia *desmilitarizada* não conseguia solucionar. Portanto, a solução para os embates produzidos no espaço urbano do Rio de Janeiro, em 1994, é vislumbrada a partir da sensação de segurança produzida pela narrativa midiática em torno da operação militar que ocorreu em 1992. O que é central em toda essa dinâmica é a atualização da idéia do morador de *morro* e *favela* como portador de caracteres que desorientam a organização idealizada da sociedade.

3 – A luta ideológica é travada na cultura

Durante nossa pesquisa temos estabelecido a discussão em torno do deslocamento da luta ideológica para o campo cultural por entender que na contemporaneidade os meios de informação têm sido mais do que meros difusores da produção material da cultura, sendo antes um poderoso agente no antagonismo social sobre a qual a sociedade brasileira se erigiu. Associado a essa proposta, um dos nossos principais objetivos é a realização de um mapeamento da narrativa jornalística de parte da imprensa carioca, com a finalidade de apontar e iluminar determinadas marcas sobre a relação existente, dentro desse discurso, entre a “criminalidade crescente” e a necessidade de “intervenção das Forças Armadas” na cidade e/ou no Estado do Rio de Janeiro. O que buscamos evidenciar é o deslocamento do conflito entre classes para dentro do espaço midiático, buscando identificar os sinais que podem nos revelar que o espaço midiático – espaço *publidiático*, nos nossos termos – se constitui como um lugar privilegiado para assistirmos àquilo que Zizek (1996a) definiu como “presença da ideologia justamente no lugar onde se julga que ela não esteja”. Se tomarmos por referência a emblemática informação produzida pelo *Jornal do Brasil* em 1995, a proposta do filósofo esloveno ganha concretude. Sob o título “Um general que conquistou as esquerdas”, informa o periódico:

Afinal de contas, quem mudou? A esquerda ou o general Cerqueira? “Todos nós mudamos. O critério ideológico não contou na escolha do secretário, mas sua capacidade de ação, sua competência e honestidade”, avalia o coordenador do Viva Rio, o sociólogo Rubem César Fernandes, ex-exilado político. Para ele, a união de Cerqueira com Hélio Luz é uma das melhores novidades políticas atuais: “É a prova de que a gente está vivendo num momento histórico diferente do passado, onde estas barreiras ideológicas não existem mais”.²¹⁸

A notícia anterior pode ser encarada como uma notícia síntese do processo que estamos descrevendo ao longo da tese. Nela, encontramos alguns dos principais elementos que aparecem em nossa abordagem: o antagonismo social (esquerda versus direita, porém pensadas em termos estritamente político-partidário); a figura do general Nilton Cerqueira (representante da linha-dura de “combate ao crime”); a imprensa (noticiando “o que acontece no dia-a-dia da cidade do Rio, nem tanto do estado do Rio) e o movimento Viva Rio, representado por seu coordenador, o sociólogo Rubem César Fernandes (polarizando com o CEUEP a questão da ordem pública). Ao ser privilegiado pelos meios de informações aqui

²¹⁸ *JB*, 06/08/1995, p. 30 (Cidade). Na notícia, a esquerda é representada, por exemplo, pelo ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco (PMDB).

explorados como o portador dos anseios da sociedade civil, o Viva Rio será personagem central entre os anos de 1994 e 1995 (durante as operações Rio I e II), não desfrutando nos anos posteriores do mesmo estatuto.

Quando trabalhamos com a perspectiva de a imprensa, a partir da veiculação de um discurso próprio, interferir decisivamente no jogo de disputas entre as classes, é porque entendemos que a produção discursiva gerada por ela, acerca de um suposto aumento da criminalidade, produz, como um dos seus efeitos, a construção/reificação de um imaginário social que orienta as ações engendradas por outros atores sociais. Tomando por base a idéia de que as narrativas jornalísticas são, em larguíssima medida, assumidas pelo senso comum, fica muito evidenciado que só uma instituição “forte” e “potente” poderia, por exemplo, dar conta dos altos índices de criminalidade no Rio de Janeiro: as Forças Armadas. Esse tipo de construção semântica revela, dentre outros aspectos, o lugar de produção e enquadramento da memória coletiva – sem que nos esqueçamos do esquecimento igualmente produzido – que converte a imprensa, não naquele partido orgânico do qual já abordou Gramsci, mas *na* sociedade civil, à medida que pasteuriza os discursos sociais dentro dela.

É por isso que faz todo o sentido pensar a imprensa (não aquela habermasiana que iluminava a esfera pública, mas *como se* a própria esfera pública fosse) como o “Poder Moderador” de que tratou Albuquerque (2000), entendendo-a em sua dimensão política, uma dimensão que mascara que as interpretações produzidas pelos meios representam um lugar de interpretação da realidade, mas não o único. Note-se que, antes das transformações por que passaram algumas empresas jornalísticas, como já havíamos tratado nos capítulos precedentes, não havia distinção entre as chamadas imprensa informativa e sensacionalista. Isto significa dizer que a adaptação da realidade brasileira aos parâmetros norte-americanos produziu a noção de que tratava-se da distinção entre um jornalismo independente, principalmente de ligações políticas, e um outro que representava claramente vinculações com interesses político-ideológicos. Mas, uma vez que se trata de realidades distintas, com contextos culturais igualmente distintos, talvez faça mais sentido pensar, concordando com o autor, que os homens da imprensa se atribuam o papel de solucionar conflitos na nossa sociedade.

Ainda que Albuquerque destaque que o Poder Moderador fosse “a solução clássica, da Constituição de 1824, acrescentando aos três poderes originais um quarto, o Poder Moderador, exercido pelo Imperador e encarregado de resolver conflitos entre o Executivo e o Legislativo” e que fosse uma estratégia criada “sob medida para os interesses de Pedro I, tal

arranjo político demonstrou ter um invejável fôlego, resistindo até a proclamação da República, em 1889” (*Op. cit.*, p. 29-30) – sendo atribuído tal *poder* aos militares, posteriormente²¹⁹ – inferimos se uma certa fantasia mediadora (moderadora) já não atravessa as mentes dos homens de imprensa (que em muitos dos casos eram também homens das letras). Afinal, não nos parece fortuito o debate fomentado pelo plebiscito sobre o sistema de governo (1993) trazer a “necessidade” da existência “do poder moderador do rei” (*Idem*), mesmo após 104 anos de República. A presença dessa proposta, mesmo um século após o fim do Império, nos parece reveladora do quanto a formação de um imaginário atua na ação humana. Menos fortuita ainda parece ser a noção de perfeição subsumida na moderação evocada – a de um monarca – caracterizada pela possibilidade de, de maneira “isenta” determinar quais são as melhores alternativas para a sociedade, mormente porque

*Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, **intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública.** Por detrás do discurso “americano” sobre o quarto poder, e de modo não necessariamente consciente, esconde-se um modelo inteiramente distinto acerca do seu propósito, o modelo caracteristicamente brasileiro do “poder moderador” (*Idem*, p. 44, grifo nosso).*

Pelo que podemos perceber, de fato, a primeira metade da década de 1990 é um momento histórico singular na afirmação de um modelo de sociedade do qual seus efeitos ainda são muito consistentes. Em 1992, após os mencionados “anos de chumbo”, o amálgama entre os dois poderes moderadores republicanos é realizado. Ou seja, ao propalar os méritos obtidos pela operação militar, o que a imprensa faz é referendar sua primazia como mediadora da realidade contemporânea. Podemos mesmo afirmar que, com a retirada desse poder das mãos dos militares a partir de 1988, o que assistimos em 1992 foi uma espécie de entrega de faixa. O episódio do triplo homicídio de três jovens presos no Morro da Providencia e entregues a traficantes do Morro da Mineira por militares do Exército mostra que se a ação das Forças Armadas foi novamente colocada em questão²²⁰ o mesmo não acontece com os meios de informação. Afinal, não foram estes que ao mostrarem de forma neutra, imparcial e

²¹⁹ Albuquerque explica que às Forças Armadas foi associado o papel de um poder neutro, apolítico, responsável pelo equilíbrio entre os três poderes e a ordem pública. No entanto, como apontou Thomas Skidmore (1996), “foi somente a partir da Revolução de 1930 que as forças armadas passaram a ocupar um papel mais central na vida política do país”. Após o Estado Novo, “elas se tornaram pela primeira vez, entre 1945 e 1965, amplamente reconhecidas como guardiãs da democracia e árbitros últimos das disputas constitucionais” (*Op. cit.*, p. 30). Essa lógica foi rompida em 1964 quando a linha-dura dos militares tomou o poder, mantendo-se nele até o primeiro quinquênio dos anos 1980.

²²⁰ No entanto, a partir de relatos da própria imprensa, veremos que esse não foi o único episódio de proximidade entre os militares e os narcotraficantes.

objetiva os resultados da RIO-92 situaram os militares como figuras de proa no campo da Segurança Pública?

Quando apontamos a primazia da imprensa no processo de construção de uma dada ordem social, julgamos estar bem próximos do que propõe Albuquerque, quando argumenta que a

Construção da objetividade jornalística se faz menos através do emprego de teorias e métodos precisos, compartilhados pela comunidade profissional, que pelo uso de determinadas convenções narrativas – a ênfase em acontecimentos isolados, atores individuais e novidades, o lead e a estrutura da pirâmide invertida, a busca do equilíbrio na notícia (a apresentação dos “dois lados da questão”), o uso de uma narração em terceira pessoa - cujo principal propósito é sublinhar o caráter “realista” do texto noticioso, através do apagamento das suas marcas ficcionais (Idem, p. 35).

Dessa forma, torna-se muito pertinente o caminho que construímos no Capítulo 1, apontando a presença do sensacionalismo mesmo nos jornais dito informativos e a importância que a construção de um imaginário tem na forma como os sujeitos sociais se apropriam das informações produzidas pelos meios. É por isso que tem toda razão Ginzburg quando afirma que “o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social (...) pode se converter num instrumento pra dissolver as névoas da ideologia que obscurecem a estrutura social como a do capitalismo maduro (...). Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las” (*Op. cit.*, p. 177). Obviamente, o que a formulação da proposta do historiador italiano indica é que a construção desse imaginário social se estabelece num processo que é de longuíssima duração. Se olharmos para as construções narrativas produzidas pela imprensa caindo naquela cilada de que trata-se da descrição de fatos episódicos e cotidianos, perdemos a dimensão do quanto o processo de construção da ordem burguesa remete a momentos históricos não visíveis ao primeiro olhar. Assim, concordamos com Ginzburg, que propõe que “há uma verdadeira ofensiva cultural da burguesia, que se apropria de grande parte do saber, indiciário e não-indiciário (...) codificando e simultaneamente intensificando um gigantesco processo de aculturação, já iniciado (obviamente com formas e conteúdos diversos) pela Contra-Reforma. O símbolo e o instrumento central dessa ofensiva é, naturalmente, a *Encyclopédie*” (*Idem*, p. 167), como também o fazemos com relação a Cerqueira Filho quando este afirma que “permanências culturais de caráter absolutista e de longa duração, cuja repetição funciona

como sintoma, se complementam à ‘via prussiana’ de passagem ao capitalismo” (2005, p. 77)²²¹.

Uma de nossas hipóteses é que esses compromissos longevos ainda atravessam o imaginário da formação social brasileira na passagem do século XX ao XXI. Quando nos recordamos da “via prussiana” de desenvolvimento da sociedade brasileira, como destacou Cerqueira Filho, podemos perceber o quanto ela pode ser concebida como “metáfora/metonímia para um complexo de afetos, emoções e sentimentos inconscientes (...) que obstaculizam a prática política liberal e democrática ainda hoje no Brasil” (*Idem*, p. 30). Ao fazer referência aos afetos e sentimentos inconscientes, o autor se aproxima da investigação, dos anos 1990, proposta por Barbero. No entanto, nos parece infrutífero olhar para o final do século XX sem fitar os olhos para seu início, isto porque seria lá que poderíamos encontrar alguns contornos daquilo que assistimos contemporaneamente, mormente no que diz respeito aos meios de informação. Esse é o sentido de novamente trazermos Nicolau Sevcenko para a nossa reflexão, especialmente no que ele nos diz sobre o exercício intelectual como atitude política, imerso na construção do regime republicano brasileiro.

Aquilo que aparece em Sevcenko como um dado marginal, nos parece ser um elemento central, isto é, a presença de “campanhas na imprensa” sobre o modelo de sociedade que se erigia no Brasil. Não queremos vilipendiar as contribuições do autor, principalmente porque não perdemos de vista que seu objeto de estudo era outro. No entanto, a pouca importância dada à imprensa em detrimento dos literatos obliterou um pouco, acreditamos, o papel dos meios no processo de formação social brasileiro²²². Isso porque, se de fato os

221 Uma questão bastante pertinente que aparece na reflexão de Cerqueira Filho é a percepção de que existem aproximações negligenciadas entre Alemanha/França/Brasil. Como argumenta o autor, “em muitas circunstâncias, o romantismo alemão cedeu ao romantismo tido e havido como exclusivamente francês, sobretudo no Brasil” (*Op. cit.*, p. 13), complementando que a via prussiana se caracteriza pela presença do Estado “como indutor do processo de modernização, apresentando ingredientes utópico-retógrados e romântico-conservadores concernentes à cultura política presente nesse processo” (*Idem*, p. 15.). Então, nos parece factível pensar que, na importação do modelo francês de civilização, vários elementos *utópico-retógrados e romântico-conservadores* estavam presentes na arquitetura de civilização que nossa *intelligentsia* colocou em marcha com o advento da República no Brasil. Dessa forma, vamos encontrar em Nicolau Sevcenko uma referência igualmente significativa dos contornos que cercavam a atuação dos homens de imprensa (muitos dos quais também homens das letras) na formação de um imaginário social que se atualiza/reifica nas páginas dos periódicos.

222 Poderíamos até tentar entender que o período trabalhado pelo historiador não contava com os jornais organizados como empresa jornalística, o que poderia sugerir que não contávamos com uma classe organizada em termos profissionais, ou com o prestígio social, como os literatos. Mas, é justamente por entender que a ação dos homens de imprensa já se fazia sentir com muita ênfase na passagem do século XIX para o XX (cujas matrizes narrativas já apontamos no capítulo 2) e que as décadas de 1930 e 1960 não mudaram substancialmente (ou seja, na forma) a estrutura narrativa dos *relatos do dia-a-dia* que optamos por evidenciar que naquele momento histórico os marcos para a ação *moderadora* dos meios já começavam a florescer.

literatos tiveram um papel importante na construção dessa ordem burguesa, (a) não foi através deles que irradiava-se para o restante do país aquele conjunto de transformações – não podemos esquecer, tampouco o faz o autor, do contingente bastante significativo de iletrados espalhados (aproximadamente 86% da população) não só no Distrito Federal, mas por todo o território nacional – e (b) era na imprensa que referidas campanhas ganhavam a sociedade – o que muito provavelmente era corroborado pelo fato de as técnicas de oralidade permitirem uma circularidade muito maior do que a escrita.²²³

Não há como negar que para Sevcenko a imprensa desempenha uma importante função no processo de formação do Brasil, sobretudo no que concerne às transformações do espaço público urbano do Rio de Janeiro na *Belle Époque*, mormente porque, junto com essa mudança, se assistia “à transformação do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais [mas nem tanto] e não havia quem pudesse se opor a ela” (*Op. cit.*, p. 43). O que se estava promovendo, em *última instância*, era a modificação dirigida dos padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes – numa expressão, da cultura – brasileiros. Parafraseando o autor, quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, são eles:

(a) a condenação de hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; (b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; (c) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e (d) um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (Idem)

Novamente, quando olhamos para os princípios fundamentais descritos no parágrafo anterior, não estariam os meios de informação se comportando como se esfera pública fosse? Pensando em outros termos, se promovêssemos a mudança no quarto item (sai vida parisiense, entra vida norte-americana), não nos depararíamos com as páginas dos jornais na contemporaneidade diante do espaço público de que falou o historiador com relação ao início do século XX? Se o parâmetro fosse a condenação de hábitos e costumes ligados à tradição, diríamos que sim; se fosse a negação de elementos da cultura popular que maculem a imagem civilizada da sociedade, também; da profunda identificação com a sociedade norte-americana, não há muito o que falar – no campo jornalístico, olhemos para a noção de lide, de

²²³ O próprio Sevcenko destaca que as tiragens dos jornais excediam em mais de mil por cento às dos livros e que os que liam nas capitais limitavam-se aos jornais. Ainda que admita que os números não refletiam a quantidade de leitores, nos parece um indício bastante evidente que se havia difusão das idéias ela era fomentada pelos periódicos e não pela literatura. Para mais detalhes ver Sevcenko (2003) ou ainda Barbosa (2007).

imparcialidade, de objetividade, de “quarto poder”; mas, quanto à expulsão de grupos populares da área central da cidade – ou de suas demandas da cena *publidiática*, como propomos – aí a aproximação (mais ainda, a atualização) com a mudança cultural proposta pela autor se estabelece em definitivo.

Como já mencionamos em outro momento, temos a exata noção de que a imprensa não julga (do ponto de vista legal) os comportamentos *desviantes* na nossa sociedade. Antes, porém, não é menos verdade que ela julgue moralmente, antecipando, em muitíssimos casos, a condenação pública daqueles que divergem dos modelos hegemonicamente celebrados. Assim, nos interrogamos: na contemporaneidade, quando se elimina dos debates *publidiáticos* as alternativas para a politização da “questão social”, não se está simultaneamente produzindo a inscrição de que não há alternativas? Ou, propondo em outros termos, quando se dá voz a determinadas construções, deixando de fora as que a essas se opõem, não se estaria concomitantemente produzindo o que deve (e o que não vai) ser celebrado? É por isso que o estudo das narrativas jornalísticas é central, porque ao interferir na produção material da cultura, eliminando de suas páginas as tensões que atravessam qualquer modelagem social, o que os meios fomentam é a formação de mentalidades (ou de imaginações) acerca do antagonismo social. Nesse sentido, o que as informações noticiosas produzem é uma espécie de soberania sobre as imaginações.

Quando pensamos na expressão *regeneração*, mais uma vez tendemos a concordar com Sevcenko, sobretudo porque, para ele, o que o processo de Regeneração (do início do século XX) envolveu não foi só “a transformação da figura urbana da cidade do Rio de Janeiro”, mas, e principalmente, as mudanças “no próprio modo de vida e das idéias, e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam” (*Op. cit.*, p. 58). No entanto, ainda que o autor nos mostre a presença da imprensa através de *outra campanha*, intimando as autoridades a providenciarem urgentemente a solução para o problema da mendicidade e aplaudindo a perseguição policial contra os fatores de insegurança social, argumentamos que essa dinâmica deixou marcas profundas no imaginário social nacional, exacerbando ainda mais o antagonismo social sobre o qual nossa sociedade se desenvolveu. Assim, não foram os “mosqueteiros intelectuais” (homens de letras) os principais responsáveis pelo agigantamento desse processo, mas sim os homens da imprensa, considerados pelo pesquisador como figuras menores. Com isso, não queremos apagar a participação dos literatos na formação da sociedade burguesa em nosso

país, porém apenas destacar que o alcance da produção desses “paladinos malogrados”²²⁴ cresce acentuadamente quando estes o fazem através dos jornais. Na observação do autor,

O desenvolvimento do “novo jornalismo” representa o fenômeno mais marcante na área da cultura, com profundas repercussões sobre o comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom sob a atmosfera da Regeneração. Cria-se assim uma “opinião pública” urbana, sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que enchem as redações (Op. cit., pp. 118-119)

Mesmo diante de um certo elitismo, ademais Sevcenko entende que o jornalismo “acabou com os heróis, afinal a pormenorização e a tecnização da vida banalizou-a” (*Idem*, p. 121), não há como negar que foi através de suas práticas nas redações que os literatos interferiram na cultura e fomentaram uma “opinião pública sequiosa de suas orientações”. O que parece obliterar parte das análises contemporâneas sobre a imprensa é o fato de se aceitar a distinção entre homens de letra e homens de imprensa, como se esses apenas “traduzissem para as páginas dos periódicos o que aqueles produziam a partir do exercício livre e autônomo do pensamento”. Paralelamente, tal aceitação também conduziu ao engano no julgamento de que o que se encontra nos veículos de informação é apenas fonte histórica. Nesse sentido, nos interrogamos se realmente “a ampla difusão da imprensa e as oscilações sociais que tumultuaram o período concorreram para a perda progressiva do gosto literário” (*Idem*, p. 123), ou se na verdade não se trata de um discurso que ia ficando oco por estar cada vez mais distante da formação social da qual falava? Não seria essa também uma dimensão da contemporaneidade, precisamente o distanciamento entre um discurso que se encastela na “torre de marfim” e se mantém afastado das questões mais prementes da sociedade?

Em nossa avaliação, a presença de um certo preconceito, de um elitismo, de um certo rancor, acabou levando o historiador paulista a um diagnóstico conservador sobre a imprensa, quando afirma que “suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes, a criação de um clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do *smartismo* são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em

²²⁴ Com a expressão “paladinos malogrados” Sevcenko indica que alguns proeminentes literatos malograram em suas tentativas de interferirem na construção da ordem social ainda na primeira década do século XX, destacando que estes se sentiam horrorizados ante a possibilidade de traduzir sua produção nos termos do valor de mercado, o que podia ser encontrado naquele “gênero menor” – na imprensa.

massa no Brasil” (*Idem*, p. 126). Sobre a manipulação das consciências, cremos que não cabe falar mais nada. No entanto, o que a análise de Sevcenko nos permite antever é que enquanto os “mosqueteiros malogrados” estavam, por assim dizer, na vanguarda da “manipulação das consciências” isso não representava um problema, à medida que se tratava de “espíritos livres” (financiados muitas vezes por mecenas, é importante lembrarmos). É então quando novamente nos interrogamos sobre o quanto “de imaginação e fantasia estão a grudar e a moldar a nossa realidade circundante? A ênfase não deve cair na suposta falsidade ou desvalia da imaginação, mas o quanto a ideologia tem de pegada justamente na fantasia e no sonho” (Cerqueira Filho, *Op. cit.*, pp. 122-3).

Aquilo que o autor de *Literatura como missão* denuncia na imprensa é o que precisamente apontamos como a ideologia atravessada pela questão do imaginário. Ou seja, aquilo que é anunciado como a morte do artista (dos literatos com espírito livre) frente ao novo sistema de valores – onde os jornalistas se afiguram como ditadores das novas modas e dos novos hábitos – já revela em si a presença do imaginário. Acreditar que os literatos não buscavam construir uma determinada noção de ordem (aliás, o próprio autor faz isso no primeiro capítulo) equivale a crer que a história chegou ao fim com a queda do muro de Berlim. Esse é o sentido de assumirmos que uma discussão sobre ideologia deve ser estabelecida em torno da presença da fantasia e dos sonhos na ação política a partir do Imaginário. Ainda que admitamos que os literatos, a partir da construção proposta por Sevcenko, não buscassem deliberadamente interferir no jogo social, pela perspectiva que trabalhamos aqui não podemos prescindir da noção de que os signos têm a involuntariedade de um sintoma. Como nos ensina Ginzburg: “nesses signos involuntários, nas ‘miudezas materiais – um calígrafo as chamaria de garatujas’ comparáveis às ‘palavras e frases prediletas’ que ‘a maioria dos homens, tanto falando como escrevendo... introduzem no discurso às vezes sem intenção, ou seja, sem se aperceber’, Morelli reconhecia o sinal mais certo da individualidade do artista” (*Op. cit.*, p. 171).

3.1 – A centralidade da cultura: a questão da Ideologia e a construção hegemônica dos significados

Ao buscarmos a definição clássica de ideologia, inevitavelmente nos deparamos com o filósofo francês Destut de Tracy para quem esta podia ser definida como uma ciência (ou

logos) de idéias. Em sua acepção, as idéias derivariam exclusivamente de percepções sensoriais: “A inteligência humana é um aspecto da vida animal e ‘ideologia’ é, portanto, parte da zoologia. Através dessa análise reducionista, Tracy achava que tinha chegado a uma verdade científica e exigindo que se fizessem reformas educacionais com base nessa nova ciência” (Lessa, 1996). O general Napoleão se aproxima dessas concepções ao ser indicado como membro do Institut National, passando a ter contato com os *idéologues*. Uma vez no poder, querendo defender a religião contra seus, “Napoleão denuncia Tracy e seu círculo como ‘metafísicos nebulosos’ e sua ciência de idéias como uma ideologia perigosa” (*Idem*). Desde então, ideologia tem seu sentido vinculado à noção de que as idéias são usadas para “obscurecer a verdade e manipular as pessoas através do engano” (*Idem*).

O sentido de ideologia mais próximo do que habitualmente conhecemos hoje se deve muito a Marx. Ele e Engels, amparados no espectro das discussões que estreitavam ideologia e lutas políticas, elaboraram “uma teoria da ‘verdade histórica’, classificando seus oponentes como ‘ideólogos’; “A história é uma história de luta de classes, afirmaram, brotando da organização da produção e afetando todos os aspectos da consciência” (*Idem*, p. 371). A compreensão de Marx era que “no passado, os filósofos apenas interpretaram o mundo e produziram reflexões ideológicas de relações de classes desumanizantes, por mais abstratamente que fosse. No presente e no futuro trata-se de destruir de uma vez por todas as condições desumanizantes” (*Idem*). Obras como *Teses sobre Feuerbach*, *O manifesto comunista* e *O capital* evidenciam que esteve no cerne do pensamento de Marx a distinção histórica entre ideologia e verdade, destacando o quando o capitalismo (base material) condicionava, em *última instância*, a superestrutura ideológica da sociedade.

O determinismo economicista de Marx foi o aspecto do conjunto de sua obra a receber as maiores críticas e revisões. Um dos principais revisores do marxismo foi Antonio Gramsci para quem a metáfora base-superestruturata era insuficiente para se pensar dialeticamente a sociedade. Ampliando as teorias de Marx, Gramsci entendia que a luta de classes se dava em torno da luta pelo controle e liderança na sociedade, isto é, pela hegemonia. Com essa perspectiva, as noções de bloco histórico e de conjunto de forças pareciam mais apropriadas para pensar o antagonismo social. Assim, a relação entre idéias dominantes e classes dominantes seria conseguida pela dominação hegemônica, sendo a política, em *última instância*, determinante para que o processo de luta ideológica alcançasse a efetiva ligação das idéias dominantes ao bloco histórico que detém o poder hegemônico em dado período. Não há como negar que outra importante revisão do pensamento de Marx é elaborada por Louis

Althusser. O que mais interessa no Althusser de *Aparelhos Ideológicos de Estado* é a contribuição trazida pela noção de interpelação, chamamento do sujeito pelo discurso.

Nossa problemática tem se desenvolvido no sentido de apontar que o antagonismo social, ou a luta de classes como nomeou Marx, está presente não no campo estrito da política, mas no da cultura, este entendido em seu sentido mais amplo. Como entendemos que (a) na contemporaneidade a imprensa deixa de ser um aparelho privado de hegemonia nos termos gramscianos para se converter *na* sociedade civil e que (b) os meios são os principais produtores materiais da cultura, propomos que a interpelação promovida pelas narrativas jornalísticas não pode ser encarada como apenas mais um tipo de convocação do sujeito à atribuição de sentidos; antes, as notícias e as reportagens assumem a primazia nesse processo. Dessa forma, e ainda que já as tenhamos introduzido ao longo do nosso trabalho, duas contribuições são valiosíssimas para a construção da presente tese: o problema da ideologia de Stuart Hall e a crítica da ideologia de Slavoj Žižek, mormente porque ambos partem da porta deixada aberta por Althusser.

A escolha por Hall não é fortuita. Trata-se de um intelectual diaspórico – cujo antagonismo é um elemento constitutivo – que tem em leituras como as de Marx, Gramsci, Althusser, Bakhtin, Jameson e Derrida²²⁵ um alicerce para sua atuação política. Em *Da diáspora* (2003), além da reunião de obras produzidas pelo autor, encontramos os traços de sua filiação à tradição dos Estudos Culturais – sendo um de seus fundadores (posição que compartilha com Richard Hogart, Raymond Williams e Eduard P. Thompson a partir da criação do *Contemporary Cultural Studies*), o que nos coloca diante de um conjunto de reflexões em que a cultura é um elemento central. Na avaliação de Hall:

Eles [Hogart, Williams e Thompson] levaram a cultura a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada. Eram em si mesmos “culturais”, no sentido de Cultura e sociedade. Eles forçaram seus leitores a atentar para a tese de que, “concentradas na palavra ‘cultura’, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante” (Idem, p. 125).

A referência à *Cultura e sociedade* (1969) não é ingênua. Hall enxerga que Williams dá um passo importante ao apontar que o processo de comunicação é um processo de

²²⁵ Assim como Althusser, Derrida é outra importante referência tanto para Hall quanto para Žižek. Ainda que não exploremos as contribuições derridianas nessa tese, a escolha por segui-las (no caso do primeiro) ou não (no do segundo) é determinante no desenvolvimento das reflexões destes autores.

comunhão; um processo de partilhamento de significados comuns. Evidentemente que o que para nós é mais significativo nas observações de Williams (sublinhadas por Hall) não é o fato de as referências contidas nas obras literárias fazerem parte do “processo geral que cria convenções e instituições, pelas quais os significados a que se atribui valor na comunidade são compartilhados e ativados” (Hall, *Op. cit.*, p. 127), mas a contribuição de que a cultura pode ser compreendida como o domínio das idéias, relacionando-a a práticas sociais e que, portanto, pode ser submetida à análise²²⁶:

A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – “dentro de identidades e correspondências inesperadas”, assim como em “descontinuidades de tipos inesperados” – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. A análise da cultura e, portanto, ‘a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos’. Começa com “a descoberta de padrões característicos” (...) mas através do “estudo da organização geral em caso particular” (Idem, p. 128).

O que a reflexão de Williams possibilita é aquilo que Hall identifica como o paradigma dominante dos Estudos Culturais, isto é, a primazia da cultura – estruturas de relação vividas e experimentadas – como objeto de investigação em detrimento do papel residual e de mero reflexo das bases materiais como se propunha anteriormente. Em *última instância*, o objetivo da análise cultural deveria ser o de investigar as experiências das práticas sociais que são, embora assimétricas, mutuamente determinantes e que deveriam ser “acompanhadas pelo movimento totalizador ‘no pensamento’ durante a análise” (*Idem*, p. 134), proposta levada a termo por Lévi-Strauss ao trabalhar o termo cultura:

Primeiro, ele conceituou ‘cultura’ como as categorias e quadros de referência lingüísticos e de pensamento através dos quais as diferentes sociedades classificam suas condições de existência (...). Segundo, pensou em como essas categorias e referenciais mentais eram produzidos e transformados, em grande parte a partir de uma analogia com as maneiras como a própria linguagem – o principal meio da cultura – operava. Identificou o que era específico a elas e à sua operação enquanto ‘produção de sentido’: era, sobretudo, práticas significantes. Terceiro, depois de ter flertado inicialmente com as categorias sociais do pensamento de Durkheim e Mauss, ele abandonou praticamente a questão da relação entre práticas significantes e não-significantes (...) para dedicar-se às relações existentes no interior de práticas significantes por meio das quais as categorias de sentido eram produzidas (Idem, p. 137).

²²⁶ Na abordagem proposta por Williams terão especial atenção as práticas culturais dominantes, consubstanciadas no seu “estruturalismo de experiência”, influenciado pelo estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o conceito de hegemonia de Gramsci. Essa perspectiva já representava certa antecipação da problemática althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Um dos pontos a se destacar dessas formulações apresentadas por Hall é a aproximação delas com uma inspiradora proposta de Althusser sobre a ideologia como uma categoria inconsciente que orienta as representações e experiências dos seres humanos; como uma relação imaginária vivida a partir de suas reais condições de existência. Se por um lado o estruturalismo althusseriano apresentou como problema a questão de que a ênfase dada à ideologia como categoria inconsciente levou ao engano quanto à posição de que os agentes históricos só são falados²²⁷; por outro lado, ele forneceu como vantagem o destaque dado às condições determinadas, oferecendo a possibilidade de que o campo da ideologia seja encarado como um terreno de lutas. Dessa forma, ao contemplar em suas reflexões as categorias culturais inconsciente, Gramsci volta a entrar em cena, propondo

Um conjunto de categorias mais refinadas através das quais podemos vincular as categoriais culturais em grande parte 'inconscientes' e já dadas do 'senso comum' com a formação de ideologias mais ativas e orgânicas, que são capazes de intervir no plano do senso comum e das tradições populares e, através de tais intervenções, organizar as massas de homens e mulheres. Nesse sentido, o culturalismo restaura adequadamente a dialética existente entre o inconsciente das categorias culturais e o momento de organização consciente: ainda que, de maneira característica, ele tenda a igualar a excessiva ênfase do estruturalismo sobre as condições com uma ênfase demasiado inclusiva sobre a consciência (Idem, p. 144).

Hall vê com reservas esse primeiro encontro cultural-estruturalista possibilitado por Gramsci, isso porque há duas dificuldades intrínsecas nessa proposta. A primeira diz respeito à questão da dificuldade dessa abordagem em trabalhar com sujeitos sociais historicamente determinados ou linguagens socialmente determinadas, isto é, no plano da análise histórica concreta. Já a segunda, é que se antes os processos de contradição e luta estavam no plano da estrutura, agora estes estariam alojados no nível dos processos psicanalíticos inconscientes. No entanto, nossa tese se inscreve exatamente nessa linhagem, superando ambas as críticas. Sendo mais específicos, quando optamos por trabalhar com as narrativas produzidas pelos meios de informação durante um determinado período histórico (1992-2007), queremos sublinhar que trata-se de uma investigação que envolve *sujeitos sociais historicamente determinados*, mas que não prescinde da concepção de que existem *categoriais culturais inconscientes*. Como fazer para desvincular a evocação das experiências acumuladas (conscientes e inconscientes) por repórteres ou leitores quando se constrói e se lê a

²²⁷ Discordando dessa perspectiva, Zizek apontará que Althusser possibilitou a compreensão de que os sujeitos agem ativamente evocando aquilo que é fruto da consciência ou está no inconsciente; que compõe o seu imaginário, acrescentamos.

informação organizada sob o título: “Rio retoma programa de remoção de favelas”, com o subtítulo: “Plano prevê retirada apenas dos moradores onde há risco”²²⁸ Não estariam sendo atualizadas simultaneamente todas as investidas do Estado, a partir da primeira década do século XX, para acabar com as favelas (e principalmente com os favelados)?

Talvez a informação acima não seja suficiente para indicar a presença da luta de classes, mas, podemos dizer que estaríamos sim assistindo a (mais) um capítulo do antagonismo social brasileiro, sobretudo quando nos deparamos com a seguinte manchete: “Romão admite distribuição de portes de arma”, com o texto: “O coronel Wilson Romão, ex-diretor da Polícia Federal, admitiu que concedeu vários portes de armas, mas só para pessoas ‘sem antecedentes criminais’. Ele explicou que o ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, por não ter porte, ‘reclamava muito dos problemas enfrentados no aeroporto’²²⁹ Se não ter antecedentes criminais é o indício de que se trata de uma pessoa de bem, por que a mesma prerrogativa não é evocada quando se trata das classes populares? Que problemas enfrenta o ex-ministro para necessitar de porte de armas? Andar armado, mesmo sendo um civil? Ter a necessidade de justificar o uso da arma em viagens ou “debelar” problemas com o uso da arma? Não nos parece menos fortuito a alusão ao ministério que fora ocupado por Pazzianoto (Trabalho). A tentação de estabelecer o vínculo que o enunciado oferece é grande: teria a necessidade de portar uma arma alguma relação com o cargo ocupado, isto é, com a necessidade de, com o uso de arma de fogo, se combater fantasisticamente as classes trabalhadoras?

Esta é uma das lacunas deixadas por Hall, cuja resposta encontramos em Zizek e sua leitura sintomal da ideologia. Partindo das revisões freudianas oferecidas pela “teoria crítica da sociedade (TCS)”, este último destaca que, mesmo antes de Lacan, a Escola de Frankfurt já havia organizado um projeto de “retorno a Freud”, cujo livro *Amnésia social* (Jacoby, 1975) pode representar uma espécie de marco fundador, evidenciando a descoberta freudiana de que o inconsciente não é puramente o depósito de instintos ilícitos, sendo, antes, o resultado dos conflitos morais e sociais que “se tornaram insuportáveis para o indivíduo (por exemplo, o conflito entre as demandas do meio e as exigências do ‘eu verdadeiro’, que só pode ser resolvido pelo ‘recalcamento’ do ‘eu verdadeiro’)...: Freud é censurado por projetar como ‘fundamento natural’ traços condicionados pelo desenvolvimento sócio-histórico (1992, p. 12). Mas, à medida que Hall admite que o encontro do estruturalismo com o culturalismo toca

²²⁸ JB, 06/08/1995, p. 26 (Cidade)

²²⁹ JB, 07/07/1995, primeira página.

o problema central dos estudos culturais, ou seja, o terreno marcado pela articulação dos conceitos de cultura e ideologia, voltemos a ele.

Há um ponto, diríamos mesmo central, de convergência entre Hall e Zizek: a importância da contribuição de Althusser com o resgate da totalidade de Marx e seu rompimento com as formulações marxistas clássicas da ideologia, reconhecendo que são múltiplas as contradições que impulsionam a história. No entanto, para o *pai* dos estudos culturais não é com “Aparelhos Ideológicos de Estado” que a reflexão althusseriana recupera o vigor das formulações marxistas, mas sim com *A favor de Marx* (1969):

Ao nos permitir pensar sobre os distintos níveis e tipo de determinação, A favor de Marx forneceu-nos aquilo que falta a Lendo o Capital: a capacidade de teorizar sobre eventos históricos concretos ou textos específicos (...) ou formações ideológicas específicas (o humanismo) como algo determinado por mais de uma estrutura (ou seja, pensar o processo de sobredeterminação). Creio que ‘contradição’ e ‘sobredeterminação’ são conceitos teóricos muito ricos – um dos empréstimos mais felizes de Althusser a Freud e Marx; a meu ver, não se pode dizer que sua riqueza foi exaurida pelas formas como Althusser as explorou (Hall, Op. cit., p. 155, grifos nossos).

Creemos que nossa tese ao tomar como objeto sociológico as intervenções militares realizadas no Rio de Janeiro preenche exatamente o tipo de lacuna apontada por Hall, uma vez que tratamos de eventos históricos concretos com formações ideológicas específicas. Outro ponto bem peculiar é o reconhecimento de que as riquezas de Marx e Freud não foram esgotadas pelo teórico francês, o que pode ser um indicativo de que o “encontro” entre Marx e Lacan realizado por Zizek em “Como Marx inventou o sintoma?” (1996b) ainda tem várias coisas a nos dizer. Porém, o que parece ser comum a todos é o peso que as estruturas sociais têm sobre os atores. Ou seja, ainda que estejamos olhando para 1992, 1994 ou 2007, não podemos perder de vista as tendências que as estruturas exibem, com suas

Linhas de força, aberturas ou fechamentos que constroem, modelam, canalizam e, nesse sentido, “determinam”. Mas estas não podem definir, no sentido de fixar absolutamente ou garantir. As idéias que devem pensar não estão irrevogável ou indelevelmente inscritas nas pessoas; o senso político que elas devem ter não se encontra como que inscritos em seus genes sociológicos. A questão não é o desdobramento de alguma lei inevitável, mas os elos que podem ser estabelecidos, mesmo que não necessariamente (Hall, Op. cit., p. 158).

Quando pensamos na relação entre as estruturas sociais e a ideologia, inevitavelmente nos vemos diante de um quadro onde a reprodução das relações sociais de produção não funciona como uma transmissão biológica ou técnica. Antes, trata-se de uma reprodução social e cultural, engendrada no domínio da superestrutura:

Em instituições como a família e a igreja. Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc., que não estão diretamente ligados à produção em si, mas que exercem a função crucial de ‘cultivar’ um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de produção requer. As escolas, universidades, escolas profissionalizantes e centros de pesquisa reproduzem a competência técnica do trabalho exigida pelos sistemas capitalistas avançados de produção (Idem, p. 162, grifo nosso).

Apesar da aproximação entre o conceito de ideologia proposto e o que assumimos, cremos que a diferença está precisamente nas leituras que ele e nós fazemos dos meios de informação. É clara a alusão no parágrafo anterior à mídia como agência, como um aparelho privado de ideologia. Essa distinção é fundamental para a leitura que estamos realizando na tese. Há dois deslocamentos precisos em relação a Hall e a Gramsci. No caso do primeiro, trata-se da assunção dos meios de informação como agentes do antagonismo social, isso porque, a partir de uma espécie de *liturgia* própria, produzem narrativas que interferem na luta de classes. Evidentemente, e isso nos conduz ao segundo aspecto, trata-se de um campo onde percebemos a absorção de outros discursos em seu interior, o que nos conduz à noção de construção do espaço *publidiático*. Não se trata simplesmente de uma nomeação diferente para algo que já exista: o espaço público. Na medida em que as narrativas produzidas por personagens concretos (jornalistas) circulam dentro desse espaço (o *publidiático*), o registro que se oferece à sociedade é o de que se um determinado aspecto da vida, ponto de vista, uma proposta para a questão da criminalidade, não aparece nas páginas dos jornais é porque ele não existe.

Aceitando de bom grado a noção de que as idéias possuem uma existência material, principalmente porque, nesse complexo jogo social, a linguagem acaba materializando aqueles “eventos mentais que são registrados ou caracterizados como fenômenos sociais” (*Idem*, p. 164) e junto com ela, correlatamente, a questão da importância do “lugar dos rituais e práticas de ação ou o comportamento social, nos quais as ideologias se imprimem ou se inscrevem” (*Idem*), concordamos com Hall no sentido de apontar a centralidade da linguagem e do comportamento como meios sobre os quais se dá o registro material da ideologia, a modalidade de seu funcionamento. Quando o autor argumenta que “esses rituais e práticas sempre ocorrem em locais sociais, associados a aparelhos sociais”, afirmando que é por isso que devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológicos ali inscritos” (*Idem*), julgamos que ele nos oferece importantes diretrizes sobre a conformação do antagonismo social nas sociedades contemporâneas.

Mais uma vez, a questão que acaba nos distanciando de Hall (mas que igualmente nos permite avançarmos um passo), é a reprodução do quadro de referências gramsciano na atualização da teoria marxista para a análise da cena contemporânea. Quando Gramsci propõe, a partir da *Teoria Ampliada do Estado*, que o estado é a soma das sociedades política e civil, avaliamos que o que atravessava suas reflexões era, dentre outros aspectos, o quanto os aparelhos privados de hegemonia eram os responsáveis pela circulação da ideologia política na sociedade civil. Mas, a presença de Althusser acaba representando um entrave à medida que propõe que o “jogo livre” da sociedade civil, por um processo reprodutivo complexo, coloca a ideologia como “uma estrutura em dominância”. Esse, para o teórico jamaicano,

É um problema bem mais difícil de explicar, que a idéia do “aparelho ideológico de Estado” deixa de considerar. Repito, é um fechamento amplamente “funcionalista”, que pressupõe uma necessária correspondência funcional entre as exigências do modo de produção e as funções da ideologia. Afinal, nas sociedades democráticas, não é uma ilusão afirmar que é impossível explicar adequadamente as tendências estruturadas da mídia como determinações do estado sobre o que publicar ou permitir na televisão. Mas, como é que um número tão grande de jornalistas, que consultam somente sua ‘liberdade’ de publicar e o resto que se dane, tende a reproduzir, tão espontaneamente, explicações do mundo construídas dentro de categorias ideológicas essencialmente idênticas? Como é que estas são conduzidas, continuamente, a um repertório tão limitado dentro do campo ideológico? (Idem, p. 165, grifos nossos).

Novamente, se a referência são os modelos tradicionais de análise, concordamos com Hall. No entanto, discordamos dele quando nos deparamos com Žižek e a noção de que a ideologia tem uma dimensão espectral. Ao afirmar *que nas sociedades democráticas, não é uma ilusão afirmar que é impossível explicar adequadamente as tendências estruturadas da mídia como determinações do estado sobre o que publicar ou permitir na televisão*, Hall deixa escapar a dimensão da fantasia presente nas construções ideológicas e a reprodução do imaginário social. À pergunta seguinte sobre *como é que um número tão grande de jornalistas, que consultam somente sua “liberdade” de publicar e o resto que se dane, tende a reproduzir, tão espontaneamente, explicações do mundo construídas dentro de categorias ideológicas essencialmente idênticas?*, respondemos: com base no imaginário social. Portanto, aquilo que é um dado marginal (e nesse caso, negligenciado) é o fato de os jornalistas consultarem somente sua “liberdade” – ou, como preferimos, seu imaginário. Propondo em outros termos, a ideologia se espalha pelos veículos de comunicação, através da

“consulta” a um imaginário social construído que possibilita ao jornalista “escrever com total liberdade” e ainda assim reproduzir a ideologia dominante em nossa formação social.

Insistindo na questão, o autor argumenta: “Este é o aspecto da ideologia sob o regime capitalista liberal que mais necessita de uma explicação. E é por isso que, quando dizem ‘É claro que esta sociedade é livre; a mídia atua com liberdade’, não faz sentido responder ‘Não, eles só atuam através da coerção do Estado’” (*Idem*, pp. 165-166). Novamente, quando há o amálgama da coerção do Estado com os noticiários jornalísticos (como se processou com as ocupações militares), aí faz todo sentido. Assim, distante do que propõe Hall, a questão do “descentramento do sujeito” (em sua avaliação, um dos principais projetos do estruturalismo) não deixa sem solução o problema da subjetivação. Ou seja, é através de Althusser, com a utilização do conceito de interpelação (empréstimo a Lacan), que podemos explicar como os atores são “chamados” ou “convocados” por ideologias que os recrutam: sempre há adesão a uma determinada ideologia. Quando nos deparamos com essa perspectiva althusseriana, parece bastante pertinente a premissa de Slavoj Žižek de que não existe categoria não-ideológica dentro da cultura, uma vez que precisamos do sistema simbólico para construí-la. Aqui, a psicanálise de influência lingüística de que falou Hall começa a se precipitar: “O nível fundamental da ideologia, entretanto, não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social” (Žižek, 1996b, p. 316).

Como já mencionamos anteriormente, Louis Althusser passa a ser o grande divisor de águas na abordagem marxista da ideologia. Se ele possibilitou a recuperação do vigor do marxismo, salientando ser *impossível experimentar as ‘relações reais’ de uma sociedade fora de suas categorias culturais ou ideológicas*, também acabou representando um entrave à medida que passou-se a entender que *todos os sistemas de representação estariam fundados em “estruturas inconscientes”*. Tal perspectiva althusseriana evidencia uma dimensão até então negligenciada nos estudos sobre ideologia. O que não significa dizer que as estruturas conscientes não estivessem presentes no jogo (isso já era um dado concreto). O que passa a ser realmente relevante é a questão do exame do “campo semântico dentro do qual qualquer cadeia ideológica ganha significado. Marx nos lembra que as idéias do passado sobrecarregam as mentes dos vivos como um pesadelo. O momento da formação histórica é crítico para qualquer campo semântico” (Hall, *Op. cit.*, pp. 181-182). Aqui novamente vemos a presença do imaginário. Poderíamos mesmo inferir se esses “pesadelos” não seriam remissões através de *sonhos* aos desejos inconscientes.

O que podemos perceber é o quanto a questão do sentido tem relevância na discussão sobre a luta de classes, isso porque é na operação de fixar determinados significados para os significantes que se encontra a disputa. Nos termos sugeridos por Hall,

Uma cadeia ideológica particular se torna um local de luta não apenas quando as pessoas tentam deslocá-la, rompê-la ou contestá-la, suplantando-a por um conjunto inteiramente novo de termos, mas também quando interrompem o campo ideológico e tentam transformar seus significados pela modificação ou rearticulação de suas associações, passando, por exemplo, do negativo para o positivo [ou vice-versa] (Idem, p. 182).

Quando confrontamos esse panorama com a produção das narrativas jornalísticas, fica bastante evidente o processo acima descrito. Recorramos a um breve exemplo. Temos trabalhado com as construções discursivas da imprensa, destacando a ausência de informações pertinentes ao trabalho realizado pelo CEUEP – com crianças de rua em situação de risco, para citarmos apenas um – nas páginas dos periódicos. Não deve ser considerado um dado periférico o fato de o Centro ter sido criado justamente pelo II Governo Brizola (1991-1994). Como podemos lembrar, no período estudado era possível identificar várias construções semânticas em torno do significante Brizola. Seja associado ao “comunismo de esquerda que precisou ser combatido durante a ditadura”, à “droga (cocaína)” ou ainda “à concessão de privilégios aos bandidos” – se quisermos sintetizar, a um espectro do mal –, dar voz às ações do CEUEP não poderia ser inconscientemente entendido como libertar o “espectro do mal”? Por outro lado, longe de simplesmente noticiar, os jornalistas realizam (ainda que fantasisticamente), a partir das matérias por eles elaboradas, uma espécie de cruzada contra “o espectro do mal”. Nessa perspectiva, vejamos uma notícia que merece ser iluminada. Com o título “Exército procura **apoio legal** para ações na favela”²³⁰, o texto *informa*:

Exército tem ouvido setores da sociedade para legitimar ações constantes no combate à violência no Rio. Para justificar a interferência direta, ganha corpo uma tese polêmica: as favelas transformaram-se em territórios livres, onde o tráfico formou um governo paralelo que substituiu o poder público. ‘Há pequenos estados dentro do próprio estado. Só as Forças Armadas para restabelecer a ordem’, diz o presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Carlos Amorim. O porta-voz do Exército, Gilberto Serra, confirmou que o Comando Militar do Leste tem o mapa do crime organizado no Rio.

Dentro do jornal, no desdobramento da manchete, mais duas informações: “Exército quer apoio para atuar no Rio” e “Militares já estão infiltrados”.²³¹ Delas, a que mais nos

²³⁰ JB, 21/08/1994, primeira página, grifo nosso.

²³¹ *Idem, Ibidem*, p. 26 (Cidade).

chama a atenção é a segunda, isso porque no corpo da matéria há dois dados sintomais: o primeiro é que “os militares já estavam infiltrados um ano e meio antes” e o segundo é que “eles já haviam combatido a esquerda armada”. Note-se que o apoio legal fica restrito ao depoimento do presidente do Tribunal de Justiça do Rio (Tribunal este que dez dias antes era colocado em questão pelo mesmo *JB* em função do processo envolvendo o jogo do bicho), uma vez que os militares *já estavam infiltrados* sem qualquer necessidade de apoio ou aprovação. O que mais nos chama a atenção é que esse processo iniciado pelos personagens que já *havia combatido a esquerda armada* acontece quase que simultaneamente à publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (19/04/1993) do regulamento do CEUEP determinando que “todas as atividades de ensino e pesquisa das Instituições de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro deveriam ser executadas, fiscalizadas, coordenadas, superintendidas pelo Centro”. Ora, nos interrogamos então se não há relação entre a *infiltração para combater a esquerda armada* (outro deslizamento para o significante Brizola) e a ampliação do projeto de uma política de segurança pública cidadã e desmilitarizada?

A resposta a essas questões guarda, em nossa avaliação, íntima relação com a proposta de Fredric Jameson sobre o inconsciente político do autor. Nessa perspectiva, queremos, a partir dos legados teóricos do *Centre Contemporary Cultural Studies* (CCCS), nos deter sobre as contribuições trazidas pelas reflexões de Allon White e Peter Stallybrass e a noção de metáforas de transformação e sua relação com a imaginação como uma estratégia para questionamento da hegemonia de determinados valores culturais. Esse é um ponto importante à medida que a aceitação da presença dessas metáforas nos permite a possibilidade de pensarmos, por exemplo, a relação alto/baixo de maneira não reducionista. Vejamos o caso do jornalismo à luz desse binarismo que é um correlato da hierarquização social. Quando nos deparamos com as classificações de jornais entre informativo e sensacionalista, isto é, entre informações voltadas para uma elite *intelectual* e para as classes populares, estamos diante de duas estruturas que (embora divergentes na forma) aproximam-se pelo conteúdo. Dessa maneira, a possibilidade de construção de narrativas atravessadas pelo imaginário desse autor (jornalista) é um dado concreto independente do suporte utilizado.²³²

²³² Seja em *O Dia*, *O Globo* ou no *Jornal do Brasil*, observa-se o imaginário social interferindo na produção das notícias e reportagens dos impressos. Quando fazemos a opção de excluir de nossas análises *editoriais*, *artigos*, *crônicas*, *cartas de leitores*, *charges*, nosso objetivo é pôr em destaque a produção do inconsciente político do jornalista, que interfere na elaboração das informações veiculadas.

As metáforas de transformação mantêm relação direta com a questão da transgressão – cujo ponto de partida é a idéia bakhtiniana de carnaval – associada à noção de que o “processo pelo qual a prática de classificação cultural é constantemente transcodificada em uma variedade de domínios (...) pelo qual o corpo humano, as formas psíquicas, o espaço geográfico e a formação social são construídos dentro de hierarquias de ‘alto’ e ‘baixo’, inter-relacionadas e interdependentes” (Hall, *Op. cit.*, p. 209). Estas são identificadas por Hall como o principal deslocamento crítico produzido por White e Stallybrass, à medida que evidenciam que a natureza das hierarquias simbólicas é contraditória, destacando o quanto o alto e o baixo são pares relacionais e colocando o popular como uma categoria de transgressão cultural. Essas perspectivas trouxeram outras duas importantes influências: Gramsci e seu conceito do nacional-popular como terreno de luta cultural e hegemônica e Bakhtin com a identificação de que o domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos, isto é, todo discurso é ideológico.

A influência de Bakhtin é decisiva na medida em que *Marxismo e filosofia da linguagem* estabelece o primado de que o signo é a arena onde se desenvolve a luta de classes, apontando que o *trabalho* da ideologia é precisamente o de “intervir na fluidez ideológica da linguagem, efetuar o ‘corte’ da ideologia no ‘jogo’ semiótico infinito da linguagem, definir os limites e a ordem reguladora de uma ‘formação discursiva’, para tentar, arbitrariamente, fixar o fluxo da linguagem, estabilizá-la, congelá-la, **suturá-la** em um significado unívoco” (*Idem*, p. 217, grifo nosso). Na verdade, concordamos com Hall sobre a contribuição trazida pelo pensador russo para os estudos culturais, mas, queremos sublinhar que parece ser aqui que, essencialmente, os meios de informação funcionam, isto é, intervindo na fluidez ideológica da linguagem. Tal abordagem é enriquecida, mormente, pela forma como o próprio Jameson se apropria de Bakhtin na formulação marxista do *Inconsciente político* (1992), acrescentando nesse novo quadro de referência Freud e o discurso da psicanálise. Embora a preocupação central de Hall, White e Stallybrass fosse a questão da formação da identidade, as pistas deixadas por esses dois últimos quanto ao papel do Imaginário são profícuas, especialmente em função da forma como foram

Estimulados a refletir sobre o deslizamento não percebido entre dois tipos distintos de ‘grotesco’, o grotesco do ‘Outro’ do grupo ou do eu que se define; e o grotesco enquanto fenômeno limítrofe da hibridização ou mistura interna, na qual o eu e o outro são enredados em uma zona inclusiva, heterogênea e perigosamente instável. O que começa como uma simples repulsa ou rejeição da matéria simbólica estranha ao eu inaugura um processo de introjeção, cujos efeitos são sempre complexos (...). Torna-se impossível perceber que um mecanismo fundamental de formação de

identidade produz o segundo, ou seja, o grotesco híbrido no nível do inconsciente político, pelo próprio esforço de excluir o primeiro... o problema é que a exclusão necessária à formação da identidade social no primeiro nível constitui simultaneamente uma produção no nível do Imaginário, e mais ainda, a produção de uma **complexa fantasia híbrida**, que surge da própria tentativa de demarcar fronteiras, unir e purificar a coletividade social... Os processos gerais de classificação que mais intimamente afetam a identidade da coletividade são indissociáveis do simbólico heterodoxo do Imaginário. O inconsciente a essa altura é, necessariamente, um inconsciente político, conforme afirma Jameson, pois a exclusão de outros grupos e classes sociais na luta por uma auto-identidade categórica surge como um dialogismo especial, um agon de vozes – às vezes até uma alteração – dentro do Imaginário compartilhado da classe em questão (Cf. Stallybrass e White, 1986, pp. 193-194, grifos nossos).

A reprodução deste trecho da obra de Alon White e Peter Stallybrass é central para a compreensão do conceito de ideologia que aqui estamos mapeando, isso porque em larga medida eles representam uma linha de investigação que é o ponto de partida para tirarmos o melhor de Hall no que tange ao problema de ideologia, somando-o à crítica da ideologia de Slavoj Žižek. Quando Hall desenvolve seu conceito de ideologia, ainda que aborde a questão do Imaginário – especialmente em função da interpelação althusseriana –, a questão do inconsciente político do autor é deixada em suspenso. Ao argumentar que o *problema da ideologia* é “fornecer uma interpretação, dentro de uma teoria materialista, de como as idéias sociais surgem para, através da sua compreensão, informar a luta pela mudança da sociedade e abrir caminho para sua transformação socialista”, destacando que em seu entendimento a ideologia é compreendida como “os referenciais mentais – linguagens conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar, tornar inteligível a forma como a sociedade funciona” (Hall, *Op. cit.*, p. 250), ele comete um lapso fundamental, mesmo que não apareça explicitamente: localizar a ideologia numa dimensão da realidade que já é em si ideológica.

Quando se serve do mecanismo de *interpelação*, a partir de Althusser, Hall acaba concordando que essa é a ponte que transforma os indivíduos em “sujeitos sociológicos”, como se antes desse processo eles já não fossem em si mesmos atravessados pelo antagonismo, garantindo a reprodução da ideologia por uma relação especular, autenticadora de seu funcionamento. Ora, isso não levaria a uma direção equivocada quanto à natureza dos referenciais mentais – *linguagens conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação* – imaginando-os fora do espectro ideológico? Não estariam em si os referenciais mentais inscritos no real do antagonismo? Os sujeitos são interpelados por

uma ideologia ou buscam em ideologias que os circundam tamponar aquela falta constitutiva? Se preferirmos inverter os termos: os sujeitos assimilam prontamente a ideologia do Outro ou buscam num jogo dialético e complexo com o Outro a resposta para seus desejos? Ao interpelar o sujeito somente na esfera imaginária, fica excluída das reflexões de Althusser e, por extensão, das de Hall²³³, a questão do entrelaçamento entre as dimensões do real, do simbólico e do imaginário na ação humana. É exatamente por oferecer-nos respostas a essa lacuna que a contribuição teórica de Slavoj Žižek torna-se tão valiosa.

Ao repensar a categoria althusseriana de interpelação, Žižek, através de sua crítica da ideologia, situa o fenômeno ideológico no *real*. Na perspectiva lacaniana, o real é, por assim dizer, o universo que ainda não foi modelado pela linguagem (pelo simbólico). A ideologia, nesse sentido, marca os antagonismos fundamentais no centro do real que ainda não passaram pelo simbólico, isto é, que se mantiveram enquanto na sua forma espectral a procura de simbolização. Assim sendo, há claramente na proposta do filósofo esloveno um esforço de reconhecer que, mesmo não havendo uma clara demarcação entre o que é ideologia e o que é a realidade deve-se sustentar a tensão que evidencia a dimensão da fantasia presente na ideologia. Essa fantasia ideológica se revela a medida que a ideologia estrutura a própria realidade social, oferecendo-a como possibilidade de tamponamento do núcleo real traumático. Assim, fantasia não é ilusão, mas um elemento que dissimula o embate ontológico presente no *real*.²³⁴

Essa mudança de horizonte na investigação da ideologia já estava presente nas teorias desenvolvidas pela Escola de Frankfurt que recuperaram as contribuições freudianas na direção da investigação do quanto a formação de um inconsciente é tributária da tensão entre

²³³ Entretanto, não podemos negar que em “Quem precisa de identidade?” (2000), Hall faz um esforço por compreender a questão da identidade a partir do reconhecimento da presença dos processos inconscientes na formação da subjetividade. Em sua avaliação, a eficácia da ideologia acontece à medida que ela age nos níveis rudimentares da identidade e dos impulsos psíquicos e na formação das práticas discursivas que constituem o campo social, sendo que é na articulação desses campos (constitutivos, mas não idênticos) que se localizam os problemas conceituais da realidade. Ao conceber a realidade como arena para articulação dos campos, ele deixa escapar a dimensão de que a própria realidade já é em si mesma ideológica. Esse é o sentido de, por exemplo, o cinema, a arte, a literatura tornarem-se instâncias de produção de mecanismos ideológicos de identificação e fantasia. Quando o autor destaca que uma teoria da ideologia deve começar não pelo sujeito, mas pela descrição dos efeitos de sutura e da efetivação da junção do sujeito às estruturas de significação, cuja demarcação é produzida por efeitos de fronteira que se relacionam com os recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo que nos tornamos, ele toca parte do problema, isto porque é justamente por assumirmos a noção de que a realidade (e não o real) é ideológica que mecanismos como as narrativas jornalísticas se oferecem como possibilidade de interferirem poderosamente no antagonismo social, mesmo tendo como matéria-prima relatos do cotidiano (da realidade).

²³⁴ Lacan não deve ser tomado estritamente numa dimensão estruturalista como se indicasse que todo sujeito tem essa estrutura uma vez que é justamente a tensão entre os anéis (borromeanos) do RSI que permite a ficcionalidade ficar mais evidente ou não.

conflitos morais e sociais, isto é, o quanto o inconsciente mantém estreita relação com movimento da história. Como fruto desse empreendimento, Zizek aponta que o principal objetivo da TCS era “detectar o núcleo sócio-histórico dos conceitos freudianos fundamentais, demonstrar a formação social e histórica das pretensas pulsões ‘a-históricas’, fazer ver, no ‘supereu’, a ‘internalização’ psíquica das instâncias ideológicas específicas de uma dada sociedade” (Zizek, *Op. cit.*, p. 12). Na verdade, o que essa *revisão de Freud* buscava era evidenciar o quanto era necessário se deslocar a investigação da *natureza humana* para a *cultura*, denunciando esta figurava como uma espécie de *segunda natureza* à medida que a história aparece como cristalizada e configurada como natureza.

Concordamos com a abordagem zizekiana de que “numa sociedade alienada, o campo da ‘cultura’ se assenta na ‘repressão’ de um núcleo excluído desse campo, assumindo a forma de uma quase-‘natureza’ e que a ‘segunda natureza’ é a testemunha petrificada do preço pago pelo ‘progresso cultural’” (*Idem*, p. 14), quando olhamos para os processos de intervenção das Forças Armadas no Rio de Janeiro e para maneira como os meios as noticiam, deixando de informar, por exemplo, sobre as ações tomadas através do CEUEP. Assim, o que podemos perceber é que a própria história está sendo alterada, interferindo na forma como os indivíduos sedimentam essa segunda natureza. Portanto, na medida em que a imprensa nos fornece uma aparência dos dados da realidade nos aproximamos da concepção hegeliana de “mediação subjetiva da objetividade” que constitui o indivíduo de fora para dentro, intensificando o jogo dialético entre o mundo interno (eu) e o externo (sociedade), contribuindo para que o antagonismo social seja internalizado. Desse modo, a revisão freudiana possibilitou a descoberta do caráter antagônico da realidade social, o que permitiu a Zizek propor que

A linha divisória entre a psicanálise e o materialismo histórico é “falsa”, na medida em que é concebida como um dado impossível de suprimir, isto é, na medida em que, por causa dela, renuncia-se à intenção crítica de “conciliar” o universal com o particular; no entanto, nenhuma “síntese” imediato-teórica nos leva a essa “conciliação”, mas tão-somente à inversão revolucionária da própria efetividade social. Na atual conjuntura, qualquer totalidade é “falsa”, continuando a assinalar a vitória do Universal, que é paga com o sofrimento individual (p. 18).

É por aceitarmos a proposição de falsa totalidade, falsa universalidade, que a dimensão do imaginário tem um papel preponderante na configuração das ações dos atores sociais. Na verdade, não se trata de uma dimensão irracional que o projeto iluminista-racionalista insistiu em deixar de fora da contradição social. Antes, afigura-se como uma

instância que é produzida na relação dialética entre o inconsciente e o consciente que orienta o processo de formação dos indivíduos, especialmente a partir da noção de que a realidade social é matizada no inconsciente já traduzida pela linguagem, pelo simbólico. Um dos elementos mais interessantes nessa aproximação da teoria social com a psicanálise é o pressuposto da TCS de que a psicanálise deve funcionar como uma teoria que possibilite o enquadramento do indivíduo na realidade social, mormente para que esse instrumental funcione como ferramenta analítica e não como repressão, isto é, como instrumento de adaptação individual.

A questão que faz de Zizek um referencial importante para a crítica da ideologia é a observação de que a realidade social já é em si um processo ideológico – poderíamos mesmo dizer alienada – na medida em que tal realidade já é atravessada pelo imaginário e pelo simbólico. Esse é um dos principais motivos de trabalharmos com o real para indicar o ponto não ideológico da natureza humana – evidentemente, a contribuição lacaniana nesse processo é clara. Assim, quando a psicanálise é incorporada pela TCS, o objetivo é ressaltar o caráter alienado da realidade social que aponta a presença de um indivíduo (ideal) indiviso, ou seja, sem estar assujeitado ao processo de recalcamento. Isso equivale dizer que a grande mudança oferecida pelos teóricos frankfurtianos é a constatação de que os mecanismos subjetivos, ligados à coerção social, contribuem para orientar ações concretas em meio à dinâmica social a partir do jogo entre significantes compartilhados e significantes recalcados. Um dos marcos efetivos desse processo é a publicação de *Dialética do esclarecimento* (1985), onde o movimento de Horkheimer aparece apontando a tensão existente entre o inconsciente e o processo social alienado, denunciando que as práticas dos dominados são as práticas dos dominantes.

Os novos ventos trazidos pela TCS interferem na própria análise do social complexificando-a um pouco mais. Quando Zizek aponta para a dimensão da mediação histórica como elemento central no antagonismo social, a afirmação é de que tal mediação

*Se inaugura, pois, pela exposição das determinações ausentes, que subvertem a ilusão do “dado positivo” do objeto e o situam na articulação diferencial, ou seja, desarticulam esse dado no cruzamento das diferenças. Inverte-se a relação tradicional da superfície dos sinais com o sentido oculto que precisa ser trazido à luz da interpretação: a “significação” está na superfície, e a interpretação passa para o significante, o que equivale a dizer que ela dissolve o ‘dado’ da significação na rede extremamente ampla de relações internas (...): **o significante é a verdade do significado** – é assim, sem dúvida, que se deve ler a fórmula adorniana de que “a mediação é a verdade do imediato” (Zizek, 1992, p. 45, grifo nosso).*

Assim sendo, entendendo que a significação está na superfície, a interpretação passa para o significante: o significante narcotraficante (criminoso) revela-se, assim, como a materialização do antagonismo social em torno da classificação para o “desordeiro social. Olhemos para a materialização dessa associação narcotraficante como desordeiro social. No Governo Rosinha Garotinho (2003-2006) há um episódio sintomático desse processo: durante uma ação da Polícia Militar no Morro Santa Marta houve alguns excessos (apontados pelos moradores) que fizeram com que a associação de moradores procurassem a Secretária Estadual de Segurança Pública para fazer a denúncia, pedir providências e informar que resistiriam, caso houvesse uma nova ação. O secretário da época prometeu averiguar e tomar as medidas cabíveis. Dias depois, ele vem a público para informar que as *incursões* da PM ocorreram dentro da legalidade, que novas *ações* voltariam a ocorrer e aqueles que resistissem seriam *enquadrados* no crime de “associação ao tráfico de drogas, crime inafiançável”. Num só golpe, obrigava-se os moradores do Morro a obedecerem incondicionalmente sob pena de serem confinados. Mas não é exatamente o mesmo movimento anunciado pelo *Jornal do Brasil* ao informar, sob o título “Prefeitura adia transferência de camelôs do centro”²³⁵, que

*Previsto para hoje, **o confinamento de todos os ambulantes do centro no novo camelódromo da Rua Uruguaiana foi transferido para a próxima semana. Diante da ameaça de nova baderna, a prefeitura decidiu atender os apelos dos comerciantes legalmente instalados, cujas vendas caíram muito** depois do arrastão da última segunda-feira.*

Ou ainda por *O Globo* que informa:

*Para esperar o prefeito César Maia voltar da Rússia e acabar de distribuir senhas, a Prefeitura resolver ontem adiar **a remoção dos camelôs do Centro para quatro terrenos, que seria feita hoje, quando os ambulantes ameaçavam causar novo tumulto. A operação, ainda sem data marcada, será feita em dois dias, semana que vem.***²³⁶ *

Ao optarmos por trabalhar com a ideologia nos termos propostos por Zizek, nosso objetivo é encontrar um alinhamento teórico-metodológico que busque no plano do consciente o que a linguagem evidencia – ideal de comunicação não-repressiva –, mas principalmente o que ela deixa escapar através “de meios não-verbais, como, por exemplo, gestos ao mesmo tempo ‘espontâneos’ e ‘compulsivos’; é indício de uma ‘regressão’ que se dá por causa do

²³⁵ *JB*, 11/08/1994, primeira página (os grifos no texto são nossos).

²³⁶ “Prefeitura adia a retirada de camelôs das ruas”. *IN: O Globo*, 01/11/1994, primeira página (grifos nossos)

* Qualquer alusão (consciente ou inconsciente) à retirada dos capoeiras ou dos malandros do centro do Rio, oriunda do processo de *regeneração* da cidade do Rio ou às remoções de moradores de morros e favelas não deve ser visto como mera coincidência.

recalcamento desse desejo, isto é, por causa do impedimento de sua expressão como linguagem da comunicação pública” (Zizek, *Op. cit.*, p. 50). O caminho trilhado pelo filósofo revela-se, assim, como possibilidade de leitura da ideologia como um aspecto sintomal e não como manifestação clara através da linguagem, isso porque aquilo que poderíamos chamar de “linguagem política correta” tenta (sem êxito) barrar aquilo que figura como produto de desejos recalçados, isto é, como produto daquilo que as normas sociais internalizadas não conseguem condicionar totalmente no sujeito.

Evidentemente, trata-se de uma operação que não deixa de interferir no processo de constituição do eu (de todos os eus). Mas, quando pensamos nesse processo colocando luz sobre a figura do repórter-jornalista produz-se um colorido diferente exatamente em função de tratar-se de um ator social que, muito embora sua atividade prime pelo mito da objetividade, imparcialidade, neutralidade na construção dos relatos, torna público (através dos veículos) em larga medida aquilo que é fruto de seu *inconsciente político*. Isso nos permite olhar para o problema sob outro prisma, a partir de uma análise crítica-ideológica onde não nos detenhamos mais sobre a relação entre ideológico e não ideológico, mas sim sobre a falsidade de um Universal ideológico ou, nos termos propostos por Zizek, “detectar, por trás da universalidade aparente, a particularidade de um interesse que destaca a *falsidade* da universalidade em questão” (*Idem*, p. 59), apontando o quanto esse Universal está preso a interesses particulares, o quanto é determinado por uma constelação histórica concreta.

É por isso que continua sendo pertinente trabalhar com o conceito de ideologia, especialmente em função das alterações da imaginação histórica. Claro, a crítica da ideologia, nesses termos, passa a compreendê-la, como nos adverte Zizek, como “matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (1996a, p. 7). Afinal, não é por modismo epistemológico que a questão do imaginário, mormente seu entrelaçamento com as instâncias do simbólico e do real, é elemento essencial no trabalho da *crítica*. Para efeito de ilustração, é significativa a tese lacaniana sobre sexo real versus sexo virtual. Parafraseando o filósofo esloveno, quando Lacan argumenta que não existe relação sexual, “significa que a estrutura do ato sexual ‘real’ (como ato praticado com um parceiro de carne e osso) já é intrinsecamente fantasmática; o corpo ‘real’ do outro serve apenas de apoio para nossas projeções fantasmáticas” (*Idem*, p. 08). Esse é o sentido do autor afirmar que a ideologia está onde não imaginemos que ela esteja.

Quando optamos trabalhar com duas visões ideológicas antagônicas – e não uma ideológica e a outra não-ideológica – representadas nas propostas do Viva Rio e do CEUEP para a questão da criminalidade e da segurança pública, cujo debate público é, em larguíssima medida, orientado pela ação dos meios de informação, nos vemos diante de um quadro onde a necessidade oculta se manifesta como mera contingência, “uma contingência que, carente de sentido, é ‘internalizada’, simbolizada’ provida de Sentido” (*Idem*, p. 10). Ao lembrarmos das construções narrativas que evidenciavam “a escalada da violência”, “a criminalidade endêmica no Rio de Janeiro”, “a complexidade do processo de estruturação paralela do empreendimento do tráfico”, cremos que estamos autorizados a apontar o quanto a neutralidade da imprensa pode ser entendida como uma mistificação ideológica ardilosa, porque ‘esconde’ a posição dos personagens que narram, atenuando a responsabilidade da sociedade para agir e indicando quais os caminhos – intervenções militares – para a solução do problema. Numa sentença: percebemos os meios construindo as coordenadas de sentido.

Recorramos a um exemplo. Sob o título “Quando o tamanho esconde a violência do bandido”²³⁷, o jornal narra a seguinte informação:

Tamanho não é documento e pode enganar. Foi assim em cinco de novembro de 1989, quando C., 12 anos – conhecido pelo apelido de Maguinho –, cruzou no Posto Nove, em Ipanema, com Cambarra, menino de uma gangue rival. Na areia superlotada no domingo de sol, Maguinho sacou um revolver 32 e disparou contra o oponente até esvaziar o tambor. Houve pânico, gritos, correria e uma vítima fatal: a engenheira Ângela Lopes Machado, de 26 anos, atingida no peito por uma bala disparada por Cambarra. Preso, Maguinho – que, franzino, parecia ter oito anos – escapou de ser linchado, mas, um mês depois, fugiu.

A notícia continua com mais um relato de assassinato cometido por um menino de 15 anos contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, em 1991, e serve de suporte para a matéria principal da página (e da primeira página) “Menor [de doze anos] mata ex-diretor do Banco Central em Assalto”.²³⁸ Ainda que por motivos diferentes e longes no tempo e no espaço – 1989 (Ipanema), 1991 (Nova Iguaçu) e 1994 (Centro) –, o conjunto das informações evidenciava o quanto os “pequenos bandidos” já representavam um perigo para sociedade: “perturbando o domingo de sol em Ipanema, causando pânico, gritos, correria e uma vítima fatal”, “por vingança contra as denúncias contra o tráfico em Nova Iguaçu” ou por “matar um cidadão que só queria curtir a vida”. Em nossa avaliação as coordenadas de sentidos aqui construídas apontam para a construção da noção de que, se algo

²³⁷ *O Globo*, 01/08/1994, p. 12 (Rio).

²³⁸ *Idem*, *Ibidem*.

não é feito com esses meninos antes de atingirem a maior idade, eles representariam um perigo ainda maior para a sociedade. Que tipo de resposta poderia ser dada diante de um quadro como esse? Dever-se-ia encarar esses meninos como pequenos marginais ou como vivendo em situação de risco?

“Se o tamanho esconde a violência de um bandido”, a resposta é a repressivo-belicista, mas se a violência draga o menino, então uma ação como a “Capacitação de educadores, professores, técnicos, especialistas, policiais, para lidarem com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”, como a desenvolvida pelo CEUEP, pode ser encarada como uma resposta possível no marco de uma sociedade democrática de direitos. Ainda que venhamos a detalhar mais adiante as finalidades do Centro, cremos que é oportuno lembrar que sua criação data do ano de 1991, o que, relacionado com as notícias destacadas nos dois parágrafos anteriores, poderia representar que este tipo de ação não logrou êxito em função de um processo semelhante ter acontecido em 1994. Esse é um ponto fundamental: não foi exitoso ou não houve ampla circulação das ações como aconteceu, por exemplo, com as ocupações militares em 1992. Ora, se estamos trabalhando com a hipótese das construções produzidas pelos meios determinarem os limites do espaço *publidiático*, se não foi noticiada essa iniciativa do CEUEP o sentido construído é de que tal projeto não aconteceu. Mas, quando se combate alguém ou alguma idéia, mesmo sem mencionar sua presença, isso já não representa em si um reconhecimento daquela oposição?

Ao olharmos para as construções narrativas da imprensa sobre a criminalidade no Rio de Janeiro em determinados momentos históricos – 1992, 1994, 2007, por exemplo – nos vemos diante de um quadro analítico que nos possibilita enxergar o quanto o antagonismo social está presente e o quanto sua superação (que é impossível) está calcada na resposta repressivo-autoritária “escolhida” (através da limitação de dados concretos) pela sociedade. Assim, quando observarmos o fervor do combate à criminalidade através da resposta bélica, alardeado pelos meios, podemos dizer que o verdadeiro combate não é travado contra a criminalidade em si, mas contra a política de respeito aos direitos humanos protagonizada durante esse período pelo Governo Brizola e que

Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (‘poder’, ‘exploração’) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta (...) tendo o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade (Idem, pp. 13-14, grifos nossos).

O mentir sob o disfarce da verdade (cinismo) passa a ser uma das principais estratégias na construção das narrativas jornalísticas, isso porque sabe-se exatamente que não estão “todos os lados” contemplados naquela apuração, mas, se afirma que os repórteres-jornalistas são neutros, imparciais e objetivos na construção dos seus relatos. Vejamos o episódio que envolveu o assassinato de Tim Lopes. Não há como negar – e nem sequer tentaríamos – a brutalidade da ação dos bandidos envolvidos no crime. Trata-se de um crime hediondo. Porém, será que a morte do repórter seria uma justificativa para que a imprensa não ouvisse mais os moradores de comunidades carentes e produzissem suas narrativas como se todos os lados tivessem sido considerados?²³⁹ Por outro lado, não seria o caso de, dentro da crítica justamente feita contra aquele assassinato, mostrar o quanto dos elementos autoritários e repressivos estavam presentes no imaginário dos assassinos de Tim Lopes? Quando nos deparamos com uma notícia sob o título “Seqüestradora viu Careli ser espancado na DAS”²⁴⁰, há uma analogia com práticas cometidas pelo tráfico que não deveriam ser negligenciadas:

A denúncia de que o funcionário da Fiocruz Jorge Antônio Careli foi torturado até a morte e de que seu corpo foi queimado no pátio da Divisão Anti-Seqüestro (DAS) no mesmo dia em que ele foi seqüestrado por agentes da divisão (...). Na época, um delegado que integrava a equipe do diretor do DAS, delegado Hélio Vigio, se disse indignado com a forma como um inocente fora assassinado e fez denúncia a dois advogados (...). De acordo com a denúncia, Careli foi queimado com gasolina até a morte.

A presença de Zizek como um importante referencial teórico é tributada, especialmente, pela noção de que não há idéia desfocada (falsa) da realidade, mas sim que “a própria idéia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder é ideológica” (Zizek, *Op. cit.*, p. 16), seguindo a proposta de que o “‘nível zero’ da ideologia consiste em (des)aprender uma formação discursiva como um fato extradiscursivo” (*Idem*). Em sua avaliação, não há conteúdo descritivo neutro, uma vez que, toda descrição já é em si uma elaboração argumentativa que reifica e naturaliza a realidade social. Evidentemente, à medida que a matéria-prima da imprensa são os acontecimentos do cotidiano, mais suas narrativas geram uma evidência de sentidos: os fatos falam por si mesmo (!?) A grande questão que se coloca é o quanto os meios de informação têm operado com primazia no sentido de fixar significados aos

²³⁹ Em 2005, no encontro organizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), o editor de Rio do jornal *O Globo* afirmou que, “após a morte do Tim, a orientação era para que seus repórteres não se arriscassem nas comunidades. Eles deveriam pegar o depoimento da polícia e construir suas matérias, evitando, assim, a exposição aos perigos da guerra contra o tráfico”.

²⁴⁰ *JB*, 26/08/1995, primeira página e p. 20.

significantes por seu modo de articulação hegemônica. Esse, inclusive, é o sentido de afirmarmos que a luta de classes se revela na cultura, isto é, através da luta por fixar sentidos aos significantes que circulam na sociedade.

Ao recorrermos novamente a Zizek e vê-lo argumentar que “os discursos que terão mais êxito em se ‘apropriar’ da ideologia dependem da luta pela hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou aliança natural” (*Idem*, p. 18), podemos dizer que é exatamente nesse ponto que as narrativas jornalísticas ocupam um papel central na luta de classes, isso porque exercem a suturação não com construções que são deliberadamente ficcionais, mas com aquelas que misturam ficção e realidade na matriz que as geram. Ou seja, naquelas produções informativas cuja ideologia aparece como elemento espectral. Isso significa dizer que, dentre outras coisas, quando os relatos da imprensa se afirmam como não ideológicos, podemos ver a operação que denuncia que é nesse pseudo-distanciamento que a ideologia aparece com mais vigor, isto porque é no imaginário que a ideologia se inscreve como espectro. Disso podemos concluir que não há realidade sem espectro, o que significa dizer também que não há realidade sem ilusão, afinal, como propõe o autor, partindo de Lacan, “a realidade que vivemos ou vivenciamos não é a própria coisa, é sempre já simbolizado, constituído e estruturado por mecanismos simbólicos” (*Idem*, p. 26).

É por acolhermos a denúncia feita pelas reflexões de Zizek, mas também de Lacan, e no Brasil por Cerqueira Filho, que tentamos apontar a presença do antagonismo social recalçado na constituição dos sujeitos sociais. Com essa perspectiva, a luta de classes deixa de ser reflexo do embate entre direita e esquerda e ganha uma dimensão nova, como possibilidade de disputas em torno da tentativa de ocultar a fenda do antagonismo, apagando seus vestígios. Portanto, “não é possível isolar nenhum processo ou mecanismo social ‘objetivo’ cuja lógica mais íntima não implique a dinâmica subjetiva da luta de classes; ou, dito de outra maneira, *a própria paz, a ausência de luta, já é uma forma de luta*, é a vitória (temporal) de um dos lados da luta” (*Idem*, p. 28). Não enxergarmos num primeiro plano o conflito social não significa que ele inexista.

O que, na verdade, nos autoriza a utilização da psicanálise como um instrumental de análise do antagonismo social é a busca do desvendamento da realidade conflituosa da sociedade através da investigação da forma, sem abrirmos mão também do conteúdo. Mas, ao privilegiarmos principalmente aquela, cremos que nos aproximamos da homologia que Zizek identifica em “Como Marx inventou o sintoma?” (1996b), a partir da semelhança estrutural dos métodos interpretativos de Freud e Marx onde, parafraseando o próprio autor, busca-se,

evitando o fascínio fetichista do conteúdo oculto por trás da forma, o segredo a ser revelado pela análise – que não é o conteúdo oculto pela forma (a forma mercadoria, a forma do sonho) –, mas, ao contrário, o ‘segredo’ dessa própria forma, indagando-nos:

Por que os pensamentos latentes do sonho assumiram essa forma, por que foram transpostos para a forma de um sonho? [método psicanalítico] O mesmo acontece com as mercadorias: o verdadeiro problema não é penetrar no ‘cerne oculto’ da mercadoria – na determinação de seu valor pela quantidade de trabalho consumida em sua produção –, mas explicar por que o trabalho assumiu a forma do valor de uma mercadoria, por que ele só consegue afirmar seu caráter social na forma-mercadoria de seu produto [método marxista] (p. 297)

A grande questão que se coloca para nós é que a forma de um sonho é uma forma particular de pensamento; poderíamos mesmo dizer que trata-se de um forma de estruturar o pensamento. O método interpretativo de Freud, nesse sentido, se oferece como possibilidade de investigação das mensagens recalcadas. Já o do Marx, como possibilidade de análise do “segredo da forma mercadoria”, eliminando a aparência de que o valor de uma mercadoria depende de um acaso, identificando o segredo da própria forma (não está explicado é simplesmente sua forma) – o “sentido oculto” disfarçou-se nessa forma. Assim, o simbólico aparece como um tipo de ordem formal cuja função é estabelecer uma correlação – complementando ou rompendo – entre a realidade concreta externa ao sujeito e sua experiência subjetiva. Mas, a medida que existe uma dimensão que não é simbolizável, uma dimensão que implica um certo desconhecimento da realidade (abstração real), é aí que aparece a sua essência:

Essa, provavelmente, é a dimensão fundamental da ‘ideologia’: a ideologia não é simplesmente uma ‘falsa consciência’, uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como ‘ideológica’: ‘ideológica’ é uma realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos ‘não sabem o que fazem’. ‘Ideológica’ não é uma ‘falsa consciência’ de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela ‘falsa consciência’. (Idem, pp. 305-306)

Essa é precisamente a forma como a crítica da ideologia é sintomática. Quando Lacan afirma que Marx inventou o sintoma é porque seu método interpretativo possibilita a identificação do falso universalismo do ideário burguês, “detectando um ponto de ruptura heterogêneo para um dado campo ideológico e, ao mesmo tempo, *necessário* para que esse campo consiga seu fechamento, sua forma acabada” (Idem, p. 306). Quando nos debruçamos sobre as narrativas produzidas pelos veículos de comunicação, nos vemos diante de um

processo onde um todo universal (falso) está presente, exatamente na medida em que anunciando-se como neutras, imparciais e objetivas as construções noticiosas que produzem “a verdade”, a partir do pressuposto da onisciência e onipresença, são notícias e reportagens assentadas no verossímil. Na verdade, nos vemos diante de uma operação aonde as relações burguesas vão sendo naturalizadas, universalizadas e interiorizadas.

Ao olharmos para o caso brasileiro, mormente em função do processo conservador sobre o qual a República se erigiu – a *via prussiana* de desenvolvimento, como sustenta Cerqueira Filho – nos sentimos tentados a estabelecer termos comparativos com a passagem do feudalismo para o capitalismo, como apontou Zizek. Para o autor, “com o estabelecimento da sociedade burguesa, as relações de dominação e servidão foram *recalcadas*, emergindo como sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade, liberdade, etc.” (*Idem*, p. 310). No nosso caso, tais relações também são recalcadas a medida que juridicamente todos são livres. No entanto, se olharmos para a forma conservadora-repressiva com que as classes populares são tratadas ao longo desse processo histórico de aproximadamente 120 anos, nos vemos diante dos sintomas de que o antagonismo social não só existe como tem força material. Se o ponto de partida é o período do regime militar, isto é, a passagem da ditadura à democracia nos anos 1980, o sintoma mais visível é o aparelho belicista para o enfrentamento da criminalidade, cujas páginas dos jornais revelam-se como espaços privilegiadíssimos para sua captura.

A ideologia, nessa acepção, é estruturadora da realidade social, isso porque aquilo que concebemos como realidade social já é em si uma construção que se sustenta em nossa crença sobre a sua efetividade. Há, em nossa ação uma materialização da fantasia que permite que as instituições sociais continuem em pleno funcionamento. Precisamos acreditar que somos todos iguais perante a Lei; que o Estado legisla e governa para todos; que a imprensa somente relata os acontecimentos do cotidiano. Na verdade, o movimento que podemos apontar é o do recalçamento, no inconsciente, da experiência ideológica imaginária cuja estruturação é produzida “externamente” pelo simbólico, o que explica a tese lacaniana de que o inconsciente é estruturado como linguagem, isto é, possui regras semelhantes à da linguagem. É por isso que as lutas ideológicas precisam ser “internalizadas”, vivenciadas na “economia inconsciente” como “trauma” e “sem sentido” para que a subjetivação possa ser estabelecida. Quando Zizek afirma que

O método ideológico por excelência é o da ‘falsa’ eternização e/ou universalização: um estado que depende de uma conjuntura histórica concreta afigura-se um traço eterno e universal da condição

humana; o interesse de uma classe particular disfarça-se como um interesse humano universal...

Apontando que

A meta da ‘crítica da ideologia’ é denunciar essa falsa universalidade, identificar por trás do homem em geral o indivíduo burguês, por trás dos direitos universais do homem, a forma que possibilita a exploração capitalista, por trás da ‘família nuclear’ como constante trans-histórica, uma forma historicamente especificada e limitada de relações de parentesco, e assim por diante (Idem, p. 327),

Vemos aí claramente a presença de um personagem central do antagonismo social na contemporaneidade: os meios de informação. Isso porque, em nossa avaliação, eles produzem exatamente aquilo que na perspectiva lacaniana é classificado como *historicização ultra-rápida*, isto é, “o método ideológico mais ‘astuto’, o oposto diametral da eternização” (*Idem*). Nesse processo, escamoteia-se o real do antagonismo, que permite que uma determinada proposta seja temporariamente vencedora, pois os termos do processo podem ser alterados. No entanto, é justamente por entendermos que o que se constrói nas páginas de *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* é uma *historização ultra-rápida* em torno da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro que optamos por conectar duas propostas para a questão da ordem pública com o imaginário construído ao longo do século XX sobre as classes populares.

3.2 – Viva Rio e CEUEP: propostas antagonônicas sobre um mesmo “problema” e a celebração dos sentidos hegemônicos

A questão central da nossa tese é perpassada pela formação de um imaginário que tem interferido decisivamente na forma como os indivíduos, na contemporaneidade, se apropriam das construções narrativas presentes nos meios de informação, isso porque estas não são meros relatos do cotidiano. Em última análise, a despeito de desfrutarem de um estatuto de verdade, o conjunto das notícias e reportagens produzidas pelos impressos são elaborações (amparadas em convenções, é importante que digamos), fruto daquilo que Jameson nomeou como inconsciente político do autor. A grande questão que se coloca é o quanto esse relato que mistura realidade e ficção se oferece como elementos de sutura que participam do antagonismo social de forma a reificar o *status quo*. Assim, a abordagem que empreenderemos aqui leva em conta o conteúdo, mas principalmente a forma, com que a necessidade de intervenção militar “para solução da criminalidade” é oferecida ao leitor.

Com essa perspectiva, os debates – ou a ausência deles – travados durante o intervalo que vai de agosto de 1994 a agosto de 1995 sobre o problema da criminalidade e suas evidências empíricas apontam como a luta ideológica é travada na cultura, isto é, como a fixação de significados para significantes que estão em disputa conformam os sentidos hegemonicamente partilhados pela sociedade (em particular a carioca, lócus de nossa análise). A presença de uma determinada alternativa em detrimento da ausência de quaisquer outras já deveria ser em si mesmo um sintoma de como uma determinada ideologia se consolida nas mentes e nos corações dos atores sociais. No entanto, como não há garantias de que as idéias dominantes sejam absorvidas pelos dominados, passa a ser fundamental que se elimine do espaço *publidiático* os elementos contraditórios desse falso universalismo.

Para evidenciar parte do que estamos propondo no parágrafo anterior, poderíamos contar a “história da intervenção” a partir das manchetes do *Jornal do Brasil*, no mês de novembro de 1994 e perceber o quanto a ação militar é apontada como responsável pela redução da criminalidade. Vejamos:

- “**Exército intervém na polícia do Rio e assume combate ao crime**” (01/11);
- “General que combaterá crime é nomeado à revelia de Nilo” (02/11);
- “General Senna vai morar em forte para ter mais segurança” (03/11);
- “Oficiais do Exército vão substituir delegados no Rio” (04/11);
- “Cardoso vai manter Exército contra o crime” (05/11);
- “Cariocas apóiam Exército na luta contra a violência” (06/11);
- “Polícia pouco faz contra roubo de carro” (07/11);
- “Exército já tem ‘hora H’ e ‘dia D’ para agir” (08/11)²⁴¹;
- “Exército começa o combate ao crime antes da eleição” (09/11, 2ª edição);
- “PF deixa Rio aberto às armas e drogas” (10/11);
- “Operação Rio poderá durar até dez meses” (11/11);
- “Exército controla as ações da polícia” (12/11);
- “Carioca exige mudanças nas polícias” (13/11)²⁴²;
- “Tráfico caça soldados em ‘blitz’ no Andaraí” (14/11);
- “**Exército nas ruas reduz criminalidade**” (15/11);
- “Exército irá reaparelhar as polícias do Rio” (16/11);
- “Marcello vai trabalhar para que Operação Rio acabe logo” (17/11);

²⁴¹ Essa manchete ao lado de “Cariocas querem reconquistar os hábitos perdidos”.

²⁴² Trazendo abaixo outra manchete: “Cidade partida vai decidir seu futuro”.

“Operação Rio reduz dinheiro do tráfico” (18/11);
“Exército cerca cinco favelas” (19/11);
“Exército aperta o cerco, sob a Mangueira e sofre uma baixa” (20/11);
“Exército sai e Mangueira fica sem polícia” (21/11);
“Exército ainda prepara ataque decisivo a traficantes do Rio” (22/11)²⁴³;
“Tráfico provoca Exército em favela” (23/11);
“Exército age na Região dos Lagos” (24/11);
“Marcello propõe aos militares a prorrogação da Operação Rio” (25/11);
“Exército põe dois mil homens contra traficantes na Tijuca” (26/11);
“Ministro do Exército acompanha ação no Borel” (27/11);
“Lucena quer rever texto do convênio contra traficantes” (28/11);
“Exército faz escuta nas favelas” (29/11);
“**Em um mês, violência baixou 39%**” (30/11);

Essa “história da intervenção” poderia também ser classificada como “Exército II, o retorno”, principalmente pelas conexões que eram estabelecidas com os *dividendos* da RIO-92, a partir da inscrição no imaginário social de que a ação das Forças Armadas fora central para a redução dos índices de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro – ainda que o Estado como um todo não compusesse esta “estatística”. E esse é o principal elo entre 1992 e 1994, especialmente a partir das narrativas da imprensa. Começava a ficar evidenciada a idéia de que a repressão contra o crime representava, numa face, a militarização das Polícias fluminense; noutra, não mais a *policização* da “questão social”, mas sua *militarização*, traduzida num modelo de ordem pública autoritário/repressiva, num claro antagonismo ao modelo democrático então vigente. Desse modo, as operações RIO I e RIO II apresentam-se como marcos a partir dos quais explicitaremos nossa hipótese principal. Assim sendo, temos, de um lado, as propostas divulgadas amplamente nos periódicos, e corroboradas nos mesmos pelo movimento Viva Rio, de combate repressivo da criminalidade por parte das forças de segurança pública; e, de outro, a proposta do CEUEP de pensar estratégias de controle social e contenção da criminalidade no marco da legalidade e da tolerância para com as diferenças (diretrizes registradas no “Programa de capacitação de educadores de crianças e adolescentes em situação de risco”, elaborado em 1994). É exatamente sobre o antagonismo dessas duas visões que trataremos adiante.

²⁴³ Na mesma capa: “Violência não mata carioca ‘gente boa’” e “Betinho e Viva Rio lançam o Natal sem fome”

Criado no segundo mandato do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, através do Decreto nº 16.722 de 29 de julho de 1991, o **Centro Unificado de Ensino e Pesquisa (CEUEP)**²⁴⁴ era considerado um projeto fundamental para a execução de uma política unificada de segurança pública integrada numa perspectiva de transparência e democracia. Originalmente concebido pelo jurista Nilo Batista, esteve vinculado à Vice-Governadoria do Estado (RJ) e localizado no “Campus” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O CEUEP possibilitava o convívio das corporações entre si, fortalecendo o relacionamento com a Universidade, a Comunidade Acadêmica e com a Sociedade como um todo. Do ponto de vista do ensino, o Centro sediava cursos de formação e reciclagem dos policiais civis e militares, dos bombeiros e dos agentes penitenciários. Com uma proposta que aliava os conhecimentos técnicos específicos de cada área a uma visão histórica e social da nossa realidade, buscava sedimentar uma nova mentalidade compatível com o papel a ser desempenhado pelas forças de segurança pública no Estado Democrático. Também corria sob a responsabilidade do CEUEP cursos de especialização para os policiais envolvidos em projetos especiais (Turismo, Meio-Ambiente, Crianças e Adolescentes em situação de risco, Violência contra a mulher, Discriminação Étnica, Trânsito, Drogas e Entorpecentes).

Do ponto de vista da pesquisa, o Centro funcionou unificando informações de diferentes áreas para o trabalho de interpretação dos dados estatísticos, capazes de orientar as políticas de segurança pública na direção de uma polícia mais técnica, mais eficiente e mais humana. Desenvolveu também projetos de investigação científica no que se refere às temáticas de segurança pública, defesa civil, violência e cidadania, contando, para isso, com o apoio de Fundações de fomento à pesquisa e das Universidades do Grande Rio, especialmente UERJ, UFF, PUC/RJ e UFRJ. Outro ponto a ser destacado é que as recomendações dos organismos nacionais e internacionais voltados para as questões de violência, dos direitos humanos e da segurança pública, encontravam no CEUEP um ponto de materialização, exatamente na medida em que este contemplava a formação dos policiais como um tópico que não foi deixado de lado quando se busca o objetivo de uma polícia investigativa, técnica, humana e mais eficiente, capaz de zelar pelas garantias individuais e coletivas do povo. Nesse sentido, a criação deste Centro vinha ao encontro das aspirações das associações comunitárias que freqüentemente reclamam por uma polícia que respeitasse a população e merecesse o respeito do povo ao qual deve servir.

²⁴⁴ Tais atribuições podem ser encontradas no Diário Oficial do Estado Do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1991, bem como no Relatório Geral de atividades do Centro em 1991 e 1994. Este conteúdo aparece também como uma espécie de *release* anexado às produções elaboradas pela diretoria do CEUEP.

Quanto ao **Viva Rio**²⁴⁵, trata-se de uma organização não-governamental fundada em 1993 por representantes de vários setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência no Rio de Janeiro. Com sede no Rio de Janeiro, a ONG desenvolveu e consolidou uma ampla gama de atividades e estratégias consideradas bem sucedidas, apontado o engajamento no trabalho de campo, na pesquisa e na formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e o desenvolvimento social. Através de pesquisa, elaboração e teste, as soluções propostas pelo Viva Rio foram, inicialmente, realizadas em pequena escala. Atingindo resultados positivos, essas ações puderam ganhar grandeza e se tornarem políticas públicas reproduzidas pelo Estado, pelo mercado e por outras ONGs. Apesar do trabalho do Viva Rio ter se iniciado em resposta a problemas locais, com os quais permanece profundamente comprometido, a natureza multifacetada da segurança o conduziu ao envolvimento internacional. Assim, as soluções precisavam ser simultaneamente globais e locais. Dessa forma, o Viva Rio identificou o seguinte cenário social da violência urbana: a população juvenil dos bairros pobres como o principal grupo de risco para a violência armada; as armas de fogo como o principal vetor de violência urbana (símbolo da insegurança) e as favelas e as periferias pobres como as principais áreas de risco (áreas críticas).

Como explica o antropólogo e diretor-executivo do Viva Rio, Rubem César Fernandes, o *movimento* nasce da ligação (telefônica) feita por Herbert de Souza (Betinho), no início de setembro de 1993, para falar da “violência no Rio”. “Naquela oportunidade, Walter Mattos Jr, vice-presidente do jornal *O Dia*, havia ligado para ele propondo reação. Candelária, Vigário Geral, Arrastões – era demais. Walter pretendia levantar uma campanha em seu jornal, mas concluiu que o problema pedia reação mais forte, um movimento social, algo assim como a montante campanha contra a fome que o Betinho encarnava. Walter ligou para ele. *Poderia ter chamado um General*, mas a intuição apontou para a Ação da Cidadania. A conversa rende e Walter sugere um encontro para o qual tentaria levar seus colegas concorrentes, João Roberto Marinho, das *Organizações Globo*, e Kiko Brito, do *Jornal do Brasil*. Novidade das boas, que Betinho curte em me contar – ‘Já pensou a força desta conversa?’ Walter e Betinho despedem-se com a missão de reunir um grupo que se dispusesse a encarar a pergunta sobre o que fazer diante de tanta violência”. **Grandes campanhas: abusando da Comunicação.** “As ações e as imagens do Viva Rio refletiam na mídia e retornavam ao Conselho com força redobrada. A participação dos donos dos veículos fazia diferença, com certeza, mas não era só. Em fins de 1995, chegamos a juntar um plenário de

²⁴⁵ Tais definições e características podem ser encontradas no site: www.vivario.org.br.

publicitários que se dispunham, voluntariamente, a trabalhar a opinião numa mesma direção e cada um a seu modo”²⁴⁶.

Se pudéssemos assim sintetizar, o cenário em 1994 era o seguinte: de um lado a presença efetiva do CEUEP desenvolvendo uma série de atividades (cursos de formação e capacitação, pesquisas, desenvolvimento de projetos) que buscavam, desde 1991, nos marcos de um regime democrático, empreender ações em torno das questões dos direitos humanos, da cidadania e da segurança pública que pudessem orientar práticas na direção de uma polícia “mais técnica, mais eficiente e mais humana”. Ao utilizarmos como referência a pesquisa realizada por Luiz Eduardo Soares sobre a violência do Rio de Janeiro, poderíamos perceber que os resultados buscados pela ação do Centro estavam sendo alcançados, mormente em função do reconhecimento dos próprios operadores da segurança pública, como são os casos das policiais Tércia Amoedo Silveira e Vera Lúcia Manhães, como mostra um reportagem de *O Dia*, sob o título: “Polícia inicia processo de renovação”²⁴⁷, seguida de “Curso teve elogio em Budapeste”. No entanto, pelo depoimento localizado no site do Viva Rio, a questão do problema da violência merecia uma reação mais forte, que poderia até ser buscada “num general”. Entendendo que o consenso em torno de uma “reação mais forte” deveria ser buscado através da construção hegemônica de que a solução só viria com o uso da “energia necessária”, os meios de informação mostraram todo o seu poderio no sentido de evidenciar que tipo de resposta deveria ser dada à “escalada da criminalidade”, em detrimento de quais outras que estivessem em curso. Vamos, então, a essa *historicização ultra-rápida*.

Como já havíamos mencionado, em 1992 ocorre a primeira intervenção federal no espaço urbano do Rio de Janeiro (RIO-92) cuja presença dos militares fora apresentada como solução para o problema da criminalidade. Ainda naquele ano, haveria duas vinculações decisivas sobre Brizola (governador do Estado): à corrupção do Governo Collor, à medida que defendia a legalidade do processo de *impeachment* do então presidente, acusando as elites de promoverem um golpe de estado; e à contravenção do jogo do bicho, como indica a

²⁴⁶ Atualizado em 02/07/2009: www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1755&sid=42. Foi nessa mesma identificação das *Nossas Marcas*, que Rubem César aponta a parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER) que acontecia desde 1991. Ou seja, os resultados que levaram Luiz Eduardo Soares a apontar que “a partir de 1991 o Estado do Rio de Janeiro conseguiu reverter uma ascensão da curva de homicídios que vinha acontecendo pelo menos nos últimos 12 anos” (1996) fruto de suas pesquisas no Instituto já eram de conhecimento do diretor-executivo do Viva-Rio em 1994.

²⁴⁷ *O Dia*, 02/01/1994, p. 18 (Polícia). Ainda que seja informação colhida fora do período coberto pela pesquisa, a presença dela nesse jornal pode ser um sintoma de que, antes do *pacto* descrito pelo coordenador do Viva Rio entre o movimento e *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a política de segurança até então em vigor representava uma ação dentro dos marcos da politização da “questão social”.

matéria de *O Globo*, sob o título “Dinheiro de contravenção é suporte de campanha do PDT”, que informava:

Ao contrário de outros partidos, a lista de contribuintes das campanhas eleitorais do PDT não é totalmente protegida pelo anonimato. “Bicheiros” do jogo do bicho não escondem que nas últimas eleições fizeram contribuições para as campanhas eleitorais do partido. Segundo José Petrus, o “Zinho”, porta-voz desse tipo de contravenção no estado, a campanha que levou Leonel Brizola ao Governo do Rio contou com farto material publicitário cedido por vários bicheiros fluminenses.²⁴⁸

Note-se que a vinculação de Brizola e, posteriormente, de Nilo Batista (que “estava” na “lista do bicho”, em função da presença forjada das iniciais N.B.), não é relativizada a partir do momento que o sociólogo Hebert de Souza (o Betinho) torna público seu “envolvimento” com o jogo do bicho, entre julho e agosto de 1990, em função da dificuldade financeira atravessada pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). Betinho recebeu, a título de doação, uma quantia próxima aos US\$ 40 mil de Antônio Petrus Kalil (o Turcão), um dos banqueiros do jogo do bicho. Ainda que não esteja em questão uma discussão em torno da figura do Betinho, tampouco os benefícios produzidos pela ABIA ou pela Ação pela Cidadania, não deve ser considerado marginal o fato de o sociólogo ser “o nome” que poderia encarnar um movimento de consenso envolvendo sociedade civil e meios de comunicação. Note-se que, em *Cidade partida* (1994), Zuenir Ventura argumenta que estava nos planos do recém-empossado governador Nilo Batista ter o apoio do Viva Rio na gestão que se iniciava. Mas, o que teria mudado a partir da reunião de três de abril de 1994?²⁴⁹

²⁴⁸ *O Globo*, 13/06/1992, p. 05 (**O País**). Note-se que, além de deslocar o assunto – relativo ao governo do Rio de Janeiro para a editoria O País – ao lado dessa notícia há uma foto de Brizola com a legenda: “O governador Brizola já conta com reserva de caixa para a eleição de 94”, indicando que o jornal já antecipava o debate que se acaloraria em 1994.

²⁴⁹ Zuenir Ventura conta que “depois de meses sem se reunir, a coordenação do Viva Rio voltava a se encontrar, a convite de João Roberto Marinho, no quinto andar do edifício do Globo, numa sala especial de refeições, a três andares da redação (...). Pela efusão dos abraços, pelas gozações e brincadeiras que uns dirigiam aos outros, parecia o reencontro de uma turma colegial que há muito não se via. Talvez só João Roberto já soubesse que aquela iria ser uma sessão de triste memória. O seu ar meio sem jeito se devia provavelmente ao incômodo segredo que guardava, não ao fato de ter que desempenhar o papel de anfitrião, como chegou-se a imaginar (...). Eram exatamente onze pessoas em torno de uma mesa retangular, quase quadrada. Em uma das cabeceiras se acomodaram o anfitrião, Ricardo Amaral e Clarice Pechman. Na outra, Itamar, Kiko e eu. De um lado da mesa, à direita de João Roberto, estavam Walter de Mattos, Betinho, Carla Rodrigues, assessora do Ibase, e Renata, secretária do Viva Rio. Do outro lado, Jairo Coutinho, Sérgio Guilherme de Aguiar, da Associação Comercial, e Rubem César. Rubem distribuiu a agenda que havia preparado, mas a ansiedade geral de falar, trocar idéias, atropelou a disciplina da reunião. O tema do momento era a lista de Castor de Andrade. As opiniões concordaram em que o momento era grave, mas acima de tudo alvissareiro: a podridão finalmente começara a boiar. Todos já tinham comido (...) quando Betinho fez a sua primeira intervenção. O silêncio foi o mesmo de sempre que ele falava. A última palavra costumava ser sua. Mas dessa vez não. Ele começou informando que havia estado com Nilo Batista na véspera para tratar de alguns problemas do interesse da cidade. O novo governador queria o apoio do Viva Rio para a gestão que começava. Pretendia fazer um expurgo na

Desde 1991, quando Brizola é empossado como governador do Estado do Rio de Janeiro, uma série de ações foi colocada em prática sendo a criação do CEUEP a que mais nos interessa na tese. Naquele momento, o Centro nascia inicialmente como uma Comissão de Estudos e Pesquisas sobre Grupos de Extermínio Humano, em especial de crianças e adolescentes, a partir das preocupações em reunir elementos seguros e eficazes para a investigação e/ou solução de problemas

Como os de extermínio humano, especial de crianças e adolescentes, e em particular no Rio de Janeiro; como os de aumento, nos últimos dez anos, do número de pessoas mortas pela ação deliberada de grupos de extermínio, bem assim as denúncias do envolvimento de setores da sociedade civil fluminense e carioca, de lideranças políticas, de instituições policial e judiciária com os mencionados grupos; como a motivação de quem mata e de quem manda matar, a partir da reunião de elementos de caráter histórico e sociológico; com a finalidade de oferecer subsídios seguros e eficazes à Polícia Judiciária e da Justiça na luta contra a impunidade dos que nutrem desprezo pela vida humana.²⁵⁰

Com esta finalidade, o CEUEP promoveu na área de ensino *cursos* como o de *Aperfeiçoamento de Oficiais, História da Polícia, Estratégias Democráticas de Controle Social, especial sobre Violência Contra Mulher, especial para Capacitação dos policiais militares na área de criança e adolescente em situação de risco e Superior de Polícia*, voltados para a Polícia Militar; bem como de *Formação de Delegados, Investigação de Homicídios Dolosos (DDV) e sobre acidente do trabalho para implantação da Delegacia Especial do Acidente do Trabalho (DELEAT)*, para a Polícia Civil; de *Perícia em Incêndio*, para o Corpo de Bombeiros; de *Sistema Penal e Segurança Pública*, para *Diretores do Sistema Penal* e para *Agentes de Escolta* (todos de extensão) para o Desipe; e de *Capacitação Técnica*, para a Defesa Civil – este associado ao Projeto Reconstrução Rio do Núcleo Desenvolvimento de Recursos Humanos (GEROE).

polícia, reformular o sistema de segurança... e não chegou a terminar. Kiko interrompeu-o: ‘Betinho, o Nilo está mortalmente ferido nessa história e não tem condições de implementar nenhuma reforma na polícia’. João Roberto apoiou. Explicou que havia de fato a suspeita de envolvimento de Nilo, assim como de autoridades policiais, e que era prudente aguardar as investigações. Kiko e João Roberto quase ao mesmo tempo recomendavam uma reflexão mais demorada sobre os acontecimentos antes de qualquer decisão. Betinho desistiu logo daquela espécie de proposta de referendo institucional para a ação na polícia, e outros temas passaram a ser debatidos, entre os quais a necessidade de retomar dois pontos da agenda inicial do Viva Rio: limpeza da cidade e policiamento dos corredores de lazer” (pp. 230-231). Para continuar: “Os estilhaços da bomba pareciam ter ferido também os membros do Viva Rio que participaram do almoço. O mais atingido foi sem dúvida Kiko. Ele se sentia ferido como membro do grupo e como editor assistente do *Jornal do Brasil*. Naqueles dias, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* disputavam a prioridade do noticiário sobre o escândalo do bicho” (p. 233).

²⁵⁰ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Decreto nº 16.722 de 29 de julho de 1991.

Concomitantemente, alguns *programas de capacitação* de recursos humanos foram sendo desenvolvidos como os vinculados aos projetos *Casa das Meninas*, *Centros Comunitários de Defesa da Cidadania* e *Educadores de Rua* (este com participação da UNESCO/Paris e IBECC – representação da UNESCO no Brasil), juntamente com *seminários* tais como: o nacional “Polícia, Mídia e Violência” com a participação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e o internacional “A Criança e o Adolescente em Conflito com a Lei: a Ação da Polícia e da Justiça” (UNICEF / CEUEP / FLACSO / UNESCO), contando com representantes da Argentina, Chile, Peru e El Salvador, além de *simpósios*, *mesas-redondas* e de um *workshop* sobre o tema “Crimes contra o meio-ambiente”, visando a elaboração do Breviário de Direito Ambiental

No âmbito da *pesquisa*, desenvolvimento de projetos como *Controle Social e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro* (CNPq / UFF / CEUEP), *Cultura da Violência e Imaginário do Terror*, *História das Famílias na Cidade do Rio de Janeiro*, todos fruto de parcerias entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o CEUEP. Além dos projetos foram publicados nos “Cadernos do CEUEP”: NEDER, Gizlene. *Em nome de Tântatos – aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil*, nº 1; Vários autores. *Breviário de Direito Ambiental*, nº 2; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *O Sentido Histórico da Punição*, nº 3; CERQUEIRA Filho, Gisálio. *Corrupção no Brasil*, nº 4, além de *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei* (fruto do projeto desenvolvido pelo mesmo autor).²⁵¹

Em agosto de 1994, exatamente no mês que iniciamos nossa pesquisa com *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a *Escola da Cidadania*, outra designação atribuída ao CEUEP a partir de abril de 1993, preparava, através do diretor-geral, um balanço das atividades realizadas, com destaque para os cursos gratuitamente oferecidos *para mais de mil agentes de segurança pública*²⁵² (*entre policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e funcionários administrativos, professores, merendeiras, assistentes sociais, etc.*). Outro ponto relevante em sua avaliação era o *programa para policiais militares, apoiado pela UNICEF e também financiado pela UNESCO, para capacitação de educadores que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social*. Tal programa fomentou, como

²⁵¹ O conjunto das ações descritas nestes três últimos parágrafos deve-se e muito em função da preservação de documentos do CEUEP, sob posse do Prof. Gisálio Cerqueira Filho, diretor-geral do Centro à época.

²⁵² Ressaltando a perspectiva multidisciplinar dos cursos, que eram ministrados por professores universitários a partir de convênio firmado com os Reitores de UFRJ, UFF, UERJ, e PUC/RJ.

um dos seus efeitos práticos, *que a UNESCO encomendasse ao CEUEP uma proposta de formação curricular destes educadores com vistas a implantá-lo em escala mundial*, isto porque via-se na práxis do Centro um compromisso com a construção de uma polícia cidadã *capaz de substituir a polícia política do regime autoritário e de pensar as estratégias de controle social e contenção da criminalidade no marco da legalidade e da tolerância para com as diferenças*, o que se espera de um Estado de Direito.

A *Escola* alegrava-se ainda pelo fato de ter recebido em suas cadeiras, para um processo de aperfeiçoamento, aproximadamente a metade dos delegados do Rio de Janeiro, num formato que envolvia um programa *paulatino e crescente de qualificação dos agentes de segurança pública, de modo a fazê-los ter condições de prestar um bom serviço à população, onde quer que estejam*. À medida que o aprimoramento profissional não era buscado somente entre polícias – sejam civis ou militares –, e incluía os participantes de outros projetos, como é o caso da *Casa das Meninas*, o investimento acaba mantendo íntima relação com a questão da identidade, seja ela no plano particular seja no coletivo. Nesse sentido, um exemplo concreto do empoderamento daquelas ações é o episódio narrado por Cerqueira Filho envolvendo a cozinheira que participava da capacitação para a *Casa das Meninas*: “Ao entrar no prédio do CEUEP, o recepcionista pediu-lhe que se identificasse, achando que ela não parecia ser aluna. ‘Meu senhor, eu sou aluna desta universidade’ disse ela, e passou orgulhosa”.²⁵³

Dos documentos à nossa disposição, gostaríamos de nos deter neste momento sobre aquele produzido por conta da “Solenidade de entrega de 46 certificados de conclusão do Curso de Investigação de Homicídios Dolosos” e encaminhado à Vice-Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, na ocasião ocupada por Nilo Batista. Patrocinado pelo CEUEP e com apoio da Divisão de Defesa da Vida (DDV), o programa contava com a participação de professores, policiais militares, delegados e juristas no seu corpo docente, tendo como público-alvo funcionários públicos da Polícia Civil que investigavam homicídios e policiais militares, aos quais foram oferecidas disciplinas como *Técnicas de Investigação, Relação entre Investigação Policial e Investigação Científica, Técnicas de Redação aplicada à função policial, Literatura e Crime, Integração PMERJ e Polícia Civil, Estudos neurolingüísticos recentes sobre atenção e memória, Importância da investigação de homicídio como suporte para denúncia, sentença de pronuncia e julgamento no Tribunal do Júri*.

²⁵³ Relatório preliminar intermediário do “Programa de Capacitação de Educadores de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco” – Projeto CEUEP-UNESCO – elaborado por Gisálio Cerqueira Filho em 12/09/1994.

Na avaliação final do curso, os alunos se manifestaram, por escrito, unanimemente contra a duração do curso (considerada muito curta: dois meses). Quanto às sugestões, “devemos reparar o interesse despertado especialmente pela possibilidade da especialização. O interesse pelas aulas de Português foi muito acentuado, o que é especialmente positivo pela relação visceral entre a linguagem e a questão da identidade, tal qual vem sendo trabalhada pelo CEUEP”.²⁵⁴ Na oportunidade, o diretor-geral do Centro acentuava ainda dois pontos: o primeiro era que o curso havia significado uma aproximação CEUEP/DDV e que isso contribuía para a consolidação de uma concepção contra o extermínio e pela valorização da vida; o segundo, que via a necessidade de publicização pela imprensa daquele pioneiro trabalho na área de homicídios dolosos. Este último ponto merece uma atenção especial. Antes, porém, falemos da divulgação dos trabalhos do Centro.

Parte da visibilidade ao projeto CEUEP foi dada através de palestras, seminários e “workshops”, a partir de visitas, no âmbito nacional, aos estados de Alagoas (Maceió), Rio Grande do Norte (Natal), Pernambuco (Recife), Mato Grosso (Cuiabá), São Paulo (capital) e Brasília (Distrito Federal) e em contato com Comissões de Direitos Humanos, ONGs que trabalham no tema e as Polícias Civil e Militar, como detalhou Gisálio Cerqueira Filho em documento elaborado para fins de explicitação: “Tivemos oportunidade de difundir o Projeto CEUEP no Congresso Internacional de Criminologia, realizado em Budapeste, e acompanhar de perto através de visitas de estudo a transição da Polícia na Hungria” (s/d). No âmbito internacional, além da divulgação no Congresso na Hungria, foi possível colher elementos para desdobramentos da atividade de pesquisa e ensino do Centro, tanto em Paris, na UNESCO, quanto em Viena. Como destaca o diretor-geral:

Todo este esforço foi coroado com a apresentação do paper “Critical Approaches to sócio-legal studies: new grounds, new paths and new policies”, apresentado para o European Network on Law and Society, para o Critical Legal Studies Network – CLS/USA e para o Latin American Law and Society Movement, no Instituto Internacional de sociologia Jurídica, em Onãti, Espanha (Idem).

Os projetos desenvolvidos pelo Centro Unificado de Ensino e Pesquisa ficaram sendo conhecidos em Maceió, Natal, Recife Cuiabá, São Paulo e Distrito Federal; Budapeste, Paris, Viena, Estados Unidos e Espanha. Mas, por que não no Rio de Janeiro? Falta de interesse da direção em divulgar seus trabalhos na imprensa, contrariando sua própria sugestão? Ou não havia interesse por parte da imprensa em divulgar tais ações? À medida que aparece *nO Dia*,

²⁵⁴ Relatório sobre registro de entrega de certificados encaminhado à Vice-Governadoria pela Direção-Geral do CEUEP em 14/07/1993.


em 02/01/1994, a informação sobre o *processo de renovação na polícia* promovido pelo CEUEP, o que teria mudado a partir do dia 02/04/1994, data em que Nilo Batista é empossado como governador do Estado do Rio de Janeiro? Haveria alguma relação entre esse silêncio e o pacto de que fala Rubem César Fernandes entre o Viva Rio e *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*, a ponto de desprezar inclusive uma referência tão próxima quanto a do trabalho de Luiz Eduardo Soares (nota 246)? Mesmo tendo a noção de que a resposta a algumas dessas perguntas é temporariamente impossível de ser dada, poderia o fato de o Kiko Brito (filho do Nascimento Brito), do *JB*, se sentir ferido guardar alguma relação com a ausência de informações sobre as propostas do CEUEP?

Entendemos que este é o momento para revisitarmos as nossas hipóteses de trabalho, situando os termos da reflexão. Em primeiro lugar, quando trabalhamos com a perspectiva de a imprensa ter se constituído como o espaço publidiático é em função desta produzir a sensação de que aquilo que não aparece em suas construções narrativas (por julgar não ser socialmente relevante) não existe. Com esta perspectiva, ela deixaria de ser um aparelho privado de hegemonia que opera na sociedade civil, nos termos gramscianos, para se tornar a própria sociedade civil, mormente quando as demandas capitaneadas por esta (representada pelo Viva Rio) aparece materializada nas páginas dos periódicos. Paralelamente, exatamente na mesma medida em que suprime uma proposta para a questão da ordem pública (representada pelo CEUEP) da sua agenda de assuntos noticiáveis e dá luz à outra - a autoritária-repressiva (representada pela ONG ou pelo movimento, como preferirmos) - não interfere na produção da hegemonia, e mais ainda, na produção do imaginário social? Por último, não estaria exatamente esse imaginário social à nossa disposição a servir de referência para que ressentimentos (sentir-se ferido sem dúvidas é um deles) influenciem naquilo que Jameson, White, Stallybrass, Cerqueira Filho, Zizek e nós chamamos de inconsciente político do autor? Com esse sentido, não temos dúvidas em admitir que a ideologia seja sintomal. Mas, vamos ao que tem a nos dizer *O Dia*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* sobre a questão da criminalidade e o antagonismo social.

Creemos que seria um pouco desnecessário dizer que não há sequer uma referência aos trabalhos realizados pelo CEUEP entre os dias 1º/08/1994 e 31/08/1995 – dois meses antes da Operação Rio I e dois após o término da Rio II. Na abordagem que estamos realizando, isso por si só já deveria representar um sintoma, especialmente porque as atividades do Centro vão até o final de 1994 e de haver a sugestão da direção-geral para que as ações fossem divulgadas na imprensa. Mas, como negar é também um claro indício de que a aquela realidade existe,

vamos explorar as notícias veiculadas naqueles três jornais (pelos motivos já explicitados na introdução) a fim de capturar aquilo que (e como) eles informam. Dessa maneira, as remissões ao passado recente ou distante (quanto mais distante maior a possibilidade de estar sedimentado no imaginário social) funcionam como suporte para essas histórias contadas no presente que miram o futuro. Assim, não estamos somente diante de dois projetos (um democrático-cidadão, outro autoritário-repressivo), mas sim diante de mais um capítulo da atualização histórica do antagonismo social sobre o qual a sociedade brasileira (e a carioca, em especial) está assentada.

O tom do debate é ressaltado já no primeiro dia de agosto daquele ano, quando o *JB* traz, dentre as suas manchetes, a de título “Ex-diretor do Banco Central é morto no Rio”, que informava: “Um **menino** aparentando **doze anos** tentou roubar o carro do ex-diretor do Banco Central, José Carlos Serrano. **Indignado** com a **ousadia** do menino, ele ficou sem ação e disse apenas: ‘isso não é assim não’. O garoto, que tinha a cobertura de dois homens que o aguardavam num táxi, e mantinham o motorista sob a mira de um revólver, deu-lhe um tiro nas costas”.²⁵⁵ Ao olharmos essa informação, parece pouco importar se existem contradições internas – como um menino de 12 anos que vai assaltar um carro e foge de táxi – e mais, apontar a “escala da criminalidade desde 1991”, início do governo Brizola e das ações do CEUEP. Assim, a ousadia dos bandidos (pobres) que indignam a classe média é o mote que orienta a cobertura jornalística do veículo. Nossa avaliação pode ser corroborada com a notícia: “Garotinho está conseguindo o que parecia improvável: desvincular sua campanha da **reprovação disseminada** entre boa parte dos cariocas ao presidenciável Leonel Brizola”.²⁵⁶ Estaria o jornal assumindo seu papel na formação do imaginário social sobre o governador?

A partir do dia 11/08/1994, identificamos a presença do selo , (medindo aproximadamente 5 x 2 cm) em matérias sobre a criminalidade onde houvesse informações sobre o governo do Estado do Rio de Janeiro, como a que aparece sob o título “Nilo pede auditoria sobre índices de crime no Rio”:

*Para estabelecer a verdade sobre os índices de criminalidade no Rio, o governador Nilo Batista propôs ao presidente Itamar Franco auditoria, feita por comissão federal, para verificar as estatísticas divulgadas pela Polícia Civil, contestadas pela imprensa (...). De acordo com Luís Eduardo Soares, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), que estudou a criminalidade no Rio e publicou o livro *A violência no Rio de Janeiro em 1993: Símbolos, Ícones e Índices*, “o governador Nilo Batista não está mentando ou divulgando*

²⁵⁵ *JB*, 1º/08/1994, primeira página, grifos nossos.

²⁵⁶ “Sem Brizola na cabeça”, *In: JB*, 1º/08/1994, p. 4 (Política e Governo), grifos nossos.

*estatísticas falsas. Nenhum governo tem sido tão transparente ao tratar do assunto quanto o do Rio” (...). Ontem, Nilo reuniu-se com o coordenador do Viva Rio, Rubem César Fernandes, para debater o programa de policiamento comunitário intensivo de Copacabana (...) O cardeal Dom Eugênio Salles prometeu a representantes do Viva Rio apoio ao programa de policiamento intensivo , com debates nas paróquias de Copacabana.*²⁵⁷

A presença desta informação nos fornece vários indícios do processo que se desenvolvia. Lembremos do almoço citado por Ventura (1994) onde reuniram-se representantes do Viva Rio, das *Organizações Globo*, do *Jornal do Brasil*, de *O Dia*, além da assessora do Ibase e de dois membros da Associação Comercial (vide nota 249). Naquela oportunidade, o tema do momento era a lista do Castor de Andrade e a suposta presença do Betinho, que também participava da reunião. Kiko Brito (*JB*) e João Roberto Marinho (*Globo*) julgavam não ser possível uma aliança entre a sociedade política (governador) e a sociedade civil (ONG, Imprensa, Associação Comercial). Mas, como afirmou Ventura, “Betinho desistiu logo daquela espécie de proposta de referendo institucional para a ação na polícia”. Após a revelação do envolvimento do nome do Betinho por *O Globo*,

Os estilhaços da bomba pareciam ter ferido também os membros do Viva Rio que participaram do almoço. O mais atingido foi sem dúvida Kiko. Ele se sentia ferido como membro do grupo e como editor assistente do Jornal do Brasil. Naqueles dias, o Jornal do Brasil e O Globo disputavam a prioridade do noticiário sobre o escândalo do bicho (ainda conteúdo da nota 249)

Seria possível, então, afirmarmos que a notícia presente em *O Dia* só foi possível pelo fato de o jornal “estar fora” da disputa do noticiário sobre o escândalo do bicho? Ao compararmos com o noticiário de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, podemos apontar uma certa conexão entre o direcionamento da cobertura e o resultado daquele encontro do dia 03/04/1994, especialmente em função das principais notícias trazidas por estes dois últimos. No caso do primeiro, sob o título “Ministro da Justiça discute violência no Rio”²⁵⁸,

O ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, discute hoje no Rio com o governador Nilo Batista soluções para a violência no estado, primeiro passo para um grande encontro sobre o problema. O presidente Itamar Franco avisou que vai atender às reivindicações do Movimento Viva Rio. Brevemente em Copacabana, PMs e guardas municipais farão rondas dia e noite nos quarteirões.

Enquanto o segundo:

O que parece lógico aos olhos da opinião pública [pela forma como é disseminado], está dividindo a Justiça do Rio: a aceitação da denúncia do Ministério Público contra as 61 pessoas acusadas de

²⁵⁷ *O Dia*, 11/08/1994, p. 10 (Polícia)

²⁵⁸ *O Globo*, 11/08/1994, primeira página (grifos nossos).

*participação do esquema de propinas do jogo do bicho depende dos 25 desembargadores do órgão Especial do Tribunal de Justiça.*²⁵⁹

Trazendo mais abaixo: “Previsto para hoje, o **confinamento de todos os ambulantes** do Centro no novo camelódromo da Rua Uruguaiana foi transferido para a próxima semana. Diante da ameaça de nova baderna...”²⁶⁰, e em seguida:

*O Ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, participará, como representante do Planalto, da reunião do Movimento Viva Rio que estudará medidas para combate à violência no Rio de Janeiro. Antes, o ministro dará ao governador Nilo Batista recado do presidente Itamar Franco: a participação do governo federal será sempre em conjunto com o aval do governo estadual. “O presidente quer que fique bem claro que não se trata de intervenção”, disse a secretária especial da Presidência, Denise Paiva. Ela informou que Itamar não prometeu a presença dos comandantes militares do Leste. O Viva Rio prevê a colaboração das forças armadas no combate ao crime no estado.*²⁶¹

Sinteticamente, observa-se que *O Globo* e *JB* sequer se manifestaram sobre a possibilidade do alarme social ser produzido em função de *versões disseminadas*, haja vista a circulação do livro de Luís Eduardo Soares. No entanto, especialmente este último periódico começa a construir a noção de que, frente a ineficiência do executivo (estadual e, nesta edição, o municipal), só a presença de um grupo que estivesse acima da ineficiência (em lidar com a baderna) e da corrupção (esquema de propinas do jogo do bicho) da sociedade política para lidar com a questão da criminalidade: as Forças Armadas. Desse modo, numa leitura sintomal da ideologia quanto a esta última notícia, poderíamos afirmar que se assim se pronunciava o jornal: *o Planalto virá participar da reunião do Movimento Viva Rio, que estuda medidas para combate à violência no Rio de Janeiro. Antes, o ministro dará um recado ao governador Nilo Batista: vamos fazer uma intervenção. Ainda que os comandantes militares do Leste não estejam presentes na reunião, eles vão participar das operações propostas pelo Viva Rio no combate ao crime no estado.* – e foi exatamente isso que aconteceu – tem toda razão Slavoj Žižek ao propor que a leitura da ideologia não seja mais não termos “eles não sabem o que fazem, mas fazem”, e sim “eles sabem exatamente o que estão fazendo e por isso mesmo fazem” (Žižek, 1996b, p. 316).

Gradativamente, o Viva Rio ia assumindo a primazia dos projetos que buscavam responder as demandas da sociedade, uma vez que o Estado não cumpria (a julgar pela ausência de informações nos veículos) as funções para as quais estava investido. Não é um

²⁵⁹ “Denúncia contra a máfia do bicho divide a Justiça”. In: *JB*, 11/08/1994, primeira página.

²⁶⁰ “Prefeitura adia transferência de camelôs do centro”. *Idem, Ibidem*, grifos nossos.

²⁶¹ “Planalto participa de reunião do Viva Rio”. *Idem, Ibidem*.

dado periférico apontar a inexistência (?) de projetos desenvolvidos pelo governo estadual. Paralelamente, na medida em que nos aproximávamos de novas eleições, era necessário *informar* ao leitor sobre quais personagens estavam dispostos a promover mudanças e quais materializavam o caos na cidade do Rio, mormente em função da quantidade de crimes noticiados.²⁶² A mudança de parâmetro pode ser capturada através de duas informações publicadas por *JB* e *O Globo*. No caso do primeiro, “Marcello tira ‘sapato alto’ e muda campanha”²⁶³ anunciava a mudança do ex-prefeito que passava a defender abertamente a intervenção federal; já o segundo, com o título “Menores serão recolhidos das ruas do Rio em 15 dias”²⁶⁴, mostrava que:

*O 23º BPM (Leblon) cedeu um espaço para abrigo de menores. Outros três abrigos serão inaugurados pelo município ainda neste mês. Além disto, a Prefeitura já reservou 10 mil bolsas de auxílio alimentação e entidades não governamentais estão nas ruas abrindo caminho junto aos menores para a implantação do projeto. Começa em no máximo 15 dias **um dos mais ousados programas de recolhimento de menores de rua, elaborado pela Prefeitura do Rio em cooperação com o Viva Rio. O objetivo é atacar – inclusive com o uso da lei – a exploração de mão-de-obra infantil, além de garantir escola e moradia para o menor carente e criar cursos profissionalizantes e empregos para os adolescentes que vivem nas ruas da cidade.***

Não se discutia no conjunto das informações o fato de a legalidade ser “um benefício a mais” – *inclusive com o uso da lei*. O mais importante era dar espaço nas páginas dos impressos para a repercussão do *mais ousado projeto de recolhimento de crianças de rua*, isto é, de retirada e limpeza do espaço público, especialmente da Zona Sul carioca. O *JB* trazia a manchete “Governo poderá decretar Estado de Defesa”²⁶⁵, para indicar que, em função da questão do orçamento federal, o presidente Itamar Franco poderia determinar tal *Estado* para dispor dos recursos da União nas áreas que julgasse mais apropriadas. O fim da matéria é revelador: “mas o Estado de Defesa está previsto na Constituição para restabelecer a ordem pública”. Nunca é demais lembrar que, em função da forma como o tema era disseminado, a cidade do Rio de Janeiro vivia sob uma *instabilidade* sentida como fruto da desordem pública. Longe de se tratar de uma simples notícia, aqui o jornal claramente oferece ao seu leitor uma

²⁶² Optamos por não reproduzir todas as notícias sobre crime sob risco de estendermos e muito a tese. No entanto, cabe mencionar que entre 1º/09/1994 e 31/10/1994 (data da assinatura do Convênio de cooperação) multiplicavam-se os títulos e matérias sobre a criminalidade, produzindo a sensação de que ela era crescente.

²⁶³ *JB*, 31/08/1994, primeira página.

²⁶⁴ *O Globo*, 31/08/1994, p. 15.

²⁶⁵ *JB*, 10/09/1994, primeira página.

alternativa frente ao governo pedetista: o Estado de Defesa. Já *O Globo*, investia na ampliação do consenso em torno do Viva Rio:

*A campanha “Vem Pra Casa Criança”, lançada ontem pela Prefeitura e Movimento Viva Rio, teve um bom começo. Para não ficar apenas nos discursos de intenções, foram assinados seis convênios para garantir atendimento de menores de rua. A campanha – que pretende mobilizar a opinião pública – já ganhou a adesão do Município, Estado e Governo Federal num objetivo comum: conseguir até o fim do ano locais para abrigar crianças e adolescentes que hoje vivem nas ruas da cidade (...). O programa desenvolvido pela Prefeitura e pelo Viva Rio prevê tipos de abordagens diferentes para três situações distintas: famílias nas ruas com crianças; crianças e adolescentes que vivem nas ruas sem qualquer vínculo familiar; e menores que trabalham nas ruas, mas ainda mantêm laços familiares. A prioridade, no entanto, é resolver o problema de crianças e adolescentes que vivem nas ruas. Para isso, a Secretaria já abriu 50 vagas em abrigos onde os menores poderão passar a noite. Até o final de outubro o trabalho será desenvolvido na zona Sul para depois ser estendido ao Centro e Zonas norte e Oeste.*²⁶⁶

O Dia, que até então estivera distante das construções produzidas por seus concorrentes, passou, a partir de setembro, a trazer informações que contribuía para as escolhas feitas por seus leitores. Ao trazer em sua manchete “Tráfico desafia o Exército”²⁶⁷, o jornal informava que “Bandidos atiraram no helicóptero que acompanhava a comitiva do México que iria participar da 8ª Cúpula Presidencial. O Comando Militar do Leste admite que houve troca de tiros no Complexo da Maré”. Ainda que as apurações indicassem que não houve atentado contra a comitiva mexicana e sim um confronto entre quadrilhas rivais, outra notícia tratava de estabelecer o vínculo entre aquela ousadia dos bandidos e a ‘ineficiência do estado em lidar com a questão da criminalidade. Sob o título “Newton Cruz pede intervenção”²⁶⁸, estabelecia-se a conexão desejada.

Dos três veículos, talvez o menos conservador nas suas abordagens seja *O Dia*, o que faz muito sentido em função do público alvo à que se dirige. Mas, tanto *O Globo* quanto o *JB* continuavam sua campanha pró-intervenção militar tendo como principal porta-voz o Viva Rio, representado em todas as oportunidades por seu coordenador (hoje diretor-executivo). Por falar em conservadorismo e reacionarismo (afinal o filho do dono do jornal estava ferido e buscava uma reação), em nossa avaliação, quando o *Jornal do Brasil* traz em sua manchete “EUA já tem controle do Haiti”²⁶⁹ há um duplo movimento: no primeiro, atualiza-se no

²⁶⁶ “Menores terão abrigo até fim do ano”. *O Globo*, 10/09/1994, p. 15 (grifos nossos).

²⁶⁷ *O Dia*, 10/09/1994, primeira página.

²⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 05.

²⁶⁹ *JB*, 20/09/1994, primeira página.

imaginário social o medo (vivido como um trauma?) inscrito no “Medo Branco de Almas Negras” (Chalhoub, 1988) a partir do *fantasma* do levante haitiano de 1804.²⁷⁰ No segundo, como que uma *solução definitiva* do problema, aparecia já na legenda da foto que dava suporte a notícia: “Os haitianos saudaram os soldados americanos como **guardiões da paz** e não como **invasores**”. Isto é, diferente dos franceses, os americanos pareciam oferecer um novo tipo de colaboração (poderíamos dizer, colonização?) à população do Haiti, dentro dos limites liberais²⁷¹. Ao longo da notícia, o jornal informa: “As tropas americanas desembarcaram pacificamente em Porto Príncipe para assumir o controle do Haiti sob o aplauso de centenas de pessoas”. Em nossa avaliação, não seria absurda a aproximação com o cenário carioca, descrito nas páginas dos jornais como “estado de guerra” – afinal, “aqui morrem mais pessoas que na Guerra do Vietnã”²⁷² – se convertêssemos essa informação em: *tropas federais desembarcam pacificamente no Rio de Janeiro para assumir o controle da cidade sob aplauso de centenas de pessoas.*

Já *O Globo* continuava apostando na consolidação do Viva Rio como principal catalisador das demandas sociais. Sob o título “Nilo: violência não é problema só do Rio”²⁷³, o jornal articulava a posição do Movimento, mas deixava escapar o cerne do convênio que seria assinado:

O governador Nilo Batista considerou profundamente lamentável a morte da menina Mariana Lacerda Reis Correia de Almeida, mas alegou que o problema da violência não aflige apenas os cariocas. (...) Nilo Batista acrescentou que continua combatendo a criminalidade e que o movimento Viva Rio já marcou um seminário, do qual ele participará, para discutir os caminhos a seguir. A esse seminário deverão comparecer representantes do Comando Militar do Leste, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, além das Polícias Militar e Civil do Estado. – Enquanto isso, já enviei ao presidente Itamar Franco um pedido para que a Polícia Federal intensifique o controle da entrada de armas e drogas no nosso Estado – disse Nilo Batista.

Ao trazer essa informação, o veículo acaba produzindo uma dissonância em torno da questão da violência. Se por um lado o governador concordava que o problema afligia aos cariocas e que ele participaria do seminário marcado pelo Viva Rio, o *JB* dá outro tom e

²⁷⁰ Ocorrido em 1804, o “Levante do Haiti” foi um movimento onde a maioria negra tomou o poder das mãos de uma minoria branca, resultando na independência do país e a expulsão dos franceses.

²⁷¹ Paralelamente, nos interrogamos: poderia, sob o significante Haiti, aparecer fantasisticamente o processo de desenvolvimento do jornalismo no Brasil (primeiro o padrão francês e posteriormente sua superação pelo norte-americano) que se coloca nas construções narrativas presentes nessa matéria?

²⁷² “Mariana Lacerda Reis Corrêa de Almeida”. *JB*, 20/09/1994, primeira página (abaixo da notícia expressa na nota 265).

²⁷³ *O Globo*, 20/09/1994, p. 13 (grifos nossos)

começa a apontar protagonista e antagonista da sua *diegesis*. Com o título “Viva Rio afirma que Nilo Batista é omissivo” e o subtítulo: “Movimento acusa governador de adiar indefinidamente reunião com o governo federal para tentar resolver a questão da violência”, temos a seguinte informação:

Dois meses depois de ter prometido ao Viva Rio que iria convocar com urgência as Forças Armadas e a Polícia Federal para uma ação de combate à criminalidade no estado – onde a média anual de mortes é superior a da guerra do Vietnã –, decepcionou de vez os integrantes do movimento [ao próprio Kiko Brito?]. “Somos pacientes. Mas não vamos ficar calados diante da omissão. O governador vem adiando o cumprimento dessa promessa indefinidamente”, protestou ontem o coordenador do Viva Rio, Rubem César Fernandes, referindo-se à grande reunião com representantes de todas as forças de segurança sediadas no estado [inclusive o Comando Militar do Leste], que jamais chegou a se realizar (...) Com um drible semântico – anunciando que haverá em breve um seminário sobre a violência no estado – o governador pretende transformar em um debate teórico o que deveria ser um encontro de trabalho, durante o qual se discutiria a aplicação efetiva do plano contra a criminalidade, envolvendo as Forças Armadas.²⁷⁴

Ora, se o governador já havia assumido o compromisso de participar do seminário que seria realizado pelo Viva Rio e já havia enviado ao presidente Itamar Franco um pedido para que a Polícia Federal intensificasse o controle da entrada de armas e drogas no nosso Estado, como noticiou *O Globo* em 20/09/1994, o que desejava o JB ao produzir no mesmo dia a informação de que havia acabado a paciência com Nilo Batista? A resposta a esta e outras perguntas que vimos nos fazendo tendem a aparecer a partir de outubro (mais precisamente no dia 03, primeiro turno das eleições para presidente, governador, senador, deputados federal e estadual). Em *O Dia*, através do título “Marcello quer ser ‘general’”²⁷⁵, é possível perceber que aumentava o “clamor” para uma intervenção das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro. Isso porque proliferavam na imprensa notícias sobre a ousadia e o terror protagonizados por criminosos e a imperícia da polícia em lidar com a situação:

Duas invasões levaram o terror de volta a Vigário Geral²⁷⁶. Ontem, um grupo de PMs entrou atirando na favela que, na noite anterior, fora cercada por policiais à procura de uma detetive seqüestrada que, na verdade, estava em casa vendo TV. O governador Nilo Batista teme uma nova chacina.²⁷⁷

²⁷⁴ *JB*, 20/09/1994, p. 18.

²⁷⁵ *O Dia*, 10/10/1994, p. 04 (Eleições).

²⁷⁶ Nunca é demais de lembrar da *chacina* cometida em Vigário Geral, em 29/08/1998, que resultou na mortes de 21 pessoas.

²⁷⁷ “Invasões da Polícia levam pânico a Vigário Geral.” *O Globo*, 10/10/1994, primeira página.

Enquanto isso, fomentando a noção de que o processo sob a responsabilidade do Viva Rio produzia alternativa mais efetivas,

*Policiais do 19º BPM (Copacabana) e representantes do movimento Viva Rio se reúnem hoje à tarde para discutir um plano de trabalho destinado a criar estratégias para combater os problemas crônicos de Copacabana. O encontro acontece um mês depois da implantação do policiamento comunitário no bairro, uma iniciativa que já está dando resultado: embora não haja estatística, a PM, a 12ª DP e os moradores dizem que houve diminuição de furtos nas ruas. O SOCIOLOGO Rubem César Fernandes, do movimento Viva Rio, acrescentou: - Não há dúvidas de que o esquema já mostra resultados. Mas à medida que ele enfrentar problemas mais sérios, sua atuação terá mais profundidade.*²⁷⁸

Corroborando com as construções acima, o *JB* informava que nem “Ser vizinho do governador Nilo Batista é garantia de segurança. Na madrugada de ontem foram mortos quatro pessoas num tiroteio entre traficantes no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa”.²⁷⁹ Tinha-se início assim um processo gradativo de construção – através da evidenciação de informações relacionadas ao recrudescimento das ações contra a criminalidade – da melhor alternativa para a questão da ordem pública. Não sem resistências, paulatinamente, a opinião pública começa a “apoiar” a presença dos militares no espaço urbano do Rio de Janeiro em larguíssima medida influenciada por narrativas presentes em títulos tais como: “Itamar já admite intervenção no Rio”²⁸⁰, “Cardoso fica irritado, tiroteio leva presidente eleito a criticar a polícia”²⁸¹, “Delegados decidem endurecer com o tráfico”²⁸², “Que venham os traficantes!”²⁸³, “Carioca tem medo de morar no Rio”²⁸⁴, “Exército já tem lista de policiais confiáveis”²⁸⁵, “Nilo quer começar já a operação com o Exército”²⁸⁶, além de “O caminho para ação”²⁸⁷ e “Exército enfrentará três mil traficantes”²⁸⁸. Os textos contidos nestas duas últimas são reveladores, exatamente na medida em que nos mostram que, independente da assinatura do convênio, a intervenção ocorreria. No caso da informação de *O Dia*,

278 “Viva Rio e PM discutem novos planos para Copacabana”. *Idem, Ibidem*, p.16.

279 “Guerra do tráfico mata quatro”. *JB*, 10/10/1994, p. 21 (Cidade).

280 *JB*, 20/10/1994, p. 18 (Cidade).

281 *Idem, Ibidem*. Matéria assinada por Kiko Brito.

282 *O Globo*, 20/10/1994, p. 14 (Rio).

283 *O Dia, Idem*, primeira página.

284 *JB*, 30/10/1994, primeira página.

285 *Idem, Ibidem*.

286 *O Dia*, 30/10/1994, primeira página.

287 *Idem, Ibidem*, p. 03 (Cidade).

288 *O Globo*, 30/10/1994, primeira página.

*Chegamos a um ponto crítico. Uma ação maior será em fim desencadeada. É de se lamentar que venha tão tarde, pois foram altos os custos da hesitação. Uma oportunidade foi perdida no mês de agosto, quando o VIVA RIO propôs a união das forças federais e estaduais para o enfrentamento da criminalidade. É pois na qualidade de um movimento que soube construir vínculos de confiança com a cidade que o VIVA RIO se permite sugerir um caminho para a ação (...). A cooperação é possível e com certeza mais eficaz. Foi praticada com sucesso na ECO 92, quando o conjunto das forças de segurança agiu sob o comando do Exército. A experiência pode ser aproveitada agora para proteger a cidade diante dos seus próprios desatinos. O objetivo é conter os avanços da criminalidade. Isto implica numa criteriosa seleção estratégica. A hipótese de uma ocupação militar nas favelas da cidade é fantasiosa, inexecutável, e insustentável por uma longa duração (...). Condição indispensável é o controle das forças policiais e tendências anárquicas que se manifestam no seu interior. A violência que atormenta a cidade é alimentada, em grande parte, pela corrupção policial. A simples afirmação da autoridade militar, seguida da investigação rigorosa de práticas criminosas nos quadros da polícia, terá um imediato efeito pacificador.*²⁸⁹

Já a de *O Globo*,

Os dois mil homens que as Forças Armadas mobilizarão para o combate ao crime organizado no Rio enfrentarão, junto com as Polícias Civil e Militar, um exército clandestino de três mil traficantes fortemente armados. Para enfrentá-los, o Exército pretende também ceder armas para os policiais civis e militares que vão participar das ações. A decisão sobre a operação vai ser tomada amanhã, na reunião do presidente Itamar Franco com o governador Nilo Batista, em Brasília. Ontem, após reunir-se com o presidente no Palácio do Jaburu, o ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, garantiu que o Governo vai agir antes das eleições de 15 de novembro mesmo se não tiver o apoio de Nilo.

Com o início da *Operação Rio I*, imediatamente o Exército entra em ação (ou já estava como mostra a notícia veiculada pelo *JB*, em 21/08/1994 – nota 231). Pela forma como era narrada pela imprensa, a movimentação dos militares contrastava com a letargia do governo estadual. No *Jornal do Brasil*, não se tratava apenas de apoiar a intervenção. Havia, paralelamente, a necessidade de mostrar sua eficiência frente a uma polícia que não conseguia combater a criminalidade nos últimos quatro anos. Assim, não é raro encontrarmos notícias que indicavam: “Exército começa combate ao crime antes da eleição”²⁹⁰ em oposição à

²⁸⁹ O texto, além de auto-explicativo, é revelador das conexões existentes entre 1992 e 1994, assim como o é entre aquele período e os dias atuais. A última palavra do texto serve de pista para percebermos o quanto as práticas construídas em meio a discussão da *Operação Rio I* servem de referência para 2007, 2008 ou 2009, e aparecem reveladas no projeto de *Pacificação* de morros e favelas do Rio de Janeiro. Por falar em pacificador, este significante mantém, em nossa análise, estreita relação com o significado produzido por um processo de suturação realizado pelo filme “O Pacificador” (1997) – de Mimi Leder, estrelado por George Clooney e Nicole Kidman. Nesta obra, um coronel do Exército (Clooney, o pacificador) invade fronteiras, espiona, tortura, mata, a fim de evitar que um terrorista (um narcotraficante?) exploda uma bomba nos EUA.

²⁹⁰ *JB*, 09/11/1994, primeira página.

“Polícia Civil não dá atenção a pequeno delito”²⁹¹; ou “Exército começa a movimentar suas tropas”²⁹², numa “Operação exemplar”²⁹³ para evitar possíveis reclamações públicas do ex-governador, Leonel Brizola. O caminho percorrido pelo *O Dia*, não difere muito de seu concorrente. Sob o título “Exército fotografa alvos”²⁹⁴, o jornal informa:

*Nas próximas 72 horas, o primeiro reduto do narcotráfico no Rio deve ser **aniquilado**. Helicópteros do Exército e da Polícia Civil sobrevoaram ontem as favelas de Vigário Geral, Mangueira, Providência, Dona Marta, Complexo do Alemão e Santa Teresa para fotografar os principais pontos de venda de drogas e os **possíveis esconderijos de armas**.*

Ora, lendo a notícia poderíamos nos interrogar: se era tão fácil fotografar os pontos de vendas de drogas, por que isso não foi feito antes? Na verdade, trata-se de um processo onde o que se imagina (os principais pontos; os *possíveis* esconderijos) – a configuração, a localização, a condição social do inimigo – é a justificativa para *aniquilá-lo*. Evidentemente – e esse é um dos problemas crônicos da modernização conservadora do Brasil – ainda é aplaudida a energia com que os aparelhos repressivos do Estado são usados contra ele. Nesse sentido, a notícia trazida por *O Globo* revela o sonho idílico da classe média carioca ao informar que

Soldados do Exército cercaram ontem os acessos aos Morros do Andaraí; Dona Marta, em Botafogo; Turano, no Rio Comprido; Cantagalo, em Ipanema; e do Chapéu Mangueira, no Leme. Não foi preciso disparar um tiro sequer para interromper totalmente o contato entre os compradores e os traficantes no dia da semana de maior movimento nas bocas-de-fumo. Nesta nova etapa da ação contra o crime organizado, os militares revistaram homens, mulheres e até idosos e crianças, além de pararem carros. O resultado foi imediato: a venda de drogas parou. A operação foi muito bem recebida pelos moradores dos cinco morros, que abriram as bolsas animadamente para a revista, levantaram os braços se antecipando à ação dos soldados, riam e manifestavam apoio cumprimentando os militares.²⁹⁵

Tal celebração dos êxitos dos militares – ações de inteligência, cordialidade, retidão, dentre outras *qualidades* – continuam a povoar as páginas dos jornais a medida que se aproxima o final do governo Nilo Batista. No lugar das antigas reclamações, “Aplausos gerais”²⁹⁶, isso porque o “Exército sufoca o tráfico”²⁹⁷. Evidentemente, poderia recair sobre

²⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 16 (Cidade).

²⁹² *Idem, Ibidem*, p. 17 (Cidade).

²⁹³ *Idem, Ibidem*.

²⁹⁴ *O Dia*, 09/11/1994, primeira página (os grifos na notícia são nossos).

²⁹⁵ “Exército bloqueia o tráfico em 5 favelas”. *O Globo*, 19/11/1994, primeira página (grifos nossos).

²⁹⁶ *O Dia*, 19/11/1994, primeira página.

nós a acusação de organizar estruturalmente títulos das matérias a fim de produzir o sentido desejado. Assim, tornam-se elucidativos os depoimentos de duas atrizes da *TV Globo*, especialmente por estarem presentes em *O Dia*, sobre os efeitos produzidos pela presença de tropas federais na cidade do Rio de Janeiro. Mais que do a frivolidade presente nos depoimentos, eles são sintomas de que a função da *Operação* era oferecer à classe média uma alternativa frente ao antagonismo social: “Eu tenho vizinhos barulhentos. O Exército podia ocupar a casa deles”, diz Maria Padilha; e “Os militares deviam tomar conta do trânsito. Tem motorista muito mal educado”²⁹⁸, declara Lady Francisco. Se quiséssemos sintetizar, o Exército bem que podia cuidar dos barulhentos e dos mal educados, isto é, dos desordeiros sociais.

Atendendo aos anseios da população (de bem, como sempre aparece sugerido nas notícias e reportagens), o governador eleito, Marcello Alencar (embora ainda não empossado), promete “Mais rigor contra a violência”.²⁹⁹ Se mais rigor pode ser entendido como um eufemismo para aumento de repressão e de excessos, a notícia de *O Globo*, sob o título “Padre manda carta denunciando tortura”³⁰⁰, nos permite ver que aquelas ações tinham um caráter diferente para os moradores de morros e favelas:

O padre Olinto Pegoraro, de 60 anos, coordenador geral da Pastoral do Morro do Borel, enviou ontem ao general Câmara Senna, comandante da Operação Rio, uma carta de duas páginas e meia em que denuncia a prática de tortura e espancamentos contra moradores do local, durante a ocupação da favela. Professor de Ética do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, padre Olinto afirma que a Igreja São Sebastião, da qual é pároco, foi usada como base militar do Exército e que, em suas salas, mais de 15 moradores foram espancados, inclusive dentro da sacristia. Pegoraro diz também, com base no relato de vários moradores, que até choque elétrico foi aplicado durante os interrogatórios.

Mesmo diante das denúncias de excessos cometidos durante a *Operação Rio I*, as narrativas produzidas por *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* no final do ano de 1994 apontavam para um “saldo positivo” em favor dos militares, a ponto de o comandante da ação, general Senna, ser “agraciado com a Medalha do Mérito Judiciário”.³⁰¹ Tal informação aparece ao lado da matéria que, sob o título “Marcello quer recrutas para a polícia do

²⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 13 (Polícia).

²⁹⁸ “Exército para quem precisa”. *O Dia*, 29/11/1994, primeira página (Caderno “D” Televisão). A esses dois depoimentos seguem pelo menos mais seis, todos indicando o que o “Exército poderia fazer para melhorar sua via”.

²⁹⁹ *O Dia*, 29/11/1994, p. 03 (Cidade).

³⁰⁰ *O Globo*, 29/11/1994, p.19.

³⁰¹ *O Dia*, 09/12/1994, p. 06 (Polícia).

Estado”³⁰², informava que o governador eleito já busca um instrumento legal para dar preferência a recrutas do Exército após sua saída (um ano após o alistamento): “‘Desperdiçar esse homem preparado, **adestrado**, depois da nação ter investido nele, é um erro’, afirma Marcello”. O termo adestrado teria sido um ato-falho do político para fazer alusão ao sentido “de cavalos amestrados exercitados para combates, para guerra”? Ou buscava-se nos praças a formação necessária para estabelecer a repressão nos moldes em que ela ainda estaria por vir? Em *O Globo*, talvez o amálgama entre as alternativas se materialize a medida que a militarização da segurança pública se avizinhava como a melhor alternativa para combater à criminalidade:

*O comandante Militar do Leste, general Edson Mey, disse ontem que a proposta do governador eleito, Marcello Alencar, de incorporar soldados das tropas de elite do Exército à Polícia Militar como tropa de pára-quedistas, está sendo estudada pelos militares (...). Marcello Alencar **salientou que o Estado não tem os mesmos meios que as Forças Armadas de preparar o seu pessoal para a atividade de segurança pública.***³⁰³

Já no *Jornal do Brasil*, as críticas produzidas durante os quase dois meses de intervenção pareciam ecoar. Em três matérias, o periódico trazia informações que permitiam ao leitor olhar com um pouco mais de cuidado os desdobramentos da operação militar. Na primeira, com o título “General admite que Exército ‘enxuga gelo’”³⁰⁴, ainda que a notícia fizesse menção que o tráfico se recompunha rapidamente, a expressão “enxugar gelo” ensejava o diagnóstico proferido por Nilo Batista ao dizer que, sem um combate efetivo nas fronteiras do estado do Rio de Janeiro à entrada de armas e drogas, o combate ao narcotráfico era algo semelhante à tarefa de enxugar gelo. Reconhecia-se assim, ainda que implicitamente, que o combate ao tráfico no Rio só teria êxito a partir de uma ação conjunta e coordenada entre as Polícias Civil, Militar e Federal e as Forças Armadas onde as estas duas últimas caberia a fiscalização das fronteiras, enquanto àquelas o combate efetivo, exatamente nos termos que o Acordo de Cooperação fora firmado. Com “Juizes criticam ação”³⁰⁵ e “Crianças desaparecidas”³⁰⁶, o veículo descrevia respectivamente que:

*A Associação Juizes para a Democracia (AJD), que reúne cerca de 150 desembargadores e juizes de todas as áreas da Justiça no país, lançou ontem em São Paulo um manifesto no qual externa sua preocupação com a **ação do Exército nos morros do Rio** e com as*

302 *Idem, Ibidem* (grifo nosso).

303 “Militares estudam proposta de Marcello”. *O Globo*, 09/12/1994, p.18 (grifos nossos).

304 *JB*, 09/12/1994, p. 20 (Cidade).

305 *Idem, Ibidem*.

306 *Idem, Ibidem*.

notícias de que “segmentos do Judiciário estariam sendo utilizados para legitimar a atuação das forças de repressão.

E que,

O coordenador do Projeto Legal do Instituto Brasileiro de Inovações e Saúde Brasil (IBISS), Carlos Nicodemos, denunciou que os menores S.C.S., de 15 anos, e M.M.A., de 13, estão desaparecidos desde a última batida do Exército em Cascadura, na semana passada. Soldados do 15º Regimento Motomecanizado do Exército foram a um restaurante abandonado na Rua Ernani Cardoso, onde os menores passavam a noite. Segundo o advogado, que também é coordenador do centro de Defesa e garantia dos Direitos Humanos, depois da ameaça feita pelos soldados no fim de semana passado de que voltariam à noite, não só os menores estão temendo por suas vidas como também os educadores que os assistem.³⁰⁷

Ao que tudo indica, tal como numa guerra, alguns excessos acabam sendo cometidos. Isso porque, a quem interessava, as ações das tropas militares acabam produzindo o efeito esperado. Dessa forma, também é reveladora a notícia trazida por *O Globo*, cujo título “Hotéis querem Exército até **junho**”³⁰⁸ que apresenta a seguinte informação:

*No que depender dos hoteleiros do Rio a ação conjunta das Forças Armadas com a Polícia Militar – a Operação Rio – não acabará tão cedo. O presidente da Associação de Hotéis de Turismo (AHT), Álvaro Bezerra de Mello, defende que as Forças Armadas permaneçam nas ruas da cidade pelo menos até junho. (...) Para ele, o governador eleito Marcello Alencar vai ter que trabalhar muito para **moralizar** a polícia estadual e para isso terá que contar necessariamente com o apoio do Exército, já que essa “limpeza” deverá tomar muito tempo. Bezerra de Mello lembra que a Operação Rio já começou a surtir efeito para o turismo da Cidade. Segundo ele, o turista brasileiro está retornando ao Rio. Esse turista que atualmente é o maior responsável pelas altas taxas de ocupação dos hotéis estava vendo com muita tristeza o crescimento da violência no Rio. E agora se sente mais seguro e está voltando – analisa.*

Se inadvertidamente lêssemos a informação acima sem levarmos em conta o ano, os personagens e o governante, poderíamos supor que estávamos diante de uma construção narrativa que remonta ao início do século XX e ao processo de “Regeneração” comandado

³⁰⁷ Esse não foi o primeiro episódio envolvendo desaparecimento e morte de moradores de morros e favelas protagonizados pelos militares desde 1992. O último, noticiado dentre outros veículos por *O Globo* (16/06/2008), foi o do Morro da Mineira, onde após prenderem e entregarem três jovens a traficantes, “um oficial, três sargentos e sete soldados foram indiciados por triplo homicídio”. Estes episódios deveriam por em questão a representação construída em torno das ações do Exército no que concerne à Segurança Pública, mormente em função do episódio atualizar historicamente o imaginário, acentuando o antagonismo social. Entretanto, se nossa tese é pertinente, o *esquecimento* produzido pelas narrativas jornalísticas (que suprimem do debate público tais excessos) acaba mantendo a construção em torno de serem as Forças Armadas as instituições capazes e eficazes para combate à criminalidade em tempos de *crise*.

³⁰⁸ *O Globo*, 29/12/1994, p.14 (Rio). Não deve ser uma mera coincidência o fato de, empossado, Marcello Alencar ter prorrogado o “Convênio” até 31 de junho de 1995, batizando com o nome de Operação Rio II. Na verdade, não se trata de novidade alguma a ocupação promovida pelo Exército ser realizada em morros e favelas cariocas e ser dirigida contra as classes populares.

por Pereira Passos. A utilização da palavra moralização e, especialmente, limpeza atualizam o imaginário social de quase um século em torno do antagonismo social. Evidentemente que adjetivações já não fazem (ou pelo menos há um grande esforço para que não façam) parte das notícias presentes na imprensa informativa. Mas, a noção de que as classes populares representam um entrave para o progresso do Rio de Janeiro parece continuar muito viva, mormente via uma produção que é fruto do inconsciente do autor, que reaparece como que um retorno do reprimido (se não através do conteúdo, pelo menos pela forma). O depoimento da Associação de Hotéis e Turismo (uma fonte do repórter) parece encarnar a visão, por exemplo, do *Jornal do Commercio* em 1908, para quem os pobres, negros, mestiços – as classes populares – representavam um entrave para que drenássemos *nosso quinhão da riqueza internacional*.

Nas modernas economias de mercado, papel decisivo é atribuído ao marketing na exposição de marcas, produtos, serviços – poderíamos mesmo pensar na marca Exército e na ocupação militares como uma espécie de *prestação de serviços*. Evidentemente, dada a importância do serviço nesse caso, não faltaram empresas a buscarem se habilitar para a concorrência em torno desse cliente, para ganhar essa conta. Em *O Dia*, com o título “Campanha publicitária apóia militares”³⁰⁹, lemos a informação de que a “Associação Brasileira de Publicitários decidiu colaborar com a Operação Rio, com campanha favorável à participação das Forças Armadas no combate à criminalidade com o slogan *Operação Rio. Paz na Cidade Maravilhosa*”. Já *O Globo* foi ainda mais incisivo ao informar que

*Um mutirão entre 210 agências de publicidade de todo país foi articulado para realizar uma campanha publicitária com o objetivo de tornar a Operação Rio mais simpática aos cariocas. Com o slogan “Operação Rio: paz da Cidade Maravilhosa” a campanha começa a ser veiculada hoje (...) para esclarecer a população dos objetivos da operação de combate ao crime, iniciada em novembro. São peças publicitárias que exaltam o lado positivo da Operação Rio para os cariocas, principalmente para aqueles que vivem nas regiões envolvidas e os que enfrentam bloqueios.*³¹⁰

A chegada de 1995 permitiu que entendêssemos o sentido das campanhas publicitárias. Já nos primeiros dias do ano, os jornais começavam a anunciar que a repressão iria aumentar, como indica o título “O Exército deu nova motivação aos policiais do Rio preocupados em combater o crime”³¹¹ da matéria do *JB*, dando conta de que o Estado iria reaparelhar (armamentos) a *tropa de elite* da PM. Já em *O Dia*, encontramos o “fruto” desse

³⁰⁹ *O Dia*, 29/12/1994, p. 08 (Polícia).

³¹⁰ “Operação Rio tem campanha publicitária” *O Globo*, 29/12/1994, p. 15 (Rio).

³¹¹ *JB*, 08/01/1995, p. 26 (cidade).

reaparelhamento. Sob o título “Rainha da PM”³¹², o veículo informa que a Polícia Militar havia ganhado uma nova aliada no combate ao crime: tratava-se do fuzil-metralhadora P.90 weapon que dispara 900 tiros por minutos, com precisão e alcance de 150 metros, com suas balas atingindo o alvo à velocidade de 850 metros/segundo. Desde então, uma pergunta insiste em nos acompanhar: um armamento como esse é para combate ao crime ou para execução? No mesmo dia, vinculando *camelôs*, *mendigos* e *aviões do tráfico* a uma mesma categoria semântica, o periódico ainda trazia a notícia que

*Essa é a segunda etapa da operação para limpar a área ao redor da Central do Brasil, e esta prevista no decreto do prefeito César Maia (...). Segundo o sub-prefeito do Centro, Augusto Ivan Pinheiro, fiscais da coordenadoria e assistentes sociais já iniciaram um levantamento da área para acabar com os ambulantes, alguns dos quais dormem nas barracas, mendigos e até mesmo aviões do tráfico de drogas. Amanhã, é o último dia de permanência para os 360 camelôs da Praça Procópio Ferreira em frente à Central do Brasil e próximo Ao Comando Militar do Leste.*³¹³

Entendemos que pode haver contestação quanto à nossa afirmação sobre a vinculação dos grupos apontados no parágrafo anterior a uma mesma categoria semântica. Mas, na medida em que os militares foram convocados para combater a criminalidade e têm seus objetivos ampliados³¹⁴ (“Exército combate camelôs”³¹⁵), julgamos que, como mostra a notícia, a associação é explícita:

O Exército também vai atuar na repressão aos camelôs em parceria com a prefeitura. Depois de atuar na Robauto ou Feira de Acari, ele defenderá sua área central: Estamos preocupados no que diz respeito ao nosso espaço. Se houver casos de venda de drogas na Central, o Exército vai agir nessa área”, disse o chefe do Serviço de Relações Públicas do Comando Militar do Leste, coronel Luiz Cesário Silveira.

Com o deslocamento do Exército para o combate de outros focos de criminalidade, o clima de instabilidade começa a voltar na cidade do Rio de Janeiro, mormente em função de o general Euclimar da Silva (secretário de Segurança Pública) não tratar a questão da criminalidade com a energia necessária (leia-se, mais repressão), como indica a informação

³¹² *O Dia*, 18/01/1995, primeira página.

³¹³ *Idem, Ibidem*, p. 03 (Cidade), grifos nossos.

³¹⁴ Curiosamente, no mesmo dia, tanto *O Dia* (p. 07), quanto *JB* (p. 17) registraram a informação de que policiais civis faziam protesto contra o governo estadual. Note-se que, em 1992, caso análogo aconteceu com o Governo Brizola no episódio onde os policiais imitavam (pelo rádio) a voz do apresentador Silvio Santos. A diferença entre um momento e outro é que 1992 marcava o intervalo de quase dois anos daquele mandato, enquanto o de 1995 apenas um mês.

³¹⁵ *JB, Idem*, p. 17 (Cidade).

trazida em *O Dia*, com o título “Violência abre crise no governo”:³¹⁶ “Falta de iniciativa do secretário de Segurança Pública na luta contra a criminalidade deixa irritado o governador Marcello Alencar e provoca sério desgaste na imagem de sua administração”. Paralelamente, evidenciava cada vez mais que a intervenção tinha tido mais um caráter político (não necessariamente político-partidário) que de necessidade social. Esse aspecto pode ser medido tanto pela saída do Viva Rio de cena quanto pela preocupação demonstrada pelo presidente da República que, conforme informou o mesmo jornal, “Por intermédio do ministro da Justiça, Nelson Jobim, dará mais recursos à Polícia Federal, intensificará a fiscalização em portos e aeroportos – por onde entram drogas e armamentos – e promoverá mais vigilância na fronteira”.³¹⁷

Pelo contexto descrito no parágrafo anterior, podemos perceber claramente que, ainda no terceiro mês de seu mandato, Marcello Alencar já enfrentava problemas semelhantes ao de seu antecessor. Mas, na medida em que sua principal plataforma política foi a manutenção do Exército nas ruas (mais especificamente em morros e favelas) para combate à criminalidade e que esse processo ia arrefecendo, maior era a pressão para que alguma ação fosse tomada. Diante disso parecia restar somente a seguinte alternativa: “Marcello parte para o ataque ao crime com 20 mil homens”. No subtítulo: “Marcello Alencar acertou em Brasília a nova operação de combate ao tráfico. O ataque ao banditismo reunirá 20 mil homens”.³¹⁸ O *JB* ia além ao noticiar que tratava-se de “Um padrão de primeiro mundo”:³¹⁹ “O anúncio do governador Marcello Alencar de que pretende colocar 20 mil nas ruas enquadrará a cidade nos padrões de segurança adotados em países do primeiro mundo, onde existe um policial para cada grupo de 300 habitantes”. Entretanto, o cenário poderia ser ainda mais repressivo caso o governador não conseguisse conter a onda de violência. Caso seu projeto malograsse, o “Estado de Defesa”³²⁰ era ventilado como uma possibilidade concreta: pela informação, Marcello estaria pensando em decretar o Estado de Defesa em função das mortes do empresário Marcelo Maurício; do atentado contra o helicóptero do governo, em Niterói, que resultou na morte de um tenente da PM, e a execução de dois policiais federais em São Gonçalo. Seu filho, o deputado estadual Marco Antônio Alencar, já anteciparia esse debate na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

³¹⁶ *O Dia*, 19/03/1995, p. 20. Já na primeira página do jornal havia a manchete: “Violência pode derrubar chefe de polícia de Marcello”.

³¹⁷ *Idem, Ibidem*, primeira página.

³¹⁸ *Idem*, 29/03/1995, primeira página.

³¹⁹ *JB, Idem*, p. 18.

³²⁰ *Idem, Ibidem*.

Com a nova prorrogação do convênio, “Exército volta a ocupar as ruas”.³²¹ A partir de então, o que podemos perceber é o recrudescimento do autoritarismo e da repressão dentro do regime democrático. Nesse sentido, entre operações oficiais e clandestinas, como “Mil rambos contra o crime”³²² e “A morte na saída do baile – operação pode ter sido clandestina”³²³, respectivamente, “Cardeal inicia cruzada contra a violência – Missa vai lembrar 132 mortos [enterrados como indigentes] no Rio em apenas um mês [tempo da Operação Rio II]”³²⁴. Com esse movimento, em especial com relação à notícia apresentada pelo título da nota 323, percebemos a volta da prática dos grupos de extermínio, principalmente em função das mortes terem sido produzidas por incursões não autorizadas ou registradas oficialmente. Na verdade, com a informação trazida sob o título “Memórias do medo”, o *Jornal do Brasil* relembra os problemas dos moradores de Santa Teresa reféns dos tiroteios entre policiais e traficantes, a partir de depoimentos como o de um morador [de um condomínio] “que comparou o bairro à Sarajevo, na Bósnia, ou Grozny, na Chechenia, tentando evidenciar que o Rio vive uma guerra civil”.³²⁵ Tal narrativa acaba por evidenciar a importância do Exército nessa “guerra”.

Diante da construção narrativa desse estado de guerra, a nomeação do general Nilton Cerqueira para a Secretaria de Segurança Pública materializava as fantasias escondidas nos desejos mais recônditos de um controle social total. Com os títulos “Marcello: ‘Cerqueira é um homem de combate’”³²⁶ e “Cerqueira confirmado: vem chumbo grosso por aí”³²⁷, *O Dia* saudava a chegada do “ex-comandante do Destacamento de Operações de Inteligência-Comando de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) de Salvador, responsável pela captura e acusado pela morte do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. Apesar das críticas que uma associação como a que se desenhava entre Marcello Alencar e Nilton Cerqueira pudesse gerar, o governador, “um ex-advogado de presos políticos, afirma que não há registros de atos de Cerqueira contra os direitos humanos”.³²⁸ As declarações do principal mandatário estadual

321 *O Dia*, 08/04/1995, primeira página.

322 *Idem, Ibidem*, p. 09 (Polícia).

323 *Idem, Ibidem*, p. 10 (Polícia).

324 *JB*, 18/04/1995, p. 18 (Cidade).

325 *Idem*, 08/05/1995, p. 15 (Cidade).

326 *O Dia*, 18/05/1995, primeira página.

327 *Idem, Ibidem*, p. 10 (Polícia).

328 “Marcello não aceita patrulhamento ideológico”. *JB*, 18/05/1995, p. 24 (Cidade).

produzem efeitos concretos, sobretudo em função do “otimismo do carioca quanto ao combate à criminalidade”.³²⁹

A chegada do general Cerqueira à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro representou a atualização dos momentos de maior repressão na história brasileira contra as classes populares: a chamada República Velha e a Ditadura Militar. No contexto do ano de 1995, práticas como a deportação despertavam no imaginário social, mostrando não ser tão grande a distância entre 1905 e 1995,³³⁰ sobretudo quando aparece nas páginas dos jornais como é o caso do título “General quer mandar [deportar] presos para o interior”.³³¹ Trata-se de uma prática inscrita no processo de formação da sociedade burguesa no Brasil, onde busca-se suprimir da cena pública, de preferência expulsando (ou mesmo exterminando), as classes indesejadas. Por isso, não deveria ser de espantar o fato de os aparelhos repressivos do Estado estarem apontados para as classes populares. A evidência aparece quando o “Chefe da Polícia Civil, delegado Hélio Luz, abre o jogo: ‘A Polícia só consegue tratar da faixa que ganha até R\$ 1.000. Não consegue mexer com o cara lá no 18º andar da Rio Branco, que lava o dinheiro do bicho ou do tráfico’”.³³²

Do ponto de vista da nossa investigação, o que (infelizmente) importa é a identificação do legado de repressão e autoritarismo deixado pelo debate (ou seria a ausência dele) em torno de duas propostas muito claras para a questão da segurança pública. Esse quadro ganha um colorido diferente à medida que os próprios jornais apontam para o fato de leitores, ouvintes ou telespectadores formarem seus juízos a partir de informações externas, função protagonizada pelos meios de informação ao tratar de “histórias da atualidade” (Koselleck) ou da “historicização ultra-rápida” (Lacan). Assim, quando lemos notícias como “Promoções e prêmios aos policiais militares aumentaram em mais de 90% os casos de apreensão de armas, drogas e prisões nos últimos meses”,³³³ fica a certeza de que o caminho construído não era a partir de ações que impedissem, por exemplo, que entrassem armas e drogas no Rio de Janeiro, mas a potencialização da repressão como indica a notícia que aparece sob o título

³²⁹ “Maioria confia no governador”. *Idem*, 28/05/1995, p. 23 (Cidade).

³³⁰ Florianópolis (Terra de Florian) assiste até hoje o embate em torno do nome da cidade. Parte da população insiste em manter o nome original Desterro para lembrar que Floriano Peixoto usava aquela região para deportação de presos e inimigos, enquanto outro segmento insiste em Florianópolis, nome que homenageia aquele presidente da República. Para o visitante, a identificação de Desterro para a cidade produz algumas pequenas confusões à medida que há a necessidade de se conhecer um pouco da história da capital catarinense.

³³¹ *O Dia*, 27/06/1995, p. 09 (Polícia).

³³² *Idem*, 27/07/1995, primeira página.

³³³ *Idem*, 06/08/1995, p. 31 (Polícia)

“Governador diz que Rio não será Medellín”:³³⁴ O governador Marcello Alencar admitiu ontem que o tráfico de drogas no Rio poderia ter atingido um nível de organização semelhante ao poderoso Cartel de Medellín se o governo do Estado não tivesse iniciado ações repressivas enérgicas”.

3.3 – A proposta vencedora: visão transitoriamente triunfante

Nossa opção em trabalhar com a perspectiva da via autoritário-repressiva ter se consubstanciado numa visão triunfante, isto é, na proposta vencedora para o estabelecimento da ordem pública, deve-se em preponderantemente à forma como os meios de comunicação de massa se posicionaram na difusão de notícias e reportagens acerca do tema da criminalidade. Cremos que o debate (ou sua ausência) iluminado no item anterior serve como evidência do modelo que se busca referendar. Não obstante a cobertura da imprensa, o amálgama produzido entre idéias muito particulares e projeto político serviu de suporte para a *resposta enérgica* dada pelo Estado e seu espraiamento no imaginário social. Um dos efeitos práticos desse processo é o legado deixado com a noção de que a utilização das *Forças* (Armadas ou Nacional de Segurança) é a única (e melhor) alternativa para lidar com o conflito urbano. Entretanto, exatamente por aceitarmos a premissa de que a história não chegou ao fim e, mais do que isso, que a luta de classes continua a mover a sociedade, preferimos conceber tal vitória do conservadorismo como uma visão *transitoriamente* triunfante.

Para que possamos apontar a presença da proposta vitoriosa recorreremos uma vez mais às narrativas produzidas pelos jornais *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, sobretudo em função de, além do poder de difusão – tal como apontamos na introdução da tese –, seus dirigentes figurarem no grupo de pessoas responsáveis pela fundação do Viva Rio, assim como pelo compromisso assumido em torno da divulgação das propostas do *Movimento*. Evidentemente, as informações produzidas durante 2007 (ponto de chegada nas nossas investigações) não estariam imunes às transformações políticas, econômicas, sociais de nosso país ao longo de mais de uma década (1995-2007). Antes, porém, cumpre destacarmos mais um ponto que merece nossa atenção. A despeito da ausência de referências ao CEUEP no período entre agosto de 1994 e 1995, não deveria ser um dado marginal o fato de, após o fim

³³⁴ *JB*, 16/08/1995, p. 18 (cidade).

da terceira etapa do Acordo de Cooperação, ou seja, 31 de junho de 1995, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, publicasse um decreto *criando* o Centro de Ensino e Pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.³³⁵ Ainda que a expressão *criação* indique rotineiramente *invenção*, *geração*, *concepção*, optamos por compreendê-la no sentido de *dar nova forma* ou *novo uso* em função da determinação de Alencar para o que acervo patrimonial do CEUEP fosse absorvido. Mas, tratemos então dos meios.

Entre 1995 e 2007, como já salientamos no parágrafo anterior, *O Dia* (Walter Mattos Jr.), *Jornal do Brasil* (Kiko Brito) e *O Globo* (José Roberto Marinho) foram afetados por diversas transformações das mais variadas ordens, das quais algumas, em especial, cumprem nos tecer breves considerações. Separado de Gigi de Carvalho (filha de Ary de Carvalho, dono de *O Dia*), Walter Mattos Jr. deixa a redação do jornal em 1996 para logo depois se tornar um dos fundadores do *Lance*. Tal mudança no comando da empresa pode ser um indicativo, porém não o único, da modificação da linha editorial do jornal que, a partir daquele período, volta a dar ênfase ao tema da criminalidade como um reflexo das grandes cidades (na editoria *Geral* e não *Polícia*) e dentro da perspectiva do *fait-divers*, com uma sutil diferença: o contraditório está presente, como a constatação da prática do extermínio. No entanto, uma informação presente no periódico dentro do período que circunda o Pan Rio-2007, sob o título “Praia de luto”³³⁶, destacava:

O movimento Rio de Paz voltou às areias de Copacabana ontem para realizar a 14ª manifestação contra a violência no estado, dessa vez espalhando sacos plásticos pretos, lembrando as vítimas que muitas vezes têm os corpos cobertos. O protesto fez alusão aos 3.500 desde o início do ano até julho [Pan Rio-2007] (...) Segundo a organização, os registros parciais da polícia apontam mais de 2.100 desaparecimentos [deportações, execuções, incinerações?], 652 autos de resistência – morte em confronto com a polícia – e 32.770 lesões corporais.

Quanto ao *Jornal do Brasil*, o empresário Néelson Tanure, em 2001, compra o periódico e assume sua direção (passando-a mais tarde a Ricardo Boechat, que fora colunista em *O Globo*). Esse processo de transferência de propriedade, com Kiko Brito deixando o *JB*, poderia também ter influenciado a mudança de linha editorial. Em 2007, durante o período pesquisado encontramos apenas cinco matérias tratando do tema da militarização da segurança pública, porém sem o mesmo destaque (em quantidade e energia) demonstrado

³³⁵ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Decreto nº 21.576 de 12 de julho de 1995.

³³⁶ *O Dia*, 05/08/2007, p. 19 (Geral)

entre 1994-1995. Sob o título “Tropas da FNS não têm data para deixar o Estado”³³⁷, o jornal informava:

O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, declarou ontem que não vai “jogar sujeira para debaixo do tapete” e vai manter as tropas da Força Nacional depois dos Jogos Pan-Americanos. O Secretário foi além e garantiu que, caso o governo do Estado queira, os soldados da FNS atuarão no combate ao narcotráfico em favelas – conforme antecipou ontem o JB – mesmo com todos os olhos do mundo voltados ao Rio nas duas semanas dos Jogos. (...) O secretário Nacional de Segurança Pública, que cumpria agenda ontem no Rio, respondeu também que a sociedade carioca aprova a política de enfrentamento ao tráfico de drogas, conforme apresentado desde o início das operações policiais no complexo do Alemão, há cerca de dois meses. (...) Mas, se tirarmos os focos de violência nos morros, que são um problema histórico acumulado, a cidade está no padrão de qualquer outra metrópole no mundo, em relação a ocorrências policiais.

O depoimento do secretário Nacional de Segurança Pública é revelador por vários ângulos. Em primeiro lugar, porque indica que a *noção de que os morros são focos de violência* está inscrito no imaginário social, como aparece em sua avaliação. Isto é, ao tratar da violência do Rio, toda ação é concebida a partir da inscrição no registro do imaginário que o foco (ou seria a origem?) está nos morros. Em segundo lugar, afora esse *acúmulo histórico*, a cidade do Rio de Janeiro estava no *padrão de qualquer outra metrópole do mundo*. Nesse sentido, há duas distinções em relação a outras metrópoles cuja importância devemos também apontar aqui: a letalidade da polícia fluminense e o medo usado como mercadoria pelos meios e que interfere na construção das subjetividades, como já denunciara Vera Malaguti Batista (2003a). Por último, não mentia (ou dissimulava) Nilo Batista quando, em 1994, pedia auditoria nos *índices* divulgados pela imprensa por eles apontarem para uma realidade distorcida (nota 257), por eles não refletirem os dados registrados pelas *ocorrências policiais*. Entretanto, através de outra matéria, o jornal nos permite capturar a materialização do projeto elitista-conservador desenvolvido no Rio de Janeiro quando, assumindo não ser o estado fluminense o mais violento do país, explica que

O policial militar de elite que vem do Tocantins, do Acre ou de qualquer outro estado do Brasil não deve saber que a missão na qual está metido já consome dos cofres da União, em média, mais de R\$ 200 mil por dia. (...) O valor e o mesmo que um soldado da Polícia Militar do Rio só conseguiria juntar depois de 20 anos de trabalho. A uma semana do fim da principal missão da FNS este ano – a garantia da paz nos Jogos Pan-Americanos – a tropa já consumiu desde 1º de janeiro, R\$ 39,3 milhões. É quase a metade do que o Espírito Santo, estado mais violento que o Rio, de acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), gasta em policiamento em um ano

³³⁷ JB, 06/07/2007, p. 08 (Cidade)

*inteiro. (...) O pesquisador Antônio Flávio Testa, da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Segurança Pública, considera que a presença da FNS no Rio responde a uma demanda do governador Sérgio Cabral. Testa lembra que, desde o primeiro dia de governo, Cabral se esforçou por apoio federal na área da Segurança. Os valores investidos na Força por isso seriam explicáveis.*³³⁸

As duas últimas informações nos mostram que a *orientação* que influenciava a cobertura da imprensa nos anos 1990 sofreu algumas mudanças. No entanto, isso não deve nos conduzir à conclusão de que o *JB* sofrera profundas transformações – o que tenderia mesmo a comprometer o contrato de leitura estabelecido entre ele e seus leitores. Na verdade, o que se percebe de diferença substantiva entre um período e outro é a questão da possibilidade da presença de ruídos em suas narrativas (entre 1994 e 1995 essa possibilidade praticamente inexistia). O tom de alarme social não deixou de fazer parte das informações contidas nas páginas dos jornais, sendo o medo um dos principais elementos estruturadores dos enunciados. É o que anuncia o veículo, sob o título “Carioca teme que segurança diminua nas ruas”³³⁹, quando trata da possibilidade de a Força Nacional de Segurança deixar as ruas da cidade. Novamente, a preocupação com o espaço urbano da capital fluminense, e não do estado como um todo, aparece em função de

Os jogos Pan-Americanos chegarem ao fim e com eles o início do teste de fogo da segurança da cidade. Os cariocas estão preocupados com o término do reforço do policiamento e temem que furtos e pequenos roubos tomem conta das ruas da cidade – depois de um recesso de pouco mais de 15 dias de policiais em todas as esquinas. “A presença dos policiais inibe, de certa forma, quem quiser cometer algum crime. Para diminuir os índices de criminalidade precisamos fazer um trabalho a longo prazo”, disse Paulo França, cinegrafista, morador de Ipanema. (...) “Vai voltar tudo ao que era antes. Gostaria de saber para onde vai essa polícia do Pan quando acabarem os jogos. Eu notei que os problemas diminuíram bastante nas áreas protegidas”, disse Tatiana Sá, jornalista, moradora da Gávea. (...) “Até as ruas da Lapa se notava que o esquema de segurança funcionava”, elogiou o morador de Santa Teresa.

Uma vez mais, a ideologia aqui não esconde nada; muito pelo contrário, mostra tudo. Para que se diminuam os índices de criminalidade (e não a criminalidade propriamente dita) *basta um trabalho a longo prazo*. Seria o caso de se manter a estrutura belicista até que os índices (materializados nos movimentos das classes populares) desaparecessem por completo? Seria essa exatamente a preocupação manifesta do governador do Estado ao considerar de fundamental importância a permanência da FNS mesmo fora dos limites (de prazos, inclusive)

³³⁸ “Uma intervenção de R\$ 39 milhões”. *JB*, 21/07/2007, p. 17 (Caderno do Pan)

³³⁹ *JB*, 31/07/2007, p. 09 (Cidade).

de sua atuação? Note-se que não há preocupação do veículo em esconder que a presença de tropas federais no espaço urbano carioca mantém as áreas (Ipanema, Gávea e até a Lapa – Santa Teresa) protegidas. Nesse sentido, não é para todos os cariocas que a proteção deve existir, mas só para os “cidadãos de bem”, identificados facilmente através da geografia da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, na mesma edição, o Governo do Estado garantia à *população de bem* (material?) que as práticas produzidas durante os Jogos iriam continuar. Na notícia:

*Os dias de paz na cidade durante os jogos Pan-Americanos, tão festejados pelos cariocas, são o primeiro legado da **competição** [ideológica ou esportiva?] garantido pelas autoridades. O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, garantiu ontem que “o cidadão carioca pode ficar tranquilo que o clima de segurança do Pan-Americano irá continuar na cidade”. (...) A permanência da FNS no Rio é vista pelo governador Sérgio Cabral como fundamental para manter na cidade o nível de segurança alcançado durante o Pan. “Ficou provado durante os Jogos Pan-Americanos que o policiamento ostensivo é fundamental e, portanto, o apoio da Força Nacional será muito importante”, assegurou Cabral. Estamos discutindo ainda o contingente (da Força Nacional) que será necessário. **Quanto mais, melhor.** O carioca também comemora. Há 20 anos morador do Engenho de Dentro e hoje vizinho do Estádio João Havelange, o Engenhão, o gráfico aposentado Narbin Pereira, 62 anos, era só felicidade: “Espero que continue assim. Seria ótimo porque provamos [à força] que podemos viver em paz [com o uso de aparato militar?]. Eu estou até saindo com o meu Rolex”, brincou Nabin que já teve o carro roubado na porta de casa.³⁴⁰*

Dos três jornais pesquisados, *O Globo* é o único a não sofrer transformações no que diz respeito à direção da empresa. Ele continua pertencendo à família Marinho e, distintamente de seus concorrentes, mantém a mesma estratégia narrativa dos anos 1990, tendo como principal diferença o fato de não se posicionar de forma contrária ao governador do Estado do Rio, Sérgio Cabral. É bem verdade que, desde 2006 quando assume o governo fluminense, Cabral mantém a linha ideológica de, via repressão, proteger a *população* carioca contra a criminalidade. Depois do uso da Força Nacional de Segurança no combate ao crime, o executivo estadual tem sistematicamente levado os “Projetos de Pacificação” às comunidades carentes (leia-se morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro). Nesse sentido, não é de se estranhar que encontremos uma profusão de notícias em torno do eixo FNS-criminalidade-medo como indicam os títulos: “Estado quer manter 2 mil agentes da Força

³⁴⁰ “Autoridades garantem paz pós-Pan”. *JB*, 31/07/2007, p. 11 (Cidade), grifos nossos. O sentido produzido pela homofonia de pós-Pan permite nos interrogarmos se o pós-Pan (Jogos) não poderia ser confundido com pós-pan, isto é, depois das pancadas ou dos estampidos das armas (registrados em nosso imaginário).

Nacional”³⁴¹, “Rio terá 75% do aparato de segurança do Pan”³⁴², “Lula decide que Força Nacional continuará no Rio”³⁴³, “Ministro diz que permanência da Força depende de Sérgio Cabral”³⁴⁴, “Estado formaliza pedido para ter Força Nacional no Rio por um ano”³⁴⁵. A quantidade de informações elaboradas pelo veículo – são 18 matérias contra cinco do *JB* e uma de *O Dia*, no mesmo intervalo de tempo – deve ser encarada como um sintoma da manutenção da estratégia de reificação do imaginário social em torno da questão da repressão como resposta ao conflito urbano.

Antecipando as questões que seriam debatidas em torno da ação da Força Nacional de Segurança durante o Pan Rio-2007, no dia primeiro de julho daquele ano *O Globo* publicava uma entrevista com Sérgio Cabral onde atualizava-se o conjunto das questões que afligiam a burguesia carioca no início do século XX. Não podemos afirmar aqui se as mesmas partem do governador ou do repórter que fez a entrevista, mas a presença do inconsciente político é clara, especialmente pela abertura do texto: *Civilização ou Selvageria*.

É entre essas duas escolhas que o governador Sérgio Cabral acredita estar a sociedade fluminense neste momento. Ao completar seis meses de governo, ele diz que não muda sua decisão de devolver níveis civilizatórios a toda cidade, usando da força necessária para acabar com o que ele chama de “musculatura do tráfico”. Em entrevista por telefone ao Globo, ele afirmou que a decisão de apoiar as ações policiais [repressivas] não tem volta e que elas podem acontecer em qualquer lugar da cidade: “Todos têm que entender o custo disso (combate ao tráfico). Vale para o morador de Bonsucesso, São Conrado, Leblon ou qualquer lugar da cidade”³⁴⁶ O Globo: As armas encontradas com os traficantes no Complexo do Alemão caracterizam uma situação praticamente de guerra. O senhor acha que, se o Alemão fosse na fronteira do país, as Forças Armadas participariam da operação da semana passada? Cabral: Nosso lema é a música dos Titãs: “Só quero saber o que pode dar certo. Não temos tempo a perder”. Se o Ministério da Defesa está perdendo tempo com análises e mais análises [seria agir dentro de um estado de direitos?], se vem ou se não vem, nós vamos agindo. (...) O Globo: Por que demorou tanto uma operação planejada como a que foi feita quarta-feira? Cabral: Porque, infelizmente, ao longo das últimas décadas – talvez com um pequeno interregno na época do general Cerqueira e do Hélio Luz (secretário de Segurança e chefe de Polícia do governo Marcello Alencar) – houve um fortalecimento do crime organizado no

341 *O Globo*, 26/07/2007, p. 19 (Rio).

342 *Idem*, 31/07/2007, p. 16 (Rio).

343 *Idem*, 05/08/2007, p. 15 (Rio).

344 *Idem*, 10/08/2007, p. 17 (Rio).

345 *Idem*, *Ibidem*, p. 19 (Rio).

346 No dia 24/10/2007, foi noticiado em toda imprensa declaração dada pelo secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, afirmando que “um tiro em Copacabana é diferente de um disparo em áreas como a Favela da Coréia.” Considerado por alguns como uma gafe do secretário, julgamos que tratou-se de um ato-falho na medida em que suas palavras deixavam escapar toda a construção imaginária a cerca do antagonismo social brasileiro, mais especificamente o carioca.

*Rio. O crime ganhou musculatura, maior presença das comunidades.*³⁴⁷

Essa passagem é lapidar. Ela enseja grande parte das reflexões que desenvolvemos. Além do tema civilização (frente à selvageria) remontar aos debates do início do século XX em torno da Regeneração de Pereira Passos, atualizando semanticamente ambos os significantes, está clara a necessidade de que os limites entre os dois universos semânticos sejam mantidos. O conjunto da construção narrativa nos dá uma aula sobre o processo conservador sobre o qual o Brasil (e o Rio de Janeiro em particular) se estruturou. Em primeiro lugar, ainda que pelo uso da força, o governador promete recolocar o estado (ou seria a cidade?) nos trilhos do processo de civilização. Ora, mais não é exatamente com a ampliação do debate e sem o uso da força que se constrói democraticamente uma sociedade? Parece que a questão da democracia é o que menos importa no nosso processo civilizatório (na via prussiana de desenvolvimento). Do *inconsciente político* do governador, emerge a velha máxima *maquiavélica* de que *os fins justificam os meios* através do chiste: “Só quero saber o que pode dar certo. Não temos tempo a perder”, para dar conta de um complexo de afetos que se misturam na celebração de um modelo autoritário-repressivo (quase absolutista) que, “infelizmente ao longo das últimas décadas foi interrompido”.

A alusão à política de respeito aos direitos humanos dos governos Brizola é clara, mormente em função da conexão, via exaltação, com o “interregno da época do general Cerqueira (secretário de Segurança Pública do governo Marcello Alencar)”. A presença do nome de Hélio Luz nas lembranças de Sérgio Cabral pode aparecer exatamente em função daquela construção em torno da idéia de que a presença de ambos naquele governo representava o fim da história, o fim da luta de classes, anunciado por Rubem César Fernandes, diretor-executivo do Viva Rio. Mas não devemos nos enganar. O antagonismo social está longe do fim e quem nos anuncia isso é o próprio mandatário estadual ao afirmar que o “crime ganhou musculatura, maior presença nas comunidades”. É por isso que faz todo o sentido para o político criar as Unidades de Policiamento Pacificadoras (UPPs) como alternativa mais viável para o problema da criminalidade. À medida que o conjunto das narrativas trazidas na nota 347 é produzido a partir de uma entrevista, celebra-se, concomitantemente, o mito da objetividade, da imparcialidade, da neutralidade jornalística.

O que mais nos chama a atenção nos anos que se seguiram aos debates travados no intervalo 1994-1995 é a ausência de alternativas à hegemonia do modelo belicista posto em

³⁴⁷ “Estresse para todos”. *O Globo*, 01/07/2007, p. 17 (Rio).

marcha desde o governo Marcello Alencar. Note-se que, mesmo considerando as mudanças do executivo estadual desde então, a presença das Forças Armadas (ou da Força Nacional de Segurança - mudança que talvez reflita uma estratégia do Governo Federal para desvincular sua imagem da noção de repressão militar) – é assumida como *a forma* de combate ao crime em tempos de crise. Na verdade, podemos perceber que, em 2007, já não há a necessidade de representantes da sociedade civil para trazer suas demandas para o espaço midiático. Em nossa avaliação, é correto pensarmos que o espaço midiático e o público se amalgamaram, materializando o *espaço publidiático*. Entretanto, a presença do medo continua a ser um elemento estruturador e direcionador do universo produzido pelas narrativas dos meios, especialmente quando

*O clima de harmonia entre o morro e o asfalto foi interrompido no Leme desde o fim do mês de maio, quando facções rivais iniciaram uma guerra nos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira. (...) Instalou-se no bairro um clima de medo, que antes não existia. (...) “Foi uma coisa atípica que aconteceu aqui no Leme e acabou instaurando a síndrome do medo no bairro” afirma o presidente da Associação de Moradores do Leme, Francisco Nunes. (...) O comandante do 19º BPM (Copacabana), tenente-coronel Ricardo Pacheco, tenta acalmar a população: “A situação está normal. Estamos entrando nas comunidades diariamente. O que ocorreu foi um problema pontual”. Mas, dificilmente o trauma será esquecido. (...) Havia uma convivência tranqüila e, agora, uma situação fora de controle. (...) Com isso até a colaboração entre o asfalto e o morro fica prejudicada.*³⁴⁸

Nesse exemplo, estamos diante daquele cinismo de que fala Slavoj Žižek. Tal narrativa se afigura como uma construção cínica exatamente no instante que mente sob o disfarce de verdade: “harmonia entre morros e asfalto”; “clima de medo, que antes não existia”. Ideologia aqui aparece estruturando a própria realidade social, deixando “intacto o nível fundamental da fantasia ideológica, com todo seu desprendimento irônico, através da razão cínica” (1996b, p. 314). À medida que não existe mais a necessidade de esconder alternativas concretas e viáveis para a questão da ordem pública, à medida que nos percebemos diante de uma espécie de discurso único, à medida que o espaço publidiático se converte na (única?) esfera de debates públicos em torno das demandas sociais, o sentido produzido é o de que realmente a única alternativa para a “questão social” é a sua policização, sua militarização. Sob o título “Reforço do policiamento leva tranqüilidade à Tijuca”³⁴⁹, *O Globo* reforça essas noções, e qualquer semelhança com os *choques de ordem* da Prefeitura do Rio (a partir de 2009) não devem ser encarados como mera coincidência:

³⁴⁸ “Sob o medo de novos confrontos”. *O Globo*, 11/07/2007, p. 13 (Rio), grifos nossos

³⁴⁹ *O Globo*, 16/07/2007, p. 14 (Rio).

O primeiro fim de semana dos Jogos Pan-Americanos trouxe tranqüilidade para os moradores da Tijuca. Na ciclovia no em torno do Maracanã, onde muitas pessoas fazem exercícios aos domingos, homens da Força Nacional e da Polícia Militar estavam de prontidão desde sexta-feira, quando o evento foi aberto oficialmente. A PM tinha policiamento motorizado, a cavalo e a pé, com apoio da Guarda Municipal e de fiscais de todo tipo, da prefeitura, que mantiveram afastados camelôs, flanelinhas e cambistas [o perigo? A criminalidade?]. (...) No sábado à noite (...) pais, crianças e casais elogiaram o esquema de segurança montado pela organização dos Jogos. (...) A presidente da Associação Comercial da Tijuca, Maria do Céu Ferreira, disse que o esquema montado para o Pan diminuiu o clima de insegurança no bairro. Para ela, que também é presidente da Câmara Comunitária de Segurança (...) “o plano de segurança está aprovado”.

Repressão. Militarização. Forças Armadas. Força Nacional de Segurança. Esses são alguns dos significantes que foram sendo inscritos no imaginário brasileiro no que tange o antagonismo social. Quando chamamos a atenção para a cristalização de uma ideologia nas páginas dos jornais cariocas – uns com mais, outros com menos ênfase – consubstanciada na celebração em torno do autoritarismo e da repressão como respostas validadas através de um consenso social – produzido no espaço *publidiático* e espreado para o conjunto da sociedade – julgamos que estamos diante da materialização das fantasias burguesas de ordem. Exatamente por concebermos que os veículos de informação são agentes centrais nesse processo tão relevante é que informações como as que são trazidas, sob o título “Cidade dos sonhos”³⁵⁰ revelam todo seu vigor na produção material da cultura:

*Para a cidade que ainda guarda na memória a morte trágica de João Hélio Fernandes, de 6 anos, arrastado por sete quilômetros, desde Oswaldo Cruz até Cascadura, na Zona Norte, durante um roubo de carro em fevereiro passado, o reforço do policiamento para o Pan trouxe mais que a desejada **sensação** de segurança. Levantamento feito pelo Globo nas delegacias legais revela que, nos primeiros cinco dias das competições, o índice de todos os roubos caiu cerca de 35% na capital, em relação ao mesmo período do ano passado. (...) Na opinião do secretário de Segurança Pública, delegado José Mariano Beltrame, de autoridades policiais, de especialistas e até de moradores, o Pan veio confirmar o que até as crianças daqui parecem saber: o maior fomentador da violência na cidade é mesmo a falta de efetivo policial nas ruas [ou seria nos morros e nas favelas?]. **A volta da cadeira nas calçadas.** A visível melhoria da sensação de segurança mudou a rotina do carioca. Até mesmo na 3ª Área Integrada de Segurança Pública (Aisp), que engloba bairros como Méier, engenho Novo, Inhaúma. Na região, que registrou o segundo maior índice de roubos de veículos no estado em julho do ano passado, com 257 ocorrências, já se pode ver cadeiras nas calçadas, **uma imagem típica do subúrbio de antigamente.** “Hoje, eu não tenho medo de me sentar à porta de casa para dar*

³⁵⁰ *O Globo*, 25/07/2007, p. 18 (Rio), o texto sublinhado é um intertítulo. Há ainda a presença de foto com a seguinte legenda: “Cidade dos sonhos: Babás passeiam na Atlântica bem policiada para o Pan. Índice de assaltos no Rio caiu 35%”.

comida ao meu cachorro. A polícia está ali na esquina”, comemorou a viúva Dora Brasil, que chegou ao bairro há 40 anos e acompanhou a degradação da região e o aumento da violência. (...) Ao comentar a redução dos índices, o presidente do Conselho de Comércio Varejista, Daniel Plá, afirmou que, para o Pan, até a lei muda: “Há lei para tirar a população de rua durante o Pan, mas não há para retirar essa mesma população durante o resto do ano”.

A “Cidade dos sonhos” celebrada nas construções narrativas midiáticas enseja uma atualização centenária do projeto burguês brasileiro no que diz respeito às tentativas de suprimir da cena urbana as classes indesejadas. Evidentemente, nesse processo conflituoso de construção da ordem burguesa podemos identificar a presença da imprensa na publicização de idéias vinculadas a interesses específicos. Então, o que mudou? Precisamente o papel dos meios de informações na conformação social. De agência, gradativamente os veículos vêm se consolidando como o principal agente político da contemporaneidade, especialmente porque sua ação fica obliterada por um suposto lugar de objetividade. Mas, não podemos perder de vista que, por trás da difusão esconde-se uma importante estratégia de diálogo com o imaginário social – buscando nele boa parte das referências inscritas nas notícias e devolvendo-as a ele supostamente sem tensão, bem explicado, numa expressão: com a *marca da fábrica*. Na verdade, é a presença da *marca da fábrica* que nos permite apontar que, antes de simplesmente serem verdades quase que incontestáveis – mormente pelos rituais de elaboração de notícias e reportagens – as narrativas jornalísticas representam a materialização na cultura da tentativa de fossilização dos sentidos. Ora, mas é na exata medida em que há a necessidade de cotidianamente reificar a posição em torno da perspectiva de controlar os estratos mais baixos da sociedade que o antagonismo se mostra com todo vigor, alertando-nos de que a luta de classes ainda é o motor dessa história.

Conclusão

Ao inserirmos a comunicação num *projeto intelectual*, concebendo-a como um *campo acadêmico*, aceitamos o desafio proposto por Jesús Martin-Barbero e, esperando tê-lo levado a bom termo, nos propusemos a desenhar com este trabalho as linhas de um mapa *diuturno* – isto é, contemplando a realidade e a opacidade do social simultaneamente – organizado em duas coordenadas: uma diacrônica, levando em conta o conjunto dos fenômenos culturais que se precipitaram ao longo do século XX (contemplando a última década do século XIX e esta primeira do XX), e uma sincrônica, listando elementos cuja homologia – mais no tempo do que no espaço – aparece como característica constitutiva dos fenômenos sociais. Um dos principais pontos de partida de nossa investigação foi a concordância com o *cartógrafo mestiço* de que os termos da cartografia não deveriam ser propostos no estudo da *comunicação como processo de dominação* mas sim a *dominação como processo de comunicação*, com ênfase na interiorização da opressão que se manifesta na experiência *vivida* pelas sociedades latino-americanas.

Tal perspectiva nos colocou diante de um itinerário que contemplasse as narrativas jornalísticas não como simples responsáveis pelo processo de difusão da informação (Capítulo 1), mas, e principalmente, denunciando e apontando a ação política nelas contidas. Foi na captura daquilo que trabalha em favor dos mecanismos de dominação que chegamos às contribuições gramscianas sobre hegemonia como um processo vivenciado materialmente. Na verdade, a partir de Gramsci, pudemos perceber que gradualmente os meios de informação deixavam de ser aparelhos privados de hegemonia que operavam dentro da sociedade civil para se converterem na própria sociedade civil. Concomitantemente, a presença de Bakhtin nos permitiu afirmar que a comunicação passava a ser a arena onde ocorrem as lutas por significar, onde ocorre a própria luta de classes.

Com a proposta do *espaço publidiático*, note-se que, em nossa avaliação, produzimos um avanço com relação às reflexões até aqui explicitadas, mormente em função da entrada de outras perspectivas vindas de outras disciplinas, de outros saberes. Quando Martin-Barbero destaca que a televisão ocupa um lugar estratégico nas dinâmicas da cultura cotidiana das majorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de *construir imaginários e identidades*, estabelecendo a primazia da narrativa melodramática, com ênfase para a telenovela, julgamos que ele toca parte do problema. Não negamos a presença das matrizes melodramáticas na composição do discurso ficcional, mas é justamente por identificarmos tais

matrizes na constituição da narrativa jornalística que denunciámos que nelas se constrói um lugar de autoridade na estruturação do imaginário social, escamoteado pelo constructo mítico da objetividade.

Essa viragem nos conduziu à percepção de que o imaginário social é uma instância sobre a qual se busca adquirir o controle (Capítulo 2). Evidentemente trata-se da passagem mais tensa do trabalho, especialmente em função da necessidade de ressaltarmos os liames entre o universo narrativo de quem produz a informação e de quem as consome. No entanto, a possibilidade de um certo direcionamento da recepção por intermédio dos protocolos de leitura pareceu-nos uma bom leme, especialmente em função de uma noção compartilhada tanto por Jameson quanto pelo próprio Martin-Barbero, qual seja: o inconsciente político do autor. Longe de indicar que se tratava de reservatórios míticos inconscientes, tal instância apontava para a presença de elementos não percebidos pelo autor (romance, Jameson; novela, Barbero) na elaboração dos seus textos; da presença de um dizer tecido inclusive de silêncios, tecido pela sua experiência.

Tal aceção nos conduziu à compreensão da força da imaginação social nos processos comunicacionais, mormente em função de os meios de informação, num processo tenso, contraditório, ambíguo, ambivalente, se consubstanciarem materialmente como *senhores da memória e do esquecimento*, como os principais fomentadores da memória em torno do projeto de sociedade que deve ser levado a termo, borrando as fronteiras entre racional e irracional, realidade e fantasia, contenção e excesso, verdade e ilusão. Nessa nova trama, em que se alteram a relação *entre os processos simbólicos e as formas de produção e distribuição*, o que se altera é o próprio imaginário social. Esse também é um ponto significativo da pesquisa. À medida que a imaginação social é produzida, orientada, delimitada, conformada, estabelecem-se os limites para o regramento das referências, inclusive simbólicas, que servem de ponto de partida para a produção da cultura. Mas, como procuramos demonstrar ao longo do trabalho, não se trata de um total condicionamento, especialmente em função da ambivalência, da ambigüidade, da contradição constitutiva do *real*.

Em larguíssima medida, nossa realização aqui se insere no campo dos estudos culturais de comunicação exatamente na medida em que, ao concebermos a centralidade dos meios na cena contemporânea, partimos desse pressuposto para apontarmos as conexões entre a produção material da cultura e a construção das identidades. Esse, inclusive, é o sentido de apontarmos que a luta ideológica é travada na cultura (Capítulo 3). Ou seja, é em torno da

fixação dos sentidos sociais para significantes que estão em disputa que a luta de classes se revela com toda intensidade. Na revisão das principais contribuições produzidas a partir do materialismo histórico, duas referências são centrais: Stuart Hall e Slavoj Žižek. No primeiro encontramos as linhas para a construção do paradigma assentado *no melhor do estruturalismo e do culturalismo*. No segundo, a partir das teses lacanianas, o *real do antagonismo*. Assim, novamente pudemos evidenciar as teias que conectam as esferas individual e a social.

Em última instância, nossa tese aponta para a centralidade da cultura e o atravessamento da dimensão ideológica no processo de construção hegemônica dos significados. Evidentemente, como o materialismo histórico foi nossa principal orientação teórico-metodológica, a necessidade de apontarmos as manifestações concretas do conjunto das reflexões desenvolvidas nos colocou diante do debate travado em torno da questão da segurança pública, atravessado pela presença – objetiva e subjetiva – do medo. Para tanto, optamos por trabalhar com dois grupos cujas proposições indicavam seus alinhamentos com perspectiva distintas para a ordem pública: uma dentro dos limites de um Estado democrático de direitos (CEUEP), e outra autoritário-repressivo (Viva Rio). À medida que os órgãos de imprensa suprimem de suas páginas – logo do simulacro do debate público, isto é do espaço *publidiático* – as propostas do primeiro enquanto às do segundo figuram como *representações legítimas da sociedade civil organizada*, produz-se a sensação de que não existem outras opções para a questão da segurança pública, subsumido no tema da criminalidade, que não seja a militarização, o que os meios de informação sussurram é que não há alternativas. Sob o véu de visão triunfante, se esconde o recalçamento da politização das demandas sociais.

Quando optamos por buscar compreender os processos históricos que atravessam a prática de abarcar a multiplicidade dos discursos (*esotéricos*) que subjaz no *exotérico* midiático, inserindo-o nas transformações (umas mais significativas, outras nem tanto) sociais pelas quais a sociedade passa, nosso objetivo é mostrar que esses sussurros escondem aquilo que Homi Bhabha classificou *de agência social como clausura arbitrária*. Na verdade, o que pudemos perceber é que, longe da propalação de que a luta de classes não existe mais, de que a história chegou ao fim, a própria defesa da necessidade de intervenção militar em tempos de *crise* é o sintoma de que o antagonismo social está mais vivo do que nunca; que, apesar de nem todas as falas terem o mesmo peso e espaço nas narrativas jornalísticas, a militarização da segurança pública é em si mesmo o indício da presença de vozes dissonantes.

Uma das provas materiais desse processo é a série de desrespeitos à Constituição Federal produzida pela ação de governantes e de militares por conta das duas operações, entre

1994 e 1995. Se havia clareza quanto à necessidade de se combater o crime – isso é uma tônica em toda a literatura pesquisada sobre o tema – o antagonismo da ação política se revela na forma como liberais e conservadores enxergam a noção de crime e de criminoso. Um claro exemplo disso pode ser percebido quando um grupo defende que casebres em favelas também representam “o templo inviolável da pessoa humana” e por isso precisam ser respeitados, enquanto outros defendem que primeiro o “policial deve atirar para depois identificar o indivíduo”. Essa dupla orientação fez com que o Acordo de Cooperação entre as Forças Armadas e as Polícias fluminenses demorasse alguns meses para ser assinado. No entanto, não foram poucas às vezes em que os mandatários estaduais do Rio de Janeiro naquela ocasião (Nilo Batista é o caso mais exemplar) fossem chamados de omissos, coniventes, hesitante, pelos órgãos de imprensa, num tipo de campanha que pode ser encontrada nos impressos desde o século XIX.

Mais do que se tratar de conflito urbano, inerente a qualquer grande metrópole, tal tensão passou a ser nomeada como guerra. Isso também pôs em evidência que a luta de classes longe de ter findado passou a outro estágio, com matiz diferente. Nesse sentido, trata-se de um discurso que evoca o leitor a tomar parte nessa “guerra” travada cotidianamente entre os “mocinhos” e os “bandidos”, entre o bem e o mal, como numa cruzada santa. A expressão *guerra*, assim como *operações*, atualiza o imaginário em torno da DSN – assim como o faz *limpeza* com relação à “Regeneração” – e se revelam como sintomas do antagonismo social que se estabelece a partir da instauração da ordem burguesa, atualizando campanhas de lei e ordem imersas na atuação do Exército no espaço urbano carioca. A idéia de guerra, de tática de guerra, de guerra entre militares e o crime, estabelecem no campo discursivo uma conexão entre a RIO-92 e as operações RIO I e II, contribuindo para a conformação de um imaginário social que reificam as posições de classe dos atores envolvidos.

Quando, em 1994, iniciam-se os debates em torno da necessidade de uma ocupação militar no Rio de Janeiro, a expectativa do executivo estadual era a elaboração de uma ação conjunta entre as Polícias fluminenses e as Forças Armadas para que estas cuidassem da segurança nas fronteiras do Estado do Rio de Janeiro. Mas, com a recuperação da credibilidade efetuada após a atuação em 1992, o Exército, a partir de uma articulação política entre os líderes do PSDB e o Governo Federal, voltou a ocupar as ruas cariocas com o objetivo de enfrentar os “criminosos”, recuperando certo consenso produzido em torno da idéia de que a ocupação realizada pelo Exército, durante a Reunião, provocara uma “queda

nos índices de criminalidade”. Nessa perspectiva, foi primordial o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no campo da produção de uma memória (mas, principalmente, de um olvido) entre os episódios que marcaram a intervenção militar no espaço urbano da cidade carioca na década de 1990, especialmente a partir da noção de que a cidade do Rio de Janeiro estava entregue à criminalidade.

Tal perspectiva é acompanhada também por um aumento e um controle da informação exercido pela imprensa sobre o tema da criminalidade. Evidentemente que esta prática não é suficiente para que a população “sinta” um aumento da criminalidade exatamente como é narrada – isso é um equívoco. No entanto, também não podemos negar que o aumento da circulação de informação sobre um determinado tema, seja ele qual for, não funcione como um importante influenciador da forma como apreendemos a vida em sociedade. Ao que nos parece, esse agendamento dos temas tratados pelos órgãos de imprensa (nesse caso, a criminalidade), ligado ao exercício do “poder moderador” também contribui para o aumento da sensação de insegurança que aparece com destaque. Associada à sensação de aumento da insegurança, outra construção recorrente por parte da imprensa era a de que vivíamos num estado fraco e corrupto, que não atendia os anseios da sociedade civil – materializada na ação do Viva Rio.

Um dos indícios desse processo é que, a partir do mês de abril de 1994 (posse de Nilo Batista como governador), proliferam notícias sobre a corrupção envolvendo as Polícias Civil e Militar, o Executivo estadual e o ex-governador (Leonel Brizola) – que apareciam vinculados ao “escândalo do jogo do bicho”. Paralelamente, ganhavam mais espaço na imprensa os “debates” em relação à necessidade de uma operação militar (RIO I) – que acabou por realizar-se a partir do Convênio assinado entre os governos Estadual e Federal. A partir de 31 de outubro de 1994, houve a presença ostensiva das Forças Armadas nas favelas e bairros populares fluminenses, locais percebidos como perigosos e *degenerados*³⁵¹. Mas a ênfase no autoritarismo/repressão produzidos pela ditadura militar e na atuação das Forças Armadas negligenciou a luta ideológica travada há quase um século. Um dos efeitos práticos desse processo é a assunção de que, fora a intervenção militar durante as *operações*, não tínhamos conflitos sociais.

³⁵¹ Para reabilitar locais percebidos como perigosos e degenerados, só (re)iniciando um processo de regeneração. Não nos parecem fortuitas algumas aproximações que percebemos no plano da imaginação, sobretudo quando pensamos nas conexões entre o proto-liberalismo do final do século XIX e o neoliberalismo do final do século XX.

Evidentemente que nossa abordagem pode ser questionada. No entanto, pela forma como as informações apareciam na imprensa, nos parece uma possibilidade bastante pertinente a de que com ou sem a assinatura do Convênio haveria intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro. Assim, boa parte do que a ação *moderadora* da imprensa produziu, através das construções narrativas sobre a hesitação do governo estadual em cancelar o Acordo, funcionou com uma estratégia de construção de um sentido mais ou menos compartilhado pela população carioca. Após sua posse como governador, Marcello Alencar prorrogou o convênio assinado por seu antecessor até 03 de maio de 1995, institucionalizando aquilo que na prática já vinha sendo realizado – a participação do Exército no combate à apontada criminalidade da cidade do Rio de Janeiro. Com o suporte material dos meios, o que se forjou no imaginário da população carioca é que a Operação RIO I começou em 31 de outubro de 1994 e terminou em 03 de março de 1995, produzindo a noção de que se tratava do mesmo processo. Sobre a operação, pela forma como foi semanticamente narrada, ela inscreveu-se no imaginário social como uma mudança na orientação da condução da política de segurança, como traição do brizolismo. Ou seja, no fim, o governo que findava em 1994 recuperava a repressão contra as classes populares.³⁵²

É interessante destacarmos também que, após o término da Operação RIO II, institucionalizou-se a prática autoritária e repressiva no tratamento das questões de segurança pública, onde esta área passou novamente a ser comandada por um militar, o general Nilton Cerqueira. No entanto, tal política não produziu como efeito uma redução da criminalidade, tampouco da sensação de insegurança noticiada pelos meios de comunicação durante o II governo Brizola. Mas, a defesa da presença dos militares como alternativa à criminalidade tornou-se uma bela plataforma política. Em 1996, o candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, apoiado pelo então prefeito César Maia, defendeu a presença dos militares no espaço urbano carioca uma vez que a criminalidade era crescente e o Estado se mostrava ineficiente no combate ao crime. Disputas políticas a parte, o que nos pareceu evidente é que as ocupações militares e as discussões em torno delas menos interessavam por seus efeitos práticos e mais pelos simbólicos e imaginários. Outro ponto que fica evidente é que o conflito urbano permanecia “sem solução” com as intervenções federais. Dessa forma, longe de se buscar uma solução para a “questão social” antes interessava controlá-la, policizando-a.

³⁵² Esse equívoco pode ser mais ou menos mapeado durante a campanha para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2004. Mesmo resgatando e defendendo as propostas democráticas e de respeito aos direitos humanos colocadas em prática nas décadas de 1980 e 1990, isso não foi suficiente para que Nilo Batista chegasse a figurar entre os candidatos mais votados na eleição daquele ano, evidenciando, via narrativas jornalísticas, o fim da era Brizola.

Em 1998, uma nova disputa ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Reeditando a disputa da eleição anterior PDT (com Anthony Garotinho) e PSDB (Com Luiz Paulo Correa da Rocha, apoiado por Alencar) se enfrentam. É um pouco difícil mapear se o governo Marcello Alencar foi considerado ineficiente diante da questão da segurança pública ou se Garotinho atualizava as bandeiras de Brizola com o PDT, até mesmo porque nessa pesquisa não nos detivemos sobre esse aspecto. No entanto, a promessa de redução da criminalidade foi a principal bandeira de campanha dos candidatos que disputavam o pleito. Ao que tudo indica a vitória de Garotinho não representou o retorno de uma das principais bases ideológicas do PDT, a do respeito aos Direitos Humanos. Isso, inclusive, representou o rompimento entre Brizola e o governador eleito naquele ano, que pouco depois se transferiu para o PSB. Em meio ao Governo Garotinho, como já mencionamos, foi criado o Plano Nacional de Segurança Pública, cuja principal meta era produzir uma integração de ações que fomentassem um Sistema Nacional de Segurança Pública.

Como se “institucionalizou” a prática de defender a presença das Forças Armadas no Rio de Janeiro em épocas próximas às eleições, em 2002 os militares foram convocados para que as eleições fossem seguras. Mas, pela forma como a questão da segurança pública foi tratada pelo Governo Garotinho e por sua sucessora, a governadora eleita naquele ano (Rosinha Garotinho), nos parece que as lições anteriores foram aprendidas. Em resposta a uma suposta letargia do governo em lidar com a Segurança Pública, Rosinha Garotinho iniciou o primeiro ano de seu mandato com a orientação para que as Polícias fluminenses aumentassem a repressão. Como já mencionamos, só no primeiro quadrimestre mais de 20 pessoas já haviam sido assassinadas em operações das Polícias Civil e Militar. A partir de maio do mesmo ano, Anthony Garotinho é nomeado secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Antecipando-se a um possível clamor pela volta dos militares, o secretário contabilizava positivamente a morte de 100 pessoas.

Mas, como já havia sido consubstanciada no imaginário da população fluminense que a ação dos militares era a melhor alternativa à questão da segurança pública, sobretudo via imprensa, havia um clamor para que as Forças Armadas voltassem a atuar no Rio. Mais do que isso, o desejo era o de que os militares atuassem permanentemente no espaço urbano carioca. A referência era o “êxito” por eles obtido na “redução dos índices de criminalidade”, tanto em 1992 quanto em 1994-1995. De forma análoga a 1994, o Movimento Viva Rio propôs que as tropas federais viessem cuidar novamente da segurança pública fluminense. Mas, diferentemente do que acontecera em outras ocupações, Garotinho aceitou a proposta de

cooperação, condicionando que o controle das atividades permanecesse na Secretaria.³⁵³ Como tal proposta inviabilizava que a ocupação ocorresse sem a anuência da Secretaria de Segurança, ela não foi aceita e o processo esfriou. Note-se que, tanto em 1992 quanto em 1994, a ocupação foi à revelia e o Convênio não foi respeitado por parte dos militares.

O ano de 2006 também não escapou de uma operação militar. Organizada para recuperar armas que haviam sido roubadas do Estabelecimento Central de Transportes do Exército (ECT), o Exército novamente ocupou morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro. Após 12 dias, o armamento acabou sendo deixado num hotel da zona sul da cidade. O tempo gasto na “recuperação” das armas, associadas às narrativas produzidas pelos meios de comunicação, evidenciaram a competência dos militares para lidar com criminosos. Com a vitória de Sérgio Cabral, neste mesmo ano, para o Governo do Estado e na eminência da realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007, a proteção que o Estado brasileiro deveria oferecer começou a ser organizada. Desta vez, entraria em ação a Força Nacional de Segurança, que garantiria proteção às delegações. Novamente o foco da atenção da Força foram os morros e favelas cariocas.

Através que foi noticiado pelos veículos de comunicação, a referida *operação militar* foi um sucesso. Isso serviu de base para argumentos, como o do presidente da CBF, que o país estava preparado para a realização de uma Copa do Mundo. Tal como em 1992, ou no início do século XX, o Brasil estava preparado para trazer para cá parte da riqueza internacional, demonstrando ser um país eficiente e seguro. No entanto, diferentemente do que aconteceu entre 1992 e 2006, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, continua reiteradamente solicitando uma presença mais efetiva da Força Nacional de Segurança em solo fluminense. Mas, apesar da insistência, o Governo Federal tem ignorado tal pedido, como destacou o vice-governador Luiz Fernando *Pezão*. Não há como negar que existe uma mudança significativa entre as preocupações que orientavam a ação política em 1992 e em 2007.

O ano de 2008 deveria trazer um grave problema para as representações produzidas em torno da dinâmica das intervenções. Como uma espécie de conexão simbólica, no dia 14 de junho daquele ano, há exatos 16 anos desde o fim daquele projeto exitoso mencionado por

³⁵³ É ilustrativo que, em 2004, por ocasião do acirramento do conflito entre grupos rivais de traficantes na Favela da Rocinha, a postura do então secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, foi a de firmar com o Governo Federal um acordo de cooperação entre o Exército e as polícias fluminenses. Um dos cuidados tomados por Garotinho foi precisamente o de evitar que o Exército ocupasse locais não definidos pelo Governo do Estado. Naquela ocasião, uma das exigências do secretário foi a de que o Exército ficasse sob o seu comando para que o acordo fosse cumprido. Ou seja, o acordo previa que o Exército cuidaria do policiamento nas fronteiras do Estado para tentar evitar o contrabando de armas e a entrada de entorpecentes.

Cerqueira (a atuação militar durante a RIO-92 – de 03 a 14 de junho de 1992), onze militares reacenderam o debate em torno das ocupações (temporárias ou sistemáticas) em morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro. Como já citamos no corpo do trabalho, após prenderem e entregarem três jovens a traficantes do Morro da Mineira, “um oficial, três sargentos e sete soldados foram indiciados por triplo homicídio” (*O Globo*, 16/06/2008). Não bastasse o julgamento sumário e a execução comandada pelos *praças* (em plena vigência do Estado de Direitos), os corpos dos três moradores do Morro da Providência (cidade do Rio de Janeiro) foram encontrados no Aterro Sanitário (ou poderíamos chamar desterro) de Gramacho, em Duque de Caxias (Baixada Fluminense). Diferentemente do que se supunha, além de não por em questão a representação construída em torno das ações do Exército no que concerne à Segurança Pública, o episódio produzia apenas um ruído no imaginário criado em torno dos militares. Por quê?

À medida que cresce a centralidade dos meios e que estes fornecem como esteio para a construção das identidades sociais a produção material da cultura, a sensação é a de que o que não aparece (ou é suprimido) na agenda de debates deste simulacro de sociedade não existe. Mas, essa “verdade” se dissolve no exato instante em que, para referendar as posições dominantes, evidenciam-se os dominados e as idéias transitoriamente vencidas. Pensemos novamente no CEUEP. Suas idéias foram vencidas e o Centro dissolvido. E aquele conjunto de proposições, foi dissolvido com ele? Não. Recorramos a dois últimos exemplos. O primeiro diz respeito ao debate em torno da unificação das Polícias Civil e Militar como possibilidade de melhoria (especialização?) do aparelho policial no combate à violência. Ora, não representaria tal debate um eco de Curso de Investigação de Homicídios Dolosos promovido pelo Centro em 1993, que oferecia, por exemplo, a disciplina “Integração da PMERJ e Polícia Civil?

Recorramos ao outro exemplo. Ainda em 1993, fora elaborado pelo CEUEP o Breviário de Direito Ambiental, uma obra produzida a partir da contribuição trazida por um promotor, um biólogo e ecologista, um matemático e montanhista, além da participação da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e do Grupo de Ação Ecológica (GAE). Um dos consensos produzidos pela equipe propunha que o Meio Ambiente é um Patrimônio Cultural, estabelecendo que

Além da natureza, nosso patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico e artístico, conhecido por patrimônio cultural, precisa de proteção penal por retratar a memória e a identidade de nosso povo. Nos últimos anos, um grande número de paisagens ou prédios e obras tombadas foram modificadas, desfiguradas ou até destruídas,

*fazendo-nos perder um pouco de nossa história e de marcas da nossa identidade. As figuras penais referentes a esses bens raramente tem sido utilizadas, fruto de pouca importância que se dá ao assunto no Rio de Janeiro e em todo Brasil e do seu desconhecimento por parte de autoridades competentes. **Tal situação precisa ser alterada**, já que as sanções administrativas e civis não têm se mostrado eficazes na defesa deste patrimônio (p. 08).*

Quando ouvimos, assistimos ou lemos nos noticiários sobre aplicação de penas pecuniárias, sobre negativa de concessão de alvará, de embargo, de abertura de processo penal com relação à proteção do meio ambiente como patrimônio cultural, não estaríamos novamente diante desses ecos que nos chegam, mesmo distantes no tempo? Evidentemente, isso implica apontar que, a despeito da celebração de um projeto, de uma proposta vencedora, a dinâmica social continua em curso.

Por último, mas não menos significativa, a questão que envolve a presença do Viva Rio no desenvolvimento do nosso trabalho. Em 2007, tivemos a oportunidade de participar da IV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana, cujo mote era *Segurança internacional: Um diálogo Europa-América do Sul*. De todos os pontos que talvez merecessem destaque (porém não na presente tese) gostaríamos de nos concentrar em dois: *terrorismo e comércio ilícito de armas*. No caso do primeiro, nos chamou a atenção um movimento que, longe de ser apenas semântico, produz efeitos concretos e repressivos. Naquele evento, discutia-se a energia (força bélica) que deveria ser utilizada, em âmbito internacional, na contenção do avanço do *terrorismo*; no plano interno, a associação do terrorista ao narcotraficante e, por extensão, o aumento da repressão (militar inclusive) contra o “terrorismo nacional”. Não deveria ser de estranharmos que os “*nossos terroristas*” estejam localizados nos morros e favelas do Rio de Janeiro. Ora, mas o que o Viva Rio tem haver com isso?

Ao tratar do tema “O descaminho das armas: *comércio ilícito de armas* pequenas no Brasil”, o pesquisador Pablo Dreyfus – coordenador de Pesquisa do Projeto Controle de Armas do Viva Rio – fez uma exposição sobre a magnitude do problema: a quantidade de pessoas que morrem vitimadas por armas de fogo. Dos dados contidos na pesquisa, destaque é concedido ao fato de “em 1982, a taxa de homicídios com armas de fogo era de 7,2 por cem mil e, em 2002, essa taxa havia subido para 21,8 mil por cem mil” (2008, p. 152). Dreyfus continuava a trazer dados que realmente impressionavam como, por exemplo, entre 2002 e 2004 a taxa de apreensão de armas que entraram ilegalmente no estado ter sido reduzida de “78 mil para 13 mil”, respectivamente. Ou seja, apesar do aumento da repressão, a polícia recuperou menos armas. Na verdade, o que sem perceber seus dados nos mostravam é que,

com o fim dos dois governos que tinha entre as suas principais diretrizes a política de respeito aos direitos humanos, os índices de homicídios houveram aumentado e que, apesar de mais repressão, com o passar dos anos, menor recuperação de armas ilegais.

O que nos chamou a atenção em particular é que uma das principais referências no desenvolvimento de Dreyfus era a obra *Brasil: As armas e as vítimas*³⁵⁴, livro produzido sob a coordenação de Rubem César Fernandes, diretor-executivo do Viva Rio. Na verdade, quando o pesquisador apontava que (a) aumentou a entrada de armas ilegais, (b) em 1982 a taxa de homicídio era um terço menor que em 2002 e (c) tinha consciência de que, paralelamente ao aumento de homicídios no Rio (em 2002 era de 43,3 para cada cem mil), a apreensão dessas armas diminuiu, nos perguntamos: esses dados não eram de conhecimento do Viva Rio entre os anos de 1994-1995? Como não podemos fazer qualquer tipo de afirmação nesse sentido, gostaríamos de destacar mais um ponto no trabalho do autor. Usando suas palavras: “O Viva Rio, no Rio de Janeiro, numa coalizão de ONGs, igrejas e parlamentares que, **com a intensa cooperação dos meios de comunicação de massa** conseguiu que em dezembro de 2003 fosse aprovada uma nova e mais restritiva lei de controle de armas” (*Idem*, p. 162, grifos nossos). Assim, é por isso que afirmamos que o motor da história não parou, ele continua em movimento.

³⁵⁴ Editado por 7 Letras, ISER, 2005.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de (org.), RAMOS, Plínio de Abreu, FERREIRA, Marieta de Moraes, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AGRIMANI Sobrinho, Danilo. *Espreme que sai sangue. Um estudo do sensacionalismo da imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”. IN: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, n° 4, 2000, p. 23-57.
- ALMEIDA, Suely Souza de. “Violência urbana e constituição de sujeitos políticos”. IN: *PEREIRA, Carlos Alberto M. e outros (org.). Linguagens da Violência*. Rio e Janeiro: Rocco, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação” IN: *ZIZEK, Slavoj (Org.). Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2º edição.
- _____. *Montesquieu – a Política e a História*. São Paulo: Editora Presença, 1972.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Rio de Janeiro: APPH, CLIO, 2003.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Regina Glória Nunes. *Personalidade e Cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- APPADURAI, Arjun. *La modernidade desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Montevideu, Buenos Aires: Trilce, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.
- BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Ed. da UNB, 1993.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1983.

- BALTAR, Mariana. “Moral deslizando. Releituras da matriz melodramática em três movimentos”. Texto apresentado na XV COMPÓS. Bauru, 2006.
- BAPTISTA, Luís Antônio. *A Cidade dos Sábios*. Rio de Janeiro: Summus, 1999.
- BARATTA, Alessandro. “Defesa dos direitos humanos e política criminal”. *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 2, nº 3*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1997.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. “Memória: um passeio teórico”. *IN: Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói/Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2007.
- _____. *Paul Ricoeur, o reino da tríplice mimese ou a tessitura da intriga*. Niterói: UFF, 2007, *Mimeo*.
- _____. O filósofo do sentido e a comunicação. *IN: Conexão, v.5, nº 9*. Caxias do Sul: UCS, 2006.
- _____. *Bakhtin, o dialogismo e a circularidade da cultura*. Niterói: UFF, 2006, *Mimeo*.
- _____. *Marxismo e Comunicação: a questão da ideologia*. Niterói: UFF, 2006, *Mimeo*.
- _____. “Público: uma questão histórica”. *IN: Ciberlegenda*. Niterói: UFF, 2000.
- _____. *Imprensa, poder e público*. Niterói: tese de Doutorado em História, UFF, 1996.
- _____. *“Tragédias” apaixonam a cidade*. Niterói, UFF, *Mimeo*.
- BARBOSA, Marialva e ENNE, Ana Lucia S. “O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional”. Artigo apresentado na LUSOCOM/2006. Santiago de Compostela/Espanha, 2006.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- BATISTA, Nilo. “A executivização do sistema penal através da mídia”. *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 7, nº 12*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- _____. “Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”. *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 7, nº 12*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

- _____. “Política criminal com derramamento de sangue”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 3, n.ºs. 5 e 6.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.* Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Na periferia do medo.* II Encontro mundial dos Estados Gerais da Psicanálise. Rio de Janeiro, 2003
- _____. “Controle social no fim do milênio”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 5, n.ºs. 9 e 10.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- _____. “O obscuro objeto da criminologia”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 4, n.ºs. 7 e 8.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999.
- _____. “Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, n.º 2.* Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996.
- _____. “Política no Rio de Janeiro: a violência da mágica”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, n.º 1.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade; entrevista a Benedetto Vecchi.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. IN: *Obras Escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. “Paris, capital do século XIX”. IN: *KOTHE, Flávio (org.). Walter Benjamin. Sociologia.* São Paulo: Ática, 1985.

- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERLINCK, Manoel Tosta. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do império”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996 (Tradução de Alexandre Gaspar, Isabel Madureira Pinto, Linda Xavier e Maria Manuela Meneses; coord. João Ferreira de Almeida).
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BORGES, Vânia Coutinho Q. *A Depressão como Sintoma da Sociedade Pós-Moderna*. Niterói: Monografia em Psicologia, FAMATH, 2003.
- BORGES, Wilson Couto. “As lutas sociais e o papel da imprensa na construção de sentidos”. IN: MARTINS, Moisés de Lemos & PINTO, Manuel (Orgs.). *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008.
- _____. *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- _____. *A Criminalidade na cidade do Rio de Janeiro: as marcas do tempo*. Niterói: TCC em História do Brasil, UFF, 2004.
- _____. *O Discurso Jornalístico e a Reformulação de Espaços Públicos*. Niterói: Monografia em Comunicação, UNIVERSO, 2002.
- BORGES, Wilson C. e ENNE, Ana Lúcia S. “Sensacionalismo e modernidade: como uma relação intrinsecamente ambígua se transformou em estratégia de distinção cultural?”. IN: *Rumores - Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídia*. São Paulo, 2007.

- BORON, Atílio A. “Las ciencias sociales em la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico”. Conferência pronunciada no XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS). Porto Alegre, agosto de 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. "Gostos de classe e estilos de vida". IN: *ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia. De Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BRUNNER, José. “*Oedipus politicus*: o paradigma freudiano das relações sociais”. IN: *ROTH, Michael S. (org.). Freud; conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado. Tradução: Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. “A academia entre o local e o global”. IN: *MIRANDA, Wander Melo (org.). Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUBER, Martin. “Nova e antiga comunidade” (pp. 33-39) e “Palavras à época” (pp. 45-61). IN: *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CAMPBELL, Richard. *60 minutes and the news: a mythology for Middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991, Introd. p. xv-xxix; cap. I, p. 1-24. (Tradução para o português de M.T.G.F. de Albuquerque. Rev. técnica de A. de Albuquerque).
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, 4ª ed.
- CARDOSO, Eliana e FISHLOW, A. *Macroeconomia da dívida externa*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAREY, James W. *Communication as culture: essays on media and society*. London: Unwin Hyman, 1989. Tradução de M.T.G.F. de Albuquerque. Rev. Técnica de A. de Albuquerque.

- _____. “Why and how. The dark continent of American journalism”. IN: *MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael (eds.). Reading the News*. New York: Pantheon Books, 1987. Tradução de M.T.G.F. de Albuquerque. Rev. Técnica de A. de Albuquerque.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. IN: *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CASTELLS, M. “Introdução” e “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede”. IN: *O poder da Identidade. Vol. 2 de A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- CASTRO, Paulo Cesar. *A dimensão não verbal da enunciação jornalística: a reforma gráfica do jornal O Globo*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em Comunicação, UFRJ, 1996.
- CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil (1875-1950)*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. “A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 4, n.ºs. 7 e 8*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999.
- _____. “Políticas de segurança pública para um estado de direito democrático chamado Brasil”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, n.º 2*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996.
- _____. “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, n.º 1*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio. *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.
- _____. *Édipo e Excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

- _____. “Sobre a intolerância”. *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 7, nº 12.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- _____. *Ideologia do Favor & Ignorância Simbólica da Lei.* Rio de Janeiro: Vice-Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, Centro Unificado de Ensino e Pesquisa, 1993.
- _____. *Em busca do Oriente perdido.* Rio de Janeiro: Textos para discussão ano 1, nº 1, 1988.
- _____. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; (Coleção Retratos do Brasil; v.162).
- CERQUEIRA Filho, Gisálio & NEDER, Gizlene. *Idéias jurídicas e autoridade na família.* Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. “Iluminismo jurídico e circulação de idéias e livros”. *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 5, nºs. 9 e 10.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- _____. *Emoção e Política. (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI.* Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.
- _____. *Os filhos da lei.* RBCS, Vol. 16, nº 45.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano.* Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. “Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio”. *IN: (Org.) LARA, Silvia Hunold. Escravidão. Revista Brasileira de História – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.*
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- _____. *Práticas de leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* São Paulo: Cultrix, 1984.
- COELHO, Teixeira. *O Que é Indústria Cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: O mito das classes perigosas.* Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- _____. “Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades.” *IN: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 5, nºs. 9 e 10.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- COSTA, Cléria Botêlho. “Imaginário: objeto da história”. *IN: Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás, v. 27, nº 2, pp. 193-402, abr./jun., 2000.*

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- COSTA, Sylvio e BRENER, Jayme. “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. *IN: Comunicação e Política, vol IV, n° 02, nova série, maio-agosto*, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre o pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- D’ELIA Filho, Orlando Zaccane. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
- DORON, Roland & PAROT, Françoise (Org). *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Ática, 2000.
- DREYFUS, Pablo. “O descaminho das armas: comércio ilícito de armas no Brasil”. *IN: HOFMEISTER, Wilhelm. Conferência Internacional do Forte de Copacabana. (4: 2007: Rio de Janeiro, RJ). Segurança Internacional: um diálogo Europa – América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.
- DUARTE, Maurício da S. *Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2004.
- _____. *A cultura da guerra nos jornais cariocas*. São Paulo, XIII Encontro da COMPÓS, 2004.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus – o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. *Individualismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

- ENNE, Ana Lúcia S. "O Sensacionalismo como processo cultural". Artigo apresentado na COMPÓS/2007. Curitiba: 2007.
- _____. "À perplexidade, a complexidade: caminhos para pensar a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas". IN: *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 3, p. 11-29, 2006.
- _____. "O Defensor do indivíduo: Hermann Hesse e o processo de massificação nas primeiras décadas do século XX". IN: *Revista Alceu*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 94-115, 2005.
- _____. *O caso "Mão Branca" e o fluxo da narrativa do sensacional*. Niterói: UFF, 2005, Mimeo.
- _____. "O conceito de rede e as sociedades contemporâneas". IN: *Revista Comunicação e Informação*. Universidade Federal de Goiás, v. 7, nº 2, 2004, pp. 264-273.
- _____. "*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*": memória, representação e identidade social. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.
- ENNE, Ana Lúcia S. e BARBOSA, Marialva. "O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional". IN: *LUSOCOM 2006*. Santiago de Compostela, Espanha, 2006 (CD-rom).
- ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.
- FAIRCLOUGH, Norman. "Teoria social do discurso". IN: *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.
- _____. "Discourse, common sense and ideology". IN: *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FEATHERSTONE, M. "Localismo, globalismo e identidade cultural". IN: *O Desmanche da Cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997, pp.143-168.
- FERREIRA, Francisco de Paula. "Conceito de Comunidade" (pp.1-20) e "Classificação das comunidades" (pp.65-76). IN: *Teoria Social da Comunidade*. São Paulo: Ed. Herder, 1968.
- FISHLOW, A. "Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise". IN: *STEPAN, A. (Org.). Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- _____. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.

- FREUD, Sigmund. "Totem e tabu. *IN: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- _____. "Mal-estar na civilização". *IN: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XXI*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- _____. "Fetichismo". *IN: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XXI*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- _____. "Moisés e o monoteísmo". *IN: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Completas, Volume XXIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- FRIEDRICH, Carl J. *Tradição e Autoridade em Ciência Política*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1974.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GARRAMUÑO, Florência. "Introducción: Modernidades Primitivas". *IN: Modernidades Primitivas: tango, samba y nación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GAY, Peter. "A psicanálise e o historiador". *IN: ROTH, Michael S. (org.). Freud; conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado. Tradução: Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GEERTZ, C. "O senso comum como um sistema cultural". *IN: O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GENETTE, Gérard. "Fronteiras da narrativa". *IN: BARTHES, Roland (et. al.) Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GLASSER, Theodore L. & ETTEMA, James S. "Investigative journalism and the moral order". *IN: Critical perspectives on media and society*. Ed. by Robert K. Avery and David Eason. New York & London: The Guilford Press, 1991, cap. 9, p. 203-225. (Tradução para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técnica de A. de Albuquerque).

- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRANON-LAFONT, Jeanne. *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- GRIFFITH-JONES, S. e SUNKEL, O. *O fim de uma ilusão – as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GRÜNBAUM, Adolf. “Um século de psicanálise: retrospectiva crítica e perspectiva”. IN: ROTH, Michael S. (org.). *Freud; conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1925.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Brasília: Editora UFMG, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. “Quem precisa da identidade?”. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. “A Centralidade da cultura. Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. IN: *Revista Educação e Realidade*, 22(2):15-46, jul/dez 1997.
- _____. “Cultural identity and diaspora”. IN: RUTHERFORD, J. *Identity. Community. Culture. Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.
- HOBBSBAWN, Erik e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002 (CD-rom).
- HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia. Obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Hedra, 1999.

- HUYSSSEN, Andréas. “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. IN: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia Virginia (org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- _____. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. “O pós-modernismo e o mercado”. IN: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992
- JOHNSTON, Thomas. *O pensamento político de Freud*. Rio de Janeiro: Editora “O Cruzeiro”, 1969.
- JOLL, James. *As idéias de Gramsci*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- JORGE, Marco Antônio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, 5ª edição (Coleção Transmissão da psicanálise).
- KAPLAN, Elizabeth Ann. “Freud, cinema e cultura”. IN: ROTH, Michael S. (org.). *Freud; conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge zahar Ed., 1996 (Trad. Vera Ribeiro, Maria Luiza X. de A. Borges).
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.
- KRISTEVA, Julia. *Sentido e contra-senso da revolta: (discurso direto): poderes e limites da psicanálise*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. IN: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Seminário 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. *Seminário 22: Real, Simbólico, Imaginário*. Inédito (CDROM – Obra de Jacques Lacan {Sólo Lectura}), 1975.

- LACOUTURE, Jean. “A História Imediata”. IN: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (tradução: Pedro Tamen), 4ª edição.
- LASCH, Christopher. *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LEGENDRE, Pierre. *O Amor do Censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Colégio Freudiano, 1983.
- LE MOS, Cláudia. “Narrar a violência: a cobertura policial num jornal popular nos anos 1990”. IN: BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de Jornalismo (I)*. Campo Grande, Intercom, 2001.
- LESSA, Renato; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996 (Editado originalmente por William Outhwaite, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine).
- LESSA, Washington Dias. *Dois Estudos de Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LIMA, Roni. *Rio Bandido, uma Reportagem Sub Urbana*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- MAFFESOLI, M. “O tribalismo”. IN: *O Tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- MAGALHÃES, Célia. *Os monstros e a questão racial na narrativa modernista brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MAIA, Rousiley. “Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças”. IN: *Contracampo – Revista da Pós-Graduação em Comunicação da UFF*. Niterói: UFF, nº 5, 2000.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1989.
- MANTEGA, Guido. *O modelo econômico brasileiro dos anos 90*. São Paulo: FGV, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?* Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício do Cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.

- _____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. *Introdução aos Cultural Studies*. Portugal: Porto Editora, 2006.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENDES, Cândido (coord.) e SOARES, Luiz Eduardo (ed.). *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MENDONÇA, Kleber. “A não-voz do criminoso: o linha direta como crônica moral”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 7, nº 12*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- MENDONÇA, Sônia Regina e BARBOSA, Marialva. “Estado e Comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Antônio Gramsci”. São Luis, Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2006.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MORAES, Dênis de (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- _____. “O retorno do fato”. IN: *LE GOFF, J. e NORA, P. História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MORAES Neto, Geneton. *Dossiê Brasil – As histórias por trás da História recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- NEDER, Gizlene (org.). *História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. “Absolutismo e punição”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 1, nº 1*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.
- _____. “Marx e a História – a prática do método”. IN: *Por que Marx? FIGUEIREDO, Eurico de Lima, CERQUEIRA Filho, Gisálio & KONDER, Leandro (Org.)* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

- NEDER, Gizlene; NARO, Nancy. “A Instituição Policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil”. *IN: NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; WERNECK DA SILVA, José Luiz A Polícia na corte e no Distrito Federal: 1831-1930*. Rio de Janeiro, PUC-RJ (Divisão de Intercâmbio e Edições), 1981, Série Estudos nº 03.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Os intelectuais, a política e a vida”. *IN: MORAES, Dênis de (org.). Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NOVAES, Aduino. (org.) “Antes, O Mundo Não Existia” *IN Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *O Olhar do Estrangeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. *Olhar e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. *IN: MORAES, Dênis de (org.). Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1999.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. *Espaço público e representação política*. Niterói: EdUff, 2000.
- PAIVA, Raquel. “Leituras possíveis de comunidade”. *IN: O Espírito Comum. Comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”. *IN: Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. F. Gadet e T. Tak (orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, RONDELLI, Elizabeth, SCHOLLHAMMER, Karl Erik, HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso. Introdução à Análise de Discursos*. São Paulo: Hacker editores, 1999.
- POLLACK, Michel. “Memória e identidade social”. *IN: Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, n. 10, 1992.
- _____. “Memória, esquecimento e silêncio” *IN: Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.
- RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RAUTER, Cristina. *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- REIS, José Roberto Tozoni. “Família, emoção e ideologia”. IN: *GODO, Wanderley; LANE, Silvia T. M. Psicologia Social; o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999, 13ª edição.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- _____. “Mídia, memória e luta por sentidos”. IN: *Práticas Discursivas e Construção de Sentidos* Rio de Janeiro, I Seminário de linha de pesquisa Memória e Linguagem, 2004.
- _____. “A mídia e o lugar da história”. IN: *Lugar Comum, n. 11, maio-ago, 2000*.
- _____. “Fim de Ano: Tempo de Rememorar”. IN: *FAUSTO NETO, Antônio e PINTO, Milton J. (org). O Indivíduo e as Mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- _____. *A História do seu Tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Ana Paula G. e FERREIRA, Lúcia Maria A. (orgs.). *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- RICOUER, Paul. *La memoria, La historia, El olvido*. Madri: Trotta, 2003.
- _____. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, Vol. 1
- _____. *Interpretação e Ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- _____. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROCHA, Everardo. *A Sociedade do sonho. Comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, Natureza e Função do Discurso Midiático”. IN: *MOILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- _____. “Tradição e modernidade”. Lisboa, 2000, *Mimeo*. (O referido artigo pode ser encontrado no endereço: www.bocc.ubi.pt.)
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do séc. XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- RODRIGUES, José Augusto de Souza. “A economia política do medo”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, nº 2*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996.
- SAID, Edward. “O papel público de escritores e intelectuais”. IN: *MORAES, Dênis de (org.). Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- SANTIAGO, Silvano. “Retórica da Verossimilhança”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, nº 1*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- SANTOS, Milton. “O intelectual, a universidade estagnada e o dever da crítica”. IN: *MORAES, Dênis de (org.). Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARLO, Beatriz. “A voz universal que toma partido?”. IN: *MORAES, Dênis de (org.). Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- _____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2001, 23ª edição.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- SENNET, Richard. *A Corrosão do Caráter. Conseqüências Pessoais do Trabalho no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *História das idéias jurídico-penais no Brasil: 1937-1964*. Niterói, Tese de Doutorado em História, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3 – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. IN: *VELHO, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular”. IN: *CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- SIQUEIRA, Carla. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História, PUC/RJ, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo (org.). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume -Dumará, 1996.
- SODRÉ, Muniz. “A sedução dos fatos violentos”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, nº 1*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Best Seller: A Literatura de Mercado*. São Paulo: Ática, 1985.
- SOMERS, M. e GIBSON, G. “Reclaiming the epistemological ‘other’: narrative and social constitution of identity”. IN: *CALHOUN, Craig (ed.) Social Theory and the politics of identity*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994, pp. 37-86.
- THOMPSON, E. P. “Comunidade”. IN: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- TOEWS, John E. “Ter e ser: a evolução da teoria freudiana do Édipo como fábula moral”. IN: *ROTH, Michael S. (org.). Freud; conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado. Tradução: Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- TÖNNIES, F. “Translator’s introduction”. IN: *Community and Association*. London: Routledge, 1974.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993.

- TRINDADE, Cláudia Peçanha de. *Entre a favela e o conjunto habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, Dissertação de Mestrado em História.
- TURNER, Victor. "Social Dramas and stories about them". IN: MITCHELL, W. *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- VÉRON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, 2ª edição.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. "A globalização da 'tolerância zero'". IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 5, n.ºs. 9 e 10*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- _____. "Inimigos cômodos: estrangeiros e imigrantes nas prisões da Europa". IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano 5, n.ºs. 9 e 10*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.
- WEINRICH, Harald. *Lete. Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". IN: SILVA, Tomaz T. (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- YATES, Frances A. *El arte de la memoria*. Madri: Taurus, 1974.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul. "A criminologia como instrumento de intervenção na realidade". Palestra proferida no I Fórum de Debates sobre o Processo de Prisionização no Sistema Penitenciário; promovido pela Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 21 a 24 de março de 1990 em Porto Alegre, como atividade inaugural do II Semestre do Curso de Especialização em Criminologia.

- ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992, cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority, p. 1-13. (Traduzido para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técnica. de A. de Albuquerque).
- ZIZEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”. IN: *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. “Como Marx inventou o sintoma?” IN: *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Eles não sabem o que fazem - O Sublime Objeto da Ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)